

ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO
E PEDAGOGIAS PARTICIPATIVAS

Brasília, DF - 24 a 28 de Abril de 2006

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação

Fernando Haddad

Secretário Executivo

José Henrique Paim

Secretário de Educação Básica

Francisco das Chagas Fernandes

**Diretor do Departamento de Articulação
e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino**

Horácio Francisco dos Reis Filho

**Coordenador da Coordenação Geral de Articulação
e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino**

Arlindo Cavalcanti de Queiroz

Coordenador Geral do Seminário

Arlindo Cavalcanti de Queiroz

Coordenação Técnica e Operacional

Lêda Maria Gomes

Equipe Técnica e Operacional

Marcus Jessé Moreira

Wellinton Baxto da Silva

Equipe de Apoio

Josemam Silva

Luana Rocha Gomes

Desenhos dos Ambientes do Centro de Convenções

Ives Yokoyama

Organização e Revisão Técnica dos Anais do Seminário

Ana Luiza Oliva Buratto

José Carlos Dantas Meirelles

AVANTE EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Sumário

5	Apresentação
7	O Papel dos Conselhos Municipais de Educação e o Programa Pró-Conselho no Fortalecimento da Gestão Democrática da Educação
11	Abertura Oficial
19	PAINEL Educação, Democracia Participativa e Desenvolvimento Econômico com Igualdade Social
29	PAINEL Política Nacional de Gestão da Educação
69	PAINEL Políticas Públicas da Educação e Planejamento
105	PAINEL Organização da Educação Brasileira e Gestão Democrática
147	PAINEL Movimentos Sociais na Construção da Gestão
175	PAINEL Pedagogias Participativas e Qualidade Social da Educação
197	PAINEL Gestão Democrática nas Escolas
215	Socialização das Oficinas Temáticas, Encaminhamentos de Sugestões e Solenidade de Encerramento

Apresentação

No Brasil, uma das missões do Ministério da Educação é promover a melhoria da qualidade da educação básica como direito social. Em cumprimento a essa missão e diretrizes, o Ministério vem desenvolvendo políticas públicas de articulação e fortalecimento dos sistemas de ensino, em parceria com diversas instituições e entidades nacionais e internacionais.

Essas políticas têm como princípio e como preceito legal a Gestão Democrática da Educação, que se constitui numa exigência ética. Ela possibilita a participação da sociedade civil na formulação, avaliação, definição e fiscalização das políticas educacionais, implementadas pelos diversos sistemas de ensino do País.

Para viabilizar essa participação, torna-se necessária a criação e ressignificação de diversos mecanismos institucionais de participação direta e representativa dos segmentos envolvidos com a educação, que possam exercer o papel de articuladores e mediadores das demandas educacionais da sociedade.

Em virtude da necessidade de se obter insumos para tornar realidade essas políticas de valorização da participação social e ainda, conforme lhe faculta a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como a Constituição Federal, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica, objetivando fortalecer e subsidiar a participação da coletividade nos sistemas de ensino, dentre as várias ações que desenvolve no âmbito da gestão democrática, está promovendo, por meio de uma cooperação bilateral com o governo da Espanha, o Seminário Inter-nacional Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas.

PÚBLICO-ALVO

Dirigentes federais, estaduais e municipais da educação e suas entidades; conselheiros da educação em âmbito nacional, estadual e municipal; sindicatos dos trabalhadores em educação e sua entidade confederada; líderes do movimento estudantil e sua entidade nacional; dirigentes escolares e membros dos conselhos de escola; representantes de organizações não-governamentais e líderes do movimento social; representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; pesquisadores e professores universitários.

OBJETIVOS

- Promover a participação dos sistemas de ensino e de entidades da sociedade civil na discussão das políticas de gestão da educação escolar.
- Proporcionar intercâmbio de políticas de gestão da educação entre os Países participantes.
- Analisar formas de participação social na gestão da educação em seus vários âmbitos (nacional, estadual, municipal e escolar), bem como suas implicações na melhoria da qualidade social da educação.
- Buscar estratégias de articulação entre políticas educativas e outras políticas de promoção do desenvolvimento com igualdade social.
- Levantar subsídios para elaboração do Projeto de Cooperação Técnica Bilateral entre Brasil e Espanha na área de gestão da educação para o desenvolvimento com igualdade social.

ORGANIZAÇÃO	Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC Esplanada dos Ministérios Bloco L - 5º Andar Sala 514 E-mail: cme@mec.gov.br Fones: (61) 2104-8535/2104-9284 - Fax (61) 2104-833 Ministério da Educação
LOCAL	Centro de Convenções Ulysses Guimarães Eixo Monumental – Plano Piloto Brasília – DF
PERÍODO DE REALIZAÇÃO	24 a 28 de abril de 2006
PAÍSES PROMOTORES	Brasil Espanha
PAÍSES PARTICIPANTES	Argentina Bélgica Chile Colômbia Finlândia Honduras Japão México Portugal Venezuela
PARCEIROS	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação - FNCE Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME Câmara dos Deputados
PATROCÍNIO	Petrobrás

O Papel dos Conselhos Municipais de Educação e o Programa Pró-Conselho no Fortalecimento da Gestão Democrática da Educação

BREVE HISTÓRICO DOS CME E DO PRÓ-CONSELHO

A importância da criação de conselhos municipais de educação tem seus fundamentos calcados no princípio da gestão democrática do ensino público (art. 206, inciso VI, da Constituição Federal), no art. 3º inciso VIII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9394/1996 e, de forma incisiva, evidenciados no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei n.º 10.172, de 09/01/2001. Em seu último capítulo – Financiamento e Gestão – a meta de número 21 estabelece o seguinte: “estimular a criação dos conselhos municipais de educação com o apoio das diferentes instâncias da federação, União, Estados e Municípios.” Portanto, está claro e definido, como política e meta nacional, a implantação e o fortalecimento dos conselhos, de acordo com os parâmetros que deverão ser estabelecidos em cada sistema municipal de ensino.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação, atendendo ao artigo 211, da Constituição Federal de 1988, que estabelece como estratégia de organização da educação nacional, o Regime de Colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e cumprindo o seu papel de formulador de políticas nacionais para a educação em todos os entes federados, assumiu nesta gestão, de forma incisiva, a tarefa de apoiar os sistemas de ensino, criando por intermédio da Portaria Ministerial n.º 3272/2003, de 06/11/2003, o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação-Pró-Conselho, como uma medida efetiva e indispensável para fortalecer a gestão democrática, para assegurar o desenvolvimento de uma educação sintonizada com a sociedade, incentivar o fortalecimento dos atuais conselhos e sobretudo para apoiar a criação de novos conselhos de forma representativa, democrática, participativa, com base nos princípios da representatividade, legitimidade e autonomia.

Outras ações (tiveram seu valor) e complementaram o desenho do programa, com uma ressalva especial para a criação e implantação de um Sistema Nacional de Informações sobre Conselhos Municipais de Educação - SICME, idealizado com o objetivo de fornecer subsídios para caracterizar o perfil dos CME do País, bem como para estudos e pesquisas no campo da gestão democrática e da formulação da política de educação básica. O sistema desenvolvido, em forma de um cadastro, traz um diagnóstico do sistema municipal de ensino e, ao mesmo tempo, constitui um instrumento que subsidiará as futuras ações do Programa, observando a realidade regional e estadual, na qual cada município é tratado como ente federado. Para dar suporte aos estudos das leis existentes sobre a educação e complementar o material instrucional preparado e distribuído nos encontros de capacitação, foi realizada a assinatura da revista Documenta, do Conselho Nacional de Educação, para todos os Conselhos Municipais de Educação em funcionamento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os problemas que afetam o desempenho do aluno matriculado nos sistemas municipais de ensino estão (em sua maioria) relacionados ao entendimento do que venha a ser a gestão de políticas públicas para a educação. Hoje os sistemas municipais de ensino vêm investindo, sistematicamente, em ações públicas para a superação de problemas estritamente ligados à universalização da matrícula, à qualidade e ao fluxo, sem que esse investimento resulte em efetiva melhora dos indicadores educacionais e que o esforço realizado represente mudança no quadro de rendimento dos alunos. Este cenário explicita a necessidade de ações que venham fortalecer o sistema público, dando-lhe condições de realizar um trabalho compartilhado de acompanhamento que, de forma efetiva, contribua para aprimorar as políticas públicas educacionais e seu gerenciamento. Os sistemas municipais de ensino carecem de instrumentos eficazes de gestão que lhes permitam identificar com exatidão os problemas, formular, implementar e monitorar as políticas desenvolvidas no âmbito do município.

A opção por um modelo de gestão comprometida com a conquista da qualidade da educação passa necessariamente pela instituição de mecanismos mais eficazes de monitoramento das políticas públicas e pela revisão e estabelecimento de nova postura de responsabilidade quanto ao desempenho qualitativo dos sistemas municipais de ensino e das redes escolares.

A gestão e a implementação de políticas educacionais não prescindem de duas instâncias fundamentais, sendo uma delas a escola como local de construção do saber da aquisição e interiorização de conhecimentos, e a outra, os conselhos municipais de educação e os conselhos escolares. O País tem a educação organizada de forma descentralizada; isto concorre para que a busca pela melhoria do padrão de qualidade do ensino bem como outros encargos e atribuições passem a exigir, das escolas e do sistema, um reforço quanto à busca incansável para a autonomia dos conselhos e das próprias escolas.

A instituição e o fortalecimento dos conselhos municipais de educação e conselhos escolares, propostos pelo Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho e pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, este último criado pela Portaria Ministerial n.º 2896/2004, de 17/09/2004, implantados junto aos municípios e às escolas públicas, representam um esforço decisivo do Ministério da Educação para que se estabeleça um processo forte de mudança de padrões culturais, que demandam crédito, paciência e tempo, com ajustes necessários à sua execução.

Criando estes dois Programas de ponta, a Secretaria de Educação Básica - SEB aposta em estratégias de gestão da educação nacional, reforça um processo que favorece a responsabilidade social compartilhada entre entes federados e possibilita o fortalecimento institucional direcionado para uma prática democrática e participativa no País. O papel desses conselhos vai muito além de apoio administrativo e de controle junto aos gestores municipais da educação e aos diretores de escolas. A existência dos conselhos, funcionando com todos os meios e instrumentos que lhes competem, trará, diante de si, o desafio de praticar ações mais incisivas, no acompanhamento da execução dos projetos pedagógicos propostos no município, no dia-a-dia das escolas e representa, na sua essência, um ponto de partida para a efetiva participação da comunidade, numa gestão democrática e compartilhada da política educacional assumida no município.

Um elemento importante que vem reforçar a necessidade da criação de novos conselhos e o fortalecimento dos existentes diz respeito à matrícula no sistema de ensino público brasileiro, com uma representatividade elevada nas etapas e modalidades de atendimento. Os números disponíveis de matrícula em

2004, segundo o INEP, espelham uma cobertura considerada significativa de matrícula na rede escolar municipal para a educação infantil, na ordem de 4.620.981 em relação à rede estadual que atende a 292.581 crianças. Algo semelhante acontece no 1º segmento do ensino fundamental, quando a rede municipal de escolas atende a 12.488.045 e a rede estadual registra um atendimento de 4.495.912 alunos. Este diferencial é um pouco revertido no 2º segmento quando a rede municipal atende a 5.472.355 contra uma cobertura de 8.199.820 alunos prestada pela rede estadual. No entanto, no cômputo geral das matrículas do ensino fundamental regular, a rede municipal ainda supera o atendimento escolar com 17.960.400 alunos, contra uma cobertura de 12.695.732 matrículas. O quadro de matrícula só é inteiramente revertido no ensino médio, como era de se esperar, quando a rede estadual tem uma matrícula de 7.800.983 estudantes contra 189.331 da rede municipal. Esta situação também se repete na modalidade de EJA, quando a rede estadual atende a 3.310.791 e a rede municipal tem uma cobertura de 2.092.825. Ao analisar estes números constatamos a real necessidade e importância da criação de novos conselhos para apoiar o sistema e, sobretudo, para ser o guardião do processo educativo no município (INEP Censo escolar de 2004).

O papel dos conselhos deve ser analisado num contexto em que novas dinâmicas sociais e econômicas evidenciam a importância do conhecimento e da informação nas sociedades contemporâneas, colocando também no Brasil novas exigências para as escolas, os sistemas escolares e seus profissionais.

Ao lado da democratização do acesso à educação básica, o convite à participação, o princípio da gestão democrática, a colaboração recíproca entre os governos e a sociedade, repõem o papel dos conselhos, em especial os de âmbito municipal, em outras dimensões. Com efeito, eles podem também se constituir em rede com outros conselhos sociais, na perspectiva de garantir o acesso à escola e também a outros serviços públicos, mobilizando-se para que a sociedade seja participativa, fiscalizadora e reivindicativa de seus direitos.

Diante do exposto, a SEB, por intermédio da Coordenação Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino – Cafise, assumiu numa ação conjunta com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME, Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, conforme estabelecido na Portaria Ministerial n.º **3.272/2003**, a elaboração de um programa de capacitação dos conselheiros municipais de educação, com objetivos de assegurar a participação da sociedade no alinhamento da gestão democrática da educação nos estados e municípios, bem como o fortalecimento e a criação de novos Conselhos Municipais de Educação.

Na década de 1990 a educação foi movida por um acelerado processo de municipalização do ensino fundamental e da educação infantil, com um crescimento contínuo de matrículas e, em decorrência, uma gama de Programas foram criados de forma abrangente como o da merenda escolar entre outros. Com o advento do **FUNDEF**, importante indutor e responsável pelo crescimento das matrículas no ensino fundamental, e pelo condicionamento de outros programas no âmbito do Ministério da Educação que colocava a matrícula como prioridade para o aporte técnico e financeiro, foi desencadeado um movimento em prol da criação de diversos conselhos de acompanhamento e gestão. A própria lei do FUNDEF faz referência ao Conselho Municipal de Educação. Com relação às atribuições dos sistemas municipais de ensino, a LDB define no artigo 8º, parágrafo 1º: “caberá à União, a coordenação política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias”. Isto significa dizer que essas atribuições incluem a função normativa, que é a de estabelecer normas complementares, fazendo pressupor a existência de órgão normativo do respectivo sistema. Como já nos referimos, a **meta 21** do **PNE** estabelece

a necessidade de se: “estimular a criação dos conselhos municipais de educação com o apoio das diferentes instâncias da federação, União, Estados e Municípios”.

Um diagnóstico preciso sobre a organização dos sistemas municipais de ensino, como também sobre a existência, o perfil e a organização/funcionamento dos conselhos municipais de educação foi realizado pelo Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação – *SICME*, no decorrer do exercício de 2004.

O resultado deste cadastramento está apresentado em um documento denominado de “*Perfil dos Conselhos Municipais de Educação*” que constitui a base nacional de cadastramento dos conselhos.

Para contextualizar o cenário atual dos conselhos, vamos nos valer de alguns indicadores que nos revela o documento, com o intuito de fundamentar as ações que serão propostas para a continuidade do Programa.

Finalmente, cabe deixar claro que o processo de criação e implementação de órgãos dos sistemas municipais e de órgãos no âmbito das escolas tem demonstrado, aos gestores da educação, o reconhecimento do desafio e da urgência de se criarem novos programas que apóiem os municípios, incluindo-se nesta empreitada não só os órgãos governamentais, não-governamentais e outros organismos os mais diversos, dispostos à prática do exercício da gestão das políticas educacionais, na perspectiva da participação e do controle com inclusão social.

A implementação de conselhos municipais de educação, em um País onde o sistema educacional é descentralizado, com implicações e com prioridades de ações diversas para os diferentes entes federados, constitui-se importante mecanismo para o estabelecimento de políticas que considerem e cumpram as diretrizes de políticas nacionais e, ao mesmo tempo, respeitem o que existe de peculiar nas regiões, nos estados, nos municípios e nas unidades escolares vinculadas a estes sistemas.

OBJETIVOS DO PROGRAMA PRÓ-CONSELHO

Partindo do entendimento básico de que a participação efetiva e criadora dos sujeitos é estratégia fundamental para a inclusão social e a melhoria da educação, o Pró-Conselho definiu inicialmente como objetivos a serem alcançados:

- capacitar conselheiros municipais de educação para o exercício de suas diferentes funções, levando em conta a sua inserção institucional e a sua representação;
- assegurar a participação da sociedade na gestão educacional, através da criação de Conselhos Municipais de Educação e do seu fortalecimento como órgão de sistema de ensino;
- contribuir para o fortalecimento dos sistemas municipais de ensino, motivando por meio de estratégias variadas, a criação de conselhos municipais de educação com caráter normativo;
- identificar e debater as tendências de organização, estrutura e funcionamento dos CME, seu papel e suas funções;
- contribuir para a criação de redes estaduais e regionais de competências, para a discussão, organização e implementação de propostas de formação continuada de conselheiros de educação, implicando suas instituições de origem;
- ampliar a capacidade de compreender e interpretar a legislação educacional;
- ampliar a capacidade de atuação dos conselheiros;
- consolidar relações que propiciem tanto a intervenção organizada quanto atitudes preservadoras de autonomia e de representatividade;
- consolidar uma estrutura educacional que garanta a inclusão e permita, com eficiência, a participação das ações pedagógicas e administrativas do poder municipal.

Abertura Oficial

24 de abril de 2006 (segunda-feira) - 19 às 21 horas

Mestre de Cerimônias: Senhoras e Senhores, boa noite. Solicitamos a todos que ocupem os seus lugares e que os telefones celulares fiquem desligados ou em modo silencioso para darmos início à solenidade de abertura do Seminário Internacional Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas.

Convidamos para compor a mesa de honra as seguintes autoridades:

- O Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação do Brasil, Senhor Francisco das Chagas Fernandes, neste ato representando o Ministério da Educação do Brasil, Senhor Fernando Haddad;
- O Embaixador da Espanha, Senhor Ricardo Peidró Conde;
- A Secretária de Educação do Distrito Federal e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, Senhora Wandercy Antonia Camargos;
- O Coordenador da Campanha Mundial pelo Direito à Educação e Diretor da Internacional da Educação, Senhor Elie Join;
- A Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, Senhora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva;
- A Presidenta da Confederação dos Trabalhadores em Educação – CNTE, Senhora Juçara Maria Dutra Vieira;
- A Presidenta do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação – FNCE, a Senhora Alaídes Alves Mendieta;
- O Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Uncme, o Senhor Paulo Eduardo dos Santos;
- O Oficial de Projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, o Senhor Sílvio Kaloustian.

Registramos e agradecemos as presenças dos embaixadores, Deputados, dirigentes e representantes de secretarias estaduais e municipais de Educação, organismos internacionais, dirigentes e representantes de entidades da área de Educação, conselheiros da educação, conselheiros escolares, promotores públicos, estudiosos de Educação da Argentina, Bélgica, Chile, Colômbia, Espanha, Finlândia, Honduras, Japão, México, Portugal, França, Costa Rica e Venezuela, dirigentes e servidores do Ministério da Educação do Brasil.

Neste momento, convidamos a todos os presentes para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional Brasileiro.

Execução do Hino Nacional (DVD – Eletronorte)

Mestre de Cerimônias: A questão da melhoria da qualidade do ensino vem sendo tratada como um grande desafio para o desenvolvimento social e econômico do Brasil e do mundo. Uma das missões do Ministério da Educação é qualificar a educação básica como direito social, promovendo, com os sistemas de ensino e os movimentos sociais organizados, a democratização da gestão, do acesso e, principalmente, a garantia da permanência nas escolas de crianças, jovens e adultos.

Para o Brasil, no campo da educação, o princípio da gestão democrática, além de ser um preceito legal, constitui-se em uma exigência ética e política, possibilitando, cada vez mais, a participação da sociedade

civil na formulação, avaliação, definição e fiscalização das políticas educacionais, implementadas pelos diversos sistemas de ensino do País.

Dentre as várias ações que o Ministério da Educação do Brasil tem desenvolvido no âmbito da gestão democrática da educação, está a promoção, por meio de uma cooperação bilateral com o Governo da Espanha, deste Seminário Internacional de Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas e conta com as parcerias da:

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE
- Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed
- Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação – FNCE
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
- OEI
- União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Uncme
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime
- Câmara dos Deputados
- e patrocínio da Petrobras

Mestre de Cerimônias: Neste ato, ouviremos as palavras de acolhimento da anfitriã a Senhora Wandercy Antonia Camargos, Secretária de Educação do Distrito Federal; ouviremos o Coordenador da Campanha Munial pelo Direito à Educação e Diretor da Internacional da Educação, o Senhor Elie Join; ouviremos as palavras do Embaixador da Espanha que falará representando todos os embaixadores e demais autoridades internacionais presentes, o Senhor Ricardo Peidró Conde.

Falas

Mestre de Cerimônias: E neste momento, assistiremos a entrega do Perfil dos Conselhos Municipais de Educação, relatório do SICME-2005, ao Presidente da UNCME, o Senhor Paulo Eduardo dos Santos.

O SICME – Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação é um dos componentes do Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação, o Pró-Conselho. Este sistema coleta informações anualmente e permite a elaboração de indicadores importantes para o monitoramento de políticas de fortalecimento deste órgão colegiado.

O Perfil 2005 registra mudanças positivas com o aumento do: número de municípios cadastrados no sistema; número de leis municipais criando Conselhos e Planos Municipais de educação; número de conselhos municipais em efetivo funcionamento no Brasil.

Senhoras e senhores, ouviremos agora o pronunciamento do Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação do Brasil, Senhor Francisco das Chagas Fernandes, neste ato representando o Ministério da Educação do Brasil, Senhor Fernando Haddad.

Fala do Professor Francisco das Chagas Fernandes – Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação – Brasil

Este Seminário estava no nosso planejamento para ser realizado este ano dentro da estratégia de um dos eixos do desenvolvimento da política da Educação Básica do Ministério da Educação. A idéia inicial estava pautada na realização de uma discussão em nível nacional, para aprofundar o tema da gestão democrática,

inclusive devido aos outros quatro programas que a Secretaria de Educação Básica (SEB) está desenvolvendo. A idéia avançou e, na parceria com o governo da Espanha, chegamos a ter a parceria com pelo menos dez países aqui presentes e que vão fazer parte das mesas de discussão e das oficinas.

Este Seminário representa um pouco daquilo que é diversidade, daqueles que fazem gestão pública da educação, em nosso País. Temos aqui entidades sindicais, temos as entidades que representam os conselhos, os que representam os entes federados.

Temos os organismos internacionais, temos promotoria pública, que vai apresentar experiência de como tem trabalhado a gestão. Temos escolas que vão apresentar também uma experiência de gestão democrática na escola, ou seja, nós temos aqui, neste Seminário, uma síntese da pluralidade e da diversidade, que é fazer da gestão democrática, a forma de gestão pública em nosso País. Talvez até fosse mais fácil fazermos um Seminário sobre gestão democrática, especificamente com os gestores, apenas com os dirigentes, secretários estaduais, secretários municipais, ou seus representantes. Ou também o contrário, fazer um Seminário apenas com os representantes da sociedade civil.

O Ministério da Educação tem trabalhado com a pluralidade, com a diversidade, é claro que não tem sido fácil, porque não tínhamos a fórmula, e não temos a fórmula de como fazer a discussão e estamos aprendendo dentro da diversidade e da pluralidade. Estou olhando aqui para vários consultores. Temos vários consultores aqui, consultores que escrevem o material e, muitas vezes, vão lá na base ouvir daqueles para quem o material está sendo escrito para ver se está certo. E assim nós fizemos com os conselhos escolares, fizemos com os dirigentes municipais, ou seja, fizemos pilotos para poder ouvir deles a opinião sobre o material. E os consultores estão aqui e vão participar inclusive das nossas mesas e das nossas discussões e eles têm percebido como tem sido importante andar pelo País fazendo encontros presenciais, discutindo com a sociedade, discutindo com essa pluralidade e com essa diversidade pelo Brasil todo.

A gestão democrática é um dos eixos que nós escolhemos para atuar na educação básica e nós estamos atuando com quatro programas; um é o programa de apoio aos dirigentes municipais de educação, programa presencial que também vai ser a distancia, onde nós discutimos a política de gestão com os dirigentes municipais de educação; o segundo programa é um programa dirigido aos conselhos municipais de educação ou para aqueles conselhos que existem e nós precisamos fortalecer com a capacitação, com a formação continuada dos seus membros ou no sentido da mobilização para que tenhamos constituído mais conselhos nos nossos municípios. Com esse programa temos avançado bastante. Isto mostra que nós avançamos, tanto na formação de conselhos, como no seu funcionamento, porque havia conselhos constituídos que não funcionavam. Agora temos tanto o quadro de conselhos que funcionam como também o dos conselhos novos que foram criados. É importante a relação que existe dos conselhos criados, ou em funcionamento, com os municípios que não eram sistema municipal de educação e agora passam sê-lo. Um terceiro programa é o dirigido aos conselhos escolares. Temos, pelo menos teoricamente, na formulação, que todas as nossas escolas devem ter seus conselhos escolares e nós criamos um programa no sentido de ajudar a que esses conselhos funcionem e que eles tenham vida útil na escola em nosso País. Um último programa da gestão democrática que estamos trabalhando, é o programa escola de gestores voltado para os dirigentes das escolas. Portanto, esses quatro programas parece que fecham um ciclo dos gestores na educação, daqueles que participam da educação básica, ou seja, são eles os quatro segmentos que atuam mais diretamente na nossa educação. É claro que essa discussão da gestão democrática não está voltada apenas para os educadores ou apenas para aqueles que estão na escola ou para aqueles que fazem parte da escola, não apenas assistindo a aula, não apenas dando à aula, não apenas vigiando a escola, mas aqueles que fazem a sociedade brasileira e que têm responsabilidade direta ou indireta com a educação pública do nosso País.

Esse eixo da educação democrática soma-se a três eixos que escolhemos para avançar na qualidade básica da educação no País. Um é a redefinição do financiamento da educação e estamos na iminência de aprovar o novo fundo para educação básica, no Congresso Nacional. Um segundo eixo é a valorização e a formação dos profissionais da educação, por isso que na redefinição do financiamento da educação, com a proposta do FUNDEB, trabalhamos na perspectiva de ter um piso salarial para os profissionais de magistério em nosso País. Aquele tripé que compõe a valorização dos profissionais de educação tem mais dois níveis, o da formação dos professores e o da carreira dos nossos profissionais. Temos vários programas para formação de professores. Não é para formação do cidadão que vai fazer universidade, é a formação de professores inclusive que estão dando aulas nos sistemas e não têm ainda formação para atuar em sala de aula, tanto em nível básico, na educação infantil, como em licenciatura e no ensino médio. Por isso estamos atuando, fortemente, na valorização e na formação de nossos profissionais, sem esquecer que entre os profissionais da educação nós incluímos - e pela primeira vez o Ministério da Educação o faz - os funcionários de escola, aqueles não docentes. E incluímos esse setor que está dentro da escola, com um programa que já estamos também desenvolvendo, em conjunto com as entidades do movimento dos trabalhadores em educação, CNTE, com os entes federados UNDIME e CONSED. O terceiro eixo que se junta ao eixo da gestão democrática é o da inclusão educacional em que pese que temos 97% das crianças matriculadas em ensino fundamental, de 7 a 14 anos, nesse nível ainda temos milhares de crianças fora da escola. É por isso que nós estamos avançando em políticas de incluir e fazer com que as crianças se matriculem, permaneçam e aprendam. Se nós não tivermos essa 3 três dimensões na nossa educação básica, nós ficaremos no meio do caminho. É preciso garantir todas as crianças nas escolas, mas é necessário que ela permaneça na escola, e que permaneça aprendendo. Porque se não fizermos desta maneira vamos ter, ou milhares de crianças fora da escola, ou milhares de crianças que se matriculam e abandonam, ou milhares de crianças que chegam à quarta série com dez anos, no ensino fundamental, e têm problemas de letramento, ou seja não sabem ler, e é isso que nossas pesquisas têm mostrado.

Então, da inclusão educacional existem vários programas que estamos desenvolvendo. Podemos citar dois ou três para não estendermos muito. Por exemplo, transformar ou aumentar o ensino fundamental que era de oito anos para nove anos, com a inclusão das crianças de seis anos é trabalhar na perspectiva de incluir mais crianças, tanto na escola e aprendendo, porque são milhares de crianças no País que não teriam condições de chegar na escola antes dos sete anos porque não tem política pública garantida para educação infantil e a escolarização só era obrigatória a partir dos sete anos. Pois agora é a partir dos seis anos. São milhares de crianças que vão para a escola, e são milhares de crianças que vão para a escola de uma camada da sociedade menos favorecida e, além disso, nós estamos garantindo mais um ano obrigatório de escolaridade a essas crianças, ao invés de oito, nove anos.

Outro programa que podemos citar é o do livro didático para o ensino médio. Nós temos o livro didático para os 31 milhões de alunos do ensino fundamental, mas não tínhamos o livro didático para o ensino médio. Começamos a colocar o livro didático para o ensino médio com português e matemática, para todos os 7 milhões de alunos que estão matriculados no ensino médio público brasileiro e a tendência é universalizar nas outras disciplinas. Então, são vários programas que, o Ministério da Educação, o governo do presidente Lula, tem colocado em prática, para fazer com que a educação em nosso País avance em termos de qualidade e a gestão democrática está inserida nessa meta. Dentro desses eixos que nós definimos, portanto, eu tenho olhado a programação do Seminário todos os dias nessas últimas duas semanas e tenho visto que há muito para ser discutido. Acho que há um temário muito grande, acho que a corporação formada por todos que estão aqui nessa mesa organizou uma programação muito interes-sante que dá conta da pluralidade, dá conta da diversidade e esperamos fazer um bom Seminário durante esses quatro dias.

Durante minha fala eu estava olhando para a plenária e vi dois companheiros de outros países e eu quero citar os nomes deles porque comigo e com vários outros aqui do Brasil fizemos o movimento internacional da educação nos anos passados. É o professor Jorge Pavês, do Colégio de professores do Chile e o companheiro Fernando Rodao do Uruguai, que representa a Confederação de Educadores Americanos. Eles vão falar em várias mesas, vão estar presentes nas oficinas e vão ter o prazer de debater com todos vocês durante esses quatro dias. Um grande abraço a cada um de vocês e um bom Seminário para nós todos.

Mestre de Cerimônias: Neste momento será desfeita a composição da mesa de abertura. Solicitamos aos presentes que passem a primeira fila para assistirmos à apresentação cultural. Convidamos a Sra. Lêda Gomes, coordenadora do Seminário que falará um pouco sobre a apresentação cultural que assistiremos a seguir.

Acolhimento aos participantes

25 de Abril de 2006 (terça-feira)

EXPOSIÇÕES DAMANHÃ

Mestre de Cerimônias: Gostaria de desejar a todos um bom dia, convidá-los para tomarem seus assentos para iniciarmos os nossos trabalhos no dia de hoje. É importante desligar ou deixar o celular no silencioso. O Seminário vem de semente, vem de germinação. Por trás desta palavra está nascimento. O Seminário sobre gestão democrática traz a discussão de questões que ao mesmo tempo são emergentes, sobre as quais vamos discutir e tentar aprofundá-las. O Seminário é um Seminário temático, tem natureza propositiva, trabalha três concepções abrangentes, interligadas na qualidade social da educação, que é um conceito que vem se consolidando, que vem intercalado com a democracia participativa, uma dimensão da democracia em que vem expressa a organização, a participação dos diversos interesses sociais. Supõe o fortalecimento da sociedade civil e está embutido nesta inter-relação a idéia de que não é possível qualidade social da educação sem democracia participativa, até porque a qualidade social supõe identidades básicas de aprendizagem numa sociedade plural, socialmente e culturalmente. É a democracia participativa que vai permitir a possibilidade de expressão da população e de construção da qualidade, na pluralidade e na diversidade. Então, há uma relação entre qualidade social e democracia participativa. Não é possível qualidade social sem emergência das necessidades básicas dos diversos segmentos, dos diversos setores. Essa é nossa crença e nossa proposição.

O terceiro ponto é de que esses dois anteriores têm a ver com qualidade de vida, supondo que qualidade de vida supõe igualdade social, e esta democracia participativa. Colocamos na pasta um texto mobilizador, no sentido pedagógico, para que, durante o encontro, pudéssemos verificar a pertinência desta tese. Chamamos o texto de teses para reflexão. Nessas teses está uma afirmação, que uma educação participativa faz a diferença - no sistema de ensino, na escola, na sala de aula, na comunidade local. Até que ponto isso é verdade? A qualidade social da educação só é possível com exercício da cidadania. Aí vem também a afirmação de que isso se dá com aprendizagem, de ser e de escolher um bom governo, com respeito e valorização da diversidade, com a prática da justiça social, com a efetivação dos direitos sociais.

Quatro indicadores mundiais denunciam a grave desigualdade social no mundo. Há uma relação direta entre redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida para todos. Há uma relação direta entre melhoria da qualidade de vida e qualidade social da educação. Há uma relação direta entre melhoria da qualidade social da educação e promoção da igualdade social. Por último, todas as dimensões das políticas públicas, planejamento, execução, avaliação, regulação, formação humana, currículo etc.

devem estar norteados pela concepção da democracia participativa e do Estado democrático de direito. No último dia nós vamos distribuir um formulário com estas mesmas teses, com estas mesmas afirmações. Sobre a forma de pergunta, para que cada um responda, se aquilo é falso, é parcialmente verdadeiro, ou é contundentemente verdadeiro. Queremos tabular isso ainda durante o encontro. Vamos tentar aplicar isso no penúltimo dia. E no último dia, na sexta feira, nós vamos projetar para vocês qual a opinião de todos em relação a estas teses. Se elas são pertinentes, parcialmente pertinentes ou se são falsas, na opinião dos participantes do Seminário.

Vocês vão perceber que a gente está trabalhando, no Seminário, a discussão desses temas de forma transversal, que vai do governo central ao governo local, que vai da educação escolar à educação no sentido mais amplo. Portanto, nós temos aqui conselheiros escolares, pais e alunos, funcionários de escola, diretores de escola, professores. Os sindicatos dos trabalhadores em educação, os conselhos municipais de educação, conselheiros organizados por Estado, conselheiros estaduais de educação, dirigentes municipais de educação, secretários municipais de educação, representantes e secretários estaduais de educação, estudantes. A UBES está em Recife no Fórum Mundial. Está acontecendo uma das suas assembléias, mas está mandando um grupo que está chegando hoje, para se integrar à nossa discussão. E ONGs. Aqui tem ONGs que trabalham nesse aspecto relacionado a educação. Então, tivemos uma pluralidade de olhares sobre a educação e além do central ao local, do governamental ao não-governamental, nós estamos também discutindo a participação das várias dimensões ou aspectos da arte. Ontem vimos um trabalho de Antonio Nóbrega que mostra essa relação, mas nós vamos ver também dentro do aspecto econômico. Teremos economistas aqui, pessoas que trabalham nessa questão, desenvolvimento com igualdade social, desenvolvimento local. Vamos ver isto do ponto de vista sociológico. Vai estar o cientista político Emir Sader que estará chegando para tratar essa questão, nessa perspectiva. Vamos ver do ponto de vista do planejamento e da participação dos movimentos sociais. Vamos examinar isto do ponto de vista da sala de aula, do pedagógico em si, do ponto de vista da comunidade, da relação da participação escolar que vem com a educação comunitária, como isto se relaciona.

Então, este Seminário vai permitir aprofundar o tema da gestão democrática com essas questões e com esta riqueza. As oficinas serão momentos de trocas de saberes e de proposições. No encerramento teremos uma mesa com relatores das oficinas, apresentando a síntese dos grupos. Tudo que está acontecendo aqui está sendo gravado e filmado e resultará em documento e subsidiará materiais didáticos. Quero registrar também a presença dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O Ministério Público acabou de dizer que também está presente. O promotor está aqui também e vai relatar uma experiência na área de gestão democrática e tinha um promotor também de São Paulo que se inscreveu e ainda não sei se ele está presente. Se houver mais alguém de algum segmento que tenha me esquecido, pode se pronunciar. Toda nossa agenda está confirmada, todos os palestrantes da nossa agenda já estão aqui ou estão chegando. Então, estamos com o Seminário totalmente estruturado. Vou passar para a professora Lêda Gomes, para que ela comente um pouco a pauta do Seminário e para prestar algumas informações sobre o material que vocês receberam.

Professora Lêda Gomes: Bom dia a todos. Gostaria de fazer só um acompanhamento do material que vocês receberam na pasta, para ver se todos estão com o material e depois falar um pouco do apoio financeiro do Ministério da Educação para diversas entidades. Alguns estão com apoio e alguns não, tendo em vista limites que não puderam ser estabelecidos. Vamos começar pela pasta. Com relação ao apoio financeiro, houve o apoio financeiro do Ministério da Educação para diversas entidades. Houve um limite de vinte e seis representantes.

A primeira exposição vai ser do professor Emir Sader, com a conferência de abertura em forma de painel com o tema "Educação, democracia participativa e desenvolvimento econômico com desigualdade social". Em seguida, apresentação da política de educação do Brasil e da Espanha e à tarde continuaremos com o painel - "Política nacional de gestão da educação" - com Venezuela, Japão, Portugal e a Finlândia. Amanhã a gente volta com políticas públicas e planejamento participativo. Tentamos trazer para vocês personalidades, estudiosos, pesquisadores de diversas opiniões, para que fosse bem debatida e aprofundada a questão. Não trouxemos pensamentos unilaterais, e sim pessoas com pensamentos diversificados, com opiniões diversificadas e nos painéis a gente tem representantes nacionais e internacionais.

Chamamos o professor Horácio Reis, diretor do Departamento de Articulação do Desenvolvimento de Ensino, para coordenar a mesa e o professor Emir Sader, que é quem vai proferir a palestra de abertura - "Educação, Democracia e Desenvolvimento com Igualdade Social".

PAINEL

Educação, Democracia Participativa e Desenvolvimento Econômico com Igualdade Social.

Professor Horácio Reis: Muito bom dia a todos e a todas, nós estamos iniciando a palestra de abertura do Seminário, estamos aqui na mesa com muita satisfação com a presença do Emir Sader que é sociólogo, cientista político e vai ter um tempo de quarenta minutos para sua exposição e gostaríamos de reforçar que esta palestra ela não tem objetivo de ter um desdobramento com debates. É uma palestra reflexiva para que possamos entender e então ter alguns eixos, algumas diretrizes para um aprofundamento de todo o temário a que se propõe esse Seminário e que foi apresentado aqui para vocês. Então sem mais demoras, com a palavra o professor Emir Sader.

Professor Emir Sader: Bom dia e muito obrigado pelo convite. É sempre uma responsabilidade falar numa abertura como esta, ainda mais que ter o privilégio, e o monopólio de falar sem perguntas e sem demoramentos, o que nos obriga a ser mais democráticos e pluralistas, e relativamente rigorosos. Devo dizer que eu sou filósofo de origem, aquela coisa tal e qual, sem a qual o mundo não seria qual. Mas, se tem algum sentido a filosofia, é de discutir o sentido das coisas. Portanto, ela tem muito a ver com a educação, com democracia, sobretudo numa época em que há uma massa brutal de informações jogadas em cima de nós, mas pouca capacidade interpretativa, o que nos bloqueia de entender o significado das coisas. O tema de hoje reúne vários enigmas tais como desenvolvimento econômico, igualdade social, democracia participativa e educação. Vou começar pela parte final, desenvolvimento econômico e igualdade social.

A América Latina foi a região do mundo que mais se desenvolveu, relativamente, na metade do século passado. No entanto, é a região do mundo mais desigual. Produziu maiores graus de desigualdade, não por ser a mais pobre nem a mais rica, mas pela polarização entre um eixo de riqueza e um eixo de pobreza e de miséria. Tudo isso, mesmo antes dessas duas épocas regressivas que tivemos, já entrado o século passado e entrado o século atual, e sabemos que o Brasil detém o triste privilégio de ser o mais desigual entre os desiguais. O Brasil é o País mais desigual do mundo segundo os dados da ONU, o que significa que somos uma imensa ditadura social, a mesma elite repassa de geração a geração, o monopólio de bens materiais e espirituais. É isso que quer dizer ser o País mais desigual do mundo. Seremos uma democracia política maior ou menor, mas a questão de se o Brasil é uma democracia ou não, depende de como é colocada a questão, se é colocada pelo liberalismo vigente, os critérios são muito claros - tem-se eleição a cada dois anos, existe alternância no poder, existe separação de legislativo, executivo e judiciário, tem imprensa livre e livre quer dizer privada. A definição imediata de livre é que livre quer dizer propriedade privada, não importa que sejam monopólios privados, é privado não é estatal, então é democracia.

E o mais grave para a América Latina é que praticamente quase todos os países da América Latina são caracterizados como democráticos. No entanto, reproduzem essa desigualdade. Se perguntar se o Brasil é uma democracia, o liberal afirmará com convicção, porque ele atende somente a critérios políticos, não a critérios sociais e econômicos ou culturais. As relações de poder não entram; são critérios puramente formais e institucionais que contam. Mas para que serve uma democracia se ela não promove a igualdade social, econômica e cultural? Se a maioria da sociedade latino-americana, inclusive a brasileira, não tem carteira de trabalho assinada, quer dizer a rigor, não é cidadão. Porque o cidadão é o sujeito de direitos; quem não tem carteira de trabalho não é sujeito de direitos, não tem a quem apelar se perde o emprego, não tem os direitos fundamentais - décimo terceiro, férias, licença maternidade e tudo mais; vive na chamada flexibilização, que é igual a precarização. Porque a palavra flexibilização parece boa. Vocês querem um mundo rígido ou flexível? Flexível. O rígido é ruim, o rígido é impositivo, o rígido tem horário,

mas através da palavra flexibilização que significa precarização, desapropriação de direitos (é bom?). E o neoliberalismo nada mais é do que uma máquina cruel de desapropriação de direitos. Nesse marco geral então, nos perguntamos pelas questões culturais, sociais e econômicas. Vivemos em regimes extremamente estatoriais; são muito reprodutores da desigualdade que se acentua nas duas últimas décadas, claramente a chamada globalização neoliberal polarizou, em escala mundial, entre potências centrais e potências periféricas; dentro de cada País, entre elites dominantes e massa da população, então na verdade tivemos desenvolvimento econômico, que multiplicou a desigualdade social e continuamos a ter, no neoliberalismo, esse mecanismo de maneira mais cruel porque se formos resumir os dois grandes eixos promovidos pelo neoliberalismo são: do ponto de vista da economia, uma financeirização da economia, quer dizer, hegemonia do capital financeiro e não do capital produtivo; e do capital financeiro não como financiador de atividades produtivas, ou de pesquisa, ou de consumo, capital financeiro em sua modalidade especulativa. Peguemos a lista de créditos e empréstimos do Itaú, do Bradesco etc. A maioria esmagadora de investimento dos bancos, consiste em comprar e vender papéis da dívida pública. O quer dizer, não são financiadores nem da pesquisa, nem do consumo, nem da multiplicação do emprego e nem da produção. São parasitários. Trata-se de um mecanismo que só concentra renda. O mecanismo financeiro não é um mecanismo redistributivo, ele remunera melhor quem tem mais dinheiro, quem investe melhores condições e evidentemente penaliza quem está devendo, e acaba fazendo com que a maioria esmagadora da cidade deva, a começar pelo Estado. Nossos Estados são Estados financeiros; arrecadam recursos para pagar os juros da dívida, portanto, não são Estados que se contrapõem às desigualdades produzidas pelo mercado, são Estados que reproduzem essas desigualdades, transferindo recursos do setor produtivo e do mundo do trabalho para o setor especulativo, superávit fiscal, expressão brasileira que tem a ver com isso; pagamento de juros da dívida tem a ver com isso, altíssimas taxas de juros têm a ver com isso.

A taxa de juros é uma remuneração do capital especulativo, da mesma maneira que o salário é a remuneração do trabalhador e o lucro teoricamente é a remuneração do capital reprodutivo. Aquela taxa de juros explica porque os balanços dos bancos são ganâncias formidáveis; todo semestre e todo ano, nas últimas décadas. É uma taxa de juros totalmente ociosa, ela produz absolutamente nada, porque, na verdade, ela transfere recursos do setor produtivo, do setor do trabalho, para o setor especulativo.

E a financeirização não está somente no Estado, está no endividamento das pessoas, está no endividamento da pequena e da média empresa e está no freio da tomada de crédito. Quer dizer, quem não está endividado se guarda de endividar-se, porque sabe que a taxa de juros é muito alta, é porque sabe que se endividar não sai mais, não costuma sair mais. Então, na verdade, ela funciona para quem está endividado, mas funciona também como um sinal de alerta para que ninguém se preocupe. Poderia fazer tal coisa, mas não vou fazer porque os juros são muito altos, então esse é o elemento que cruza o conjunto da economia, passou a ser a espinha dorsal das nossas sociedades, do capital financeiro que se alastra pela sociedade.

Os brasileiros se lembrarão tristemente do PROER, o único projeto de apoio no setor, para defender o capital financeiro, para quem mais ganhava. Ou aquele escândalo famoso, do Banco Fontes Cidan, em que uma das senhoras, que supostamente cuidava no Banco Central, da saúde do setor bancário, está comprometida, no governo tristemente famoso de Fernando Henrique Cardoso, por essa tramóia. Quer dizer, um banco aparentemente inexistente, que teve um problema de credibilidade e que imediatamente o Banco Central e o governo apoiaram, porque a idéia é que o sistema financeiro viva da credibilidade e um pequeno vírus que entre nesse sistema fisiológico, pode se alastrar por toda a economia. Então, deu-se uma enorme ajuda a um banco aparentemente inexistente, ou melhor, fraudulento, porque vivia numa fragilidade enorme, tanto assim que economias nossas, são passíveis de ataques especulativos do dia para a noite. Basta eleger-se, ou a possibilidade de ganhar um candidato que não agrade o capital financeiro, eles exercem fortemente o seu direito de veto.

Vocês se lembram que nas últimas eleições presidenciais houve um ataque especulativo brutal, o chamado risco Brasil que é um risco para eles e não para nós. Passou a se chamar risco Lula. A massa dos brasileiros queria eleger um Presidente da República e essa minoria, que detém o capital financeiro, dizia: se o elegerem vai haver uma desestabilização total da economia, porque o governo Fernando Henrique Cardoso escancarou a economia e a deixou totalmente fragilizada com relação ao capital financeiro, ao capital especulativo, então a financeirização é um dos fenômenos principais que precisamos entender. Que se passa com a nossa sociedade? A economia cresce, mas na verdade quem mais se enriquece são os bancos. O segundo tema que atinge a massa da população mais diretamente é aquilo que já mencionamos, a precarização do trabalho. A maioria das pessoas não tem mais carteira de trabalho assinada. Portanto não se pode associar, não pode apelar para a Justiça, não tem uma identidade jurídica, não pode se organizar, fica fragmentada e isso dificulta a capacidade de organização, de resistência, da população.

É sabido que o neoliberalismo é forte, não pela economia, é forte pela ideologia que ele propaga. O consumismo, o shopping center, as marcas. E é forte porque a capacidade de resistência das pessoas fica dificultada pela fragmentação, pela dificuldade de organização. Quem vive no mundo da precariedade não é só quem não tem carteira de trabalho, é quem muda de atividade, de função, de trabalho de um mês para o outro, às vezes tem duas ou três atividades ao mesmo tempo, então não só não tem uma identidade social como trabalhador, como tem dificuldade de se associar, de se agregar, e essa é uma vantagem para eles. A Margareth Thatcher, em um dos seus grandes delírios, falou o que é a utopia do liberalismo, não há mais sociedade, apenas indivíduos. É o que eles querem, a gente somente se encontra na hora do mercado; comprou, vendeu, foi para casa, é o indivíduo, só que é um indivíduo fragmentado, atomizado, sem direitos. Então essa que é a realidade concreta da emancipação dos indivíduos através do liberalismo. Isso se explica até pelo desenvolvimento econômico, mesmo. Os marcos do neo-liberalismo: a Argentina cresce, o Peru cresce, o Chile cresce, o Brasil relativamente voltou a crescer, com níveis mais baixos, mas volta a crescer, mas crescer para onde? E por que não se promove a igualdade? Porque há um crescimento basicamente voltado para do mercado, que não tem a ver com a massa da população.

Então, são duas coisas brutais. Primeiro, exportação. A exportação não precisa de mercado interno, não precisa de que as pessoas tenham maior capacidade de consumo; precisa que lá fora exista demanda, especialmente de soja, agro business, grande "star" da economia latino americana é a soja com transgênicos, frango etc. O que ganha o País com essas exportações, para quem vêm esses dividendos? E se, pelo menos, o imposto o governo pudesse cobrar; eles pedem isenção para exportação, como se fosse o Brasil que fosse exportar, como se fosse a seleção brasileira que está representada no saldo da balança comercial do País. Temos saldo da balança comercial há quatro anos. Em alguns nichos cresce o número de empregos, mas muito poucos, até porque tem tecnologia avançada, que não contrata muito e tudo mais. Então, na verdade, a exportação, não significa distribuição de renda, é um privilégio excessivo do mercado interno, com relação ao mercado externo, se nós quiséssemos distribuir renda, quais são os melhores mecanismos de distribuição de renda? Expansão do mercado interno, do consumo popular. Através de política de renda, salário mínimo, melhoria da qualidade de emprego, e assim por diante.

Não tem sentido o Estado dar créditos, subsídios, incentivo para empresários privados sem ter contrapartida, e a contrapartida não é exportar mais e exportar menos, é nível de emprego, distribuição de renda, nível de salário, direito dos trabalhadores e assim por diante. O Estado está aí não para fomentar o empresariado; eles estão muito bem atendidos nos últimos dez anos mais ou menos, mas não tem revestido nem sequer em contrato social, que significa distribuição de renda e melhoria da qualidade de emprego. Então, na verdade exportação é um mecanismo muito unilateral, que privilegia um setor ou um empresariado e não tem necessidade de expansão no mercado interno de consumo popular, que é a massa absoluta da população. Os aumentos não muito significativos do salário mínimo representam alguma

coisa, essa imprensa onipotente, essa direita troglodita, não entende porque o Lula tem o voto dos pobres, não entende porque eles não sabem o que é a vida de um pobre. Bolsa família por menos que seja, eleva a renda de quem a recebe, em quarenta ou cinqüenta por cento. A eletrificação rural chegou aos setores da população que nunca tiveram luz elétrica, com todos os milagres econômicos do Brasil, com todas as dentaduras postiças, com os iogurtes, com tudo aquilo que o Fernando Henrique promoveu - estabilização financeira, sem luz elétrica. Quer dizer, não entendem isso porque são uma burguesia que nem sequer assistencialismo faz no Brasil, nem dona Ruth nem coisa nenhuma, então a popularidade do Lula é uma denuncia do fracasso mesmo distributivo de maneira assistencialista dessas elites tradicionais, é muito pouco mas significa uma melhoria mínima. Isso demonstra o que uma política muito mais generalizada, universalisante de direitos, pode promover em termos de emancipação social, cultural, política dos brasileiros.

Então, na verdade, a política de exportação tem sua contrapartida na precarização. O resto das pessoas tem que se virar como possam, porque a própria política de exportação, não contrata necessariamente com carteira de trabalho. O Estado brasileiro foi desmantelado, o Ministério do Trabalho não tem hoje fiscais para controlar a contratação de trabalhadores nas cidades, nas periferias das cidades, como vai ter no campo? Tem lugares de produção de soja a se cuidar. O momento econômico atual é voltado de um lado para exportação.

O segundo eixo do dinamismo econômico nas sociedades é o consumo de luxo, a chamada alta esfera do consumo, a sofisticação tecnológica, shopping center que fomenta a economia. O Brasil produz um milhão de automóveis, exporta 600 mil, 400 mil não é nada, mas é suficiente para alimentar as cinco ou seis produtoras de automóveis. A reprodução do capital está garantida, o resto da população que se dane, se tem ônibus, se não tem, se tem metrô, se não tem metrô, o processo de acumulação de capital está garantido com essa produção de um milhão de automóveis, que vai para um setor muito estreito da economia. Mas tem uma coisa brutal também - eles sabem que se eu que tenho automóvel estou mais próximo de comprar um segundo, do que quem não tem automóvel de comprar o primeiro. Então, o consumo de luxo supõe a concentração de renda, é voltado não para aquele que não tem automóvel, mas é para aquele que tem, para que ele dê um carro para a mulher, para que dê um carro para a filha. Ter um segundo ou terceiro carro. Melhorar, comprar um importado, é um mecanismo vicioso que está voltado para a concentração de renda. Se houver hoje o aumento de dez vezes o salário mínimo, provavelmente ninguém vai comprar automóvel, vai pagar primeiro as dívidas, vai comprar alimento, vai comprar móvel, vai comprar sapato, vai se divertir. São coisas dessa ordem. Então, a distribuição de renda não é funcional no lucro do capitalismo brasileiro, que é elitista, que está ligado ao grande monopólio nacional, internacional e assim por diante.

Na realidade é suficiente para alimentar o capitalismo. Para o capitalismo financeiro o Brasil tem gente demais, a América Latina tem gente demais. Se houvesse uma peste totalmente segregadora e matasse uma massa importante da população, haveria uma estabilidade social maior. Por que se mata, se chacina jovens da periferia das grandes cidades impunemente? Porque são excedentes do capital de trabalho capitalista, não são os operários qualificados do futuro, não são os professores para ensinar nas MBAs, não são consumidores dos produtos de luxo que eles têm, não são os técnicos que eles necessitam. Eles necessitam de pouca gente que eles forjam nos nichos de universidades privadas hoje em dia. Os outros são dizimados porque são excedentes.

Aquilo que o ex-presidente e ex-sociólogo falou: "há não sei quantos milhões que não podem ser empregados no Brasil e não pisco". Esse senhor, formado em sociologia, não conseguiu aprender e fala com boca cheia, como presidente do Brasil, com maioria absoluta no Congresso, apoio da imprensa,

apoios internacionais. Há milhões de pessoas que não podem ser empregadas no Brasil, quer dizer, que não tem emprego. É a regra? É resto, é excedente, quase que ele disse isso. Quase que ele é um autor intelectual das chacinas, está querendo dizer que não tem lugar, e é irrecuperável, não existe nenhum aceno ideológico, um quem sabe. Nada disso, fale com a dona Ruth, nem isso.

É um capitalismo que não atende aos setores majoritários da política latino-americana. São crianças e jovens da periferia das grandes metrópoles - essa é a maioria da nossa população - que estão abandonados, que estão excluídos, que não estão nos nossos movimentos, não estão nos nossos partidos, não estão nas nossas universidades, não costumam estar nos nossos movimentos sociais. Estão em um mundo completamente separado da gente. No Brasil, freqüentemente, são negros e mulatos e assim por diante.

Esse setor social não é um setor funcional do capitalismo. Não precisam deles, tanto assim que não deixam entrar nos shoppings centers, tanto assim que não é para eles que é dirigida a publicidade, ou é só ideologicamente. Diz assim: olha se um dia você fosse rico o que você poderia comprar. E tem um efeito extraordinário. A hegemonia neoliberal é sobretudo uma hegemonia ideológica, a incitação a um estilo de consumo, mesmo para quem não tem capacidade de chegar a esse recurso. Essa que é a força norte americana; ela está residindo num fato, que eles são o único projeto de mundo hoje. Disputa a cabeça das pessoas, pobres, classe média e ricos.

A China que resistiu séculos e séculos à influência ocidental, em vinte anos se deixou influenciar de maneira brutal, bem ou mal, pela arquitetura, pelo estilo de vida, pelas marcas, etc. Não nos enganemos: a força da hegemonia imperial não é força do Bush, porque se assim fosse estaria liquidado. Não é nem a força militar deles, nem tão pouco a força econômica, é a força ideológica, a força cultural. Vamos nos aproximando do acordo educacional.

Com esse tipo de sociedade, que tipo de democracia é possível? Democracia em que os Estados se esvaziam e são esvaziados da sua capacidade de governar. Na verdade são organismos internacionais que acabam decidindo. São elementos determinantes, sobre o que o Estado pode ou não pode fazer. Falou-se, o gás pode ir até tanto, tem que se cortar aqui, tem que se cortar ali, senão não renovamos empréstimos. Então tem uma tutela internacional que também é financeira, que esvazia o Estado. Há governos que fizeram a pregação do Estado mínimo para os pobres e Estado máximo, tipo PROER para as elites dominantes. A ideologia geral é que o Estado se retira da regulação econômica, da afirmação dos direitos sociais, dos direitos econômicos, dos direitos sociais, dos direitos culturais e assim por diante. Passa a ser um juiz para arbitrar certos conflitos: é obviamente um Estado que está presente na segurança pública, está presente naquelas coisas que interessam à ordem vigente, mas na verdade é um Estado que se esvaziou. Então, a massa da população participa em que? Freqüente a idéia de que os governos vão ser iguais, vou votar em um melhor, a situação não está boa, mas vai ser muito pior se voltar aquele outro. Um raciocínio de infrapolítica, um raciocínio de impotência política, que é uma realidade. É como se a gente se esvaziasse da capacidade de decisão sobre os destinos do País, sobre os destinos da sociedade em geral.

De outro lado, essa democracia é esvaziada pela mercantilização, porque o neoliberalismo abriu as portas para que tudo seja mercadoria. Educação é mercadoria, saúde é mercadoria e assim por diante, ou seja, é a sociedade do tudo tem preço, tudo se vende e tudo se compra, inclusive as pessoas e assim por diante. E a política também passou a ser lugar da mercantilização, do marketeiro, do outdoor, dos financiamentos milionários de campanha, da presença da televisão que substituiu a rua, que substituiu a praça, que substituiu a presença popular. Quando eu vejo campanha por televisão eu não me sinto participante do povo, eu me sinto participante da minha família, no máximo. Mas já estou fragmentado na minha privacidade. Ao invés de estar na praça, gostando ou não, me sentindo um participante de um sujeito coletivo, um sujeito popular, com pessoas que eu não conheço, mas que tem a ver socialmente com o destino da sociedade.

Todos esses elementos esvaziaram o sentido da política. Parece que ela não conta muito; o único elemento de democracia participativa forte que nós tivemos foi sabotado, e está sendo desqualificado e eliminado o que foi - e eu espero que volte a ser - o orçamento participativo. É a maneira de a população decidir questões fundamentais da sociedade. Se ele for plenamente colocado em prática, significa não somente o que fazer com o que é arrecadado, mas quem vai pagar imposto, quanto vai pagar em imposto, porque a tributação é fundamental para redistribuir renda. Por que quem é rico tem que pagar mais? Quem deve ter isenção? E quem deve pagar? E depois o acompanhamento de quais as prioridades sociais, prioridades políticas, econômicas e culturais para que a cidadania acompanhe a decisão sobre os recursos fundamentais. Se não houver um mecanismo dessa ordem as pessoas vão se afastar cada vez mais da política. O orçamento na mão da tecnocracia, é isso que se vê por aí. Não, o orçamento é tentativo, o orçamento é interventório, não liguem não! É claro que tem que ligar. Porque dá parâmetros do que é possível, do que não é possível, mas, sobretudo, tira-se a possibilidade de a pessoa saber quais são as prioridades. Sempre falo de São Paulo que teve a melhor televisão do Brasil que foi a TV Cultura. Ela está morrendo. Quando se vê, não se sabe se é TV Cultura ou se é um comercial, uma publicidade atrás da outra. Então começa-se a condicionar quais programas vão ao ar. O poder público entrega uma coisa pública, cultural, ao destino da publicidade privada. Agora, se fosse submetido à população paulista a decisão sobre prioridades, pode ter certeza que a TV Cultura receberia recursos muito importantes. Foi a melhor programação infantil, foi a melhor em debate político, foi a melhor política informativa, foi a melhor programação musical e assim por diante, foi a melhor programação da TV brasileira. Eu não estou envolvendo as TVs privadas; elas estão envolvidas em uma lógica de IBOPE, de mercado e se degradam cada vez mais. Se estivesse na mão da população certamente opinaríamos mais; se estivesse na mão da população brasileira não estaria essa luta, não digo ingloria, porque está tendo resultados, mas está tão difícil para o Ministério da Cultura chegar a ter 1% no orçamento brasileiro. Então, vamos submeter à massa da população. Sejam os que são beneficiados dos pontos de cultura, ou os que não são, mas podem vir a ser, ou que sabem que cultura é importante. Vamos ver quanto é que vai decidir, vamos ver se o superávit fiscal vai ser aquele que o finado ministro Palocci decidiu ou se as prioridades do governo democrático têm que ser sociais e não econômicas, financeiras. O Antonio Branch dizia que há dois tipos de político, o que procura diminuir o abismo entre governantes e governados e o que procura aumentar.

O orçamento participativo é uma maneira embrionária, mas de socialização política, socialização do poder. Onde ele foi aplicado, especialmente nas cidades do Rio Grande do Sul, aumentou a participação política, aumentou a tributação. A população sabendo quem vai pagar imposto, sabendo o que vai ser feito com os impostos, votou a favor de aumentar os impostos. Hoje em dia, qualquer político, seja chuchu ou não, fala: vou diminuir os impostos e tem popularidade, não interessa quem está deixando de pagar e quem está deixando de receber, porque a população não controla mesmo. Eu quero saber que o Estado não me chateie; se puder, sonogo, e quanto menos impostos melhor.

Aquele prefeito de São Paulo, depois governador e agora candidato a presidente da República se elegeu assim. Destruiu a melhor política social que São Paulo já teve do governo anterior, para fazer o que tem feito, você sabe em que limite esse cara chegou? Sabe que ele autorizou publicidade em uniforme de crianças das escolas públicas. Sr. José Serra, eleito e renunciado prefeito de São Paulo, autorizou que se coloque publicidade nos uniformes de crianças de escola pública que foram dados gratuitamente pelo governo anterior. Como é uma pessoa conscienciosa tem duas proibições: não pode ser bebida nem cigarro, todos os outros podem. É uma decisão totalmente inócua. Quem vai gastar dinheiro para vestir uma criança parecendo um piloto de fórmula 1, cheia de publicidade, se ela vai andar nas periferias onde ninguém está olhando? Mas, é para ganhar as graças da burguesia paulista, disputar com Alkmin quem fazia a concessão maior. Terceirizar hospital, escolas. E isso foi feito. Uma coisa que deveria ser impugnada; ter voto de indignidade, principalmente dos educadores.

Fazer de uma criança pobre, que tem o ensino difícil, na periferia da cidade, objeto de marketing, entregá-la nas mãos de um publicitário privado. Observa-se o grau de mercantilização dessas entidades, sem que a população possa controlar e dizer que não. Se houvesse orçamento participativo, diz-se-ia não é assim que se arrecada imposto, para pagar uniforme de criança. É na verdade, taxando a sociedade privada, é fazendo pagar imposto quem não paga, para poder favorecer a sociedade e assim por diante. Ter uma política transparente. Se não discutirmos democraticamente, de maneira transparente, a tributação, as finanças públicas, quem vai discutir isso são os tecnocratas que não são formados nas universidades públicas, ou se o foram, perderam essa visão há muito tempo. São formados na verdade em universidades privadas, com mentalidade de fazer do Estado uma instituição privada. Empresário deu certo no setor privado, vem dar um jeito no Estado, venha rentabilizar o Estado, como se o Estado fosse plano de custo benefício, é a mentalidade dominante.

Com essa mentalidade, não há participação política possível. Há desinteresses políticos. Vendo hoje, no jornal, a quantidade de jovens de mais de 16 anos que poderiam ter votado. As inscrições terminam dia 03, em alguns Estados. É justamente em São Paulo e Rio de Janeiro que a situação é a mais dramática, é onde os jovens menos se interessam. Podem votar e não querem. Um fracasso na democracia conquistada a sangue, suor e lágrimas, que foi pervertida rapidamente pela mercantilização da visão privatista dos partidos, do Estado, da política e assim por diante. Justamente o orçamento participativo é um fortalecedor da esfera pública que o neoliberalismo fez desaparecer. Ele fez a polarização entre estatal e privado. Primeiro se apropriaram de uma coisa muito importante que é o privado. Estão dando o nome errado; os interesses que eles defendem são esses do mercado, mercantis, porque os indivíduos privadamente perderam direitos nas políticas neoliberais. Não defendem o privado, na verdade as pessoas hoje estão muito mais desvairadas. Quando se privatiza uma empresa não são os trabalhadores privados que compram, são as grandes empresas multinacionais que devastam as cidades onde se privatizaram grandes empresas. O nome real do pólo que eles defendem é mercado. A esfera mercantil e o pólo que nós queremos é uma esfera pública, a de universalização de direitos.

O Estado, na verdade, é um espaço de disputa entre o público e o mercantil. Nossos Estados costumam ser mercantilizados. Mas, como dizia o sociólogo Pierre, no Estado costuma sempre ter um braço direito e um braço esquerdo, o braço direito são os direitos financeiros e econômicos que privatizam o Estado, o braço esquerdo são setores em geral de educação, de saúde, que lutam pela universalização de direitos. Então é um espaço de disputa que em geral a gente perde. O Estado não é um pólo em si mesmo, é um pólo que pode ter hegemonia mercantilista, hegemonia pública e orçamento participativo. É justamente o instrumento de fundação democrática do Estado, centrado na esfera pública e isso seria um instrumento de democratização. Sem esses instrumentos de participação cidadã, não há democracia que possa ser participativa.

A educação é unanimidade nacional em época de campanha. A solução do País e do mundo é a educação, não importa qual seja, porque ninguém pode estar contra a educação, embora possam vetar o FUNDEB, atrasar, tirar dinheiro, etc. Na revista, um educador privado, mercantilista, fazendo colunas todas as semanas. Não é sociedade, não é contradição social, não é a política, a solução é a educação. Países com altíssimo nível educacional, são países justos, solidários, humanizados? Acho que não. Os globalizadores mandam no mundo e têm um nível educacional relativamente alto comparado com o nosso. No entanto, o que eles nos transmitem são políticas egoístas, exploradoras, contaminadoras e assim por diante. Não é educação por si mesmo que leva à emancipação, que leva à democracia participativa, que leva ao desenvolvimento econômico sem desigualdade social. Um dos grandes fenômenos do século XX foi uma espécie de revolução educacional – a extensão do sistema educativo para uma parte significativa da humanidade. Mas a humanidade não é melhor do que antes. Os poucos espaços existentes.

Porque se a educação não é um instrumento de consciência de emancipação, ela não prepara as pessoas para poderem lutar por um mundo melhor. A educação também está penetrada por um espírito liberal. A educação hoje é preparadora para o mercado, para se saber o que profissão me dá e o que eu posso fazer. Essa privatária, que tem o seu padrinho no Paulo Renato, é resultado disso, da multiplicação de universidades privadas. A década Fernando Henrique, vergonhosamente, é a década da multiplicação brutal da educação no Brasil. Mas, que tipo de educação? Educação de universidades privadas. Em geral, gente pobre pagando estudos, para conseguir uma re inserção no mercado sonhada, e assim por diante. E que conhecimento é gestado nessas universidade? Na verdade, a formação da cabeça das pessoas se dá na mídia; não se dá na escola, tanto do pobre, quanto do classe media, quanto do rico. Os valores que chegam lá não chegam através do professor, infelizmente. Até porque são poucas horas na escola, mais horas dentro da televisão do que dentro da escola. Esses valores multiplicam essa mentalidade mercantilista, privatista, consumista, que está vinculada com shopping center, com marca, com a Califórnia, com o Japão etc. e não é essa educação que precisamos. E aqui vamos tomar uma palavra que saiu do vocabulário, que há muito tempo não vejo escrita no jornal somente na parte psiquiátrica, que é a palavra alienação. É uma palavra extremamente perigosa; alienação é a incapacidade de compreender que nós produzimos um mundo em que vivemos. Tem uma relação espessa, uma relação de incompreensão de que o mundo é produzido pelos homens e os homens também são produzidos pelo mundo. A palavra alienação vem da expressão jurídica; alienar um bem é entregar para outro uma coisa que me pertence. Então nós produzimos o mundo tal qual ele é, mas olhamos para o mundo não como quem olha para um espelho, mas como quem olha pela janela, uma coisa alheia. Eu posso até fechar a janela porque eu não quero olhar e não gosto e vou para o shopping center. Na verdade, alienação é isso, é um mundo produzido pelos homens, pelas relações de trabalho, de produção, de pesquisa, de educação. Os homens, porém, não se reconhecem nesse mundo e de fato a humanidade nunca teve tantos instrumentos tecnológicos de conhecimento para ter um mundo conforme nosso desejo. Fazem-se coisas extraordinária como o DA. É uma coisa formidável. Teoricamente ele permitiria coisas inimagináveis. Na verdade, entretanto, é a primeira invenção da historia da humanidade que já começa apropriada pelos capitais privados. Não para combater a malaria na África, não se precisa de DNA, precisa-se de dois dólares por dia. Não se vai nessa direção, porém, porque lá não tem mercado. Vai-se fazer com que o cara da Escandinávia e da Califórnia, que vive oitenta anos, viva noventa ou cento e cinco anos. É algo extremamente seletivo. Embora produzido por investimento público, pelo conhecimento público. A África não existe, ela está desmilinguindo. E não existe para nós. Entre Aids e malaria morrem na África 230 mil pessoas por dia, das quais pelo menos 60 mil são crianças. Os laboratórios da Suíça dizem que não há mercado. Medicamentos há, mas não se tem condições de comprar. Na verdade, a humanidade, hoje, pode superar uma deformidade do feto na barriga da mãe. Coisas tecnologicamente extraordinárias, mas nunca a humanidade se sentiu tão impotente de mudar o mundo conforme seus desejos. Uma acumulação de tecnologia, uma capacidade de intervenção enorme, mas, na verdade, beneficia uma massa muito pequena das pessoas que fazem plástica, que fazem isto e aquilo. Mas a humanidade no seu conjunto se sente impotente diante do mundo, porque não se escapa ao nosso destino. Uma hora é o Fundo Monetário que decide uma coisa, seja porque tem uma enchente, que é incontrolável, seja por um vírus, seja por um assalto em termos de segurança pública. Isso não só é horrível pela impotência, mas é horrível porque nos leva ao conservadorismo. O que quero é que não aconteça nada de ruim. Em geral, quando mudam as coisas muda-se para pior, pela impotência política nossa. Cientificamente, conseguimos transformar o mundo. Então, se a educação não serve para superar a alienação, ela não serve para nada. Pode adequar melhor ao mercado de trabalho, quantos advogados são necessários na próxima geração, quantos engenheiros, quantos juízes de futebol? Quem ficou de fora, ficou de fora. Não consegue disputar os poucos espaços existentes. É uma reprodução do sistema de uma economia que pode até crescer, mas multiplica a desigualdade social. Então, antes de tudo,

a educação tem que ser um elemento de consciência social, principalmente daqueles que mais precisam da consciência social. Um poeta alemão dizia, num texto chamado "As dificuldades para dizer a verdade" - tem que saber pesquisar a verdade e conhecê-la, tem que saber quais são as verdades fundamentais e assim por diante. O mais importante é fazer chegar a verdade para quem mais precisa da verdade, quem mais precisa da verdade. São aqueles que são vítimas maiores, da exploração, da dominação, da discriminação e da alienação. Esses têm que ser os parâmetros de uma educação democrática. Fazer com que crianças e jovens da periferia das grandes cidades tenham capacidade de tomar consciência de quem eles são e do que eles são no mundo, o que significam, quais são os outros, que potencial eles têm, porque que o mundo é como é. Desnaturalizar a morte, a violência, a doença, a discriminação e assim por diante. Fazer disso elementos históricos, culturais. E entender que não são coisas benditas, não são coisas que os evangélicos não podem explicar para eles por mais que tenha que se respeitar a fé. Que não são os islâmicos que podem explicar para eles, mas são explicáveis pelos fenômenos humanos, pelo humanismo, pela compreensão das relações sociais da história, da cultura, da ideologia, das relações de poder.

Ser humanista é isso, ajudar as pessoas a entender a situação a partir do conhecimento que nós temos. Nós temos a bênção e o privilégio de trabalhar com idéias; são idéias a que a massa da população não tem acesso. Nós não vamos dar de presente, de fora; nós temos que criar as condições para que eles possam compreender a si mesmos no mundo, se humanizar de alguma maneira. Essa maneira violenta de resolução das questões políticas, sociais, culturais e econômicas, é uma maneira de desumanização do outro. Eu trabalhei na FEBEM. Muitos aqui sabem qual o grau de alienação em que as crianças são capazes de entrar muito precocemente, muito dramaticamente, quando não são socializadas, na família, na escola e assim por diante. Então, a busca da emancipação é a busca de, através do conhecimento, ajudar as pessoas a se desalienarem.

O conhecimento na verdade é a capacidade de entender a presença do sujeito no objeto, a presença dos homens no mundo, que tudo que está lá fora foi de alguma maneira reproduzido pelas relações humanas, pelas relações sociais. Existem montões de instrumentos para ajudar a entender; tem os livros sobre o Brasil para nós nos empaparmos disso e termos condições de não sermos, pelas teorias de alienação, afetados. Eu recebi um processo do senador, banqueiro, ex governador, porque eu escrevi um artigo acusando-o de racismo, a partir daquela frase que ele disse: vamos ficar livres dessa raça por trinta anos. Eu sofri um processo, por injúria, calúnia e difamação. O processo está correndo, amanhã vou ter que correr e depor. Eu não quero solidariedade comigo, acho que a execração desse personagem que representa muito bem a discriminação do povo, do negro, do mulato, sendo banqueiro, ariano de olhos claros, de Santa Catarina, do PFL que foi o governador biônico Jorge Bornhausen, que se dá o direito de processar a mim e a qualquer outra pessoa. Eu vou tentar provar amanhã que essa afirmação dele tem algum caráter racista, ele usou essa expressão como a burguesia usa privadamente. Mas como acharam que tinham derrubado esse governo e que voltariam nos séculos, se exarcebou e colocou para fora essa frase, que tem três elementos básicos: acabar, dizimar com essa raça (é a maneira de tratar pobres), por trinta anos. Quer dizer, gera uma idéia de que nos apropriamos do Brasil, para voltar a fazer a maravilha que ele sempre foi. Não é questão minha, mas como algumas pessoas ficaram sabendo, eu quero dizer que o processo está correndo e amanhã vou ter que tentar provar que o Sr. Jorge Bornhausen é racista.

Mestre de Cerimônias: Vamos ter que substituir o debate por uma reflexão sobre as questões que foram aqui abordadas pelo professor Emir Sader. Ele trouxe para nós a questão da necessidade da igualdade social, da igualdade cultural, da igualdade econômica para, de fato, ter-se uma democracia. Apresentou para nós alguns fenômenos do neoliberalismo, a questão da financeirização da economia, que leva os Estados a serem devedores. A questão do reforço com o individualismo. E também esboçou aqui um pouco das dificuldades de crescimento do nosso País, que está voltado para exportação e para o consumo de luxo.

Enfim, são questões que foram colocadas aqui. E, finalizando, a necessidade da participação popular citando instrumento importante na democracia participativa, que é o orçamento participativo, e concluindo com a necessidade de os jovens e adultos tomarem consciência do que é o mundo, o que é que eles são, ter um pensamento crítico, para que a gente possa criar as condições para urbanização e para uma educação emancipadora. Então, a gente só tem a agradecer essa contribuição dada pelo professor Emir Sader. Obrigado.

INTERVALO

PAINEL

Política Nacional de Gestão da Educação

Horácio Reis, Coordenador da Mesa: Bom, já estamos com a presença do Deputado Abicalil, do Sr. Enrique Roca Cobo, do Ministério da Educação da Espanha, também do representante do Ministério da Educação do Brasil que fará a sua apresentação.

Vamos convidar os participantes que estão no hall, tomando café para que entrem, para que possamos reiniciar os trabalhos. Eu gostaria de iniciar convidando o Deputado Carlos Abicalil, para compor a mesa na qualidade de debatedor deste Seminário, o Conselheiro da Embaixada da Espanha Jesus Martin Cordeiro para compor a mesa, Sr. Enrique Roca Cobo, do Ministério da Espanha e o Professor Horácio Reis para representar o Ministério da Educação do Brasil.

Nesta seqüência, ouviremos relatos de políticas públicas nacionais. Portanto, os expositores são sempre representantes de governo e, nesta seqüência, seguiremos com Brasil e Espanha. Nesta mesa haverá sempre um debatedor que apreciará a exposição e poderá fazer seus comentários. Teremos vinte minutos para cada apresentação, podendo exceder por mais cinco minutos para conclusão. E, em seguida, teremos também a participação do nosso debatedor. Vamos começar com o Ministério da Educação da Espanha, Sr. Enrique Roca Cobo.

Sr. Enrique Roca Cobo, Ministério da Educação da Espanha : Bom dia e muito obrigado. Quero pedir desculpas por não poder falar em português, e quero agradecer ao Ministério da Educação do Brasil o convite e a oportunidade de compartilhar com vocês alguns temas acerca da questão democrática da educação. Faz dois anos que o novo governo socialista se propôs a empreender uma reforma educativa para dar resposta aos problemas da nossa educação, na Espanha. Apresentaram-se um documento, que nós chamamos de educação para todos e entre todos, e propostas para o debate. O documento foi discutido no nosso País desde setembro de 2004 até a primavera de 2005. Foi discutido entre os agentes sociais nos centros educacionais, nas comunidades autônomas, ou seja, nos estados espanhóis, e o documento resultado da reflexão foi convertido em projeto de lei, elaborado pelo governo, quase já no verão de 2005. Ou seja, tivemos um período de mais ou menos um ano social no qual tivemos organizações sindicais, representantes de pais de alunos, representantes dos próprios alunos, patronais, educação privada, a própria Igreja e forças políticas.

Uma vez que o projeto de lei foi aprovado pelo governo e apresentado ao Parlamento, começou a sua tramitação parlamentar no mês de setembro do ano passado. De setembro a dezembro foi discutido no Congresso, com um grande debate político e, ao mesmo tempo, houve um grande debate político nas ruas. O projeto de lei tinha aspectos que eram contestados pela oposição e pelo partido conservador - alguns setores da Igreja, setores ligados à hierarquia eclesiástica e também associações de caráter fundamentalmente católicos, algumas associações de pais e alunos e dos próprios alunos, e vinculados a alguns setores da Igreja, mas não a todos. Tivemos debate político no Parlamento entre os meses de setembro e dezembro. Em dezembro foi aprovado no Congresso. Depois tivemos um recomeço do debate e já está no Congresso. Em 6 de abril deste ano nós tivemos aprovação definitiva pelo Parlamento espanhol deste novo projeto de lei educacional que, com muitas críticas também, teve um grande apoio político como outras leis sobre as quais eu vou falar para vocês agora.

E eu vou lhes falar, sobre como nós organizamos nosso País com relação à gestão democrática da educação. Esse foi um debate democrático com a nova lei, e acreditamos que haja mais assuntos que sejam do interesse de vocês. No começo da apresentação, eu falava sobre as propostas, falava sobre a educação

de qualidade para todos, nos entendíamos que era fundamental para que a educação fosse de qualidade, a existência de igualdade, ou seja, todos os cidadãos devem desfrutar da educação. E falávamos também que a educação deve ser entre todos, a gestão de educação deve ser participativa, deve ser democrática, deve ser compartilhada, e a partir da concepção das normas que a regulam até a atuação cotidiana da prática educacional nos centros, nas escolas e nos colégios. Vou apresentar alguns “slides” e alguns dados que talvez facilitem a compreensão do que vou dizer.

Eu vou dividir esta apresentação em três partes: a primeira, uma reflexão rápida sobre a transição democrática na Espanha e as leis educacionais que entraram em vigor, os resultados que essas leis educacionais e a gestão democrática do nosso País geraram até os últimos anos, e finalmente como eu coloco aqui, olhando em direção ao futuro, alguns aspectos essenciais da lei educacional. Em um rápido resumo das leis, tivemos várias críticas em nosso País com relação a que nos últimos anos tivemos muitas mudanças de sistemas. Realmente não é bem assim. Tivemos uma primeira na época do franquismo nos anos 70, no final da ditadura, a lei geral de educação, que teve como virtude fundamental reorganizar o sistema educacional e estender a educação básica até os 14 anos, entre 6 e 14 anos. A educação na Espanha é obrigatória e universal e eu vou mostrar um quadro onde podemos comprovar isso estatisticamente. Foi aprovado na Constituição de 78 e é um marco fundamental que abriu a gestão democrática da educação no nosso País e também da educação. O resultado do desenvolvimento da Constituição foram as duas leis seguintes, a lei de 1995 e a lei de 1990.

A primeira desenvolve liberdades e direitos e a segunda, sistemas educacionais e volta a estender a educação até os 16 anos, de forma que a educação legal da democracia é o conjunto dessas duas leis. A segunda reforma foi do Partido Popular em 2002, que propôs uma lei, que não foi aprovada e que foi substituída por essa que mostrei a vocês, de forma que depois da Constituição espanhola, nesses vinte e cinco anos, em dois processos legislativos, um nos anos oitenta, outro nos anos noventa e o atual no qual estamos agora. Rapidamente eu falava que a Constituição espanhola colocou o marco da gestão democrática da educação. Vocês podem ver aqui que a Constituição garante o direito dos alunos à educação e estabelece, como dizemos na Espanha, a dupla rede de centro, ou seja, da natureza legal à dupla rede de centros educativos, educacionais, centros públicos que representam dois terços dos conjuntos das escolas e institutos do País. E os privados, a maior parte dos quais são centros subvencionados com fundos públicos, de forma que o ensino entre os seis e os dezesseis anos em todos os centros é gratuito, mas um terço dos centros ou colégios são organizados com fundos públicos. Além disso, a Constituição garantiu o direito dos pais a escolher a formação, mais afinada com suas ideologias, com suas próprias convicções. E a Constituição garantia também a participação democrática - por um lado, da comunidade educacional, professores, pais e escolas criando os conselhos escolares e, por outro lado, distribuindo as competências educacionais no Estado autonómico ou no Estado Espanhol de forma que o Estado tem a responsabilidade da educação e atribuiu aos governadores o desenvolvimento e toda parte prática cotidiana, ou seja, as minúcias de educação no País de forma que divide as competências entre o governo e os Estados. Além disso a lei estabeleceu um sistema pouco comum, no âmbito educativo, que é o sistema de eleição dos diretores das escolas públicas, pela própria comunidade educacional. Como eu falei, o segundo capítulo da lei regula direitos e estabelece o sistema educacional. Estabelece a obrigatoriedade da educação entre os seis e os dezesseis anos, introduz o conceito de currículo (acho que simplificaram demais o currículo). Estabelece um plano de objetivos e conteúdos que devem ser dados aos alunos e como devem ser avaliados, de forma que temos uma organização por objetivo, que até então em nosso País não existia. Ensino compreensivo entre os doze e dezesseis anos. Basicamente o ensino é comum para todos os jovens, mas respeita a diversidade. A partir dos dezesseis anos temos o ensino médio, ou formação profissional, temos educação secundária obrigatória. A partir daí temos a universidade. Essas

duas leis são resultado do marco democrático estabelecido pela Constituição. São as duas leis que introduzem uma organização democrática e participativa do ensino do nosso País.

Como evoluíram os dados que temos sobre a nossa educação nos últimos anos desde a Constituição, desde a implementação dessas leis até hoje? Temos alguns dados preocupantes e um deles recente, que esteve muito presente em decisão do Congresso, foi a diminuição da produtividade do aluno. A educação não pode estar dissociada da economia, nem de costas à formação dos cidadãos, e educação é muito complexa e temos que conseguir que os alunos obtenham os resultados desejados, o rendimento desejado. O relatório de avaliação escolar mostrou alguns resultados não satisfatórios, resultados inferiores da média da OCDE, com níveis de competência dos jovens que podem ser melhorados.

Temos alguns níveis de igualdade, temos uma alta taxa de jovens que não terminam a educação obrigatória com sucesso. São escolarizados e não têm um bom rendimento - é o que a União Européia chama de evasão escolar, abandono escolar de jovens que, quando chegam aos dezesseis anos, não permanecem no sistema educacional. Este é o conceito que a União Européia tem hoje e que nós compartilhamos, de abandono prematuro da escola. E, o objetivo que temos é eliminar uma boa parte da evasão escolar, fazendo com que os jovens concluam a segunda parte que é o ensino médio. Rapidamente, uma questão em números. Há muitos anos a educação em nosso País, desde que existe o sistema público de educação, se preocupa basicamente com uma boa qualidade das escolas e com a alfabetização. São duas variáveis fundamentais consideradas na história da educação no nosso País. Como vocês podem ver a evolução foi significativa entre os cinco e quatorze anos. Quando nós chegamos à transição democrática, somente 76% dos jovens estão escolarizados entre cinco e quatorze anos. Por isso a lei geral de educação do franquismo se propôs escolarizar uma grande parte dos jovens, o que foi conseguido nos anos oitenta. A taxa de alfabetização diminui notavelmente, apesar de que os analfabetos de maioridade ainda permanecem em situação de analfabetismo. Temos taxas de alfabetização de 98% ou seja, temos algum analfabetismo estrutural de pessoas mais velhas. A situação educacional não está muito boa, mas não justifica algumas observações muito pessimistas em nosso País. Esses são dados indicadores da OCDE. Um indicador que vemos é a porcentagem da população que completou pelo menos a educação secundária superior, ou seja, que acabou o ensino médio, e medimos esses dados com pesquisas nas populações com diferentes idades. Quantos jovens hoje, entre os vinte e cinco, e trinta e quatro anos têm educação secundária superior, ou seja, alcançaram este certificado.

A média da OCDE é de 75. Como vocês podem ver é muito insatisfatória. Agora, quando analisamos quais são os dados educativos, nós não temos outra forma de saber onde estamos que utilizar pontos de referencia comparativas, vendo como estávamos no passado com relação ao presente. Esses mesmos jovens de vinte e cinco a trinta e quatro anos, há trinta anos, no começo da transição, os cidadãos que hoje temos incluídos nesse grupo de idade (cinquenta e cinco a sessenta e quatro anos) para esses jovens, os dados na promulgação da Constituição eram o que nós temos aqui - cinquenta e um. Os jovens tinham estudo de educação secundária superior, referente a cinquenta e um por cento da média da OCDE. Então, era muito pior naquela época. Nós tivemos um longo caminho que percorrer, intenso caminho e frutífero. Nós passamos do 19% a 60%, nós multiplicamos por três o número de jovens cidadãos que alcançaram esses estudos, mas evidentemente não podemos ficar satisfeitos com isso. O objetivo europeu é chegar a 80% dos cidadãos dessas cidades alcançando o certificado. Então, não podemos ficar satisfeitos enquanto tivermos dados de sistemas educacionais similares. Nós precisamos ainda de muito sucesso e muito progresso na área da educação.

Temos um dado recente, que é este aqui - se nós consideramos o conjunto da população espanhola entre vinte e cinco e sessenta e quatro anos, então ficamos numa média de dez anos no sistema educacional

frente aos doze da OCDE e, se é assim, isso demonstra que nossa educação está melhorando, mas tem algumas deficiências. Mas, olhando para o futuro, uma criança que é incorporada ao sistema de educação do País tem uma esperança de escolarização de 17,3 anos, até mesmo acima da média da OCDE. Então, demos passos importantes e esperamos que frutos desses passos sejam colhidos nos próximos anos. Hoje as nossas crianças têm uma esperança superior à média da OCDE e, portanto, o resultado é positivo. Estou colocando dados claros, satisfação, insatisfação, coisas que devem melhorar no sistema educacional.

Nada acontece por acaso. Temos uma evolução, um esforço feito pela sociedade, pela educação no nosso País, nos últimos trinta anos, medido como nós costumamos medir com este indicador que permite fazer uma comparação internacional - o esforço pelo dinheiro que é gasto com a educação, no nosso País. Veja que nos anos 70 o gasto público em educação era de 1,7 do PIB, enquanto que nesses mesmos anos na Europa OCDE, os países membros da União Européia naquela época, tinham uma média de 5,1 ou 5,2%. Estávamos muito longe do esforço de investimento em educação quando os países tinham déficits significativos. Então, vemos um grande esforço na transição democrática, entre os anos 60 e 90 conseguimos aumentar esse dado para 4,4%. Aproximamo-nos muito mais da União Européia e da OCDE. Infelizmente nos últimos anos, esses anos coincidem com a gestão do governo anterior, eu não quero dizer com isso que tenhamos críticas ao governo anterior, mas esses anos coincidem com o rompimento a essa tendência. Nós tivemos não somente um crescimento, mas tivemos uma estabilização do crescimento da educação no País. Se tivéssemos uma continuação do crescimento, teríamos um gasto público similar, mas eu vou falar agora mesmo que esse não é o elemento único, não é só o gasto que vai garantir uma melhora na educação. Eu vou comentar rapidamente os dados do PISA. Vocês devem conhecer esses dados, que ocuparam várias horas de debate na Espanha e nos países da Europa. Nós temos aqui na Espanha uma situação não satisfatória - está abaixo da média dos resultados PISA dos jovens da OCDE, um pouco abaixo de países de longa tradição como França e depois Estados Unidos. Nós gostaríamos de estar pelo menos na média dos Estados PISA. Se colocarmos aqui esses dados da OCDE em alguns países, vemos três setores: o primeiro de países que têm melhores resultados; o segundo setor, daqueles países agrupados em torno da média, pouco significativo; o terceiro setor seria dos países onde a diferença é menos favorável e significa, como vocês podem ver, que eles estão no final do grupo de países - são aqueles que tem resultados menos satisfatórios. Mas vou colocar aqui alguns Estados espanhóis que participaram dos resultados PISA, para que vocês vejam que não somente mostramos uma realidade como ela é - uma realidade complexa como temos aqui um resultado praticamente na média para os Estados de Castilla Leon, País Basco e Catalunha que participaram e que estão na média dos Estados PISA. Nós temos também alguns Estados espanhóis que estão um pouco abaixo da média, que justificam esse resultado insatisfatório.

Desculpem essa comparação com essa estrela do PISA que é a Finlândia. Mas, nesse primeiro quadro temos a situação real dos alunos espanhóis e os alunos finlandeses. Os alunos, em todos os níveis de competência matemática, estão abaixo dos resultados dos alunos finlandeses. Se conseguíssemos melhorar os resultados de todos os alunos, não daqueles que não estão indo bem, mas também daqueles que estão tendo bons resultados, se conseguíssemos aumentar em 20% os seus resultados nós teríamos aquela imagem do exercício teórico, nós seríamos a Finlândia. Mas, infelizmente, não somos a Finlândia, não podemos ser a Finlândia, mas queremos ter os melhores resultados possíveis. Temos que atuar em todo o sistema educacional. Os nossos melhores alunos também têm que melhorar todos os seus resultados. A melhoria do sistema deve afetar todo o sistema, não somente aqueles alunos com mais dificuldades, ou aqueles alunos que abandonam a escola, mas o problema do sistema é melhorar todos os setores, todos os níveis, até que os alunos alcancem o nível ótimo. Eu falo isso pela necessidade de uma educação pensando também não somente nisso, mas nos resultados dos nossos alunos, ou seja, nós propomos que os alunos alcancem resultados. Se não conseguem nós devemos continuar tentando e melhorando.

Eu vou mostrar alguns dados PISA. Estou exibindo essa transparência para mostrar que nós não gastamos o necessário em educação. Observem que nós temos países, como os Estados Unidos, que têm um elevado, um altíssimo gasto por aluno e, no entanto os seus resultados são medíocres, estão abaixo da média e são pouco parecidos com os da Espanha. No entanto, países com investimento menor, Finlândia, Países Baixos, Bélgica têm investimento muito menor com resultados muito bons, de modo que temos que gastar direito, de forma eficaz para conseguir os resultados propostos. Não é somente investir em educação, dirigindo dinheiro para educação, mas conseguindo um resultado efetivo neste âmbito da educação.

Buscando soluções, temos linhas prioritárias de atuação no nosso País. Por um lado atuação de tipo normativo, para estabelecer um novo marco que permita melhorar o nosso sistema, qualidade dos alunos tendo uma melhor escolarização, mas também é importante definir os objetivos, planejando a educação. E temos que fazer isso com relação à Europa, mas também temos que fazer isso com os próprios objetivos espanhóis. Temos que melhorar o financiamento, educar para a sociedade do século XXI. Hoje nós estávamos falando de cidadania e estávamos preocupados em educar para o próximo século, que tipo de alunos teremos, como vai ser a educação do futuro e, finalmente, o último aspecto importante é que compromissos com a sociedade, com grupos políticos, com grupos sociais, com representantes, com professores, pais, nós estamos dispostos a assumir, para melhorar a educação dos nossos jovens. Que compromissos compartilhados estamos dispostos a assumir?

Alguns dos objetivos prioritários que nos colocamos, e compromissos compartilhados - melhorar a qualidade e os resultados, fomentar a aprendizagem ao longo da vida. Essa expressão talvez seja muito categórica, utilizada pelos anglo-saxões - é que todos os cidadãos melhorem os seus níveis de educação, para que sejam cidadãos mais livres e mais conscientes e também, claro, mais felizes. Reforçar a igualdade do sistema educacional. Um rápido resumo para terminar. Entre as medidas acadêmicas mais destacadas, temos essa lei discutida, participada e votada pela maioria dos partidos do nosso País. Propõe a prevenção, propõe detectar as dificuldades, desenvolvendo mecanismos de apoio e reforço para educação infantil, secundária, superando os objetivos propostos, assim reduzindo os resultados baixos e prevenindo, reforçando e ajudando atendendo à diversidade mas, tendo como norma que cada aluno tem uma diversidade e que cada aluno requer um reforço específico para obter os resultados desejados. Assim, colocamos no currículo as matérias básicas, como a União Européia propõe, e temos que agora desenvolver essas matérias. Nós estamos trabalhando nisso.

Vamos definir as competências básicas que os alunos devem alcançar quando saírem do sistema educacional e trabalhar para que eles a adquiram ao saírem do colégio. Trata-se de flexibilização da educação e fazer um controle do que está acontecendo, fazendo avaliação de diagnóstico aos nove e aos treze anos - da educação primária e da educação secundária, ou seja, ensino médio. Fazer uma prova para saber como está o nível do sistema educacional, outras normas do tipo organizacional, reforço da autonomia dos centros educacionais, revisão da formação, escolarização igualitária, e medidas de política educacional, avaliação de sistema, prestação de contas ao Parlamento de forma anual, e cooperação entre as comunidades autônomas.

Até aqui os dados e os números que temos mostram o seguinte. Eu gostaria de lembrar que nós tínhamos um objetivo no Ministério da Educação da Espanha, do ponto de vista normativo, de tornar possível todos os objetivos, porque temos alguns desafios. Mas não podemos parar por aí. Temos uma lei recém aprovada e temos que fazer o possível para conseguir uma co-responsabilidade de todo o conjunto da sociedade em favor da educação, fazendo com que a educação seja um instrumento fundamental de progresso social, de progresso individual e até mesmo de felicidade individual.

Nós temos que trabalhar para que todos os jovens tenham mais e melhor educação, obtendo melhores resultados. Oscar Wilde falava que a educação é algo magnífico, mas que as coisas mais importantes da vida não podem ser ensinadas, podem ser encontradas. Nós achamos que ele se confundiu, nós achamos que sim, que quase todas as coisas importantes da vida podem ser ensinadas e seguidas pela educação, mas se ele tiver razão, vamos trabalhar para que os nossos jovens alcancem resultados e estejam em condições de ter uma boa educação e de encontrar as coisas boas na vida. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Vamos dar seqüência ouvindo agora o Ministério da Educação do Brasil, professor Horácio Francisco Reis, por favor.

Professor Horácio Francisco Reis, Ministério da Educação do Brasil: Bom dia. Em primeiro lugar eu gostaria de justificar a ausência do nosso secretário da Educação Básica, o professor Francisco das Chagas que estava previsto para fazer esta apresentação. Sua ausência acontece em função de algumas atividades que estão sendo desenvolvidas, como a marcha da Frente Nacional dos Prefeitos que está acontecendo aqui em Brasília e o nosso secretário está acompanhando o Ministro nessas atividades. O secretário ontem, na abertura, além da saudação que foi feita para vocês, ele, prevendo que estaria impossibilitado de estar aqui já me apresentou e adiantou alguns programas, que estão sendo desenvolvidos pelo Ministério da Educação, particularmente pela Secretaria de Educação Básica, no que se refere a gestão democrática da educação. Evidentemente que nós vamos tentar detalhar aqui um pouco mais para vocês, mas antes desse detalhamento eu gostaria de fazer um registro, sobre a prática democrática. Como nós temos seguido nas discussões e nas definições dos programas e nas atividades da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Em todos os programas, todas as atividades que foram, até aqui de forma superficial, apresentadas para vocês, temos primado pela interlocução, com os atores envolvidos, na perspectiva de discutir o conteúdo, metodologia de aplicação, enfim, todos aqueles programas vinculados a gestão democrática da educação, que estão sobre a coordenação do professor Arlindo. Esse eixo da educação democrática tem sido perseguido por todos nós, como também, não só nos programas referentes a gestão, mas no apoio técnico e financeiro a projetos educacionais que são encaminhados pelos Estados e pelos Municípios ao Ministério da Educação. Esses projetos têm sido tratados da forma mais democrática possível. Uma coordenação específica no nosso Departamento é responsável pela análise e pela definição desse apoio, passando por uma discussão prévia, interlocutores, dirigentes regionais, estaduais e municipais, muito antes de esses critérios serem normatizados em resolução e publicados no Diário Oficial. É uma prática que nós temos mantido durante esses quase quatro anos de gestão no Ministério da Educação, particularmente na Secretaria de Educação Básica. Esses critérios são discutidos e coordenados aqui por nossa coordenadora Ana Pascoalini que está aqui presente e tem sido responsável por esse debate através dos Seminários estaduais que nós temos realizado, com os secretários estaduais e municipais.

Antes de entrar no detalhamento, eu gostaria de tecer algumas considerações de cunho legal e político, para que a gente possa fazer uma reflexão.

No aspecto legal, aí está uma legislação educacional aparentemente consistente. Porque, apesar de nós termos uma legislação densa e cheia de princípios, de preceitos, de normas, essa legislação, eu estou citando aí a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o FUNDEF e o Plano Nacional de Educação, toda essa legislação apresenta para nós uma série de pendências, que estão colocadas não só para nós gestores, mas para todos aqueles envolvidos com educação no nosso País. Pendências que têm dificultado, na realidade, essa convergência de competências dentro de um regime federativo, que é o nosso, onde nós temos a União, os Estados, os Municípios, com suas competências e com suas autonomias definidas na Constituição.

Em relação à própria Constituição Federal, nós já estamos com pendências de quase duas décadas, a exemplo do pacto federativo. No artigo 23 da Constituição Federal, definem-se as competências comuns da União ou pelo menos coloca-se que essas competências comuns serão definidas na regulamentação posterior, na forma da lei. Esta Constituição foi promulgada em 1988 e nós estamos já em 2006 e esse pacto federativo ainda vem se arrastando em termos de sua regulamentação.

A própria LDB, no seu artigo oitavo, estabelece a necessidade de regulamentar o regime de colaboração no sistema de ensino entre União, Estados e Municípios e nós estamos também com essa pendência há quase dez anos, porque a LDB vem de 1996 e esse regime de colaboração tem se materializado, em ações, em programas, em atividades, mas não está consolidado legalmente, não está regulamentado para que, de fato, os gestores possam definir com mais consistência os seus planos educacionais. O FUNDEF, como todos conhecem, é uma política de financiamento e apesar de alguns aspectos positivos, se apresenta para nós como uma política limitada de financiamento, restrita ao ensino fundamental e isso tem dificultado também toda essa evolução dentro do quadro do regime de colaboração necessário que está colocado.

O Plano Nacional de Educação, por sua vez, já é bem mais recente. Vem de Janeiro de 2001 e traz no seu conteúdo, prazos e necessidades de se fazer uma avaliação e eventuais mudanças nas metas que o Plano contém e com desdobramento também nos Estados, nos sistemas de ensino municipais e estaduais, quando da elaboração dos seus planos educacionais, planos municipais e isso também se coloca como pendência porque nós estamos, hoje ainda, com menos da metade dos municípios que têm já regulamentado o plano municipal de educação. Então, tem um sistema municipal de educação organizado diante das alternativas que a própria LDB apresenta.

Essas pendências têm trazido, para nós, algumas conseqüências. Não somente essas pendências mas, paralelamente às políticas que foram implementadas, particularmente ao longo de décadas no nosso País têm trazido sérias conseqüências que todos nós conhecemos. Não vou destacar muitas, mas apenas três, para que possamos fazer uma reflexão sobre elas. Por exemplo, nós estamos diante de sistemas de ensino com dificuldades na organização e nas demandas educacionais. Como eu falei, é uma pequena parte dos nossos municípios. Mais de cinco mil municípios estão devidamente organizados, com seus planos municipais e com seus sistemas organizados.

As funções docentes no nosso País nos sistemas municipais e estaduais ainda são exercidas por profissionais não habilitados. Para que vocês tenham uma idéia, tendo como referência a educação infantil e o ensino fundamental, estamos com cerca de 200 mil funções docentes sendo exercidas por profissionais não habilitados. Isso é uma conseqüência de tudo isso que a gente vem observando. Aquelas funções que estão sendo exercidas por profissionais habilitados, esses profissionais como todos nós conhecemos ou sabemos, são profissionais que estão regulados a um quadro de remuneração bastante preocupante que torna sempre como referencia o limite do salário mínimo. Talvez um pouco mais, em termos dos professores, quando a média nacional atinge quinhentos e cinquenta reais. Dentro desses que compõem essa média, 80% estão numa média de remuneração de trezentos e setenta reais. É uma situação bastante preocupante.

E uma outra conseqüência também para nossa reflexão é o fato de nós estarmos diante de uma realidade cruel, que é as crianças chegarem à quarta série do ensino fundamental, concluírem a quarta serie do ensino fundamental, com dificuldades na leitura, com dificuldades na escrita e conseqüentemente com dificuldades de dominar conceitos básicos da matemática. O sistema de avaliação mostra isso, onde mais da metade das crianças estão nessa situação no nosso País.

Evidentemente que, enquanto gestores, temos que enfrentar essas dificuldades, temos que enfrentar

essas conseqüências e eu trouxe para nós alguns desafios que estão vinculados com os eixos norteadores e políticos da Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação. Como o secretário ontem, na abertura, já falou, a gestão democrática é um dos eixos, a questão da inclusão com qualidade social é outro eixo norteador, a questão da redefinição da política de financiamento é outro eixo, como também a questão da valorização dos profissionais da educação também é um outro eixo que norteia os programas e as políticas da secretaria de Educação Básica.

Estamos diante de alguns desafios. Vamos focar apenas três: a garantia e o acesso a todas as etapas da educação básica, com as crianças jovens e adultos aprendendo; consolidar políticas em busca da qualidade social da educação; contribuir com o fortalecimento dos sistemas de ensino. Claro que podemos listar dezenas de desafios que estão colocados. Eu apenas foquei esses três para que a gente possa fazer uma reflexão mais consistente dentro do que estamos debatendo. Esses dois primeiros desafios, ampliação e acesso a todas as etapas da educação básica como também consolidar políticas em busca da qualidade social da educação, eles estão diretamente ligados aos eixos da redefinição da política de financiamento, eixo da inclusão com qualidade social de educação. A partir do momento em que a gente sai de uma política restrita, limitada, ao ensino fundamental, para uma política de financiamento que contempla toda a educação básica, da educação infantil até o ensino médio, tem-se, senão de imediato, mais uma perspectiva, mais uma caminhada em função de se ampliar esse acesso a todas as crianças, jovens e adultos.

O eixo da inclusão com qualidade social, simultaneamente a esse debate em todo o País está sendo desenvolvido. Questões de políticas que reflitam essa inclusão com qualidade social, a exemplo da educação infantil que foi discutida em todo o País, em encontros regionais, estaduais, não só a política em termos do pedagógico, mas também os desdobramentos de uma política mais ampla nessa etapa da educação básica, a discussão sobre o ensino fundamental de nove anos, a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, que hoje já é uma realidade, mas passou por um debate nacional, onde os sistemas de ensino estão inclusive praticando e esse debate está sendo interessante porque não significa a gente ter simplesmente as crianças de seis anos no ensino fundamental, mas principalmente em um debate profundo sobre os métodos e a forma como essas crianças vão ser alfabetizadas. Evidentemente, cabe a cada sistema de ensino, estados e municípios, definirem essa forma em função de suas autonomias e de suas competências.

Quando falamos de contribuir com o fortalecimento dos sistemas de ensino, aí está um desafio intimamente ligado ao eixo da gestão democrática da educação. Evidentemente que nos dois desafios anteriores, além dessas políticas que citei aqui que estão sendo discutidas nacionalmente, o Ministério da Educação definiu alguns programas, na perspectiva da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Para isso, temos em fase de implementação: Pró-letramento, Pró-formação, Pró-licenciatura, Pró-infantil. São eles programas de formação inicial e continuada dos professores como também temos, dentro do Ministério da Educação, programas que estão sendo implementados na perspectiva da formação inicial e técnica dos funcionários de educação. Vamos detalhar um pouco mais à frente. Esses desafios fizeram com que o Ministério da Educação pensasse na perspectiva de criar um sistema nacional de formação inicial e continuada para os profissionais de educação, como também criar o sistema nacional de apoio à gestão democrática da educação, e é exatamente nesta perspectiva de criação do sistema nacional de apoio à gestão democrática de educação, que nós definimos alguns programas. Acredito que todos já foram um pouco apresentados ontem pelo secretário, mas nós vamos ver alguns detalhes sobre eles.

Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação - Esse programa visa fazer uma reflexão sobre o papel estratégico do dirigente em processos voltados ao planejamento, à execução e à avaliação de políticas educacionais. Visa ao fortalecimento da ação dos dirigentes municipais da educação frente à

gestão pública e visa a contribuir com o avanço da democracia e da qualidade social de educação. É um programa que não é nenhuma novidade, é uma reedição de um programa anterior chamado PRASEM, e que hoje está denominado PRADIME, se identificando com os dirigentes municipais de educação mas dentro de um novo contexto filosófico, dentro de uma nova concepção de discussão que está sendo coordenada pelo Departamento de Projetos Educacionais – DPE da nossa Secretaria e tem à frente o professor Armando Simões que está coordenando, em todo o País, esta formação continuada com momentos presenciais e atrelado também com a educação a distância. É um programa que visa a fortalecer também o sistema de ensino, na medida em que os dirigentes municipais de educação passam a discutir instrumentos de gestão política a serem desenvolvidas com interferência direta no projeto político-pedagógico da escola e também na gestão do sistema de ensino.

Programas de Articulação dos Sistemas de Ensino em função dos planos educacionais - Temos o Plano Nacional de Educação com metas a serem atingidas, de responsabilidade da União, dos Estados, dos Municípios. Não conseguimos ainda ter o desdobramento pleno na elaboração dos planos municipais de educação, planos estaduais de educação e esse programa visa, exatamente, subsidiar o processo de avaliação do Plano Nacional de Educação, que já está inclusive vencido. A lei determina quatro anos desde Janeiro de 2001 até hoje.

Capacitação de gestores e não gestores para elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. Temos, dentro da competência do Ministério da Educação, de estimular, de induzir, de sugerir e apresentar sugestões aos sistemas e colocar material institucional à disposição do sistema de ensino para que se possa, a partir daí, desenvolver um trabalho de discussão sobre a elaboração de seus planos municipais de educação, planos estaduais de educação, realizações de suas conferências educacionais, tanto a nível dos estados como também dos municípios

O Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação - Temos aqui vários conselheiros. Esse programa foi iniciado no ano de 2003 e o objetivo era ampliar a capacidade de atendimento, de participação dos conselhos municipais de educação, incentivar e qualificar a participação da sociedade na tarefa de avaliar, definir e fiscalizar políticas educacionais. Evidentemente que esse programa tem basicamente dois vieses, um que passa pela capacitação dos conselheiros e o outro passa pela mobilização social, na perspectiva de se incentivar a criação de conselhos nos municípios onde esses conselhos não existem. Essa discussão foi muito boa em todos os estados da Federação; conselheiros participaram efetivamente fazendo um debate não só legal, não só técnico, em termo de suas atribuições enquanto conselheiro, mas uma discussão política da sua intervenção enquanto representante da sociedade civil, enquanto representante do poder público, do Poder legislativo que compõe o conselho. Tivemos, como ontem vocês perceberam, a entrega dos perfis dos conselheiros municipais de educação, ao representante da UNCFE e esse perfil só é possível de se obter em função de um sistema de informações que temos com os conselhos municipais de educação, que nos permite verificar como é que esses conselhos estão sendo criados, que tipo de legislação regulamenta esses conselhos, a participação da sociedade civil. Estamos já constatando hoje, em 2006, um crescimento como já foi dito antes aqui. Já como consequência desse trabalho e desse debate democrático que está acontecendo e que aconteceu em todos os Estados do nosso País. Estamos nesse momento em uma fase que eu diria de desdobramento do programa, depois dos encontros estaduais que foram realizados, por conselheiros municipais de educação. Coordenações estaduais foram criadas e essas coordenações ficaram responsáveis de fazer um aprofundamento dos conselhos, dar seqüência a esses trabalhos com apoio, evidentemente, do Ministério da Educação.

Outro programa, o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, é uma estratégia de mobilização

social. Não poderia ser diferente. Visa à ampliação da importância destes conselhos escolares. Fez-se um debate muito rico, nada dentro de gabinete. Muito pelo contrário, os consultores, os elaboradores, que foram convidados a trabalhar nesse programa, tiveram a preocupação de fazer uma interlocução com os atores envolvidos, com os conselheiros. Para isso todo o material foi discutido, foi testado, num encontro regional, no Rio Grande do Norte. A partir daí, pode-se ter as condições de disponibilizar todo o material institucional para os sistemas de ensino, particularmente para todas as escolas com matrícula superior ou igual a 250 alunos receberão o kit e estamos dentro da perspectiva de não só fazer chegar o material, mas além disso estamos capacitando gestores, técnicos, representantes dos sindicatos nos estados, na perspectiva de eles darem continuidade a essa mobilização social. Em função dessa discussão, que para nós é estratégica, para que a população ou a sociedade civil possa, de certa forma, ter ou visualizar as condições de intervir, num processo político e pedagógico da escola e, também, na própria gestão de sistema do ensino.

Programa Nacional Escola de Gestores. Esse programa visa à formação de gestores, diretores de escolas, tanto estaduais como municipais. Tem como eixo integrador a questão da educação básica com qualidade social. Foi vivenciado de forma piloto em dez estados da Federação, atingindo um total de 400 gestores no ano passado e, estamos este ano com uma meta de formar 12.400 diretores e gestores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais. Essa formação passa por cursos de aperfeiçoamento, especialização, onde tudo isso está sendo discutido e preparado, bem trabalhado com as universidades, com a participação de entidades representativas dessas universidades. Estão conosco e em parceria e com certeza esse programa vai ser de uma importância política muito grande, porque, de certa forma, fechamos o ciclo, enquanto discussão política da gestão. E também aliado a isso a discussão política da formação. Têm-se os gestores, os dirigentes, secretários, conselheiros, representantes da sociedade civil participando desse processo de discussão e isso, para nós, significa o fechamento de um ciclo que com certeza terá desdobramentos positivos, nessa caminhada em busca da educação básica com qualidade social.

Não poderíamos falar de gestão democrática da educação ou falar de qualidade da educação básica se não tivermos a clareza e a consciência do respeito, do reconhecimento que é necessário que se tenha de todos aqueles que compõem a escola. Falo do diretor, do professor, mas também daqueles que trabalham dentro dos espaços que a escola oferece em termos da alimentação, em termos do meio ambiente, da estrutura física, do material didático, em termos da gestão nas secretarias. Esse segmento eu sei que é um segmento que chamamos de funcionários de escola, ou funcionários da educação, que também estão sendo reconhecidos e discutidos por todos nós. Evidentemente não só pelo Ministério, mas com a participação de atores e parceiros importantes como o CONSED, a UNCME, o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE, enfim estamos com um programa que é chamado de Pró-funcionário e na realidade são cursos que estão sendo oferecidos aos funcionários que estão lotados nas redes municipais e estaduais de ensino. Esse curso apresenta uma formação de nível médio, com carga de mil duzentas e sessenta horas, para formar funcionários nessas habilitações. Essas habilitações foram resultado de um processo de discussão interna no Ministério. É bom que se diga, de forma inédita: nunca o Ministério da Educação pensou debater essa temática. As ações, as atividades de formação inicial e continuada sempre estiveram focadas no professor e estamos, desde o ano passado, com esse programa acontecendo em cinco estados da federação - nos estados do Piauí, Tocantins, Paraná, Pernambuco e Mato Grosso do Sul.

A nossa pretensão é, agora em 2006, ampliar, sair de cinco para quinze estados e os cinco estados que estão hoje vivenciando esse programa, estão oferecendo formação para cinco mil funcionários de escola e a nossa pretensão é chegarmos a vinte mil funcionários de escola. Evidentemente que a participação nessa ampliação está se dando pela adesão de cada instituição de ensino, estamos discutindo com as secretarias estaduais de educação, com os conselhos estaduais, com os sindicatos, enfim, formando uma

coordenação no Estado, que será responsável pela coordenação do programa no dia-a-dia do Estado. O programa tem a coordenação geral do Ministério da Educação em parceria com a Universidade de Brasília, onde estamos desenvolvendo todo o processo de capacitação dos tutores, dos professores, orientadores e os cursos já estão na rua, com o material muito bem elaborado. Este é o reconhecimento e é a opinião que é dada daqueles funcionários que estão fazendo curso lá na ponta. Evidentemente, significa uma ação importante dentro do contexto que estamos vivendo hoje, com a mudança da política de financiamento do FUNDEF para o FUNDEB. Estamos também, simultaneamente a isso, discutindo e apoiando iniciativas parlamentares que estão tramitando no Congresso Nacional que passa pelo reconhecimento desse segmento do profissional de ensino. Porque, hoje, a LDB coloca limitações para isso e nesse debate está o projeto da senadora Fátima Cleide, de Rondônia, que está tramitando no Congresso Nacional. Dentro desse debate também, da profissionalização e da valorização, projetos de lei estão tramitando no Congresso, a exemplo do projeto que institui o Piso Salarial Profissional Nacional, como também as Diretrizes de Carreira para o Profissional de Educação, que são projetos de um dos debatedores, que está aqui, o nosso Deputado Federal Carlos Abicalil.

Enfim, é um projeto complexo. Essa discussão não tem sido uma coisa fácil, mas tem sido uma coisa muito gratificante, porque estamos oferecendo as condições para que um debate seja possível dentro daquilo que a gente entende, que significa relação democrática dentro da educação no nosso País. Então, estou aqui à disposição de vocês para o debate. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Queria pedir ao professor Enrique Cobo, ao Deputado Federal Carlos Abicalil e a Horácio, Jesus, que retomem, porque vamos ouvir agora uma apreciação, um debate, a partir de alguém que está num outro lugar, na esfera da Federação que é o Poder Legislativo e alguém que também traz toda uma experiência de liderança, de desenvolvimento de qualidade de educação, na liderança também desse movimento em defesa dos trabalhadores em educação, o Deputado Federal Carlos Abicalil.

Deputado Federal Carlos Abicalil: Boa tarde a todos e todas. Eu desejo as boas vindas para quem nos pôde contemplar com a participação internacional, em particular aos companheiros e companheiras da América Latina, como também saúdo a Cooperação Espanhola, em poder, junto com o Governo Brasileiro, Ministério da Educação, que está realizando este Seminário. Gostaria muito brevemente de colocar o contexto nacional em que este Seminário ocorre, porque estamos nesse momento na Câmara dos Deputados, com uma audiência pública de um dia inteiro em torno do Programa Nacional de Reserva de Vagas para Alunos oriundos da Educação Pública Básica, nas universidades federais e nos centros federais de educação técnico e tecnológica, que é um assunto que tem tudo a ver com a democratização da educação particular, no universo público.

Em segundo lugar, aqui, hoje, em Brasília, se realiza a nona Marcha Nacional dos Prefeitos, representando mais de cinco mil municípios que no nosso País têm autonomia federativa e que são entes federados, distintamente dos Estados que são unitários, e que efetivamente têm uma grande interação com o tema que estamos desenvolvendo em torno da organização de sistemas de ensino e da possibilidade da democratização da sua gestão.

Ao mesmo tempo, nesta semana, amanhã, em torno da organização da Campanha Global pelo Direito à Educação, também se realiza uma Marcha Nacional, pela Defesa do Direito à Educação e na Câmara dos Deputados e no Senado, uma mobilização no interior do Parlamento, pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que agrega organizações de diversos matizes, com interesses distintos, em torno da educação e em particular da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, da União dos Dirigentes Municipais de Educação e dos Conselhos de Educação, quando também estaremos reunidos em audiência pública, que tem no ato, no interior do Congresso, em que conjuntamente com as diversas,

apresentações que teremos estaremos pressionando para que se vote o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que é uma alteração da Constituição Brasileira que interfere no financiamento da educação, relativamente aos entes federados, aos municípios que são cinco mil e seiscentos, aos Estados e Distrito Federal, que somam vinte e sete unidades federadas e ao poder público central que chamamos aqui de União.

Em torno do tema exposto, tanto pela experiência espanhola dos últimos trinta anos, a partir dos anos 70, da redemocratização espanhola e da experiência brasileira que foi exposta pelo nosso companheiro Horácio, alguns temas ao meu juízo precisam merecer aprofundamento do debate em torno daquilo que possamos conceituar como democratização, sistema e educação. Constitui um trinômio, evidentemente cada uma das expressões tem um peso distinto diante as experiências nacionais, no interior de cada um dos relatos feitos aqui e o que isso significa do ponto vista conceitual e prático para o amadurecimento na oportunidade deste Seminário. Em primeiro lugar, há de se notar, que em ambas as exposições existe, de maneira oculta, a coexistência de uma rede de educação privada em ambos os Países e tenho convicção que isso não é peculiaridade espanhola ou brasileira.

E este Seminário internacional pode sequer tratar de um sistema. Precisa definir de que maneira observar, ou desenhar, de que maneira a relação entre o poder público e as instâncias privadas, que afetam a educação, se comportam dentro desse sistema, no caso dos brasileiros; a coexistência espanhola, também, e as instituições públicas e privadas.

Há o estabelecimento de níveis, de ensino em que pese este Seminário, se concentrar em torno da educação básica. É preciso distinguir que também há nível de educação superior, onde essas relações entre público e privado, entre instituições públicas e privadas também se estabelecem e, não necessariamente, o sistema tem a mesma incidência sobre a rede pública e a rede privada. No caso brasileiro a rede pública tem que ser julgada no plural, em função de que temos, potencialmente, cada um dos municípios constituindo a sua própria rede de ensino, com autonomias determinadas pela lei. Os Estados constituindo as suas próprias redes de ensino, também com autonomias fundadas em lei e a União, que é o poder central constituindo, mesmo na educação básica, só que com sua própria rede de ensino, que é a rede federal de educação técnica, tecnológica e profissional.

As vinculações, portanto, entre essas dinâmicas das instituições públicas com a organização do poder, instituições privadas com a organização do poder público e a relação que se deva fazer entre cada nível e etapa de educação, ou cada nível de administração pública, importa complexidades, no caso brasileiro em torno da autonomia federativa, no caso espanhol em torno das autonomias nacionais, naquilo que compõe hoje o Estado Espanhol.

Temos origens distintas da organização do sistema de ensino. No caso brasileiro, profundamente descentralizado, no que tange a educação básica desde a origem, cuja concepção colonial inclusive não dava ao poder público obrigações sobre a educação básica. Ao contrário, a iniciativa era fundamentalmente rigorosa, masculina e católica e só tardiamente republicana. Aqui, no caso brasileiro, no final do século XIX é que se estabelece algum nível de responsabilidade em que se ponha como objetivo, algum espectro de universalidade. Então, uma primeira pergunta que salta para o debate, uma vez que minha condição aqui é de debatedor, é exatamente tentar observar com maior critério e um pouco mais de cuidado, essas relações entre instituições privadas e públicas e entre as esferas nacionais e subnacionais de organizações do sistema.

A segunda, que é recorrente em todos os ambientes em que se debate, no caso brasileiro, a organização da educação nacional, é se tem ou não um Sistema Nacional de Educação. Este é um tema mal resolvido, no

caso brasileiro, desde o ponto de vista acadêmico até o ponto de vista operacional. Basta observar ambas as exposições que tivemos, onde a noção de sistema no quadro espanhol tem determinada natureza, é um pouco mais fechada, mais organizada, mais sólida e, no caso brasileiro, a palavra sistema aparece na própria exposição, com diversos conteúdos diferenciados. Isso significa que, pela experiência nacional, o amadurecimento em torno de uma concepção nacional tem a ver com o projeto de Emenda Constitucional que estaremos pressionando pela sua aprovação na manhã de amanhã. Precisa ganhar amadurecimento em torno do artigo mencionado pelo expositor, pelo professor Horácio, que é o artigo 23 da Constituição Federal, em torno da definição de competências e atribuições de cada esfera pública em relação a organização da oferta educacional.

No caso espanhol, em torno das autonomias, no caso brasileiro, do pacto federativo, além da coexistência do público e do privado; da segunda tensão que é das autonomias distintas das organizações do Estado em cada caso. Há de se observar que no caso latino-americano, os pobres, em particular, os menos escolarizados, os filhos e filhas de analfabetos, os indígenas, trabalhadores rurais, camponeses, estão exatamente em escola pública e isso interfere profundamente nos quadros comparativos de desempenho educacional que, muitas vezes, são orientadores, quase, em alguns casos, máximos, das políticas voltadas às vias de democratização e a atenção que tem de ser dada quando nós tratamos de democratização como segundo termo do trinômio. Democratização, no que tange a valores, a experiências pessoais e comunitárias, a identidades territoriais que têm a ver com a noção de democratização muito mais profunda do que a garantia mera e simples do acesso aos bancos escolares e, neste sentido, quando estamos nos referindo ao termo democratização ou gestão democrática, o aspecto da diversidade, o aspecto da pluralidade, o aspecto cultural da exclusão, das inúmeras formas de discriminação, que no caso brasileiro têm uma forte característica étnica. Mas, eu desejo questionar se é só o caso brasileiro? Ou se, por exemplo, a configuração do País Basco na dinâmica da Espanha também não interfere naquilo que nominamos como democratização?

Posto que no próprio resultado expressado aqui, das comparações do PISA, se viu um resultado específico para o País Espanha e três resultados distintos, se não estou enganado, melhores no desempenho de três das autonomias: de Castilla, País Basco e Catalluña se não estou enganado, na exposição que demonstra que também na experiência espanhola, algumas características de natureza étnica, cultural, de tradições, de costumes e construtivas da própria história de conformação deste Estado Nacional, trouxe diferentes ações no desempenho, mesmo sendo sucessivo à experiência de um Estado unitário, que foi o período anterior à democratização espanhola.

Nesse sentido, a palavra democratização também deve ser confrontada com outros binômios. A democratização, de que maneira interfere na relação entre centralização e descentralização (não necessariamente toda descentralização é democrática) ela pode ser também autoritária. Não necessariamente toda descentralização significa desconcentração de poder, ela pode ser profundamente concentrada, às vezes num, estado unitário e totalitário. Objetivamente, o termo gestão, que é o terceiro desse trinômio, tem a ver com a dinâmica em torno da qual a desconcentração e a descentralização se associam ao fenômeno da democratização, no acesso, na permanência, na formulação e na concepção pedagógica, na proposição dos planos e planejamentos e processos avaliativos e na definição, inclusive, dos investimentos e recursos para que esses objetivos sejam alcançados.

Portanto, o trinômio Gestão Democrática do Sistema significa, por um lado, uma reivindicação histórica de educadores, em particular de educadores progressistas, vinculados a movimentos que sejam abrangentes e conformadores de direitos para a maioria das populações. Não necessariamente essa reivindicação histórica é uma reivindicação geral, que pertence a todos os segmentos e a todas as opiniões

no interior de cada País. E, por ser uma reivindicação histórica ela é tensionada, seja pela conformação política que a cada turno se reveza na condução dos poderes no interior de cada País. Seja na correlação de forças entre os interesses que se compõem para desenhar a história de cada uma das nações. Então, sendo uma reivindicação histórica, ela incorpora as contradições no interior de cada sociedade e neste sentido seria afirmativo se pudéssemos, do contexto espanhol, nos últimos quase quarenta anos, poder observar de que maneira este confronto de interesses, inclusive aqui manifestados no período do Partido Popular, quando conduziu o governo e depois a assunção de outros governos e, por isso, a mudança de legislação que podemos observar no cenário e, de que maneira esta mudança de legislação interferiu naquilo que é principal ao nosso debate, a democratização.

Em ambos os casos é um princípio legal e constitucional, mas o princípio legal e constitucional tem mais ou menos efetividade em função da correlação de forças que buscou estabelecer no interior da sociedade, antes de se conformar como texto de lei e depois de se conformar como texto de lei, numa perspectiva de movimento. E é necessariamente na experiência brasileira uma prática diversa. Nem todos os diretores de escola são eleitos, nem todas as escolas têm conselhos, nem todos os conselhos têm as mesmas representações, nem todas as mesmas representações comportam legitimidade, nem toda legitimidade é representada num conselho com poderes e atribuições de definirem políticas, planos e investimentos. Portanto, há na prática diversa, plural. Também há as contradições típicas das sociedades desiguais e capitalistas que necessariamente serão refletidas no interior da dinâmica própria destes conselhos, desde a base da escola, do bairro, do município, do Estado e do poder público central. A condição de contradição que movimenta, que dá nuances distintas, que prioriza, que seleciona, que aponta, portanto, caminhos que, a cada tempo, representam mais ou menos possibilidades para as maiorias.

De que maneira estes conselhos se empenham, naquilo que chamamos de autonomia didática e de concepção pedagógica? Qual é a diferenciação que se tem entre uma escola pública e outra escola pública no mesmo município? Uma estadual e outra municipal, uma voltada para educação de jovens e adultos, outra para educação infantil, no âmbito das modalidades das etapas da educação. De que maneira estes conselhos e esta participação democratizada ou democrática se comporta frente a algum nível de autonomia administrativa, seja com relação ao quadro pessoal, seja com relação aos insumos, equipamentos e administração financeira, de que parcela do investimento? Quando estamos tratando de um ambiente do sistema, em que a direção deste sistema é o olhar sobre a educação pública?? De que modo os conselhos se articulam ou concorrem entre si? No caso brasileiro há nitidamente uma sobreposição de atribuições entre diversos conselhos e, neste caso, não nos referimos especificamente aos conselhos municipais e estaduais de educação, entre si, aos conselhos municipais entre eles, e aos conselhos estaduais da educação, mas, mais do que isso, com o conselho que cuida do transporte escolar, com o conselho que cuida da nutrição escolar, com o conselho que cuida dos direitos da criança e do adolescente, com os conselhos tutelares, com as comissões de bairro, com os comitês de segurança, sejam eles comitês de segurança pública, sejam aqueles comitês de segurança dos prédios, segurança humana de convivência. Há, portanto, nesta multiplicidade, ocorrência de eventuais concorrências ou sobreposições e há uma tensão conseqüente, entre um determinado democratismo, e é pouco tempo para que possa discorrer sobre esse assunto. Apenas para colocá-lo como tema, porque cumpridas as leis e conformados os conselhos, pouco importa o que vem depois; importa que as contas sejam prestadas com regularidade, que os conselhos conformem suas atas e aquilo que se tem como movimento da educação, da prática educadora nacional, do seu envolvimento com a formação de valores de cidadania, o seu envolvimento com aquilo que é o entorno da própria escola, ou do sistema educacional e sua interação com outras políticas públicas de seguridade, de saúde, de assistência social, de cultura, esporte e lazer, de referencia comunitária, de comunicação e informação com o seu entorno, de mobilização social. Não ficam contemplados quando há meras referências, seja a combinação do democratismo com o burocratismo,

sem observar o que isso resultou na prática cotidiana, dos educadores, das educadoras, daqueles que são diretamente conviventes no ambiente educativo, como alunos, estudantes, funcionários, funcionárias, como do entorno do aparato escolar, os conselhos comunais, as câmaras municipais, as assembléias legislativas, as associações de moradores, os grupos de juventude que estão no entorno da escola. De que maneira isto tem interação, ou não, para se ter o reforço do aparato e do aspecto democrático da conformação do processo de gestão? Isto necessariamente nos reporta a concepções de planejamento e a métodos de concebê-los, a concepções pedagógicas que se vinculam às boas visões e à condição de interferir na mudança da sociedade, posto que a tensão quanto mais democratizada for a educação, mais contradições aparecerão no seu cenário do descortinamento, nas perspectivas de valores das relações humanas, como também no procedimento conseqüente a este planejamento, nos métodos dos processos de avaliação. Se há avaliação, apenas pelos resultados e pelas estatísticas ou se há uma avaliação de processos e de movimentos que se dão no interior de períodos estabelecidos? Evidentemente, para concluir, em função do tempo já estar se esgotando, a complexidade do fenômeno educativo no caso brasileiro se dá no próprio texto da lei, na consideração de ambientes educativos, que são a família, a sociedade, o trabalho, os movimentos sociais e a escola. E quando estamos falando de gestão democrática do sistema ou gestão democrática escolar, estamos tratando de um aspecto reduzido da educação, que é o aspecto da educação escolar, mas que não se separa do conjunto de outros ambientes educativos, aos quais ele deve ser permeável e nos quais ele deve compor as perspectivas de mudança.

Por esta razão, creio que aquilo que pode ser o terceiro questionamento deste debate, na experiência brasileira que é tão diversa, plural e recente, tal como demonstrou o companheiro Horácio e nas estratégias que o Governo central se dispôs a realizar, estabelecendo parcerias com atores educativos importantes, como é demonstrativo a própria realização deste Seminário entre muitos outros programas que estão em curso, ou no caso espanhol. Quais são aqueles pontos de estrangulamento, para se conformar de maneira objetiva, num aspecto em que a pluralidade, a repartição do poder, a diversidade de experiências, tenham como centralidade, um direito que é um direito universal e que, no caso brasileiro, esse direito universal, ainda está um tanto mais distante do caso espanhol de ser realizado? Mas, ao mesmo tempo, não se pode a partir de diagnósticos parciais anular o processo de inclusão que o acesso escolar promoveu. Mas, também não se pode reduzir ao acesso e à consideração do fraco desempenho, as considerações em torno daquela abrangência de democratização. Era o cenário inicial que eu tinha colocado e, por último, de que maneira a competência técnica, em torno da consideração de aspectos específicos do processo de educação escolar, da legislação, dos instrumentos normativos de controle burocrático, se confrontam, se combinam, se contradizem com a competência política dos agentes representativos, que compõem um cenário diverso e plural, nas representações indispensáveis. Creio que naquilo que me pôde caber, quinze minutos de exposição de um debate frente a duas apresentações de experiências tão distintas, evidentemente é, no meu entendimento, o que nós poderíamos formular como três questões dessa combinação trinomial que coloca sistema, gestão e democracia, como sendo uma combinação indispensável para honrar aquela experiência histórica que eu mencionei. Um princípio legal e por outro lado, as contradições do tempo presente. Com isso concluo. Esses assuntos são muito mal resolvidos no caso brasileiro, do ponto de vista da sua articulação acadêmica e conceitual e isto se reflete gravemente no aparato normativo e legislativo que ainda nos coloca na condição de termos o patrimonialismo de Estado, muito acima da articulação democrática de sistemas públicos. E, por outro lado, a experiência brasileira, o alcance da formulação dessas normativas sobre a rede privada de educação, subvencionada ou não, particular, filantrópica, está ainda muito longe de transferir para estas instituições, os princípios de gestão democrática que já estão vigentes, ainda que recentes e tênues, nos ambientes das instituições públicas. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Muito obrigado Deputado. Conseguiu realmente, sintetizar, apreciar e colocar questões em relação às duas apresentações do Ministério da Educação da Espanha e do Ministério da Educação do Brasil. Eu perguntaria ao Enrique e ao Horácio se eles gostariam de tecer algum comentário.

Enrique Roca Cobo: Eu não tive tempo, na minha apresentação, de falar sobre os dois ou três grandes eixos de discussão e de dificuldades para harmonizar as políticas de educação no nosso País. Um aspecto geográfico, que não é Norte, Sul, Leste e Oeste, entre as diversas competências, entre as comunidades e regiões autônomas e o Estado. A partir das comunidades autônomas se reclama mais poder pela educação, e o Estado quer garantir poderes atribuídos pela Constituição para criar a representatividade do sistema educacional que é parte fundamental do nosso País. Está girando em torno desta questão, na medida em que se cedem poderes e autonomia e se aciona o sistema educativo, e se criam dezessete e dezoito princípios educativos. Esse foi o eixo de confrontação. O outro foi mais ideológico.

Com respeito a questão religiosa, o problema religioso no nosso País, como se sabe, tem centenas de anos e é um problema muito complicado, batalhas de religião que nunca têm resultados positivos, e que dependem muito do debate da educação, mas não é um debate sobre educação. É um debate estritamente ideológico e com influência na questão educacional, mas não é fundamental no nosso País. Para as regiões em que se pode discutir esse tema, o problema é o papel que a religião tem que cumprir no sistema educacional, problema mais que educacional, religioso. Outro aspecto político e ideológico é o enfrentamento entre a esquerda e a direita do Partido Popular com o Partido Socialista. Com o que foi anteriormente a questão política, com respeito a esse que é um confronto que transcende o ambiente educacional, a forma da mudança política na Espanha em 2004, como vocês sabem, depois dos atentados de Madrid, provocou uma mudança inesperada que não foi aceita de bom grado pelo Partido Popular e produziu um enfrentamento permanente que teve conseqüências, em assuntos que nada tinham a ver com a questão educacional, porque era um debate ideológico. Virou uma questão no nosso País. Estávamos discutindo sobre a concentração dos alunos em determinadas escolas. Sim, na Espanha temos um crescimento tremendo e rápido que mudou muito as nossas estruturas, desencadeado pela questão dos jovens imigrantes. Deseja-se que a imigração se escolarize e se escolarize nas escolas públicas, em contextos socioeconômicos desfavoráveis, é verdade. Há uma concentração das escolas públicas das cidades que sofrem o problema da imigração, numa concentração muito forte, sem os melhores resultados educacionais. Se considerarmos o contexto desses alunos, que deve ser analisado não somente nos resultados, eu insisto, se nós descontamos o efeito do contexto socioeconômico cultural do aluno, então essa referência se reduz a zero, de maneira que o funcionamento do sistema é correto, é certo. A influência do entorno familiar, é assim que as escolas primárias, (defeito na gravação), das classes médias altas, que tem um contexto favorável para sua formação, então eu insisto que, se nós isolamos, há uma equiparação. Há uma preocupação grande para produzir uma integração social no nosso País, então isso vale nesse âmbito - dados separados, geográficos ou ideológicos, ou religiosos, ou econômicos sociais.

Horácio Francisco dos Reis: Um rápido comentário. Evidentemente que na nossa situação aqui do Brasil, diante do sistema federativo, com as competências e autonomias defendidas na lei, para cada sistema, para cada ente federativo, as pendências se colocam bem claramente, tanto no aspecto legal como no aspecto político. Temos pontos, normas definidas na lei, que estabelecem acesso, controle social e isso não tem se desenvolvido por conta de uma posição política dos gestores. Por exemplo, o artigo 69 da LDB favorece e estabelece as condições, para que o gestor e o dirigente estadual e municipal da educação, tenham condições de aplicar os recursos da educação. Isso é um dispositivo legal, mas na prática essa situação, essa realidade, não se estabelece e, evidentemente, diante dessa separação federativa, a gente tem a ausência de um sistema nacional articulado, que possa favorecer essa caminhada, em função de uma gestão democrática da educação. Temos programas nacionais, políticas nacionais, mas não se tem

um desenho claro, uma conceituação clara de como será o sistema de educação. Evidentemente que fica aí uma grande dúvida, uma interrogação se isso vai vir através dos dispositivos legais, ou se vai vir através da consolidação de experiências, de atividades próprias que, em um determinado momento, possam caracterizar uma gestão com mecanismos democráticos para que no futuro isso possa se transformar numa política democrática da educação. São esses breves comentários que gostaria de fazer.

Mestre de Cerimônias: (aplausos para a mesa) Estão aí comentários dos dois governos, comentários e apreciação feitos por alguém que está na ordem do Legislativo, que nos ajudou a aprofundarmos. Enrique Cobo continua à tarde, e no final da tarde juntando Finlândia, Portugal e Venezuela nós colocaremos também para perguntas e esclarecimentos de quem está participando do Seminário.

Continuação do Painel: Política Nacional de Gestão da Educação.

25 de Abril de 2006 (terça-feira)

EXPOSIÇÕES DA TARDE

Mestre de Cerimônias: Eu gostaria de convidá-los para dar início ao painel da tarde, continuando a apresentação de políticas nacionais, com representantes de governo de países que estão conosco neste Seminário. Pela manhã tivemos o Ministério da Educação do Brasil e o Ministério da Educação da Espanha, e agora à tarde nós teremos a oportunidade de analisar a política nacional de mais três países.

Eu vou convidar então, neste momento, o Embaixador da Finlândia, Hannu Uusi para fazer parte da mesa, da Embaixada de Portugal, Adriano Jordão, da Embaixada da Venezuela, Wilfredo Machado. Como debatedores, teremos o professor da UnB e também conselheiro do Conselho Distrital do Distrito Federal, Genuíno Bordignon. Estamos aguardando também o Deputado Federal Paulo Delgado que ainda não chegou. Considerando os compromissos com horário que tivemos que fazer até agora, iremos imediatamente começar as nossas apresentações. Vamos começar, então, com o representante da Finlândia, Hannu Uusi. Ele terá, para sua apresentação, trinta minutos.

Hannu Uusi, Embaixador da Finlândia: Boa tarde a todos. Primeiro eu quero agradecer ao Ministério da Educação pelo convite para participar deste Seminário internacional, com um tópico extremamente importante e atual. A Finlândia não aparece muitas vezes na mídia brasileira porque, para a imprensa, as notícias más são as notícias boas. Contudo, nos últimos anos e meses, meu País alcançou renome positivo no mundo inteiro por sua excelente classificação, nas comparações internacionais, sobre a qualidade do ensino e educação no sistema escolar. As habilidades dos adolescentes finlandeses em matemática, ciências e leitura são classificadas como as melhores entre os quarenta países associados, no mais recente estudo internacional sobre crianças em idade escolar do mundo inteiro. PISA, o programa para avaliação de estudantes internacionais é uma avaliação trianual de alunos de 15 anos dos principais países industrializados, organizada pela OCDE, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Em 2000, o PISA enfatizou a alfabetização de leitura, em 2003 a concentração foi em matemática e resolução de problemas e em 2006 deu-se atenção especial a ciências naturais. Segundo os resultados mais recentes, publicados em Dezembro de 2004, os alunos finlandeses de 15 anos de idade ficaram em primeiro lugar entre todos os países em proficiência em leitura, matemática e ciências; na resolução prática de problemas os jovens finlandeses perderam somente um pouco da Coréia do Sul. De acordo com uma pesquisa, a força escolar do finlandês é que ele garante oportunidades iguais de aprendizado, não importando a classe social das famílias. Ao invés de comparação entre alunos, o foco é dar apoio aos alunos e orientar os alunos com necessidades especiais. Poucas crianças na Finlândia precisam repetir a série. O sucesso dos alunos finlandeses é explicado por uma série de fatores. A sensação de motivação e

fato de que elas são ensinadas por um único professor e de que não se usam notas para a avaliação. As relações entre professor e alunos são naturais e cordiais nas escolas finlandesas. Presta-se atenção à criação de um ambiente escolar agradável e estimulante. Na minha palestra procuro explicar brevemente o contexto cultural da educação finlandesa, a estrutura de ensino e a política de governo no fomento da educação democrática e equitativa, os fatores que são chave para o sucesso individual e social, no mundo globalizado de hoje.

Na história da Finlândia a Igreja desempenhou um papel muito importante no início do processo de alfabetização. A lei da Igreja daquele tempo obrigou a todo jovem aprender a ler. O modelo de educação adquirido em casa e na Igreja também conferiu ênfase especial à alfabetização das mulheres. No século XVII, os níveis de alfabetização das mulheres eram iguais ou superiores à taxa de alfabetização entre os homens. Em 1906, como o primeiro País do mundo, nesse aspecto, as mulheres finlandesas conseguiram o direito de votar e de se candidatar em eleições. Hoje as mulheres têm um papel importante na sociedade finlandesa. Pela primeira vez temos uma mulher como presidente da República. Algum dia, aqui também. No ano de 1866, a Assembléia Legislativa aprovou uma lei que criou o sistema escolar público. Contudo, para entrar na escola, era indispensável saber ler fluentemente. Por volta de 1880, quase 98% da população conseguia ler. Após 1917, quando a Finlândia se tornou independente, já se entendia que a educação era o fator mais importante da nação. Em 1921, a lei do ensino obrigatório reconheceu a toda criança, a partir dos sete anos de idade, o direito de receber instrução gratuita em escolas públicas por um período de seis anos.

A escola abrangente finlandesa, equivalente ao ensino fundamental no Brasil, foi implementada no País durante a década de 70, depois de uma reforma fundamental. No currículo foram enfatizadas as idéias de pluralismo, pragmatismo, equidade e oportunidades iguais de ensino. Nos estágios iniciais da escola abrangente, a implementação do princípio de igualdade correspondia a idéia de acesso igual à educação. Mais recentemente começou também a ser vista como oportunidades iguais para aprender no contexto escolar. Nas pesquisas de âmbito nacional, os finlandeses consideram como elevado o status da carreira do professor, quase tão alto como as profissões de médico, advogado, ou professor universitário. No estudo de PISA na Finlândia, a origem familiar do aluno não afeta a sua seleção para o ensino básico, uma vez que todas as crianças freqüentam escolas de semelhante qualidade em todo o País. Desta forma, a situação sócio econômica tem pouca influencia na seleção das escolas, ou no estágio da educação básica. O desenvolvimento da escola finlandesa, a longo prazo vem sendo aprovado por um amplo consenso cultural e político, a respeito das principais linhas da política nacional de educação. Os serviços educacionais, no século XX, foram desenvolvidos uniformemente, obedecendo a necessidades de várias regiões e distintos grupos populacionais. Graças a essa homogeneidade cultural e a ampla qualidade do treinamento dos professores, qualquer escola em todas as regiões do País, oferece uma educação de alta qualidade. Este fato se reflete mais uma vez nos resultados dos estudos PISA, numa muito pequena margem de variação que a Finlândia apresenta entre as escolas.

Na Finlândia os gastos com educação são 5,8% do PIB, uma cifra não muito elevada entre os países desenvolvidos e industrializados. O sistema é inteiramente custeado com recursos públicos. Todos os níveis escolares são gratuitos para os alunos, incluindo as universidades. Na escola recebem, sem custo nenhum para as famílias, ensino, materiais didáticos, merenda escolar, assistência médica e dentária e quando necessário transporte e matrícula nos níveis primários, secundários e superior. Nos níveis superiores, alguns dos encargos sociais da educação são repassados pelos próprios estudantes, mas o governo, por meio de auxílio, apoio ao estudante e acomodação, busca, sempre que possível, que todos tenham acesso igual à educação.

A partir da década de 90 a política educacional começou a dar maior ênfase à individualidade e à liberdade de escolha. Desde 1992 os livros não são mais analisados e aprovados pela Junta Nacional de Educação. As escolas obtiveram a liberdade de incluir matérias e conteúdos opcionais em seus currículos. Conseqüentemente as escolas começaram a redigir seus próprios programas, que eram baseados nas estruturas nacionais mas construídos em cooperação com os professores e pais dos alunos. Tudo isso requer um currículo flexível, planejado por professores e estudantes e um regime de instrução voltado para o aluno, acompanhamento e ensino de recuperação. O ano escolar na Finlândia dura 190 dias.

Como conseqüências dessas premissas, os professores finlandeses gozam de uma considerável independência pedagógica na sala de aula e da mesma forma as escolas desfrutam de uma confortável autonomia para organizar seu trabalho dentro dos limites do currículo-base multicultural. Uma escola multicultural, para funcionar bem, terá de operar como uma comunidade, cujos resultados dependem de sua capacidade de empregar as competências individuais e especiais dos alunos para o benefício de todos. A rede escolar cobre todo o País, que tem uma população de cerca de 5,2 milhões de habitantes, e um território geográfico igual ao território de Goiás. O Brasil é um continente, a Finlândia é um País. Na Finlândia, antes da escola abrangente, crianças participam na educação pré-escolar com um ano de duração. Geralmente ingressam na escola básica com sete anos de idade, que é um ano a menos que nos países industrializados. Cobrem-se nove anos de ensino obrigatório. Normalmente nos seis primeiros anos os alunos têm aula com um só professor para a turma, nos três últimos anos assistem às aulas com professores especializados nas diversas matérias. Não há monitoramento, seleção de alunos na escola abrangente. Todos seguem as mesmas disciplinas básicas e estão sujeitos a conteúdos similares de instrução. Contudo, cerca de 20% das horas-aula são reservadas para estudos eletivos, profissionais, livremente escolhidos pelo aluno e seus pais. O dia letivo é tranquilo e pode ser flexível. Nas escolas finlandesas, os alunos só precisam chegar à escola quando têm aulas e podem ir embora quando estas terminam, não há toque de sirene para marcar o começo e o fim dos turnos.

Os alunos estudam em grupos heterogêneos ao terminar a escola fundamental sem qualquer exame final. Estará garantido o certificado de conclusão. As notas são atribuídas com orientação do professor. O certificado abre caminho para todas as opções de ensino secundário, ou seja, os diferentes tipos de profissionalizante ou escola de ensino acadêmico superior. Após o ensino obrigatório que termina em seis anos, os jovens finlandeses podem optar pela educação secundária geral ou superior profissionalizante. O ensino secundário superior abrange o ensino superior geral, o acadêmico, e os programas iniciais de estudos profissionalizantes. A educação secundária superior prepara os estudantes para o exame de ingresso às universidades. O principal objetivo dos programas profissionalizantes é o ensino da competência profissionalizante básica. Aproximadamente 95% de cada faixa etária inicia o estudo secundário superior, com relação ao desempenho da vida, na vida de trabalho e no ensino ao longo da vida. A conclusão do ensino superior secundário é considerada um requisito mínimo. Em 1999, cerca de 55% iniciaram os estudos na escola secundária geral e 35% escolheram os ensinamentos profissionalizantes.

As escolas finlandesas incentivam o estudo de outros idiomas estrangeiros à parte dos dois idiomas nacionais, o finlandês e o sueco (que só é falado por 6% da população). Mas esse fato, de sueco, reflete a longa história conjunta da Finlândia e Suécia. O primeiro idioma estrangeiro é introduzido no terceiro ano da escola abrangente e o segundo idioma no sétimo ano. Esses dois idiomas são o mínimo e além deles os alunos podem, dependendo da gama oferecida pela escola, optar por estudos de diversos idiomas, de forma que podem ter estudado até seis idiomas diferentes até a conclusão do nível secundário. Após a conclusão da escola secundária superior geral, os alunos participam de um exame para entrada universitária, que é elaborado em âmbito nacional. Há um órgão para preparar cada teste, seguindo critérios uniformes. O sistema de ensino superior finlandês abrange dois setores paralelos, universidade e

institutos politécnicos. São todos estatais ou, no caso de politécnicas, são mantidas pelos municípios ou organizações privadas, com custeio básico provido pelo Estado.

A rede de universidades oferece uma vaga para quase um terço da faixa etária. As universidades selecionam seus próprios alunos independentemente; é enorme a competição pelas vagas, pois existe uma cota anual de entrada aplicável para todas as áreas e estudos nas universidades. Os diversos tipos de exames de admissão representam uma parte fundamental do processo de seleção. A educação nas universidades e politécnicas é também gratuita para todos os alunos. A heterogeneidade dos alunos é levada em consideração no sistema educacional do País, embora os alunos não sejam divididos em diferentes tipos de escola durante o seu ciclo do ensino obrigatório. Com 16 anos, praticamente todos os alunos já terminaram a escola abrangente o que lhes dá a oportunidade de acesso aos estudos superiores, num nível secundário. Durante a escola abrangente, não há monitoramento ou alinhamento de alunos em diferentes níveis de curso. Ensinar a um corpo estudantil heterogêneo também pressupõe a existência de pequenos e eficientes grupos de ensino, que na Finlândia contém, no máximo, 24 alunos por faixa etária.

O sistema escolar envida todos os esforços no sentido de atender às necessidades especiais dos alunos, no âmbito do ensino escolar comum. O alinhamento ou inclusão e a estratégia geral adotada na escola abrangente são altamente inclusivos por natureza. Desde a década de 90, também os alunos, com profundas dificuldades mentais, passaram a ser incluídos na escola abrangente. Apenas 2,5% dos alunos estão freqüentando escolas especiais, para crianças com deficiências. No nível secundário inferior, qualquer aluno com problemas tem, normalmente, a possibilidade de ser ajudado pela professora especial nas aulas regulares. Este sistema requer, naturalmente, um quadro de professores altamente qualificados quanto aos aspectos pedagógicos, uma vez que cabe ao professor dedicar sua atenção para cada estudante individualmente. O sistema de agrupamento heterogêneo beneficia especialmente os alunos mais fracos. Na Finlândia, a idéia de formação acadêmica para todos os docentes conta com uma longa tradição. Hoje, até os futuros mestres de Jardim de Infância recebem um grau de bacharel em educação nas universidades, o que pode ser concluído em três anos acadêmicos.

A formação de professores de turma enfatiza os conteúdos teóricos da ciência educacional, multidisciplinar e as disciplinas ensinadas na escola, bem como as suas aulas práticas. O objetivo é criar vínculos, entre o ensino e o preparo para a pesquisa científica, no sentido de que os alunos se tornem capazes de analisar e solucionar problemas educacionais de forma independente, bem como desenvolver seus trabalhos por meio das pesquisas. O processo de formação do professor inclui o estudo em uma ou duas disciplinas de ensino e estudos pedagógicos, como parte do curso de mestrado. O curso para formação de professor de disciplina é oferecido pelas universidades. O treinamento para professores de necessidades especiais e professores de turmas especiais leva ao mestrado em educação. Esse curso de mestrado inclui pedagogia especial como a disciplina principal, estudos pedagógicos do professor, como parte de disciplina principal, que é um módulo de estudo separado. Além de estudos em educação para necessidades especiais, os jovens finlandeses consideram a carreira de professor uma opção atraente. Assim os alunos que procuram seguir o magistério, geralmente formam um grupo excelente e altamente motivado e seletivo.

Nos programas de formação de professores, por exemplo, apenas 10% dos candidatos são admitidos. Na área de educação obrigatória 70% dos professores são mulheres e praticamente todos os professores, de qualquer nível de ensino, possuem as qualificações formais requeridas.

O Governo determina os objetivos nacionais para educação e o número de horas-aula alocados para a disciplina. Tradicionalmente os objetivos educacionais enfatizam não só o patrimônio cultural como as atividades intelectuais do indivíduo, no intuito de aumentar e renovar a cultura da comunidade e de todos.

O relacionamento entre os alunos, deles com as outras pessoas, com a comunidade, com a sociedade, com a religião, cultura, a natureza, constituem, campos explicitamente mencionados, como objetivos prioritários do sistema escolar do País. O currículo se refere à capacidade de leitura como um enfoque pragmático que enfatiza diversas situações de leitura - os textos autênticos e os diversos tipos de estratégias de leitura. Também é central o papel do leitor como um aprendiz que entende, interpreta e avalia o conteúdo dos textos.

O conhecimento básico em computação, que é entendido em grande parte como um meio para comunicação, uma plataforma de fonte, novos e diversos tipos de teste. O alto desempenho dos finlandeses na avaliação do PISA, em conhecimentos básicos de aritmética, pode ser explicado pelo fato de que as tarefas deram grande ênfase ao uso e a aplicação do conhecimento. Este princípio, juntamente com uma solução prática dos problemas, constitui uma parte central no ensino de matemática na Finlândia. Da mesma forma na avaliação dos conhecimentos básicos em ciências, a ênfase ao pensamento experimental e ao papel ativo do aluno em adquirir informação, são conceitos chave, básicos no currículo da Finlândia.

Uma excelente rede de bibliotecas centrais cobre todo o País e apóia o sistema escolar. Os estudantes são usuários muito ativos nas bibliotecas, que oferecem gratuitamente não só literatura, como música, mas também acesso a computadores com conexões de Internet. Em resumo, entre os fatores de sucesso do sistema de educação finlandês pode ser destacado que os professores finlandeses estão entre os mais bem treinados do mundo e gozam de alto grau de autonomia e prestígio no País. É que o sistema escolar se baseia em uma cultura de confiança e não de controle. Segundo esse princípio, o sistema tradicional de teste é evitado na escola fundamental e os alunos aprendem, sem se auto-avaliar. Cada aluno é incentivado a estudar de maneira independente e alunos de aprendizagem mais lenta recebem apoio intenso na escola.

A educação é a chave ao desenvolvimento econômico e social de todos os países. Graças à política consistente do Estado finlandês na promoção da gestão democrática de educação que é o tema principal deste Seminário, hoje, a Finlândia é um País altamente industrializado com tecnologia de ponta, entre outras, nas telecomunicações, indústrias florestais e nos métodos da proteção do meio ambiente. Segundo as comparações internacionais, a Finlândia é hoje o País mais competitivo e menos corrupto do mundo, com o PIB de 28 mil Euros por pessoa. Estes são grandes êxitos para uma nação pequena no extremo norte da Europa, que ainda no princípio dos anos 50, foi uma sociedade agrária pobre. Todo País tem que desenvolver a sua política de educação básica e superior com suas experiências históricas e seus recursos humanos e materiais. O sistema de ensino finlandês não pretende ser perfeito. Contudo, acho que as nossas experiências e modelos educacionais podem servir como inspiração e exemplo para outras nações, outros países, na formulação das políticas nacionais de educação.

Por último quero mencionar que, fora desta sala, depois da palestra, estou disponibilizando, para os participantes interessados, cópias de uma folha intitulada "A Escola Finlandesa, uma fonte de habilidades e bem estar", que explica as razões principais do nosso sistema. Também a Embaixada apresenta, fora deste auditório, a exposição "Visões Finlandesas", que oferece muita informação atualizada sobre a sociedade, indústria e cultura da Finlândia. Muito obrigado por sua atenção.

Mestre de Cerimônias: Agradecemos ao embaixador Hannu Uusi e em seguida vamos passar para o representante de Portugal, Adriano Jordão.

Adriano Jordão, representante de Portugal: Eu não sou técnico em educação. Foi por isso que pedi para ficar mais para a esquerda, porque eu vou ser muito mais anárquico que o Sr. Embaixador. Depois desta magnífica exposição, que me alegrou muito, sentimos que há países que dão uma força e um peso tão importante à educação, como é o caso da Finlândia. Tenho que dizer que é com grande emoção que

estou aqui, hoje, porque há exatamente 32 anos, no dia 25 de abril, no meu País, eu era oficial do Exército (é obrigatório o serviço militar) e participei ativamente de um processo revolucionário, que alterou um sistema social autocrático que se refletia na escola. Porque a escola é a imagem da sociedade em geral; eu, na minha formação, toda a minha formação acadêmica foi feita num regime autocrático, o que é uma experiência que não aconselho às pessoas aqui presentes; não é um motivo de alegria, vivia sistematizada na figura do chefe, e a gestão escolar era baseada no chefe e no diretor. Os professores eram ajudantes e coadjuvantes do chefe. Se porventura minha família fosse chamada à escola, isto diria que eu tinha feito qualquer coisa muito grave. Era a única forma que os meus pais podiam se envolver minimamente na minha formação dentro da escola e isso aconteceu algumas vezes. Já sabia que era mau sinal meu quando era chamado ao Liceu. Mas dentro desta concepção de vida que eu vivi como discente, hoje parece que são coisas medievais. Recordo-me porque, na minha infância, o castigo corporal, por exemplo, era perfeitamente admitido e havia uma palmatória com cinco buracos. E esta minha mão sofreu muitas vezes, porque eu era muito indisciplinado. Este castigo corporal existia até aos seis, sete anos, na escola primária. Hoje, faz 32 anos, estava no Serviço Militar, formado em uma estrutura autocrática e participei deste processo de que me orgulho muito. Que alterou estruturalmente a sociedade portuguesa. Portanto, temos que dividir para poder perceber a gestão na escola, temos que dividir os 40 anos do regime autocrático e os 32 que vêm depois do 25 de Abril de 1974.

A vida é pendular. Mesmo nós, que vimos isso por dentro, revolucionariamente, vemos que às vezes os gestos de um lado passam, para o outro te ensinar o oposto; isto faz com que demore uns tempos, até encontrar um equilíbrio. Estamos falando da gestão democrática da escola, equilíbrio que em Portugal, e eu passei o dia estudando e lendo leis que não conhecia, da evolução, que foi encontrada finalmente somente em 1996 com aquilo que foi chamado Pacto Educativo Pró-Futuro, feito no dia 2 de fevereiro de 1996. Desde lá muita coisa aconteceu. Por exemplo, com a pulverização da direção. Daí então passou a ser pejorativa, era um crime, e quando eu saí da tropa em 1975, um ano depois. E eu sou músico, vivi no período democrático não pelo lado discente, e me recordo porque as democracias não se adaptam às moções com a facilidade que a gente imagina. Um dia convocado o diretor do conservatório, organizei uma reunião geral de alunos, para saber quem era o diretor do conservatório. Ninguém sabia quem era, houve trinta e duas pessoas que foram ao gabinete do Ministro para poder representar uma escola porque todos representavam algo, ou alguma coisa, o tal pendular ao contrário. O primeiro decreto feito, pós-revolucionário, foi um decreto que nunca se concretizou, porque alguma instituição não gostou ou alguma parte do sistema docente o contestava, se agradava aos estudantes não agradava aos professores, se agradava aos professores não agradava ao pessoal docente, se agradava ao pessoal docente não agradava a quem tinha restos do passado. Houve um processo muito difícil de se encontrar uma gestão democrática na escola. Mas encontramos, e embora Portugal esteja longe dos 28 mil Euros (renda per capita), nós temos 14.800. São 72% da média comunitária, mas é com muito orgulho que digo que Portugal está no topo dos países europeus e aí estamos acima da Finlândia. Nós, em Portugal, usamos 6% do PIB para educação que, em termos europeus, são dois pontos acima. Dois porque estamos no topo dos países europeus, em termos de porcentagem do PIB. Na prática é menor; estamos, porém, no bom caminho.

No sistema de gestão escolar hoje em Portugal, de um modo geral, há uma participação ativa de todos os elementos da escola; há um conselho administrativo, um conselho de gestão, um conselho ideológico. Em termos genéricos, pode ser o órgão unipessoal na figura do diretor executivo porque depende obviamente da comunidade. Há casos em que não se justifica um conselho, há uma participação ativa atuante da classe discente - eu tenho muito a dizer e dizem com muita força, seriedade e respeito e participam na gestão por mérito próprio; há uma participação das famílias, as famílias participam, são ouvidas e há também uma alteração radical de gênero. A mulher tinha um papel secundarizado na sociedade portuguesa até 1974.

Hoje são as mulheres que freqüentam as escolas, porque há mais mulheres do que homens em Portugal e aqui no Brasil também. As mulheres foram das grandes revoluções! É o acesso feminino a todos os níveis escolares em Portugal.

Houve outro fenômeno nesses trinta anos. Uma grande influência a nível da gestão escolar, que foi o regresso massivo das colônias, de dezenas de milhares de pessoas, e numa população de dez milhões representavam mais de cem mil pessoas que caíram num território. O Sr. Embaixador da Finlândia disse que a Finlândia é Goiás. Eu acho que Portugal é o Piauí ou Sergipe, não sei dizer. Imagine o impacto de uma sociedade recebendo isso de repente, uma porcentagem altíssima da população, de pessoas que vinham desprovidas de bens materiais, mas que tinham uma formação que é muito mais importante que bens materiais e que traziam muitos ressentimentos pessoais que, obviamente, a nível de uma gestão tem isso sempre. Havia muitos ressentimentos pessoais, anti-revolucionários, pessoas que perderam tudo que tinham, história de vidas destruídas e que foram refazer as suas vidas num Portugal pequenino e europeu, onde se inseriu uma comunidade central no desenvolvimento do Portugal de trinta anos atrás. E a influência escolar maciça fez com que se alterassem os sistemas internos dentro das escolas. Há dados que julgo também muito importantes, se pensarmos que em 1964, 5,2% da população acima de sessenta anos era analfabeta e que hoje não há analfabetismo em Portugal, portanto é para mim um grande motivo de orgulho. Todos querem por defeitos na evolução do processo, para mim, para todos e para a sociedade em geral, eles não são pessoais.

Eu não sou um técnico de educação, eu só quis fazer um pequeno tópico do que se passa em Portugal. De um modo geral, o sistema de ensino hoje é uniformizado. Quando vi o Embaixador da Finlândia falar eu diria que em Portugal o sistema é basicamente o mesmo. Tínhamos em 1974 três universidades em Portugal. Hoje há uma pulverização universitária, com escolas públicas e privadas que originam conseqüências pedagógicas diferentes. Antes a pessoa dizia eu sou licenciado em direito e isso bastava. Hoje se disser que é formado em direito se perguntará. Por quem? Por qual escola? E em que data? Essa pulverização das escolas tem o mérito, uma independência, autonomia e maior amplitude de acesso de estudantes, criando também, negativamente, essa valorização das escolas que valem e das escolas que não valem, os diplomas que valem e os diplomas que não valem e também essa autonomia que faz com que a própria gestão dentro das escolas, apesar dos princípios genéricos serem os mesmos, também variar de escola para escola. (Ia haver uma grande rotatividade estudantil dentro das universidades, muitas delas não são de maus negócios e algumas são de excelente qualidade). E, para terminar, um problema que afeta a todos, portugueses e brasileiros, justamente no dia vinte e um, em Lisboa, esteve reunida a subcomissão acadêmica, que é uma coisa da maior importância para os nossos países. Se, finalmente, conseguimos chegar a um acordo em que os títulos brasileiros valham em Portugal e os títulos portugueses valham no Brasil. Precisamos saber que tipo e a que nível. Portanto, em breve teremos essa boa notícia, essa ligação entre os nossos dois países. Encerro aqui minha participação anárquica, como disse. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Obrigado, Adriano Jordão, da Embaixada de Portugal. Agora, vamos ouvir, da Embaixada da Venezuela, Wilfredo Machado, que traz também a sua apresentação.

Wilfredo Machado, da Embaixada da Venezuela: Boa tarde. Primeiro, gostaria de agradecer à Secretaria de Educação Básica o convite para este importante Seminário internacional. Infelizmente vou ter que usar o espanhol, porque o meu português não é muito bom. Então, vou ler devagar para que possamos entender.

Uma das primeiras coisas que eu quero ler aqui é esse pequeno livro que tenho aqui na mão esquerda. Está a Constituição da República Bolivariana da Venezuela. No último governo da Venezuela, no governo do

presidente Chavez, uma das primeiras coisas que o presidente fez foi convocar uma constituinte. Foi uma coisa realmente muito importante porque significou o começo de um novo período, o começo de uma direção para o País, para a Venezuela. Dentro desta Constituição tem o artigo 3 que diz o seguinte: vou tentar aqui fazer uma tradução: “o Estado tem como fins sociais, a defesa e o desenvolvimento das pessoas, o respeito à sociedade, o exercício democrático da vontade popular, a construção de uma sociedade justa, a marca da paz, a promoção da prosperidade, o bem estar do povo, e a garantia de cumprimento dos princípios e direitos reconhecidos e consagrados nesta Constituição”. Depois fala o seguinte: “a educação e o trabalho são os processos fundamentais para alcançar punhos firmes”. Para mim é importante porque, já no princípio, o Estado está declarando o fundamento para a sociedade, que o Estado está querendo construir. Se estamos vivendo um processo de renovação, de mudança profunda na Venezuela, este processo também está intimamente ligado à educação. Não há revolução, não há mudanças no Estado, se não há mudança na educação. Acho que a Venezuela está entendendo isso e a partir daí a Venezuela está começando também a entrar num processo de transformação educativa muito interessante e muito importante.

Eu quero ler alguns indicadores sociais, de recente data, da Venezuela e, inclusive, em comparação com os indicadores do passado. Os indicadores: “A Venezuela aumentou o investimento na saúde, em educação e infra estrutura de maneira substancial em 2004 e 2005, com crescimento de despesa pública para essas atividades. É um fato significativo, particularmente por contar com maiores rendas provenientes do petróleo. Desenvolveram-se conjuntos de programas denominados sociais, os quais orientam-se para atividades de educação e saúde, alimentação, criação de postos de trabalho e financiamento de microempresas e cooperativas. Existem sinais muito claros de um aumento substancial dos investimentos na saúde. Em 1998 as despesas de saúde e de seguridade social eram de 2,8 % do PIB e em 2005 essa cifra aumentou em 6% do PIB. Neste sentido durante o governo do presidente Chavez a despesa com a saúde, com relação ao PIB, cresceu mais que o dobro. Nota-se que, comparando-se a média do gasto de saúde de 1992 até 1998, essa média era de 2,2% do PIB, enquanto que no período de 1998 a 2005 a média foi de 4,7 do PIB. Observemos alguns indicadores em matéria de saúde que normalmente são considerados de grande importância pelos estudiosos do sistema. Em termos absolutos do UNICEF, estudo mundial da infância em 2006, na Venezuela o índice de mortalidade infantil para crianças até um ano de idade desceu de 21 por mil crianças vivas em 1998, para 16 por mil crianças nascidas vivas no ano de 2004. Nesta direção, também o índice de mortalidade infantil até cinco anos de idade reduziu-se de vinte e cinco por mil crianças nascidas vivas em 1998 até 19 por mil crianças nascidas vivas em 2004. Vale a pena fazermos uma comparação em termos relativos. Para isto observemos o “ranking” do UNICEF que coloca por ordem os Países, organizando os de valor menor até os de valor maior, ou seja, o País que tem o indicador maior de mortalidade infantil, por crianças menores de cinco anos de idade, está colocado na parte de cima, que depois define a sua posição de maneira ordinal. Conforme o UNICEF, no informe da infância mundial 2000, no qual se concentram as estatísticas, até 1998 a Venezuela estava na posição de número 115 a nível mundial e melhorou e está na posição de 125 num informe da infância 2006, o que recolhe as estatísticas até 2004. A Venezuela melhorou dez posições com relação a outros países entre os anos de 1998 e 2004. Quanto a esperança de vida ao nascer, a população venezuelana em 98 estava em redor de 72,2 e aumentou para 73,4 anos para 2005. Com relação ao crescimento dos investimentos na educação, que é o tema fundamental que nos interessa, vale a pena destacar os seguintes elementos: a despesa de educação representava 3,7% do PIB em 1998 e aumentou de maneira continua até chegar ao nível de 6,1% do PIB em 2005. Podemos observar a média entre 1992 e 1998: a despesa em educação foi 3,6% do PIB e em 1999 e 2005 a média foi de 5,5% do PIB. Embora seja verdade que a despesa em educação tenha aumentado com relação ao PIB é preciso observar alguns indicadores que refletem resultados e êxitos desse investimento no campo da educação. Observemos, em primeiro lugar, que a Venezuela acelerou o programa de

alfabetização chamado missão Robinson I, que permitiu o aprendizado da leitura a 1,5 milhões de venezuelanos. Como reconhecimento ao êxito que teve essa missão, no mês de outubro passado, o UNICEF declarou a Venezuela zona livre de analfabetismo. Ao mesmo tempo, as missões educacionais - missão Robinson II, missão Ribas, missão Sucre - ofereceram a oportunidade para que pessoas tivessem continuidade na educação primária, secundária e superior a mais de três milhões de venezuelanos, que haviam renunciado estudar. Por outro lado, entre os jovens de idade escolar, o índice escolar melhorou de maneira substancial. Em 1998, 18% das crianças em idade de receber educação primária haviam abandonado as aulas; na educação secundária, 45%, ou seja, um número muito alto de crianças adolescentes em idade escolar haviam abandonado as classes. E em 2004 esse índice foi reduzido a 30%. Apesar da melhoria e da diminuição, isso não quer dizer que estamos satisfeitos; sabemos que nos resta muito a fazer para que os níveis de escolaridade continuem crescendo, mas não há dúvida que os resultados positivos são consistentes; os programas educativos para a idade pré-escolar aumentaram o número de matriculados de maneira importante; o número de crianças que freqüentam a escola é de 1.350.000, o que implica no aumento de 83% em relação ao número de crianças incorporadas à educação pré-escolar a partir de 1998. O número de crianças que estão no nível médio aumentou de 621.716, o que implicou no crescimento de matriculados de 34,4% como comparação ao número de estudantes matriculados em 1998. Os resultados em termos educacionais são palpáveis. De fato o índice de desenvolvimento humano, o IDH melhorou. O índice pondera fatores associados a níveis de renda, a fatores de caráter educativo como a alfabetização, escolaridade e a fatores associados a saúde como taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer. Em 1998, o IDH da Venezuela estava em torno de 0,69. A partir de então isso foi aumentando até chegar a 0,81 em 2005. É importante destacar que o IDH alcançado em 1998 foi considerado, pelos especialistas, como um nível de desenvolvimento humano médio e um nível acima de 0,80 de desenvolvimento humano é considerado um nível alto". Eu queria me referir a estas cifras, porque realmente na Venezuela começou o processo de mudanças, de transformação em todas as áreas e setores do País. Fundamentalmente na educação houve estas mudanças que foram desenvolvidas na Venezuela. O investimento aumentou muito também no setor da infância mas, com relação às universidades, o grande investimento que foi feito foi na educação infantil e média. Um dos programas piloto, e básicos, que foram desenvolvidos, que o Ministério da Educação e Esportes desenvolveu, se chama escolas bolivarianas. É um projeto que tem se desenvolvido desde 1999. Gostaria de ler alguns elementos que estão profundamente relacionados com a criação das escolas, com as bases conceituais e legais desse projeto. O compromisso do Ministério da Educação e Esporte consiste em que todas as escolas venezuelanas se convertam, mais cedo do que tarde, em escolas bolivarianas.

E essa denominação representa uma grande responsabilidade por sua conotação histórica nacionalista e internacionalista que evoca a referência ao libertador Simon Bolívar. Tem um profundo valor para os venezuelanos. As suas idéias e ações constituem uma referência iniludível da nossa nacionalidade. Ressaltar os aspectos bolivarianos orienta-nos para os aspectos melhores das nossas tradições e para os fundadores da nossa Nação. Toda esta situação reivindica nossas potencialidades e fortalezas como País e como povo. Conseqüentemente nos abre possibilidades para contextualizá-lo, dar um novo significado na nossa realidade de hoje. E não se trata de vivermos no passado mas reconhecermos nosso acervo, para assumir as responsabilidades a que correspondem e enfrentar nossos desafios atuais. O reencontro com a idéia bolivariana corresponde à escola, que implica em primeiro lugar a idéia de mudança, de ruptura, de persistência e de reflexão. O reencontro com Bolívar e o grande inovador Simão Rodrigues serve para tomar seu exemplo que, contra todas as classes de dificuldades, sustentaram suas idéias e pensaram com a própria cabeça, combinaram a reflexão com a ação, com todo empenho, com o compromisso de enfrentar os desafios de seus tempos e precisamente por esse motivo transcenderam a própria época.

E, em segundo lugar, nos lembra que um povo é muito mais que um grupo de pessoas num determinado território. Uma nação reconhece sua história e sua referência comum mas, sobretudo, se constrói na sua capacidade de assumir um projeto conjunto em função de desafios do momento. Esta idéia nos coloca em frente à necessidade de construir uma nação de todos e não somente de alguns. A escola deve ser um dos espaços onde os atores, que estiveram até então relegados, possam entrar na vida cidadã e na construção de uma nação que se mantém à base do diálogo, dos direitos políticos e sociais, econômicos e culturais. Nas maiorias e minorias devem ser também protagonistas nos espaços públicos. A participação deve ser o símbolo da nova democracia, a participação a partir das diversidades, a partir do conhecimento e aceitação das mesmas, não como aceitação verbal, estática e irremovível, mas como visão de construção e possibilidade. O desafio que estamos assumindo é passar da democracia representativa à verdadeira democracia participativa protagônica. De passar do discurso à ação. Do reconhecimento e da integração da diversidade. Propomo-nos, a partir da educação, reconstruir o País, olhar para trás e olhar para diante.

O País não está feito e nem sempre é igual a si mesmo. A pátria, é preciso fazê-la continuamente para que esteja viva. A pátria vive no momento em que nós recriamos a nação, a partir das nossas diferenças, semelhanças e referências comuns. Fazer a educação é fazer do cidadão um novo cidadão bolivariano. Fazer a democracia é construir um espaço para todos, ou seja, democratizar o espaço como um todo.

Em terceiro lugar, o caráter bolivariano das escolas nos lembra que somos latino-americanos e caribenhos. Temos que ver e compreender, ver e observar e olhar ao Sul, em direção à América Central, em direção às Antilhas, porque a nossa sorte está necessariamente compartilhada e as possibilidades para um futuro comum estão atadas à nossa capacidade de integração.

Por último, assumir a nova escola venezuelana, uma escola bolivariana, significa que não podemos ficar no discurso educacional. O compromisso tem que ser introduzido numa prática pedagógica aberta, reflexiva e construtiva. Igualmente, numa relação ampla com a comunidade, marcada pela participação autêntica. A mudança efetiva do sistema escolar, das suas concepções, procedimentos e estilos, conforme o propósito de construir uma nova cidadania. A bolivariana é encontrada, então, na busca de referentes comuns, na disposição para mudança, na disposição para reconstruir a Nação, bem a partir da escola. Nosso caráter é americano e caribenho e o compromisso de converter ideais em realidades, palavras em fatos.

O projeto da escola bolivariana constitui uma política do Estado venezuelano, de medida a encarar e enfrentar as limitações do sistema escolar. Assumir a educação como um contínuo, onde os jovens freqüentemente desde o primeiro ano até os seis anos, terminando a educação inicial e continuando a prestar atenção na infância e nos adolescentes de seis até os doze anos, nos períodos da escola base. A proposta se inscreve no processo de transformação da política social que dá alta prioridade à educação. Dentro deste processo, da mesma maneira se supõe a concentração de recursos públicos e do conjunto da sociedade na educação como a visão de longo prazo, inicia-se com uma proposta experimental que vai se estendendo a todas as escolas venezuelanas. A experimentação é vista por um lado como um marco, que permite a incorporação da jornada escolar completa, superação de problemas burocráticos e limitações de organização, a flexibilização do currículo, bem como a articulação de esforços especiais do Estado. Por outro lado, um processo que permita detectar necessidades, fortalezas e potencialidades, ao mesmo tempo em que se desenvolvem as experiências de aprendizagem organizativa e fortalecimento institucional, necessários para extensão desse projeto. Um novo paradigma da supervisão: da conduta punitiva para a orientação, acompanhamento, controle e avaliação do projeto nacional, em cada instituição. A preparação do pessoal de gerência para o exercício de uma administração escolar democrática e participativa. O projeto parte da convicção de que as transformações de natureza educacional não são trabalhos de poucos, nem de responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação e Esporte.

Está inserido na participação de todos os atores do processo. Fundamentalmente, na materialização do esforço de articulação entre esforços plurais. Requer um debate sempre aberto, sem verdades absolutas e nem respostas categóricas. Na contínua reflexão sobre questões sociais, políticas, institucionais e conceituais que se colocam em um jogo de determinadas necessidades, fortalezas e potencialidades. Ao mesmo tempo em que se geram experiências e dados organizativos, e fortalecimentos interinstitucionais necessários para extensão desse projeto, na construção de uma nova escola democrática. É indispensável que o Estado se comprometa a cumprir com o papel de criador das condições, para que se torne realidade uma educação de qualidade para todos. Isto, porém, não é suficiente; são muitos os desafios a serem enfrentados e para isso contamos com a experiência, reflexão, ânimo e força de professores e professoras, famílias, alunos e comunidades que assumem um projeto de responsabilidade compartilhada com a história. Para compreender e explicar o que se quer a partir do que se foi e não se quer mais. Quero concluir minha intervenção com uma frase de Simão Rodrigues um eminente educador do século XIX, venezuelano, que foi inclusive mestre do libertador Simão Bolívar. A frase é a seguinte: “Ou inventamos ou erramos!”. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Quero agradecer ao conselheiro cultural Wilfredo Machado, por sua exposição. Vamos passar para os comentários do que foi apresentado, a apreciação de Genuíno Bordignon, da Universidade de Brasília.

Genuíno Bordignon, da Universidade de Brasília: Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar saúdo os três palestrantes. Quero dizer ao Sr. Embaixador da Finlândia: o Senhor nos fez viajar para um País dos sonhos, quem sabe um dia chegaremos lá. O assunto deste Seminário é a gestão democrática da educação e pedagogias participativas e este painel especialmente é sobre políticas nacionais de gestão da educação, obviamente associando a política nacional de gestão da educação com a gestão democrática. Da fala dos três palestrantes, eu gostaria de destacar inicialmente dois pontos importantes.

Em primeiro lugar, a ênfase que foi dada por todos eles aos investimentos públicos em educação. O conselheiro de Portugal se orgulha de estar no topo do PIB com 6%, a Finlândia chega próximo; a nossa querida Venezuela não disse em quanto, mas também mostrou os índices significativos dos investimentos na educação. Ou seja, educação para esses três países é fundamento de construção do próprio significado da Nação, no próprio significado de ser cidadão e pertencer a todo um processo social.

O segundo aspecto tem a ver com a questão da gestão democrática da educação. Queria destacar que a fala dos três expositores deixou bastante claro, que gestão democrática não é apenas um processo de políticas públicas, não é apenas um processo administrativo da escola. Ela se insere profundamente na pedagogia participativa para guardar o subtítulo do Seminário. Ou seja, gestão democrática começa na sala de aula, começa na prática pedagógica do professor, porque é isso que transparece como fundamental, especialmente da fala do nosso Embaixador da Finlândia. Ele situa um dos fundamentos da gestão democrática: oportunidades iguais para todos, independente da situação das famílias. No dia que conseguirmos que a situação dos pais não faça diferença na escola para os estudantes, teremos efetivamente uma gestão democrática com os fundamentos que a Finlândia nos mostrou. Quero destacar, da Finlândia, uma coisa que achei fundamental para a questão da gestão democrática, a não utilização da nota. Por que a utilização da nota é um princípio antidemocrático? E que é comum a todos os países e permanece ainda muito forte no nosso sistema educacional brasileiro. Porque a nota classifica, inclui, exclui, distingue e não contempla o respeito à diversidade. O diferente é diferente, não se compara. Não há como você comparar um aluno frente a outro aluno. Dizer que um é melhor do que o outro. Então, esta questão pedagógica fundamental da avaliação diz muito mais para a gestão democrática, do que questões que para nós são relevantes, ou são escolhas de dirigentes e todas as questões participativas, por quê?

Porque se trata de colocar o estudante como sujeito, cada um diferente, mas na mesma posição de reconhecimento dos iguais, sem distinção.

E, então, vamos encontrar nas falas uma questão fundamental e difícil ainda nos sistemas de ensino, que é a questão da autonomia da escola. Porque a autonomia das escolas aparece nas falas como fundamental à gestão democrática. Gestão democrática é essencialmente dar poder à cidadania. Se uma escola não tem poder, como os seus professores e os seus estudantes vão exercer democracia que é exercício de poder? Ficou muito claro principalmente na fala do embaixador da Finlândia que um dos fatores, um dos suportes essenciais da qualidade da educação é, a escola autônoma, professores autônomos e estudantes autônomos; onde são estimulados os estudos independentes, onde prevalece a cultura da confiança e não do controle. Isso é fundamental para o processo pedagógico.

E o compromisso do governo pela educação como assunto essencial de Estado, educação como questão de Estado. Falando um pouco do nosso vizinho bolivariano, eu tentei entender um pouco a síntese da escola bolivariana, mas eu a vi extremamente associada a um conceito de nação, a um conceito de cidadania, de identidade cultural, de história e não há como não estar associado a um conceito de liberdade, de construção de países livres e autônomos. Então, a prática pedagógica aberta, como o senhor dizia, uma nova cidadania, uma responsabilidade compartilhada, constituindo a escola bolivariana e isso, traduzido em outros termos, é a escola autônoma, com professores que assumem a responsabilidade pelo processo educativo e com estudantes que se tornam autônomos. Porque, voltando um pouco mais longe, Alvin já dizia há algum tempo e ele é de outra cultura, outro País, um pouco distante dos que estão aqui, que a escola foi concebida para fábrica, a escola da obediência, e que não haveria educação enquanto a escola não fosse concebida para o cidadão, ou seja, não se educa - e eu extraio isso das três falas - não se educa para um projeto de indústria, para um projeto de trabalho, para um projeto de servir a alguma coisa. Educa-se para ser cidadão, e no momento que ele o é na sua plenitude, como as falas transpareceram aqui, capazes de elaborar seu próprio pensar, construir seu próprio conhecimento, no momento em que o educando se torna um sujeito pleno, em si, ele é capaz de atuar na sociedade exercendo uma cidadania, para construção de um País de cidadãos felizes, autônomos e independentes. Por isso que achei interessante a comparação da Venezuela, da escola bolivariana que associa educação e trabalho, as duas coisas não se distinguem. Como a Finlândia colocava, após a educação abrangente, o estudante tem o caminho profissional ou universitário, mas ele tem essa escolha porque ele já completou, em si, a sua capacidade de ser e de optar. Não é que a escola seja propedêutica para isso ou para aquilo, ela é propedêutica para o ser cidadão e o ser cidadão é que avança.

São as três experiências de que vimos falando aqui. De Portugal também, nossa pátria mãe, falei pouco, sobre a questão da participação dos discentes, das famílias, na gestão da escola. A coisa fantástica que os três Países (a Finlândia não teve esse problema) mas Portugal e Venezuela tiveram que optar por um projeto de nação, a superação do analfabetismo, mesmo dos analfabetos adultos, porque eles constituem a cidadania, são coisas que revelam que você tem gestão democrática da educação, quando você tem construção de cidadãos autônomos, por isso que eu volto ao começo, gestão democrática não é um processo administrativo, é também; mas, antes de tudo, é um processo pedagógico, de construção de autonomias, de sujeitos. Porque há uma contradição entre ter de exercer uma gestão democrática e exercer uma pedagogia não emancipadora, uma pedagogia de controles, de sirenes, de nota classificatória, de aluno aprendendo apenas os conteúdos que o professor quer; ou pensar como o professor pensa, e assim por diante. Então, não sei se eu divaguei muito porque a primeira fala me fez viajar em sonhos, é isso que eu extraí, gestão democrática, é no fundo, um processo de educação emancipadora a partir da sala de aula.

Mestre de Cerimônias: Na mesma ordem, começando pela Finlândia, vamos ouvir os comentários dos três Países em função da intervenção, ou se há alguma coisa a esclarecer, ou aprofundar, a comentar alguma coisa que não foi dita. Depois dos comentários, vamos ter um intervalo para o café, daí voltaremos com o Enrique Cobo que já está ali à mesa. Então, vocês poderão perguntar diretamente a todos os Países, curiosidades, em relação aos temas que estamos trabalhando aqui. Eles ficarão à disposição, para que tenhamos um tempo de debate diretamente com os países que aqui estão.

Hannu Uusi, Embaixador da Finlândia: Muito obrigado para todos os palestrantes e especialmente aos comentários interessantes sobre estas falas. Você mencionou que minha palestra foi sobre um País de sonhos. Curiosamente, esta noite vou à Universidade de Brasília inaugurar uma exposição das Nações Unidas, fotográfica, com o título: Conquistando Sonhos. Há dois anos, porque estou há poucos meses aqui no País, a UNESCO pediu a cinco embaixadores para fazer uma propaganda de trinta segundos para a televisão, explicando, em trinta segundos, porque o sistema finlandês de educação é o melhor do mundo. Isso foi uma tarefa muito difícil, com quatro, cinco frases explicar os fatores de sucesso. Mas na minha fala já expliquei a maioria deles. A chave para o desenvolvimento de cada País é a educação. Este sempre foi o princípio do governo da Finlândia, do Estado. O País, hoje em dia, está entre os mais ricos do mundo e, como mencionei, há cinquenta anos atrás fomos um País pobre, agrário. Agora temos Nokia, toda a alta tecnologia no País.

É claro que muita gente falou que é fácil em um País pequeno de cinco milhões, de fazer qualquer coisa, de desenvolver a educação. Mas não é somente isso. Eu entendo que um País como o Brasil, que é um continente de fato, os problemas e desafios são totalmente diferentes, começando com um nível muito baixo dos habitantes do País. Na Finlândia a população é muito homogênea. Temos poucos estrangeiros por lá. Acredito que também por clima não favorável, tanto como no Brasil. Então, pode-se dizer: sonhos congelados. Temos a primavera agora e o verão já está chegando e se pode sobreviver na Finlândia. Cinco milhões sobrevivem. Mas, realmente, não se pode subestimar a força da educação para os jovens e para toda a sociedade, para a democracia no País.

Um dos fatores, na Finlândia, para o nosso sucesso em educação sempre foi a muito forte ética de trabalho. Somos uma nação que tem uma consciência do “porque não fiz algo hoje?”. Cada vez que me deito, fico pensando no que não consegui. É a natureza, o caráter nacional finlandês. Por isso os jovens e também as crianças têm uma responsabilidade muito grande de estudar. Eles entendem que a melhoria de vida só a educação pode trazer. O comentarista falou sobre a independência das escolas e de alunos, de escolher e decidir sobre currículo. Isso, pelo menos na Finlândia, segundo nossa experiência, tem sido muito importante. O governo simplesmente faz as linhas gerais para educação para todo o País, mas depois cada escola, conjuntamente com pais, alunos, pode planejar um conteúdo e formar maneiras de ensinar. Isso é um fato importante que temos na Finlândia e naturalmente, como um País industrializado, desenvolvido, de infra-estrutura, de escola excelente. Todas têm computadores para os alunos. Já mencionei as bibliotecas públicas. Realmente, nosso sistema de bibliotecas é modelo para todo o mundo; tem uma variedade enorme de material. E vou recomendar esse folheto que mencionei, para ser distribuído sobre a escola finlandesa. À parte de explicar esses fatores de sucesso no sistema escolar finlandês, tem um artigo muito interessante, prático, sobre um dia em uma escola fundamental. Explica como é um dia de trabalho, como as crianças trabalham em pequenos grupos, dentro da aula, e isso também é independência. Também vou mencionar que se tenha acesso à edição de março, que é uma variação americana. A versão brasileira, de março, tem um excelente artigo de cinco páginas sobre a educação finlandesa e seus pontos fortes. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Vamos ouvir também os comentários do nosso Adriano Jordão, representante de Portugal.

Adriano Jordão, representante de Portugal: Ouvindo uma experiência tão bem-sucedida, como é a experiência finlandesa, nos sentimos um pouco eu diria ofuscados, subjugados. Isso tudo é o que nós almejamos e esperamos; é uma experiência e eu, como europeu, me orgulho muito. A Finlândia é um País que muitas vezes é citado como exemplo no campo da educação e obviamente com toda razão. El Portugal temos praia, o sol é ótimo. Penso em relação aos meus netos e é difícil dizer: não vá à praia, vá para a biblioteca ler um livro. Se tivesse -15°, e tremendo de frio, seria mais fácil levá-lo à biblioteca. Eu não quero com isso dizer: o caminho é esse, o exemplo é esse. No mais, meu Embaixador, parabéns pelo seu País e por ser esse exemplo tão bom que é a Finlândia, na educação.

Mestre de Cerimônias: Vamos esfriar o planeta, então. Por favor, Wilfredo Machado, Venezuela.

Wilfredo Machado, Venezuela: Quero falar muitas coisas que também têm uma profunda relação com a educação. Acho que uma das coisas mais importantes, agora com o processo de mudança, que está acontecendo na Venezuela, e com maioria de aprovação é que a Venezuela tem uma grande consciência política do que está acontecendo, uma grande consciência política e social no continente. Temos uma importante consciência agora da integração de nossos povos, não somente a integração, em matéria econômica, mas também na matéria educativa e cultural, que são fundamentais para o nosso povo também. O que tenho para falar é isso, a respeito das grandes mudanças que vêm acontecendo e vão continuar a acontecer na Venezuela. Obrigado por tudo.

INTERVALO

Mestre de Cerimônias: Aqueles que quiserem escrever perguntas, a qualquer um dos expositores, o façam. Se quiserem, também podem fazer uso do microfone sem fio. Vamos iniciar.

Juscelina Iva: Eu gostaria de parabenizar os expositores por suas falas, mas eu tenho duas curiosidades. Uma comum aos três é com relação à remuneração dos professores, dos educadores em seus Países, em termos de correspondência, salário mínimo, enfim remuneração. E uma segunda questão é que a gente sabe que a Espanha, particularmente, tem uma experiência muito positiva em relação à educação de jovens e adultos. Salvo engano, está intimamente articulada com a questão do trabalho. Eu gostaria que fosse colocado algo sobre isso. No Brasil um dos problemas sérios que enfrentamos é o alto índice de abandono da educação de jovens e adultos, e a gente tem uma avaliação que a associação de qualificação profissional, a exemplo do que ocorre agora com o programa oriundo do governo federal, Pró-Jovem, pode reverter um pouco esse quadro de abandono. Sabemos que a experiência da Espanha é muito positiva nesse sentido, gostaria de conhecer um pouco mais, se possível. Obrigada.

Silvinha: Pergunta que eu faço a todos. Acho interessante que quase todos colocaram o percentual de mulheres dentro do magistério; mais de 78% ou menor número. Não temos representação na mesa, mas é simplesmente uma observação para pensarmos um pouco na educação. Pautado no tema educação democrática e pedagogias participativas, quero aqui registrar que sou funcionária administrativa de escola, ou seja, do interior da escola. Não estou na docência dentro da sala de aula, mas percebo que a gestão democrática não pode ser fragmentada. Pensava em termos de aluno e professor. Ela é muito mais ampla, dentro deste espaço escolar. Eu gostaria que se pautasse, se fosse possível, aos debatedores, um pouco também dessa relação entre funcionários administrativos de escola, que alguns aqui no Brasil, principalmente, vivem um processo de exclusão. A campanha nacional é para a erradicação do analfabetismo, educação de jovens e adultos mas, aqueles que fazem a educação, muitas vezes ou na

grande maioria, não tem política. Agora que o Ministério está desenvolvendo uma política de formação, qualificação profissional, para os funcionários administrativos, um pouco insignificante do ponto de vista de mais de um milhão de funcionários administrativos. Infelizmente, muitos governantes dos Estados ainda não absorveram. Inclusive não aderiram a esse projeto que reconhece esses profissionais e que qualifica a educação. Então, eu gostaria que pontuasse esse aspecto. Uma outra questão, e aí vai direcionada ao representante Enrique, da Espanha, quando ele coloca que o investimento na educação é educação melhor, temos que gastar bem. Ou seja, não é o financiamento que é preponderante, mas é a forma de gastar direito esses recursos. Eu gostaria que detalhasse mais, o que é gastar bem? À vista de que a discussão maior está pautada efetivamente na questão do financiamento e da valorização dos profissionais, sejam professores, sejam funcionários administrativos, de escola. Muito obrigada.

Edson: Eu gostaria de saber do representante da Finlândia, como funciona a gestão democrática lá. Se tem eleição de diretores, a questão de coordenadores, se esse processo também passa pela Finlândia. Uma outra questão: quando se fala de professor, aqui a preocupação primeira é com a questão do salário. Também, gostaria de saber, com relação aos funcionários, na questão salarial e como que são incluídos os funcionários nesse processo democrático na Finlândia. Em relação ao nosso irmão Genuíno, quando ele disse da questão da nota, que a nota é discriminatória, ficamos então a pensar. Quando foi implantada certa vez uma escola chamada ciclada (em ciclos) e a mesma também foi implantada no Mato Grosso, esses projetos na maioria das vezes chegam, e não se prepara o professor, não se prepara a escola, porque o projeto já vai rolando e temos que dar conta desses projetos. Dessa forma, como foi encaminhado, caiu no cotidiano dos alunos que eles não seriam mais reprovados. Porque a escola ciclada valoriza outra forma como encaminhar essa questão toda, que não haveria mais essa nota, seria uma avaliação no conjunto. O que percebemos, nós da sala de aula, é que a cada dia que passa, o interesse dos alunos é menor com relação à aprendizagem, os alunos já não se interessam. Mesmo se tirar 0 ou 2 em uma prova, para ele, tanto faz. Então, eu gostaria de saber como funcionaria a elevação da auto-estima desses alunos, abolindo esses mecanismos, que você colocou como mecanismos até antidemocráticos dentro da escola.

Leocádia: Eu gostaria de dizer que é muito rico este momento de ouvir as experiências bem-sucedidas de outros Países. Se bem que não podemos fazer uma comparação, entendo que é para que façamos uma reflexão e para manter a utopia. Avaliando a situação no Brasil, acredito que nos últimos anos tenhamos avançado em direção a melhorar o financiamento para a educação. O FUNDEB e todos os programas que visam o fortalecimento da democracia no sistema escolar, nas escolas, acho que são passos importantes que vêm na melhoria da qualidade da educação. O que eu gostaria de saber dos representantes que aqui estão, como é que seus Países, cada um de forma diferente, enfrentou a disputa de projetos. Um saindo de uma ditadura franquista. A Venezuela acompanhamos de perto. A disputa é todos os dias. Aqui no Brasil, estamos vivendo também muito forte essas disputas de projetos políticos para a sociedade. A educação está no centro disso. Não ficou muito claro, nas exposições, como é que vocês conseguiram superar as dificuldades dentro de uma disputa de projetos? E por fim, em relação às pedagogias participativas, existe um instrumento que é bem elementar, bem viável, que é o projeto político-pedagógico. Parece-me que, dependendo da forma como ele for construído na escola, ele é o primeiro grande passo da democratização e da autonomia. Porque a autonomia dos professores, dos alunos, da escola, ela tem que estar pautada em alguma coisa construída coletivamente, porque do contrário não vai ser um por todos e todos por um. A gente já sabe como funciona aqui a construção do projeto político-pedagógico, pode ser feito por uma pessoa. Em Olinda, quando assumimos, a diretora trazia o que ela copiou do ano anterior e assim por diante e estamos procurando o processo, porque demora fazer uma desconstrução, não é fácil. Por isso temos que pensar muito no que vamos manter e no que vamos derrubar com a próxima eleição, porque é muito difícil. Para desconstruir isso é muito difícil, há escolas que já conseguiram: fazem tão

coletivamente que até as lideranças, os grupos de dança, de teatro, participam da construção do projeto, e então a autonomia é discutida dentro da escola. Cada um dá limites para ela e suas dimensões. Já existem escolas cuja participação é coletiva mas é menor. Assim, estamos caminhando. O que vocês pensam a respeito disso, se existe essa experiência do projeto-político pedagógico e como que se dá nos países aqui representados. Obrigada.

Rosângela Castro: Gostaria de fazer uma reflexão, em relação à terceirização dos funcionários. Estou aqui pela CNTE, e eu me preocupo demais com essa questão da terceirização que está muito forte. Como vamos falar em gestão democrática, quando estamos explorando nossos funcionários de escola; quando esses não têm papel, atuação? Como, também, é essa questão nos Países? Essa troca de experiência bastante rica. A questão da terceirização; uma outra questão para reflexão, nossa, que é de suma importância, é a questão do papel desses gestores. Em Rio Branco, temos a experiência, o coordenador de ensino e o coordenador administrativo. Gostaria de saber a experiência dos outros países, na questão da direção desse planejamento participativo; a participação da comunidade como se dá? São essas questões. Acredito que vamos crescer e conseguir uma educação em defesa da cidadania, da sociedade mais justa, mais democrática, mais humana, sobretudo.

Honorina: Muitas questões que eu gostaria de fazer já foram feitas por outros companheiros, mas gostaria de parabenizar pelo nível do debate e das exposições e gostaria de colocar uma questão única para todos os Países. Sobre a questão da avaliação dos profissionais de educação. Como é feita, nos Países, essa avaliação de desempenho dos profissionais? Como que é feita? Já que temos também aqui um grande complicador e resistência muito forte da avaliação dos profissionais de educação, na educação brasileira. A nível da Finlândia - foi muito importante sentirmos a experiência - os avanços e os sucessos da Finlândia, mas eu não entendi muito bem a questão da educação da criança pequena, porque houve uma abordagem muito forte sobre a obrigatoriedade a partir dos sete anos, e essa questão da criança pequena, como é que o Estado assume na Finlândia e como a família é muito participante, não sei se a questão da licença maternidade, não sei quanto tempo é na Finlândia, pode ser um processo que não ajuda a ter uma inserção maior do Estado. É o que eu gostaria que fosse esclarecido. Com a relação à questão brasileira, eu inclusive tinha conversado com ele. Acho que avançamos muito na legislação brasileira. Estamos caminhando, o MEC está cumprindo seu papel de ser esse órgão articulador e norteador das políticas públicas no Brasil, mas temos algumas preocupações. O Horácio colocou muito bem a questão das pendências legais, que temos ainda a vencer, no Brasil. Uma dessas pendências, eu gostaria de destacar, é a questão da organização dos sistemas. Precisamos ter uma fala única no Brasil, porque vivenciamos, o sistema dual no Brasil até 1988. Nosso sistema não é único; temos três sistemas de educação no Brasil, federal, estaduais e municipais. E os sistemas municipais ainda são muito relegados, em um processo de discussão e afirmação, e de consolidação. Por exemplo, encontramos muita resistência em alguns secretários municipais de educação, mesmo tendo um programa chamado PRADIME, de orientação para os secretários, os dirigentes municipais de educação. Ainda encontramos resistência com relação à organização dos sistemas próprios e aos apoios aos conselhos municipais de educação, ao funcionamento desses conselhos. Os conselhos são estruturas ligadas às secretarias de educação, com independência e autonomia. Mas, fazem parte do Poder Executivo, são estruturas ligadas ao Poder Executivo. As secretarias não vêm assim. Vemos grandes contradições nesse processo. Precisamos ter uma fala única, vamos defender sistemas municipais de educação ou não. Na Bahia, defendemos sim. O Conselho Estadual de Educação está nessa jornada de defender para que os municípios se tornem autônomos. Mas é um processo muito difícil, porque na outra ponta, onde está o dirigente municipal, que é indicado pelo prefeito, ele tem muita resistência lá e muita dependência ao prefeito e não quer estabelecer esse processo democrático. Temos essa contradição com relação à questão dos sistemas e gostaria de colocar a questão

das parcerias. Essa questão da consolidação, nos estados brasileiros, de comissões ou de coordenações estaduais, para que se estabeleça a gestão democrática. Isso é necessário e tem que sair deste Seminário como um norte para o Brasil inteiro. Porque, de repente, cada um quer fazer as coisas invadindo espaço que é de competência do outro. As parcerias têm que existir, todos têm que estar unificados, para estabelecer esse processo, não cada um fazendo uma consulta isolada. Gostaria de pontuar sobre isso para que o Horácio pudesse também nos ajudar nessa discussão.

Mestre de Cerimônias: Nós vamos ouvir da direita para esquerda, começando com Enrique Cobo. Em relação às perguntas e aos comentários feitos pelos participantes do Seminário. Em seguida, Wilfredo, Genuíno e assim por diante.

Enrique Cobo: Bem, obrigado. Responderei às questões e não tomarei muito tempo. Tem razão a pessoa que disse que nesta mesa não há a representante das mulheres. Dos últimos cinco ministros, quatro foram mulheres. É verdade que nos noventa anteriores havia somente homens. Portanto, ainda ficamos devendo muito. Temos no sistema educacional um número muito elevado de professoras, sobretudo na educação primária. Aproximadamente 75, 80% dos professores são professoras na educação primária. Na educação secundária a proporção já supera 50% também e na universidade as cifras são pouco parecidas, dependendo das carreiras. É verdade que quando olhamos para cima, os que exercem os diferentes ramos do sistema educacional, diretores de escolas, diretores de colégios, instituições de ensino, a proporção nesse caso inverte-se quase radicalmente e é significativa. Ou seja, há mulheres na área de educação mas a responsabilidade ainda está dividida com os homens; é um dos desafios da sociedade do século XXI. Nessas ocasiões diz-se em que sociedade, e que tipo de cidadão nós temos, na qual vivemos no passado, no século XX. Apesar da incorporação, de direito, da mulher na vida social.

Estamos ainda por construir uma sociedade na qual também as cidadãs, igualmente com os cidadãos, possam exercer essa cidadania moderna. Uma cidadania baseada em aspectos relacionados com a democracia, a liberdade, a eleição, a escolha e não tanto com a raça, etnia e religião. Existe uma cidadania de cidadão e eu estou totalmente de acordo com as observações que foram feitas. Em nosso País, conforme os indicadores da OCDE, os nossos professores têm um nível de acesso razoável, um salário, um nível bom, uma faixa pequena entre o salário de ingresso mínimo e os máximos salários no final da carreira da vida profissional, de forma que os professores espanhóis têm rendas que superam inclusive a média da OCDE. Quando ingressam, um mil de duzentos euros, dependendo muito dos níveis distintos de professores, e chegam a alcançar uma proporção que está também ao redor da média dos números máximos da OCDE, quando se aposentam. Mas, nesse caso, as carreiras são mais curtas em torno de dois mil e dois mil e poucos euros. Isso é muito aproximado, estou levando em consideração que há muitas situações profissionais diferentes. Não sei se isso esclarece e responde à pergunta.

Outro assunto é a formação profissional. Os nossos alunos, enquanto formação profissional superior, têm uma inserção no segmento profissional superior. São requeridos, são pedidos, e todos encontram trabalho praticamente ao terminar os estudos e começar o período prático de estágio. Igualmente na formação profissional, temos um desafio também na formação profissional, porque nós não conseguimos que um número importante de jovens, quando terminam a escola obrigatória, continuem a estudar e fazer a sua formação profissional. Nós temos umas cifras de jovens escolarizados em educação pós-obrigatória que se inclinam claramente a favor do caminho acadêmico, ou seja, os jovens que fazem a licenciatura. Menos ainda, na proporção de 40%, fazem isso para sua formação profissional. É uma proporção inversa com relação a União Européia. Nós temos interesse em nosso País de conseguir animar e não reduzir o número de jovens, que continuem seus estudos de licenciatura, mas animando a outros jovens a permanecerem estudando nos ciclos de formação profissional de nível médio. É um objetivo que

nós estamos colocando, para as comunidades autônomas, para responder aos objetivos profissionais do País e da Europa.

Estamos convencidos que a sociedade deve demonstrar estar preocupada com a educação, inclusive dando os recursos necessários para que se tenha a melhor educação possível. É absolutamente necessário investir tudo que se possa investir, e tudo será insuficiente e sempre será aproveitado pelo País, sempre. Investimento é absolutamente necessário. Destaquei que é necessário, absolutamente, mas não é suficiente. É preciso investir, tentando investir onde os recursos sejam mais necessários e onde apresentem mais resultados. Eu, por exemplo, sou professor do sistema educacional. Os professores geralmente têm salários aceitáveis; poderiam ser melhores, mas são aceitáveis. Inicialmente há muito trabalho por ser feito, é importante ter um esforço nesse sentido. Temos escolas relativamente bem equipadas, mas não tão bem organizadas. É preciso aumentar e isso nós temos claro. A lei que foi aprovada recentemente estabelece que temos que alcançar no mínimo a média dos Países mais avançados em despesa pública em educação. Estamos convencidos que temos que fazer um esforço para que esses investimentos sejam mais rentáveis. Para terminar, porque há muito o que falar, há perguntas específicas com relação a autonomia, e aos projetos como são gerenciados. Em nosso País a autonomia pedagógica dos centros não é total, mas é praticamente total. Atualmente o governo central decide do currículo, 55% das comunidades com língua própria, 55% nas comunidades que usam a língua espanhola e o resto do currículo é definido pelas unidades autônomas, pelas regiões. Definindo conteúdo, e com base na metodologia, as decisões pedagógicas são adotadas nos projetos educacionais, projetos que são de exclusiva responsabilidade dos conselhos escolares, integrados pelos professores, pais e alunos e pelo pessoal de serviços. Eles têm responsabilidade e obrigação de adotar um projeto educacional que deve detalhar todas as ações pedagógicas. A responsabilidade, fundamentalmente, recai sobre os professores, mas também sobre o projeto de gestão da instituição ou sobre a concretização do currículo estatal ou da região.

De maneira que a autonomia pedagógica é notável. A decisão com relação aos aspectos pedagógicos e metodológicos corresponde aos centros educacionais, à comunidade educacional. Nesse sentido, entendemos que nós não temos déficits de participação ou de democratização. Tratando-se de maior participação, participação real dos pais, por exemplo, e dos conselhos escolares ainda é muito baixa em nosso País. Há uma elevada porcentagem de pais que se desinteressam pela eleição do conselho escolar. Não, entre os alunos e os professores. Mas os pais, sim. Este talvez seja o problema mais importante que a autonomia da própria instituição escolar. Nós estamos empenhados em projetos de avaliação que permitam comprovar como se exerce essa autonomia mais eficaz. Mas do ponto de vista pedagógico nós não temos nenhum problema.

Wilfredo Machado: O salário básico da Venezuela, o salário mínimo, está por volta ao equivalente a 420 reais. No caso de salário de professores, só vou dar cifras aproximadas. Tem escalas no salário dos professores. Todos não têm o mesmo salário. Depende da história do professor. Se ele tem experiência, ou uma hierarquia e estudo também. Têm um salário básico de 800.000 bolívars que é o equivalente a 800 reais e no caso mais alto na ordem de 1.800 reais aproximadamente. Claro que não posso falar muito do sistema educacional brasileiro, porque não tenho muito conhecimento. Vou falar do sistema venezuelano.

A nova educação que está se implementando na Venezuela, a pretensão é que aumente a relação professor, estudante, pessoal administrativo, comunidade. Toda a gente, que tem a ver com a escola. Claro que a relação professor/estudante é uma relação que é mais que todas as relações que existem aí. A idéia é que as escolas se convertam em centros de atração das comunidades, centros que vão atuar diretamente com a comunidade. As comunidades têm o maior poder de decisão. Têm um maior poder de penetração nas escolas. Antigamente essa relação não era certa. Claro que tem que haver metodologias para que as

comunidades também comecem a ter um grande interesse no que está acontecendo nas escolas. Acho que isso é muito importante. Com respeito às notas estudantis, a Venezuela continua praticando o sistema de notas estudantis ainda. Acho muito interessante a proposta de fazer uma avaliação das notas estudantis. Tudo isso tem que cruzar com um processo de reflexão em torno da avaliação. Qual o melhor método para fazer uma avaliação do aprendizado, da relação do aluno com a escola, com respeito a projetos políticos pedagógicos. Falei do projeto que tem a Venezuela, fiz uma leitura, infelizmente no Espanhol, sobre a escola comunitária, a escola bolivariana que acho que tem também um fim, uma grande relação.

No caso da gestão democrática, com certeza que hoje na Venezuela estamos trabalhando e fortalecendo os processos de gestão democrática, de participação. Não foi tratado nas escolas.

Genuíno Bordignon: Bem, rapidamente. Primeiro quero concordar inteiramente com a professora. O processo pedagógico deve ser o cerne, o foco da gestão democrática. Eleição de dirigentes, conselhos escolares, são mecanismos importantes, mas sem projeto pedagógico, sem a proposta de educação, nada feito. E o projeto pedagógico tem que ter construção coletiva, e construção coletiva entende-se o que o representante da Venezuela acabou de dizer. A comunidade escolar é entendida em um sentido amplo e não somente dos profissionais da educação. Aí eu incluo os técnicos administrativos, os funcionários. São profissionais da educação no mesmo nível dos professores. Mas não somente pais e estudantes, toda a comunidade a que pertence a escola, a quem diz respeito aquela escola. Não é somente o seu público interno, profissionais, pais e estudantes, é uma comunidade, é um projeto de sociedade.

Sobre projeto pedagógico, tenho que responder a esta questão da comunidade. Ter essa construção coletiva. Somente para enfatizar a pergunta do meu amigo de Mato Grosso, neste projeto pedagógico a avaliação precisa ter um foco essencial. E nota não é mecanismo de estímulo; a nota reproduz na escola a divisão da sociedade em classes, a discriminação social. Não quer dizer que a não existência de nota queira dizer que não existe a reprovação. Há um processo pedagógico em que se avança mais depressa e outros avançam menos. Todos estão no processo, caminhando. Não pode demorar mais. O que vale é que cada um está construindo os seus saberes segundo a sua identidade. Não se comparam identidades. Você pode comparar arroz tipo 1, 2 ou 3, mas comparar alunos não é democrático, não é pedagógico, não é cidadão.

Para encerrar, conselhos de educação somente serão agentes de gestão democrática se forem órgãos de estado, se forem a voz da pluralidade social falando ao governo, porque se for a voz do governo falando através dos amigos do governo não é conselho e não é gestão democrática.

Hannu Uusi: Muito obrigado. Não sei se entendi bem todas as perguntas. Em primeiro lugar, devo confessar que me sinto muito ignorante entre tantos especialistas em educação e pedagogia. Comecei a escola primária em 1954 e saí da universidade em 1966. Não tenho filhos, estou casado mas não tenho filhos. Então, não tenho experiência de primeira mão da escola finlandesa de hoje. Sou um dos responsáveis pelo fato de que a população da Finlândia que é 5,2 milhões agora, nunca vai chegar, segundo prognósticos, a 6 milhões; porque o crescimento é igual 0,3%, mas em todo caso, vou responder a algumas perguntas.

Em primeiro lugar, o papel das mulheres como já mencionei na palestra, é muito forte na sociedade. Sempre as mulheres preferiram trabalhar fora de casa. Mais de 50% dos estudantes nas universidades são mulheres. Dos professores, nas escolas básicas, 70% são mulheres e no Parlamento, por exemplo, na política, 40% dos Deputados da Câmara são mulheres. Temos um governo de 18 membros, dez homens e oito mulheres, portanto, as mulheres sempre foram importantes na Finlândia.

Perguntou-se sobre salários, acho que um salário de começo para um professor na escola primária é algo

como mil euros, igual a dois mil e quinhentos reais, e pode ir a três mil ou algo assim, mas isso é uma amostra a mais da estima que se sente na sociedade finlandesa pela educação.

Na Finlândia, o governo sempre teve uma política muito forte de educação de toda vida. Não é somente escola primária, secundária, universidade, mas se criou no País um sistema de dar educação, de dar ensino, de línguas, em diferentes cursos, para pessoas de qualquer idade. Isso é muito importante no País.

Os professores no nosso sistema são empregados dos municípios. A responsabilidade principal da educação está nos municípios. Acho que é um sistema democrático também, mas do financiamento da educação a maior parte sai do governo central. O Estado está subvencionando os municípios sobre custos de educação, como de saúde também.

Como os professores, outros funcionários administrativos são funcionários municipais. Eles têm todas as vantagens. Digamos, plano de saúde. O sistema de saúde na Finlândia é gratuito, relativamente também. Claro que temos doutores de clínicas privadas, mas o sistema básico é muito bom. Pagamos muitos impostos na Finlândia, uma média de 40%, mas também temos serviços com esses impostos.

Perguntou-se sobre creches, sobre crianças, antes da idade de seis anos, antes de entrar para a pré-escola, para praticar, como será a escola real. A idade para entrar é de sete anos, que é alta. Como na maioria dos países industrializados, que normalmente começam com seis anos. Porque as mulheres trabalham fora de casa. A maioria, a grande maioria. Então, o País tem o sistema de creches municipais ou privadas onde vão as crianças de três anos em diante, até a idade escolar.

Temos na Finlândia (outra vez como não tenho filhos próprios) acho que a licença de maternidade é onze ou doze meses, com o salário completo e depois as mulheres podem escolher três anos para ficar em casa cuidando das crianças, com segurança de voltar a seu emprego anterior. Temos também licença paternal. Então, a família pode dividir esse tempo, porque os pais, os homens também querem ficar um mês, dois meses em casa, com salário completo no lugar da mãe. Acho que foi mais ou menos isso que entendi. Obrigado.

Adriano Jordão: Sr. Embaixador, acho que vai haver problema de visto, de tantas pessoas querendo ir para a Finlândia. Vai ser complicado. Como disse, eu não sou de maneira nenhuma especialista em educação. Só alguns comentários. Gostaria de salientar que, realmente, quando vejo esta assembleia, vejo enorme discrepância das senhoras sentadas aí. Portugal é o País europeu onde já tivemos primeira ministra mulher. Na Europa não é muito comum. Nos Países nórdicos, sim. Atualmente, no nosso governo, o Ministro da Educação é uma mulher, como também é no Ministério da Cultura. E diversos outros membros do governo. Em relação aos salários é por volta de 950 euros, chegando ao topo de carreira, isso com mais de vinte anos, a 2.250 euros, passando por intervalos de 1000 euros e 1.500. Foi informação que obtive pelo telefone.

Outra questão que gostaria de colocar. É evidente que o projeto pedagógico é essencial, é a base de tudo, mas eu ouvia falar e pensava que bom que se fala em discussão de projetos, que bom que haja projetos alternativos, projetos opostos, que bom que se possa pôr em confronto idéias, porque quem viveu em sociedades onde isso não é possível, o simples fato de dizer que há projetos merece parabéns. É evidente que os projetos pedagógicos dependem obviamente dos projetos políticos. Em Portugal a autonomia é muito grande. Muito obrigado.

Horácio Reis: Eu não acredito em discurso único, principalmente em um sistema federativo como temos aqui no nosso País. Os gestores, sejam eles municipais ou estaduais, não estão dissociados de uma função política. Podemos, inclusive, em um momento distante dos processos eleitorais, ouvir discursos que são aparentemente semelhantes, mas quando passamos a discutir as questões estruturais, a essência da necessidade de uma educação de qualidade no País, então facilmente identificamos, quem de fato tem

compromisso com a educação brasileira. Estou me referindo aqui ao nosso País, porque em uma discussão de financiamento por exemplo, o quanto foi difícil travar esse debate neste País envolvendo dirigentes municipais, estaduais, governadores, prefeitos. Não se conseguiu conceituar uma proposta que unificasse na perspectiva de todos os impostos, que estão dentro das receitas, dentro dos estados e municípios, para que tivéssemos uma política de financiamento que contemplasse, não só a manutenção e o desenvolvimento do ensino, mas que, de fato, jogasse para cima a questão da valorização profissional. Isso, realmente, lamentavelmente a gente viu, nos interesses corporativos, a necessidade dos gestores de preservarem gorduras orçamentárias, financeiras, para que não estejam disponíveis para serem aplicadas em educação.

A questão dos funcionários que foi colocada aqui. Temos muito que caminhar ainda. Vivenciamos, durante séculos, um processo de exclusão muito sério. Aqui em Brasília, considerado o lugar com melhor qualidade de vida que os estados da federação, mesmo assim se existe uma caixa d'água com água contaminada na escola, qual é a primeira medida tomada pelo gestor? Vamos examinar os professores e os alunos, para saber se eles foram contaminados. Isso eu vi em matérias publicadas aqui em Brasília. Anunciaram água contaminada nas caixas d'água das escolas públicas daqui. Quer dizer, os funcionários poderiam morrer. O movimento dos trabalhadores em educação nos estados, onde eles estão organizados nos seus sindicatos, eles se reúnem em assembléia. Professores e funcionários decidem por uma greve, por um motivo justo ou não. A medida é legítima, por uma greve. No outro dia sai uma greve dos professores, os funcionários participaram, decidiram, mas não existem. Ainda dentro desta cultura de exclusão, os funcionários são considerados invisíveis, para a grande mídia e para a sociedade como um todo. Vocês não sabem o quanto tem sido difícil fazer esse debate, para tentar conseguir dos gestores esse reconhecimento. Não podemos falar de gestão democrática de forma excludente, sem reconhecer os profissionais de educação como um todo. Para que tenham uma idéia, definimos no Ministério da Educação em conjunto com a CONSED, com UNDIME, com o CNTE que iríamos implantar o Pró-funcionário. Que ofereceríamos cursos para cinco estados, um para cada região da Federação e foram escolhidos: Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná. Quando chegamos em São Paulo, quando chegamos em Goiás, fizemos toda a discussão e o retorno qual foi? Disseram que tinham dificuldades orçamentárias. Quem sabe no próximo ano, esabemos muito bem que o motivo da rejeição não é esse.

Estamos na expectativa, e vamos fazer nessa tentativa da pluralidade, de colocar na mesa a Secretaria Estadual de Educação, a UNDIME, os sindicatos, os Conselhos Estaduais de Educação. Estamos trabalhando nessa linha para que haja uma definição coletiva desse conjunto, para que o Pró-funcionário seja implementado em todos os Estados da Federação. Vamos chegar em 2006 com mais dez, como havia dito para vocês. Mas se no Estado a rede estadual se desinteressar em oferecer esse programa, não teremos dúvida nenhuma em fazer uma discussão com os municípios através da UNDIME, com os sindicatos, para que esse programa seja implementado. Essa é nossa meta e por isso vamos lutar.

Sobre a avaliação dos profissionais, eu me lembro muito bem e tem muita gente aqui que vai se lembrar também, que em 2003 fizemos um grande debate nacional sobre avaliação dos professores. Fizemos encontros em quase todos os Estados deste País. Fizemos um encontro aqui com delegados eleitos em cada Estado e qual foi o resultado? A grande maioria, naquela ocasião, decidiu rejeitar qualquer tipo de avaliação enquanto as condições de valorização profissional não tivessem sido dadas - Piso profissional salarial que não se tem, diretrizes nacionais de carreira para o conjunto dos profissionais da educação básica, uma política de financiamento que contemple a integralidade dos impostos, que tenha de fato um percentual que dê conta de todos os profissionais de educação básica. Acho que essas condições foram muito bem apresentadas, naquele momento de rejeição para os profissionais da educação.

Acho que teremos que ter um pouco de paciência pedagógica. Vai ter que acreditar, acima de tudo. Não

tenho dúvida de que conseguiremos. Claro que para chegar no patamar colocado para a Finlândia é um pouco difícil. Mas, dentro das características específicas do nosso País, eu acredito em um futuro muito promissor, porque muita coisa está acontecendo, pela primeira vez neste País. Podemos inclusive citar algumas. Hoje em dia, as denúncias são feitas e apuradas e a população está em condições de saber o que é, para quem é, o que significa, a quem interessa. Isso nunca aconteceu. Pela primeira vez estamos tendo em nosso País um negro como ministro da Cultura, coisa que nunca aconteceu. Uma mulher assumindo a suprema corte da Justiça. E isso também nunca aconteceu. Já dissemos não ao FMI e muita gente desgostou disso. Enfim, acho que é por esse caminho. Tem que formar os Conselhos Estaduais. Tem que definir um processo de desconstrução nos Estados e de construção em outros, na perspectiva de conscientizar o cidadão, o representante da sociedade civil para que os órgãos de controle social sejam de fato autônomos, independentes e com representantes legítimos, com capacidade de fiscalizar e de controlar não somente os recursos mas também de acompanhar e intervir nas políticas, no projeto político-pedagógico como foi falado aqui. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Alguém sugeriu que o nome e endereço dos colegas fossem socializados, para que, depois deste encontro, continuassem trocando informações. Vou pedir para a professora Lêda para verificar a possibilidade de socializar os e-mails. Quero dizer para vocês que as transparências que estão sendo aqui apresentadas já estão disponibilizadas. Quem quiser já pode ir gravar e quem não quiser vai estar no site do MEC, no campo do Seminário internacional. Vamos disponibilizar isso. Vocês vão receber o caderno de textos. Amanhã vamos ter o resumo de quase todas as palestras e vocês também terão acesso ao material. Há uma pergunta aqui, bem pontual, e é sobre remuneração (que já foi falado) e carga horária. Para que carga horária é a remuneração, o valor colocado, simplesmente especificar. E a outra a carga horária mínima do aluno, se tem e qual é? Para a Finlândia, a carga horária máxima do professor, se ele tem, qual é? Há outra pergunta considerando a situação da Finlândia. Qual é a perspectiva, desse País, de diálogo, para um País que tem dificuldades em construir uma política educacional de qualidade. Vamos fazer perguntas pontuais porque o Embaixador tem um compromisso, uma solenidade e vai ter que sair e eu gostaria de abrir somente para perguntas pontuais, não comentários. Amanhã continuaremos nosso debate. Vamos ter tempo e espaço para discussão. A sugestão do Embaixador é que façamos somente essas perguntas, porque ele vai ter que sair por conta do compromisso. Ele responde o que foi perguntado.

Hannu Uusi: Tenho que ir à Universidade de Brasília, para inaugurar a exposição, às sete horas. As perguntas foram sobre horário das escolas. Se falamos de escolas primárias, ficamos de sete a treze horas. Começa geralmente oito, oito e meia, normalmente a duas e meia, três horas. Eles recebem almoço na escola e o sistema escolar é muito especial, as classes são muito abertas. Os pais, se quiserem, podem sempre visitar a escola para ver como está o ensino e todo ensino está baseado em grupos de trabalho. Dentro das salas temos diferentes formas, diferentes grupos, três, quatro alunos por exemplo em algum idioma e sempre é assim. São heterogêneos. Por exemplo, um aluno que está muito bom em francês, está dirigindo um grupo de outros que estão não tão avançados.

Carga horária máxima do professor, algo de 24, 30 horas por semana, mais ou menos (mas já falamos de professores de matemática de mais altos níveis). A Finlândia nesse estudo PISA, já ocupa o primeiro lugar entre todos os países desenvolvidos. Vocês, provavelmente, sabem que o Brasil também tomou parte neste estudo de quarenta países e alcançou o lugar quarenta. Graças a este título, temos muitas delegações de diferentes países que chegam à Finlândia para observar como é diferente nosso sistema. Como se pode aprender, fazer intercâmbio com vários países sobre educação.

Mestre de Cerimônias: Agradeço ao embaixador, que nos prestigiou, nos trouxe essa informação, essa colaboração e se coloca à disposição para continuar esse intercâmbio e essa troca.

Enrique Cobo: Quero agradecer a todos. Para mim foi muito ilustrativo esse dia de trabalho intenso com vocês. Creio que não vale a pena que eu mesmo responda, a algumas questões que foram colocadas. Parece que é interessante que outros respondam a algumas dessas perguntas. Agradeço a jornada de hoje, que para mim foi muito produtiva, para conhecer e comparar as nossas decisões de política com a de vocês. Espero que amanhã se possa também fazer uma discussão tão intensa e positiva como a de hoje.

Wilfredo Machado: Como são escolhidos os gestores de educação, alguém comentou. É uma decisão fundamentalmente do Ministério da Educação. Vou falar, inclusive, sobre a escolha do Ministro de Educação. Antigamente, os Ministros de Educação eram professores com um alto rigor. Pela primeira vez, o Ministro de Educação é um professor de escola, e eu acho que é o homem mais inteligente e mais brilhante do governo Chavez. Tenho conhecimento de como são escolhidos os diretores de escola. Suponho que a escolha, fundamentalmente, com o currículo, com os méritos que tem o professor e com o conhecimento e experiência que tem que ter de educação, a lógica me conduz a pensar isso. No caso da outra pessoa que estava me perguntando sobre os cursos para professores. No Ministério da Educação existe uma direção de melhoramento profissional, que trabalha fundamentalmente em detectar carências, em detectar a falha, em detectar onde está falhando a educação para fazer as correções exatas, os cursos necessários para otimizar a educação. E, finalmente, alguém falou sobre a relação do governo com os movimentos sociais. Acho que a Venezuela, neste momento histórico, está vivendo e tem as melhores relações do mundo com os movimentos sociais. Não somente da Venezuela, mas com os movimentos latino-americanos.

Genuíno Bordignon: Quando eu chamei a atenção para o fato de que os três países demonstraram ter a educação como questão de Estado, eu estava fazendo por trás uma leitura de que no Brasil a educação está cada vez mais sendo questão de mercado. A proliferação de escolas particulares, a competição predatória entre elas, a competição dos alunos, é preocupante. Porque a educação está deixando de ser como um todo, questão de Estado, e está passando a ser negócio cada dia mais. Principalmente no nível superior. Parece que o Estado somente cuida da educação pública e não do projeto educacional do País como um todo. Esta é para mim uma questão preocupante. Os donos de instituições particulares não se chamam mais educadores, eles próprios se classificam como empresários. Isso já se tornou comum. A educação está deixando de ser negócio de Estado. Isso para mim é extremamente preocupante. Chamou-me a atenção que um País desenvolvido, como a Finlândia, é negócio de Estado, não é de mercado. Tanto é que é coisa pública e na Venezuela também parece que é negócio de Estado. Em Portugal, não tenho uma visão muito clara de como é. Mas para mim isso é preocupante. Em segundo lugar, alguém fez referência ao ensino noturno. Quero dizer que é urgente pensarmos em um projeto pedagógico para os jovens e adultos que estudam no turno da noite, diferente do projeto pedagógico das crianças do dia.

Adriano Jordão: Eu serei muito breve, porque hoje eu aprendi mais do que falei, no sentido de que devo agradecer a cada um de vocês que estão aqui. Aquilo que eu pude aprender da educação que é o essencial é o sentido da aprendizagem, muito obrigado.

Horácio Reis: Primeiro, dirigentes indicados por políticos. Acho que isso é uma pendência que está colocada no sentido da gestão democrática estar consolidada na nossa Constituição federal. Aí entra a concepção de gestão de cada gestor que está à frente do poder público. Eu acho que as coisas sempre têm um caminho para que possamos contribuir para a reversão desse quadro. Em um passado não muito distante os municípios e os estados ficaram contemplados com apoio financeiro para os seus projetos educacionais. A listagem vinha do Congresso para o MEC. Quais eram os municípios contemplados e o MEC encaminhava o dinheiro, e isso hoje já não acontece mais. Os critérios são discutidos com o FNDE, com a Educação Básica. Tudo é divulgado, discutido nos estados. Houve uma mudança, porque houve uma

mudança na concepção de gestão. Aparecida acho que você tem toda razão. Acho que Mato Grosso foi o que mais evoluiu nesse debate em termos de sistema, de se ter um sistema único, da educação básica pública. Mas foi uma coisa que foi construída e definida muito mais pela força da representação da sociedade civil e não pelos gestores. Acho, inclusive, que precisamos ter momentos de trocar algumas experiências com o pessoal do Mato Grosso, sobre essas discussões do sistema de ensino, até porque a LDB coloca três alternativas para que se crie sistema e dizer assim vamos ficar agarrados ao sistema estadual, ou então ter um sistema único da educação básica pública. O Pró-Jovem é um programa e não é o único das políticas de jovens e adultos. Existem outros programas. Tem a Escola de Fábrica que está mais diretamente ligada ao MEC. O Pró-Jovem está ligado à Presidência da República. Não está ligado ao MEC. Foi criado um Conselho da Juventude. A Secretaria Nacional da Juventude também foi criada e esses eixos e essas diretrizes para a formação desses programas foi definido na discussão do Conselho Nacional da Juventude, que tem participação nos Fóruns da Juventude dos estados. Acho que é uma oportunidade de apresentar para o jovem algumas alternativas. Agora, realmente fica complicada, a utilização da estrutura, como isso é trabalhado no Estado. Os Estados não estão bem estruturados e adequados para manter alunos do Ensino Médio dentro da escola a não ser pelo processo da reprovação. O que o senso apresentou-nos foi 10% de evasão e 15% de reprovação, em 2005. Isso é um absurdo. Não estamos colocando a culpa no Estado. Todo o conjunto de pendências precisa ser trabalhado, enquanto tiver condições suficientes e necessárias, para que o gestor estadual e o gestor municipal tenham consciência e dimensão daquilo que lhe compete fazer com a educação. A gente vai viver sempre com esse “empurra-empurra” e o outro com o pé atrás. O plano municipal não sai, o plano estadual não sai. Temos um cenário que está nos mostrando alguns pontos positivos, alguns projetos que estão tramitando no Congresso já passaram por aprovações importantes. Temos que combinar a questão da mobilização para a questão da normatização da lei e combinar com a mobilização social, articular a sociedade para que tenham repercussão positivas naquilo que a gente quer.

Sobre os recursos internacionais, é outro aspecto importante que a gente precisa ter conhecimento. De fato os empréstimos internacionais para a manutenção e implantação de programas no Ministério Educação sempre tiveram uma cartilha para ser seguida. Tinha que ser operacionalizado dessa forma ou de outra forma. Isso também está sendo discutido e sendo revisado. Um exemplo bem concreto disto é o nosso programa Escola de Gestores que a gente está discutindo, construindo. Existe a possibilidade de nós termos recursos internacionais para bancar esse projeto em uma dimensão, inclusive maior do que aquela que foi apresentada aqui. Mas não vamos aceitar esse dinheiro se vier com o critério de mudar a concepção filosófica e ficar a concepção política que estamos trabalhando dentro do programa. Essa questão está bem discutida e bem esclarecida dentro do Ministério da Educação. Tenho certeza que esses resquícios, que sempre aconteceram, vão declinando no processo. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Ontem tivemos um olhar artista ou da arte, da relação democrática. De manhã tivemos um cientista político. Uns gostam, e outros não, dos estilos e dos temperamentos e da forma do olhar. Hoje, pela manhã, tivemos um olhar de governos. Do governo do Brasil e de vários continentes e governos de interesses políticos diferentes. Amanhã, entraremos com outros olhares, da área de planejamento. Vai estar o prefeito do Recife; Ladislau que é o estudioso sobre desenvolvimento local, e vamos continuar esta discussão sobre gestão democrática. Peço, encarecidamente, a todos que cheguem amanhã às oito horas.

FIM DOS TRABALHOS

PAINEL

Políticas Públicas da Educação e Planejamento Participativo.

26 de Abril de 2006 (quarta-feira)

EXPOSIÇÕES DA MANHÃ

Mestre de Cerimônias: Gostaria de desejar a todos e a todas um bom dia. Está amanhecendo. Marcamos às oito, mas está demorando a amanhecer.

Precisamos iniciar os nossos trabalhos, vamos ao início progressivo, porque o dia é longo, a agenda está cheia; um dia muito importante, eu sei também que é um dia de mobilização pela educação. Precisamos estar aqui também, aprofundando, discutindo as várias dimensões da educação. Quero registrar a presença do Secretário de Educação Básica, do Ministério da Educação, Professor Francisco das Chagas. Está, conosco, o Diretor de Cooperação da Espanha, Pedro Flores Jesus Martins, adido cultural da Espanha, entre outras autoridades internacionais e palestrantes de outros Países que estão conosco.

Quero dizer para vocês como é vista - e o Seminário insinua - a gestão democrática. Democracia é um conceito polissêmico. Tem muitos sentidos. O Seminário nas suas entrelinhas anuncia que ela não se resume a um colegiado escolar, a um colegiado municipal, a escolha de diretor, ou escolha dos representantes de governo através do voto livre. A democracia vai muito além disso. Hoje vamos iniciar a discussão de uma das dimensões que precisamos examinar - a dimensão do planejamento. Planejamento em âmbito central, nacional, subnacional, local. Exatamente para examinar a democracia participativa no âmbito do planejamento em suas várias dimensões, da escola aos governos centrais. Convidamos o Presidente da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, Professor César Callegari.

Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Professor César Callegari: Bom dia a todos. Quero, antes de mais nada, cumprimentar o Professor Francisco das Chagas, que é o Secretário Nacional de Educação Básica, o responsável maior por este encontro; o professor Arlindo, que tem todo o mérito de ter conseguido costurar as várias possibilidades, a presença de todos nós aqui, e a toda a sua equipe, para uma reunião tão importante como esta, que traz luzes a respeito das possibilidades do enfrentamento da questão educacional do nosso País. Gostaria, antes de mais nada, chamar para compor a mesa os que farão as suas manifestações. Pela ordem do folheto, gostaria de chamar o professor João Monlevade, que é assessor legislativo do Senado Federal, um pesquisador importante da educação brasileira. Gostaria também de chamar o professor Ladislau Dowbor, professor da PUC de São Paulo, e um especialista na área de planejamento.

Quero chamar também o professor Jorge Pavez Urrutia, presidente do Colégio de Professores do Chile. Muito obrigado pela sua presença. Quero chamar também para compor a mesa o professor Henrique Roca Cobo, do Ministério da Educação e Ciência de Espanha. Estamos aguardando para logo, já deve estar chegando, não sei se já chegou, o prefeito da cidade de Recife, João Paulo, que logo vai se incorporar à nossa mesa. Bem, conforme nosso planejamento do trabalho, esta nossa mesa deveria iniciar às 8h e já são 8h30. Nosso trabalho deve ir até às 10h30 aproximadamente, com um pouco mais de tolerância, entre 10h30 e 11h quando faremos um intervalo rápido. Depois, haverá a possibilidade de intervenções dos presentes, e também possibilidades de troca, de perguntas e respostas entre os que compõem a mesa.

O tema do painel todos nós sabemos "Políticas Públicas da Educação e Planejamento Participativo".

Apenas duas palavras de introdução. A questão do planejamento é, como todos nós sabemos, uma tarefa importantíssima quando se trata de atuar e de formular políticas públicas em educação. Particularmente no campo da educação, que são sempre políticas públicas de longo prazo, essa capacidade que todos nós temos que ter de imaginação sociológica, imaginar o futuro, imaginar as relações possíveis, as dificuldades, a mobilização de pessoas e de recursos para a superação dos obstáculos que possamos prever, é de fato uma ferramenta indispensável nos vários níveis de concepção. Nesse painel vamos procurar organizar exatamente as várias dimensões do processo de planejamento. As questões relacionadas aos planos de educação no nosso País.

O Brasil tem certa história de planos de educação, e certa história de gavetas cheias de planos de educação, muitos dos quais não saíram do papel. Um dos problemas relacionados a planos de educação são problemas relacionados à própria gênese, planos de educação que carecem do processo efetivamente participativo dos agentes educacionais, sejam os profissionais da educação, sejam os membros da comunidade, enfim, os vários segmentos da sociedade. Esses planos freqüentemente acabam se transformando em belas peças de relação de propósitos, de expectativas, mas freqüentemente não são defendidos, e por não serem defendidos muitos deles não são colocados em prática.

Entretanto, os planos de educação mesmo com esses problemas, temos hoje no Brasil o Plano Nacional de Educação plasmado em lei, é uma lei nacional, e em alguns estados já se encaminhou no sentido de formular também, fixado em lei estadual, os planos estaduais de educação e alguns municípios já avançaram na construção dos seus planos municipais da educação. Entretanto, o que vamos procurar contar aqui um pouco, e reviver, são essas experiências e as ocupações.

Também, já em uma outra dimensão, a verificação sobre como é que planos de educação e planejamento da educação devem ter um rebatimento e devem ter uma compreensão concreta do ambiente local e regional da cidade, do contexto, enfim das manifestações todas, não apenas educacionais, mas aquilo que acontece no meio urbano das cidades, enfim, no seu contexto um pouco mais amplo. Já em uma outra perspectiva, a questão do planejamento participativo, tendo como base a própria escola e a sua comunidade, que é exatamente sobre isso que o prefeito João Paulo virá aqui conversar conosco. Nós teremos uma participação de dois conferencistas internacionais, no caso especificamente do Chile, o que nós vamos verificar aqui é exatamente um movimento muito significativo que aconteceu no Chile, no sistema educacional, um sistema fortemente centralizado, que passou e passa por um processo de descentralização. Então, isso é um fenômeno, é uma experiência interessante, que será, portanto desenvolvida aqui pelo professor Jorge Urrutia, que é do Colégio de Professores do Chile. No que se refere à questão espanhola, o nosso conferencista vai aqui apresentar o quadro de mudanças e de características em que se situa hoje o sistema educacional da Espanha. Com isso eu, procurando organizar com certa lógica, do geral para o mais particular, passaria então a palavra no primeiro momento para o professor João Monlevade, que vai nos falar aqui sobre a questão de plano e planejamento em educação e cada um dos participantes terá um prazo de 30 minutos para fazer a sua exposição. Vou dar uma sinalização antipática quando estiver perto. Gostaria de saber se o prefeito João Paulo já chegou. Com a palavra, então, o professor João Monlevade.

Professor João Monlevade: Meus agradecimentos ao Ministério da Educação, meus cumprimentos à mesa, em especial ao colega conselheiro Callegari que, ao mesmo tempo, é conselheiro e já trabalhou a educação no Legislativo e no Executivo. Espero que, algum dia, no Judiciário.

Vou começar a minha colocação com uma historinha que eu vivi realmente no município de José de Freitas. Alguém sabe onde é? Piauí, 60 km de Teresina, uma delícia lá, não é? Então eu fui convidado pelo João de Deus que vocês conhecem, que é um eminente educador e Deputado Estadual, a ir abrilhantar uma

formatura de alfabetizados. Logo no começo do governo Lula, lá por setembro ou outubro, o Ministro Cristovam, na sua cruzada de alfabetização estava comemorando o primeiro resultado das suas ações, e lá fomos nós, saímos de Teresina 6h30 da noite, não sei se tarde ou noite, acho que já era noite, e depois de 1 hora de viagem chegamos a José de Freitas e a primeira coisa que eu achei bonitinha era que a formatura ia ser num ginásio de esportes, e ao invés de haver carros estacionados só havia bicicletas e carroças. Eu falei, pronto, aqui é Brasil mesmo, aqui não tem frescura, e aí começou a solenidade, etc. O João de Deus fala, a Secretária de Educação fala, me pediram para dizer algumas palavras e aí chama-se cada um pelo nome, todo mundo bate palmas, todo mundo fica feliz. Um dos alfabetizados pede a palavra, e aí, Callegari, ele realmente deu um banho de realismo em todos nós. Vocês estão pensando que nós aprendemos a ler? Isso aqui tudo é uma farsa, nós ficamos seis meses aqui nesse programa, mas a pobre da professora sabia um pouquinho mais que a gente e faltava demais. Então, eu vim falar aqui em nome de todo mundo porque eu quero agora uma decisão de vocês para ver se a gente pode realmente ser alfabetizado e vamos planejar isso aqui para ver se dá certo. Se a gente salva esse tempo e esse dinheiro.

Gente, mas foi uma coisa linda, foi aquele banho, ninguém sabia o que falar. Pela primeira vez uma cerimônia que devia celebrar alguma coisa, estava revelando a realidade. Por que eu estou contando esse caso? Porque eu acho que talvez essa seja a questão mais séria quando se fala de políticas e de planejamento. Aqui, nesse texto que vocês todos receberam, tem uma tentativa de descrever o que seria uma política, uma política seria um conjunto de intenções, leis, decretos, pareceres do conselho, resoluções, e ações dos poderes públicos para responder a demandas sociais. Então, política não é a ação, não é a estrutura, não é o funcionamento. Política é a intencionalidade e a ação do Estado, do poder público. Pois bem, dois exemplos clássicos na história da nossa educação.

O primeiro é essa questão da erradicação do analfabetismo. Estamos começando o século XXI, já pelo 6º ano, e que eu me lembre, eu tenho 64 aninhos, que eu me lembre, todo mundo quer acabar com o analfabetismo, todo mundo, todo presidente, todo ministro, eu me lembro muito bem do dia D da educação do Marco Maciel, me lembro do Chiareli no tempo do Collor, que teve aquele tal de PNAC, Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania. Todo mundo quer acabar o analfabetismo, é a intenção, só que a meta nunca é atingida. Pelo contrário, a gente teve até que inventar uma distinção entre analfabetismo absoluto e analfabetismo funcional, porque se a gente fosse pegar a coisa como pegou esse cidadão brasileiro lá do Piauí, cujo nome eu esqueci, mas se o Chagas quiser dar uma medalha para ele, se quiser chamar ele para uma cerimônia, ele não tem papa na língua, ele é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A gente soube inventar até um conceito, analfabetismo funcional. Poxa, quem não sabe escrever, quem não sabe interpretar um texto pequeno não sabe ler mesmo, a coisa é mais simples, não vamos ficar enganando.

A gente tem no Brasil hoje mais ou menos 40% de analfabetos, não vamos esconder. Pode ser até que essas distinções funcionem, mas para a pessoa não funciona não, se ele for atrás de emprego, ele vai ser barrado, se ele for atrás de um diploma de ensino fundamental, ele vai ser barrado. Então, o que acontece, é a distância entre a intenção e a meta dentro das políticas, ela vai se reproduzindo. Vai se aprofundando e aí eu imagino, ou pelo menos é assim que eu concebo, aí entra um outro conceito, que não é o conceito de política, mas é o conceito de planejamento, conceito de plano.

E o conceito de plano, de planejamento, em todas as áreas, na saúde, na educação, ele está justamente solicitado, exigido, na medida em que as políticas não conseguem realmente fazer com que os objetivos sejam atingidos. No meu entendimento são os três elementos que caracterizam o plano como uma política especial, que são: primeiro a visão de totalidade. A política pode ser solta, pode ser fragmentada, diga-se de passagem, a gente reclama muito disso, todo mundo mexe com a coisa; tem dez ministérios mexendo com o mesmo assunto, mas não se vê a noção de totalidade. Diga-se de passagem: a posição da questão do

desenvolvimento local me parece talvez seja uma chave desse desafio. (Bem-vindo o nosso prefeito maravilhoso, uma salva de palmas para nosso João Paulo. Peço desculpas por fazer o papel de coordenador).

A primeira questão é a totalidade, se a gente não tem a visão de totalidade, realmente a gente não chega alugar nenhum, e aquele rapaz lá do Piauí ele tinha a noção de totalidade. A segunda coisa é a questão da cientificidade. A humanidade cresceu muito. Ontem, aqui, a gente ficou babando com o relatório da Finlândia, mas Finlândia e Ciência parece que são sinônimos, então o planejamento é a cientificização da política. Numa política você responde a demanda anarquicamente. Como fez o nosso colega de Portugal, uma fala bem anárquica mesmo, mas tão boa, tão de dentro, tão lusitana. Agora, plano precisa ser científico, precisa ter diagnóstico, precisa ter visão da realidade, precisa ter estudo de recursos, senão não adianta. O que adianta a gente ter uma meta, ter um objetivo e depois não ter recursos. Então, precisa ter cientificidade.

E finalmente, que é por isso que estamos aqui hoje, o plano precisa ter a participação dos atores. Não adianta ter Ministério do Planejamento aqui, e o Ministério da Educação ali, se não houver participação de todos os atores. Pode estar certo de que não se chega ao objetivo, ou à meta desejada. Portanto, eu não tenho dúvida nenhuma sobre a questão da participação no plano. Não é que o plano tenha que ser participativo, é um adjetivo do plano. Ou o plano é participativo ou não é plano, ou é só uma política, é um fingimento, é uma carta de intenção, é um amontoado de desejos. Então a cientificidade, a totalidade e a participação são inerentes ao conceito de plano.

Pois bem, vamos dar então dois exemplos que me parecem fundamentais. Vou desejar, me desculpendo as pessoas que me conhecem, no momento eu sou consultor do Senado. E hoje é um dia maravilhoso para a sociedade brasileira e para os educadores. Hoje se tudo correr bem, a partir das 10:00h da manhã vai ser aprovado o substitutivo do Senador José Jorge que aperfeiçoa a PEC 415 do FUNDEB. Espero que, depois, na Câmara seja ratificado. Eu como consultor vou ter que estar lá, como uma espécie de "ghost", de fantasma da ópera. Peço desculpas por ter que me ausentar na hora do debate. Mas eu gostaria de colocar dois exemplos da nossa realidade brasileira que eu imagino que sejam exemplos, também, de problemas da sociedade do Chile e da sociedade espanhola, para mostrar esse abismo entre políticas e planos. Um deles é essa questão mesmo da erradicação do analfabetismo. Eu considero, se vocês concordam comigo, eu considero que a educação de jovens e adultos, a EJA, é, toda ela, um processo de alfabetização continuada, pelo menos no que tange ao ensino fundamental. O ensino médio talvez seria já abusar dos conceitos.

Muito bem, estou lá em Belo Horizonte um dia, participando de um ENJA - eles chamam, Encontro Nacional de Jovens e Adultos. Foi o quarto antes do de Cuiabá; 450 pessoas no SENAC ou SESC, um lugar maravilhoso de Belo Horizonte. Gostoso, de tudo muito maravilhoso. Eu, na mesa, era para falar sobre financiamento. Falei: bom, gente, aqui é um encontro de educação de jovens e adultos. Por favor, para eu saber quem é que está aí, eu conhecia já educadores e professores acadêmicos, para eu saber quem está aí, levanta a mão quem é estudante da EJA, estudante da educação de jovens e adultos. Uma senhora chamada Marli, na última fila, levantou timidamente o braço. Eu falei: assim não dá; se a gente vai fazer um Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos e não tem jovem e adulto estudante, que coisa mais esquisita. Imagina o Paulo Freire lá. Ia morrer de vergonha, ia pedir licença e ir embora. Ele iria falar: gente, eu dei certo no Chile, dei certo em Genebra, dei certo em Guiné Bissau, mas no Brasil não dei certo, porque onde já se viu. Eu coloquei isso, sabe o que uma pessoa me falou: João, o problema é que eles são pobres, não têm dinheiro para vir. Eu falei: mas por que você não pegou a sua passagem de avião e não deu para um estudante, o que você está fazendo aqui, menino, você é acadêmico e está fazendo doutorado.

O importante, se a gente quiser acabar com o analfabetismo no Brasil, os analfabetos é que têm que planejar, gente. Este é o problema fundamental, a participação. Eles são plenamente capazes de planejar, assim como em José de Freitas, o cara abriu a boca e eu tenho certeza que lá devem ter feito um adicional do

convênio. Certamente alguma coisa aconteceu porque foi chocante. O João de Deus não sabia nem onde me levar para comer o peixinho naquela noite. Pois bem, então a primeira questão que eu acho fundamental é essa, é a participação efetiva no planejamento de quem faz; quem faz tem que planejar equem planeja tem que fazer. Isso foi o que eu aprendi, inclusive com o Valter Bareli, naqueles trabalhos que ele fazia de planejamento estratégico, etc.

Planeja quem faz, porque se um cara planejar para outro fazer, assim é muito fácil. Eu chego; pareço mais o barão do Rio Branco: gostaria que você fizesse tal coisa, eu vou dar todo o planejamento para você. Ele fala: não, eu não vou, eu não sou palhaço, não sou ator. Então, planeja quem faz. Não adianta a gente ficar fazendo mil planejamentos e mil planos, se o ator, o analfabeto não for envolvido no planejamento, e pode estar certo de que ele sabe planejar, sim. Eles não sabem escrever e ler, mas planejar, eles sabem, porque isso é uma coisa inerente à humanidade.

Bem, o segundo exemplo que eu quero dar é mais complicado. Com isso eu vou fazer uma ligação com o dia de ontem. O pessoal aqui ontem comemorou muito esse negócio de sonho, a Finlândia que é educação do nosso sonho. Pelo amor de Deus, se alguém aqui está querendo imitar coisa da Finlândia, esquece, o planejamento tem que ser científico, baseado na história, na realidade de cada um. A Finlândia é uma belezinha, mas eles ficaram ricos, passaram de um País rural para o urbano vendendo as florestas deles lá, e agora estão todos com um problema ecológico e trabalhando em uma tecnologia cujas conseqüências eles não dominam. Por exemplo, se alguém disser para um finlandês que o Fernandinho Beira Mar usa “Nokia”, o telefone celular dele, para comandar o tráfico, eles vão ficar talvez meio chocados. Poxa, botamos o ovo e ao invés de sair galinha, sai o crime, ou seja, cada um tem um caminho.

A Finlândia não é uma maravilha, não, a Finlândia é a Finlândia, o Brasil é o Brasil e a Espanha é a Espanha, e o Chile é o Chile, cada um é um País com uma história, com uma coisa. A mesma coisa é Portugal. O que os portugueses fizeram aqui no Brasil, fizeram educação emancipadora? Que nada, fizeram educação inovadora; substituíram o tupi pelo português, substituíram adoração à lua pela hóstia consagrada, o mistério da natureza pelo mistério da epistemologia, e tudo bem. Com tudo isso, querendo abraçar o mundo com as mãos, Portugal quis ser um País imperialista. Angola, Moçambique, Goa, Macau, Brasil. Chegou a um ponto que não agüentaram mais. Ouviram o que ele falou, que tiveram que repatriar 100.000 angolanos. Ele mesmo era angolano. Então, Portugal é outra realidade, e se Portugal tem hoje um PIB do dobro do Brasil, pode estar certo de que, em grande parte, eles se integraram na comunidade Européia de nações e se contaminaram do progresso geral da Europa, que explora a nossa riqueza daqui. Então, não vamos querer achar que vamos imitar Portugal, a Finlândia, e a Venezuela. Tenho grande admiração por muita coisa na Venezuela, mas a Venezuela vive sabe como, de petróleo, e o Chávez não tem vergonha de dizer: está barato ainda, eu quero é 100 dólares o barril, vocês já ouviram essa declaração dele? O Chávez falou que o petróleo ainda está barato que enquanto não chegar a 100 dólares o barril, ele não estará contente. Então, 2/3 do PIB venezuelano é da exportação do petróleo. Eu viajei por lá. Punha gasolina no tanque, oito centavos a gasolina, porque 85% é exportado. Eles estão surfando na necessidade de um monte de gente, inclusive dos inimigos deles. Os americanos é que sustentam eles. Porque se os americanos fizessem um embargo, como fizeram com Cuba, o Chávez estava estrangulado, ou então tinha que virar Estado do Brasil. Roraima ia crescer. Estou falando brincando, mas falando sério, ou seja, plano depende de estudo da própria realidade, a realidade da Finlândia é uma, a de Portugal é outra, e a da Venezuela é outra. Por que a gente está em um Seminário Internacional? É exatamente para a gente desenvolver a capacidade de nos conhecermos, a gente conhecendo o outro e conhecendo as diferenças, a gente é desafiado a conhecer a si mesmo, e aí eu chego nesse segundo exemplo que para mim é a chave de toda a questão.

Talvez a palavra mais repetida em tudo quanto é encontro de educadores é a tal da qualidade de educação. Quando eu fiz o concurso para consultor no Senado, caiu lá um texto, um texto do Paulo Renato, ex-ministro, dizendo que era a hora de nós focarmos a qualidade porque quantidade a gente já tinha chegado, já tinha resolvido, já tinha chegado a 97% de matrícula. Como se a educação de jovens e adultos a gente tivesse abarcado algum percentual significativo, como se na educação infantil estivesse. Mas, tudo bem. Ele focou no fundamental que é a meta do governo FHC de cobertura. Foi realmente atingida. Vamos, porém, nos lembrar do Emir Sader, que educação a gente quer para as nossas crianças? Que é educação? É jogar a criança dentro de uma escola que tem um muro de 2 metros de altura, arame farpado, que precisa ter nota. Todos aqui, ontem, ficamos surpresos e gostamos de saber que na Finlândia a avaliação não é mais classificatória, não tem nota, é claro. Porque no Brasil nós ainda temos nota por uma razão muito simples - a educação nossa começou sendo elitista e depois passou a ser altamente seletiva. Olha só a briga lá na porta do Congresso por causa de cota. Cota é uma idéia reparadora tão pequena, tão simples, mas está dando a maior confusão porque o PSDB é contra, embora o primeiro projeto tenha sido do Antero Paes de Barros. Esquisitíssimo. O projeto dele no Senado aprovado em 1999, depois o pessoal percebeu que não era bem aquilo que queria. Agora estão contra a cota, porque a cota destrói a seletividade econômica e social e coloca, de novo, as pessoas mais próximas da igualdade de direitos, diga-se de passagem.

Pena que eu não vou poder ficar para o debate, mas eu não sou a favor de cota. Eu sou a favor de sorteio. Para mim, todo mundo terminava o ensino médio, tinha um exame de Estado, um ENEM, para obter uma nota mínima. Quem quer fazer medicina, tem 3000 pessoas em Pernambuco querendo fazer medicina, quantas vagas tem? 100, sorteia, são 100 que entram lá, que já têm os dois pré-requisitos, têm o ensino médio e tem capacidade. Isso é idéia do Rubem Alves, uma idéia maravilhosa de um psicanalista e educador. Se eu falo isso, tem gente que fala; e a qualidade? Como é que vai ficar a qualidade? E eu falo, é aí que vai ficar bom, porque aí a Universidade vai receber, não filhinho de papai treinado, mas vai receber a realidade, vai ser a mesma coisa do cara lá em José de Freitas. Eu não fui alfabetizado, eu quero ser, isso é uma farsa. A Universidade, tendo um monte de gente desqualificada entre aspas, está qualificada mas ele acha que não está, ela ia ter que ter um ciclo básico como tem na Argentina. Ela vai ter que pensar na formação de professor.

Eu outro dia fiquei meio escandalizado porque meu filho (a gente não pode nem contar certas coisas em público) mas tem que fazer como o cara lá de José de Freitas. Meu filho é licenciado em História por uma Universidade Federal e, segundo a LDB e segundo o Conselho Nacional, a gente precisa ter no mínimo 300 horas de prática de ensino supervisionado, curso de pedagogia, curso de geografia, história, precisa ter 300 horas no mínimo. Está na LDB isso. Não está só no Conselho não. E agora fizeram mais ainda: 300 horas de prática de ensino supervisionado. Sabem quanto ele teve? 2 horas. Ele deu duas aulas no cursinho pré-vestibular, e com isso atestou-se, 300 horas no currículo; histórico escolar da Universidade Federal, 300 horas de prática. Não pensem que isso aconteceu só com meu filho. Estou procurando que nem o Diógenes com a lanterna. Estou procurando algum aluno que tenha feito licenciatura, que realmente cumpriu 300 horas de prática de ensino. Aí começa o brasileiro a interpretar. Não, não precisa ser tudo de ensino, pode ser de observação, depois pode ser participação, depois pode ser de projeto, depois um relatório. O relatório vale 50 horas. No duro é um negócio esquisitíssimo.

Estou esperando pessoas, estou querendo que se apresente aqui no plenário, quem fez prática de ensino mesmo, supervisionado. Sabe o que quer dizer supervisionado? Com um professor que acompanhe, que saiba o que é que você está fazendo. Se fez besteira, corrige. Se foi coisa bacana, aplaude. Pois é, a Universidade não recebe a realidade dentro dela. Ela recebe os eflúvios da classe média ascendente, como dizia Anísio Teixeira.

O menino ou a menina faz o cursinho, passa e vê o nome dele ali. O que é que ele faz? Ele põe fogo nas

apostilas. Vocês já viram como é que se comemora? Ele põe fogo em tudo aquilo e fala: agora eu estou na UFPE, agora estou na UnB. Agora eu estou na UFMS. Eu estou não sei onde. E aí ele fica um todo-poderoso. O Timothy, o nosso reitor da UnB, tem um estudo que não foi publicado, porque não deixaram, onde mostra que os primeiros colocados nos vestibulares da UnB têm piores desempenhos que os últimos. E isso não é só na UnB, não. Isso é meio geral, porque o cara passa a achar que ele é o dono da verdade, que ele pode fazer meio ano do curso de medicina. Depois ele passa para comunicação. Depois para direito. E quando vem o Deli Salvatico com um projeto dizendo assim: vamos ter equidade, vamos dar só uma oportunidade para o cidadão de entrar em uma Universidade pública. Entrou, não vai ter mais. Onde já se viu isso? É contra a igualdade de oportunidades.

Eu pretendia falar menos, mas me entusiasmei. A questão da qualidade é uma questão complexa demais, uma questão muito complicada para ficar reduzida à SAEB. A SAEB é um indicador, é um diagnóstico mas para a gente trabalhar a melhoria da qualidade, temos que fazer um planejamento participativo. A professora, cujos alunos não estão conseguindo ser alfabetizados, tem que entrar no projeto de participação, como dizia o Callegari, a partir da escola, um projeto participativo de planejamento.

O Programa de Livro Didático é uma maravilha. Agora, com todo o respeito! A minha esposa dá aula no segundo ano. Segunda série, agora, chama B.I.A - bloco integrado de alfabetização, 6, 7, 8 anos. Ela está com as crianças de oito anos. Mostrou-me o livro didático do MEC. Minha casa é o nome da lição. Minha casa, fotografia de uma casa no bairro do Morumbi, em São Paulo, e outro apartamento na Avenida Paulista, em São Paulo. Os alunos lá da Ceilândia não conseguem identificar; pensam que aquilo é coisa de barão. Como é que está escrito minha casa, se ele nem tem casa, mora em um barraco. Então, por amor de Deus, vamos descer desse pedestal. O Programa de Livro Didático, com todo o respeito, pode ter sido bem intencionado, mas para mim virou uma muleta de professor que não quer organizar e planejar a sua aula. Abre o livro na página 20, e aí o pessoal surfa no irreal. Daqui a pouco toca a sirene e vai fazer uma prova maluca. Não aprendeu nada. Não aprendeu porque aquilo não é significativo para ele ou para ela.

Mestre de Cerimônias: Eu peço desculpa a todos, em função da necessidade da saída do Professor João Monlevade para o Congresso. A gente sabe o quanto é importante, em função do que está sendo votado. Um comentário rápido até por conta de experiências que a gente vive por aqui. Eu entendi muito bem o que foi colocado em relação ao planejamento, mas a gente não deve levar a imagem de que aquela prática de ensino, pela qual o formando está passando, não se resume ao momento de ministrar a aula. Temos que considerar, como atividade de ensino, o planejamento, as observações da coordenação, a pesquisa, a avaliação dele em relação aos alunos, todas essas atividades têm que ser consideradas também como prática de ensino. (A gente vai ver aí o que aconteceu recentemente aqui, que o fato de você sair de sala de aula para coordenação não é considerado como tempo de docência, ou para direção de escola, por exemplo).

Professor João Monlevade: Eu realmente fico muito chateado por não poder ficar aqui para o debate. Sei que a minha fala normalmente é provocativa e é assim mesmo, eu já sou uma provocação ambulante. Com todo respeito ao colega, o currículo do curso de pedagogia tem três mil e tantas horas, para ele planejar, para ele aprender um bocado de coisas, tem as outras disciplinas. Prática de ensino é prática de ensino, e não é só de ensino não, é supervisionado. No curso de medicina você acha que pode ficar planejando cirurgia? Desde o primeiro ano vai ter que pegar no cadáver, depois começa a pegar no vivo. O importante é a pessoa terminar o curso formado, porque o que é que se planejou, se planejou que aquele menino ou aquela menina vai ser um professor de séries iniciais. O que é fundamental? É a alfabetização.

Pergunta-se: Quantas pessoas recebem o seu canudo tendo alfabetizado alguém? É totalmente inseguro. Assim como o médico já fez cirurgia antes de ser médico - é claro, do lado de um médico - então o supervisor

de prática de ensino tem que estar ao lado do aluno para guiá-lo. Mas tem que ser de ensino, por amor de Deus. Esqueça o que você falou; 300 horas é de ensino mesmo, você tem 3000 horas para fazer tudo isso que você falou. Fechando, espero que eu tenha passado a seguinte mensagem: políticas educacionais nós temos sempre, que são intenções e ações. Só que essas intenções e ações não dão conta de chegar até a meta, até o objetivo. Para isso existe, então, a necessidade do planejamento, e o planejamento precisa ser na visão de totalidade, científico e participativo. Se ele não tiver essas três qualidades intrínsecas, não é plano, e é por isso que o Plano Nacional de Educação, não é plano, porque ele não teve essas três coisas. Sua cientificidade foi uma cientificidade burocrática.

Há muitos diagnósticos, um monte de quadrinhos. Mas não nasceram de baixo para cima. A visão de totalidade não houve, porque é um Plano Nacional de Educação que não está articulado com o resto. Tanto é verdade que foi vetado. A primeira coisa que o FHC fez: vetou os 7% do PIB para educação. É claro, não estava articulado com a economia. Os economistas riram, deixaram os educadores sonhar, sonhar, sonhar, quando chegou a "hora H". Veto. Não derruba o veto, não derrubou e não derruba, porque o Ministério da Fazenda não tem a humildade de vir a um encontro desse aqui. Diga-se de passagem, de parabéns todo mundo, mas enquanto a gente não tiver o Ministério da Fazenda e do Planejamento em nossas atividades, nós estamos engatinhando. Observa-se na Finlândia e em Portugal o pessoal não está na mesma. Lembram-se quem veio falar ontem aqui, para nós? O embaixador, o embaixador é representante do País. Ele não é educador.

Termino, desejando o máximo de reflexão. Concluindo com o seguinte: o grande problema, no meu entendimento, ficou muito claro com a intervenção do companheiro. O grande problema da educação brasileira é que a escola tem dono. Escola não podia ter dono. A escola pública é do povo, é dos alunos, é da comunidade. Infelizmente ela tem dono. Às vezes é o diretor, às vezes é o prefeito, às vezes é o governador, e às vezes - eu vou falar baixinho - é a corporação dos professores que, na hora de fazer uma eleição de diretor, troca favor. Eu voto em você se você deixar que eu chegue atrasado. Eu voto em você se você deixar que eu saia adiantado. Não estou brincando, isso é muito sério. Para provar e terminar, tempo esgotado, para provar e terminar, tanto essa escola tem dono, que na hora de matricular um filho, o que é que faz o diretor, o que é que faz o prefeito, o que é que faz o governador, o que é que faz o professor, não confia na sua própria escola, vai colocar em uma escola da burguesia, naquela educação que não tem nada de emancipadora, na educação opressora e dominadora. Obrigada.

Mestre de Cerimônia: Muito obrigado ao senhor João Monlevade, que já nos explicou os motivos pelos quais em breve terá que sair para acompanhar a votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, do substitutivo do FUNDEB. Eu quero apenas fazer um rápido comentário. Não é sobre isso, mas em relação à fala dele. Entre as funções do Conselho Nacional de Educação está a de avaliar o Plano Nacional de Educação. Essa avaliação, conforme reza a própria lei desse Plano, foi realizada o ano passado. Até o começo deste ano já que no quarto ano de existência dessa lei, o Brasil, o Congresso Nacional e o Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, deveriam preparar uma avaliação.

Quero apenas dizer e recomendar que apesar de todos os problemas de ter nascido como nasceu o Plano Nacional da Educação, os vetos que aconteceram, é um documento que vale a pena ser visto, revisto, relido e examinado. Uma das características importantes desse Plano Nacional de Educação é que ele diz respeito também a objetivos e metas. Ele não para no diagnóstico. Porque se o diagnóstico - nos ensina aqui, João Monlevade - ele é necessário, ou tem características científicas nessa obra de criação e de imaginação. Apenas o diagnóstico, porém, não é suficiente. É freqüente que nos planos de avaliação e de educação as pessoas parem no diagnóstico, e talvez seja o momento mais interessante, porque revela o nosso conhecimento e tudo mais. Mas a fixação de objetivos, e mais do que isso, metas, no meu modo de entender, é uma maneira pela qual se pode estabelecer o contrato social de sustentabilidade de um plano.

Sem metas, sem objetivos quantificados, não sabemos onde vamos chegar. E não sabemos onde chegamos por que não chegamos. O Plano Nacional de Educação tem como uma de suas qualidades, esta. Verificamos, por exemplo, que parte significativa das metas e dos objetivos postos no Plano Nacional de Educação não foram atingidos, mesmo considerando que são apenas quatro anos, ou não foram atingidos nem parcialmente. Isso nos indica e coloca a todos nós o desafio de rever as condições, as dificuldades para que aquelas metas e aqueles objetivos possam de fato ser alcançados. Porque, embora tenha algumas coisas um pouco mais ousadas, as metas do Plano Nacional de Educação são até tímidas para aquilo que o Brasil precisa de fato, em um horizonte de plano decenal.

Passo, sem maiores delongas, a palavra ao Professor Ladislau Dowbor, um homem de grande experiência nas atividades de planejamento, que tem dado uma enorme contribuição às possibilidades de formulação e implementação de políticas públicas em nosso País.

Professor Ladislau Dowbor: Bom dia a todos. Queria comentar essa divisão curiosa - todas as mulheres estão aqui e os homens, ali. É interessante, é curioso o comportamento masculino, até os homens que estão aí, estão em ilhas. Bolinha e Luluzinha atacaram. E alguns heróis ali que estão inseridos efetivamente nas questões. Deixa-me comentar um ponto que me parece essencial. É o seguinte: eu sou economista, trabalho com educação há mais de 30 anos. Participei curiosamente das primeiras experiências de alfabetização do Gabão, com Paulo Freire, com Madalena Freire. Enfim, sempre tive esse lado, mas sempre um pouco a visão do lado da economia e da viabilização organizativa ou organizacional, digamos assim, desses processos, porque acho que todos nós queremos mudar e fazer avançar as coisas. Temos, porém, imensa dificuldade em dar forma organizacional concreta. Digamos, de mudar o processo decisório sobre as dinâmicas educacionais. E, de uma visão de economia de quem trabalha com o processo de desenvolvimento de forma mais geral, o que está mudando é o seguinte: educação não é mais aquela coisinha simpática, social. Enfim, igualar as chances dos pobres e coisas do gênero. Educação, hoje, é trabalho com o conhecimento. Conhecimento está no centro das transformações sociais do planeta. E econômicas. Ou seja, a educação se tornou vital não só para os educadores, para os meninos e para essas coisas. A educação se tornou vital para a economia, para o desenvolvimento do País. A escola hoje, o educador hoje, está no centro do furacão, e não está respondendo, em minha visão.

Tivemos uma reunião aqui em Brasília há uns tempos atrás com a diretora de comunicação e informação do Banco Mundial. Ela trouxe a seguinte visão: a nossa agenda é bem simples; o problema central é desigualdade e pobreza. Não se enfrenta pobreza sem desenvolvimento, não há desenvolvimento sem participação. Esse negócio de projeto que chega de pára-quadras todo mundo já cansou. E não há participação sem uma população informada, informada no sentido mais amplo, formada e informada. Enfrentar desenvolvimento, participação e informação. Ou seja, quando tento ver a dinâmica da educação, tento olhar essa conexão entre os processos de desenvolvimento, no seu conjunto, e as dinâmicas educacionais. Na minha visão, acho que vai à linha do que o João Monlevade estava levando aqui, a educação não se resolve de dentro da educação. Os objetivos não são puramente educacionais; os objetivos são a dimensão de conhecimento do conjunto do processo de desenvolvimento.

Estamos evoluindo muito rapidamente para a sociedade do conhecimento, mas muito rapidamente. As pessoas acham que essas coisas são do futuro. A conexão à Internet é só para poucos. Isso é tudo bobagem. Vejam como se espalhou o telefone celular. É como o fogo. Temos a revista desta semana de New Science da Inglaterra. Está mostrando sistemas que cidades pelo planeta estão adotando. É uma coisa super simples e extremamente barata. São pequenas antenas retransmissoras em postes de luz. Fazem com que o sinal banda larga e a Internet no espaço urbano circulem sem fio. Resultado: qualquer pessoa se conecta, no parque, à Internet sem precisar ter fio, sem conexão nenhuma. Estamos falando de coisas que estão

existindo na Pensilvânia, que estão existindo e estão sendo montadas em Washington. Em cidades da China. E que implicam, por exemplo, em áreas que, em geral, são sistemas públicos. Onde são privadas, estão disponibilizando acesso à Internet, banda larga a nove dólares por mês, para toda a população. Todo mundo está conectado, ou seja, toda criança está conectada com essa coisa. E os computadores, vocês estão vendo os programas que estão surgindo agora. Computador de cem dólares. Estamos evoluindo para esse processo. Lembro de uma professora que me disse: professor, o senhor está sonhando, o senhor anda muito pela Europa, nós ainda temos problema de ter o Aurélio na escola. É óbvio que em um País extremamente desigual, a desigualdade é o problema chave do País. Estamos trabalhando em duas velocidades. Resolvemos educação de luxo para um segmento da população, e de certa maneira estamos muito parados com o processo de inserir, com honestidade e com reais oportunidades, a massa de jovens que estão surgindo no País. Isso é muito latino-americano. Nós tivemos uma reunião há três meses atrás com o presidente Lagos, no Chile, na reunião do CLAD. Levantaram-se justamente a tragédia que é a área social, educação, saúde e cultura. Soluções de luxo para a minoria e marginalizamos o grosso da população.

O nosso eixo central é fazer a ponte nesse processo. Não queremos uma cidade com uma sociedade, digamos, desarticulada. E nesse sentido a educação tem um papel obviamente fundamental.

Deixa-me trazer mais uma idéia que me parece básica. É a seguinte, que estava na linha do que o João Monlevade estava levantando, quando ele falou em 40% de analfabetos funcionais. Na realidade, o que está acontecendo é o seguinte: nós continuamos a medir analfabetismo como aquela capacidade de ler frases simples, coisas do gênero e não estamos levando em consideração, pelo menos nas estatísticas, o fato de que o nível de conhecimento que a pessoa precisa para não estar excluída é um limite móvel que está subindo rapidamente. Qualquer um de nós já viu o desespero de uma pessoa com pouca formação, tentando tirar dinheiro no caixa eletrônico. Ele tem 5 segundos para ler uma frase e verificar que botão deve apertar. E a pressão de uma fila atrás dele, e xingando, às vezes. O que é que está acontecendo? Precisamos de uma dinâmica de inserção da população no conhecimento.

Eu utilizo não mais o conceito de educação nesses processos, mas o conceito de conhecimento, de uma maneira mais ampla. Eu vejo a escola um pouco menos como lecionadora e muito mais como articuladora das dinâmicas de conhecimento no território onde ela está inserida.

É nesse sentido que eu queria apresentar algumas visões, que tenho. Vou resumir porque vocês têm isso nesse caderno de textos. Fiz um pequeno texto chamado "A Educação para o Desenvolvimento Local". Gostaria que vocês vissem. Tem uma versão mais ampla desse texto, em um pequeno livro meu que se chama Tecnologias do Conhecimento, os Desafios da Educação. Vocês podem pegar no meu "site", que é muito simples, dowbor.org.

Quando falamos do desenvolvimento do País, de maneira extremamente ampla, a gente vê os grandes problemas. Mas este País tem 5.560 municípios. De certa maneira, construir a economia do País é construir cada um dos blocos que constituem esses municípios. Precisamos construir a economia local a partir de cada município. Da mesma maneira, a economia não vai funcionar se as empresas não funcionam. Ou seja, nós temos que olhar para a base, e se estamos criando efetivamente o nível de formação dos recursos humanos necessários para esse desenvolvimento, no nível local. Eu visitei uma região chamada São Joaquim, no sul de Santa Catarina, que era a região com mais baixo IDH do Estado. Curiosamente, a gente tem tendência a esperar que o desenvolvimento chegue. Vai chegar uma empresa, vai chegar um grande projeto do Estado. E o pessoal cansou de esperar, arregaçou as mangas e disse: desenvolvimento não se espera, se faz. Foram identificar o que é que é que se tinha, fizeram parcerias através das escolas com universidades regionais e fizeram pesquisas do potencial econômico da região. Viram que pelo clima e pelo tipo do solo, havia possibilidade de produzir frutas fora de estação e de boa qualidade e se lançaram nisso.

Cooperativas, pequenos produtores. É uma das regiões que mais rapidamente cresce no País. É impressionante. Houve uma apropriação, via conhecimento, da própria região, da dinâmica do desenvolvimento. Não ficaram esperando que chegasse uma Sadia, que vai colocar todo mundo para criar porco e vai poluir toda a região e esse tipo de coisa. Eles realmente se apropriaram do processo. Isso é muito interessante.

Deixa-me dar outra versão dessa dinâmica. Fui visitar uma cidadezinha. Fiz um trabalho para o UNICEF, problemas de crianças de risco. Fui visitar uma pequena cidade na Itália, que não me lembro o nome. Estava visitando e passando por um pessoal na praça e pisei na água. O pessoal riu. Eles devem fazer isso com tudo quanto é visitante. Na realidade, a praça inteira é em baixo relevo em relação à cidade. Eu tinha pisado no rio. O que é que eles fazem. Eles trazem as crianças e mostram; olha cadê o teu bairro onde é que estão as indústrias, como sopram os ventos aqui, aí botam um pouquinho de água colorida na parte montante do rio e mostram, olha, vocês vão ver agora a poluição que faz aqui, onde é que ela vai penetrar. O que eles estão fazendo? Estão fazendo a criança apropriar-se da realidade. Entender a realidade onde vivem, entender do que se trata, do concreto, e estão dando uma dimensão teórica e científica à compreensão fragmentada que está na sua cabeça. Ele conhece aquelas coisas, mas não entende. De repente, coisas que ele conhece passam a ter sentido. Isso é construção de capacidade científica, isso é prodigiosamente pedagógico. Portanto, o primeiro ponto que eu queria mencionar era essa dinâmica da construção a partir do conhecimento local, e examinar o potencial que isso pode ter para modificação de algumas visões pedagógicas, em particular do currículo.

O segundo ponto é o seguinte: todo mundo acha que a economia é coisa globalizada, e é realmente em algumas áreas. Comunicação e finanças se globalizaram. Mas, na realidade, quando a gente pensa a escola do meu bairro é uma coisa local. O médico da minha família é uma coisa local. O hortifrutigranjeiro do meu café da manhã é local. As ruas, guias, qualidade do meu transporte são coisas locais. A segurança, ou não, no meu bairro é local. A riqueza ou pobreza cultural da minha cidade é uma coisa local. Grande parte das coisas mais elementares do nosso cotidiano, da nossa vida, são coisas locais e, em todas, a gente pode interferir. Agora pensem o seguinte. Os cidadãos daquela cidade nunca receberam uma aula sobre a sua própria cidade. Estudaram tudo sobre D. João VI, dona Carlota Joaquina, com todo respeito. E a professora lhe explica. Você vai ver como é importante a dona Carlota Joaquina na tua vida. Um dia você vai entender. Aqui, todo mundo entendeu a importância. Eu não sei de quem é o nome da minha rua; eu não sei quais são as fontes de poluição da minha cidade; eu só aprendo alguma coisa sobre a minha cidade a cada quatro anos porque tem a campanha eleitoral e um bocado de vereadores dizem: tal bairro tem tantos analfabetos; tal bairro tem problema de saneamento, só então vem um pouco de informação sobre a minha cidade.

Não temos um sistema organizado de informação que permita às pessoas exercerem a sua cidadania, como Monlevade falou, quando você não conhece essa realidade, como é que você entende? Como é que você é cidadão? Como é que você faz planejamento da educação, sem saber? Planejamento da educação para quê? Sobre que realidade? Portanto, nem tudo se globalizou, o essencial das intervenções são problemas locais e a gente pode inserir essa compreensão dos problemas locais no currículo local. História, geografia, ciências sociais, as mais variadas áreas podem inserir esta dinâmica dentro da sua análise, digamos, reconstruísse currículo.

Outra idéia importante, das nossas mudanças mais amplas, é o problema da urbanização. Quando éramos, nos anos 50 para 60, 2/3 de população rural, a maioria da população era população rural de espécie. Quando você tem população rural de espécie, as soluções são individuais, a família está ali na sua casinha, a água está no poço ou no rio, o lixo é na valeta, enfim, o transporte é o jéque ou o caminhãozinho

de segundo nível. Até a comida, muitas vezes, é a galinha, enfim, as soluções são individuais. Quando se chega à cidade, e hoje o Brasil tem 82% de população urbana - essa população está agregada e tem que resolver junto os seus problemas. Não posso sair fazendo poço. Quem faz poço é porque estava acostumado. Era um tempo em que um fazia um poço, o outro faz latrina, cava outro buraco, poço, latrina, poço, latrina, poço, latrina. Na cidade, vocês já viram o que é que acontece. Não é porque na cidade é diferente. Tem que ter um sistema para trazer água, outro sistema para canalizar os esgotos. Tem que ter redes de transporte, guias, sarjeta, etc. A construção da casa é até o de menos. Na realidade, o espaço urbano é um espaço de consumo coletivo. Para vocês terem uma idéia de Países que se urbanizaram muito anos antes de nós. A Suécia. Na Suécia, 72% de todos os recursos públicos são gastos localmente, decididos pela comunidade. No Brasil é 13%. Qualquer cidade, hoje, tem o problema daquela periferia pobre; problema de segurança, problema das escolas. Nós nos urbanizamos, em termos históricos de maneira extremamente rápida. Essa mudança de 2/3 rural, para 82% urbano, se deu nos anos 60, 70 e 80 basicamente. Foi um gigantesco êxodo rural. Gerou essas periferias, insuficiência de segurança, de escolas, etc. etc. Todos esses escândalos que a gente está vivendo. O prefeito, que está na linha de frente do problema, está no último escalão do recurso. Ou seja, com a urbanização se desenvolve necessariamente o processo colaborativo de construção daquele espaço chamado cidade, e não adianta eu combater a dengue e tirar as águas paradas, se o vizinho não tira. Porque isto é sistêmico, a cidade é sistêmica. Ela exige um processo colaborativo. Como nós vamos ter um processo colaborativo se os cidadãos não conhecem a sua cidade? Precisamos criar cidadãos que entendam a sua realidade, para poder gerar processos colaborativos, processos de desenvolvimento. Em Porto Alegre fizeram uma coisa muito simples. A Secretaria da Fazenda botou em mapas digitalizados, aquilo que tem como arquivo. Por exemplo, alguém que vai abrir uma farmácia tem que ter um alvará de funcionamento, endereço com os dados. Se pede um alvará para abrir uma farmácia, o funcionário dirá, você quer abrir uma farmácia onde? Em tal lugar. Mostra-se o mapa da cidade, as farmácias, e mostra para ele e diz: aqui onde o senhor quer abrir uma farmácia, já tem quatro. Aquele outro bairro não tem, a população está precisando, o senhor faz um bom negócio para si e um bom negócio para a cidade, instalando a farmácia lá, não aqui. Não é obrigar as pessoas a ver o plano, mas dar as informações para que a população possa, segundo os seus interesses, tomar decisões que sejam sistematicamente úteis. Ou seja, criar a informação para a população é vital para esses processos colaborativos funcionarem de maneira inteligente, para você ter cidadãos. Não basta só a Secretaria da Fazenda ter mapeado os alvarás das empresas. Na realidade, temos que criar essa base de conhecimento a partir da formação do jovem. É claro, assegurando que o professor tenha informações para fazer isso. Como é que o professor pode fazer isso se não tem conhecimento da realidade?

Temos que transformar a escola em um sistema de parcerias. Temos uma professora, que trabalha no Paula Sousa, Mariluce Alves. Está terminando o doutorado agora - educação em parcerias. Se a escola se articular com o SEBRAE da região, com o escritório do IBGE da região, com o sistema, de maneira geral, com empresas. Muitas delas têm pesquisas de marketing - pesquisas sobre a região, concentração ou não de renda, etc. Se vocês olharem qualquer região, qualquer cidade tem um manancial imenso de informações que estão dispersas, fragmentadas e desorganizadas. Se tem alguém que pode articular esses conhecimentos e torná-los úteis para formar as pessoas é a escola. Não basta só a biblioteca ter lá o Monteiro Lobato, etc. Tem que ter o conjunto do sistema de informação da região, que sirva de base para os professores poderem trabalhar de outra maneira. Para dar um exemplo, em uma cidade americana, Jacksonville, as ONGs locais organizaram um sistema de qualidade de vida da população - educação, segurança, etc. O que é interessante. Porque a gente é chamado a votar segundo quantas camisetas cada candidato distribui, ao invés de saber quais são os resultados efetivos em termos de avanço da nossa cidade. Temos o cálculo do PIB que sai todo dia nos jornais, 3%, 2,5%, etc. Não temos uma informação básica, se está evoluindo ou não em termo de qualidade de vida em nosso município.

Há 22 municípios no Oeste paranaense, na região de Cascavel. Elaboraram um sistema municipal de avaliação de qualidade de vida, de maneira mais modesta do que Jacksonville faz nos Estados Unidos. Jacksonville tem um relatório anual de avaliação do progresso da qualidade de vida da cidade. Nesses 22 municípios cada um tem seu sistema. São 22 indicadores muito simples, definindo a periodicidade, metodologia, responsabilidade etc. Permite à população saber se estamos melhorando, ou não. Ali se vota muito menos a quantidade de camisetas e muito mais segundo resultados. E isso pode servir de base para as próprias crianças aprenderem a avaliar como está evoluindo a cidade deles.

Piraí, no Rio de Janeiro, uma cidade pequena, não é Barra do Piraí, é Piraí, tem um prefeito muito invasivo, muito pidão, que até chamam de Pezão (ele realmente usa 48). O Pezão fez um acordo com a Universidade Federal Fluminense. Chamou Franklin Coelho e perguntou-lhe: Como é que a gente organiza um Piraí digital? Fizeram um sistema simples. Pegaram aquelas torres de retransmissão de celular, fizeram um convênio para colocar retransmissão de rádio e banda larga à Internet. A recepção é cara. Então, fizeram um sistema híbrido. Em todas as regiões principais daquele espaço municipal, receptores, e a partir daí a capilaridade veio por cabo. Começaram com as empresas, todas as escolas, hospitais, etc. As empresas passaram a ganhar muito mais dinheiro, porque um pequeno comerciante, ao invés de comprar do caminhão no preço que este estabelece, ele pesquisa preço. Ele vai vender para mais gente, atrair empresas. Começaram a ganhar dinheiro. Como é um sistema público municipal, aumentaram o preço para as empresas, o que não as desestimulou. Com esse aumento para as empresas, subvencionam acesso banda larga à Internet para qualquer domicílio pobre. Ou seja, naquela cidade, todo mundo tem acesso a banda larga e Internet por R\$ 35,00 por mês, no nível de uso de pessoa física.

Ainda não chegamos aos preços de grandes cidades norte-americanas, onde está \$ 9,00 ou da Franca, onde todo esse processo é integrado com telefonia banda larga, etc., a preço realmente no chão. Isso funciona, porque todo mundo trabalha de maneira mais econômica. Ao invés de a pessoa pegar o ônibus, pegar o carro para ir ao hospital; perder meio dia para marcar uma consulta, quem viaja é a informação, não é a pessoa. Para quem acompanha discussões de futebol, comenta-se na Europa que o Brasil é bom de bola, porque entendeu que não são as pessoas que têm que correr, é a bola que tem que correr. Isso é mais inteligente, a bola é mais leve e cansa menos. A informação tem que correr e não a gente correr atrás dela.

Em Piraí, todo esse investimento, todo esse negócio, custou cerca de R\$ 300.000,00. É ridículo. Se a gente pegar um FUST, Fundo de Universalização das Telecomunicações, dá para fazer um Brasil digital, e melhorar a produtividade sistêmica de todo o mundo, de maneira radical. A escola tem a ver alguma coisa com isso? A escola é o ponto de organização de conhecimento, dos fluxos, de tudo isso. Não basta a educação batalhar pela sala de aula. Tem que batalhar a base, a infra-moderna do sistema de fluidez do conhecimento. Isso se paga, porque todo mundo fica mais produtivo, gasta menos gasolina, menos carro, menos isso e aquilo.

Para concluir. Acho que a compreensão dessa dinâmica está entrando muito rapidamente em Santa Catarina. Trabalhei muito lá com Jacob Anderle, que é uma pessoa que morreu há alguns meses atrás, um educador extremamente dedicado, que era Secretário de Educação. Montou um projeto que se chama "Minha Escola, Meu Lugar". A escola passa a ensinar as crianças a realidade da vida deles. O Ministério do Meio Ambiente está montando um sistema, que são municípios educadores sustentáveis. Não dá para você assegurar o equilíbrio ambiental das cidades e não formar as crianças na compreensão de quem polui, como, por que e quais são as atividades responsáveis pelo meio ambiente. Isso o que é? É uma forma de alavanca que você tem para inserir nas escolas, na educação, todos esses processos de conhecimento do local. Com o SENAC, em São Paulo, estamos montando um projeto agora. O SENAC tem cerca de 60 unidades espalhadas em todo o estado de São Paulo. Tradicionalmente, como de nossa tradição em

educação, eles tiram de prateleiras cursos e oferecem. E oferecem diplomas. Ou seja, o sistema de educação por oferta e não por demanda. Se você não organiza a interação entre a escola e seus parceiros locais, você vai estar sempre trabalhando por oferta. Você tem que organizar a pressão da sociedade para dentro da escola, para esse sistema de interação passar a realmente existir. Vamos trabalhar assim. O SENAC de uma região, Presidente Prudente, por exemplo, se tornou o articulador de todo o processo de conhecimento da região. Inclusive fazendo acordos com a USP, com o IPT, com diversas instituições internacionais, para puxar para aquela região as informações que necessita para o seu desenvolvimento.

Isso tudo está centrado na visão de uma escola menos lecionadora, bastante mais articuladora dos conhecimentos de uma região, através de um conjunto de parcerias. Acho que são coisas simples, são coisas que vão favorecer uma inserção melhor da escola na sua realidade nas diferenciações. O Monlevade falou que Finlândia é Finlândia. Posso dizer: Cabaceiras é Cabaceiras. Quando vejo o currículo nacional, e sei que há Países diferentes aqui dentro - e põe diferente nisso - sinto que se necessita de muito mais flexibilidade, muito mais ajuste para as realidades locais.

É uma proposta. Temos que discutir muito. Gostaria que lessem o texto, dessem uma olhada no meu "site", que tem textos complementares e que se interessassem pela idéia porque vale a pena tratá-la carinhosamente. Muito obrigado!

Mestre de Cerimônias: Muito obrigado ao Professor Ladislau. Gostaria também, apenas para marcar e frisar essa brilhante consideração feita pelo Professor Ladislau que, no Conselho Nacional de Educação, que é um posto muito interessante de observação sobre a realidade brasileira, acho que as pessoas que ali militam vão se tornando cada vez mais otimistas por termos a condição de reconhecer, em muitos lugares do Brasil, experiências que são realmente extraordinárias de construção de uma escola cada vez mais integrada com as relações sociais.

O território da escola, como todos nós sabemos, é um território que não é físico, é um território de relações sociais e da maneira como as pessoas interagem entre si, nos seus diferentes segmentos, classes, condições e também com a natureza. São várias as experiências no Brasil. Acho que temos até uma tarefa cada vez maior de procurar socializar essas experiências muito bem-sucedidas, de fazer com que esse reconhecimento das relações sociais possa significar a construção de fato, de pactos, para uma educação de boa qualidade.

Recentemente deixei a condução da Secretaria de Educação de um município da região metropolitana de São Paulo, município de Taboão da Serra, com 220.000 habitantes. Ali realizamos uma experiência muito interessante, de fazer com que a escola seja de fato articuladora de todas as suas possibilidades, e o ingrediente fundamental para que esse processo se desse como se deu. Foi o fato de ali desenvolvermos um projeto, um programa, de que todos os professores visitem a família de seus alunos, e passem a ter um conhecimento muito profundo dessa realidade. Estabelece-se ali um processo de articulação, porque a questão da participação, não pode ser também formal. Não é apenas organizar periodicamente a possibilidade de as famílias participarem e terem reuniões de pais. E terem esse processo formalmente participativo. É um processo de mão dupla, é um processo muito sensível. Chamamos até ali de território dos afetos, porque os agentes educacionais todos têm que se afetar e conhecerem profundamente a sua realidade e com isso tivemos ali - e como acontece em outros lugares do Brasil - a possibilidade de construir um processo profundamente participativo, integrado, de conhecimento dessa realidade.

Antes de passar para o prefeito João Paulo, gostaria de registrar a presença de 50 representantes dos 255 cursos pré-vestibulares para negros e pobres. Eu vi aqui o Frei David, coordenador, idealizador do Educafro, que é uma das mais interessantes e bem-sucedidas experiências brasileiras. Posso dizer, que

nasce como um curso pré-vestibular, para aumentar as possibilidades efetivas de participação desse segmento nos cursos superiores no País, mas é um belíssimo exemplo de educação comprometida com o desenvolvimento do nosso País e a liberdade do nosso povo.

Quero agradecer a presença de todos e dar-lhes as boas vindas. O Professor João Monlevade está deixando a nossa mesa. O Prefeito João Paulo é o Prefeito de Recife. Vai focar a sua apresentação em uma experiência muito interessante, muito ampla, de planejamento participativo, de gestão participativa do sistema educacional da cidade de Recife.

Prefeito João Paulo: Eu quero dar o meu bom dia a todos os companheiros e companheiras. Quero saudar aqui os nossos companheiros, João Monlevade, Ladislau, Jorge Pavez, Erick Rocha e o Antônio César. Primeiro, queria agradecer ao convite, principalmente ao Arlindo que me procurou para que eu pudesse participar deste encontro. Eu, talvez, me sinta aqui a pessoa em menor condição de participar deste debate, mas já que fui convidado, vou aproveitar a oportunidade.

Eu estava ouvindo as exposições. Achei que o debate tinha muito a ver comigo, porque venho de uma origem extremamente humilde. Na verdade, meu pai, para vocês terem uma idéia, se aposentou como cobrador de ônibus. Fui operário de fábrica metalúrgica durante um bom tempo. Talvez eu tenha aprendido com o meu pai e minha mãe. Eles me diziam sempre que o conhecimento é a maior riqueza que um pai pode deixar para um filho. Hoje eu repito isso em nosso governo. Acho que o conhecimento, a educação, é a maior riqueza que um governante pode deixar para o seu povo. Também, na minha vida, sempre estive preocupado com o conhecimento, com aprender, poder fazer melhor. Para vocês terem uma idéia, eu sonhava em ser padre. Mas como padre não podia casar, eu disse: eu estou fora desse negócio, porque não vou resistir à tentação. Queria ser coerente. No mínimo para não assumir uma coisa que eu não tinha condição de bancar. Minha mãe já dizia, que quem não pode com o balaio, não põe a rodilha na cabeça. Então, não ia assumir uma coisa que eu não podia bancar. Queria ser padre porque achava que poderia dar uma contribuição ao meu espírito.

Mas sou de tradição católica. Fui da Legião de Maria, fui da Cruzada. O meu grande problema era porque que os apóstolos faziam milagres e eu não fazia. Não aceitava aquilo e tentava encontrar o caminho da iluminação. Passei por diversas escolas secretas do conhecimento. Fui da Sociedade Teosófica, fui Rosa Cruz, passei pela escola de iniciação dos magos e hoje faço meditação transcendental. Acho que foi onde eu me encontrei. Faço meditação transcendental porque eu tenho uma ansiedade muito grande para descobrir o caminho da iluminação, etc. porque quem é cristão diz que o homem é a imagem e semelhança de Deus. Então se nós somos, somos tão importantes como qualquer ser humano e talvez tão poderosos quanto. Eu não me convencia. Depois eu descobri o movimento de esquerda. Sou um socialista convicto. Comecei a minha militância política na Juventude Operária Católica, na JOC. Fui militante de JOC durante muitos anos, e, em 1978, já estava com 6 anos de movimento, fazia parte, nessa época, de um partido comunista revolucionário, que era o PCR. Foi quando recebi um convite de Paulo Freire que estava no exílio, que tinha um sonho de formar lideranças do movimento operário popular através do CEDAL. Fui convidado e passei 6 meses na Europa. Ele chamava você para estudar desde o surgimento do homem até o que denominávamos, naquela época, de Países em transição para o socialismo. Paulo Freire, inclusive, foi um dos educadores de diversos grupos latino-americanos que foi estudar. Fizemos França, Itália, Espanha e Portugal, durante seis meses.

Acho que, na verdade, estamos vivendo em um mundo que está se transformando cada vez mais rapidamente, que está fugindo ao nosso controle, totalmente. A era do conhecimento - e eu vi que foi colocado aqui - não se passa só na formação intelectual. Eu tinha um professor que dizia: a educação não é só a intelectualidade, o conhecimento teórico, mas é também - é o que eu entendi que ele dizia - que eu era

adolescente naquela época - mas eu acho que o conhecimento temos que estender para todas as áreas da nossa vida. Por exemplo, eu montei uma estratégia para ganhar 20 anos de vida. Sou uma pessoa que faço meditação para reduzir o estresse porque a política, você sabe como é, e no PT nem se fala extremamente estressante. Então eu faço meditação transcendental. Nado, segundas, quartas e sextas de cinco horas às seis horas da manhã. Estou nadando 1.900 metros de segunda a sexta-feira. Estava nadando antes da campanha, 2.700. Na própria sexta-feira, eu saio de cinco às seis de casa. Depois, passo em casa, tomo um banho e faço, de sete às oito, pilates; terça-feira, faço hidroginástica; quinta, faço uma hora de osteopatia. Eu descobri, também, nessas minhas buscas, que se eu não cuidar de mim, não tem quem cuide da minha fisiologia.

Acho que essa questão da educação e do conhecimento está ligada a todas as áreas da nossa vida, então você vê muitas vezes um copeiro que tem muito conhecimento, mas não cuida absolutamente nada da fisiologia dele e os problemas que isso pode trazer para a vida futura pela falta de cuidar do seu corpo. Tudo isso, só para vocês me conhecerem um pouquinho e saberem com quem estão falando.

Venho do movimento de Igreja. Sou da fundação do PT. Fui presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Fui vereador do PT. Dez anos deputado estadual, e o primeiro prefeito operário da cidade do Recife. O primeiro prefeito reeleito da cidade do Recife. Estamos no sexto ano de gestão e na verdade temos um governo que é um governo que inverte as prioridades. Cuida da cidade como um todo, até porque não tem como não cuidar da cidade como um todo, de toda a população, mas com o foco centrado em uma cidade que tem um milhão e meio de habitantes, mas um milhão e cinqüenta mil pessoas que vivem na pobreza ou abaixo da linha da pobreza.

A partir desta gestão, entendemos que há necessidade de garantirmos a participação. Entendendo a questão da participação como a construção de poder, sou um pouco conservador nessa linha. Gosto de usar alguns termos mais clássicos e também deixar de usar. Vamos supor a questão da mais valia que é produzida. O que estamos falando aqui é da produção dos trabalhadores, que cada vez mais estão desempenhando um papel talvez menos importante nesse processo. A tecnologia chegou em um ponto em que está inserindo, como a gente poderia dizer, o cérebro humano nas máquinas. Por exemplo, eu trabalhei de fresador, torneiro. A minha profissão não existe mais, porque as máquinas essencialmente fazem isso, e fazem três ou quatro vezes mais rápido que eu e talvez melhor do que eu. Você não tem a perfeição, a perfeição que pode dar uma máquina em determinado momento.

Há um processo destruidor do ser humano. Vi um debate na televisão - e eu não sei quem falava - mas dizia-se que, antigamente, as pessoas tinham um curso primário e conseguiam sobreviver com aquele curso, porque tinham uma função para ela fazer. Hoje em dia a quantidade de pessoas que tem um curso superior e não consegue mais ter a oportunidade de trabalho é uma coisa impressionante. Isso, quem chega ainda a ter um curso superior.

Em nossa gestão, temos investido muito na participação popular. Hoje, Recife é a cidade que tem, proporcionalmente, a maior participação popular do Brasil. Para isso, desde o início do governo, criamos uma Secretaria de Orçamento Participativo e Gestão Cidadã, com secretário, com estrutura, com uma empresa de informática à disposição da participação popular. As votações são "on-line". Quer dizer, o cidadão está votando e está acompanhando no painel o resultado da votação, e dedicamos quase que cem por cento dos investimentos da cidade, através do orçamento participativo, são decididos através da população.

Tivemos, ao longo desses anos, mais de quinhentas mil pessoas participando. Já nos quatro primeiros anos de governo do orçamento participativo, estamos fazendo um investimento na educação, um investimento grande com a contratação de professores, com a formação de professores, mas se nós não tivermos um

controle social, um prefeito ou um secretário não tem como controlar tudo o que acontece no governo. Ele é responsável por tudo, ele e a mãe dele normalmente. Digo isso porque me sinto bastante à vontade porque fui reeleito no primeiro turno com cerca de sessenta por cento dos votos válidos em todas as zonas da cidade. Temos uma aprovação muito boa na cidade, mas o que é que acontece? Recife é também uma das cidades mais desiguais do Brasil e temos que investir não só na participação popular, mas para garantir também à população que possa avançar do ponto de vista do controle. Não só do prefeito, não só do secretário, mas acima de tudo da gestão.

Temos exemplos, que foram dados aqui, de eleição de professores que apóiam candidatos que abonam as faltas deles. Vocês sabem disso. É um processo que, muitas vezes, como dizia uma canção popular (o nosso bloco anárquico que é o Quanta Ladeira; não vou cantar porque as músicas são muito pesadas) que diz o seguinte: democracia é bom mas dá um trabalho grande.

No processo de construção democrático, as pessoas muitas vezes não têm o limite da liberdade. É uma das coisas que vivo muito no meu partido porque, muitas vezes, para fazer mais oposição que a gente mesmo não tem. Falta para nós um ritual do poder. Não é o autoritarismo, não. Na militância da minha geração, que resistiu à ditadura militar, muitas vezes os companheiros acham que não têm limite, não tem hierarquia. Pode prevalecer a vontade dele de todo jeito. Quando não é atendido, quer extrapolar nos limites. Temos que ter algum tipo de hierarquia. Não podemos ter a ditadura, o autoritarismo, mas também não podemos ter o democratismo e a falta de controle. Implantamos plano de carreira e demos os maiores avanços em nossa gestão, coisa que os governos passados não tiveram. O que é que acontecia com o movimento sindical? Eles estavam me tratando como a um inimigo de classe. Dizia-lhes: vou dizer uma coisa aqui para vocês, se vocês quiserem me tratar como inimigo de classe, eu conheço isso bem, fui dirigente sindical, fui presidente da CUT, fui da direção nacional da CUT, e venho de uma organização revolucionária. Então, se o tratamento é de inimigo de classe, vamos para inimigo de classe, vocês não são meus inimigos de classe, mas eu vou ter que reagir como se fossem.

Este é um processo que exige uma vigilância permanente da sociedade sobre todos nós. Mandei um Projeto de Lei, já em 2002, que criou o Sistema Municipal de Ensino no Recife. Este projeto garantiu a criação do Conselho Municipal da Educação, a obrigatoriedade da realização da Conferência Municipal da Educação, as comissões regionais por região política e administrativa e o conselho escolar. Ainda mais a eleição direta para diretores. Digo que é melhor ter uma eleição em uma escola, por mais problemas que possa ter, por mais erro que possa ter, do que a indicação do vereador. É uma briga que tenho no governo. Às vezes, no governo, as pessoas são, uma excelente liderança política, mas você as coloca para gerir qualquer coisa e é um desastre. Não sei se já viveram um pouco essa experiência. A primeira coisa é que, quando se chega ao poder, a pessoa se transforma completamente. Começa a tratar mal as pessoas, começa a xingar, é um horror. Digo, porque vi isso dentro do meu Sindicato dos Metalúrgicos. Companheiros que saíam da fábrica, que ficaram liberados no Sindicato, reproduziam a repressão da fábrica nos trabalhadores. Isso é a mesma coisa dentro do governo também. Por outro lado, há também os que dizem: sou do partido aliado, vou trabalhar, vou cumprir a minha responsabilidade, etc. Temos que ter resultados, temos que prestar contas à população. Como é que eu posso ter uma escola, e, no final do ano, todos os alunos terminam do mesmo jeito que entraram. Tem alguma coisa errada.

Tentamos corrigir a alimentação para as crianças durante o período todo. Temos que ter também alguma aferição da qualidade do que estamos fazendo. Bastou ter um levantamento da quantidade de faltas dos educadores, da nossa rede pública, para desmoralizar qualquer sindicato. O que a gente vê, é que muitos professores faltam na rede pública, com atestado médico, e na rede privada eles não faltam. Posso aceitar isso? Temos dentistas, que por qualquer problemzinho, ele não faz mais absolutamente nada. Vai

embora. O ar-condicionado da sala do médico está com defeito, vai embora. Não estou generalizando. Estou falando que existe isso.

Nessas coisas também temos que garantir o controle e a qualidade da gestão. Para nós que vivemos em um mundo louco como esse, as oportunidades para as pessoas da população de baixa renda, a oportunidade de ter um emprego, uma atividade econômica é cada vez mais difícil. Quando entrei na esquerda havia o que gente chamava de uma esquerda talvez mais apaixonada. Por exemplo, o que é que é o capitalismo? Basta pegar Peter Drucker. Gosto de ler esses homens porque gosto de ter o conhecimento para contrapor a eles. Fazer o contraponto.

Hoje o capitalismo se apropriou da maioria das nossas bandeiras. Enquanto parte do movimento sindical entrou na tendência corporativista, o que é que eles fizeram? Eles, hoje, não querem mais qualquer trabalhador, eles querem trabalhadores que pensam, que trabalhem apaixonados, que criem, diferentemente do meu tempo, quando comecei no movimento sindical. As empresas não pagavam hora extra, não pagavam adicional de insalubridade, atrasavam pagamento e, quando você chegava para conversar, colocavam um trinta e oito na mesa. E éramos obrigados a botar a mão dentro do bolso e dizer, o que foi? Agente demarcava o campo de classe.

Lembro-me, quando estava na condição de dirigente sindical, ou já na condição de deputado estadual, quando não tínhamos celular, era a maior confusão do mundo para nos comunicarmos. Parava-se o carro. Os orelhões, todos quebrados. Ia-se à padaria. Parava-se o carro, etc. etc. Era uma loucura.

Agora, como é que, essencialmente, nós vamos aplicar o conhecimento? Há um pedagogo romeno (não me lembro agora o nome dele, vocês vão me desculpar, foi por isso que eu falei que eu não tinha muita condição de falar aqui neste debate) que inclusive ajudou até no governo da Bahia. Ele dizia o seguinte: muitas vezes, mais importante que o conhecimento, é a aplicação desse conhecimento. Às vezes você pode ter um conhecimento mais relativo e aplicá-lo das mais diversas formas possíveis e imagináveis. E há outras pessoas, que têm um grande conhecimento e não sabem aplicá-lo para resolver nada da vida. Citou-se aqui o negócio de "casa". Outro exemplo: um dos grandes problemas, principalmente do Nordeste, do interior de Pernambuco, era o "Eva viu a uva". A uva está sendo plantada só agora no sertão do São Francisco. Na maioria das cidades as pessoas nunca viram uma uva. Acho que tem uma coisa muito importante. Estou falando dos avanços que tivemos do ponto de vista da participação, da eleição. Isso não foi um processo fácil. Não imaginam como foi para convencer os vereadores a aprovar esse projeto. Foi uma briga árdua, inclusive com parte de minha bancada. Tive que brigar para poder aprovar.

O problema é que vivemos uma deformação muito grande no movimento sindical e nos movimentos populares. Muitas pessoas se apropriam de determinados conhecimentos e não querem repassar mais para ninguém. Muitas vezes o líder sindical não quer formar outros companheiros para assumirem o mandato sindical, porque eles temem perder parte do poder que ele tem. Fica se perpetuando no movimento sindical a vida toda. A mesma coisa são os vereadores, deputados. Chega-se a uma situação em que o nível de disputa para se manter no poder é uma coisa impressionante. Aquela cultura de preparar novos dirigentes, novos quadros, para posições maiores com mais responsabilidade. Vivemos muito essas deformações. As dificuldades para garantir esses instrumentos de participação e de controle popular são grandes. Os vereadores diziam: quem quiser indicar diretores de escola, que se eleja vereador, para poder indicar. Essa era a concepção.

A comunidade não podia indicar as suas obras prioritárias porque o vereador que se elegeu é quem devia indicar as obras que deveriam ser feitas na comunidade. Vocês não têm a idéia do que essencialmente nós modificamos na cidade com as indicações. Não é que nos furtamos dos nossos compromissos de ter

projetos estratégicos integradores, mas isso em articulação com a sociedade. Gostaria que vissem um projeto de integração de bairros e vias que fizemos, que modificou bairros onde se tinha que andar três, quatro, cinco quilômetros para chegar no bairro vizinho. Enquanto você faz uma linha de integração que, com quinhentos ou seiscentos metros, tem-se integração entre as duas comunidades de dois bairros vizinhos.

Fizemos integrações em Casa Amarela. Bairros vizinhos, que viviam ilhados, porque tinha um morro de lado, e a própria população pelo seu conhecimento encontrou diversas saídas que muitas vezes os nossos técnicos não encontram. Por exemplo, temos um problema de ciclovia. Pagamos não sei quantos projetos para fazer a ciclovia. O único que funcionou foi o que disse que era para fazer em Boa Viagem e em Pina. Os demais, os técnicos foram fazer, mas eu disse não. Agora vamos construir com a população. Existem determinadas situações que o povo tem o conhecimento muito maior. Agora, o problema é como nós vamos romper também com a questão da visão corporativa, uma questão muito grave também. O nível de despolitização também das nossas bases é um problema muito grande. O indivíduo só vê a ele, só vê o salário dele.

Se for à Prefeitura, tem aquelas categorias que são as elites. O fisco, os auditores. E cada categoria perde a perspectiva geral. Quando assumi, quase 42% dos funcionários da Prefeitura não recebiam nem um salário mínimo. Quando se dá um aumento para chegar a um salário mínimo, recebe abono. Quando se dá o aumento para começar no mínimo, como base no salário mínimo, só em torno de nove milhões de reais. É só o reajuste do salário mínimo em nossa Prefeitura.

Acredito muito que, na verdade, temos que ter a compreensão que é um processo educativo, que essa relação entre o poder e a sociedade civil é um processo também em construção. Então, determinados erros, determinadas distorções, a meu ver, também fazem parte do processo de construção política. E a participação e o controle social, para nós, são fundamentais nesse processo.

Eu queria, do fundo do coração, agradecer essa oportunidade de estar aqui. Espero ter contribuído, de alguma forma, no mínimo que for, porque não tenho, na verdade, experiência nessa área educativa. Vivi um processo de conhecimento a partir da vida e a partir de alguns cursos como este. Não tenho nenhuma formação universitária. Na verdade, estou fazendo a graduação de economia agora. Digo sempre o seguinte: tive uns problemas sérios porque quando fui deputado, vocês sabem que o salário de deputado é um salário relativamente elevado e eu tinha muitos problemas. Porque, inclusive, alguns professores, que me ensinaram, ganhavam menos que eu. Isso é uma grande distorção, é lógico. O salário de uma pessoa que se dedica há vários anos e a remuneração é muito baixa, é fruto de um modelo de sociedade. A sociedade capitalista é concentradora em riqueza e poder na mão de poucos.

Digo sempre o seguinte: na verdade, há um processo que estamos vivendo. Em nossa administração, elevar a condição, a qualidade de vida, dos nossos trabalhadores e garantir também a participação. Escutando, dialogando, e avançando acima de tudo, a fim de que esses controles possam também virar lei para que, independente de quem seja o meu sucessor, possamos ter esses mecanismos assegurados para a sociedade.

Queria agradecer ao convite de Arlindo, e a nossa Secretária Malu que está aqui à minha esquerda, só geográfica. Queria agradecer a vocês e desejar um bom dia e um bom Encontro.

Mestre de Cerimônias: Obrigado, Prefeito João Paulo que nos ensina, nos lembra que as mudanças mais difíceis, são também as mais profundas. São as mudanças culturais. Mudanças que dizem respeito a valores. E este talvez seja o maior de todos os sentidos do processo educativo. Na seqüência da nossa

atividade, passaremos a palavra ao professor Jorge Pavez Urrutia que terá trinta minutos, e que vai trabalhar aqui conosco a respeito das experiências de descentralização vividas no sistema educacional chileno.

Jorge Pavez Urrutia: Obrigado primeiramente pelo convite que nos fizeram para participar deste Encontro, sem dúvida tão importante.

O que vou colocar aqui é fundamentalmente uma idéia que tenta explicar a situação chilena. Antes disso, alguns comentários. Ontem, o Carlos Augusto colocava a necessidade de compreender que os processos de planejamento deveriam contar com três componentes fundamentais. Por um lado, um olhar democratizador efetivo; por outro, a existência real de um sistema educacional, e por outro, os espaços reais também de participação. Ele dava ênfase à segunda parte, no sentido de que, muitas vezes, estão formalmente estruturados todos esses espaços, mas na prática eles somente funcionam em um nível mais burocrático e não de participação efetiva. Finalmente, colocava isso a partir de uma realidade do Estado brasileiro que é muito diferente da realidade chilena no sentido de que esta é uma Nação, um estado federativo, onde existe pelo menos a instância do governo central, a organização da autoridade central e por outro lado os diferentes estados e também os diferentes municípios e tudo isso requer um certo planejamento.

Então, desta forma eu perguntava se realmente seria possível pensar se existe ou não um Sistema Nacional de Educação no Brasil. Eu acredito que é importante poder verificar as nossas experiências culturais, históricas, que são de fato bem diferentes e que demarcam modelos de desenvolvimento que, no fundo, o que pretendem é que a nossa sociedade, os nossos povos tenham a possibilidade de viver melhor, de viver efetivamente numa democracia. De poder construir, portanto, a sua possibilidade de vida, de futuro, de forma efetiva, e nesse sentido dizer que a situação chilena, com relação à organização do Estado é absolutamente diferente. Tenho que dizer isso. O Chile é um estado historicamente centralizado, unificado e a partir do processo de constituição do Estado chileno, tivemos uma clara preocupação com a incorporação da educação, desenvolvendo-a como uma instituição de serviço público nacional.

A educação, historicamente, no meu País, foi vista como uma prerrogativa e função do Estado e essa concepção foi integrada em toda jurisdição chilena a partir da Constituição e das diferentes leis que foram sendo desenvolvidas ao longo da história. Além disso, a necessidade de consolidação da unidade territorial e política, bem como a identidade nacional, implicou em estilos de governo e de administração fortemente centralizados e isso é muito importante considerar. Ou seja, o Estado forjou um olhar planejador desde o princípio, no sentido de compreender que a educação era um motor que unificava, que dava identidade e que definitivamente ia exercendo uma linha muito clara de construção do País.

A partir do nível central, então, fomos tendo uma estruturação do sistema educacional nos seus níveis primário, secundário, no nível universitário também, e foram sendo criados organismos e normas para o seu funcionamento, a partir desse Estado, que nós chamávamos Estado docente. Assumimos a responsabilidade em matéria de educação e a exercemos, por meio de um poder central verticalmente hierarquizado com as suas próprias estruturas, com seus próprios recursos que foi se expandindo e foi se massificando em todo o sistema educativo, principalmente na educação primária. Dessa forma, o Estado chileno tem o papel protagonista na condução do desenvolvimento econômico e social, adotando planejamento como estratégia ou um instrumento fundamental. Essa, portanto, é a história do Chile. Isso foi o que significou a educação para o Chile.

O que acontece é que agora no meu País, que é uma das nações que têm uma economia que mais cresce, e que tem um modelo de desenvolvimento diferente, um modelo neoliberal permanentemente, com marcas de crescimento altas para o nível latino-americano e até mesmo mundial. No entanto, gerou uma

redistribuição dessa riqueza absolutamente diferente e impulsionou a partir do próprio Estado, processos de privatização absoluta com relação ao qual eu gostaria de destacar. Isso não é casual. Todos os governos chilenos, até mesmo de diferentes partidos, propuseram educação nos termos que eu destaquei, ou seja, como uma possibilidade de formação de cidadãos para o desenvolvimento do País e também para formação de cidadãos críticos que fortalecessem a democracia.

O corte brutal é estabelecido exatamente com um golpe militar, de 11 de setembro de 1973. Ali acontece uma ruptura brutal com a tradição educacional chilena e com a forma como entendíamos também os modelos de desenvolvimento democrático. Assim, e depois de alguns anos, do começo da ditadura, já mais ou menos em 79, pela primeira vez Pinochet coloca o que nós chamamos de primeira linha presidencial e, nos anos 80, propõe a Constituição que é uma Constituição que muda fundamentalmente o papel do Estado. Então, de ver o Estado tendo uma educação como responsabilidade central, que estava até mesmo incluída dentro da Constituição, esta passa a ser responsabilidade e passa a ser simplesmente uma responsabilidade de terceiros. Já não é responsabilidade do Estado. Dessa forma eu tenho que dizer que, nos anos 70, o Chile marcou um processo muito importante de mudança de rumo, que é imposta ao País, que impõe ao País um novo modelo de desenvolvimento que nós chamamos de neoliberal, caracterizado por uma economia de mercado, onde o papel primordial é dado ao setor privado, onde todos os avanços do desenvolvimento vão no ritmo do crescimento econômico interno e das possibilidades de abertura para as economias, e da sua inserção nos novos contextos econômicos mundiais.

Atualmente, o meu País é o campeão dos tratados de livre comércio e isso que acontece, hoje, no século XXI, tem a sua origem neste modelo de desenvolvimento que foi instaurado na ditadura. Por outro lado, essa mesma concepção propõe a possibilidade de diminuir o tamanho do Estado, do poder do Estado, que agora já não intervém, gerando assim mudanças tradicionais nas funções e atribuições antigamente em mãos do Estado, para distribuí-las a diferentes entidades. Em geral, essa visão antiestado foi gerada na América Latina e estabeleceu um certo consenso sobre a necessidade de gerar processos de descentralização.

Queremos considerar que, com relação à descentralização, é possível compreender três conceitos diferentes. O primeiro deles está dentro da lógica neoliberal, que vê a descentralização como uma fórmula de diminuir a contribuição do Estado para a educação, como um mecanismo de economia da dívida externa e também como uma forma de diminuição da influência do Estado na educação. Claro que esta poderia ser regularizada por mecanismos de mercado, possibilitando então um caminho que permitisse debilitar as organizações ministeriais nas suas organizações sindicais. Depois do golpe em 73 tivemos a Central Única de Trabalhadores atuando. Um mês depois ficou fora da lei também a Central Única dos Trabalhadores de Educação. Excluíram as organizações de trabalhadores como fonte de perigo, de conflito, diante deste modelo que começa a ser instaurado no nosso País. Então, primeiro temos uma lógica neoliberal de compreensão da descentralização. Por outro lado, existe também uma lógica tecnocrata, que considera que a educação é dependente do Estado central e consolida uma gestão fundamentalmente burocrática, ineficiente, que não permite responder aos problemas educacionais de base. Considera-se, portanto, que a delegação de funções para entidades autônomas locais poderia favorecer uma gestão educativa mais eficaz, na medida, claro, que estes setores de base pudessem dar melhores respostas.

Depois, existe também uma lógica, ou um olhar descentralizador, democrático, participativo, onde concebemos a descentralização como um caminho necessário para favorecer tanto a participação democrática da comunidade como também os processos educacionais, como o desenvolvimento de uma adequação que deve responder às necessidades de aprendizagem de todos os alunos, independentemente de serem de uma classe social ou de outra.

O processo de descentralização no Chile, impulsionado pela ditadura, a partir de uma lógica neoliberal e tecnocrata, teve concepções bem específicas. Teve características bem específicas e acontece a partir de dois processos articulados. Por um lado, o impulso crescente para as privatizações e, por outro lado, o da municipalização. Estes processos não somente significaram a transferência de funções financeiras, administrativas e pedagógicas para entidades autônomas privadas, mas também mudaram, substancialmente, o financiamento estatal e o papel do Estado na educação.

O objetivo de estimular a participação do setor privado na educação foi modificado. No sistema de financiamento, através de um sistema de subvenções por aluno, o Estado entrega o mesmo montante tanto à escola pública municipal como aquela que é gerida por uma entidade privada. Ou seja, o Estado dá recursos para que a educação seja administrada pelos municípios, por um lado, e a mesma quantia de subvenção é entregue ao setor municipal e ao setor privado, ao qual nós chamamos particular subvencionado.

Este processo foi concebido em um marco de privatizações não somente por permitir a transferência de estabelecimentos fiscais para corporações privadas, mas também porque tanto os mecanismos de financiamento estatal como as condições contratuais dos professores foram assimiladas do setor privado. Dessa forma, os professores, nós que tínhamos, nosso próprio estatuto, a nossa própria normativa trabalhista esta ficou absolutamente apagada do mapa. Mudou, foi modificada, foi alterada. Por outro lado, na municipalização no contexto da ditadura, que designava os prefeitos, não havia eleição. Isso significou um processo de alto controle político. Não significava simplesmente descentralizar, mas, além disso, significava controlar municipalmente, porque cada prefeito respondia pela política da ditadura.

Podíamos dizer que o papel do Estado, exercido por meio do Ministério da Educação, estava dentro deste processo e financiava o ensino via subvenção e assistência por aluno. Controlava o cumprimento dos requisitos para obtenção dessa regulação. Media o rendimento de aprendizagem com provas nacionais padronizadas e dirigia e supervisionava os aspectos técnicos e pedagógicos. Nós somos os campeões em resultados, e com provas padronizadas, que são aplicadas ano a ano em diferentes níveis e que, a princípio, pretendem medir a qualidade da educação e que sempre dão o mesmo retrato. Supostamente, os melhores resultados acontecem nos colégios particulares, ou seja, na escola privada e os piores resultados, claro, acontecem na escola pública municipal. Além de que a escola pública municipal hoje atende àqueles alunos que têm maiores carências econômicas, ou seja, a população pobre do meu País. A única possibilidade que se tem de educar é nestes centros educativos, nessas escolas municipais.

Agora, em matéria de condições trabalhistas e também profissionais, com o começo dos acordos de governo, quando pela primeira vez tivemos eleições, é implementado o estatuto docente que, em certa medida, devolveu a qualidade de funcionário público aos professores que têm trabalho nos estabelecimentos municipais com normas salariais comuns para todos eles.

Estes acordos aumentaram o orçamento educacional, designaram e alocaram recursos para diferentes programas de melhoria de qualidade e igualdade na educação, mas, no entanto, este propósito que é muito louvável, não gerou frutos. O que fez foi cada vez mais gerar um aumento da segmentação e da fragmentação da educação chilena e do avanço da privatização da educação. Estes governos não mudaram o financiamento da subvenção por aluno. Ao contrário, abriram diversas fórmulas, na busca por obter maiores recursos financeiros com contribuições privadas. Mas, assumindo que a contribuição privada não é a contribuição que o grande empresário ou grandes empresas podem dar, mas é contribuição da família, dessa forma pelo que chamamos de lei de financiamento compartilhado, aumentou a participação dos pais no financiamento da educação particular que já está alcançando, no meu País, a metade da população escolar chilena. O que é mais grave, aumentou também algumas iniciativas que têm

uma maior privatização, estimulando, pela primeira vez, a transferência de escolas públicas municipais para as mãos de particulares, com ou sem fins lucrativos.

Temos dois argumentos centrais que estão fundamentando, de acordo com a lógica imperante no meu País, este olhar privatizador. Por um lado, assume-se que a gestão privada e a utilização dos recursos seria mais eficiente no setor privado que no público. Por outro lado, fala-se que o aporte econômico dos pais à educação dos seus filhos pode ser vista também como uma forma de participação. Por outro lado, a relação mais significativa existente entre uma contribuição econômica e a participação é que, se é difícil para os pais, economicamente, escolher uma educação, ou ter uma educação, eles vão se interessar em saber como os filhos estão, aprendendo a influenciar aqueles que estão ensinando os próprios filhos e saber como as coisas funcionam. E saber como seu dinheiro está sendo gasto. Este argumento se baseia em que o pagamento atuaria como um incentivo na participação nos colégios particulares, o que seria a evidência de uma reação supostamente psicológica, segundo a qual, se valoriza mais aquilo que é pago do que aquilo que é recebido gratuitamente.

Temos que dizer que os dezessete anos de ditadura significaram a mudança na consciência, nos valores dos chilenos, de forma muito significativa. E este é um olhar, portanto, que vai exatamente nessa direção. Agora, reflexões sobre o processo de centralização chilena. A partir da experiência chilena, o que significou o processo de centralização, por um lado, foi uma grave consequência dessa forma de descentralização relacionada com a subvenção por aluno como um mecanismo de financiamento. Por um lado, permite que grandes fundos do Estado possam ser utilizados com fins lucrativos pelos estabelecimentos particulares subvencionados, na medida em que a lei de subvenções, não regulamenta a sua utilização. É muito comum, por exemplo, que uma empresa privada decida, que peça ao Ministério da Educação para poder abrir um colégio. Tem algumas condições mínimas. Normalmente, recebe sim a subvenção do Estado por trezentos ou quatrocentos alunos e no ano seguinte aumentou o número de alunos a mil, dois mil e dois anos depois tem dois ou três estabelecimentos particulares, ou seja, está criando uma empresa de lucro com dinheiro que está sendo dado pelo Estado. Além disso, esse dinheiro é recebido realmente; recebe-se financiamento compartilhado da própria família.

Essa competência não é traduzida em uma preocupação pela qualidade dos processos de aprendizagem, mas sim por uma preocupação com a venda de imagem aos pais e aos alunos. Ontem, eu conversava com a representante espanhol sobre o interesse que eles têm nessas provas que medem a qualidade da educação espanhola. Temos uma experiência catastrófica nesse sentido. As provas padronizadas medem, do conjunto de aprendizagem, somente quatro conteúdos. São provas padronizadas, que são aplicadas uniformemente no País inteiro e, portanto, os resultados significam um "ranking" no estabelecimento, e o que revela, no final das contas, este "ranking"? Revela que os melhores resultados acontecem naqueles colégios privados. Não os subvencionados, mas os privados, onde o pai paga pela educação e são caríssimos. Claro, as condições de trabalho dos professores são bem diferentes. Trabalham com doze ou treze alunos por aula, têm todo tipo de possibilidades e onde é educada a elite da sociedade chilena.

Por outro lado, temos os colégios particulares subvencionados, que foi o que foi falado ontem, onde se desagrega o componente da condição familiar das crianças e a condição social dessas crianças, e tem até mesmo os resultados melhores que os colégios particulares. Por outro lado, midiaticamente, pelos meios de comunicação, sistematicamente, é mostrado que a educação privada é melhor que a pública. Portanto, o que temos que fazer é privatizar absolutamente todo o sistema educacional, porque dessa forma elevaríamos a qualidade da educação no nosso País. O aumento da estratificação social mostrada no campo educativo talvez seja o problema mais grave. Contra aquela história que mostra que devemos entender a educação pública como um processo de integração, democrática e social.

O colégio público chileno é onde foram formados grande parte dos políticos do nosso País. O Presidente Lagos é produto da educação pública, do Liceu público chileno. A atual presidente estudou também em uma escola pública e depois em um Liceu público gratuito. E lá conviviam, estavam integrados, chilenos, tanto de família de poucos recursos como aquele chileno que tinha recursos médios, o pequeno profissional, o filho do médico, do professor, como até mesmo aquele filho do grande empresário, e na escola, no Liceu, tínhamos uma réplica da sociedade chilena e toda a sua diversidade. Isso agora já não acontece mais. O que temos são estabelecimentos para pobres, onde vão somente alunos pobres. Estabelecimentos onde existe, por outro lado, a possibilidade de o pai pagar alguma coisa e, por outro lado, temos também estabelecimentos para estudantes que vêm de famílias muito ricas.

Essa política, em nossa opinião, vai provocar um sério problema na possibilidade de construção de uma sociedade efetivamente democrática, com as características que nós já destacamos. O modelo chileno não está reforçando as políticas públicas, na educação, nem mesmo abre caminho para planejamentos efetivamente participativos. O que está sendo consolidado é um papel subsidiário do Estado, com um desmantelamento da educação pública e uma participação dentro de um marco de mercado onde a empresa, colégio, oferece produtos e os pais que neste caso seriam os clientes supostamente decidem, neste mercado de ofertas, em que estabelecimentos vão poder ter a possibilidade de colocar o seu filho.

A integração nacional, que foi um valor, está sendo claramente colocada em risco, em jogo, com este modo de ver da educação. E o que aconteceu nos últimos governos, com estes acordos, é muito dramático, porque não foi possível, até então, mudar este modelo imposto pela ditadura há dezessete anos. Que colocou, por meio da Constituição e da chamada Lei Orgânica da Constituição que marcam esta virada, esse olhar ditatorial.

Desta forma podemos e queremos mudar essa política. Temos que dizer que os espaços de participação que seriam abertos teriam dois problemas importantes: o primeiro, é que, ainda no sistema educativo chileno, é mantida uma estrutura muito hierarquizada, no sistema autoritário e no sistema escolar, e o segundo é que, infelizmente os espaços democráticos que os governos abriram não foram aproveitados suficientemente, por medo, desconfiança e por falta de práticas de participação democrática, que ainda não superamos.

É muito forte viver dezessete anos de ditadura, como nós vivemos no Chile. Portanto, ainda existe medo, medo de expressar a própria opinião. Temos que dizer que os governos da concertação têm medo de golpes políticos, porque a saída do Chile da ditadura é feita dentro deste marco de ditadura na América Latina. Então, toda possibilidade de conflito supõe pôr em risco, pôr em jogo a possibilidade do avanço democrático. Nós, no entanto, vemos neste último governo, algum espaço um pouco diferente, que oferece possibilidades de participação e isso nós, como Sindicato organizado, queremos aproveitar. Somente mais um comentário. Um dos colegas falou que os professores estão no centro, no olho do furacão e que os professores não estão respondendo.

Eu quero dizer, não somente aqui no Brasil, mas no Chile e, em geral, no mundo inteiro, estão exigindo da escola uma grande quantidade de responsabilidades que a sociedade não foi capaz de resolver. Portanto, nós continuamos trabalhando em péssimas condições de trabalho, em condições de instabilidade e de flexibilização trabalhista enorme. Continuamos trabalhando sem uma formação adequada, que tenha formado efetivamente os professores com rigor, sem processos de aperfeiçoamento por parte do Estado e com o respeito social que vá além do falar, como os professores são ótimos, quando fazemos a comemoração do dia do professor.

Na verdade, aqui nós temos um olhar muito mais profundo, nós estamos vivendo sociedades que apontam

claramente a formação de guetos e onde educação, sem dúvida, deveria resgatar não as medidas do FMI ou do BID, -as, na verdade, deveriam resgatar o melhor que temos. Nós, no nosso País, tivemos educadores de luxo, e vocês, no Brasil, tiveram outros. Somente para nomear - Paulo Freire. Eu gostaria que o Paulo Freire fosse o objetivo final que pudesse centralizar a educação chilena e não certas medidas que estão orientando os sistemas educacionais em todos os Países do mundo, com um olhar claramente demarcado em processos globalizadores, que estão aprofundando as diferenças, que estão tornando cada vez mais difíceis a participação e que estão fazendo com que a democracia seja somente o processo formal, em que a cada quatro ou cinco anos temos a possibilidade de votar em um partido ou outro. Obrigado.

Mestre de Cerimônias: Muito obrigado, Professor Jorge, que dá uma contribuição de fato importante, porque como todos sabemos, o Chile, ao longo desses últimos anos, particularmente no período do governo brasileiro anterior, foi sempre lembrado como uma experiência absolutamente bem-sucedida de avanços generalizados na área de educação.

A sua análise, aqui, nos coloca com um contraponto crítico, absolutamente necessário para que nós possamos entender não apenas as diferenças, e as possibilidades dessas diferenças entre os nossos Países, a nossa realidade, mas, sobretudo, aquilo que nós temos de igual, porque no nosso País, nós continuamos a repetir algo que foi plantado há alguns anos. Por exemplo, a respeito de procedimentos mágicos de avaliações standardizadas no País, como se isso pudesse estar produzindo políticas públicas, que, de fato, não conseguiram ser produzidas a partir de uma avaliação crítica a respeito das realidades particularizadas, como deveria estar acontecendo.

Muito obrigado pela sua contribuição, e passamos agora à última manifestação aqui da mesa. Exatamente do professor Enrique Roca Cobo, do Ministério da Educação e Ciência da Espanha, que terá trinta minutos. Faremos, depois da manifestação do Professor Enrique, um pequeno intervalo, e eu já pediria para aqueles que pretendem se manifestar, que preparem as suas manifestações, mesmo que venham a fazer isso verbalmente, mas que possam ajudar na sistematização para que possam já estar preparando, aqueles que queiram se manifestar ao final.

Professor Enrique, portanto, durante 30 minutos.

Professor Enrique Roca Cobo: Estabeleceu-se um quadro legal sobre como se adotam essas políticas educacionais, quais são os centros de decisões e como a sociedade participa nestas definições das políticas, por um lado, e, por outro lado, o segundo tema seria como se produz a participação na gestão, que nós denominamos de democrática, dos centros educacionais. Antes de entrar nesses detalhes, as palavras do prefeito de Recife, me lembraram uma legenda que está no pedestal dedicada a Danton, um revolucionário francês que diz: "Depois do pão a educação é o principal alimento do povo". Após o pão a educação é o principal alimento.

Os revolucionários franceses se dedicaram a isso e a constituição da escola pública na França também se dedicou a isso e tem desempenhado esse papel fundamental. O Estado, na construção, não somente da liberdade dos indivíduos, mas também na própria construção do Estado nacional. O professor chileno fez também um relato que vai nesse sentido. Como este modelo prevaleceu através de um Estado centralizado. Neste turbulento século XXI, chegamos, também de maneira turbulenta e pouco precisa, a ver esse papel da escola como elemento fundamental para construir o Estado nacional, liberal, as liberdades de educar os indivíduos livres. Também tivemos ditaduras muito mais prolongadas e quando se construiu, no nosso País a escola democrática, fundamentalmente depois da Constituição, nós nos encontramos com uma realidade muito diferenciada.

(Nossa Constituição e a evolução das instituições às quais pertencemos fundamentalmente - a União

Européia representou um processo complexo no qual o Estado nacional ia perdendo o seu papel tradicional e delegando competências particularmente no setor da educação, mas não somente educacionais para a Europa, ou seja, delegava para o Norte, para cima e também delegava aos estados ou comunidades autônomas, para esclarecer). Se alguém não conhece bem a nossa nomenclatura, o que chamamos comunidades autônomas seriam o equivalente ao que vocês chamam de Estados. Os nossos governos regionais, dezessete no total, com também uma cobertura diferente, maior na Andaluzia, com oito milhões de habitantes e os menores como La Barra, com quatrocentos ou quinhentos mil habitantes, correspondem a regiões que estão assumindo plenas competências em campos educacionais. De maneira que estamos vivendo um processo duplo, no qual o estado delega ou transfere competências para a Europa, decisões compartilhadas com a Europa para as comunidades também. Decisões compartilhadas também com as comunidades, em um salto por cima dos municípios.

A própria comunidade educacional, os municípios na Espanha não têm responsabilidades educacionais. As escolas, as comunidades autônomas e o Estado e a Europa, os municípios cedem terreno, os meios, mas não tem competências educacionais explícitas no nosso País. Nesse panorama, nesse quadro, passo a falar dos dois aspectos que eu queria trabalhar - como se decidem as políticas educacionais na Espanha. Já ontem eu estava anunciando as competências do governo central do Estado que são, fundamentalmente, os aspectos básicos, ou seja, na legislação e o desenvolvimento dessa legislação que estabelece os aspectos básicos, a estrutura do sistema, o currículo, ou seja, o plano de estudo, estabelecido pelo governo central - 65% nos critérios de avaliação e nos conteúdos e questões que estão relacionadas com a avaliação inicial dos professores com relação, por exemplo, ao horário geral das escolas e às condições gerais de trabalho dos professores. Sempre aspectos básicos do sistema, enquanto que corresponde às comunidades autônomas, ou sejam, os Estados, toda a gestão mesmo da educação. Mais que isso, se nós traduzirmos as decisões políticas em valores, aproximadamente, as comunidades autônomas gerenciam, ou empregam, ou gastam 94% do orçamento dedicado na Espanha à educação, enquanto que o governo central dedica, gerencia 5, 6 ou 7% no limite do dinheiro que se aplica em educação no País.

Evidentemente, os parlamentos regionais distribuem os créditos suficientes para que as atividades políticas possam ser levadas a cabo, ou seja, são responsabilidades compartilhadas no crédito. Mas no momento de aplicar as políticas, como eu dizia, uma vez que o governo define as condições básicas, no governo central, são os governos das comunidades autônomas que aplicam esses recursos, e como vocês sabem, as principais decisões de política educacional são, precisamente, as que se adotam quando se aprova os orçamentos dos Estados, como aqueles das autonomias. Este é o momento em que se decide quantos professores e quanto vão receber de salário, quais são os meios que são destinados às escolas, como serão distribuídos e quanto dinheiro há para novos investimentos, para reinvestimentos, para manutenção das escolas, etc. Ou seja, as decisões que anualmente são tomadas pelo parlamento espanhol e os parlamentos também regionais, assembleias regionais, com relação ao orçamento de educação, são um dos elementos fundamentais de decisão de política educacional, de planejamento de política educacional. É verdade que essa decisão vem acompanhada previamente pelas propostas que os respectivos governos fazem, que por sua vez, como eu vou explicar em seguida, discutem por meio dos órgãos correspondentes com a sociedade, mas como vêem, são os parlamentos os que tomam essas decisões orçamentárias, os governos são aqueles que tomam as decisões de política educacional.

No nosso caso, o trabalho conjunto, uma vez que se estabelecem as leis, a política educacional em conjunto dos Estados e das comunidades, é efetuada por meio de um organismo que se chama Conferência Setorial. É um órgão que existe em todas as áreas do governo - Conferência Setorial de Educação, Conferência Setorial de outras áreas do governo, que é a reunião do ministro do governo central e dos conselheiros, ou sejam os ministros ou secretários, aqui no Brasil, das comunidades autônomas. A reunião

que se chama Conferência Setorial de Educação ou Conferência de Conselheiros e os órgãos que dela dependem é a instituição que tenta coordenar. As políticas, os aspectos diferenciados e concretos das políticas que se realizam a partir do governo central e a partir dos governos autonômicos que tenham a virtude e um importante inconveniente nesse funcionamento.

Virtude porque reúne a todos os responsáveis pela educação em cada uma das comunidades, e, portanto permite tomar decisões de coordenação e colocar, em marcha, políticas como inconvenientes. Não é um órgão de decisão, é um órgão de deliberação, mas não de decisão porque, como dizia a vocês, as decisões são tomadas pelos próprios governos locais. Então, é um órgão consultivo de reflexão e de proposta. De maneira que estamos obrigados, porque assim está estabelecido pela nossa legislação, a adotar medidas conjuntas por meio da coordenação e da concertação. Se queremos que a educação na Espanha siga em uma determinada direção, o Estado, o governo, marca por meio das leis, o seu desenvolvimento, as políticas gerais, e as comunidades autônomas as aplicam, mas coordenadamente, se somos capazes de chegar a esforços de coordenação. Essas políticas tomam um rumo semelhante ou podem permitir levar a lugares parecidos.

Nesse sentido estamos trabalhando. Nesse sentido, o resultado não é negativo, os interesses das comunidades, quando se trata de política educacional no final das contas, terminam sendo compartilhados, sobretudo quando falamos de objetivos e de orientações do sistema e nesse saem muitas questões que partem das decisões que são tomadas na Europa. Preferimos confiar que sejam tomadas na Europa e não em outros lugares ocultos, como se fala no mundo globalizado, onde se tomam decisões que nos afetam a todos. No campo da educação, pelo menos creio que, livremente, hoje os vinte e cinco estados membros da União Européia tomamos algumas decisões de compromissos comuns, que chamamos de objetivos compartilhados, os objetivos europeus para 2010. E isto permitiu que a Espanha adotasse, com os outros Países em comum alguns compromissos. Com os outros Países, permitiu, por sua vez, concretizar ou estar em um processo de concretização de objetivos espanhóis que vão nessa mesma direção. Não há nenhuma comunidade que tenha manifestado uma opinião diferente de trabalhar em distinto, com sentido diferenciado, de maneira que a Conferência, seus órgãos, nestes meses justamente, estão vendo como abordamos os objetivos espanhóis no quadro desses objetivos europeus.

Falo, brevemente, que estamos trabalhando em duas ou três linhas fundamentais e há um acordo. O planejamento, neste caso, é plenamente compartilhado pelo governo central e pelas comunidades. Há um acordo em escolarizar antes e depois da educação obrigatória. Temos praticamente 100% das crianças e jovens nas escolas no final dos 15 ou 16 anos, quando termina a educação secundária obrigatória.

E isso está compartilhado por todas as comunidades - a escolarização antes e depois da educação obrigatória. Antes dos três anos estamos em uma cifra de, aproximadamente, 30% de crianças de 2 anos nas escolas. O objetivo é aumentar esse percentual, não temos uma cifra precisa. Aumentar toda a escolarização de crianças abaixo de 2 anos, no convencimento de que, sobretudo, as crianças, mais desfavorecidas necessitam dessa escolarização precoce. Nessa mesma linha, outro objetivo compartilhado com a Europa é escolarizar depois da educação básica. O objetivo é praticamente chegar a cifras próximas a 90% dos jovens. Que os jovens permaneçam, quase 90% deles, no sistema educacional após a educação básica, ou seja, entre os 16 e os 19 anos de idade. O objetivo para nosso País é conseguir que, se possível, 90% desses jovens continuem estudando, fazendo cursos acadêmicos de bacharel ou cursos profissionais que nós chamamos de nível médio. Além disso, vamos passar ao segundo grupo de objetivos, não somente escolarizar mais e melhor, mas que todos os alunos tenham melhores resultados.

Primeiro, na educação básica, o objetivo que queremos é o êxito de todos, o sucesso de todos, que todos os alunos cheguem aos objetivos da educação básica. Segundo, que 85% dos jovens na Europa cheguem à

educação secundária pós-obrigatória, o que vai ser difícil, quase impossível alcançar esse objetivo. Estamos ao redor de 65% dos jovens que conseguem superar a educação média obrigatória e nós temos que compartilhar esse objetivo - o governo e comunidades - para finalmente ter uma educação profissional. Conseguir como eu dizia ontem, o maior número de jovens que continuem os estudos profissionais e também elevar o número de jovens que continuem a estudar ciências nas universidades.

Temos uma porcentagem dos estudantes universitários que está acima da média, inclusive da União Européia. É um número satisfatório, mas também temos que conseguir, como outros Países europeus, que outros jovens continuem estudos científicos. O número é insuficiente ainda frente aos que fazem ciências sociais e humanidades. Queremos inclinar um pouco a balança, em favor da Europa na questão da ciência, dos estudos científicos, das ciências naturais.

Estamos trabalhando nesse sentido, estamos trabalhando, também coordenadamente, na tomadas de decisões entre o governo central e governos autônomos em certas políticas de melhoria do ensino para todos, políticas de coordenação de esforços, de coordenação de programas que denominamos programas de reforço, orientação e apoio, para conseguir que todos os alunos que tenham dificuldades no nosso País e estejam na comunidade, possam encontrar apoio e reforço suficiente para poder alcançar os objetivos. Programas que permitem colaborar com o governo central e as comunidades com recursos e orçamentos, programas de bolsas para fazer real a igualdade de oportunidades para todos, dentro de um projeto de gratuidade dos livros de texto. É um projeto complexo, com conseqüências importantes e são políticas desse tipo que são praticadas normalmente.

Qual a participação social nesse processo de tomada de decisões políticas? Em nosso País, a partir da Lei Orgânica da Educação em 85, criou-se o chamado conselho. São reflexos desses, os Conselhos Escolares, do Estado e autônomos. O Conselho Escolar do Estado está representado por sindicatos de professores, associações de pais e mães, os sindicatos ou associações de alunos, grêmios de alunos, os conselhos escolares das autonomias, os municípios e também representantes dos movimentos de renovação pedagógica e inclusive um bloco específico que se chama personalidades de prestígio, que propõem, em cada caso apresentado pelo parlamento, pelo governo, fazer consultas no próprio Conselho Escolar do Estado e das comunidades. O Conselho Escolar do Estado com total de 920 representantes de todas as instituições, são eleitos pelos respectivos órgãos - associações mais representativas do País e sindicatos que escolhem os seus próprios representantes, como o de professores.

Os representantes no conselho escolar têm, como primeira e fundamental missão, fazer uma revisão de todas as propostas de política educacional em forma de normas. Ou seja, o conselho escolar do Estado deve analisar, discutir e propor emendas, aos projetos de lei, aos decretos, às normas que são elaboradas pelo governo e o mesmo é feito pelos conselhos escolares das autonomias. A primeira tarefa geral na qual ocupam o tempo normalmente e, além disso, têm a missão de elaborar um informe anual sobre a situação do sistema educacional, no qual o conselho escolar faz todo tipo de considerações, todo tipo de análises sobre como está funcionando a educação. Não é uma avaliação quantitativa mas, também, qualitativa sobre o funcionamento da educação, em um âmbito de competência de cada organização de Estado. E acompanhando este informe com propostas oportunas para melhorar o funcionamento do sistema, de maneira que a decisão política, como vocês vêem, está compartilhada entre instituições européias, governos central e regional, parlamentos central e regional. Encontrou um controle consultivo por meio de um executivo social, através de um conselho escolar de Estado. Vamos ao segundo nível: as escolas. Nosso sistema de autonomias, também outorgou uma ampla autonomia para as escolas infantis, escolas primárias e secundárias sejam obrigatórias como pós-obrigatórias no nosso País, e também a universidade.

A universidade espanhola goza de ampla autonomia. O conceito de autonomia foi levado às escolas de maneira que, como escutava em alguma das intervenções aqui, a escola é essa comunidade educativa representada na escola, ou seja, o conjunto dos professores, pais e alunos, representantes locais e pessoal de administração e serviço reunidos no Conselho Escolar de Centro. É o nome que damos. É um órgão, neste caso, não consultivo, mas executivo, é um órgão que toma as decisões fundamentais que são adotadas pela escola, começando pela própria eleição dos diretores. É um órgão de peso, fundamental para a eleição do diretor da escola e a equipe de direção, que depende da decisão deste conselho escolar. Define o que chamamos projeto educacional, no qual se recolhem, sejam os aspectos de composição do currículo, os programas didáticos, as decisões pedagógicas que correspondem a cada caso, diferentes grupos de professores e os objetivos da escola. Além disso, esse conselho aprova também o que se denomina o projeto de gestão, de gerenciamento do Centro. Deve aprovar esse programa de gerenciamento dos orçamentos que são destinados a esses centros, que devem ser distribuídos, com exceção dos salários dos professores que não correspondem a esse conselho. Todos os orçamentos de organização e funcionamento ordinário do Centro deve ser decidido pelo conselho escolar. Também têm que elaborar no conselho a programação anual, na qual se recolhem todos os aspectos concretos de como se educa neste ano, como se aplicam os objetivos educativos que vêm das políticas gerais educacionais, como se leva e como se aplica. É preciso trabalho de caráter ordinário do conselho escolar. Um exemplo típico – pode-se, conforme a quantidade de pais e alunos em uma escola secundária média obrigatória, estar composto, aproximadamente por, em média, (isso varia muito em vários centros) um número igual, prioritário de professores, pais e alunos, por exemplo: 7 professores, 4 pais e 3 alunos, o diretor e o secretário que atuam com voz, mas sem voto, e um representante da municipalidade. Esse é um número médio, de maneira que um terço do peso no processo de decisões está nas mãos do professor. Um terço, aproximadamente, do peso está nas mãos do conjunto pais e alunos e o terço restante corresponde a órgãos de direção do centro e ao pessoal de serviços e à municipalidade.

Têm suas críticas e inconvenientes. Alguns dizem que há excesso de peso do pessoal, ou dizem que há pouca representatividade dos alunos, ou os pais insistem que querem mais representação e mais poder de decisão, ou então esta é uma fórmula de equilíbrio. Este conselho escolar, como eu dizia, não é o que participa da gestão. As decisões que correspondem e que devem ser adotadas pela escola são as decisões de organização de ensino e também a avaliação dos resultados que são obtidos e as medidas que devem ser tomadas que se acreditam oportunas, que se devem tomar nos exercícios sucessivos com relação a estes centros.

O diretor é eleito pela comunidade. Até a aprovação da nova lei, era eleito como consequência da lei orgânica de educação de 85, era eleito diretamente pelo conselho escolar. Ou seja, o conselho escolar elegia, por votação livre e direta, membros e diretor, que se apresentavam com um programa para a direção e propunham ao seu grupo, direção, secretário. Com a nova lei, mudou-se ligeiramente este método. Há uma forte tensão entre as posições mais conservadoras do Partido Popular, que propunha o sistema, sobretudo, de designação do diretor, nomeação por parte da direção administrativa e o lado oposto, na esquerda, uma defesa forte do modelo democrático que foi estabelecido pela lei em nosso País. Ou seja, uma eleição democrática. Na nova lei, nós adotamos um sistema que reconhece parte das virtudes da profissionalização do diretor, mas que deixa a decisão do conselho escolar na mão do conselho escolar, ou da comunidade o peso fundamental para escolha do diretor. Cria-se uma comissão para identificar os diretores da qual participam em três partes com igual peso em número de votos na decisão final: os professores do centro, o resto dos representantes da instituição e a administração educacional como terceira parte. Isto é, ou a comunidade se põe de acordo sobre o diretor que vai querer, ou professores, pais e alunos fazem um acordo sobre que tipo de diretor. Nesse caso, eles têm uma maioria clara, ou então, se eles não se põem de acordo, a organização impõe uma decisão com critérios de profissionalismo, avaliando os méritos profissionais, acadêmicos e de rendimento profissional dos candidatos e fazem uma

pontuação que se converte numa votação. Se não há acordo na comunidade, é a administração que termina por apoiar um ou outro candidato, no caso em que há um impasse. De maneira que também na eleição do diretor nós mantemos um sistema democrático, e digo, manteremos porque este tema do sistema democrático teve problemas para o seu funcionamento na Espanha. Foi contestado porque, como primeiro inconveniente, de dez ou quinze anos para cá, houve poucos candidatos. Ser diretor eleito significa uma grande responsabilidade, a compensação é ínfima e por essas razões havia poucos candidatos.

Encontramos como paradoxo que, depois dos primeiros anos de implantação da democracia na Espanha, e da conquista do funcionamento democrático nas instituições de ensino, nos encontramos com o fato de que ninguém queria cumprir o papel de direção que era difícil e complexo. O diretor sempre tem menos poder do que necessita no meio caminho, entre a administração e a comunidade. Então, não havia candidatos suficientes e, em muitos casos, os candidatos muitas vezes não reuniam os requisitos indispensáveis de capacitação, de profissionalismo, especialização. No final adotou-se esse modelo de direção democrática, porque a responsabilidade fundamental da decisão da eleição, corresponde à comunidade educacional, mas ao mesmo tempo garantindo o profissionalismo.

Vou terminar, portanto, dizendo, que acreditamos que o nosso sistema garante uma importante participação, seja na tomada de decisões das políticas educacionais, seja na organização dos próprios centros educacionais. Mas temos desafios também. Vou citar esses desafios. Temos um desafio importante que é um problema de que a participação das famílias é possível, mas é pouco exercida e mal exercida. Temos que comprometer e envolver as famílias na gestão, e esse é um desafio importantíssimo para o nosso País. Os pais se desentendem em muitas ocasiões e, curiosamente, quanto mais necessidades educacionais tem a criança, há uma espécie de aumento das obrigações familiares, os pais vão pouco às instituições quando são chamados, e as vezes não são chamados.

Temos que conseguir que os nossos alunos queiram estudar. Eles podem estudar. Hoje têm meios, têm as políticas educacionais adequadas, mas encontramos um número muito alto de jovens que não estão interessados em estudar. Um nível muito alto, 20% dos jovens gostariam de deixar a escola aos 13 anos. Não estão confortáveis nesse sistema. Temos que convencer aos jovens de que a principal riqueza, e além disso o principal prazer e gozo, que podem ter na vida, é desfrutar do estudo, da educação, da cultura. Temos que conseguir que nossos professores estejam satisfeitos, exigimos muito dos professores, paga-se relativamente bem, mas é pouco para o esforço que é exigido, que é enorme, e se gratifica pouco socialmente.

O professor não está satisfeito no nosso sistema educacional. Temos que conseguir que o conjunto da sociedade assuma, ela mesmo, essa prática, essa máxima de que a educação é fundamental. Todos os políticos, se me perdoem, eu também me incluo nisso, dizemos que é fundamental, todos os políticos quando querem alocar recursos colocam obstáculos a gastar dinheiro suficiente, no esforço suficiente. E, finalmente, creio que a nossa obrigação como responsáveis - nós que temos responsabilidade por sistemas educacionais - creio que todos nós, pais, professores, responsáveis, gerentes, administradores das instituições, das escolas, responsáveis pelas autonomias dos estados, do governo central, todos temos obrigação de ser humildes, para acertar, para fazer funcionar aquilo que não funciona bem, ter a decisão de mudar aquilo que se pode mudar e talvez tomemos a medida certa para conseguir esses objetivos. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Muito obrigado, Professor Enrique Roca. Eu gostaria também de prestar aqui uma informação. O Prefeito João Paulo teve que se retirar porque ele é coordenador da Frente Nacional de Prefeitos. Aliás, há uma grande concentração de prefeitos nesses dias aqui em Brasília, e eles estão exatamente discutindo questões neste instante, tanto ligadas à questão do FUNDEB e FUNDEF, quanto às

questões relacionadas à desoneração tributária da área de transporte coletivo. Então, ele foi chamado com urgência para participar dessa reunião, e por isso agradece e pede desculpas por se retirar.

Nós, neste instante, temos uma programação de fazer um intervalo, mas como estamos nos aproximando do horário previsto até para o término da nossa reunião, previsto para meio dia, eu consulto aos participantes se podemos dar início imediatamente à parte destinada a perguntas e respostas dos integrantes da mesa.

Eu faço a indagação, se preferem dar continuidade e encerrarmos por volta do meio dia, como estava planejado, ou se fazemos um intervalo de dez minutos. Aqueles que pretendem continuar, para que encerremos por volta de meio dia, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O método para que possamos fazer isso. As perguntas podem ser encaminhadas por escrito aos integrantes da mesa ou podem ser feitas inscrições através do seu crachá, para que eu possa ler os nomes e indo pela ordem de inscrição aqui pela mesa.

Algumas pessoas estão saindo. Mas não faremos intervalo. Vamos terminar ao meio dia.

Peço para aqueles que estão inscritos e queiram dirigir perguntas, temos as nossas assistentes, que têm o microfone sem fio. Pedindo concisão na manifestação de cada um, passo a palavra a Maria Luiza Alécio, que é de Recife, Pernambuco. Maria Luiza eu peço que você nomine o destinatário da sua questão.

Maria Luiza Alécio: Eu gostaria de, sobretudo, me dirigir a Pavez, porque me emocionou muito o seu depoimento, a coragem de vir aqui e dizer do problema concreto que está vivendo o seu País. Acho que para nós tem um papel muito importante, porque nós conseguimos segurar muita coisa durante a ditadura militar desse período, mas muita coisa se encaminhava para essa linha, e nós ainda temos, nas nossas leis, o resultado disso. Quer dizer, a gente tenta impedir na prática. Acho que nós temos esse exemplo, quem trabalhou como a gente trabalhou, na elaboração da LDB, que foi aprovada na Câmara e diante de um projeto foi derrubada no Senado, onde incluiu lá dentro a possibilidade das duas humanidades que se coloca ali.

A gente viu isso no Plano Nacional de Educação, que a gente elaborou com mais de um milhão de assinaturas para o Congresso e que depois foi aprovado o Plano Nacional de Educação com todos os limites. Então, o germe disso está na nossa legislação e cabe a nós tentarmos ver o que é que a gente perdeu naqueles momentos, para retomar. Porque o projeto se tivesse continuado (graças a Deus faz três anos que a gente conseguiu segurar um pouco) era desse Plano, porque os estados onde isso está ainda liberado (como a gente vive em alguns estados) esse projeto de privatização da educação está sendo ainda implantado, porque é norma do Banco Mundial.

Eu queria saber qual é a estratégia que vocês estão pensando, já que precisa haver e se existe essa vontade da Presidente Bachellet de reverter isso. E como isso reverteu também na Universidade?

Estou colocando isso como provocação por conta da Universidade, porque acho que uma provocação que o Monlevade colocou me bateu muito. É a história que ele falou do sorteio. Eu acho que primeiro tem que se discutir o que é que a gente quer como projeto de Universidade, com conhecimento e garantia de autonomia diante de um mundo globalizado. Não é simplesmente a democratização do acesso. É significar o que é que sai da Universidade para a sociedade brasileira como um todo.

Gostaria só de dizer que estou à disposição se houver alguma dúvida com relação a alguma coisa. O Prefeito me pediu que dissesse isso também, o que colocou em termos de gestão democrática.

Mestre de Cerimônias: Obrigado à Professora Maria Luiza. Talvez possamos encaminhar de forma que as perguntas sejam feitas e depois as respostas serão encaminhadas no seu conjunto.

Na seqüência da inscrição, Adauto da Silva.

Adauto da Silva: Bom dia, a minha pergunta vai para o Enrique, da Espanha. É sobre conselho escolar.

O conselho escolar, ele representa realmente, na Espanha, os segmentos? Porque vejo que no Brasil (eu sou do Paraná) e o conselheiro lá, que representa os professores, representa os funcionários, representa os alunos, representa os pedagogos. Ele nunca tem oportunidade de discutir primeiro com a base para participar da reunião. Ele simplesmente representa aquilo que ele entende que é importante, e muitas vezes ele representa ele mesmo.

E em cima disso, para a gente não se estender muito, eu gostaria de convidá-los para depois passar ali na sala. Tem uma exposição da experiência que nós tivemos em nossa escola lá no Paraná, Colégio Independência. Para resolver esses problemas, onde as reuniões de Conselho escolar não são feitas só pelo Conselho escolar. É feito por quatrocentos, quinhentos, oitocentos, mil pais. É chamado todo mundo, o Conselho se reúne, a comunidade tem direito a voz e a voto, e o conselho só assina embaixo do que a comunidade decidiu. Foi a única solução que encontramos para que realmente o Conselho seja significativo e realmente represente aquilo que a comunidade busca dentro da escola. Uma escola de periferia, uma escola de pessoas pobres, onde muitas vezes o Conselho escolar é composto por pais que têm melhores condições e os interesses são diferentes.

Eu só gostaria de fazer a pergunta, se realmente representa toda a comunidade escolar? Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Obrigado, na seqüência de inscrição, Xavier Carvalho de Sousa Neto.

Xavier Carvalho de Sousa Neto: Bom dia, gente. A minha pergunta a princípio seria para o Prefeito, mas ele está ausente. Mas eu vou readaptá-la e poderia ser respondida também por qualquer um dos senhores da mesa.

A pergunta vai no seguinte sentido. Tendo-se como base que todo País, toda nação, tem um órgão centralizador de políticas educacionais. O órgão central, não sei se dentro do mesmo formalismo que temos no Brasil, já que são do estado federalizado, mas deve ter um órgão na mesma linha do Ministério da Educação que fomenta as políticas nacionais da educação, estaduais e municipais.

A gente fala aqui neste Seminário Internacional bastante sobre a questão da democratização, sobre a questão de como criar políticas de forma democrática nas escolas, nos estados, no município, e desde ontem eu estou observando um pouco algumas falas, eu sou funcionário do Ministério da Educação, recém concursado, inclusive queria destacar que dentro desta Secretaria, me parece um evento dessa natureza, parece ser algo como, não sei se uma exceção, mas talvez algo no sentido de ser algo um pouco diferente do que a gente vive hoje, dentro do Ministério da Educação.

Nós temos um quadro de funcionários praticamente todo terceirizado. Cerca de 90% do nosso quadro de profissionais vem de outros órgãos, de outras empresas. Os funcionários concursados, os especialistas, sobretudo os de cargos efetivos são colocados em segundo plano, e às vezes nós recebemos um telefonema de alguns municípios, onde as pessoas reclamam dessa falta de democracia que existe nos municípios, nas escolas rurais. De repente, embora a gente não manifeste isso por uma questão de ética (e aqui eu acho que é o fórum ideal para a gente falar um pouco disso) por uma questão de ética a gente não diz, mas a gente vive isso em Brasília, dentro do Ministério da Educação, onde nós somos tratados, eu digo

nós concursados, sobretudo, como cidadãos de segunda classe, como pessoas mal vistas dentro do Ministério. Toda vez que a gente quer trabalhar, na verdade a nossa briga maior é por trabalho.

Eu venho há quatorze anos de uma empresa privada, estou há quase três meses lá no Ministério da Educação, e o fato de estar querendo trabalhar, não sei como estão me vendo, mas só agora que eu estou conseguindo um canal de negociação para que eu possa mostrar o meu trabalho, para que eu possa trabalhar. Eu tomei posse no dia vinte de janeiro e até hoje eu não exercitei nenhuma das minhas funções estabelecidas em edital. Estou me sentindo uma pessoa inútil. Agora, eu repito, está sendo aberto um canal, mas para eu conseguir isso, eu tive que brigar, tive que ser uma pessoa chata, tive que ser uma pessoa nojenta como alguns chamam, pessoas que querem somente tumultuar o Ministério da Educação. Não é só isso.

Eu estou agora representando, aqui, talvez a fala de dezenas, centenas, de colegas meus que gostariam de ter esta oportunidade de falar.

Resumindo a pergunta, como pensar em democratizar os conselhos, as escolas, os municípios, os estados, como fomentar a educação de qualidade se nós, (não quero nem entrar na questão salarial, que também é uma coisa aberrante). Eu quero tratar só dessa questão da democracia dentro do órgão que é o maior gestor de diretrizes, de toda essa questão que todos nós conhecemos. Parece-me, só resumindo, que há democracia como o Prefeito colocou, a gente vive um grande problema.

Democratizar a democracia é muito complexo. A gente vive discutindo o tempo inteiro essa questão da teoria democrática, mas a prática democrática de fato não tem. Eu acho que política de educação precisa ser uma política de Estado, para, se houver troca de governo, e quando trocar, que a educação não sofra com isso. É mais um desabafo que uma pergunta. Então, como isso é tratado? A questão dos funcionários no órgão maior, no órgão gestor de políticas nacionais.

Mestre de Cerimônias: Eu gostaria de saber se tem mais alguém que queira fazer o uso da palavra.

Não havendo, passaria para o professor Jorge o primeiro questionado, pela professora Maria Luiza. Na sequência, para o professor Enrique e, depois, uma consideração a respeito da manifestação do Xavier.

Professor Jorge Pavez Urrutia: Xavier, a professora propõe duas questões. Uma que o panorama que nós estamos vivendo em geral no nosso País, pode significar também uma forte flexibilidade nas políticas educacionais brasileiras, isso por um lado, e por outro, que expectativa de mudança real, o que a nossa presidente representa em termos de expectativas reais.

Inicialmente devemos dizer que, em geral, os chilenos e, particularmente, os trabalhadores e os funcionários de magistério, criamos enormes expectativas quando o Lula chegou ao governo. Para nós parecia na verdade uma lua de esperança no sentido de que poderiam ser feitas políticas não somente de ordem educacional, mas nos modelos que atualmente estão sendo implementados no âmbito mundial.

Nós estamos absolutamente convencidos de que o atual modelo globalizador torna muito difícil a realização das nossas expectativas, quando elegemos nossos governantes. Por outro lado, também esperamos uma vontade política real que impulsione tudo isso que foi prometido ou pelo que havia de esperança. No caso chileno, apesar de que também existiu uma ditadura no Brasil e na Espanha, a saída desses países para um modelo democrático aconteceu de forma totalmente diferente do modelo chileno. O modelo chileno, o modelo Pinochet, digamos, permite uma competição dentro do próprio modelo que ele implementou. Portanto, depois de ser eleito, o outro governante para uma coalisão de governo, um governo, de quatro anos, ele continuou como Comandante Chefe do Exército. Ou seja, se La Moneda está aqui, o edifício das Forças Armadas está bem em frente. É simplesmente assim: ele saiu do prédio do

Exército para o prédio da Presidência e de um lado para o outro. Desta forma ele era uma espécie de senador vitalício. Se não tivesse sido assim, porque ele circunstancialmente foi preso na Inglaterra por um ano, provavelmente a imagem pública histórica com a qual ele pretendia ficar na história do Chile, ele poderia ser considerado como uma figura que havia ordenado a história política do Chile. Claro, havíamos tido uma violação dos direitos humanos, mas isso não era o maior dos problemas. Além disso, sua honra, seu caráter - era duvidoso e havíamos descoberto várias contas no exterior no seu nome. Enfim, era uma situação que fica completamente fora da importância do debate nacional, do debate político.

A coalisão de governo, neste momento, é governada por uma mulher, uma socialista que tem um passado claramente de esquerda. Seu pai foi um aviador, um colaborador direto do presidente Allende. Morreu na prisão. A própria presidente foi presa, foi torturada juntamente com sua mãe, exilada. E voltou, e ela continua se sentindo socialista, mas agora em um mundo diferente, no qual nós vivemos nos dias de hoje. O que ela está colocando como possibilidade de mudanças reais? Em primeiro lugar, colocou a necessidade de modificar o sistema de previdência do Chile. Ela propôs o sistema de privatização. Hoje, no Chile, nós temos um sistema chamado de AFP, um sistema que permite um grande lucro somente para os donos das empresas e as pensões são muito baixas. Essa medida é importante porque está gerando um processo de discussão, de mobilização e a idéia de que existam maiores possibilidades e mudanças mais consistentes. Por outro lado, está propondo uma mudança na política binomial e justa e quer permitir, de forma mais paritária, outra possibilidade de poder. A direita e a concertação foram dois grupos que dividiram o poder nesses quatro anos.

Pela primeira vez, nas últimas eleições, a concertação tem a maioria nas duas câmaras. Portanto, se existisse vontade política de gerar mudanças importantes em diferentes matérias, principalmente se não precisarem de um quorum qualificado. No Chile, precisamos de um quorum maior e, portanto, no Senado e na Câmara, é requerido respaldo dos legisladores de direito.

A lei orgânica constitucional também requer um quorum qualificado e supõe, é claro, o apoio de parlamentares da direita. Eu acredito que o mais importante que temos atualmente é a abertura dessa discussão com relação à questão educacional, o que permitiria, pela primeira vez, espaços de mobilização popular que, não haviam acontecido até então, suficientemente. Não sou da concertação. No entanto, tenho respeito muito grande pela atual presidente. Acredito que apesar de que ela demarca sua presidência num estilo de governo (não devemos ter esperanças muito grandes) acho que, pelo menos, significa uma diferença com relação aos anteriores governos. Acho que isso é muito importante, e tenho esperanças de que dentro de uma coalisão de governo, onde existem setores do próprio governo que pensam como a direita, ou seja, que pensam que o melhor é privatizar absolutamente todo o sistema, e outro que propõe que a educação pública deve ser resgatada, evidentemente processos de mobilização, magistério, outros setores fazendo com que as mudanças aconteçam em uma direção mais democratizadora, mais no sentido de mudanças profundas, acreditamos então que está acontecendo pela primeira vez de um modo muito mais claro.

Mestre de Cerimônias: Obrigado. Passo a palavra então para que o Professor Enrique possa fazer suas considerações.

Professor Enrique Roca Cobo: Com respeito à pergunta sobre representantes dos diferentes setores do Conselho escolar, se eles representam realmente a base, eu creio que os professores são eleitos com pleno conhecimento e participação do conjunto dos professores. A vida entre eles é cotidiana e intensa e eles conhecem muito bem as eleições que são feitas a cada dois anos. Permite-se que os professores elejam os representantes mais adequados, que se renovam a cada dois anos.

Eu professorado em geral responde muito bem ao conjunto da classe, apesar de que, é verdade, quando há menor participação, quando há muitas tendências, uma conservadora e outra progressista, há problemas, como com as guerras cotidianas nos âmbitos profissionais. Insisto, porém, que há uma boa representação e também poderia dizer isso mesmo com relação aos alunos, apesar de as dificuldades serem diferentes. Possivelmente, é muito mais importante a participação do aluno na aprendizagem de uma escola democrática, de uma vida democrática. Creio que é importante porque os alunos se reúnem nas próprias aulas, elegem os delegados, fazem jogos de participação democrática. E isso se vê na televisão também. Creio que os alunos estão representados nas escolas secundárias e nos cursos de formação profissional, há uma eleição bastante livre e nem sempre muito comprometida. Há uma tendência generalizada de nossos alunos no sentido de reduzir o interesse pelas questões públicas aumentando o interesse por questões pessoais ou grupos reduzidos, mas, creio, que eles estão representados. Também o pessoal da administração está representado. No caso dos pais, a participação dos pais é muito baixa, é particularmente baixa em geral, todas as generalizações são falsas, inclusive essa. Pode-se afirmar, no entanto, que os pais em nosso País participam pouco. De maneira que os seus representantes são os pais mais comprometidos com a escola. Estamos falando de participações que são de dez ou vinte por cento, na maior parte dos casos. Na escola primária a participação é maior. Há muitos pais que não se interessam muito por estes processos de participação e, portanto, seus representantes são os representantes que se aproximam da escola naturalmente. Esta é a realidade do nosso País. Muito obrigado, professor Ladislau. Esse era o nosso comentário final.

Mestre de Cerimônias: Muito obrigado. O Professor Ladislau vai fazer um comentário, também final.

Professor Ladislau Dowbor: Deixa-me mencionar rapidamente, quer dizer, na linha econômica, o que está acontecendo é o seguinte: o conhecimento está se tornando um fator de desenvolvimento absolutamente fundamental, ou seja, tem um grande valor econômico.

Qual a principal guerra política que existe hoje no planeta? Nos séculos passados era sobre quem controlava os meios de produção, as máquinas, a socialização dos meios de produção. Hoje é sobre quem controla o conhecimento. Eu queria dizer que, hoje, vai muito além do problema da privatização. Temos grandes universidades brasileiras que estão sendo compradas por grupos internacionais. São universidades cotadas em bolsa. A principal briga mundial hoje é o chamado TRIPs, na Organização Mundial de Comércio, sobre o direito de controle dos bens intelectuais, transformando a educação (como as coisas estão acontecendo) em "commodity", em bem comercial. Significa, por exemplo, que o País não vai poder escolher os livros que quer na escola, ou coisas do gênero, porque se tem de entrar na concorrência internacional, nesse processo.

Em uma Universidade americana um professor está sendo processado porque tirou xerox do artigo que ele escreveu para seus alunos. Ele não podia, porque a revista da Universidade foi privatizada. Ele poderia dizer aos alunos: comprem a revista, mas não ele tirar a xerox do próprio artigo que ele escreveu.

Eu queria levantar esse ponto, porque nós não estamos em uma situação neutra, entre as diversas colocações, que vão desde a dinâmica política interna da educação até o que é levantado da Espanha. Dessa extensão da escola cada vez mais, portanto, evitando que o jovem pressione o mercado de trabalho. Na realidade, estamos espichando e adiando o problema. Nós não podemos mais ter educadores que só olham para a escola. Quando a gente fala que o professor e o conhecimento estão no olho do furacão, é porque realmente aqui está se dando o grande embate deste século. Quem vai controlar o conhecimento, quem vai ter acesso à educação. É um, digamos, pano de fundo dos debates que a gente está travando na área da economia.

Mestre de Cerimônias: Obrigado ao Professor Ladislau Dowbor. Eu gostaria de fazer uma indagação se tem mais alguém que queira fazer alguma manifestação.

Não havendo, e dentro deste nosso painel de Políticas Públicas e Planejamento Participativo, quero fazer apenas uma consideração final. Como vimos, eu não vou nem pretender sintetizar a rica manifestação de cada um dos integrantes da mesa, mas dos vários momentos e da importância do processo de planejamento. Que sejam planejamentos fundados em bases democráticas, em bases participativas.

Todos nós sabemos que a educação não é e nem pode ser entendida apenas por um meio, mas ela é o próprio fim de uma sociedade democrática. E da mesma maneira que a democracia também não é apenas um meio de se chegar a alguma coisa, ela também é um valor maior da nossa sociedade. Portanto, a democracia e as suas práticas, entre elas a questão da participação são, no fundo, uma possibilidade extremamente rica para construirmos uma nova cultura, um novo compêndio de valores que sejam abraçados pelo conjunto da nossa sociedade, das comunidades, e que, de fato, possam gerar transformações profundas.

Pessoalmente, acredito muito no planejamento, sobretudo de políticas de longo prazo como são as políticas educacionais que, necessariamente, extrapolam os limites e os marcos temporais de um governo e, até, do processo de formulação e implementação de políticas públicas, dentro do marco de certa governança estabelecida pelo processo democrático de votações, de eleições, e de mandatos eletivos, quer sejam mandatos de prefeitos ou presidentes da República. A educação depende sempre de um tempo muito maior e, portanto, a ferramenta do planejamento é fundada exatamente naquilo que foi colocado aqui hoje por vários painelistas. Ela é uma possibilidade efetiva de que a sociedade tenha um projeto de País, de sua explicitação no projeto educacional. E esse projeto depende de uma visão clara a respeito da nossa realidade, dos meios que temos para que essa realidade possa ser sobrepujada e possa evoluir e os problemas possam ser vencidos. Que signifique para nós a construção permanente de uma pauta de luta política. Isso, é fundamental que se diga, não significa pensar nem o planejamento, nem a educação, e muito menos a sociedade, como se ela pudesse apenas ser fruto de uma boa técnica de planificação. Que pudéssemos, então, todo mundo certi.ho, colocar aqueles planos e aquelas nossas idéias em prática. Verificamos isso com clareza. Em todo processo de planejamento há conflito. Esse conflito surge exatamente das bases profundamente desiguais, sobre as quais costumam ser construídos o nosso País, e a sociedade.

Então, esse processo político do planejamento tem que ser visto. É um processo de luta de poder, luta de projetos, e ele é concretamente uma forma de nos envolvermos. Sobretudo setores populares que dependem de uma educação pública de boa qualidade para todos, e que, portanto, devem ser sempre trazidos na sua função de protagonista maior da construção das suas próprias possibilidades e do exercício pleno da cidadania.

As observações apresentadas foram muito boas. Abriam várias luzes e perspectivas. Agradeço imensamente aos integrantes da mesa, a todos, sobretudo aos nossos convidados internacionais, desejando a todos um bom período de almoço e lembrando que, logo agora à tarde, às quatorze horas, temos um encontro aqui marcado, a respeito da Educação Brasileira e Gestão Democrática do Sistema de Ensino.

Muito obrigado pela presença de todos, e até já.

PAINEL

Organização da Educação Brasileira e Gestão Democrática nos Sistemas de Ensino.

26 de Abril de 2006 (quarta-feira)

EXPOSIÇÕES DA TARDE

Mestre de Cerimônias: Boa tarde. Vamos dar início ao nosso painel, Organização da Gestão Brasileira e Gestão Democrática no Sistema de Ensino. Com seis expositores, seis painelistas.

Eu gostaria de chamar o Professor Jamil Cury para compor a mesa, a professora Alaídess Alves Mendieta, Presidente do Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, Professora Maria Auxiliadora Seabra Resende, Vice-Presidente do CONSED, Professor Evandro da Costa Sales, Professora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Presidenta da UNDIME, Professor Paulo Eduardo dos Santos, Presidente da UNCME.

Foi combinado assim: vinte e cinco minutos de exposição para cada painalista. Posteriormente a gente faz um intervalo de acordo com a programação.

Acredito que as apresentações dos painelistas são dispensáveis porque já são bem conhecidos e acho que é desnecessária essa apresentação para que possamos aproveitar mais o tempo do debate.

Vamos começar com o Professor Jamil Cury, que é um nosso grande parceiro no Pró-Conselho, um programa dos Conselheiros Municipais de Educação. Um grande amigo, um grande companheiro, uma pessoa que admiro bastante, um grande profissional, temos muito a aprender com ele.

Professor Jamil Cury: Muito boa tarde, prezados e prezadas participantes, deste Seminário Internacional de Gestão Democrática da Educação, com suas pedagogias participativas.

Quero, primeiramente, saudar o Professor Arlindo, a Lêda, e tantas outras pessoas. Certamente a minha equipe se empenhou muito para que este Seminário Internacional viesse à luz, e com o maior sucesso, contando com a experiência de vários Países da América Latina e da Europa.

É muito oportuno o acontecer deste Seminário em um momento em que a sociedade brasileira, por meio de suas organizações interessadas, se empenha no sentido da aprovação do FUNDEB, o Fundo que poderá nos ajudar a melhorar o padrão de qualidade das nossas escolas.

Todos hoje amanhecemos com as manchetes dos jornais dizendo da situação do Brasil em relação à educação. Sobretudo nos quatro primeiros anos, situação de altíssima repetência. Manchete de primeira página em praticamente todos os jornais do Brasil, no Correio Braziliense em letras garrafais, a situação de extrema dificuldade dos professores das redes de ensino, de maneira que é muito oportuno pensarmos o tema desta tarde - o da organização da educação brasileira e a gestão democrática nos sistemas de ensino, no momento em que toda a nossa sociedade parece despertar para a efetiva importância da educação escolar brasileira, e a participação da sociedade civil no aperfeiçoamento desta mesma educação.

Eu queria, finalmente, saudar os meus colegas aqui da mesa, Professora Alaídess, colega, companheira, amiga, os conselhos, Professor Paulo, Professor Ivandro, e que são também parceiros, nessa busca via organização da educação brasileira e de uma educação com maior qualidade.

Pois bem, como este Seminário tem um tom internacional, gostaria de principiar, com uma afirmação que,

para todos nós, é sabida e consabida. Entretanto, cumpre, sobretudo dentro do quadro de um Seminário internacional, repetir o que já é quase que um aforismo.

O Brasil é uma República federativa, a organização da educação nacional, é federativa. Não é uma organização unitária, centralizada, como seria o caso, por exemplo, da França, ou do Uruguai. Também não chega a ser uma organização federativa nos moldes bastante autonomistas, como ocorre com os Estados Unidos da América.

Então, a nossa organização federativa, o regime federativo, contém, ao mesmo tempo, uma concentração de poderes. De um lado, temos poderes concentrados na União, e, nesse sentido, tem-se para todos os sistemas, orientação, diretrizes de caráter nacional e os estados, os municípios e o Distrito Federal, têm poderes próprios autônomos, e que podem dar uma dimensão própria, mais ou menos adequada e adequável às suas situações regionais, às suas situações locais. Então, é um pouco difícil para um europeu entender que também a nossa organização da educação nacional, é federativa. O nosso País se nutre, na sua organização, desta composição, entre certo grau de concentração de poderes na União e certo grau de dispersão de poderes nos estados, municípios e no Distrito Federal, o que lhes dá uma margem de autonomia para desenvolver, ao seu modo, determinadas características, aclimatadas à situação social, à situação regional daquele município, daquele estado. Este é um ponto muito interessante. É verdade que o Brasil tem um federalismo político e jurídico. Político porque nós somos divididos em estados e municípios, como entes federativos junto com a União e o Distrito Federal. Jurídico porque nossa Constituição foi das mais avançadas na forma de desenhar a República Federativa do Brasil. Ao invés de optar por aquilo que geralmente a gente chama de federalismo centrífugo, isto é, um federalismo que beira a quase soberania dos estados e das regiões. Lembro, por exemplo, que esse Seminário tem a co-participação da Espanha, e a Espanha tem, em algumas das suas regiões, um sentido autonomista muito mais forte do que a autonomia dos nossos estados. Por exemplo, a região da Catalunha ou a região basca, ou mesmo a região galega, há um forte tom quase que de desejo de uma autonomia, a mais ampla possível. Neste sentido seria um federalismo centrífugo, que foge do centro.

Os Estados Unidos da América em seus estados, tem um pouco essa dinâmica. Os estados lá têm mais autonomia do que os estados aqui no Brasil. Mas também não é um federalismo centrípeto, em que tudo está concentrado na União, no sentido de que tudo gira em torno da União, como foi o caso, por exemplo, do Brasil durante todo o Império, que era monarquia. Era um País absolutamente centralizado, menos na educação. A educação, desde o Ato Adicional de 1834 foi descentralizada para as províncias, e com escasso poder do que eu vou falar em seguida, que é o federalismo fiscal. O Brasil, na sua composição jurídico-política, optou pelo chamado federalismo cooperativo, ou para ficarmos no tom do nosso Painel, um federalismo participativo. Mas, intervém aqui um outro olhar para vermos a questão da organização da educação nacional. Como é que esse tipo de organização vai ter um impacto sobre a gestão democrática nos nossos sistemas de ensino?

Se de 1824 a 1834 nós tivemos um regime centralizado; diga-se de passagem, a lei de 1827 era a primeira lei geral de educação no Brasil. Ela é do dia quinze de outubro, por isso o dia do professor é dia quinze de outubro. Ela previa, desde a Constituição de 24, que teriam acesso à educação apenas os cidadãos. Neste sentido estavam declaradamente fora ou subrepticamente fora os escravos; por razões de um sistema patriarcal, boa parte das mulheres. Além disso, a lei falava que haveria a oferta da instrução primária apenas nas vilas populosas. Isso significa que as zonas rurais estavam descartadas. O nosso sistema, então, nasceu sob um signo, muito mais de uma seletividade oligárquica, do que sob o signo de uma abertura democrática. Era o ponto de vista do acesso físico, que nós chamamos hoje de Censo, matrícula, presença, acesso. Esse não-acesso não era somente um não-acesso físico, era um acesso oligárquico, em que o outro

era considerado, como se dizia oficialmente, uma peça semovente, um escravo, uma peça. Como essa invasão de privacidade, ou esse corpo, é uma peça semovente, que se move por si, como se fosse uma engrenagem de uma máquina. Essa vertente patriarcalista, que via a mulher simplesmente como alguém que deveria ficar absolutamente confinada no âmbito doméstico, e de um doméstico deprimido, e não de um doméstico como hoje nós consideramos. De maneira que esse signo se confunde e se articula com linhas políticas oligárquicas seletivas. Isto fez com que, por várias razões, as nossas populações tivessem uma cultura de pouco apetite em relação à participação na gestão escolar. Qualquer um de nós, pai, mãe e que participa minimamente das escolas, vê que se chama para uma reunião, vêm 3, 4 pessoas. Não é simplesmente tomar o ano de 2006, dia 24, 25 de abril e dizer: olha não é isso. Isso tem uma longa história, em que esta convocação foi impedida por mil razões. Seja por uma profunda questão de desigualdade, seja por uma razão de discriminação étnica ou outras razões discriminatórias. Então, a gestão democrática, à duras penas colocada na Constituição de 88, ainda é uma promessa de efetivação, e certamente em um auditório como este e em muitos outros auditórios, representa uma vontade de construir o aperfeiçoamento da educação escolar com a participação da cidadania.

Por mais que a população tenha consciência da importância da educação escolar para uma inserção cidadã dos nossos filhos, das nossas filhas, nos destinos do nosso País, isso não tem tido a contrapartida de uma abertura, quer nos conselhos escolares, quer na construção de um sistema municipal de educação, num sistema estadual de educação que conte com a participação da sociedade civil, no sentido de aperfeiçoá-la. Isto gerou na história da produção do nosso País, o que um autor chama, em oposição à cidadania, um sentido de estadania. Ou seja, esperar que o Estado faça a parte dele. Nem sempre faz. E ao mesmo tempo cubra o que deveria ser da sociedade civil. Não cobre. Fica uma lacuna sempre preenchida por um sistema de raízes oligárquicas seletivas.

O desenvolvimento da cidadania no Brasil pede para que haja um peso e contrapeso entre estadania e cidadania, em que estadania certamente é aquilo que nós esperamos do Estado. Se construirmos sistemas de ensino, sistemas de educação nos estados e nos municípios, devemos cumprir nosso dever, enquanto representante do dever de Estado, em oferecer educação de qualidade. Por outro lado, ainda somos precários. Não é que não existam iniciativas, mas quando nós falamos do sistema, nós falamos do conjunto. Isso não significa que não haja iniciativa, elas existem e são exitosas, promissoras, etc., mas não é do conjunto, ou seja, a estadania não tem ainda um equilíbrio com estes lampejos, com estes indicadores da cidadania presente na construção dos sistemas educacionais. Eu acho que a organização da educação brasileira, em face da gestão democrática dos sistemas de ensino, tem que voltar-se para essa realidade, que é uma realidade jurídico-política da organização brasileira, enquanto sistema federativo, mas incompleto. O FUNDEB não foi ainda aprovado, não está nem em vigência e nem em vigor. Esperamos uma complementação. Conseguir levar adiante tantas responsabilidades, como diz o artigo 205 da nossa Constituição, do dever do Estado, quando assumirmos a busca de uma gestão democrática que está posta no direito do cidadão. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Antes de passarmos para o próximo painelistas, eu gostaria de convidá-los a saudar a Professora Justina e a Professora Maria Auxiliadora Seabra, representantes da UNDIME e do CONSED, e fazer uma observação. Estávamos até o momento com a mesa maciça de homens até a parte da manhã. Quero só fazer um comentário em relação à saudação, porque é importante quando a gente saúda, quando a gente bate palmas, a gente aproxima as mãos do coração.

Passando a palavra agora para a Professora Alaídess Alves Mendieta, que é Presidenta do Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação.

Presidenta do Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, Professora Alaídes Alves Mendieta:

Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar esta mesa, pedindo licença a todos para cumprimentar a pessoa do nosso querido mestre, professor Cury, que além de amigo tem sido realmente o nosso guru, principalmente no que diz respeito a conselhos. Quero cumprimentar o Professor Arlindo, o Professor Francisco das Chagas e toda a sua equipe, também aqui na pessoa de Lêda, essa grande Lêda que correu o tempo todo com a equipe para, evidentemente com o grupo todo unido, dar conta de organizar e fazer acontecer este brilhante Seminário.

Diante da amplitude do tema, deste painel, em função da crescente complexidade do funcionamento do sistema educacional brasileiro, não pretendo tratar de questões históricas ou conceituais com profundidade. Porém, considero de fundamental importância fazer uma breve retrospectiva para fundamentar algumas reflexões acerca do ensino, da organização da educação brasileira e o processo de gestão democrática dos sistemas de ensino, focando os conselhos estaduais de educação como órgãos integrantes dos sistemas estaduais de ensino.

Vou tentar traçar uma breve linha do tempo, na tentativa de evidenciar alguns fatos históricos que determinaram a organização da educação brasileira em diferentes momentos, a partir de 1934 até a gestão democrática que pretendemos nos sistemas de ensino dos dias de hoje. Nós traçamos aqui, de 1934, com a Constituição federal de 34, em 1961 com a Lei 4.024, em 1971 com a Lei 5692, em 1996 com a LDB, Lei nº. 9394, até 2006, o momento atual, século XXI.

Em 1934, o Brasil com a Constituição Federal de 34, define a competência da União em relação aos territórios e ao Distrito Federal, determinando organizar e manter os sistemas educativos. Esses sistemas, porém, não são instituídos imediatamente, considerando a centralização do poder e o próprio momento político.

Em 1961 entra em vigor a LDB, Lei nº. 4.024, que define a competência da União em relação aos territórios, aos estados e Distrito Federal. A partir de 62, então, foram criados os Conselhos Estaduais de Educação com caráter de órgãos normativos, consultivos e deliberativos, tendo como competência, estabelecer as normas para seus respectivos sistemas de ensino entre outras. Nesse período a educação está organizada em sistemas federal e estaduais de ensino. Vale ressaltar que três estados constituíram os seus conselhos de educação anteriormente a 1962, sendo eles Bahia, Alagoas e o Rio Grande do Sul.

Os sistemas estaduais de ensino, bem como seus órgãos normativos, foram criados em praticamente todo o País, em meio de uma crise política, social e econômica e de desorganização no campo educacional, como forma de manutenção da ordem e do poder hegemônico vigente no País. Foram criados sob a égide de um regime político autoritário, compostos por cidadãos de notório saber, indicados pelo governo, integrantes na sua grande parte, ou na sua grande maioria das Secretarias de Educação, como órgãos burocráticos e cartoriais de controle na oferta de ensino e com funções similares ao Conselho Nacional de Educação.

Em 1971, nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº. 5692, é aprovada e reafirma a descentralização do poder em relação à educação e a existência dos sistemas federal e estaduais de ensino. O artigo 71 dessa Lei, no capítulo 8 das Disposições Transitórias, estabelece que os Conselhos Estaduais de Educação poderão delegar competências aos municípios, quando estes tiverem estrutura e tiverem como receber as competências delegadas pelo Conselho Estadual de Educação.

Em 1988, a Constituição Cidadã, que determina uma nova ordem educacional, ou seja, a descentralização do poder dos entes federados na União, nos estados e no Distrito Federal, atribuindo essa responsabilidade também a novos atores, desta vez os municípios, dispendo sobre a liberdade de criarem e utilizarem seus sistemas em regime de colaboração, pautados no regime ou no princípio da gestão

democrática, dando além desta liberdade de organizarem seus sistemas, também, integrarem, comporem ou criarem seus próprios sistemas.

Em 1996, vem nova lei de Diretrizes e Bases da Educação, é aprovada a Lei 9394, a partir de então o País passa a ter um sistema federal, sistemas estaduais e municipais de ensino. Como esses sistemas de ensino a partir dessa lei, são autônomos em termos de organização, devem ter um órgão normativo e a relação entre eles é de cooperação e não de subordinação.

As competências, bem como as áreas de abrangência dos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais estão estabelecidas no artigo 9º, 10, 11, 16, 17 e 18 da LDB de 96. (Segundo Gadotti em Libânio 2003, páginas 229 a 230, há duas formas na construção de um sistema. A primeira é quando se destacam os aspectos estático-harmônicos da organização, como a ausência de conflitos, e a segunda quando se destacam o caráter dinâmico, as possibilidades de mudanças e as contradições são aceitas e trabalhadas com a participação coletiva, a fim de que as alterações necessárias sejam concretizadas. É de fundamental importância que se considere o momento histórico, em que foram criados os sistemas de ensino, bem como os órgãos e instituições de ensino que os compõem, a fim de que se possa entender a atuação dos mesmos nos dias de hoje.

Não aprofundaremos aqui a questão dos sistemas municipais, porque certamente a Professora Justina o fará.

Praticamente todos os conselhos estaduais do Brasil foram concebidos com a mesma natureza, órgãos colegiados com caráter normativo, consultivo, deliberativo e encontram-se hoje em diferentes estágios de construção de suas identidades, com vistas às novas exigências legais, e sobretudo, aos interesses da sociedade. Alguns são integrantes do Poder Público, e outros ainda mantêm a forma e a composição do período em que foram constituídos. Embora revestidos de caráter democrático, por força da lei, muitos conselhos ainda pautam suas ações em procedimentos burocráticos e cartoriais que não atendem aos anseios da sociedade atual, cada vez mais exigente.

Os Conselhos Estaduais de Educação, como órgãos de Estado, integrantes do sistema de ensino, têm um papel relevante na administração da educação, nas suas respectivas esferas. Por este motivo requerem a ampliação da participação de novos atores, tornando-se mais abertos, mais plurais e representativos, estabelecendo canais de comunicação permanente entre a sociedade e o governo, legitimando-se como órgão de Estado e não de governo, ou seja, os conselhos, na minha visão, devem ser mediadores das relações entre Estado e sociedade.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) página 96, chega a dizer que os conselhos podem se transformar em aliados potenciais, estratégicos, na democratização da gestão das práticas das políticas sociais. A mudança de uma estrutura burocrática e cartorial, que reflete um modelo monárquico, com um só centro de autoridade, que considera o conflito como ameaçador do Estado, para uma estrutura democrática, não é tarefa fácil. O período de transição é sempre marcado por conflitos, incertezas, inseguranças e conseqüentemente há necessidade de permanente reflexão pelo conjunto desenvolvido, a fim de que se possa manter o equilíbrio institucional, na medida em que o novo papel vai se construindo. É importante observar que muitos conselhos estaduais de educação ainda não romperam com essas características ou com as características de órgão de governo.

Para pensarmos em conselhos estaduais de educação alicerçados e organizados nos pilares da democracia participativa, necessário se faz um aprofundamento dos conceitos de legitimidade e representatividade. Eu acredito que a representatividade dos diferentes segmentos nos conselhos para ter legitimidade deva ser não somente qualificada, mas, sobretudo, ter como critério balizador a própria representatividade e também a efetiva compreensão do direito como condição política, para não esvaziar a condição de

interlocutor no processo de ações de conselho paritário, governo e sociedade.

Com esse entendimento, os conselhos estaduais de educação como instância por excelência do fazer político, não podem ser confundidos apenas como palco de conciliações ou como fórum de condições sistemáticas. Eles devem ser considerados como instrumentos de ampliação da cidadania. Com esse entendimento Genuíno Burdignon, no parecer 143, de 2002, nos ajuda a compreender o papel dos conselheiros “como cônsules, magistrados da educação, que dialogam com a sociedade, deliberam, dão pareceres, falam publicamente ao governo em nome da sociedade, do Estado, em defesa dos direitos educacionais da cidadania, fundados em ponderação refletida, prudente e de bom senso”.

Diante dos inúmeros desafios é preciso lembrar que o processo democrático muitas vezes requer o desequilíbrio da ordem estabelecida. Nesse sentido, Pedro Demo, em 1988, na página 44, faz uma abordagem extremamente significativa para o entendimento mais claro dos processos democráticos: “democracia dá muito trabalho, onde todo mundo quer opinar, decidir junto, o que mais acontece é a dificuldade enorme de gerir a balbúrdia, as discussões tornam-se intermináveis. Facilmente emerge o cansaço e a decepção e até mesmo o reconhecimento afoito de que a democracia não leva a nada. A insinuação de que em termos autoritários as coisas andavam melhor porque se decidia rápido, ou tudo já estava decidido, todavia, é natural que assim comece”.

Democracia é uma planta tão essencial quanto frágil, é extremamente mais fácil matá-la do que trazê-la ao amadurecimento. Por isso mesmo é essencial evitar que os processos participativos degenerem em sessões repetitivas, pouco produtivas, por inabilidade na condução do processo ou por incompetência técnica ou política. Demo relata exatamente o que acontece nos processos democráticos. Evidentemente, a democracia não é remédio para todos os males, mas é muito salutar a participação da comunidade nos sistemas de ensino, na elaboração das normas educacionais e demais ações, através de canais de comunicação permanentemente abertos e interativos entre os cidadãos, o governo e as próprias entidades representativas.

Na gestão democrática não basta que a democracia seja instituída por leis ou normas. A lei em si mesmo não é educativa e não chega às mãos de todos os cidadãos. É preciso um trabalho permanente de discussão de preceitos legais, visto que a cultura dos usos e costumes não é facilmente rompida e a democracia pressupõe a participação efetiva do cidadão. A gestão democrática nos sistemas pressupõe uma estrutura forte dos órgãos que a compõem do ponto de vista político, administrativo, financeiro para que, de maneira autônoma e legítima possa construir novos cenários no quadro da educação brasileira. Conselhos dessa natureza não podem ser confundidos com a diversidade de conselhos sociais que surgiram a partir dos anos 80, como resultado das lutas sindicais e discussões sobre as políticas públicas nas grandes áreas da saúde, assistência social, criança e adolescente, e também de programas governamentais que têm funções de natureza eminentemente de controle social. Diferentemente, os conselhos de educação são órgãos consultivos, deliberativos e normativos do sistema de ensino, e em grande parte de assessoramento superior às políticas públicas, e devem zelar, entre tantas outras atribuições, pela gestão democrática dos sistemas de ensino a que estão vinculados, conforme está previsto na Constituição federal.

Finalizando, vale ressaltar que os sistemas de ensino são legalmente autônomos em relação à organização da educação nas suas esferas de governo. Portanto, os órgãos que os compõem necessitam de autonomia, sobretudo financeira, para se auto-gerirem, descentralizando as suas ações, ou mesmo descartando práticas que foram se arrastando ao longo dos anos e que não fazem mais sentido.

A autonomia garantida por lei aos sistemas e ao Conselho de educação não é suficiente. Cabe aos seus gestores desencadearem ações efetivas e conseqüentes no sentido do fortalecimento dos conselhos como

órgãos de Estado, desempenhando um papel mediador importante, com vistas à formulação e à continuidade das políticas públicas.

Entendo que os conselhos de educação embora tenham claro o papel e a natureza que lhes são inerentes, frente aos desafios que emergem da sociedade e, portanto, atuais, são espaços de representação e referência da educação no âmbito de cada esfera, seja nacional, estadual ou municipal, e apontam para uma necessidade de reestruturação organizacional com vistas a ampliar os espaços de participação e intervenção social, com a finalidade de consolidar um projeto de educação cidadã, legitimada pelas experiências e práticas vivenciadas no interior das escolas e nos diversos espaços sociais.

Os conselhos e conselheiros, como bem disse Bourdignon, são cônsules e magistrados. Peço permissão, para fazer uma comparação com as Assembléias Legislativas. Como as Assembléias para o Poder Executivo, assim estão os Conselhos de Educação, nos seus respectivos sistemas, com as Secretarias de Estado da Educação. Órgãos parceiros, com toda a necessidade de construir as suas autonomias, tanto administrativa e financeira, e principalmente financeira, para que possam dar conta da legitimidade que os conselheiros e conselheiras devem à sociedade como representantes efetivos.

Vejo que, hoje, nos fóruns do Conselho trabalha-se em uma linha de consolidar essa autonomia. Que os conselhos vêm construindo há mais de quarenta anos. Desde a sua constituição, desde sessenta e um, sessenta e dois, vêm buscando construir essas autonomias, transformando esses conselhos, que são órgãos de Estado, em órgãos parceiros, em órgãos que falem de igual para igual ao governo, representando a sociedade, os anseios da sociedade. Eles que realmente fazem a educação acontecer lá no seu espaço social.

Entendo, hoje que, nos Conselhos de Educação, o papel de conselheiros e conselheiras é eminentemente de interlocutor entre sociedade e governo. Portanto, nós que temos a oportunidade de conviver mais de perto e de fazermos valer e legitimar a nossa representatividade enquanto sociedade e temos a oportunidade de conviver no chão da escola, no lócus onde acontece a educação de fato. Temos a capacidade de fazer a intervenção necessária e de abrir as portas para que a sociedade possa se manifestar, para que a sociedade possa contribuir na construção de políticas públicas que, de fato, garantam a cidadania do povo brasileiro.

Eu penso que esse é o papel fundamental dos Conselhos de Educação, como órgãos que devem ser órgãos fortes e órgãos que estão para garantir, através das normas, a construção de uma sociedade mais justa, mais igual. E principalmente que essa construção seja feita com muitas mãos.

Utilizando, aqui, a fala de Jamil Cury, quando construiu a Resolução da Educação de Jovens e Adultos, dizendo que a construiu a muitas mãos, penso que é assim, que nós devemos construir a educação neste País com muitas mãos, e eminentemente de forma aberta, democrática, participativa, não de subordinação mas de colaboração, de parceria. Muito obrigada.

Mestre de Cerimônias: Antes de passar a palavra para a Professora Justina, queria fazer um breve comentário sobre as duas falas. O Professor Jamil coloca bem a situação do nosso sistema educacional confederalista que nasceu de um ponto de vista oligárquico e não democrático. A Professora Alaidess complementa com essa nossa estrutura dos conselhos estaduais, municipais e com a função realmente principal do conselheiro.

Gestão democrática não é uma coisa fácil. Não é uma coisa bonita. É muito difícil. Quando nós convidamos alguns Países para começar este trabalho, desenvolver esta proposta, um dos Países colocou uma coisa muito forte. Olhei para o Embaixador, que fez essa colocação, e achei um tanto quanto arrogante.

Começamos a conversar e ele a falar assim. Ficamos em primeiro lugar, no PISA, e vocês em último. A gente pensou assim: puxa, nós estamos começando um trabalho democrático, um trabalho de parceria, e o que ouvi foi uma coisa muito forte, então não é uma coisa assim, muito fácil de se fazer, tanto em nossos níveis de sistemas municipais, sistemas estaduais, tanto na esfera do Executivo, como do Legislativo. Não é uma coisa muito fácil de se fazer. É uma coisa nova para nós brasileiros e falta ainda muita coisa para aperfeiçoarmos esse chamado regime de colaboração e esse sistema cooperativo de parcerias. Mas acho que a gente está indo por um caminho muito bom. Eu queria só fazer este comentário, que às vezes a gente leva uma paulada assim forte, e tem que se manter firme.

Com a palavra, a Professora Justina.

Representante da UNDIME, Professora Justina: Boa tarde a todos e a todas. É um prazer estar aqui representando a UNDIME nesta mesa. Queremos agradecer o convite feito à entidade. A Professora Maria Pilar que é a nossa presidente seria a pessoa a falar aqui. Teve, porém, que retornar ao seu Estado para coordenar um processo de negociação salarial com os professores da Rede municipal, e essa conversa teria que acontecer hoje, o que justifica a sua ausência neste momento.

Nós produzimos um texto em conjunto para apresentar. A partir do tema proposto, poderíamos nos deter em vários aspectos, competências e obrigações de cada ente federado na oferta da educação pública, regime de colaboração, constituição dos conselhos de educação, gestão democrática nas escolas e elaboração dos planos municipais de educação, PME. Porém, considerando os trabalhos feitos pela UNDIME nos últimos anos, em relação à formulação dos planos municipais de educação, preferimos explicar e detalhar este último aspecto.

O Plano Nacional de Educação, PNE, Lei Federal 10.172, de 9 de janeiro de 2001, resultado do embate das forças políticas do País, além de determinar que os estados, o Distrito Federal e os municípios também elaborassem os seus respectivos planos plurianuais de educação, constituiu-se em um referencial de metas e prioridades nacionais a serem observadas, quando da elaboração desses planos.

Diante desse desafio, a UNDIME vem mobilizando os municípios para a elaboração dos planos municipais de educação, dentro de uma concepção de educação que promova a pessoa.

O Brasil é um País de profunda desigualdade e a educação tem um papel imprescindível para transformar a realidade. Queremos, pois, planos inclusivos que reflitam essa visão nas políticas públicas de educação, possibilitando-lhes promover a educação básica como direito público subjetivo, construindo a universalização do atendimento, o ensino de qualidade e a escola pública comprometida com a inclusão de crianças e jovens na sociedade.

O projeto de uma escola inclusiva deve ser discutido com a sociedade, para definir diretrizes, ações e estratégias necessárias à construção dessa escola.

As iniciativas nessa direção devem integrar o PME, instrumento que articulará os esforços municipais e viabilizará os meios para se atingir tais objetivos. Os planos de educação devem constituir-se em instrumentos políticos que representem a vontade e os interesses da sociedade quanto à educação. Sua construção requer, portanto, a participação de todos. Nesse planejamento de gestão, a Secretaria Municipal de Educação deve, dentre outros estudos, levantar o número de crianças em idade escolar, matriculadas ou não, prever campanhas de sensibilização da comunidade para a importância da educação em uma vida cidadã, organizar materiais e destinar recursos para projetos que visem a uma educação inclusiva para todos. Identificar organizações da sociedade civil que promovam a educação inclusiva e que possam contribuir com o trabalho desenvolvido pelo Poder municipal. E devem proporcionar à

comunidade fácil acesso aos serviços públicos, um direito do cidadão.

Como afirmado, um dos instrumentos legais para promover a inclusão educacional e social é o Plano Nacional de Educação, PNE. Nele são estabelecidas as prioridades no campo educacional. Se essas prioridades forem bem escolhidas, de acordo com as reais necessidades, dentro de uma visão que promova a inclusão social, fixando para isso, metas, estratégias e ações, o Plano poderá constituir-se em um mecanismo para alcançá-las.

Para atingir a equidade na educação por meio da diversidade, o Plano deve conter políticas de educação inclusivas e contra toda forma de discriminação. É importante esclarecer por oportuno, que o PME não é um plano dos sistemas ou das redes de ensino. É, isso sim, um plano de educação do município, envolvendo todas as redes do ensino estadual, municipal, federal e privada, que deve ser compatível com o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação, respeitando-se as peculiaridades dos cenários municipais.

As metas do Plano Nacional de Educação (PNE) só serão atingidas se cada estado e município se responsabilizarem por alcançá-las ou por ultrapassá-las por meio de seus respectivos planos.

Eu vou fazer aqui um rápido parêntese para dizer da dificuldade dos municípios em fazer essa compatibilização com os planos estaduais. Até hoje apenas dois estados brasileiros aprovaram os seus planos, e daí a dificuldade dos municípios que fizeram os seus planos de uma forma muito mais significativa ou com o percentual muito maior, poder fazer essa compatibilização.

Conforme informação passada hoje pela secretária do CONSED, apenas os estados de Pernambuco e Mato Grosso do Sul tiveram os seus planos aprovados. Outros seis planos estão nas assembleias legislativas em processo de discussão. Mesmo assim, os objetivos do Plano Municipal de Educação (PME) são de alçada do próprio município, pois é necessário respeitar a sua trajetória política. Alguns possuem plano diretor, outros, planos de desenvolvimento, outros, proposta municipal de inclusão. Assim, o meio para se alcançar o objetivo do PNE para toda a sociedade brasileira, qual seja, o desenvolvimento sustentável ou o combate à pobreza será determinado na elaboração de cada PME.

O PME não pode estar desconectado dos objetivos da população e dos administradores municipais, embora deva transcender à perspectiva de um governo, pois sua vigência é de dez anos. Quanto mais envolvimento dos atores e da população para definir os objetivos do PME de acordo com os municípios, mais as mediações e relações entre ambos em uma cadeia lógica e científica têm que ser explicitadas e concretizadas. Desse exercício, nascerá a essência do PME, que é a definição das estratégias que garantirão a consecução ou o atingimento das metas. Dessa forma o PME deve, entre outras ações, dimensionar os investimentos municipais na educação infantil e no ensino fundamental, a partir da demanda não atendida da atuação estadual, e dos recursos financeiros envolvidos ou disponíveis. Devem também definir políticas e estratégias de envolvimento das ações municipais no atendimento estadual ou federal, na oferta da educação em nível médio, superior e profissional.

O PNE, o Plano Nacional, não estabelece um prazo para implementação dos PME ou PEE que são os planos estaduais, mas se pode depreender de sua leitura da realidade educacional, a necessidade de urgência da construção simultânea ou consecutiva dos planos estaduais ou municipais, sem o que os objetivos e as metas da educação serão frustradas.

Vários estados já deflagraram o processo em regime de maior ou menor colaboração com os seus municípios, mas não existiam ainda dados sobre quantos municípios possuíam PME elaborado ou aprovado. Quantos tinham que adequar o seu PME ao PNE, quantos estavam em fase de discussão e

elaboração ou quantos nem mesmo haviam iniciado o processo. Essas informações são de extrema importância para o estabelecimento de estratégias e ações da sociedade civil e dos governos estaduais ou federal, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Para responder a essas perguntas e responder tais informações à sociedade em geral, e para construir um retrato simplificado da realidade educacional dos municípios brasileiros, em termos de planejamento, de aplicação prática do mesmo, e de suas derivações previstas em lei, tais como sistema municipal de ensino, o plano de carreira e remuneração do magistério, o conselho municipal de educação, e o plano municipal de educação, a UNDIME, em novembro de 2004, em parceria com o UNICEF, promoveu uma pesquisa endereçada aos 5.560 municípios brasileiros. Essa iniciativa teve por mérito, além de fomentar os debates sobre a necessidade de elaborar o plano municipal, o PME, de forma democrática e participativa a apurar as ações municipais referentes ao tema.

A partir de uma amostra estratificada de 2.122 municípios que responderam espontaneamente à pesquisa, os resultados apresentados, foram que 28,3% dos municípios brasileiros haviam concluído a elaboração do Plano Municipal de Educação, enquanto que 21,8% estavam em processo de elaboração, 21,9% iam iniciar o processo, e 19,6% não previam a elaboração.

Os dados confirmam a necessidade de a UNDIME, juntamente com entidades da sociedade civil, o governo federal, e os governos estaduais, esclarecerem as dúvidas quanto ao processo de formulação do plano municipal de educação, do seu acompanhamento e de sua avaliação.

Nas respostas dos 600 municípios que possuem PME elaborados, observou-se que o dirigente municipal de educação, em 98,7% nesses casos, os representantes das escolas municipais de ensino em 94,5% deles, e os representantes da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, em 86%, são os que mais estão presentes na elaboração de planos. Representantes do Conselho Municipal, da Câmara de Vereadores e das escolas da rede estadual de educação também têm participação expressiva na elaboração desses planos.

Outra questão proposta pela pesquisa foi sobre quem coordenou os projetos do Plano Municipal de Educação. Com as respostas, constatou-se que o processo ainda está centralizado na figura do dirigente municipal de educação. Quanto à abrangência dos PME, elaborado nos 600 municípios 98,3% abrangeram as escolas municipais, 51,5% nas escolas da rede estadual, 32%, também as escolas de rede privada e 8,2% as escolas da rede federal.

Entretanto, a esse respeito, observou-se um preenchimento deficiente dos questionários em muitos municípios. É de se esperar, por exemplo, que o PME abranja 100% das escolas municipais, o que não ocorreu nas respostas.

Dentre os aspectos considerados na elaboração do plano municipal, os mais assinalados foram os aspectos socioeconômicos, culturais e políticos em 98,8% deles, seguidos do diagnóstico da educação infantil em 93,3% e do processo histórico da educação do município em 90%. Objetivos e metas do PME foram considerados por 86%, e a ampliação da jornada escolar foi menos assimilada, 34,3%.

A terceira parte do questionário perguntou aos dirigentes municipais da educação quais seriam as características mais importantes de um plano de educação inclusiva. A garantia de um ensino de qualidade independentemente das diferenças sociais foi o mais indicado, com 76% de frequência; a seguir, vem o respeito às diferenças socioeconômicas, raciais, étnicas, religiosas e psicomotoras com 69,7% e a busca de estratégia de atendimento às necessidades de aprendizagem das crianças, para o combate às causas de reprovação e do atraso escolar com 67,8% das citações.

Incluir os indivíduos significa dotá-los de capacidades que promovam a participação social no uso de bens e serviços que a sociedade oferece, entre os quais, a educação, assim como no exercício de seus direitos e na

discussão e liberação dos investimentos sociais. Uma política de inclusão social deve ter por objetivo também emancipar os municípios por meios de ações articuladas entre as diversas esferas administrativas.

A inclusão social depende de atitudes que envolvam alunos, auxiliares de ensino, professores, coordenação e comunidade. Cabe à Secretaria Municipal de Educação planejar suas ações e orientar sua gestão, de modo a oferecer, a todo esse grupo um ambiente, que promova a tolerância, que respeite e valorize a diferença e que promova os direitos da criança e do adolescente, considerando questões de raça, etnia, gênero, necessidades educativas especiais, além de questões regionais e socioeconômicas.

A escola pública comprometida com a inclusão implica uma educação de qualidade, eficiente e difusora de valores democráticos e de justiça social, aberta a todos. Implica mais especificamente na busca permanente do atendimento às necessidades educacionais daquelas crianças, jovens e adultos, que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco de marginalização e exclusão social.

O projeto de uma escola inclusiva deve ser discutido com a sociedade, para definir diretrizes, ações e estratégias necessárias à construção dessa escola. Essas iniciativas devem integrar o PME, instrumento que articulará os esforços municipais e viabilizará os meios para se atingir tais objetivos.

Ainda é muito baixo o percentual de municípios que elaboraram os seus planos educacionais específicos, tarefa fundamental para concretizar o engajamento desses entes federados com os compromissos assumidos no PNE (Plano Nacional).

Os planos são instrumentos democráticos para estabelecer as prioridades, ainda mais dentro dessa conjuntura de escassez de recursos, mas a elaboração dos mesmos não é o fator essencial para o cumprimento das metas do PME. Falta resolver a questão do financiamento e da inexistência de um Sistema Nacional de Educação que integre os sistemas federais, estaduais e municipais, hoje fortemente desarticulados.

Continuamos, portanto, com o nosso processo de esclarecimento, convencimento e mobilização, em defesa da educação pública de qualidade.

Este é um texto que nós trouxemos como contribuição para esta mesa, mas eu não gostaria de concluir, sem dizer com muita alegria (embora, por um lado entristecida porque são poucos ainda os municípios) que já um percentual de 30% tem os seus planos elaborados e aprovados na forma de lei. Esses dados são de 2004 e esse número já cresceu significativamente. Eu gostaria de socializar com todos os companheiros da mesa e do plenário que o estado do Rio Grande do Norte é o estado que tem o maior número de municípios com os seus planos aprovados, 80% deles já têm um plano municipal aprovado na forma de lei. Obrigada.

Mestre de Cerimônias: Nós já temos, Professora Justina, um dado atualizado de 2005, que tem o perfil dos Conselhos Municipais de Educação. Nós entregamos para todos os participantes. Só para complementar.

Com a palavra agora, a Professora Maria Auxiliadora Seabra Rezende.

Vice-Presidente do CONSED, Professora Maria Auxiliadora Seabra Rezende: Boa tarde a todas e todos. Gostaria de parabenizar professor Arlindo e Professor Chagas pela iniciativa. Vou tentar falar sentada, mas confesso que estou em uma agonia danada aqui para ficar em pé. Acho que é mania de professora.

Enquanto o material fica pronto, gostaria de colocar que acho o tema bastante abrangente e bem interessante porque a gente já deu vários olhares, e o CONSED congrega todos os Secretários Estaduais de Educação dos 26 estados e do Distrito Federal. O CONSED tem estabelecido como prioridade, como foco, a

gestão, a gestão escolar e particular, e a gente vai ter a oportunidade de falar sobre algumas ações nossas enquanto Conselho. Como foco, a preparação para a gestão.

Acho que o professor Cury fez um retrospecto bastante interessante mostrando as grandes ausências, a falta de conexão do próprio sistema do ponto de vista legal. Vou falar a partir de um determinado contexto de redemocratização, do período que vai dar a chance para a Constituição de 88. Um contexto histórico que permitiu a organização de uma Constituição chamada Cidadã, que conseguiu avançar em muitos pontos, e não é diferente na área da educação e, a partir daí, uma nova Lei de Diretrizes e Bases, a Lei 9394/96. A partir desse esforço da legislação, o Conselho Nacional nunca produziu tantos pareceres, tantas orientações normativas também nesse sentido, estimulando um novo olhar para os sistemas educacionais, para definição de responsabilidades, com essa preocupação, com um olhar para o sistema.

Na verdade há um conjunto de fatores que deram oportunidade para esse novo fazer, esse novo olhar da educação. O movimento de redemocratização do País que eu acho que já foi até abordado e o processo de reforma do Estado. As pressões sociais com certeza foram fatores importantíssimos nessa Constituição. Os movimentos internacionais, a participação do Brasil nas grandes conferências para a discussão da educação com foco na qualidade. A partir do que a gente chama de reforma da educação, um contexto que poderia promover a reforma da educação. A educação assume como foco a busca da qualidade e da equidade, a escola como foco e a aprendizagem também, e a busca da cidadania. O CONSED demarca como foco a Constituição, a LDB, o PME, a preocupação que nós tivemos com o financiamento, com FUNDEF e agora o FUNDEB, que tem implicações importantes nesse desenho, nesse conjunto, de um novo olhar para a educação, e a busca da construção de um sistema.

Trabalhando na nossa legislação, na LDB, vamos perceber que, como princípios, a LDB chama a atenção para a gestão democrática do ensino público, ou seja, o grande desafio, e acho que o foco, em especial nesta mesa, a busca de um padrão de qualidade para a escola. Como princípio traz a pluralidade das idéias e concepções pedagógicas, a igualdade e o processo de permanência e a valorização dos profissionais da educação.

Esse conjunto de princípios da LDB, pela própria natureza, pela variedade, pela diversidade do nosso País, pela própria organização do nosso sistema, vai tomar desenhos diferentes em cada um dos estados.

Os direcionamentos que a própria legislação também coloca para os Estados e Municípios, o conceito de Educação Básica, essa idéia de uma linha de formação, uma noção de conjunto, uma visão sistêmica da educação, vamos observar pela primeira vez nessa legislação, na Lei 9394.

O estabelecimento de um foco, obrigatoriedade do ensino fundamental e a faixa de 7 a 14 anos, entendemos também como um ponto importante que a 9.394 traz para os sistemas estaduais e municipais. A necessidade e a preocupação é com a formação básica comum, o nosso País como um País federativo que tem um dos maiores desafios que é de lidar com essa diferença, e com responsabilidades compartilhadas, ações às vezes até superpostas e responsabilidades entre entes dos próprios municípios, Estados e a União. Tem grandes desafios de definir prioridades e regras comuns, a importância do Plano Nacional, e aí reforço o que a Justina colocou, vários estados estão com processos de discussão dos Planos Estaduais, e têm tentado realizar esse trabalho em parceria com os municípios. Tamanho é o desafio que é colocado hoje para estados e municípios, que tenham responsabilidade na construção da educação básica, responsabilidades e desafios comuns. Às vezes o conversar, o olhar compartilhado, nem sempre é possível ser construído na vivência e na prática, no âmbito de cada Estado e de cada município. As regras de financiamento, que gostaria de destacar, tanto a importância do FUNDEF, que trouxe para o nosso País, ele conseguiu garantir o acesso, em especial ao ensino fundamental que foi o seu foco. Hoje, a discussão foi travada de uma maneira

muito compartilhada - UNDIME, CONSED, MEC. Nós conseguimos construir um projeto, uma proposta, que com certeza não foi uma proposta nem do CONSED, nem da UNDIME e nem do próprio MEC.

Existem pontos que os diferentes atores gostariam de ver incluídos na proposta, mas como ela foi fruto de uma construção coletiva, ela assumiu hoje um olhar que é do conjunto, e com certeza a proposta hoje aprovada em primeira votação na Comissão de Constituição e Justiça, ela atende em parte os interesses da UNDIME, CONSED e MEC, mas com certeza ela busca dar organização para um Sistema Nacional de Educação, em um sentido, não de execução ou de operacionalização, mas de concepção e de responsabilidades. Cada ente tem clareza de suas atribuições, de suas responsabilidades, e também a responsabilidade compartilhada no que se refere a financiamento.

Eu gostaria de destacar, e também chamar a atenção, para o grande desafio do regime de colaboração. O governo federal, os governos estaduais, os governos municipais, os governos eleitos, têm autonomia administrativa, financeira, para definir políticas públicas. Acho que hoje este é o maior desafio na construção de um Sistema Nacional de Educação, que consiga atender a essa diversidade. Só vai ser construído se conseguirmos estabelecer um regime de co-responsabilidade, um regime compartilhado de responsabilidades, de atribuições, mas também de uma discussão coletiva.

Os encargos e as responsabilidades, a LDB conseguiu definir claramente. O que é responsabilidade dos sistemas municipais, do sistema estadual, o que compete à União, do ponto de vista da legislação, da definição de políticas públicas, de ser redistributiva, inclusive no que se refere a financiamentos mas, ao mesmo tempo, os olhares devem ser compartilhados. Como Secretária de Educação a gente coloca, que, na verdade, as crianças não têm carinho, não é porque ela está em uma escola do município ou do Estado que ela passa a assumir uma identidade por natureza própria. É comum às vezes a confusão entre rede e sistema. É comum tanto no âmbito das secretarias estaduais, quanto das secretarias municipais, esse olhar da escola enquanto escola e rede, como se não fossem a mesma coisa.

Esse é um grande desafio para a construção de um projeto de educação compartilhado, um projeto de educação que seja democrático, e até um olhar para a construção de um sistema do ponto de vista democrático, esse olhar para superar a noção de rede e a noção de sistema.

Eu também não vou detalhar, porque acho que já foi colocado do ponto de vista, tanto da legislação em termos de atribuições, e hoje em termos de financiamento. A proposta aprovada hoje na Comissão do Congresso reforça as responsabilidades do município em relação à educação infantil e ao ensino fundamental, e da rede estadual em relação ao ensino fundamental e ao ensino médio. E vai um pouco adiante, porque do ponto de vista do financiamento a PEC do FUNDEB, assegura que os Estados e municípios só receberão recursos correspondentes aos níveis de atendimento prioritário, ou seja, o município que estiver atendendo ao ensino médio, ele está atendendo um nível de ensino que não é sua responsabilidade. Na proposta que foi aprovada, ele não receberá o financiamento, o recurso per-capita correspondente. A mesma coisa vai valer para os Estados em relação a educação infantil.

É lógico que a gente chama a atenção para o cuidado em relação a isso. Vamos ter que trabalhar, logicamente, com regras de transição, de organização dos sistemas, e mais uma vez chamar atenção para a diferença entre a política de execução e a política colaborativa, na definição da legislação, na definição de ações comuns.

É importante chamar a atenção que, embora o Estado não seja responsável como executor da educação infantil não pode dizer que não tem nada a ver com o que está sendo feito na educação infantil, ele não pode dizer que não tem nada a ver com o que está sendo construído na educação infantil. O Estado tem que entender que ele é gestor de políticas públicas e ele tem que ter um olhar mais amplo do que só cuidar

da rede. O Estado tem uma responsabilidade de olhar essa rede, assim como o município tem enfrentamentos específicos junto a sua rede, mas é preciso superar esse estágio de olhar a rede para a construção de políticas comuns.

Será impossível construir um processo de educação de qualidade se não conseguirmos superar esses olhares tão compartimentalizados em relação à União cuidando do ensino superior e da formação de professores, preparando professores para um sistema que não existe, preparando o professor para uma escola que não é real. Os Estados trabalhando com as crianças de quinta a oitava e o ensino médio, sem construir uma política comum em relação à primeira à quarta, em relação à educação infantil.

Acredito que o financiamento vai permitir a clareza das responsabilidades. Vai garantir que, pela primeira vez, a gente tenha que definir um percentual de recursos para a Educação Básica como um todo, com um olhar que vai desde a educação infantil até o ensino médio. Assegura uma contribuição definida em termos percentuais da União, que são os 10%, que depois de muitas lutas, muitas brigas e acertos, conseguimos assegurar isso à complementação da própria União, e o que é interessante, eu digo interessante sem ter ainda clareza se isso é bom ou ruim, a proposta aprovada, embora seja de um Fundo único, estabelece uma relação de travas em relação à questão financeira dos municípios, em relação a educação infantil e ao ensino fundamental, e dos Estados em relação ao ensino fundamental e ao ensino médio. Então é um Fundo único o qual traz umas travas que levam à perspectivas da construção dos três fundos no que se refere a financiamento.

Eu gostaria só de retomar, em relação à questão das responsabilidades, das incumbências no que se refere aos Estados e municípios, ao que está na legislação em termos de incentivo e no que se refere ao estímulo, ao sistema e ao espaço para esse processo de construção democrática. Eu coloco como processo de construção porque, pela própria diversidade, e a Justina colocou muito bem, entre os desenhos que nós temos nos municípios e nos próprios Estados, e nós temos desenhos muito diferentes, desde o que se refere às regras e funcionamento da própria escola, a como a escola está trabalhando o espaço de construção do seu projeto pedagógico. Ou como o Estado, como a rede estadual ou como o sistema estadual, como os sistemas municipais lidam com esse espaço de construção democrática, como cada Estado e cada município também trabalha com a participação da comunidade escolar no processo de gestão. Nós temos Estados em que a merenda é toda centralizada ainda. Em outros Estados, o recurso já vai direto para a escola e a escola compra. Temos situações em que a própria associação de pais e mestres ou conselhos escolares fazem esse tipo de aquisição. Já temos Estados que descentralizam recursos para as escolas, para a sua manutenção. Temos Estados em que a escola é uma unidade executora com orçamento próprio e definido. Como temos Estados em que esse sistema ainda está todo concentrado nas secretarias estaduais ou municipais de educação.

O espaço de construção, a definição e as instâncias, acredito que é um processo de construção e que tem desenhos diferentes na maioria dos Estados, inclusive no que se refere à própria forma de definição e da escolha dos diretores das escolas.

Faço só uma referência, do ponto de vista da legislação, tanto na LDB quanto no Plano Nacional de Educação, o estímulo, a atenção e todo o processo e contexto democrático se fizeram presentes no corpo da lei, estimulando e definindo como responsabilidade, que cada sistema definisse os seus espaços de construção democrática e de gestão democrática. Por isso, como ele está ali, genericamente, como uma responsabilidade de Estados e municípios, nas leis, nos planos estaduais, ou basicamente nas leis de sistema. Cada Estado deve definir como vão funcionar suas regras em relação à autonomia, com relação ao sistema, ao processo democrático e ao sistema de ensino. Temos estados também que têm organizações bastante diferentes.

Em relação ao que temos na prática já, o que está colocado na legislação, em relação à abertura e à provocação, é que cada sistema defina as suas formas de construção democrática e de gestão.

Sobre a escolha de dirigentes escolares, vamos ter um quadro (e esse quadro está com a referência de 2003) já temos muitas mudanças. Inclusive estados que já estão com modelos mistos. Vamos detalhar cada um deles, a criação dos conselhos escolares. Também é política do CONSED esse estímulo. O próprio Ministério da Educação também tem um trabalho de incentivo, de formação e de preparação dos conselhos escolares. Também não existe um modelo único de conselho escolar ou de organização escolar. Vários Estados e municípios trabalham com estruturas, nomenclatura e composição diferentes, e com responsabilidades diferentes também. O que a gente destacaria é que existe hoje uma provocação, desde a União, os Estados e os próprios municípios, de estímulo à organização desses conselhos escolares, com atribuições diferentes, mas buscando trazer para a escola esse processo coletivo de gestão.

Mesmo do ponto de vista da prática, mesmo um determinado Estado que tenha como política pública o estímulo à criação dos conselhos escolares, essa gestão de maneira compartilhada, mesmo assim, é lógico que no dia-a-dia nós vamos esbarrar nessa construção cotidiana desse espaço coletivo. Nós temos escolas em que o conselho escolar é um conselho ativo, que realmente participa da gestão da escola. Ele se envolve com a gestão da escola. E temos casos de conselhos escolares que são quase que de fachada. É um critério para receber recursos, é um critério para receber algum tipo de financiamento ou para algum programa da própria secretaria. Por isso, sinalizamos com uma política pública que tem muito a avançar, que passa desde a formação da preparação e da organização cidadã, da própria comunidade escolar, e até do próprio gestor da escola. Em alguns casos, o gestor se sente incomodado com o conselho. Por isso, trata-se de um processo de construção, de preparação, tanto técnica, do gestor, quanto de incentivo do próprio conselho, para que ele possa ocupar esse espaço dentro do gerenciamento da escola como um todo.

A mesma coisa se refere aos projetos pedagógicos das escolas. Embora exista do ponto de vista formal e legal esse espaço, sabemos que no âmbito dos Estados e municípios ele tem diferentes estágios. No âmbito de um mesmo Estado, e de um mesmo município também, porque passa pelo envolvimento de todo o conjunto da escola, de como isso é estimulado, de como é preparado, como a comunidade é preparada para esse processo de construção. Que tratamento e que utilidade esse processo político-pedagógico vai ter. À medida que ele se constrói, que a escola tem condição de executar, que condição operacional essa escola tem para colocar o seu projeto político-pedagógico para funcionar? Na minha opinião pessoal, o próprio desenho e a funcionalidade do projeto político-pedagógico da escola passam também, pela autonomia financeira. A escola tem condição de executar o que ela se propõe fazer?.

Formas de delegação - A própria legislação chama a atenção para os espaços e estimula os sistemas à criação desse espaço, da autonomia pedagógica, operativa e financeira. Temos um número significativo, no que se refere à construção da autonomia administrativa, da autonomia pedagógica, e acho que no caso da autonomia financeira, é onde nós avançamos menos no Brasil. Mais que descentralização, e mais do que desconcentrar recursos e responsabilidade, realmente descentralizar recursos e condições para que a escola possa realmente construir e executar seu projeto pedagógico.

Na verdade, estou mostrando um quadro em relação à forma de escolha dos diretores. Nos números (como disse, o último levantamento do Conselho foi de 2003) já temos várias mudanças. Vários que estavam no grupo de eleição direta pela comunidade estão trabalhando e já passaram para o segundo grupo: trabalhando uma eleição direta, mas com uma seleção técnica. Então, temos Estados que trabalham com o processo de eleição direta. Alguns Estados começaram com esse processo da eleição direta e já migraram, compondo primeiro, uma prova para uma avaliação técnica, em termos de competências e atribuições. Depois os selecionados têm os seus nomes colocados à disposição para a eleição. Temos alguns Estados

que trabalham com a seleção técnica, e aí a seleção técnica vai desde um concurso público como o Estado de São Paulo. O cargo de direção é de concurso e é um cargo. Não é nem um concurso no sentido temporário; é uma função de cargo definido. Há até a seleção com critério técnico e político ainda. Infelizmente, o critério de seleção político ainda é muito presente na maioria dos municípios e em muitos Estados também.

Concluindo, o papel do CONSED e da UNDIME, também como fruto desse contexto de participação e redemocratização, é de tentar articular os sistemas como um todo. Acho que nosso grande desafio, enquanto CONSED e UNDIME, é uma aproximação no sentido da construção de políticas públicas com esse olhar de nação. Não estamos falando aqui de criar ou de organizar um sistema federal ou nacional no sentido estrito, mas de concepção e de política pública que tenha esse olhar de conjunto, esse olhar da grande tarefa que temos de, através do processo de gestão pública, de gestão do sistema, construir políticas que tenham alcance e que busquem garantir qualidade e poder de romper o grande desafio que temos. De garantir não só o acesso à escola, mas que esse acesso signifique o sucesso escolar, signifique qualidade e cidadania. E eu gostaria de destacar esse papel que tanto o CONSED como a UNDIME têm. No caso do CONSED, quando estabeleceu como foco a gestão, criamos comissões específicas que têm como foco a gestão. Vou destacar ações de intercâmbio com vários Países, que o CONSED estabeleceu. Missões de diretores escolares dos nossos estados têm feito trabalhos de intercâmbio, de estudo, e de compartilhar documentos de estudos, modelos de gestão, com os Estados Unidos, com a Inglaterra, com a França. Os nossos Estados também têm recebido missões de diretores, realizando Seminários com foco na área de gestão e também promovido intercâmbio de equipes técnicas das Secretarias de Educação.

Internamente, também, o CONSED tem um programa que é o Renageste. Na verdade, é uma tentativa de formação de uma rede, e que tem a gestão como foco. Temos uma publicação que é a revista Gestão em Rede. É uma revista que se presta a socializar as diferenças de gestão, com os diferentes desenhos que assumem os nossos Estados, e é lógico que a diversidade é o foco. Cada número da revista procura dar espaço para que cada Estado e cada município possa contar o que vem realizando.

O Prêmio Gestão Escolar, que é um prêmio que o CONSED realiza em parceria com a UNDIME, com o UNICEF, com a UNESCO e a Fundação Roberto Marinho. Mais do que um prêmio, na verdade, é um grande programa de avaliação, que estimula a escola a realizar a auto-avaliação, a discutir qual o seu processo de gestão na área de recursos humanos, na área administrativa, na área financeira. É um prêmio realizado para a rede municipal e para a rede estadual. Existe um processo de socialização nas escolas, das experiências vencedoras. Na verdade, o grande objetivo não é o prêmio mas as oportunidades de intercâmbio. Os diretores têm oportunidade de conhecer o trabalho realizado em todos os Estados, e até em outros Países, em relação à gestão. O que tem de mais forte em relação ao prêmio é a oportunidade da socialização, dos olhares, da escola se auto-avaliar, da própria equipe e da comunidade escolar também conhecer o trabalho que é realizado no âmbito do seu Estado, da sua região. Eu destacaria ainda o Progestão, que é um programa de gestão que foi organizado pelo CONSED. Vou falar rapidamente, acho que muitos de vocês o conhecem. O CONSED estabeleceu como foco a gestão, acreditando que qualquer que seja o modelo de escolha de diretores, esse gestor e esse diretor de escola, ou seja, a equipe gestora da escola e não só o diretor, precisa investir no seu processo de formação. A escola mudou muito, as demandas que são colocadas para a equipe gestora da escola são muito diferentes da escola de dez, quinze anos atrás. Como eu disse antes, tem escola que recebe recurso, e também o lidar, o dia-a-dia, as tarefas, os desafios que são colocados para essa escola são desafios diferentes. Então, a partir da definição de algumas áreas centrais com foco na resolução de problemas, o CONSED criou um programa de educação, de formação continuada à distância. O Progestão hoje está em funcionamento em 25 estados e tem como foco não só a rede estadual mas, em vários estados, já trabalha com as redes municipais.

O Progestão é organizado em módulos. Tem fitas, tem um processo de formação em escala, e a idéia é garantir que os gestores, e não é só diretor da escola, mas uma equipe da escola, tenha um processo de formação em diferentes módulos, que vai desde a função social da escola até como construir o projeto político-pedagógico da escola, como lidar com recursos humanos, como lidar com recursos financeiros. É um curso em que o público-alvo são gestores, lideranças. Tem o foco na participação da equipe. É um projeto que tem que ser desenvolvido na escola, tem uma estrutura curricular própria e a implementação curricular é flexível. Cada estado assume um desenho diferente, desde Minas Gerais que tem uma escola, hoje, que trabalha no desenho virtual "on-line", até Estados que trabalham com o sistema todo presencial. Tem diferentes desenhos de implementação.

De maneira geral, acho que o Progestão, como já falei em linhas gerais, tem o foco na gestão, e na qualificação desse gestor. O que é importante, vários estados já fazem o curso desde o primeiro ano de lançamento do programa. Ele tem 270 horas. Vários estados transformaram esse curso em um curso de especialização e, a partir do Progestão, várias redes têm sido formadas, e já na escola não existe só uma pessoa que foi qualificada, mas um grupo que consegue trabalhar e dar um suporte para construção e para o processo de gestão dessas escolas.

São 11 Estados que estão em fase de implementação do programa. Em andamento são quatorze. E não implementadas só dois: Mato Grosso do Sul e Paraná. É importante colocar que existem Estados que começaram em 2001. Alguns já formaram. Mas é um programa permanente, está sempre à disposição de Estados e municípios. Em alguns dos Estados, inclusive, a rede municipal, independente do Estado, está fazendo a formação. Eles têm participado desse processo de formação e investimento, nesse foco da própria gestão. Estamos falando de resultados: um alto índice de satisfação. Há mudança na lógica do conjunto da escola. Muitos estados fizeram, a partir do Progestão, parcerias com universidades, e transformaram em especialização. As próprias universidades reconheceram as 270 horas que tinham sido feitas em uma fase inicial, e hoje o Progestão está, por definição do CONSED, passando por uma avaliação externa da Fundação Carlos Chagas. Nós vamos monitorar todo o processo de execução do Progestão, com vistas a atualizar o material e a criar instrumentos de avaliação do programa, condições de entrada, de saída, e qual o impacto real do programa na gestão da escola. É um programa que para o gestor, para a liderança é muito bem avaliado no que tange à formação. O CONSED quer saber o que é que essa formação tem refletido na qualidade, na mudança de resultado na escola. Esse é o olhar que nós estamos, junto com a Fundação Carlos Chagas, vamos implementar e definir padrões. Para saber até onde esse processo de formação dos gestores está conseguindo produzir efeitos na qualidade.

Para finalizar, alguns desafios que eu coloco mais para o sentido da temática, o processo de democratização de sistemas de ensino. O primeiro para que chamo a atenção é a questão do olhar. O desafio que é colocado para nós da União, Estados e municípios, é o de conseguir olhar esse sistema e essa diversidade da educação do Brasil. O desafio de ter a visão de conjunto e, ao mesmo tempo, entender as responsabilidades específicas de cada um dos entes federados, que são eleitos, que têm responsabilidades, que têm autonomia. Conseguir esse equilíbrio entre o conjunto, entre o que deve ser compartilhado, aquilo que é política pública, que deve ser construída pelo conjunto e as suas responsabilidades específicas, o equilíbrio entre financiamento e responsabilidade.

Quando o FUNDEF foi implantado, tivemos tanto em Estados, quanto em municípios, histórias, várias histórias de disputas de espaço, de Estados e municípios, sempre com esses olhares - rede, responsabilidade e financiamento. Hoje, estamos em um momento importantíssimo para o País. Uma nova dimensão de financiamento está sendo dada, que não vai resolver o problema de financiamento da educação. O FUNDEB tem muitos avanços mas o problema não vai ser resolvido com a aprovação do

FUNDEB porque o cobertor é curto para o tamanho, é curto com certeza. O volume de recursos que estão sendo colocados, aumentam significativamente, é um avanço enorme a contribuição da União definida. Com certeza teremos grandes problemas, tanto no que se refere a educação infantil, tanto ao que se refere ao ensino médio. Porque uma das travas que foi colocada no FUNDEB foi que não haja perda de recursos para o ensino fundamental. Então, o “per capita” praticado hoje pelo fundamental, vai ser mantido. Significa que tanto a educação infantil quanto o ensino médio vão ter que se organizar no âmbito de cada Estado, de cada município, com o que sobra de recursos, e a gente sabe que não é o suficiente. Temos esse grande desafio, e eu acho que o maior desafio para os sistemas de ensino é o processo de construção, de maneira equilibrada, do processo de autonomia, que é um processo de construção da autonomia administrativa, pedagógica e financeira para as escolas. O nosso grande objetivo de qualidade nós só vamos conseguir alcançar na medida em que o sistema conseguir perceber esse grande desafio. E também conseguir que a escola perceba e ocupe esse espaço no processo de construção.

Finalizando, no caso do processo de seleção dos diretores, a minha opinião é que falar em gestão democrática em forma de escolha, de gestores democráticos, significa simplesmente fazer eleição, e com isso a gente resolveria os problemas no que se refere a gestão, ao processo de escolha de gestão democrática?.

Acho que temos um imenso desafio. Garantir ou construir no âmbito de cada Estado, de cada município, um processo de escolha de gestores que consiga equilibrar competência técnica, formação, porque esse diretor, esse gestor de escola, tem atribuições que o professor que fez formação regular, uma licenciatura, não tem. É cobrado dele diferente desempenho e atribuições, e ele precisa ter uma competência técnica para lidar com dinheiro, para lidar com recurso, para lidar com recursos humanos, para construir uma nova relação com os seus servidores, lidar com essa relação, que às vezes caminha para o lado corporativo. Esse é o desafio para o diretor, ao mesmo tempo em que ele precisa ter competências técnicas e atribuições e uma formação específica, também precisa ter legitimidade, ele precisa também ter representatividade. Acho que o desafio para os sistemas é conseguir construir processos de escolha de diretores que consigam combinar a competência técnica, a formação específica e ao mesmo tempo a legitimidade, a representatividade, e a credibilidade da comunidade escolar. Muito obrigada e estou à disposição.

Mestre de Cerimônias: A Professora começou a fala dela com a proposta de como compartilharmos olhares. Vou fazer um breve comentário. O Ministério da Educação vem desenvolvendo um trabalho de parcerias com as diversas entidades nesse sentido. De compartilhar olhares, de compartilhar ações. Em seguida, ela coloca o processo coletivo de gestão, ou seja, como podemos trabalhar esse processo coletivo de gestão no âmbito estadual, no âmbito municipal, no âmbito da escola.

Nós estamos trabalhando com diversas entidades a formação dos conselheiros municipais de educação, a formação de gestores municipais da educação, a formação de conselheiros escolares, dentro desse foco, no processo coletivo da gestão democrática. Ela coloca a questão da gestão democrática nas escolas. Funcionar como uma unidade, que não é a própria escola, sendo gestora dos recursos, uma unidade executora que recebe recursos para gerenciar no âmbito da escola. Há um tempo atrás, nós propusemos um trabalho no sentido de transformar essa unidade executora, a própria escola, para receber o recurso diretamente. Porque não a escola receber? A escola já é a responsável por tantas atividades, por tantos processos, e por que não receber o recurso diretamente? Seja do governo estadual, seja do governo municipal, ou seja do governo federal. Acreditamos que o processo de descentralização dos recursos foi muito importante. Passar o recurso diretamente para a escola, mas e por que não a escola executá-lo diretamente? Porque esse recurso continuar com a unidade privada para gerenciar um recurso que lhe cabe?

Compartilhar um outro olhar, o Progestão. Há um programa da escola de gestores que está sendo desenvolvido pelo Ministério da Educação e que buscou diversas parcerias, diversas ações que já estavam sendo realizadas em níveis estaduais. Para, juntos, Ministério da Educação, estados e municípios desenharmos um projeto de formação de gestores. E há pesquisas do INEP, tanto qualitativas quanto quantitativas, que indicam a importância da formação do gestor e dos especialistas que compõem a escola. Não só a formação do diretor, mas da equipe que compõe o colegiado. Muitos questionam. Porque formar o diretor, por que um monte de diretores que são indicações políticas e passam um período e saem da escola? Qual a importância de formar um diretor? Há pessoas que acreditam não ser importante formar o diretor. Mas essa proposta de formação do diretor e da sua equipe, se deve a acreditarmos que o diretor permanece na comunidade. Ele está no cargo de direção, mas ele retorna para a escola.

INTERVALO

Continuação do Painel: Organização da Educação Brasileira e Gestão Democrática.

Mestre de Cerimônias: Com a palavra o Professor Paulo Eduardo dos Santos, presidente da UNCME, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

Presidente da UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, Professor Paulo Eduardo dos Santos: Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar este Plenário em nome de um companheiro do Conselho Municipal de Educação, em um lugar bem distante e bem difícil para chegar até Brasília, a capital do Brasil, que é o companheiro do município de Boca do Acre, Alcimar. Do meu ponto de vista, esta é uma possibilidade de estabelecer diálogo, como diz a nossa colega do Conselho Estadual de Educação, de estabelecer diálogo entre a sociedade civil e o Poder Executivo no município. Então, em seu nome, Alcimar, eu quero cumprimentar e saudar a todos nesta plenária que é tão diversificada e representa aqui todo o País. Pessoas que vêm de outra nacionalidade. Aproveito para cumprimentar o professor Arlindo, e aproveito para parabenizar o Ministério da Educação por esse movimento, pela realização deste Seminário. Nós, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, entendemos que este espaço é fundamental para que possamos discutir e aperfeiçoar alguns instrumentos democráticos que possam ser viabilizados tanto nos municípios, quanto no Estado, quanto na União. É por isso que a UNCME Nacional se faz presente e, inclusive, trouxemos toda a diretoria para participar. Há uma reunião ordinária da diretoria, que está acontecendo simultaneamente a este encontro. Para nós é de extrema importância e queremos parabenizar o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Básica, pela organização deste Seminário.

Aproveito e externo aqui meus cumprimentos a Lêda, coordenadora desta mesa, companheira da UNCME, apoiadora em todas as nossas ações. Destaco aqui também a Professora Alaídes, companheira do estado de Mato Grosso, da qual nós somos vizinhos e parceiros naquele Estado, na discussão e na fomentação dos trabalhos sobre os conselhos municipais de educação; a Professora e Secretária Justina que representa a UNDIME, que é parceira nacional da UNCME e que tem prestado grandes serviços no sentido de criar e consolidar o conselho democrático. Ao colega Ivandro que vai fazer o uso da palavra aqui neste painel, que tem contribuído enquanto consultor do Pró-Conselho, tem feito um trabalho brilhante no que diz respeito ao quadro de conselheiros, a capacitação e a formação desse segmento da sociedade. Ao CONSED, Maria Auxiliadora, e por fim e em especial ao Professor Jamil Cury, que tantas oportunidades tem de estar participando em um painel como este, e que tem contribuído com os conselhos municipais de educação, tanto nas reflexões, nas discussões, nos debates que a gente tem promovido e, sem dúvida nenhuma, é uma pessoa de referência para que se possa estar fazendo este debate.

Eu digo que é uma oportunidade discutir aqui este tema tão importante que é a gestão democrática da educação e pedagogias participativas. Eu, que sou do município de Cuiabá, sou professor da rede

pública municipal, e estou hoje presidente do Conselho Municipal de Educação, nesse processo, nessacaminhada, a gente tem tido a oportunidade de participar de debates como este. Eu falo oportunidade porque tem contribuído para a minha formação pessoal e para a minha formação profissional.

Ao discutir gestão democrática, gostaria de dizer que nós não estamos falando de oportunidade, nós estamos falando de direito, e é em cima dessa perspectiva que eu gostaria de trabalhar e entender que ao falar que com a gestão democrática estamos querendo garantir o direito à educação a toda a sociedade brasileira. Por isso que, para mim, é uma alegria participar deste painel, cuja motivação é a possibilidade da participação social na gestão pública municipal. Outra coisa que eu estou muito tranquilo em falar aqui, agora e depois dos painelistas que me antecederam, sem medo de errar. O que eu quero dizer? Queremos democratizar o ensino público, e isso é um consenso nas falas que estão aqui. Eu acho que há consenso neste Plenário. Eu estava cochichando agora mesmo com o Jamil Cury e a gente dizia: talvez a gente precise começar a falar para pessoas fora deste público. É como se diz no sermão nas igrejas. Estamos convertendo os convertidos, precisamos é converter outros, porque aqui estão pessoas que acreditam em uma possibilidade de gestão democrática. Ao falar sobre gestão democrática eu fico muito à vontade. Acho que queremos democratizar, isso é um fato, ao menos para as pessoas que estão aqui. A outra coisa é que sabemos que gestão democrática não combina com regime autoritário. São duas questões. Queremos democratizar e sabemos que ela não combina. Ela não combina com o estado autoritário, não combina com regime autoritário, com regime centralizador ou com regime excludente, que restringe a participação da sociedade civil nos espaços de decisão coletiva, decisão política.

Porque continuamos há 18 anos, como diz o Professor Jamil Cury, discutindo a gestão democrática do ensino? Entendo que reconhecemos como estão as coisas. Ainda não tivemos sucesso em relação ao que a sociedade brasileira projetou para a educação pública no Brasil. Um olhar mais cuidadoso, mais atento sobre os acontecimentos que cercaram o Brasil nas últimas décadas, nos leva a reconhecer que a democracia recomendada e bem discutida na Constituição Federal de 88 precisa de fato ser objeto, tanto da sociedade civil quanto da sociedade política, que deve propiciar espaços completos e maior participação da população.

A Secretária Justina, representando aqui a UNDIME, dizia da experiência dos planos municipais de educação e citava também os planos estaduais de educação. Infelizmente, a maioria dos planos ainda deixa muito a desejar no que diz respeito a participação. Estamos perdendo uma grande oportunidade de promover o debate, o diálogo da sociedade civil e da sociedade política para que possamos projetar políticas públicas para a educação. O que nós queremos é restabelecer o controle da sociedade civil sobre a questão pública, porque o estado democrático não convive com a exclusão, e muito menos com a restrição à participação da sociedade civil nos espaços de decisão política.

Tem uma coisa que nos preocupa muito e tem preocupado a todos os movimentos presentes neste Seminário. São os resultados qualitativos da educação no Brasil. Sabemos, e aqui foi apresentado, foi anunciado na fala do Professor Jamil Cury, na fala do João Monlevade, e ontem na abertura dos trabalhos. Os dados apresentados mostram avanços quantitativos, sobretudo no ensino fundamental, porém, não caminham na mesma proporção a qualidade social da educação, sem mencionar aqui os velhos problemas da falta de vagas nas demais etapas da Educação Básica, especialmente, na educação infantil, na educação de jovens e adultos, no ensino médio. A adoção de princípios democráticos, aqui tão discutidos, prescritos nos documentos jurídicos brasileiros, como a Constituição e posteriormente a LDB, não foram suficientes para estabelecer uma prática democrática nas decisões das políticas públicas de educação. É preciso mudar muitas coisas. Nem sempre damos conta da situação. Portanto, gestão democrática, como diz a

Lêda, é bonita, é interessante, mas é difícil. Gestão democrática, não se instala num passe de mágica. A Constituição foi um passo fundamental, um passo importante, foi uma estaca, vamos dizer assim, um marco da discussão em um estado democrático. Mas, ainda é preciso avançar. Ela precisa ser vista como um princípio que deve ser tomado em todas as discussões que se queira fazer, em qualquer instância da atuação, na execução das políticas públicas brasileiras de educação. Esse mesmo aparato jurídico trouxe responsabilidades, tanto à sociedade civil, quanto à sociedade política no processo de um estado democrático. Eu diria que a aliança entre essa sociedade civil e a sociedade política, em meu ponto de vista, é uma condição decisiva para o êxito da definição de políticas públicas. Hoje, o Monlevade dizia isso. Com muita firmeza. Por essa razão é necessário criar uma cultura política que garanta a participação da sociedade civil para além dos mecanismos e instrumentos burocráticos. É preciso criar, ainda, alguns mecanismos de garantia de participação da sociedade. Temos mecanismos que precisam ser de fato consolidados. Os painelistas que me antecederam falaram do conselho escolar, falaram do processo de eleição de diretores, falaram dos conselhos de educação, falaram dos conselhos estaduais de educação, porém, nós sabemos que esses espaços ainda precisam ser aperfeiçoados porque, na verdade, essa prática democrática ainda não se consolidou em todos esses instrumentos. Esses instrumentos que estão à disposição de alguns municípios. Em outros municípios, essas questões não foram ainda nem veiculadas. Democratizar a gestão da educação pública, que implica a existência de espaço de participação da sociedade, na formulação e acompanhamento das políticas públicas de educação, é necessário.

Sabemos que até 88 a Constituição Federal, o principal modo de a sociedade civil participar ou influenciar nas decisões de governo, do Estado, e assegurar políticas comprometidas com os interesses da maioria da população, foi através do voto. E hoje há uma grande possibilidade nos conselhos municipais, que se tornaram um espaço possível para a população participar nas decisões e políticas públicas. A experiência do Conselho Nacional de Educação, como órgão de Estado, geralmente deliberativo, consultivo, fiscalizador, normativo, nos casos dos municípios que organizaram os seus sistemas de ensino e de assessoramento superior à secretaria municipal da educação, tem se constituído nos últimos 18 anos, em um espaço privilegiado, um fórum representativo da vontade plural de ter deliberação democrática, inserido no processo de democratização da educação pública. Entretanto, não é ainda reconhecido pelas atuais legislações. Um projeto da UNCME apoiado pela UNDIME, e assumido pelo Ministério da Educação, tem se comprometido a fazer as alterações na LDB atual. Entende os conselhos de educação como órgãos normativos dos sistemas que podem, de fato, estar inseridos na estrutura do Estado.

Diga-se de passagem que, antes de 88, alguns conselhos, em alguns municípios, já estavam criados. Nesta época o Conselho Estadual da Educação delegava algumas funções a estes órgãos. Antes de 88 também aconteceu um movimento dos conselhos municipais da educação, na perspectiva de já aprovar algum debate, alguma aproximação entre a sociedade civil e o Poder Público Municipal.

Nesta última década, temos que destacar, então, que se registrou um aumento da criação dos conselhos municipais da educação em todos os estados brasileiros, que passaram a ocupar um papel estratégico na formulação da política nacional, quanto à sua implementação. Segundo um levantamento realizado pelo Ministério da Educação, em todos os estados e municípios, há um interesse em criar o conselho municipal de educação, e para isso, segundo o relatório, é necessário assistência técnica, é necessário assistência pedagógica, é necessário assistência política, para que, de fato, haja consolidação desses espaços democráticos. Nós, da União e do Conselho Nacional da Educação, estamos há algum tempo em um esforço conjunto com algumas entidades, principalmente aqui a UNDIME, o Fórum de Conselhos e o próprio Ministério da Educação, nesse esforço conjunto de tentar criar mecanismos de instrumentalização, necessária para que os municípios possam criar os seus conselhos municipais de educação. Penso que esse é um exercício, ainda muito incipiente, do regime de colaboração, pelo menos entre os órgãos normativos.

Há no Brasil, segundo o cadastro da UNCME, atualizado até 2005, 1650 municípios com conselhos. Isso significa 30% dos municípios brasileiros que optaram em criar os conselhos municipais de educação. De forma que um dos desafios é a expansão dos conselhos em todos os municípios. Não é novidade que eles apresentam problemas e dificuldades no seu funcionamento, mas não podemos perder de vista a trajetória desses espaços, a trajetória desses conselhos, as lutas que estabeleceram e as lutas que estabeleceremos para a sua implementação. A UNCME mostrou uma série de informações e vou destacar algumas. Fiz questão de fazer a leitura, acho que vocês já têm acesso às informações no caderno que foi disponibilizado no Ministério da Educação. Vale a pena fazer algumas reflexões, trazer à tona e inserir a pergunta: - porque discutimos há 18 anos sobre a gestão democrática? E, por que estamos discutindo gestão democrática até hoje? Para entendermos que apenas 60% desses mil e tantos conselhos funcionam regularmente e os outros 40% não funcionam por falta de pessoal, espaço. Quero classificar, aqui, espaço, espaço físico. A maioria dos conselhos funciona nas Secretarias Municipais de Educação. Há ainda uma necessidade de criar mecanismos que garantam aos conselhos municipais de educação que participem efetivamente. Como já foi dito, esses 40%, não funcionam também por conta da falta de formação de profissionais que venham assumir e de conselheiros que venham participar efetivamente.

Uma outra questão é a questão da função que os conselhos têm assumido nesses últimos anos. A maioria dos conselhos são consultivos, deliberativos, são fiscalizadores e em alguns casos assumem a função normativa, quando assim organizado o sistema municipal de educação. É interessante a gente destacar isso, porque o sistema para existir é necessário o conselho, mas o conselho para existir não, necessariamente, precisa do sistema. É claro que a UNCME defende que todos os conselhos sejam normativos, que todos os municípios constituam e organizem os seus sistemas.

Falei de algumas funções. Para que o conselho assuma essa função consultiva, deliberativa, fiscalizadora, normativa, só é possível com autonomia. Caso contrário, a gente está brincando de democracia. Só é possível deliberar se temos liberdade para tal. É preciso refletir sobre isso, e é por isso que essa mesa hoje é muito importante. Temos aqui representantes de todas esferas do poder, a UNDIME, CONSED. É preciso tirar daqui encaminhamentos. Que a gente, de fato, garanta essa participação efetiva dos conselhos municipais de educação, na definição, no acompanhamento e no controle das políticas públicas municipais.

Outro dado importante com relação à composição, é que ainda se pergunta assim: qual é a melhor forma para compor um conselho municipal de educação? Sempre digo que a melhor forma é de conselho representativo, a melhor forma é um conselho participativo, a melhor forma é um conselho democrático, a melhor forma é um conselho plural, para que a gente possa ter de fato uma participação efetiva e criar mecanismo consistente para que seja de fato interlocutor. O conselho deve ser órgão interlocutor entre sociedade civil e poder público municipal. Se a gente não garantir que esse espaço seja preenchido, garantido, ou respeite alguns princípios, a gente não tem um estado democrático. Então, garantir princípios na composição de conselhos municipais de educação é fundamental para assegurar, de fato, um espaço democrático, para a participação da sociedade e sua representatividade. Participação, princípios democráticos e pluralidade são fundamentais para que se possa ter um conselho participativo, um conselho atuante, um conselho que de fato represente, no jogo político, os interesses políticos, e que tenha um papel fundamental na implementação de políticas públicas.

Um outro dado importante é a questão da representatividade. Há quatro segmentos que estão presentes na maioria dos conselhos municipais de educação. É o aluno, é o pai, é o poder executivo, são as escolas privadas e são as escolas públicas. Variam outras entidades que venham integrar esse corpo. Por exemplo, a Câmara Municipal. As pessoas me perguntam pode? Não pode? Deve? Não deve? Não, não deve. Na opinião da UNCME, ela não defende essa posição, que a Câmara Municipal participe do conselho municipal de educação. Tem que entender que ela já é um setor representativo da sociedade e o conselho

municipal de educação não abre mão do espaço que pode ser muito bem articulado entre a Câmara, o conselho e o Poder executivo. Mas falando da representatividade desses que foram identificados pelo SICME, a gente observa, a gente vai ver lá na forma de escolha desses segmentos. Existem dois modelos na verdade. Dois modelos de escolha, duas formas de escolha desses representantes. Uma delas é a indicação do prefeito e a outra é por indicação ou eleição das entidades representativas. Se perguntarem qual é a posição da UNCMME, fica claro, qual que é a melhor forma. Um dos dados apresentados pelo SICME, aponta um indicio de que estamos no caminho certo. Porque a grande maioria dos conselhos municipais de educação adotaram a segunda alternativa, que é a indicação ou eleição, através das suas entidades representativas. É um avanço. Mostra uma perspectiva interessante dos conselhos municipais da educação. Mas, temos um problema. Temos um problema com dois segmentos. Vejo no segmento de pais e no segmento de alunos. Na maioria dos conselhos dos municípios, esses segmentos não estão organizados. E acentuam uma crise entre o representante e o representado. Se já temos problemas entre as entidades que já são organizadas, o distanciamento entre os representantes e os representados, agora imagine em uma entidade que não está organizada. O aluno representa quem exatamente no município? Fica complicado se não tem essa organização. Os pais representam quem nesse município? E acabam, então, acentuando o problema da representatividade desse segmento.

Nós, no município de Cuiabá, arrumamos uma alternativa, que talvez até outros municípios já tenham adotado. A gente discute isso na diretoria da entidade. É a aproximação com o conselho escolar da comunidade, ou os conselhos deliberativos. É preciso que os conselhos municipais de educação estabeleçam essa ponte, estabeleçam essa articulação entre os conselhos comunitários e criem um fórum permanente nos municípios, que possa discutir, avaliar, acompanhar e consolidar a política pública no município. Então, é uma alternativa. Deve haver outras alternativas, mas eu cito esse município, porque é onde os pais, e os segmentos de alunos, estão melhor organizados e essa não é a realidade em geral.

Uma outra questão, a última que quero apontar é com relação à presidência dos conselhos municipais de educação. Se, de um lado, a escolha é apontada como um indício da consolidação dos processos democráticos, na escolha da presidência dos conselhos municipais de educação temos dificuldades, temos problemas. Já melhorou, na verdade. Eram 32%, hoje já estão 26%, mostrando que avançamos e que vale a pena discutir sobre gestão democrática. E se falando que 26% dos conselhos municipais de educação são presididos, ou são indicados, pelo secretário municipal de educação. Então, isto mostra porque nós estamos discutindo sobre gestão democrática ainda hoje. Estamos há 18 anos da Constituição e é preciso aperfeiçoar algumas coisas. É preciso consensuar, é preciso estabelecer novos mecanismos, é preciso romper com alguns paradigmas, é preciso ainda avançar nesse processo e consolidar de fato uma prática democrática.

Por isso é necessário continuarmos refletindo sobre gestão democrática ainda nos dias de hoje. Temos, só retomando aqui, que resgatá-la das mãos daqueles que têm maior poder e maior capacidade de articulação. É preciso definir os critérios para sua composição representativa. Já disse e já aponte algumas responsabilidades. A maioria dos conselhos só funciona com a anuência da personalidade mais, ou menos, democrática dos dirigentes executivos da gestão municipal. Nessa dependência, os conselhos municipais de educação não conseguem desenvolver a participação, a tal participação política de forma autônoma, responsável e comprometida com os interesses da maioria da população. É nesse contexto que a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, pautada em princípios da universalização do direito a educação, da gestão democrática da política educacional, da inclusão social, da concepção dos conselhos da educação como órgãos de participação social com caráter plural e de representatividade social, é que temos reforçado a necessidade de aprimorar o mecanismo de participação política e de controle social, permitindo, assim, a expansão com qualidade social na educação do município, mediante os princípios,

que propõe: 1. reconhecimento, na legislação educacional nacional, da existência dos conselhos municipais da educação como parte de uma estrutura de organização da educação; 2. autonomia financeira para os conselhos municipais de educação, assegurando junto ao órgão executivo, dotação orçamentária própria e condições para manutenção e funcionamento; 3. compromisso e responsabilidade dos conselhos municipais de educação na elaboração e implementação do plano municipal de educação, construído com a participação democrática de diversos segmentos sociais; 4. compromisso com a criação e fortalecimento dos conselhos municipais de educação como estrutura da gestão, do controle social dos recursos financeiros e da organização do sistema municipal de ensino; 5. (como não poderia deixar de ser) compromisso com a criação do FUNDEB, assegurando alguns princípios que estamos apontando desde o final do ano passado e ainda continua preocupando. Ainda é preciso manter vigilância com a mobilização para que se possa, de fato, garantir o FUNDEB; que a questão da educação infantil, que é a questão do custo aluno com qualidade, que é o reconhecimento da competência dos conselhos municipais da educação no controle e fiscalização da aplicação dos recursos da educação.

Terminando, queria dizer que a materialização da experiência dos conselhos municipais de educação se insere no processo de gestão democrática da educação e na descentralização das funções do Estado, preconizada pela Constituição.

Quero, agradecer a oportunidade e colocar-me à disposição no momento do debate. Obrigado.

Mestre de Cerimônias: Eu só vou dar uma notícia com relação aos conselhos municipais de educação. O movimento do Pró-Conselho. Encaminhamos um projeto de lei para ser analisado pelo Conselho Nacional de Educação, definindo o conselho municipal e estadual de educação como órgãos normativos do sistema de ensino. Porque a LDB diz que os sistemas devem criar o seu órgão normativo, mas ela não diz que é o Conselho municipal de educação. Defendendo essa bandeira, encaminhamos esse projeto de lei, e foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação. Acho que foi uma vitória.

Agora, vou passar a palavra para o Professor Ivandro Sales, que é um grande amigo, é um grande consultor do nosso Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação, um grande filósofo. Vocês vão gostar muito da fala dele.

Professor Ivandro da Costa Sales: Boa tarde a todos e a todas. Falar por último não é fácil. Fiquei pensando. O que é que vai sobrar para mim? E assim, já no fim da tarde, eu que fico pregando para as pessoas diminuírem a capacidade de agüentar muita coisa, vão me agüentar um pouquinho.

A primeira coisa que quero falar é agradecer ao convite para participar deste evento. Acho tão ousado, tão oportuno, bastante grandioso. Eu conheço o tamanho da equipe. Quantas noites, quantos fins-de-semana, para organizar tamanho evento. A outra é a satisfação de contribuir, poder ter a oportunidade de compartilhar com pessoas tão representativas e tão importantes que estão aqui. São dirigentes governamentais e civis, militantes de organizações governamentais e civis. Sabendo que tem essa importância enorme, eu me preparei muito considerando a importância dessas pessoas que estão aqui. São todas pessoas coletivas que representam muita gente deste País. Estou aqui com o maior respeito possível.

Sei que um convite desse me alegra muito por ser lembrado por amigos em momento muito importante. A mim dá uma grande alegria e aumenta a minha responsabilidade, mas me dá um alento na minha luta. Acho que eu estou mais aqui como militante da gestão democrática, mais do que da Universidade. E o que eu vou conversar aqui é falar dos desafios que na minha militância em diferentes espaços, em diferentes regiões, venho fazendo na direção da gestão democrática. Falar dos desafios, que é mais ou menos falar dos meus sofrimentos, com relação à gestão democrática e dizer como é que estou tentando vivenciar,

como é que estou tentando pensar, como é que eu estou tentando conversar sobre a gestão democrática.

O primeiríssimo ponto é a própria concepção de Estado que temos atualmente. Houve um período em que o governo era responsável por toda a gestão da sociedade. Não existiam as organizações da sociedade civil. Com o surgimento, com o aparecimento, com a multiplicação das organizações da sociedade civil, essa função de gerir a sociedade, ficou muito mais ampliada. Quando não existiam as organizações da sociedade civil, tínhamos um Estado restrito, igual a governo, porque Estado não é uma coisa, um governo. Estado é uma função de gerir interesses da sociedade. Quem estiver gerindo esses interesses é Estado. Então, estou muito tentado a resgatar a função estatal e a função da sociedade civil. Neste momento nós não temos mais um Estado restrito, igual a governo. Hoje temos um Estado ampliadíssimo. O Estado tem dois braços, um governamental, com todos esses problemas que a gente já viu e o braço civil, que são as organizações da sociedade civil. Quero redefinir o Estado, mostrar uma nova concepção de Estado. Estado é como gestão, é como uma função. Todos nós aqui somos Estado, eu, pessoalmente, já fiz a minha reforma da Constituição, a minha reforma pessoal. Quando se diz saúde, educação, direitos de todos, dever do estado, como a minha concepção de Estado é muito mais ampliada, mudei o texto para mim. Eu gostaria que mudasse para todo mundo. Direito de todos e dever de todos, e dever do Estado. O Estado, entendido como do tempo passado, passou, porque o governo monopolizava a administração e a gestão dos interesses e dos direitos da sociedade.

Uma outra concepção é a de gestão. Estou vivenciando isso muito claramente numa assessoria que faço em um Conselho Municipal de Saúde. Tem o secretário que é chamado de gestor, o coletivo dos diretores é chamado Conselho Gestor, e o conselho municipal de saúde ninguém sabe o que é. Uma hora é chamado fiscalizador, outra hora é colaborador do governo, e ficamos perguntando se, por exemplo, a gestão incluiria a definição de prioridades, a definição de ações, a definição de objetivos, de metodologias de modelo de gestão. A gestão passa, desde a definição ao encaminhamento, à fiscalização e ao controle. A definição de prioridades passaria pelas conferências e plenárias deliberativas, os conselhos. E nessas conferências já tem um representante da sociedade civil e representantes governamentais. Os encaminhamentos dessas decisões, dessas prioridades, das conferências. Brinca-se muito nas conferências neste País. Depois, ninguém sabe mais o que aconteceu, do investimento enorme. Tudo isso evapora.

Eu imagino que os conselhos deveriam encaminhar as decisões, para implementação, aos órgãos das secretarias, implementarem. O poder passaria por essas instâncias e caberia às secretarias, aos órgãos técnicos das secretarias fazer a implementação, o encaminhamento.

Minha batalha com os conselhos, com as organizações da sociedade civil, é a de que não é para ser assim. Os fiscalizadores, controladores, são para ser co-gestores de políticas públicas. O secretário não é para ser chamado de gestor. Ele faz parte, com a sociedade civil, da gestão. E a sociedade civil é co-gestora de políticas públicas. Isso vai implicar em muitas coisas.

Quando fico pensando nos conselhos municipais de educação, nos conselhos escolares, que têm essa função normativa e é bom que tenha. Mas, eu privilegiaria muito atualmente o olhar sobre o Conselho sob o prima se está ajudando a criar um ambiente educativo nos municípios, ou nas escolas, se está ajudando a bolar o projeto pedagógico das escolas. Queria muito ver uma coisa mais feliz, mais alegre, queria muito ver conselho colocando bloco na rua. Porque lei nunca cria nada. As boas leis são aquelas que oficializam o que existe. Oficializam o que nasceu da sociedade. Muito dificilmente lei cria alguma coisa. As práticas criam as leis. Depois, vou começar a insistir no Pró-Conselho. Ter umas oficinas, ter umas discussões sobre a criação de um ambiente educador, que é bem mais do que a relação professor-aluno. É a criação de um clima, de uma cultura. Educação é justamente a modificação da cultura, é a criação de cultura. A educação deve ser o aprofundamento de uma cultura e o conselho deve ser um instrumento desse aprofundamento,

de uma cultura pró-educação, que tem como grande objetivo a formação de gente. A educação é a produção de gente, mais sabida e mais forte.

O que sinto, agora, é que existe uma forte tensão entre democracia representativa e gestão democrática da sociedade. A democracia representativa parlamentar é essa que tem os Três Poderes - o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Temos a importância teórica do Legislativo, esses mandatos universais de quatro em quatro anos, ou de seis em seis. São mandatos gerais. Essa democracia representativa nasceu com o capitalismo e em função dele e, com a continuação, ficou em função do capital e de grupos de interesses. Não satisfaz mais aos grupos capitalistas. Ao povo nunca serviu muito. Não sei se vocês participam muito das escolhas dos candidatos. É uma democracia muito calcada no voto. Já não sei quem são os candidatos que meu partido escolhe. O voto não é grande poder. Controlar os eleitos é poder. Votar apenas não é uma coisa importante.

Os conselhos nasceram na história, para substituir a democracia representativa. Era um novo modo de gerir a sociedade. Um embrião de uma participação dos trabalhadores. Até um certo tempo, os empresários estavam muito satisfeitos com a democracia representativa. Atualmente não tem mais um grupo do Capital, nem um teórico grande do liberalismo que aceite bem a democracia representativa parlamentar. Todos pregam uma gestão mais democrática, mas cada um do seu lado. Os empresários estão fazendo a grande democracia deles. De fato eles têm poder. Queria discutir, muito rapidamente, a concepção de participação. Houve uma época que dava cadeia. Depois de certo momento virou obrigatório. As mesmas pessoas que "prendiam, arrebatavam", falam que é estratégica a participação. Falam que a salvação do mundo está na participação. E eu fiquei pensando. Engraçado, devem estar utilizando muito bem a palavra participação para encobrir práticas autoritárias. Grande discurso de participação, justificando práticas que não têm grande coisa de participação. Fico pensando - o que é mesmo participação? Tem hora que é identificada com a fala, as pessoas falarem. Vamos observar - as pessoas foram obrigadas a falar. Então, o primeiro conceito, desde que tenha obrigação, não tem participação. Tem bem mais participação no silêncio, que eu decidi, por eu quero saber do que se trata (não quero falar besteira antes do tempo) do que numa fala que me obrigaram. O mesmo no trabalho de grupo com encenações, com dinâmicas. Porque se não fala oralmente, seu corpo fala. Então, quem está organizando o evento acaba sabendo. Outra hora é assim: ter muita participação porque muitas pessoas vieram à reunião. Você vai ver o que é, tem muita chantagem. Ou vem ou não recebe tal programa. De novo, tem chantagem, não tem participação. Outra hora é assim, teve eleição, eles votaram e a maioria ganhou. Um agricultor outro dia me falou: não gosto de ir para essas reuniões de vocês, porque eu já entro interpretado, pouco importa o que eu diga. Então, é assim: muitas vezes não sabemos muito em quem votar, porque dizem assim, olha, você fica de olho porque você vai votar em quem levantar o crachá, então aquela é a nossa corrente, aquela é a nossa tendência, e o mais grave disso é porque se faz a eleição e depois não cria um mecanismo para valer as decisões. Elas se evaporam. Do ponto de vista educativo, acho isso muito grave. Porque desmoralizar decisões é desmoralizar quem decidiu. E este é um País em que se brinca muito de votação. Desmoraliza-se o tempo todo quem votou. Do ponto de vista de uma educação mais social, de formação de gente, é um faz de conta.

O que seria participação? É simples, de modo muito geral, vou dizer: participação para mim é ter poder, ter poder de definir o que se quer e o modo de querer. Nesse sentido, a colaboração não é participação. Se eu colaboro no que eu defini, no que a minha categoria definiu, é participação. Agora eu colaborar no que outros definiram para mim, aí é negação da participação. Incluí, para mim, essa dimensão de poder. Estou insistindo muito no termo eleição, para curtir mais um querer coletivo. Porque rápido se faz uma votação, se acaba um debate, e depois as decisões se evaporam. Porque não foram criados mecanismos, não sabemos fazer cobranças. Estou identificando muito também na democracia e na participação, até mesmo

por questão da disciplina, desde que foi decidido coletivamente tem que ser cumprido. E o que seria a participação? A participação seria ter que se tomar em consideração, dar-se importância. O grave é que não tem muita tradição democrática de poder, de definir as coisas. Para mim a participação seria tomar gosto para ter poder, se fazer tomar em consideração, se dar importância, não entregar os destinos a “salvador da pátria” nenhum, nem a governo, nem a marido, nem a mulher, nem a filhos, contra todas as tiranias. Não entregar o destino a ninguém, não ter “salvador da pátria”, não ter governo, é ser governo, já que todos somos Estado. Como querer ser governo e não ter governo. Agora, definindo bem de que poder se está falando, porque ter o poder de gritar, de arrebanhar, de proibir, de premiar, de fazer chantagem, que é o baseado em forças armadas, em decretos, em leis, esse é um poder de quem se chama dominador. Tem outro poder que é muito bom, que é reivindicar para nós, é o poder de interpretar um coletivo, de saber o que está pedindo para nascer. De organizar um querer que está mais disperso. Tem uma diferença enorme, quem tem aquele poder ditador, dominador, são os dirigentes, e acho que todos nós somos chamados a ser dirigentes.

Estou lembrando de uma historinha no limite disso. Fui participar de um debate em um lugar onde quem estava coordenando era alguém de uma ONG de muito prestígio. Tinha muito respeito das pessoas. Colocaram em votação uma questão e não passou bem. Continuou o debate. Depois, teve uma encenação, fizeram um teatrozinho. Passou por unanimidade. Logo depois, convidei os agricultores que estavam ali. Vamos tomar um refrigerante ou uma cachaça. O que você achar melhor. Eu perguntei: Você jura pela cruz de Deus que aquele voto foi sincero? Não precisa essa cruz de Deus toda, mas se a gente não votasse, aquela reunião não ia acabar nunca. Então, isso é de uma delicadeza. Tem outros que mandam, e pronto. Agora, esses eram de uma delicadeza enorme, mas não interpretaram o que é o querer coletivo. Tudo chamado de envolvimento comunitário, que é mais ou menos enrolação comunitária, mobilização. Na hora que acertamos aquilo que interessa não vai mais existir mobilização. Acertou nos interesses, só caberia ir para frente e aprofundar esses interesses. Sempre imagino o grande sucesso da Globo, porque acerta no que interessa, e nós além de acertarmos no que interessa, vale aprofundar no que interessa, na dimensão da educação.

Essa é a questão de ter poder, de aprender a ter poder, de tomar gosto para ser dono do poder. É muito difícil participar se não mandamos no dinheiro, ficamos discutindo, mas o dinheiro é decidido fora. É por isso que foi falado, hoje, da autonomia financeira. É praticamente impossível você ter poder se você não define o recurso, não define a questão do dinheiro.

Um outro grande desafio já foi falado. Quero só repetir, a questão da representatividade e capacitação dos representantes da sociedade civil. Enquanto os representantes governamentais têm um certo tempo, têm uma remuneração, o representante da sociedade civil, não tem muito tempo, não tem muitos meios, são mais ou menos os mesmos. Aí, justificamos que eles não têm remuneração. O representante da sociedade civil precisa dedicar mais tempo. Muitas vezes não tem nem um ticket de transporte e é para ele um sacrifício enorme. Além disso que já foi falado aqui, muitas vezes eu já falei, já perguntei, já provoquei em reunião de conselho, quando pergunto: essa sua opinião, você tirou de onde? Teve alguma assembléia? Teve alguma reunião? A pessoa falou: não. Então você não está trazendo uma posição, você está dando uma opinião, e é bom ter cuidado com isso, porque a nossa força vai ser a nossa base, se não trouxermos o que as nossas bases disseram, o Poder executivo desmoraliza. Brincando. A base do poder é a base social, é a relação com as bases. Se os conselheiros, representantes da sociedade civil, não estão em profunda relação com as bases! Uma outra questão é a competência técnica, ter informações sobre orçamento, sobre gestão. Quando se fala na capacitação de gestores, tem também a capacitação dos gestores governamentais, que já têm uma certa capacitação, uma certa tradição.

Outro sofrimento que tenho também, do ponto de vista governamental, é a tradição de monopolizar a gestão. O bem comum não é entregue ao governo, representantes do bem comum são representantes governamentais que ainda justificam: “nós fomos eleitos”. Mas os representantes da sociedade civil também foram. Qual dos processos é o mais profundo, ou mais legítimo? De todo modo, tem uma profunda desconfiança nossa, nós, representantes governamentais, com relação à capacidade e à honradez da sociedade civil.

Muito rapidamente, o que queria colocar, para aprofundar, era a concepção de poder público, no nosso direito. Assim, o que é governamental é público, o que é civil é privado. É uma concepção que eu acho que não está correta. O público é o que se refere, é o que é discutido, o que é destinado para um grande número, ou para a maioria. Então pode ser muito bem governamental e privado, pode ser civil e público, não está ligado a uma questão administrativa, é uma dimensão do coletivo, o público é muito ligado a democracia, o que é decidido coletivamente e o que é destinado para a coletividade. Se for o governo que faz isto, então é uma atividade pública. Se for a sociedade civil é pública, nós somos de uma sociedade muito estatizante. Fica parecendo que torná-la pública é torná-la governamental. Pode ter uma estatização profundamente privada, e pode ter uma gestão da sociedade civil bastante pública.

Querida também voltar a uma questão. Educação eu acho que tem a ver com um projeto de organizar a produção da sociedade, a questão do desenvolvimento local, do desenvolvimento nacional. Não pode estar desligada. Todo projeto que não tem a ver com o mais profundo da vida fica meio no vácuo, fica com um certo discurso meio abstrato. Não leva a grande coisa. Chamo muito a atenção para o fato de que nós vivemos em um modo de produção capitalista. Dentro desse modo de produção, o grande objetivo é o lucro e a acumulação, e o grande processo é a exploração. No capitalismo tudo é mercadoria ou pode virar mercadoria, inclusive as pessoas. Suas forças de trabalho. Só que tem uma crise atual, como já foi discutido anteriormente. Investe-se mais nas tecnologias. Estão dispensando as pessoas.

Se estivermos querendo uma coisa diferente, acho que tem que sair da lógica do capital, que reduz todo mundo a mercadoria. Agora nem mais a mercadoria. Ficam tentando vender-se por qualquer coisa e não tem quem compre, porque é um modo muito cruel. Seria bom pensarmos em que tipo de sociedade, em que tipo de relações, é a missão política mesmo da educação. Que tipo de pessoas eu quero construir e quero ajudar a formar? Pessoalmente, acho que no capitalismo vai ser disso a pior. Acho que já tem muita experiência neste País que é bom pesquisarmos.

Acho que dentro desse desafio da gestão democrática, é necessário um conhecimento melhor da conjuntura. Tomando a conjuntura como um jogo de forças de interesses. Há interesses que já estão afirmados, privilégios que já estão afirmados, tentando por todos os meios se perpetuar, e tem interesses mínimos não afirmados, querendo tentar se afirmar. Na sociedade, se eu não me situo nesse jogo de convivência, confronto, oposições de interesses fica mais ou menos como a história que eu já ouvi. Um rapaz, em uma cidade maior queria um emprego. Perguntaram: você sabe fazer o quê? E ele falou: qualquer coisa, tenho que sobreviver, não é? Então, você vai irradiar uma partida de futebol. Entregaram o microfone e ele passou uma hora e meia dizendo: lá vem a bola, lá vem a bola, lá vem, lá vem, lá vem, tomaram, lá vai, lá vai, lá vai, de novo, lá vem, lá vem, e tem um homem vestido com uma roupa diferente que corre com o apito atrás de todo mundo, para cima e para baixo. Na hora que eu ouvi essa história, eu me tremi todo. Falei: pronto, somos nós, os assessores dos movimentos populares. Fico pensando: como os empresários têm muito bons assessores, com muito tempo, com muita remuneração, que sabem direitinho o jogo nacional, internacional, de interesses. Nós, hoje, ou não temos muita informação ou não temos muito tempo. Fomos formados para isso, de se situar bem no jogo, porque senão estamos fazendo parceria com o inimigo. No Nordeste, parceiro se chama parecido. Fica muito difícil termos como

pareceiro inimigo. Como tratar muito bem as parcerias, que é quem está com a mão na massa, que é quem come sal junto. Como os aliados são estratégicos em certo momento, e como tratar bem os opositores, não pensar que estamos com o bem comum. Isso é um desejo maravilhoso mas, na realidade, é uma luta de fazer afirmar os interesses. Então, acho que era muito bom vermos essas estratégias. Estou me lembrando do Maquiavel que dizia sempre, em um capítulo metodológico dele. Não é nem uma frase qualquer. Ele dizia que toda sociedade é regida por dois humores, o humor dos grandes, que tem sempre uma perspectiva de poder, que não perdoam, que estão sempre se lembrando dos antigos poderes, e o humor do povo que não quer tomar o poder de ninguém. Quem faz aliança com os grandes, está sempre ameaçado de armadilhas de casca de bananas. Agora, quem confia no povo, não tenha medo. Ele dá muito conselho de como conviver com parceiros, com aliados, e com inimigos. Se nós, nessa enorme luta da educação, de formar gente sabida, forte, alegre, feliz, se estamos em uma dessas, saibamos que tem muita gente que é contra isso, tem muita gente a quem convém esse horror dessa miséria deste País, essa tristeza. Um dia, uma mãe de santo me falou; não somos pobres, empobreceram o nosso espírito, nós temos espírito pobre. A educação é como criar espíritos ricos. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Bem, são seis horas, vamos começar aqui as perguntas. Já tenho aqui as perguntas. Fazemos primeiro este bloco e depois fazemos um novo bloco. A mesa quer dar oportunidade para todos falarem. Andréa Câmara.

Andréa Câmara: Boa tarde, já quase boa noite. Sou de uma organização não-governamental, fui professora universitária, mas hoje sou presidente de uma organização não-governamental chamada Apôitchá. Eu, ouvindo desde ontem algumas questões que estão circulando o tempo todo, conversei com o professor Jamil na hora do intervalo, eu queria ouvir um pouco a opinião da UNDIME, da UNCME e também do professor da UVA do Ceará. Tanto o representante da Espanha quanto outros representantes trouxeram para a gente dados, índices de repetências, de evasão, de exclusão das crianças, dos adolescentes e nós, na nossa comunidade em Lucena, a ONG tem feito isso junto às escolas, discutindo os índices de repetência, de evasão, de distorção idade-série. Os nossos dados são dados que estão abaixo da média da Paraíba e do Brasil. Conseqüentemente, isso tem nos preocupado bastante. Mas temos percebido que para trabalhar nessa perspectiva do fortalecimento da escola pública, com o foco na aprendizagem, na permanência com o sucesso, não é possível apenas analisar esses índices. Por que não é suficiente analisar esses índices, apesar de fundamentais? Porque, para combatermos desigualdade social, conseqüentemente a exclusão social, existem outros dados que precisamos considerar, além da pobreza. Temos, talvez como conseqüência dela, essa violência doméstica que as nossas crianças e adolescentes vêm vivendo. Em grande parte do município essa é uma realidade que nós vimos vivendo. Trabalhamos com crianças que ficaram cegas pela mãe. São queimadas pela família. Então, ficamos pensando que, do ponto de vista afetivo, essas crianças sofrem de um mal de não ter em quem confiar, não têm atenção individualizada, não têm atenção integral. Pensando no SUAS, no Sistema Único de Assistência Social, que prevê hoje a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade grande, ficamos pensando se não é possível, como o Professor Jamil Cury falou, em um Sistema Único Nacional de Educação. O que podemos fazer para oferecer, no campo da educação, não só escolar mas também e principalmente escolar, um atendimento a essas crianças, que seja diferenciado e individualizado? Estou colocando a questão de que não é possível tratar com crianças, vítimas de violência, em situações tão graves, de abuso sexual, em classes de 45, de 40 alunos. Conversando com o Professor Jamil, ele me falou: vocês são Sistema? Não somos Sistema, o canal é que o Conselho está criando o Sistema Municipal de Ensino, e aí eu queria um pouco notícia e talvez o professor do Ceará possa dizer um pouco como é lá nessa realidade que também é nordestina. Eu queria um pouco notícia da UNCME e da UNDIME com relação a essa discussão. Sabemos que a intenção é a criação do sistema. Sabemos, mas o nosso prefeito, por exemplo, diz que isso não é vantagem para o poder público a criação do sistema. Queria

saber se vocês têm notícias. O que na Paraíba, a UNCME e a UNDIME vêm fazendo, discutindo com os secretários, fortalecendo os secretários, na direção da criação dos sistemas? Muito obrigada.

João de Oliveira Filho: Boa tarde, eu queria saber antes, tem alguém do Ceará aqui? Eu gostaria de trocar algumas figuras. Sei que vocês têm um avanço nessa parte de escolha de diretores. Seria interessante até que depois tivéssemos a relação das pessoas. Essa conversa, essa troca de figuras, ajuda muito. Em alguns municípios já está avançada essa questão da escolha de diretores. Outros ainda estão naquele processo simplesmente de eleição, que é naquela parte do diretor fazer um exame prático para antes concorrer à eleição.

Gostaria de parabenizar a mesa na fala do professor Ivandro, nessa forma tão brasileira de comunicar, de passar a verdade para nós. Dói na gente. Foram recados diretos para a mesa, para o MEC e para nós também.

O conselho estadual e municipal de educação têm sua natureza consultiva, corporativa e deliberativa. Uma prerrogativa do conselho é se legitimar órgão de Estado e não de governo. Então, pergunto. Sabemos que tudo passa pela questão financeira - como esses conselhos estadual e municipal, se tornam legítimos se eles têm essa dependência direta do secretário da educação ou do governo do estado? E se eles fazem algum evento? Esse evento me parece que é mais para ser uma prestação de contas por parte desse gestor e parece que para exaltar o gestor. Tanto é que ele quase não é interrogado e foi ele que passou o recurso da própria conferência, do próprio Seminário. Qualquer evento que está acontecendo, é nessa perspectiva! É o secretário que está aqui. Que bom, eles deram o recurso para executarmos e é isso aí, então, a minha pergunta vai para a professora Alaídes, que é presidente do Fórum. Se vocês buscam essa discussão, não sei como, logicamente, tornar esses conselhos estaduais independentes financeiramente, porque o prefeito pode dizer, sim, está no orçamento, mas é a mesma coisa que acontece a nível do governo federal, está no orçamento.

Adauto da Silva: Gostaria de me dirigir ao Professor Ivandro. Como o professor diz, vota-se em quem levanta o crachá. Gostaria de contar, em dois minutinhos, uma experiência que tivemos e perguntar para o professor se este é o caminho e se teríamos outras possibilidades, com relação ao conselho escolar.

No colégio Independência, do Paraná, na cidade de Sarandi, nós tínhamos esses problemas da não participação da comunidade escolar. Percebemos que a comunidade escolar não participa. Se ela estivesse, ou não, não faria diferença. Não podemos chamar as pessoas nas reuniões simplesmente para levantar crachá ou abaixar crachá. Temos que dar oportunidades para ouvir essas pessoas, dentro das suas limitações, com dificuldade em falar, com medo de expressar aquilo que sente. No conselho escolar do Colégio Independência, definimos que os conselhos não são apenas os representantes (porque também não acredito que há possibilidade de fazer as reuniões para realmente os conselheiros trazerem as opiniões de seus segmentos). Então, convocamos a comunidade escolar através de bilhetinhos, e embaixo estava escrito: o que for decidido será acatado por todos. Se você se fizer presente, você acatará a decisão. Nesses conselhos escolares vamos decidir, por exemplo, sobre a violência na escola, a gravidez na adolescência, a matrícula, o projeto político-pedagógico da escola, que é feito por 2600 pessoas. Participamos com os pais e com os alunos e com os professores.

Na eleição de diretor da escola, tivemos críticas sérias dos professores. Diziam assim: vocês deram muito poder para a comunidade. E onde tivemos dificuldades nas eleições foi com os professores. Fizemos 48% dos votos, entre os professores que decidem metade das eleições; os professores e funcionários. Então, não sei se esse é o caminho, porque quando nós do estado do Paraná, vamos decidir, por exemplo, por entrar em greve ou não, os representantes saem das bases e vão para Curitiba decidir por unanimidade em greve. Quando chega na base, as pessoas não querem entrar em greve. Então, representar quem? Foram

em Curitiba, decidiram por quem?

A pergunta para o professor é se este é o caminho, ou se existe outra possibilidade. Porque no conselho escolar, muitas vezes, as pessoas defendem os seus interesses e não o interesse da comunidade escolar. A pergunta é se é mais representativa, com a comunidade, ou existe outra possibilidade de fazer o conselho escolar apenas com os representantes.

Maria Luiza Alécio: Eu vou dirigir a minha pergunta ao Ivandro. Eu me senti muito satisfeita porque quando a gente está discutindo a representatividade, a organização, as leis, as bases legais, eu percebo que a gente vai ficando enrijecida. A expressão que me tocou mais foi quando você disse: as leis, elas nascem daquilo que a gente faz e elas são vivas. Quem lutou pelo capítulo da educação, pela LDB, a gente sabe que colocou lá o que a gente estava construindo e ultimamente um sentimento que eu tenho, e não sei se é um sentimento geral, é que a gente parou de ver, o que é que a gente quer, para onde é que a gente quer ir, e está discutindo como é que a gente se encaixa na quantidade de leis que está colocada aí. Porque tem o regime de colaboração para fazer, e eu tenho percebido que não funciona. Nesse sentido, eu queria colocar, se não é o maior desafio a gente inclusive sair da educação, no sentido de pensar na entidade, porque a gente pensa, o conselho municipal de educação, o conselho escolar, e aí eu tenho conseguido resolver e refletido, com a questão do orçamento participativo, e me pareceu assim, uma coisa que faz a escola sair dela, porque a gente tem visto que é fato, ninguém deixa de saber, que o conselho escolar tem um corporativismo até de desvio de merenda, e chega no final das contas, nem o conselho escolar vigia se o professor está faltando ou não porque ele tem o apoio da diretora para muitas outras coisas. Como é que eu estou resolvendo isso, lá? É que a gente está com o orçamento participativo. Eu discuto a educação por dentro do orçamento participativo, porque as decisões do orçamento participativo, por exemplo, se vai se construir uma escola ou não, têm que ser feitas e dadas uma satisfação ao final do ano. Ou a gente tem que ir para uma reunião do orçamento participativo, para dialogar. Porque quando não é a escola que eles votaram, tenho que ir lá e mostrar a demanda, a quantidade de crianças. Quem me deu esses dados não foi a educação. Foi um atlas de desenvolvimento humano, feito pela Secretaria de Planejamento e Orçamento Participativo, que fez o processamento da cidade com escolaridade, com tudo. A gente está com o material para fazer o Plano Municipal de Educação, que não foi a Secretaria de Educação que fez. Foi a cidade como um todo que fez, com participação. Então, tenho a impressão de que talvez a gente está tendo que inventar a gestão de uma maneira diferente. Mas a educação (não sei se é isso que eu gostaria de ouvir de vocês) se a gente não tem a tendência de achar que nós, da Secretaria de Educação, com todas as nossas leis específicas, damos conta da educação, nesse sentido mais amplo que o Ivandro falou.

Francisca Freire: Boa tarde. Estou representando os conselhos municipais e, mais especificamente, a coordenação da UNCME no estado do Ceará. A minha pergunta vai para a presidente do CONSED. É muito pertinente o discurso da gestão democrática, da qualidade da educação. Com bastante objetividade, o que é que o CONSED, como é que ele discute esse fato? Acho que, a nível de Nordeste, é tão comum nós termos secretários de Educação que não são da área. Isso interfere, ou não, na qualidade da educação?

Artur Costa Neto: Sou coordenador da UNCME, em São Paulo. Em primeiro lugar, queria cumprimentar o MEC, de modo especial o Pró-Conselho, na figura do Arlindo, da Lêda, de toda equipe, por estarem proporcionando para nós, momentos como este, para que os gestores dos conselhos, a sociedade civil, possam estar juntos, com uma equipe como essa do Ivandro, do Cury, do Genuíno, Monlevade e outros, que tanto tem nos estimulado a pensar e questionar. Acho que é muito importante quando, quem está em uma posição de gestor, consegue aproximar o que a gente chama (e o Monlevade falou sobre isso hoje) a intenção da meta. Acho que a gente tem que aplaudir muito quando vê gestores tomando assim uma proposta concreta tão rica, como acho que tem sido este Seminário e todos os outros momentos de

capacitação. Proponho uma salva de palmas para eles, porque acho que é maravilhoso o que eles têm feito.

Faço uma pergunta (porque acho que a gente tem que acabar com essa idéia de pergunta na hora do debate). Vou fazer uma proposta, e depois o pessoal vai ponderar sobre ela.

O grande problema que temos no Brasil é a desigualdade social. Isso não tem dúvida. Então, é muito difícil que o rico tenha problema de ter escola em todas as idades, e o pobre não tenha problema. A gente pergunta: qual a diferença entre o básico e o fundamental? Para os engenheiros, não há diferença nenhuma, o fundamento é a base, é a mesma coisa. No entanto, nós colocamos na nossa lei, que o fundamental é de 7 a 14, e o básico, de 0 a 18. Isso a gente só pode assumir como um grande desafio para que todo mundo tenha escola de 0 a 18. Eu queria sugerir, e tenho sugerido em todos os momentos, já que aqui estão os secretários de Educação, que eles comecem a pensar em leis estaduais que aumentem a obrigatoriedade de o Estado oferecer escolarização para o ensino médio, para que todos possam ter isso. Não dá para esperar uma lei nacional. No máximo, a gente conseguiu passar de 8 para 9 depois de tanto tempo. Então, onde houver possibilidade de dizer, que aqui em nosso Estado é obrigação do Estado e direito do cidadão que qualquer um tenha escola até os 18 anos. Acho que o CONSED tem que avançar por aí, e o município a mesma coisa no que se refere a educação infantil. Em nosso município, todo cidadão de 3 anos em diante, ou de 0 (zero anos) que é até melhor, tenha direito à escola, porque não dá para esperar o nacional. Os municípios têm que começar por aí.

E outra proposta para o MEC, que eu também já fiz, que faça um projeto de lei para acabar com esse negócio de creche e pré-escola. Creche já era. E pré-escola é um conceito do que é anterior à escola, não cabe. Quando você está na escola chamar de pré-escola, então que chame, educação infantil, de 0 a 5 anos, porque isso tem que acontecer e é fundamental, e tem que ser aprovado rápido, porque isso muda toda a conceitualização até dos profissionais que estão trabalhando de 0 a 3, de 4 a 6. É isso. Muito obrigado.

Alcimar Carvalho de Sousa: Gostaria só de retirar a minha pergunta, porque eu não queria ser repetitivo e a pergunta que eu ia fazer já foi feita.

Leocádia da Silva Neta: Boa tarde. Sou da UNDIME, Pernambuco. Em primeiro lugar, eu percebi em um determinado momento, a mesa hesitar em pronunciar a palavra político, quando dizia, “projeto político-pedagógico”. Vou dizer minha posição e gostaria que comentassem.

Acredito que é fundamental a gente falar, “projeto político-pedagógico”. Primeiro, porque ainda há educadores com restrição ao que é educação e política. Mistura-se, confundem-se e caminham juntas. E depois, porque o projeto é um desenho de uma posição, e ele define um modelo de cidadão, de escola, apontando para um modelo de País. Por isso, acredito que é um projeto “político-pedagógico”. Gostaria, então, de saber a opinião de vocês.

Um outro comentário é em relação ao FUNDEB. Não quero repetir algumas coisas, mas como algumas pessoas da mesa tocaram, vou falar aqui alguma coisa. Primeiro, dizer da minha alegria porque nós, da UNDIME, sabemos o quanto já lutamos até agora, para conseguir o caráter republicano do FUNDEB, como um fundo único, que atinge toda a educação básica, sem ficar separando as etapas, considerando uma mais importante que outra. É um avanço muito grande, que se materializa em um fundo único. E a outra é a inclusão das creches, ou melhor, da educação infantil, que foi uma luta muito grande para que realmente a população de 0 a 3 anos fosse incluída no projeto. Quero dizer também que há muitas outras etapas, ainda. Precisamos decidir a regulamentação, que vai estabelecer o piso salarial nacional. É um grande desafio, porque a gente sabe que neste País de desigualdades, os pisos são muito diversos, e aí fala mais alto a história do corporativismo. Quem já tem um piso lá em cima, evidentemente não quer discutir o caso dos estados que arrecadam menos. É um grande desafio. Mas se neste País não houver um piso único salarial

para as categorias que fazem a educação, não vamos sair muito do lugar.

Outra questão na regulamentação é o controle social. Como vai ficar? Se, com o FUNDEF, que é um fundo menor, sabe-se que há muitos problemas - aqueles que o Ministério Público descobre e os que ele não descobre. Como é que fica o FUNDEB, mais amplo? Com a pulverização de conselhos? Como é que fica isso? Não sei se Lêda falou alguma coisa que o Conselho aprovou. Não consegui pegar bem, mas o que queria saber de vocês é se não cabe ao Conselho municipal, não apenas ficar fazendo normas e decidindo ações, e também decidir ações em relação ao financiamento da educação, acompanhar, fazer o controle disso.

Hoje, houve uma audiência pública para discutir a semana da educação de qualidade, e foi apresentado pela Campanha um estudo que já aponta para o custo aluno nas diversas etapas. Para debate. Então, convoco todo mundo a aprofundar essa discussão. Acho que muitas coisas que foram ditas, eu concordo. O tipo de democracia participativa que a gente tem é muito precário. Mas se não exercitarmos, a gente não aperfeiçoa. Acho que o FUNDEB é um ótimo pretexto para discutirmos a educação. Eu mesma nunca discuti tanto a educação (e olhe que eu me criei dentro de sindicato) mas nunca discuti tanto como agora, porque o financiamento é um motor e faz a gente discutir um bocado de outras coisas.

Só para brincar com as palavras como o Ivandro brincou, porque "sociedade civil"? Não tem mais o regime militar. Eu não entendo muito bem porque "sociedade civil". Gostaria muito que você, Ivandro, me ajudasse. Obrigada.

Maria Elizabeth Gomes Ramos: Boa noite. Sou do Centro de Cultura Luiz Freire. É uma ONG de Olinda, e também pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Quero parabenizar a iniciativa do MEC de promover este encontro em um momento tão importante para a sociedade. Tem toda uma discussão do que é a política, do que é o fazer político, que não é somente dos políticos profissionais, mas também da sociedade civil como um todo. E aí a discussão se é sociedade civil ou se não é sociedade civil. Mas além dessa oportunidade, há esta mesa com reflexões tão importantes e tão interessantes. Queria concordar também com muitas das dúvidas do Professor Ivandro, no que diz respeito a essa questão da participação. Não é só a questão da sociedade civil, organizada, a questão das dificuldades de participação, de fato, que vêm da sociedade civil principalmente na gestão democrática. Acho que a questão, por exemplo, da representatividade da sociedade civil, como o Paulo também colocou (ele fez um aparte muito importante), as dificuldades de um modelo que o representante do Estado é remunerado, é qualificado, tem hora para estar ali, tem tempo, tem disponibilidade, tem todo o investimento, é parte da sua função profissional estar ali, e o representante da sociedade civil tem que vir na hora extra, no intervalo do trabalho, entre a tarefa de casa e o trabalho, entre o filho que tem que deixar em algum lugar para poder ir lá. É muito complicado isso. Acho que a gente precisa estar aprofundando essa reflexão. Por um lado, a gente que participa da ABONG, que é a Associação Brasileira das ONGs, isso não quer dizer que a gente queira que a representação da sociedade civil, principalmente nos conselhos, seja uma função remunerada. Existe uma questão muito grande na ABONG a questão dos "JETONS". Por exemplo, da participação. Esta é uma questão que a gente precisa se aprofundar, porque, sem dúvida, é um problema. Não adianta tentarmos fazer milhões de modelos, de conselhos de acompanhamento de FUNDEB, por exemplo.

É muito complicado cobrarmos. É importante existir a representação da sociedade civil. Mas, em geral, a sociedade civil participa com muita dificuldade e muito pouca capacidade e competência técnica. Estar fazendo aquilo, uma coisa que é extremamente importante quando, muitas vezes, nem os gestores sabem interpretar planilhas de custo, de orçamento. Imagine-se a Associação de Moradores, a Associação de Pais. Isso é uma questão que acho que a proposta política de gestão democrática precisa enfrentar. Como melhorar as condições de participação? Que condições de participação? Que condições de participação precisam ter? Só para finalizar, uma coisa que senti um pouco neste Seminário. Pouca problematização da

questão da gestão democrática. Temos um estado profundamente autoritário, profundamente centralizador, não somente na União, mas também nos estados e nos municípios. Muito concentrador de poder, muito centralizador e com os três poderes com muita dificuldade de cumprir o seu papel na gestão democrática. Por exemplo, no Fórum Social Brasileiro, assisti uma mesa muito interessante. A discussão da dificuldade de relação entre o controle social e o controle oficial, ou seja, a relação entre os Conselhos de direitos da criança, Conselhos de educação com, por exemplo, Câmara de Vereadores ou Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público. Acho que é um outro desafio importante, porque se a gente está falando de gestão democrática, a gente também está falando em algum momento, sobre o papel da gestão democrática no controle social das políticas públicas. São alguns desafios que temos que pensar. Volto para o que Ivandro falou: no Estado, não mais como governo, mas Estado e sociedade, pensando juntos nos desafios da democratização do nosso País, da nossa Nação. Obrigada

Valdener Costa Neto: Boa noite. Sou de São Luís do Maranhão, sou diretor de escola estadual. Fiquei pensando nas colocações do professor Ivandro, quando colocou a questão dos conselhos como co-gestores e não como maus fiscalizadores. O que a gente vê na prática é o contrário. Uma coisa me chamou a atenção. Nos conselhos de educação, tanto a nível estadual, como municipal percebe-se o seguinte: a ingerência política direta, pessoas que estão lá há vinte anos como conselheiros. Não se vê o conselho como sendo parceiro da escola. Por exemplo, se é um órgão tão distante, burocrático, ou ele é fiscalizador ou está distante da realidade. Gostaríamos de ver uma aproximação maior com a escola, com a ponta. Aliás, temos dificuldade de sentir a presença dos órgãos oficiais, do MEC, por exemplo. Costumo dizer que a Secretaria Estadual de Educação é um órgão tão distante da escola, que a gente só vai lá para receber ordem, normas. A construção coletiva não se dá porque é para fazer. Só um exemplo: fomos chamados para uma reunião, antes de vir para cá, para que pudéssemos nos inscrever em um curso interessantíssimo sobre etnia africana, afro-etnia. Foi muito interessante. Agora, um dia para se inscrever. Ou se inscreve hoje ou não se inscreve mais. Quando eu estava aqui recebi um telefonema. Não consegui para daqui a 10 dias. Falta essa interação, esse planejamento. Gostaria de saber como se pode ser co-gestor com uma distância tamanha.

Mestre de Cerimônias: Começar por essa ordem aqui, da professora representante do CONSED.

Representante do CONSED, Professora Maria Auxiliadora Seabra Resende: Vou falar rapidamente. Primeiro é sobre a pergunta em relação ao CONSED. O CONSED é um órgão plural. Temos dentro da estrutura secretários de todos os partidos, de posições diferentes, de formações diferentes. O CONSED não tem nenhum papel de influência direta em relação a uma definição política, de governo, em quem assume a Secretaria de Educação. Esse é o papel do CONSED.

A segunda parte da pergunta se influencia ou não na qualidade. Aí é uma posição minha, de uma leitura que faço. Acho que é lógico que, para compreender a educação, para mim tem que ter vivência de educação e não é o fato de ser licenciado ou ter tido uma formação, um dia ter passado por um curso de licenciatura, que dá à pessoa a condição de ser secretário de Educação. Acho que é uma questão de vivência, comprometimento, de perfil, de respeito junto à própria comunidade escolar. É um conjunto de coisas, não só a formação. Temos secretário formado em direito, tem médico, tem engenheiro, tem arquiteto, tem tudo. Uma outra situação é em relação a universalizar o ensino médio e a tarefa que foi colocada. É lógico que a meta dos estados é o processo de universalização da educação básica e acho que esse comprometimento, que está explícito, inclusive, com a mobilização do CONSED, UNDIME, MEC. O FUNDEB reflete isso.

É lógico que fazer isso depende de esforços de cada estado. Há estado que tem garantia do ensino

médio até na área indígena. Tem estados que, para a oferta do ensino médio, tem 20 mil concluintes do fundamental. Faz um mini-vestibular porque tem oito mil vagas. Então, acho que são situações que só reforçam essa discussão nossa. Da cobrança da sociedade civil, do comprometimento político, que vai desde o governo do estado até o próprio olhar da Secretaria de Educação. Não é novidade para ninguém que os anos de implantação do FUNDEF colocaram um peso significativo para municípios e para Estados, no que se refere a atendimento da educação infantil e do ensino médio. Reforço que, embora o FUNDEF tenha sido um grande avanço, acredito na sua aprovação, ele não resolve todos os nossos problemas no que se refere a financiamento. O recurso, para a educação infantil, é insignificante. Para o ensino médio também é insignificante. Se pensarmos que nem para o fundamental conseguimos garantir qualidade. Simplesmente garantimos acesso e ainda tem um percentual de gente sem ser atendida, espalhada na zona rural e, sobretudo, nas áreas indígenas. Quero também chamar a atenção, para o seguinte: quando disse que esse fundo desenha o que saiu do Senado, que ele embora seja fundo único, assumiu uma característica de três fundos, da forma como ficou o parágrafo 6º do artigo 3º. Diz que o dinheiro do município vai ser aplicado só no infantil e no fundamental: o dinheiro do estado só no ensino médio e no fundamental, então houve uma mudança significativa. Só para fechar, não me deram tempo ainda, acho que não tem nenhum problema em projeto “político-pedagógico”, embora a LDB trabalhe com o termo “projeto pedagógico”. É lógico que ninguém tem essa ilusão, que há uma sub-postura.

Professor Ivandro da Costa Sales: Bom, depois que me concentro para falar, tenho a maior dificuldade de entender as questões. Mas, em geral, quem faz questão, ou já tem a resposta ou ela está em gestação. Quer mais ouvir um confronto, para se fundamentar melhor.

Essas idéias que eu lancei hoje, organizei em um livrinho, que está aí à venda na banca do MST. Tem poucos exemplares. Amanhã, se conseguir mais eu trago – “Os Desafios da Gestão Democrática”. Em parceria com um autor que gosto muito, um autor italiano. Ele pensava muito essas questões a partir das complicações do fascismo e do socialismo real da Rússia. Tentei organizar, usei, está lá.

Sobre a pergunta que eu não sei mais distinguir bem de quem foi, acho que é muito importante tentar acertar no que interessa, de não ter um projeto para ninguém, não ter palavra de ordem, não ter verdade para ninguém, é uma coisa mais orgânica, de como a educação para mim é isso, é de aprofundar o que está nas pessoas, as inquietações e não encher de coisas, de conteúdos e, de novo também, muitas vezes pedir às pessoas o que elas estão podendo e querendo dar. A mudança só é possível com quem está querendo e podendo. Vejo que, às vezes, quanto à história da greve, posso muito bem votar (como eu já vi votar a favor de uma greve) mas, pessoalmente, eu não tenho condições de fazer. É porque, muitas vezes, os dirigentes estão pedindo o que as pessoas não estão podendo. Eu estou me lembrando de uma vez, de uma greve dos servidores públicos federais lá em Recife. 98% eram a favor da greve e na hora da greve mesmo só 10% foram. E eu perguntei a uma moça, que era servidora civil de um ministério, ela falou: o sindicato vai segurar meu emprego? Aqui neste ministério militar amanhã eu estaria demitida. Será que o sindicato sabe que eu sou uma mãe solteira com dois filhos, que só tem este salário na minha vida. Se você for perguntar aos dirigentes, vão dizer: é alienada, é meio covarde, vota, mas não segura as coisas etc. Quer dizer, é preciso saber, além de acertar no que interessa, saber as condições das pessoas, se elas estão podendo, se elas estão querendo, porque ser mártir também não é para a gente pedir a todo mundo. Não sei nem se é legítimo.

Sobre o que a Malu de Recife falou, que a educação na escola, ter a educação como formação de gente, que tudo na vida é educador ou deseducador, tudo forma ou deforma, que há umas pessoas que têm a função de educar, ganham para isso, vivem para isso, como tem uma instituição, que é a instituição escolar de quem é cobrada a responsabilidade, todo mundo é educador, mas tem uma cobrança de uma

responsabilidade pela educação escolar que é a escola. Agora, acho que a escola só teria sucesso, só faria o papel dela se ela considerasse questões importantes da vida das pessoas. Sobre a sociedade civil, acho que no livrinho, Leocádia, de todo modo é assim a concepção de Estado e de governo. Marx dizia: - o governo não é nada mais, nada menos, do que um comitê executivo da burguesia. O importante é a sociedade, o importante é a luta das classes, é a convivência das classes, o governo é um serviço às classes. Eu estou com ele; o governo é um serviço às classes. E um governo na sociedade capitalista não pode deixar de servir ao capital. O interessante é que pudesse servir a Deus e ao diabo, mas se vai servir só ao diabo, vai para o inferno. De todo modo, a sociedade civil, nessa concepção que eu falei, é quem diretamente não está dentro do aparelho de governo, nem diretamente nos aparelhos econômicos, são as organizações que se juntam, que se aglomeram para o interesse público. Não é nada terceiro setor. Esse terceiro setor é uma invenção muito estranha, como se governo fosse Estado. Tem uma coisa que se chama Estado, um primeiro setor; um segundo que seriam os empresários e teria um terceiro que seria um outro vácuo, que não existe. Muito obrigado pela atenção.

Professor Jamil Cury: Bom, eu vou tentar responder três questões que parecem ser pertinentes a mim. A primeira é aquela trazida pela Andréia. Um conselho é um mediador, entre a sociedade civil e a sociedade política, ele não é sociedade política e ele não é sociedade civil, ele é exatamente um mediador entre esses dois pólos. Portanto, em caso de crianças com extrema vulnerabilidade, como é o caso do que a Andréia citou, compete ao projeto político-pedagógico da escola, com a autonomia que a lei propiciou às escolas, dentro dos seus projetos, estabelecer um regime próprio para essas situações. E se não houver condições materiais nas escolas para isso, deve-se buscar, justamente nos conselhos, o apoio do Ministério Público que tem que defender os direitos individuais das pessoas. É uma obrigação. E tem que se cobrar das autoridades o apoio para esse tipo de situação; para isso tem o Ministério Público, o Conselho Tutelar da Criança. Acionar o ECA.

A segunda questão é com relação à figura do conselheiro. Um conselheiro tem que ser um intelectual da educação, no sentido a que se referia o professor Ivandro.

Sou absolutamente contra porque é pré-capitalista. Trabalhar sem receber, isto é escravatura. Por outro lado, eu posso não pagar para trabalhar, como coordenador de despesas eu posso, não receber para trabalhar. Por isso, é preciso distinguir remuneração salarial de remuneração compensatória. Se um conselheiro é um intelectual, ele tem que estudar, ele tem que ler livros, ele tem que ter internet, ele tem que ter computador, ele tem que se deslocar às vezes de um município para o outro, de um bairro para o outro. Portanto, uma remuneração compensatória. Desde a constituição de 1824 (está lá prevista) e deram um nome francês para isso –JETON. Mas, é o que? Remuneração compensatória. Nós estamos vendo os deputados gastarem 60 mil reais de compensação de gasolina, 41 milhões para dar não sei quantas voltas. A título do quê? Remuneração compensatória. Agora um camarada vai pegar um conselho, vai ter que fazer parecer, ele vai trabalhar sem receber, tudo bem. Agora ele vai pagar para trabalhar? Isso é escravatura. Finalmente essa questão levantada pela colega de Olinda, do projeto político-pedagógico. A escola tem duas grandes finalidades: uma primeira finalidade é transmissão de conhecimentos acumulados pela humanidade. Muito mais interessante socializar verdades já conhecidas, do que ficar descobrindo uma verdade minúscula, que é só para a elite, para um grupo pequeno. Verdades já acumuladas pela humanidade devem ser socializadas para todos. Essa é a primeira função da escola e nesse sentido é um projeto pedagógico. Por outro lado, a escola é também um local de socialização de valores. A escola é um local que você tem que formar gente, formar pessoa humana, criar uma consciência do seu contexto, etc. Por isso, professora, não vejo estranheza nenhuma se utilizar a expressão projeto político-pedagógico, embora a LDB, utilize ora proposta pedagógica, ora projeto pedagógico.

Presidenta do Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, professora Alaídes Alves Mendieta:

Bem, acho que cada um já colocou o ponto de vista sobre as várias perguntas, que vou me ater a duas perguntas que me parecem importantes. A primeira é com relação ao que o João perguntava, a respeito da questão de legitimar os órgãos de Estado e não de governo. Ou seja, com relação à autonomia ele se referiu especificamente à questão da autonomia financeira. Com relação aos conselhos de educação, eu acredito que essa questão tem que estar estabelecida na lei do sistema. Porque se a Constituição Federal, e a LDB confirma, a constituição desses temas e órgãos, e a LDB define quais os órgãos que estabelecem os Sistemas, naturalmente os conselhos de educação, então, com certeza, esses órgãos tem que estar, de fato e de direito, nas leis de Sistema e, evidentemente, com a respectiva autonomia financeira. A gente sabe que é uma luta, como disse aqui. Os conselhos datam de 1962 e alguns anteriores a isso. Alguns conselhos ainda não conquistaram essa autonomia financeira e essa autonomia financeira deve estar estabelecida em lei, para que os conselhos tenham orçamento e efetivamente possam executar esse orçamento. Esse deve ser um trabalho de todos nós, eu penso, da sociedade, porque, se é um órgão de sistema, se é um órgão que, como eu disse e acredito, que deva responder e corresponder aos anseios da sociedade, que deva ser interlocutor entre o estado e a sociedade, ele tem que ter o aval da sociedade e tem que ser uma luta junto aos nossos parlamentares. Os estados ainda não conquistaram essa autonomia, nem os municípios. Outra questão que a Maria Elisabete coloca, com relação à questão da representação dos conselheiros, que fala sobre a questão do trabalho não remunerado, quer dizer, essa remuneração compensatória, eu também entendo necessária, porque eu não trabalharia de graça, e acho que é um trabalho que tem que ser compensado sim. Porque o nosso trabalho de conselheiros, nós levamos o trabalho extra para casa, pior é pagar para trabalhar. Então, acredito também que deva ser uma luta de todos nós, que tenhamos conselhos fortes, representativos, e legítimos.

Presidente da UNCME, Professor Paulo Eduardo dos Santos: Bom, eu quero começar com a fala do João Monlevade e dizer não podemos jogar o bebê fora, com a água suja da banheira. Ainda que nós tenhamos problemas com os conselhos, ainda que eles tenham problemas de funcionamento, precisamos aperfeiçoar esse mecanismo para que de fato ele aconteça. Acho que nós temos problemas e acho que foi denunciado aqui, desde o início, que os conselhos municipais de educação estão constituídos, ou apresentam dificuldades na consolidação de um espaço democrático. Penso que devemos tomar cuidado para que não fechemos os conselhos em função das dificuldades e do controle que tem exercido o Poder Executivo sobre os conselhos de educação.

Com relação a experiências, o relato do Adauto sobre o conselho escolar, penso que esse é um desafio. Acho que o professor Ivandro deixou muito claro o papel da educação na sociedade. Só que a gente percebe que a questão da gestão democrática nas escolas acontece em momento muito estanque. Nos municípios que avançam, nas escolas que avançam, tem-se um processo de eleição democrática, mas ele pára aí. Não avança um pouquinho mais e constrói os seus conselhos escolares. Pára ali. A gestão democrática vai de momentos em momentos, estanque. Penso que a gestão democrática tem que estar na sala de aula. Enquanto a gente não entender que a gestão democrática é um princípio e deve estar em todos os espaços da escola, a gente não está fazendo a gestão democrática. Estamos fazendo eleição de diretores. Ainda que seja importante, é um processo, uma expressão da democracia. Não é a gestão democrática. E a gente ainda tem um patrimonialismo dentro da própria escola. Se a gente for mais além dentro da própria sala de aula (porque a gestão democrática não chega dentro da sala de aula) a maioria dos alunos não tem acesso a isso. E como formar uma cultura de participação, Ivandro? De forma que as crianças aprendam isso no cotidiano da escola? Com essa estrutura que temos de escola verticalizada, a gente não vai discutir gestão democrática. A dificuldade vem depois, enquanto adulto. Porque que o pai lá na frente não participa, ele não aprendeu a fazer isso, nós não criamos uma cultura para poder fazer isso. Então, é preciso uma mobilização, uma inversão, um pouco dessa relação, dentro da escola, a partir da

escola, é claro. Agora, tem outras questões. A sociedade política precisa rever os seus conceitos. Não tenho dúvidas sobre isso. Com relação ao controle social, nós defendemos na UNCME que, na verdade, o controle social dos recursos do FUNDEB, seja no conselho municipal de educação. Nós somos contra, nós olhamos com muita preocupação essa avalanche de conselhos municipais, que se instalou, referente à educação. Temos conselho de alimentação, conselho do FUNDEF, conselho de educação, conselho de direito, o que é mais incrível é que, geralmente, são as mesmas pessoas. O que é mais incrível é que essas pessoas não conversam entre si e o conselho não consegue fazer a interlocução. É preciso rever algumas questões dentro do quadro desse conselho e aí nós defendemos que o conselho municipal de educação seja esse órgão de controle social dos recursos. Como diz o Ivandro, como é que a gente vai ter poder, se a gente não tem poder para poder decidir?

É complicado. Você discute financiamento, discute a alimentação, discute o processo pedagógico equivocado, e a UNCME defende um outro projeto. Só, terminando com a colega Andréia, só para encerrar, nós temos na Paraíba uma articuladora que tem feito um trabalho, ainda com dificuldades (não é Penha?) Acho que vocês poderiam trocar um pouco de figurinha. Nós, a UNCME, realizamos alguns encontros estaduais no estado da Paraíba, e realizamos em função das dificuldades que o Estado estava passando naquele momento. O Encontro Nacional, em que o próprio Ministério da Educação, ainda investiu sobre isso, inclusive no Pró-Conselho que aconteceu lá. Nós temos feito um trabalho no Estado, mas ainda vamos encontrar essa situação, sim. Não tenha dúvida. Eu não vou falar dos encaminhamentos, acho que o encaminhamento que o Jamil Cury deu, acho que é perfeito para essa situação. Agora o sistema não é mágico. Nós defendemos o sistema, defendemos que os municípios instituíam os sistemas, mas o sistema por si só não vai resolver as mazelas sociais, mas contribui, sem dúvida nenhuma. Para ter o sistema exige-se que os municípios se organizem, elaborem um projeto para o município. Acho que essa é uma grande vantagem do sistema municipal. Obrigado

Professora Justina: Vou me referir a duas questões. A primeira, apresentada por Andréia, da Paraíba. Andréia, na Paraíba vocês têm algumas pessoas que investiram muito em termos de estudos, em relação à criação dos sistemas municipais de ensino. Nós, do Rio Grande do Norte, importamos essas pessoas da Paraíba que deram uma grande contribuição. A UNDIME/RN fez três Seminários, para discutir exatamente a organização dos sistemas municipais de ensino. Há, inclusive, um manual elaborado muito bom, para a organização dos sistemas municipais de ensino. A UNDIME, na Paraíba, é a nossa companheira. Foi na administração do Marcos, que era de Patos, na Paraíba, administração passada. Ele fez um bom trabalho. Foi, inclusive, ao Rio Grande do Norte nos ajudar nessa tarefa.

Outra questão. Gostaria de socializar, com todos, algumas preocupações em relação à aprovação do relatório no Senado, o relatório do FUNDEB. Temos motivos para estar um pouquinho mais alegres, mas há preocupações. Primeiro, houve quatro emendas do senador Aloísio Mercadante, que não tinham aparecido em nenhum momento. O relatório foi aprovado, mas ficaram quatro pendências para uma nova discussão na quarta-feira. Foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, mas não está finalizado sequer naquela Comissão. Fui como representante da UNDIME nacional, acompanhada de outros presidentes estaduais, dirigentes municipais, e nos preocupamos porque o artigo 239, por exemplo, que na sua modificação proposta pelo relator, trazia recursos do PIS para financiar a educação infantil (e esta é uma das emendas que o senador vai apresentar) retirando a educação infantil do financiamento através deste recurso. Então, se inclui a educação infantil de 0 a 5 anos, e o artigo 139, que seria modificado estendendo o recurso do PIS para financiar também a educação infantil. Essa emenda o senador apresentou e vai ser discutida na quarta-feira. A preocupação está posta. Quer dizer, não adianta dizer que nós vamos agora financiar a educação infantil, ter financiamento e algo mais que foi posto, em função da insuficiência dos recursos. Os municípios vão continuar sozinhos. Se a gente não conseguir chegar ao

senador Aloísio Mercadante para convencê-lo da retirada dessa emenda, é menos recurso para a educação infantil no país.

A outra questão é o desrespeito aqui, ao parágrafo 6º, do artigo 60. Diz que o estado só vai financiar o ensino fundamental e ensino médio. O município só pode financiar com os recursos vinculados, educação infantil e ensino fundamental. Mais uma preocupação: este artigo apontava um recurso especial para a educação infantil e a proposta do senador é retirar a educação infantil deste artigo. É muito preocupante. Outra preocupação é que a questão do Piso ficou também como emenda e porque foi uma reivindicação da CNTE, e nós tememos o que pode acontecer em relação a isso. Porque se definir um Piso Salarial Nacional, inviável para 80% ou mais dos municípios brasileiros, isso vai ser uma brincadeira. Temos que pensar com muita competência e seriedade essa questão do Piso. Não podemos pensar em um Piso elevado às alturas, porque vai inviabilizar a educação. A maioria dos municípios, se assim for, mesmo com o aporte financeiro da União, que também o senador vai propor que não seja como está no relatório, vai propor uma alteração. Não chegaremos na proposta que ele apresentou, na hora não chegaremos aos 4 bilhões e meio no terceiro ano. É muito sério, porque se a CNTE, que ia sentar hoje à tarde com o senador, e se chegar a uma formulação de um Piso que os municípios não possam pagar, o que vai acontecer é que o comprometimento da receita desses municípios vai ser basicamente com pagamento de pessoal e a educação vai ao fundo do poço, porque você não pode manter a educação apenas pagando salário de professor, então essa é outra preocupação. E a gente tem que chegar junto ao senador, até quarta-feira, para mediar essa questão. Do contrário vai sair o tiro pela culatra, como se diz lá no Nordeste. Uma coisa que é positiva. Porque essas questões são de FUNDEB, a gente aplaudiu sem ter clareza do que de fato aconteceu lá, do que pode ainda acontecer até quarta-feira, e estou particularmente preocupada porque acompanhei todo o debate. Inclusive, Lêda, em termos de grosseria a Finlândia lhe tratou muito bem, porque o que nós vimos, hoje, lá, em relação ao tratamento dispensado aos professores foi: nós vamos mandar evacuar, retirem-se e calem-se, foi assim que alguns senadores falaram. Dirigiram-se aos professores e até a uma deputada federal que estava lá defendendo um projeto de lei que havia sido aprovado na Câmara. Não, não queiram não, por favor. Querem que diga? Então, atendendo a pedidos, vocês decidem, como na Globo Antônio Carlos Magalhães e Artur Virgílio, do Amazonas. Pois é, mas agride demais. Uma outra coisa que acho que é positivo destacar é que a gente tem que tentar segurar, porque há pressões sobre o inciso que é o 10. Diz-se o seguinte: é vedado o contingenciamento orçamentário dos recursos a que se refere o inciso 5º (os recursos para a educação e os recursos da União). Há interesses em retirar esse inciso. Isto é também muito sério, a gente tem que estar atento e acompanhando este processo até quarta-feira para garantir que essas coisas não aconteçam. Muito obrigada.

Mestre de Cerimônias: Só um aviso antes. Avisar ao pessoal do conselho escolar para permanecer no auditório. Só queria falar, também, os meus 3 minutos. Pedi assim, até umas desculpas, porque é a primeira vez que eu coordeno a mesa redonda pelos meus encargos e até pelo tempo. Ainda mais nessa categoria aqui. Só aceitei porque foram alguns integrantes da mesa que me convidaram para participar. Eu concordei com a sugestão da professora Maria Elisabete. Gostaria até de conversar com ela para integrar essa sugestão no nosso movimento do Pró-Conselho. Acho que foi bastante interessante, mas gostaria de falar com ela à parte.

A colocação que o Artur fez, até na condução dos nossos trabalhos, que ele colocou que a gente oferece para as pessoas fazerem as perguntas, acho que ele está corretíssimo, parece que quem está aqui em cima sabe tudo e quem está aí em baixo, não sabe. Acho que ele está corretíssimo. Acho que temos que mudar, é um pronunciamento, um debate, corretíssimo.

Outra coisa - o texto que a professora falou, Leocádia. Nós elaboramos um texto do grupo do Pró-Conselho e encaminhamos ao Conselho Nacional de Educação para que ele avaliasse, se pronunciasse quanto ao

mérito que era transformar em lei, o Conselho Municipal de Educação, Conselho Estadual como órgãos normativos dos sistemas de ensino e o Conselho Nacional aprovou. Agora, vamos encaminhar ao Congresso em forma de projeto de lei.

A outra coisa era com relação a uma reunião. Gostaríamos de, agora à noite, conversar com os relatores, os moderadores de oficina e os expositores, ou amanhã de manhã, para a gente conversar um pouco sobre a condução das oficinas e para os relatores conhecerem os moderadores, porque eles não trocaram figurinhas. Achamos que seria bom se conhecerem antes da oficina, até para ver como vai ser a metodologia que a gente sugeriu e até já encaminhou para vocês. Queria agradecer, e o Arlindo quer falar.

Professor Arlindo: Primeiro, gostaria de parabenizar os presentes. Na realidade, o Seminário foi organizado, com o apoio parcial do Ministério, pelo menos cento e noventa passagens e diárias para fazermos essa discussão. Com pessoas importantes e representativas, estratégicas. Hoje eu contei cento e dez pessoas no auditório. Sei que tem uma mobilização acontecendo, mas eu gostaria de parabenizar os que estão aqui e pedir que amanhã a gente continue as discussões, que são muito importantes. Talvez a gente não entenda que por trás da relação democrática, está um contexto, e aí não entenda, muitas vezes, que ao discutir movimentos sociais e gestão da educação, estamos discutindo gestão democrática, discutindo pedagogias participativas, ou ao discutir qualidade da educação e participação, estamos discutindo gestão democrática. Então eu queria pedir o empenho de vocês amanhã para que a gente esteja realmente aqui a partir das 8 horas, para aproveitarmos bem o dia. Boa noite.

27 de Abril de 2006 (quinta-feira)

Mestre de Cerimônias: Gostaria de desejar a todos um bom dia. Convidá-los para iniciarmos nossas atividades do Seminário Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas, lembrando que estão disponíveis materiais para tradução. Teremos nesta mesa um participante falando em espanhol e, na parte da tarde, teremos alguém que fará sua fala em inglês.

Isso é importante para que possamos acompanhar bem o Seminário. Temos que estar bem aparelhados.

Gostaria de dizer que a questão da relação democrática ou do conceito de democracia, como já falamos, é um conceito polissêmico, ou seja, há muitas abordagens, e o Seminário tenta dizer, pela sua organização, pelos temas que escolheu, que Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas não se resumem a um único foco ou a um único mecanismo.

Parece-me que há uma insinuação presente de que a questão da democracia está na forma de escolha dos dirigentes escolares, mas está também, na organização dos conselhos escolares; na relação pedagógica que se instala na sala de aula; nas relações sociais e políticas estabelecidas dentro da escola, entre funcionários da escola e toda a comunidade escolar; na relação que a escola estabelece com a comunidade local, com as organizações da sociedade civil como sindicatos, cooperativas, movimentos de proteção ao meio ambiente; na relação interior à comunidade; na relação entre agentes dos movimentos sociais e sua base; na relação entre esses vários agentes do movimento social; relação entre sociedade e governo. Portanto, a idéia da gestão democrática não é singular do ponto de vista de se observar uma relação restrita. Só ganha significado em um entendimento contextual, em que sociedade está e em que direção se define e caminha essa relação.

Pelo que foi visto, a sociedade é uma correlação de forças, é um conjunto de interesses, alguns prejudicados, alguns beneficiados, alguns organizados, outros desorganizados, uns claros, explícitos, outros ocultos, falseados nessa grande luta na sociedade. É preciso que a gente defina e entenda o que é a relação democrática. Caso contrário, a gente, talvez, teria uma visão restrita e limitada do que seria

democracia participativa. Está na relação entre governo e sociedade civil, dando idéia de Estado, e está no movimento da sociedade para implementar políticas públicas de regulação, normatização.

Este Seminário nos permite uma visão por vários ângulos. Ontem, tivemos à mesa um político profissional, um prefeito de uma cidade que veio trazer sua abordagem. Estamos, aqui, conseguindo cercar vários ângulos.

Hoje, teremos de dar uma olhada nessa questão da Gestão Democrática da Educação e Pedagogia Participativas, a partir da história do movimento da sociedade através dos movimentos sociais.

Eu queria passar para vocês, até mesmo antes de compor a mesa, um momento da história brasileira, uma ação pedagógica com muitos limites, inclusive de sua época, mas que mostrou a pujança, a importância da participação na formulação e no encaminhamento de políticas, em que pese toda discussão em torno do mérito, da forma como se deu. Mostra que a implementação de políticas educacionais, com participação, faz diferença.

Gostaria de retornar a, pelo menos, 1964 para que a gente conhecesse e alguém viesse nos falar pessoalmente, ou através da mídia, sobre o que aconteceu neste País e que nos trás uma contribuição para a compreensão do nosso tema.

Vou apresentar para vocês uma experiência de três minutos, antes mesmo de compor a mesa.

Capital de todos os potiguares, está hoje transformada em um teatro de uma verdadeira guerra santa. A cruzada contra o analfabetismo. De pé no chão também se aprende a ler. Eis o lema, que pelos quatro cantos da cidade, vão pregando as autoridades empregadas de corpo e alma em abrir uma frente pioneira do programa de emergência do Ministério da Educação. Para 4 milhões de crianças brasileiras de 7 a 12 anos, não existem escolas. Enquanto se espera que surjam essas escolas, decidiram os responsáveis pelo programa inaugurar, em Natal, uma experiência diferente. Em cada pedaço de favela, em cada canto de praia, os voluntários dessa cruzada vão hoje plantando acampamentos-escolas, sem uniformes, sem sapato ou chinela, os meninos pobres vão sendo conquistados por esses agentes revolucionários do ensino que desejam mostrar ao Brasil inteiro, que de pé no chão também se aprende a ler.

Tão depressa nessa favela miserável do Nordeste o círculo vicioso pobreza-analfabetismo está definitivamente rompido. O importante é que essas crianças aprendam a ler, a escrever e a contar agora, enquanto esperam que se construam escolas.

Todos a codem ao toque de reunir, mesmo os que sempre chegam atrasados.

E para aqueles que andam de pé no chão vão se erguendo em toda parte galpões escola, multiplicam-se as equipes de professores voluntários que recebem, por recompensa, a modesta indenização de dois mil cruzeiros mensais. Revesam-se os turnos e a palavra de ordem fica sendo rendimento máximo. Mas o objetivo essencial a ser atingido, sobre esses tetos de palha de coqueiro, uma geração de brasileiros vai se despertando para o mundo do qual até agora estavam excluídos.

“-Eva é uma menina; diz a professora.

- Eva é uma menina; repetem os alunos.

- Eva ganhou um ovo de páscoa; diz a professora. .

- Eva ganhou um ovo de páscoa; repetem os alunos.

- A Independência do Brasil foi proclamada em 7 de setembro de 1822. Por quem foi proclamada a

independência? Pergunta a professora.

-Dom Pedro I; respondem os alunos.

-Qual o nome da esposa de Dom Pedro I? Você sabe, Marinalva? Pergunta a professora.

-Teresina; reponde Marinalva.

-Viu Marinalva, você deve prestar atenção! Exclama a professora.

Os responsáveis pelo programa têm ainda o problema de garantir, por todos os meios, uma distribuição regular da merenda escolar, e os mesmos educadores que ensinam a ler e a escrever também sabem organizar brincadeiras.

Todos os recursos existentes são aproveitados pelo programa de emergência: salões de reunião, clubes de bailes, cinemas, teatros, albergues noturnos, templos e oratórios de qualquer credo se transformam em escolas fora de seus expedientes. Há 20 milhões de brasileiros analfabetos. Para que esse número não continue aumentando, os responsáveis pelo programa, na impossibilidade de levar os analfabetos até onde se encontram escolas, levam-se escolas aonde se encontram os analfabetos.

E a frente pioneira alcança até os filhos das lavadeiras, erguendo galpões escolas às margens das águas onde as mulheres ficam batendo roupas de sol a sol.

Em uma campanha em que tudo é rigorosamente planejado, reúnem-se periodicamente os comandos para uma análise geral da situação. Os professores expõem seus problemas aos seus orientadores de equipe. Os pais de alunos também são convidados a dar seus palpites.

Vinte milhões de analfabetos estão condenados a não participar da vida social e política da nação e a viver na penúria.

E nos encontros mais importantes, o prefeito Djalma Maranhão examina com seus colaboradores a marcha do programa em sua cidade.

Os primeiros resultados são realmente animadores. O número dos que aprendem a ler e a escrever nos galpões escola e nas escolhinhas de emergência vai aumentando vertiginosamente. E as ruas da cidade expõem suas estatísticas numa competição que empolga e comove. Mas à hora em que, ao som dos sinos dos galpões escola da capital potiguar, partem as crianças na recuada de regresso aos seus casebres miseráveis, nos pensamentos dos organizadores desfila a profissão interminável de milhares e milhares de outras crianças a quais a nação ainda não concedeu, até agora, o privilégio de aprender a ler.

Para milhares e milhares de outros meninos pobres do Brasil essa caminhada de regresso ao lar significa apenas a volta de um trabalho precoce em proveito daqueles que aprenderam a ler. Aqui nas favelas pobres de uma capital do Nordeste com tão poucos recursos se consegue tão grandes resultados, por que não se há de promover pelo Brasil inteiro uma mobilização de todos os homens responsáveis para que a educação não continue sendo privilégio de uma minoria?

"É isso que estamos fazendo em Natal, salvem os brasileiros do analfabetismo!"

Gostaria de pedir uma salva de palmas para esses brasileiros, estavam na luta como estamos hoje. Que fique essa lição para nossa reflexão, também durante o Seminário.

PAINEL

Movimentos Sociais na Construção da Gestão Democrática da Educação.

EXPOSIÇÕES DA MANHÃ

Mestre de Cerimônias: Gostaria de convidar para, compor a mesa, Cândido Grzybowski, Diretor do IBASO; Maria Cristina Vargas, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Professora Maria Juçara Dutra Vieira, presidente do CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação); Hugo Iaski, Secretário Geral de CENTERA, Argentina.

Vou fazer uma proposta um pouco indecente, pela potencialidade que temos aqui. Teremos esta mesa brilhante, e ao mesmo tempo, temos outras pessoas que irão participar das oficinas. Estávamos avaliando ontem que, de repente, elas poderiam dar uma notícia, mesmo que breve, no final desta manhã para todos.

Falo de uma experiência em educação e desenvolvimento local, desenvolvida no México, pela COPEV, uma ONG, e de uma ONG brasileira, o Banco de Palmas. Essas pessoas, além de cuidar do desenvolvimento local, buscam uma nova alternativa, uma nova moeda, uma nova economia chamada moeda social que é muito importante no entendimento da gestão democrática da educação.

A idéia é que a gente compacte as falas. Reduza-as, se possível. Para sobrar um tempinho na manhã para ouvirmos uma síntese dessas duas experiências. Vocês concordam? Já que concordam, vamos socializar o máximo possível.

Gostaria de convidar para, compor a mesa, Cândido Grzybowski, Diretor do IBASO; Maria Cristina Vargas, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Professora Maria Juçara Dutra Vieira, presidente do CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação); Hugo Iaski, Secretário Geral de CENTERA, Argentina.

Vou fazer uma proposta um pouco indecente, pela potencialidade que temos aqui. Teremos esta mesa brilhante, e ao mesmo tempo, temos outras pessoas que irão participar das oficinas. Estávamos avaliando ontem que, de repente, elas poderiam dar uma notícia, mesmo que breve, no final desta manhã para todos.

Falo de uma experiência em educação e desenvolvimento local, desenvolvida no México, pela COPEV, uma ONG, e de uma ONG brasileira, o Banco de Palmas. Essas pessoas, além de cuidar do desenvolvimento local, buscam uma nova alternativa, uma nova moeda, uma nova economia chamada moeda social que é muito importante no entendimento da gestão democrática da educação.

A idéia é que a gente compacte as falas. Reduza-as, se possível. Para sobrar um tempinho na manhã para ouvirmos uma síntese dessas duas experiências. Vocês concordam? Já que concordam, vamos socializar o máximo possível.

Cândido Grzybowski, Diretor do IBASA: Antes de tudo gostaria de agradecer muito ao Arlindo, ao Ministério da Educação, por esta oportunidade de estar aqui. Não pude estar nos dias anteriores e nem poderei ficar até o fim. Compromissos anteriores. Encontramo-nos no Fórum Mundial em Caracas. Até mostrei minha agenda para o Arlindo. Este é talvez o único dia possível para estar presente, o dia 27.

Na verdade, já trabalhei muito com o tema da educação no passado e hoje estou mais como um ativista meio maluco correndo o mundo. Então, não tenho tanto tempo para me dedicar a uma reflexão mais

sobre um tema que já foi um tema muito importante, tanto a educação como os movimentos sociais. Não sou de um movimento. Nesse sentido, me desculpem pela intromissão em movimentos sociais, mas sou um defensor da sua importância para a democracia em qualquer lugar. Os processos democráticos são fundamentais em qualquer lugar. Os atores organizados em movimentos sociais, os diferentes sujeitos da sociedade, reivindicando, atuando, participando, empurrando as nossas instituições políticas para que a gente consiga construir uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais livre, e mais solidária.

Vou, rapidamente, já que não pensava em ser o primeiro a falar, lembrar alguns pontos dessa reflexão. Antes de entrar no tema proposto Movimentos Sociais na Gestão Democrática, quero simplesmente reafirmar algumas coisas, que acho que vocês estão discutindo. Como vejo educação como um bem coletivo e como os processos educacionais como forma de socialização dessas aquisições, desse bem coletivo da humanidade e da sociedade em particular, de uma sociedade concreta. Como é que se faz esse processo? Tendo no centro, quando nos colocamos em uma perspectiva democrática, e é disso que estamos falando, o direito ao acesso ao saber, direito igual e universal ao saber. Aí estão as condições que estamos discutindo quando falamos da construção da gestão democrática da educação. Como se dão essas condições de acesso?

Penso a educação como um elemento fundamental. Daquilo que é “sine qua non” para as democracias, que é a cidadania. Penso isso com três elementos fundamentais: Primeiro, não existe cidadania sem identidade cultural. E identidade cultural tem a ver com educação; patrimônios de valores, idéias, concepções, de princípios éticos, sem uma clara apropriação da idéia coletiva da relação social como direito, porque o direito não é uma propriedade individual, é uma qualidade social, é uma relação. O direito de um significa obrigações de outros. Direito é direito para todos, senão é privilégio. Portanto, cidadania implica essa dupla relação de garantir que eu tenha direito, garantindo o direito dos outros. Esta igualdade é que é fundamental. A educação tem a ver com isso nesse sentido. Também tem a ver com a questão central das democracias. Nós nascemos iguais, talvez fisicamente diferentes; homens, mulheres, brancos, negros, amarelos, etc. Humanamente somos iguais, mas a sociedade nos torna desiguais. A educação entra, porém, nessa equação para igualizar socialmente, pela ação política consciente, o que se tornou desigual. Nesse sentido ela é um instrumento essencial para que as sociedades tentem corrigir as distorções que elas mesmas criam.

A questão da igualdade é uma questão central da educação. Igualdade aqui vista, igualdade de acesso ao saber. Não, em si mesmo, o saber. O conhecimento cria igualdades, cria condições de corrigir desigualdades. Nesse sentido, entra um terceiro elemento da cidadania que é a própria disputa do saber escolar, disputa da educação.

Há uma questão de poder envolvida na educação.

Entrando em um segundo elemento, da gestão. Gestão é uma coisa complexa. Gestão social, administração, envolve um saber fazer. Leigos, não necessariamente todos sabemos fazer tudo. Eu não vou dizer que todos sabem tocar violão. O saber se distribui desigualmente, inclusive o saber gerir uma escola, um sistema educacional, uma política pública. Então, há um lado do saber, há um lado técnico de um saber que é social, mas que não é igualmente distribuído. Isso não quer dizer que, com base nisso, se possa criar uma desigualdade. Mas, como democratizar essa gestão, esse saber? Isso levando em conta que qualquer escola, qualquer sistema educacional, qualquer conjunto de leis e políticas públicas e de recursos públicos destinados à educação, é objeto de disputa social intensa. É uma expressão de disputa social. Algumas vezes mais, e menos, nas conjunturas de diferentes sociedades. Em função delas, isso não dá para determinar previamente, mas é indiscutível que a escola está no centro de uma disputa sociocultural essencial para a sociedade, de forma meio permanente, mudando um pouco os sentidos

dessa disputa, mas é condição “sine qua non” e a vigilância em torno a isso é indispensável. Conquistas podem ser perdidas amanhã. Nada é garantido. A única garantia é participar para impedir que se volte atrás e para que se avance. Em torno da educação, como em qualquer conjunto de políticas públicas, é fundamental a ação permanente a vigilância, a participação, etc.

Vejamos a gestão de um bem público como a educação, em um contexto de diferenças e desigualdades. Lembrando um filmezinho (dos anos 60): não estamos com uma miséria como aquela, mas estamos com uma desigualdade maior do que tínhamos. Somos uma sociedade muito mais injusta hoje, porque uma coisa é ter dois para dividir, entre muitos. Outra coisa é ter dois mil para dividir e alguns continuarem com um. É um pouco a nossa sociedade. Estamos sofrendo em meio à abundância, que é diferente de sofrer na carência. É uma sociedade profundamente injusta, a nossa, brasileira.

Mudou essa disputa de educação. Ela muda de qualidade exatamente porque estamos falando de uma outra sociedade. Não podemos comparar com aquilo, mas é esse o problema que temos. Como gerir educação, num contexto em que se acentuam as desigualdades. Acentua-se, porém, a consciência de que esta é a nossa chaga. E se acentua a consciência de que igualdade não é homogeneidade. Igualdade é respeito à diversidade, que talvez seja um novo que nos anos 60 também não existia.

Para mim é muito claro que estamos no contexto de uma geração. Aqui temos alguns da minha geração. Fizemos essa história dos anos 60 e agora vamos continuando. Nesse contexto mudaram profundamente os paradigmas de reflexão. Há, hoje, uma consciência de humanidade que torna inviável qualquer idéia do não é que é justo. Não estou entrando na dimensão ética, mas o fato é que a sociedade justificava umas coisas e eliminava outras.

Há setores dentro da sociedade, hoje. Isso se tornou complicado para todos. Essa dimensão, elemento essencial a se considerar, como é essencial considerar essa dimensão da diversidade que, em particular, os movimentos feministas não só nos trouxeram, mas as lutas contra a desigualdade racial e outras formas também o fizeram. A não tolerância com a diversidade cultural nos trouxe uma consciência de que afirmar diversidade não pode ser motivo de desigualdade, como afirmar desigualdade não pode ser motivo para negar diversidade.

Essa equação é nova e a escola tem que tratar dela. Como a educação vai montar um sistema que tire partido da diferença, da diversidade, tentando igualar.

Essa é a nossa disputa, hoje, em termos de inclusão social. Significa a escola participar disso. Vem a questão de quem participa com as grandes mudanças, grandes projetos como condição “sine qua non”. As sociedades não conseguem pensar sua educação fora de si mesmas como sociedade. Nunca esse debate é isolado. Em uma sociedade autoritária, necessariamente a escola tende a ser autoritária. Em uma sociedade mais livre e participativa, isso repercute no contexto escolar. Este é o pano de fundo que temos que ter presente. O problema da educação não está somente dentro da escola, no meu ponto de vista. Está mais na sociedade do que na escola. Porque eu não vou pedir que crianças tenham poder de interferir na gestão de um diretor escolar. Isso também seria nos iludir. Mas podemos limitar o poder do sistema educacional, pela sociedade, para que as nossas crianças e nossos netos, no meu caso, tenham uma escola adequada.

Temos, no caso da educação, como pontos limite, o domínio pelo saber ou emancipação pelo saber. E as sociedades acabam se marcando nesse marco. Podemos dizer mais isso mais aquilo. Esta é a questão que estamos falando. Pode ser que por dentro da escola seja uma escola conservadora, privada, muito bem organizada, até participativa. Não quer dizer que seja uma escola democrática. Pode ser extremamente elitista, excludente, negadora da diversidade, negadora da cidadania, negadora dos outros, etc. Não vamos confundir forma com conteúdo. Por isso temos que sempre situar isso nesse contexto.

Eu vejo uma relação intrínseca entre democracia e educação, até porque a educação é essa troca. Não vamos entrar nesse assunto, pois não sou especialista nele, mas os métodos podem ser impositivos desde o saber escolar em cima das nossas crianças, como podem ser métodos que dialogam suas vivências e experiências com suas emoções.

Li, há pouco, um livro sobre os paradigmas científicos que nos dominam, que nós não estamos discutindo radicalmente. Falo, em particular, dessa coisa, hoje, da informática nas escolas. Nada mais aberrante, do meu ponto de vista em educação, do que a falta de emoção, a falta de encantamento e nada mais útil para acabar com a emoção e o encantamento, que dar para uma criança um computador. Deixar de descobrir e se encantar com o belo, é a coisa. Como resolver isso? Porque se trata de um saber instrumental fundamental ou usado da máquina.

Quando introduzir isso em nossas escolas? Porque com a máquina vem um saber dado. Vou até me limitar, pois combatemos muito as grandes corporações, mas vamos falar sobre a Microsoft. O modo de pensar já vem ordenado. A criança escreve mal dizendo: "o computador corrige, pra que aprender direito o português?". Essas questões são muito mais complexas do que imaginamos. Não é só aquela relação pedagógica entre professor e aluno, é um conjunto de opções que são feitas totalmente a despeito desta relação, que acabam afetando esta relação.

Adotar ou não o sistema de informática com o software livre ou com software proprietário. Estamos falando de conhecimento. É radicalmente diferente em termos educacionais. E esse é um debate que não estou vendo educadores envolvidos, em nenhum dos movimentos sociais. Existe um movimento de software livre, mas não chegou até aí.

Entrando especificamente na questão movimentos sociais e educação, eu queria insistir em vários aspectos. Considero os movimentos sociais fundamentais para a democracia. Acho que a relação com a educação é mediada. Há alguns que são diretamente referentes à educação. Nós temos os atores diretamente envolvidos. Os profissionais da educação podem ter movimentos estudantis, podem ter os pais, dirigentes ou autoridades locais. Podemos ter uma associação aqui no Brasil. Podemos ter atores diretamente envolvidos que, às vezes, são muito mais preocupados com os seus, e é a função deles, como movimentos sociais, a sua defesa de interesses corporativos do que exatamente educação. Eles, também, não necessariamente se organizam por causa de educação no sentido estrito da palavra. Temos que ter cuidado quando falamos de movimentos sociais e educação, para não pensarmos que há uma relação imediata. Existem, sim, movimentos sociais que incorporam a questão da educação e suas estratégias. Por exemplo, o Movimento dos Sem-Terra, que conheço mesmo antes de serem chamados por este nome, no início dos anos 80, quando começavam com as lutas, no Paraná, Santa Catarina, e os processos de tentar juntar essas lutas. Mas, como a questão da educação se torna uma dimensão permanente para si mesmo? Para formar-se a cidadania? Como pensar a escola dos filhos de "sem terra"? Essa é uma característica desse movimento, porque está lidando em um tal contexto de exclusão, que não tem nada mesmo. Não tem casa, nesse sentido poderíamos falar da carência de várias políticas como saúde, educação. A educação não é especificidade nesse sentido, é uma contribuição fundamental do Movimento, mas pela natureza dos seus participantes. Já não é o mesmo em certos movimentos como dos Sem-Teto Urbano. Não se coloca do mesmo jeito a questão, na medida em que a escola, o equipamento existe, talvez exista um problema de qualidade, mas não é como o MST que cria o seu sistema educacional.

Nós temos campanhas cívicas pela educação que chamamos de movimentos, mas na verdade são mais no campo das ações públicas feitas em torno disso. Temos experiências no passado. Hoje foi mostrada uma. Mas nós tivemos um MEB, que até hoje continua, toda experiência ligada à que se desdobrou de Paulo Freire. Nós temos aqui, entre nós, os Viva La Cidadania, da Colômbia, que é um outro exemplo disso que eu

chamo de campanha pública de educação, que tem característica de movimento, mas que é uma confluência de vários movimentos. Mas é uma confluência em torno de um projeto coletivo de intervenção no campo educacional. É de outra natureza. São diretamente preocupados em como fazer cidadania a partir da educação e, às vezes, ela tem uma dimensão de educação para adultos. Entra muito mais nesse campo do que diretamente na educação escolar em si. Tem um caráter educativo de qualquer movimento. Eu acho que qualquer movimento transforma sujeitos em cidadãos. Tem essa potencialidade, tanto porque, no movimento social, há uma criação coletiva do saber que organiza a consciência coletiva, que dá um conjunto de instrumentos de medida da sua própria situação e dá uma agenda de luta. Nesse sentido, os movimentos criam identidades, propostas, organização e formas de luta e, com isso, eles estão desenvolvendo uma cultura democrática na sociedade. Podem desenvolver um tecido associativo. Não existe cidadania sem associações, sem organizações, sem formas de inclusão social, e capacidade de dar incidência nos processos democráticos.

Para concluir, gostaria de expressar qual é a minha hipótese, a relação entre movimentos sociais e educação. Acho que a radicalidade dos movimentos sociais é fundamental para que as sociedades pensem, entre outras coisas, sua educação. Não necessariamente eu cobraria dos movimentos sociais que eles em si mesmos pensem educação. Eles que cumpram o seu papel de defesa dos interesses dos grupos específicos que os compõem. A sua contribuição é exatamente trazer para a agenda pública a exclusão que está por trás. A forma de inclusão social que disputam. Trazer uma agenda dessa natureza, que nos leve, enquanto sociedade, a pensar o conjunto de políticas públicas que montamos para resolver isso, entre elas a educação. Acho que os movimentos sociais, na medida em que eles se intensificam, no Brasil, ficamos meio encurralados. Temos um governo que deveria nos responder inteiramente. Ficamos esperando e ficou o impasse. Mas a sociedade brasileira ao longo do período, até certo sentido até vibrante (não que todos sem vozes e sem poder se organizassem em movimentos) não está mais naquela sociedade de total exclusão. No mínimo, eu diria, a metade já dá sua cara. Já é uma sociedade diferente. Nós temos outra possibilidade. Temos uma conjuntura de impasse, que temos que resolver, e voltar a conseguir empurrar o nosso governo para que faça o que é necessário fazer. Porque o governo é expressão da sociedade e não o contrário. Parte do problema da equação que vivemos em certas conjunturas, somos nós mesmos os responsáveis. Temos que empurrar isso. Essa capacidade de empurrar me parece condição fundamental para criar o contexto favorável a uma mudança e um avanço em termos de democratização da educação.

Nós podemos, sim, adotar métodos mais democráticos, formas mais inclusivas na própria escola, mas isso não depende da boa vontade dos dirigentes e nem do conselho de pais e mestres locais. Depende desse clima, desse contexto favorável na sociedade. E para esse contexto favorável, aí sim, os movimentos sociais são "sine qua non". Se não existe mobilização, se não existe pressão, se não existe a democracia direta, porque a forma desses movimentos sociais é ir para as ruas, enfim pressionar é fazer não existe espaço para a sociedade se confrontar com seus problemas, inclusive os problemas da educação.

Adotar tanto as pedagogias mais participativas como programas que de fato visem à inclusão social, que de fato sejam as políticas públicas participativas e que, portanto, criem as possibilidades de uma gestão participativa na ponta, depende da sociedade como um todo e não só da boa vontade no interior da escola. Os movimentos sociais criam essa vontade coletiva. É mais ou menos isso que gostaria de deixar para vocês.

Mestre de Cerimônias: Gostaria de agradecer à belíssima contribuição do Cândido, que traz essa discussão toda e essa questão histórica da necessidade da construção da identidade cultural, associando isso à própria cidadania de um mundo onde já se coloca em pauta toda a discussão da diversidade a que a escola não está ausente. Está no centro destas disputas. Acho que ele coloca muito bem, também, o leque de atores que estão no movimento social, entre aqueles que estão vinculados à educação escolar e aqueles

que estão no campo das lutas dos interesses fundamentais da sociedade, dos diversos grupos sociais, e diz ele que esse movimento, esta organização e esse ímpeto vai criar um clima indispensável para que a própria escola, nesse contexto, sinta a possibilidade, interfira na possibilidade de desenvolver, com desenvoltura essas disputas nas quais elas estão inseridas. Ou a escola está inserida. E coloca que a radicalidade dos movimentos é importante para impulsionar esse movimento, da promoção de políticas de promoção da igualdade.

Vamos passar agora, em seguida, dentro da ordem das apresentações, para Maria Cristina Vargas, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Maria Cristina Vargas, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: Bom dia aos colegas da mesa, educadores, embora muitos sejam gestores, mas com certeza, educadores da Nação.

Eu cumprimento o Ministério da Educação por estar trazendo aqui os movimentos sociais e dando oportunidade nesta mesa para que possamos socializar essa realidade dos trabalhadores rurais sem-terra.

Falar em democracia é estar junto do movimento social, para um interessante aprofundamento. Mas eu parto, para iniciarmos, dos anos 80, que o Cândido já colocou um pouco, quando o movimento inicia suas ocupações e a luta primeira é a terra onde as pessoas, que estavam excluídas do processo, vão para dentro de um acampamento lá na encruzilhada natalina, em busca da terra. Mas se deparam com cercas que vão além da terra. Se deparam com a cerca da educação, com a cerca da saúde, com todos os direitos que os cidadãos têm.

Nesse processo, naquele momento, a primeira indagação em relação à educação foi a falta de escola nos acampamentos. Essa foi a primeira necessidade que se teve no momento.

Os acampados se organizam para articular a escola em torno dos acampamentos, o mais próximo possível. E as suas crianças vão ter o direito à educação novamente.

Quando essas crianças vão para a escola, essa escola discrimina as crianças. Então, o movimento começa a perceber que isso não acontece somente naquele local, mas também nas outras ocupações que estavam tendo em outros estados do Brasil. E essa preocupação se dava porque as crianças voltavam para dentro do acampamento e não queriam mais voltar para a escola porque eram filhos de invasores marginais. Eram acusadas de muitas coisas, pelas quais elas nem entendiam o porquê.

Então começa uma pergunta que norteia todo o trabalho de educação do Movimento. Que escola nós queremos para o Movimento Sem-Terra? Vocês percebem que é uma pergunta bem corporativa...mas no momento era isso, essa era a necessidade. E se começa, sobre essa pergunta, a se levantar várias questões. Quando discutíamos escola, então vimos que não era apenas escola, era a questão também de educação, porque tu poderias até conquistar a escola para dentro do acampamento, do assentamento, que aí já teria alguns pontos no decorrer da história. Mas não tínhamos uma educação. Vinham professores, inclusive de fora, com uma mentalidade que desconhecia todo aquele processo, naquele local. Quais eram as dificuldades, enfim? Daí vem a segunda pergunta, que educação queremos? E essa pergunta é a que até hoje o Movimento Sem-Terra nasce todos os dias. Todo dia tem uma pessoa nova entrando no Movimento, uma ocupação nova, que faz voltar sempre a mesma pergunta.

Essas perguntas foram gerando um outro imaginário, pois, quando o sujeito vai para o acampamento, para o assentamento, ele é um sujeito desprovido de todos os direitos até então. Foi um sujeito desprovido de pensar e essa é a maior questão, é a maior dificuldade na inserção desse sujeito na luta social. Ele não tem a capacidade, não desmerecendo os saberes, que todos temos, mas no sentido de pensar, realmente o que ele quer.

Se eu conquisto a terra, para que eu a quero? Se eu conquisto a terra e continuo plantando com veneno, se eu continuo tendo uma má alimentação, para que eu a quero então? O movimento faz com que as pessoas comecem a pensar, mais do que querer receber a política, e isso é o que foi feito na educação que se tornou uma das principais lutas internas dentro do Movimento, o processo de educação. Quando colocamos para uma família sem-terra, lá no acampamento ou no assentamento, a pergunta que educação quer, a primeira indagação que vem é “eu não sou professor, também mal sei escrever, como vou poder dizer que tipo de educação eu quero?”. Aí vem a pergunta “que tipo de sociedade que você quer” e fazemos todo um trabalho popular em torno dessas questões e mostramos que a educação está muito ligada àquilo que queremos em termos de sociedade. Mas, o que mais nos preocupa, muitas vezes no processo, é que quando o sujeito camponês, se coloca à disposição para discutir qual educação, que escola, o que podemos desenvolver de diferente ou não dentro da escola, as primeiras pessoas que tentam inibir essa iniciativa são os nossos educadores e, muitas vezes, os próprios gestores. Porque o que mais acontece, a gente que acompanha esse processo em nossos 23 estados, quando os pais e a comunidade dizem assim: “Vai lá à prefeitura, no poder local, nós queremos uma escola que esteja mais próxima do nosso local, gostaríamos de saber como poderíamos contribuir, o que queremos de educação em nosso acampamento”, a primeira pergunta que eles fazem é “quem são vocês para dizer que tipo de educação vocês querem, se a maioria de vocês é analfabeta? Isso somos nós que temos que dizer”. Aí entendemos que existem essas duas questões. Uma é aquilo que realmente cabe ao Estado e até nós temos a palavra de ordem: Educação, direito nosso, dever do Estado. Entendemos que o sujeito tem que pensar, pois ele sempre recebeu, sempre “eu penso para você” e nunca “eu penso de você”, a partir do sujeito. Essas são algumas situações que colocamos nesse processo e as nossas escolas, para o movimento considerar a democracia um princípio pedagógico, que é um dos nossos princípios, significa dizer que segundo a nossa proposta de educação, não basta os educandos e educadores estudarem sobre ela. Precisa, principalmente, vivenciar a participação democrática. Então, as nossas escolas (hoje, à tarde, terá uma oficina onde serão colocadas uma de nossas experiências) colocam que além de todo esse processo de envolvimento da comunidade, onde a escola está localizada, também o processo de organização dela, interna, faça com que as crianças, os jovens e os adultos participem daquele processo de gestão, entendendo que tem gestão mais burocrática, que realmente cabe a um determinado profissional, mas que a maioria das decisões e encaminhamentos são tomadas pelo conjunto dos envolvidos naquela escola.

A direção coletiva de cada processo pedagógico vai além de seus participantes mais diretos, que são os educadores e educadoras. Envolve os pais, as pessoas que não têm filhos naquela escola também (porque entendemos que a escola dentro do acampamento não é apenas um espaço onde as crianças participam, mas é um espaço onde se faz a comunidade ficar viva também). Um campo, um assentamento sem escola tem um objeto a menos no sentido de se aglutinar em torno. A escola é, às vezes, a vida do assentamento. É onde as pessoas discutem qual será a continuidade e as suas necessidades atuais. Isso faz com que o assentamento gire em torno de um movimento. Se ele não se reconhece dentro dela, ele não vai poder participar.

O envolvimento da escola é também com o coletivo do Movimento Sem-Terra.

Hoje estamos organizados em 23 estados. A necessidade que existe lá no Sul não é a mesma em proporção, mas são muito próximas às necessidades comparando, por exemplo, com o Nordeste. A gente se organiza em torno de coletivos. Temos coletivos locais, assentamentos e acampamentos; coletivos estaduais, os quais aglutinam as regiões e estados; coletivo nacional onde se aprofundam grandes questões que são comuns a todos os espaços onde está organizada a educação no Movimento.

Há participação de todos os envolvidos no processo de gestão. Todos devem aprender a tomar as decisões e respeitar as decisões tomadas em conjunto. Executar o que foi decidido, avaliar o que está sendo feito e a repartir os resultados, tanto os positivos como os negativos de cada ação coletiva.

Em nosso entendimento, isso é que é a democracia. Desde os locais até o coletivo nacional, que é onde você aprofunda as grandes decisões, aprofunda a realidade, o que pode ser decidido. E essa ação coletiva tem que repartir os seus resultados. Nisso entendemos que é criado um outro imaginário na cabeça do sujeito. Ele está entendendo que é o responsável pelas suas ações e decisões e faz com que avancemos no processo da educação.

A democracia só acontece se o coletivo organizar instâncias de participação, desde a direção política ou planejamento mais geral da atividade da educação até a esfera específica do aprender e ensinar ou da relação de quem educa ou aprende.

Falamos que as escolas do MST são consideradas do MST, pois estão localizadas em seus territórios, mas são escolas públicas tanto municipais como estaduais. Então, não são somente escolas do Movimento. É uma escola que está naquele local, naquela realidade onde estão organizados os Sem-Terra. Ela é pública e primamos por esse princípio.

Hoje, com todo esse trabalho de educação que temos realizado, estamos vivendo um momento muito importante na organização onde a palavra de ordem é "todo sem-terra deve estar estudando". Alguns dirigentes vão até mais longe, e dizem que para ser Sem-Terra deve-se estar estudando, pela importância que tem essa conjuntura, entendendo o processo pelo qual vivemos e entendendo o processo de participação e gestão desses mecanismos onde estamos organizados.

Temos em torno de 2 mil escolas de 1ª à 4ª série. Quando vai para a 5ª a gente já reduz esse número, muito, em torno de 300 escolas, e 200 escolas de ensino médio. Ou seja, vocês podem perceber que há uma queda brusca em relação às escolas de 1ª à 4ª série, e mais uma queda nas escolas de 5ª à 8ª para o ensino médio. E a universidade, ainda não temos, mas temos parceria, com em torno de 50 universidades. Quando vamos discutir com uma universidade um curso que atenderia pessoas que dão aula nos assentamentos e acampamentos, a gente vai discutir qual o curso que iremos querer. Mas a maior discussão nisso tudo é quando a universidade diz que dá o curso para nós, e nós dizemos que queremos discutir o que se deve dar nesse curso, também. Queremos ver e conceber, entender. Pois, quem irá coordenar isso pelo Movimento quer saber como está iniciando e aonde se quer chegar. Essa a maior questão, pois eles nos questionam "quem são vocês para dizer o que querem". Nós não estamos querendo discutir a questão do conteúdo, somente. Queremos nos apropriar desse instrumento. Indagamo-nos muito no sentido de, ao invés de nos questionarem por querer participar, deviam se perguntar por que mais pessoas não participam? Sempre nos questionam por querer participar, querer se apropriar dos instrumentos, e é a grande questão. O MST sempre quer ter uma educação diferente? Nós não queremos uma educação diferente. Nós queremos uma educação que tenha qualidade, sim. Porque quando vão colocar escolas nos assentamentos ou oferecer um curso na universidade ou vão se apropriar dos nossos materiais, as pessoas pensam assim: estamos dando para desengano de consciência, muitas das vezes dizem que possuem tantas escolas nos municípios, mas não têm um vídeo, um computador, etc. Então dizemos que queremos isso também, mas também queremos uma escola de qualidade. A questão, também, que mais nos interrogam é quando a gente faz uma luta para que a gente possa garantir uma escola no local.

Muitas das vezes, isso não é generalizado, mas temos várias experiências nesse sentido, que o Poder municipal vai para dentro do assentamento e para o acampamento discutir com os pais, com a comunidade dizendo assim: Vocês não querem uma escola com mais qualidade de ensino? Então nós temos que dar o

ônibus para levar as crianças lá para a cidade porque lá terão computador, quadra de esportes, cinema. Quando a localidade está bem organizada ela responde que quer sim tudo isso, mas quer isso aqui no campo porque o campo não é somente o espaço para produzir, é um espaço de direito, um espaço onde se tem teatro, cinema, laboratório, quadra de esportes.

Tudo isso são contradições que vão ocorrendo dentro do processo que achei interessante estar socializando, porque às vezes achamos que a democracia só basta no sentido de oferecer. Mas, se você não constrói junto com a comunidade, não faz com que isso seja concebido no processo em conjunto, as conseqüências também serão individualizadas. Quem vai bater, vai bater com mais força. Acho que, para socializarmos, seriam essas as questões. Muito obrigada pela oportunidade.

Adelino: Gostaria de agradecer a contribuição trazida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra que possuem como razão de seu movimento a terra, mas vêem a educação como um aspecto estratégico. Coloca com muita clareza que entre as cercas que existem está a inacessibilidade à educação. Não é apenas a escola, mas o tipo de educação que se quer, se quer discutir que qualidade é essa de educação. E quando se fala em participação não é apenas discursar, mas é vivenciar, ou seja, colocar isso em prática e que todo o processo do Movimento, já é um processo participativo, à medida em que se participa dos coletivos, que assumem decisões em coletivo e também a repartição dos resultados do coletivo. Certamente, essa lógica, que entra em diálogo com outras esferas, no caso a organização da educação governamental, é uma lógica que precisa ter uma possibilidade de interlocução. É preciso que haja o entendimento, que, quem vem com essa lógica precisaria também ter o acesso de estar trocando essa lógica. Por isso reclama que o tipo de interlocução, seja de outra qualidade, para que haja um espaço para que se pronunciem descortinando, no concreto, o que seria a diferença de qualidade padrão, que todo mundo se encaixa e todo mundo tem que se satisfazer. Coloca, com muita clareza, que esta escola atenta a esta especificidade, essa singularidade, não quer dizer que ela não seja pública. É uma escola pública, mas que deve atender a essa identidade.

Acho que é esse o recado que o MST está trazendo para nós, aqui na questão democrática de gestão participativa. Vamos então, seguindo a seqüência para a professora Juçara Maria Dutra do CNTE para fazer sua exposição.

Juçara Maria Dutra: Gostaria de cumprimentar o Arlindo que está coordenando não só esta mesa, como também este Seminário, cumprimentar o Cândido, a Cristina, o Hugo e todos os participantes do Seminário.

Representando a CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, evidentemente temos uma fala muito tendenciosa. Acho até que legitimamente tendenciosa. Queremos evitar extrapolar esses limites da visão tendenciosa de quem articula o movimento dos trabalhadores públicos da educação, da educação básica, especialmente as redes estaduais, mas também redes municipais.

Organizei a minha fala tentando responder a quatro questões. A primeira questão: Por que gestão democrática? Acho que a introdução, muito bem feita pelo Cândido, também responde. Gestão democrática está estreitamente relacionada à idéia de cidadania. Evidentemente, um conceito amplo de cidadania traduzido na apropriação e no domínio de condições materiais e culturais da vida em sociedade. E esse exercício, no sistema capitalista, requer a presença do Estado para assegurar universalmente o acesso a bens inatingíveis para grandes parcelas da população

A segunda coincidência que tenho com a fala do Cândido é de que, sendo a educação um bem de natureza pública, evidentemente que a gestão democrática está intrinsecamente vinculada à idéia da cidadania e do direito. Porque o direito não é uma transferência, o direito é uma vivência e essa vivência só se

concretiza com a participação ativa de todos os envolvidos. Dessa forma, nós entendemos a democracia como um pressuposto que se materializa em instrumentos e mecanismos vinculados a processos compatíveis com esse pressuposto, porque às vezes nós começamos o debate a partir dos instrumentos e dos mecanismos. Acho que temos que começar os debates a partir do pressuposto que, depois, se materializa nesses instrumentos e nos processos de gestão.

Na história recente do País nós tivemos dois grandes momentos para fazer esse debate envolvendo a sociedade brasileira. Quando digo sociedade brasileira, digo setores organizados da sociedade. Foi no final dos anos 80 com a elaboração da Constituinte e daquele primeiro projeto de LDB, e nos anos 90, com a elaboração do Plano Nacional de Educação.

No contexto da Constituinte, nós tínhamos de um lado a pressão popular dos setores mais progressistas da sociedade e de outro lado os setores conservadores que têm necessidade, de quando em quando, entre aspas, se modernizarem e se atualizarem. São setores que acabam assumindo também esse discurso pela necessidade de estarem se revitalizando, ainda que seja para que as suas práticas conservadoras continuem, mas com outra forma.

Tivemos um espaço de debate onde foi possível ter uma certa interlocução, no processo da Constituinte, da LDB e depois do Plano Nacional de Educação. Da LDB, nós incorporamos algumas questões muito fragmentadas e do Plano Nacional de Educação, discutido pela sociedade brasileira, nós fizemos uma disputa no Congresso Nacional e perdemos evidentemente. Nosso plano não foi o plano examinado pelos congressistas ainda que tenha ingressado no Congresso em tempo hábil, no tempo legalmente previsto. Ele foi substituído pelo projeto do governo. E o projeto do governo também se transformou em uma carta de intenções porque todas as questões relacionadas ao financiamento da educação, que é a concretização, digamos assim, das políticas através do financiamento foram vetadas. Nós achamos que nesse momento nós temos a condição de retomar o debate nacional em outro patamar. Seja pelo fato de que temos que superar pelo menos duas décadas de políticas neoliberais e seja pelo fato de que há um deslocamento do debate sobre educação para sua comercialização. Hoje se discute educação na Organização Mundial do Comércio. Claro que se discute educação na UNESCO, evidentemente. Mas não com a mesma força como se discute na Organização Mundial do Comércio. Aqui no Brasil e na Argentina (o Hugo também pode relatar) obtivemos, dos governos, dos respectivos ministros, na época do Ministro Tarso Genro, um compromisso de não incluir a educação nos tratados comerciais de serviço. Ainda que o problema fundamental seja a própria natureza dos tratados. Mas, enfim, devemos chamar a atenção para que a educação não esteja entre os itens a serem comercializados e normalmente importados pelos Países periféricos e dependentes. E que não seremos nós a exportar educação, no caso da comercialização.

Então, até para vencer esses dois desafios, nós precisamos recolocar a questão em um outro patamar. Nós recolocamos o debate a partir de dois conceitos, também fundamentais, que são conceitos de direito. Estava observando a película de alguns anos atrás que tratava a educação como um direito de todos. Nós queremos eliminar a palavra privilégio, pois todos têm esse direito. E é a noção de serviço público que também começa a ser deturpada.

Já temos idéia de que com o público não é bem isso. Tem uma idéia muito flexível de público, e nós achamos que é mediado pela ação do Estado para ter essa garantia universal. A segunda pergunta que eu abordo aqui no texto é onde situar o debate na perspectiva do direito, do papel do Estado, da idéia de cidadania, da idéia de apropriação dos bens produzidos pela humanidade.

Acho que uma das falas aponta para isso. A grande distorção, o grande paradoxo que nós vivemos, é o fato de que temos todas as condições técnicas e tecnológicas e materiais para a inclusão e temos um processo

cada vez mais ampliado de exclusão. Diferentemente da época, talvez do Cândido, mas na nossa faixa etária. Por exemplo, conheci a luz elétrica, já menininha. Isso significa que as condições não estavam dadas, condições técnicas. Mas milhões de pessoas não têm acesso à luz elétrica. Então acho que esse é um debate oportuno de se fazer.

Eu também gostaria de situar o debate na perspectiva da organização sistêmica da educação brasileira. Um dos primeiros aspectos que gostaria de abordar é que o Brasil fez uma opção pela educação escolarizada, muito inspirado na opção americana que teve condições de colonização diferenciada da brasileira. Para a sociedade americana, a escola comunitária, da construção de um novo País por parte de suas elites, tinha uma fundamentação. Para a realidade brasileira essa descentralização tem outra fundamentação. Nós poderíamos, por exemplo, ter optado por um sistema centralizado de educação básica. Nós temos a descentralização, a responsabilidade dos municípios para com a educação infantil e fundamental e os estados com a fundamental e médio e suas modalidades.

A descentralização em si mesma pode não ser um problema. Agora, à descentralização devem corresponder políticas em um País tão grande como o Brasil onde temos mais de 2 mil municípios que sobrevivem de repasses federais, que não têm arrecadação própria e que têm que atender crianças de 0 a 6 anos, por exemplo, a maior parte delas fora das escolas e inclusive de outras formas de atendimento.

A descentralização, acho que é um aspecto importante dentro do pacto federativo. Que respostas nós temos que encontrar para isso. Isso também implica uma segunda reflexão que é a noção de sistema. Acho que para nós é essencial nós construirmos mecanismos, instrumentos e processos com vistas a um sistema que realmente dê conta. Nos últimos meses ouvimos falar que é a condição republicana que todos nós estamos reivindicando. De tempo em tempos nós vamos assimilando alguns conceitos.

Precisamos construir melhor uma idéia de sistema a fim de garantir igualmente o direito à educação, seja para quem está em uma escola do assentamento ou uma escola no interior do Amazonas ou na capital de São Paulo. O sistema é fundamental. Nós tínhamos instrumentos e mecanismos propostos. Um deles era a criação de um Fórum Nacional de Educação que teria a condição de estabelecer políticas, debates, de periodicamente avaliar, inclusive as prioridades nacionais. E esse fórum não desautorizaria o Conselho Nacional de Educação, que tem uma responsabilidade normativa em relação ao sistema. Seria uma participação muito mais direta da sociedade, coexistindo com outros instrumentos que o estado necessita para oferecer a educação pública. Não logramos isto. Não logramos concretizar o Fórum Nacional de Educação que foi retirado daquele projeto de LDB. Seria essencial nós termos conseguido esse espaço que também se refletiria nos estados e nos municípios.

Na legislação ficamos com algumas estruturas como conselhos estaduais e municipais de educação, conselhos escolares, processo seletivo para dirigentes escolares, conquistados mais pela luta do que pela legislação, projetos político-pedagógicos. Tudo isso deveria ter uma amarração nacional. Temos alguns mecanismos, alguns instrumentos previstos, mas precisaríamos encontrar nexos em um País tão grande e tão diverso como é o Brasil.

E mesmo fora da legislação nós deveríamos ter espaços e, aqui, nós queríamos fazer uma cobrança ao Ministério da Educação. Aqui a campanha está presente. Quase todos os grandes temas de interesse do País foram objeto de conferências nacionais da saúde, da habitação, etc. Nós só não tivemos a Conferência Nacional de Educação. Ainda é tempo. Talvez este Seminário seja indutor desse espaço que estamos construindo. Porque, de conferências importantes, já participamos de várias. Ela cria discussões, espaços de discussões, que vêm do local, a região, o estado confluindo na conferência. O seu produto final não é o produto ideal, o que interessa é o que foi construído durante o processo. Muitas vezes é isso que fica como

acúmulo para os sujeitos que participam desse processo.

A terceira questão que coloco aqui no debate, no texto, é qual o alcance da gestão democrática. Reflito que se a democracia é um pressuposto para qualidade da educação pública, todas as estruturas, processos, mecanismos devem constituir-se por meio e buscando sempre esse valor. Mesmo sem o aperfeiçoamento das leis, que nós também queremos, vivemos um contexto em que nós precisamos recuperar leis. Incrível! Há um tempo atrás dizíamos que o movimento tem força e não precisa da lei. Agora, as coisas estão tão precarizadas que é preciso voltar a ter lei, ter legislação necessária para assegurar os direitos da cidadania.

Nós podemos construir esse espaço e o debate, sem ficar muito no nosso umbigo, mas aqui, na maioria, somos brasileiros. Nós achamos que foram criados espaços de interlocução entre a sociedade e o governo. Alguns espaços como um fórum de que participa a Campanha Nacional de Educação foram espaços que se criaram, mas acabaram mais de ouvidoria do que de realização concreta de políticas. Precisamos fazer com que esses espaços, de fato, produzam idéias políticas. Evidentemente que, sem caracterizar o papel do agente público, ao mesmo tempo nós conseguimos criar alguns grupos de trabalho que, de fato, foram operantes. Nós tivemos o Arlindo, que é um dos entusiastas, de um grupo do Pró-funcionário, Pró-formação, que resultaram em políticas importantes de alcance numérico pequeno, mas de concepção essencial para repensarmos, inclusive a função do poder público na profissionalização daqueles que são responsáveis, em grande parte, pelo processo educacional.

Essas coisas não são nem oito e nem oitenta. Em algumas áreas, e com alguns interlocutores, nós temos uma capacidade maior de interação. Com outras, não. Como também nas disputas que fazemos relacionadas com os governos, não existem governos homogêneos. Sempre tem as suas diferenciações ainda que com linhas políticas marcadas. Estou falando em âmbito nacional.

Nos estados e nos municípios há muitas experiências. Em geral, o nosso acompanhamento, nossa vivência dizem que temos um longo caminho a percorrer. Por exemplo, temos conselhos de educação, poucos ainda com a constituição igualitária. Poucos conselhos municipais de educação. A elaboração dos planos municipais de educação tem sido muito mais burocrática do que participativa. Uma grande dificuldade que os nossos companheiros têm encontrado.

Temos que conseguir fazer com que esses planos sejam, de fato, participativos e não burocráticos. Os vários conselhos de representação social que nós temos FUNDEF, MERENDA, etc, têm muitas insuficiências técnicas e muitas dificuldades políticas.

Às vezes temos uma representação da sociedade que não consegue incidir sobre aquela política e às vezes nem exercer o seu papel fiscalizador.

Por outro lado, nós também temos freqüentes ataques à organização dos trabalhadores nas questões sindicais e individualmente nas questões funcionais, que são agentes importantes nesse processo. Tivemos um período mais democrático no País, mas também percebemos que há um grande refluxo em muitos locais, nesse sentido de que a participação que não é demonizada, como o MST, mas também nós sentimos grande dificuldade e retrocesso em muitos locais. Tanto que na comunidade escolar, com raras exceções, é uma participação passiva, se é que esse conceito possa existir, pois a participação não pode ser passiva. Há, inclusive, campanhas que subvertem o conceito de participação como a tal campanha "Amigos da Escola". Costumo dizer que amigo da escola é quem paga imposto, quem não sonega imposto para a educação. Não aquele que vai estar no lugar de um profissional qualificado, que os alunos merecem.

Por que a pouca participação? Um dos problemas é que a comunidade escolar, às vezes não tem função na chamada gestão democrática, seja pela não legitimação das vozes, como falava aqui a Cristina, pois a voz

do aluno, do pai, não está legitimada, enquanto nós não tivermos processos que possibilitem ouvi-los. Porque, se nós formos tratar de currículo de forma tecnicista nós já estamos dizendo que nessa escola cinco pessoas vão falar sobre o assunto. Agora, se nós quisermos falar do projeto político-pedagógico com a comunidade, perguntando, por exemplo, o que um pai espera do acúmulo do seu filho ao final da 8ª série, ou ao final do 3º ano da educação média, certamente ele saberá dizer o que ele espera. Mas nós não construímos isso. Temos um problema sério nas nossas escolas que é um problema de comunicação. Temos uma capilaridade imensa, temos toda didática e metodologia à nossa disposição e temos uma grande dificuldade de sermos, na escola, o fator de congregação e de irradiação da cultura, da informação, da vida, dos problemas do seu meio.

A quem cabe lutar pela gestão democrática? Claro que nós que estamos envolvidos, os trabalhadores de educação, os pais, estudantes, a comunidade escolar.

Agora, a gestão democrática é do interesse da sociedade e os gestores e agentes têm muita responsabilidade nesse processo de promover, realmente, a democratização da educação, como uma forma de atingir graus crescentes de democratização da própria sociedade. Por isso, o debate não pode ficar circunscrito a nós, às eleições dos dirigentes. Tem que se ampliar esse debate para que a educação seja um assunto tão interessante quanto os outros que a gente fala nos intervalos. A derrota de ontem, um assunto interessante, futebol, a educação também deveria ser tão interessante para podermos falar em qualquer lugar, no bar. Mas nós não tratamos a educação nesse patamar inclusive. A comunidade de um bairro enxerga e se organiza com mais rapidez para reivindicar que se urbanize a rua ou se coloque luz no poste, do que exigir um direito fundamental que é ter uma escola de qualidade. Isso porque as urgências acabam se sobrepondo a esse direito fundamental. A sociedade tem muito clara a idéia de escola pública. E é por isso que nem dez anos de políticas neoliberais conseguiram acabar com as escolas públicas. Privatizaram muito, mas por dentro. Privatizaram recursos que deixam de ir para a educação pública. A sociedade vê a escola pública como um valor. Infelizmente, ainda com um conceito de que a escola pública é uma responsabilidade do Estado, mas não como um direito. Tem um conceito forte, mas não internalizado ainda tão fortemente como o conceito à educação de qualidade, não como uma concessão, mas como um direito.

A quarta questão que coloquei no texto é a gestão democrática para projeto de educação e sociedade.

O Brasil, no século XXI, no terceiro milênio, tem milhões de analfabetos. Na fita fala em 20 milhões. Podemos usar a mesma cifra e dizer como aumentou a população, então, podemos dizer que, proporcionalmente, o analfabetismo diminuiu.

O que se agravou foi o seguinte. Temos analfabetos numa população urbanizada 80% da população está nas cidades. Falta de escola, de condição, não é razão, não é argumento. E também não é argumento dizer que é muito caro atender aos 20% que não estão na zona urbana. O analfabetismo, hoje, é um fenômeno muito mais grave, é um anacronismo porque estão dadas as condições técnicas de superação. A maior parte das pessoas não precisa mais andar 20 km para chegar até a escola, ainda que em algumas regiões do País seja preciso andar de barco, etc. Mas tem solução técnica para isso.

O analfabetismo é uma demonstração de que não é esse tipo de sociedade que a gente quer, convivendo com o analfabetismo.

Agora não se trata mais de percentuais. Há alguns anos atrás era até legítimo pensar em diminuir o analfabetismo. Hoje tem que ter radicalidade. Hoje, o analfabetismo é incompatível com as possibilidades técnicas de inclusão.

Nós temos a grande maioria das crianças de 0 a 6 anos sem acesso à educação infantil. A educação infantil é um direito. A criança, que tem condição de ter a educação infantil, tem um aproveitamento muito melhor na educação fundamental. Isso é uma coisa óbvia. Mas, também, a educação infantil, transversalmente responde a uma situação que é a situação da classe trabalhadora brasileira. Não podemos menosprezar a necessidade que têm as mães e pais trabalhadores de sair de casa e deixar a criança em um lugar adequado, que é o ambiente escolar. Jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando a educação média estão na educação fundamental.

A educação técnico-profissional neste País está em fase de construção. Absurdamente, começar de novo. As universidades públicas dão conta de 30% das matrículas, os outros 70% estão nas universidades privadas. O nosso percentual de inclusão da população de jovens na universidade está abaixo de todos os percentuais dos Países da região, sabendo que a situação deles não é das melhores.

Os governos têm dito que a educação fundamental está universalizada, praticamente, 97%. Com dois problemas. O primeiro é que não é na faixa etária correspondente. As crianças não ficam 8 anos (agora são 9) na educação fundamental; permanecem 12 anos, quando conseguem. O segundo problema é que as mesmas estatísticas dizem que há crianças na quarta série que não sabem ler. Essa é uma das formas mais dramáticas de exclusão, que é excluir dentro da escola. Estar na escola e não aprender a ler é a mesma coisa que ir para o hospital e ficar no corredor e não ter acesso à assistência à saúde que você foi buscar lá no hospital.

Essa não é a sociedade que nós queremos. Temos que superar isso.

O nosso coordenador aí vai nos mostrar o papel com os tempos, então vou para os finalmente.

Os desafios para reverter esse quadro. Financiamento da educação, elevação do PIB, deixar de desvincular recursos para tirar recursos para a educação. Tratar da dívida como dívida para a educação e não para promover superávit primário. Agora foi aprovado o FUNDEB, que é um mecanismo de redistribuição, imperfeito e limitado, mas que pode ter impacto sobre a qualidade da educação. Valorizar os profissionais da educação. Às vezes eu nem uso essa terminologia porque parece uma concessão. Apenas reconhecer que os profissionais de educação, para exercerem bem a sua função e responder aos interesses da sociedade têm que ter salário, carreira, jornada, condições de trabalho e não serem trabalhadores itinerantes que não conhecem nem sua comunidade escolar e nem seus alunos, pela simples necessidade de sobreviver.

Um País que ainda tem que fazer um esforço de chamar aposentados para darem aula de química, física, biologia e matemática porque não há mais pessoas habilitadas. O País tem que repensar a organização da sua escola. Esses profissionais não estão disponíveis, precisam sobreviver e o mercado oferece outras opções.

Nós estamos discutindo, agora, no FUNDEB o Piso Salarial Profissional Nacional e um projeto de diretrizes nacionais de carreira como direito a corporação e direito à sociedade de ter um corpo técnico qualificado estável para não ficar à mercê das simpatias ou antipatias. Não vou citar, não dá mais para desenvolver o papel da universidade pública, a necessidade de se democratizar a universidade. As cotas são um alento, mas não resolvem, a universidade tem que inverter a lógica, tem que ser mais pública do que privada. A educação básica como um direito de todos. A educação profissional, como garantia ao acesso ao mundo do trabalho, a ampliação da educação superior são importantes para, juntamente com outras políticas de cuidado social e econômico, sustentar um projeto democrático soberano do País.

Por último, vou deixar à disposição os nossos materiais sobre a 7ª Semana Nacional em Defesa e Promoção

da Educação que estamos realizando, que fazemos em todos os meses de abril. Ontem fizemos uma ocupação no Congresso Nacional até conseguimos sair na Rede Globo. Saímos de camisa verde. Pensaram que éramos integralistas. Ontem noticiaram. Nós fizemos um dia de vigília no Congresso porque também quero assumir esse desafio que o Ângelo traz. Nós precisamos estar vigilantes. A democracia exige uma vigilância permanente sobre os nossos governantes, sobre as esferas de poder e até sobre os nossos processos internos. Precisamos, também, desenvolver o nosso mecanismo de autocrítica.

Passei alguns minutos do tempo. Agradeço pela oportunidade. Quero cumprimentar pelo Seminário que, quem sabe, talvez, possa ser o motivo inicial para termos uma Conferência Nacional de Educação.

Arlindo Queiroz, Mestre de Cerimônias: Gostaria de agradecer à professora Juçara, pela belíssima contribuição que está trazendo.

Vocês vejam a importância que tem, na discussão da gestão democrática, de ter a participação dos trabalhadores de educação, sejam professores, funcionários de escolas, especialistas. Isso qualifica o debate e nos permite ter mais clareza em relação à compreensão desse conceito. A professora Juçara chama a atenção para a discussão a partir dos pressupostos, onde situa a questão de a democracia estar relacionada à cidadania, que inclui as condições materiais e culturais, e ao papel de assegurar esses direitos à cidadania.

Chamo a atenção para isso, mostrando que, no momento atual, a educação entra na rota da discussão da associação, dos interesses diversos, muitas vezes vinculados ao mercado, e não da discussão da coisa pública. Isso também nos chama a atenção para uma vigilância com relação a esse aspecto. Analisa a questão da descentralização. Deve viabilizar direitos. Assim como os sistemas de ensino, organizando-os na mesma perspectiva.

O espaço da pactuação entre governo e sociedade civil foi objeto de luta e se perdeu o foco na legislação. Chama a atenção para a luta pela Conferência Nacional da Educação. Está ali, Denise Carrero que é uma baluarte dessa liderança, desse movimento. Que o momento deste Seminário sirva como inspiração para que a gente realize, ainda este ano, essa conferência. Acho que pode sair daqui a indicação da necessidade urgente de instalarmos a Conferência Nacional da Educação.

Acentuo, aqui, nossa condição, por um lado vigilantes. Por outro, a lei, que vem assegurar direitos, coloca a necessidade, em vários âmbitos do governo, de um espaço maior do movimento social e dos trabalhadores da educação.

Os espaços se colocam quase na condição de ouvidoria. Em alguns casos a interlocução se dá com mais facilidade, mas é uma necessidade de repensar essa interlocução com os movimentos sociais, de forma mais efetiva. Os conselhos nem sempre são paritários. É preciso que a Organização dos Trabalhadores em Educação esteja presente como uma voz que qualifica o debate. É preciso que a gente entenda que a Organização dos Trabalhadores em Educação está na direção da promoção da qualidade da educação e da igualdade e não os tome como adversários nessa luta. Chamo a atenção para a responsabilidade dos agentes públicos com a gestão democrática. Pautar isso como um dado importante. Falo entre outras coisas sobre a questão do analfabetismo, dizendo que temos todas as qualidades técnicas para superar esse fenômeno, quer seja fora da escola, quer seja dentro da escola.

Mestre de Cerimônias: Vou pedir aos participantes que voltem aos seus lugares e gostaria também de pedir aos painelistas que tomem assento aqui também, nos lugares da mesa. Eu gostaria de agregar à mesa já naquela perspectiva que eu coloquei de incluir mais duas notícias pelo menos dos dois programas e das duas experiências que estão sendo desenvolvidas. Uma, aqui no Brasil, outra no México, que trata da educação e desenvolvimento local. Eu pediria ao Joaquim Neto, do Banco de Palmas, e a Rocio Lombera que sente aqui conosco na mesa. Após a fala de Hugo Yask uma notícia sobre a experiência. A experiência será relatada na oficina, aqui um “flash” sobre o que eles estão desenvolvendo.

Vamos então dar continuidade à nossa mesa, agora com Hugo Yask, Secretário Geral do Ctera, Argentina.

Hugo Yask, Secretário Geral do Ctera, Argentina: Bom dia, companheiros e companheiras. Em primeiro lugar, gostaria de começar agradecendo o convite dos colegas organizadores deste encontro. Agradecendo também pela hospitalidade dos nossos companheiros da CNTE, com quem estivemos compartilhando ontem um fato muito importante. No marco que a Juçara colocava anteriormente, a luta pelo retorno de vinte anos de ofensa do neoliberalismo, vinte anos de destruição sistemática da escola pública, vinte anos nos quais construímos uma relação de sindicato do CONE SUL com outros sindicatos da América Latina, em que fomos aprendendo com nossas experiências nacionais e o contexto de resistência em que acontecia no final dos anos 80, quando começamos a caminhar junto dos colegas brasileiros, chilenos, uruguaios e também de outros países da América Latina.

Este caminho de resistência, como a Juçara falava, o meu olhar também é um olhar um pouco tendencioso. Tal como acreditamos que não existe conhecimento neutro, tal como acreditamos que não existe a educação como um bem social impregnada de neutralidade, da mesma forma entendemos como militantes que somos em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da educação e como militantes da luta pela educação pública, que isso supõe um compromisso prático, um compromisso que se refere à construção cotidiana.

Em primeiro lugar, três planos de uma ação que, de qualquer modo, se desenvolve de forma simultânea. Mas, se pararmos para tentar fazer uma análise, na prática fazem parte, muitas vezes, de uma mesma história. Em primeiro lugar para conseguir que a educação pública se converta em um direito social, sem exclusões, acho que vivemos em um processo de amadurecimento político, com os trabalhadores e trabalhadoras da educação. Um amadurecimento no âmbito da proposta das nossas organizações sindicais há trinta anos atrás. Se lermos nos documentos históricos da década de 70, da década de 60, vamos perceber que havia uma grande presença, naquela época, de um elemento corporativo na disputa dos educadores por meio dos seus sindicatos. Houve um processo de amadurecimento público nos últimos anos, que nos levou a gerar, a partir das organizações sindicais, movimentos que focalizam sua ação na disputa pelo sentido da escola pública. Hoje vi um exemplo muito claro dado por um dos palestrantes, quando falava que é possível existir escola pública que não seja uma escola de conteúdo popular e democrático. Podem existir escolas públicas que tentam formar para o mercado, pode existir uma escola pública que forma alunos para as novas condições de relacionamento social que temos hoje na nossa sociedade e que não necessariamente tenha um conteúdo popular e democrático. Acho que é um campo de disputa muito importante para as organizações sindicais. Um campo de disputa que na verdade tenta definir, a partir de uma prática dos trabalhadores da educação na sala de aula, em um grupo escolar e no coletivo mais amplo que é a organização social. O sindicato tem um compromisso social com a educação por meio de um compromisso concreto com o seu povo, ou seja, não acreditamos naquilo que não formou aquela imagem de que nós, educadores e educadoras, somos uma espécie de sacerdotes ou apóstolos que temos que conservar uma espécie de pureza química e que nós não podemos nos contaminar com a realidade. Que, além disso, temos que entender que o conhecimento é dado nesse tempo que é a escola e as

crianças que vêm a nós precisam de uma espécie de transmissão ascética dos conhecimentos, para não influenciar na sua forma de ver a realidade ou de compreender o mundo. Não acreditamos nisso porque, na verdade, esses apóstolos fazem parte dos apóstolos dos grupos dominadores que sempre quiseram que os professores fossem uma figura ascética, que transmitisse de forma pura a ideologia à cultura, a forma de entender o mundo daqueles que tinham, nesse momento, as ferramentas na mão para que pudessem atuar.

Acredito que estamos avançando, que estamos caminhando a passos largos, no terreno da disputa para sentir a educação. Existem movimentos pedagógicos que estão enraizados na prática coletiva das nossas organizações sindicais. Coisa que estou falando de dez, quinze anos, poderia parecer uma autópsia. Hoje, temos institutos de pesquisa funcionando nas nossas organizações sindicais, produzindo material teórico e quebrando essa espécie de mito em que gostariam de nos converter. Em pessoas híbridas, mito segundo o qual o saber educativo passa por aqueles que têm mestrado e doutorado, preferentemente muito melhor, se forem a alguma universidade do norte dos Estados Unidos. Não acreditamos que a escola pública tem dois sujeitos de direito, um o aluno e o outro é o educador, e esse sujeito de direito que é o educador tem que conquistar a sua condição de sujeito protagonista, da construção das políticas educacionais. Entendemos que não é possível continuar sendo, de alguma forma, cúmplices com o silêncio das políticas educacionais, que na época dos anos 90 impunha reformas que eram praticamente réplicas de um mesmo padrão e, frente os quais, o docente, o educador, era um simples objeto a mais a ser reformado juntamente com os currículos.

O outro plano da disputa é o plano para eliminar o status da desigualdade. Hoje, isso foi colocado de forma bastante clara, na intervenção da Juçara. Evidentemente, a ação dos sindicatos tem um movimento para fora, que é a disputa contra os políticos hegemônicos; tem uma ação que tem como espaço a sociedade no seu conjunto, uma ação que sistematicamente propõe a disputa cultural como elemento central. Não podemos perder de vista que lutamos fundamentalmente para tentar ampliar o consenso na idéia de que a educação pública deve ser um direito efetivo, deve ser um direito que não admite restrições, um direito que não admite exclusões, um direito que não admite desigualdades, e essa é uma luta eminentemente cultural. Hoje em dia estamos em uma etapa diferente daquela que vivemos, até a metade da década de 90, até o final da década de 90. Um governo que tenta quebrar, com alguns modelos, a tradicional governabilidade proposta em termos de que as políticas são definidas pelo mercado, que as políticas são definidas a partir das hegemonias propostas no âmbito econômico, governos que tentam quebrar outras regras que a da subordinação sistemática às políticas do imperialismo yankee, do setor hegemônico chamado FMI, Banco Mundial, etc. Governo que tenta sair do círculo profundo que marcou todos aqueles que governaram na América.

Sei que aqui podemos estabelecer contradições, categorias de maior ou menor avanço. Sei que podemos (e é uma discussão que existe no campo popular) discutir até onde governos da Argentina, Chile, Brasil representam a ruptura com a lógica do neoliberalismo imperante. Agora, o que não podemos colocar em discussão é que esses governos representam uma mudança, uma tentativa de construir novos horizontes. No entanto, uma tentativa de avanço de nossas definições - Brasil, Bolívia, Venezuela, Argentina, Uruguai e Chile formam uma única região, que tenta começar a construir uma outra história e nesse cenário a disputa pela educação pública é fundamental. Não achamos que a sociedade muda a partir da escola, mas estamos convencidos de que não existirá nenhuma mudança sustentável, mudanças que tenham a possibilidade de chegar a uma mudança real, se não existir uma escola capaz de interpretar a realidade política e as lutas atuais. Acredito que há uma linha divisória muito clara. Até, praticamente, o final dos anos 90, centralizavam nossa ação em resistência. Tentávamos organizar a resistência na reforma educacional na Argentina, no Brasil e no Uruguai. Refiro-me à reforma educacional imposta nos setores da direita, setores do neoliberalismo. Tentávamos resistir ao avanço das privatizações. Tentávamos resistir à

retirada de direitos que tínhamos de forma permanente. Houve épocas de corte salarial, o corte do direito à licença, à aposentadoria.

Essa perda de direitos era uma política sistemática a partir dessa nova realidade. Satisfazemo-nos dizendo aquilo que queremos. Não basta que o sindicato dos professores, trabalhadores da educação, diga-nos o que somos contra porque sabemos de cor tudo que não queremos. Agora, temos obrigação de começar a propor, o que é mais ou menos o que falamos ontem no Congresso. Começar a propor quais são as políticas públicas que nós exigimos, que propostas concretas nós propomos para desmoronar vinte anos de política neoliberalista na educação pública. Acho que é uma etapa que estamos vivendo atualmente. Por isso não é nenhuma casualidade que se dispute hoje, no Brasil, uma lei de financiamento educacional que é o que surge da construção coletiva da Federação Nacional de Trabalhadores da Educação. Tanto não é casualidade que, no ano passado, foi aprovado e colocado em prática a partir desse ano, um novo modelo de financiamento educacional na Argentina, com base em uma lei pela qual lutamos por dez anos.

A minha organização, a CTERA é que permitiu, pela primeira vez na história do meu País, um piso salarial nacional, financiado pelo Estado nacional e que seria aqui o Estado federal mandando fundos para os estados. Porque na Argentina, tal como no Brasil, se aceitava como uma coisa natural que os estados mais pobres recebessem menos. Tivessem mais pobres com salários menores, com alunos mais pobres e com um produto educacional também mais pobre, diferenciado daqueles que poderiam existir em outros Estados. Esse neoliberalismo tentou naturalizar tal como tenta naturalizar a pobreza, da mesma forma que tenta naturalizar o analfabetismo. Isso eles falam que é inerente à condição humana. Sempre existirão os que ganham e os que perdem. Sempre existiram ricos e pobres. Acredito que a função da escola é de desmistificar essa suposta naturalização da desigualdade. A tarefa da escola é tornar insuportável a desigualdade, é tornar insuportável o salário de miséria de qualquer trabalhador incluindo o docente. Tornar intolerável a falta de liberdade. Essa é a função da escola e esta é a disputa que vamos levar adiante. É claro que existe uma disputa no terreno coletivo, que é a sociedade, e quando a CNTE ou quando a CTERA propõe um projeto de modelo de financiamento, é porque sabemos que a melhor idéia, sem recursos, se converte em abstrações. Ontem, o prefeito que falou, disse: vamos falar em educação, estamos no século do conhecimento, não podemos pensar num mundo, num País sem investimento em educação. Hoje esse discurso é repetido por todos os progressistas, os da direita, os conservadores, todo mundo fala isso, todos repetem esse mesmo discurso.

Os políticos em algum momento da sua campanha vão apelar para esse tipo de discurso. Agora, temos que construir políticas públicas para que as palavras se convertam em realidades. Uma delas é a lei de financiamento. Precisamos, além disso, de novas leis educacionais. Temos que acabar com as ofensas, que são as leis de educação que provêm do neoliberalismo. Na Argentina, atualmente, estamos empenhados em conseguir que este ano seja sancionada uma lei nacional de educação que permita acabar com aquela que foi editada em 1992, durante o governo Menem. Temos que aproveitar esses tempos políticos, para tentar erradicar toda espécie de praga. Tudo que o neoliberalismo construiu para tentar limitar o acesso à educação, convertendo as escolas públicas em uma espécie de reservatório do assistencialismo. O neoliberalismo colocava trinta, quarenta anos, para alcançar uma inclusão disciplinada. A partir dos anos noventa começaram a transformar a escola em fábrica de mão-de-obra barata, de desocupados, para promover uma idéia de uma exclusão disciplinada. Eles atuaram intensamente na escola. No meu País existe um termo que eu não sei se existe aqui no Brasil. É clientelismo político. É a mesma palavra, clientelismo político. Muitas escolas se converteram no foco da irradiação da ação do clientelismo político. Muitos grupos políticos invadiram o espaço da escola para tentar utilizá-lo como plataforma de ação. Tentaram nos convencer de que nós tínhamos que puxar o saco dos pobres. Para eles não tínhamos que propor modificação em suas biografias; estas biografias que já estão reservadas em alguma rua sem nome,

onde podem acabar prematuramente a sua vida, ou essa biografia que já existe antecipadamente, de ser carne de canhão do cabo político, que ele vai dar o que quiser, porque essa é realidade que vivemos.

Hoje, precisamos recuperar o espaço da escola como espaço de construção de conhecimento, mas conhecimento com vontade de mudança da sociedade, não qualquer conhecimento. Não podemos aceitar que se possa trabalhar com conhecimento em algumas escolas de classe média e não nas escolas da periferia. Temos que lutar contra a idéia de muitos docentes. Porque, também temos que dizer que muitos educadores vão trabalhar nas periferias das zonas pobres, porque lá terão menos exigências. Mas mandam seus filhos para escolas privadas. Temos que considerar isso e colocar em discussão, porque acredito que nesse olhar crítico para nós mesmos, para nossas práticas, que muitas vezes estão superadas no ato de boa vontade. Muitas vezes existem professores que falam: eu, aqui com essas crianças, o que posso fazer por elas? O que vou exigir dessas crianças? Por que vou agregar um problema a mais a todos? Se aqui, não podemos construir conhecimento, se aqui é impossível mudar a realidade? Acho que essa forma de pensar que muitas vezes se inspira num bom sentimento, tem que ser questionada. Havia teorias em voga há um tempo atrás que falavam que as crianças, quando não têm proteínas até uma certa idade da sua vida, têm um dano cerebral irreversível, que não poderá mais ser tratado. Isso que, aparentemente, era uma teoria progressista, de denúncia, acabou sendo transformada, em uma espécie de teoria racista discriminadora. Porque se a criança tem problema - podemos acreditar que não comeu suficiente proteína - temos que lutar contra esse tipo de concepção, porque se realmente esse caminho de mudança está sendo iniciado em nossos Países, se é isso realmente que estamos tentando construir, é que não sabemos. É muito difícil imaginar o que vem depois do neoliberalismo, o que virá depois desses processos brutais de exclusão social, o que virá depois da fome de milhões e milhões de latino-americanos. Temos que criticar os políticos neoliberais, mas também muitas das políticas que acreditávamos, em determinado momento, corretas para nós mesmos, ou às vezes políticas com as quais convivemos naturalmente. É muito difícil para aqueles delegados de escolas, representantes, é muito difícil que nos escutem no recreio para explicar o que é a lei de financiamento, o que é o FUNDEB. Imagino reunir e agrupar cinco ou dez professores para falar algum tema concreto. Às vezes pensamos que podemos continuar como está, mas temos que propor esse tipo de tarefa e acho que isso requer articulação social e nos coloca duas questões.

Primeiro, as nossas próprias organizações sindicais começam a se converter em movimentos sociais, elas próprias. Porque não podemos construir um movimento em defesa da escola pública, se não se constrói uma base de articulação. E não podemos nos articular se não colocamos limites à ação corporativa, se o sindicato dos professores, se a única coisa que faz é reclamar do aumento de salário. Damos de bandeja aos setores de direita a equação da luta de pobres contra pobres. Em meu País, muitas vezes, quando existe uma greve de professores, a nossa Rede Globo da Argentina liga e fala: Sr. Chávez, outra vez os professores estão deixando as crianças pobres sem escola. Porque ele chega e fala: o meu filho está em uma escola particular e vai ter aula, mas o filho do funcionário, do peão, não terá aula porque ele está querendo aumento de salário. E não estou falando com isso que temos que deixar a luta, de lado, pelo aumento de salário. Porque a disputa pela riqueza vai alinhada com a disputa pelo conhecimento. Mas, o que estou falando é que nós, conscientemente, temos que colocar limite em nossos anseios corporativistas porque não vamos salvar o professor se não salvarmos uma escola pública. Porque não faria nenhum sentido ter professores que vão à escola de ultimo modelo, com um aluno que está morrendo de fome. Porque se chegarmos a esse ponto, estaremos traindo as nossas próprias convicções. Então, precisamos que os avanços conttenham as demandas justas, que representamos, e que possam ser incorporadas aos setores excluídos na disputa pelo direito à educação. Para terminar, porque acho que não tenho mais tempo, gostaria somente de ler um trecho curto de Galeano, porque acredito que todos compartilhamos as mesmas incertezas, as mesmas convicções e Eduardo Galeano fala: "Ainda que não possamos adivinhar o tempo vindouro, sim, teremos pelo menos o direito de imaginar o que queremos que aconteça". Obrigada.

Mestre de Cerimônias: Como eu falei para vocês, teríamos as duas contribuições ao final (e eu preferi, fazer sem consultar), ou seja, ao invés de encerrar a mesa sem os debates, a gente acrescentaria os dois depoimentos. Então, poderíamos ter o espaço para algumas perguntas, para alguns comentários e para toda a mesa.

Eles vão resumir. Todos tinham vinte minutos, mas passaram para trinta. Cada um tem cinco minutos para dar um aperitivo do que vão fazer hoje à tarde. Vamos começar já que o Hugo colocou muito bem a questão de que a escola é um espaço, onde os embates, as forças, as desigualdades e discriminação são combatidas. Vamos ver essa função social da escola, o sentido da educação. Experiências que estão ocorrendo fora da escola, e como esses outros lugares de luta e aprendizagem se articulam com a aprendizagem dentro da educação escolar. Vamos começar com o Joaquim, do Banco de Palmas.

Joaquim, do Banco de Palmas: A primeira pegadinha, é que minha oficina era à tarde. Disseram que eu me apresentaria um pouco pela manhã e em quinze minutos. Daí me apavorei. Para cearense falar quinze minutos, precisa de mais gente. Selecionamos algumas imagens do que será a oficina da tarde somente para empolgar vocês. Eu sou de Fortaleza, de um bairro por sinal muito pobre economicamente, chamado Conjunto Palmeiras. A grandeza desse projeto é que ele conseguiu se organizar, se estruturar e se urbanizar. Conseguimos criar um banco próprio, um banco comunitário.

A partir de dois princípios: a sua grande capacidade de se organizar e de se comunicar com a educação formal e informal e, principalmente, outra coisa importante (e a escola está bem dentro desse debate) que é a questão da cultura. Todo o sucesso do nosso trabalho foi porque trabalhamos outra cultura e essa foi a da solidariedade. Em detrimento da cultura da competição, da cultura da concorrência, da cultura da disputa. Toda a filosofia do Banco de Palmas é dizer que há lugar para todos no mercado e não precisa disputar, nem mesmo concorrer, não precisa digladiar-se um com o outro fazendo da vida um grande Big Brother Brasil. A Globo nos deu o grande privilégio de ensinar o povo. Porque essa cultura da solidariedade quer criar um território, quer criar uma escola, tem uma outra lógica, a da solidariedade. Foi mostrado o BBB. O BBB é exatamente o contrário daquilo que queremos fazer. O BBB é uma experiência de família, que tem 14 pessoas dentro de uma casa, e a cada dia uma destrói a outra. A tarefa de um é acabar com o outro. Não se fazia outra coisa na vida a não ser pensar em destruir o outro. Com a nossa ajuda. Afinal somos nós que votamos para matar. O Pedro Bial diz assim: salve, salve quem você não quer eliminar. Pronto. E paga 0,26 centavos para matar o sujeito. No final, aquele que matou todo mundo é o Big Brother, é o vencedor.

Essa é a idéia que passa da vida, de ter de disputar. Eu fui 18 anos professor de escola pública no meu bairro e tinha uma frase que todos os professores da minha escola gostavam de dizer e para mim era a mais terrível das frases que o educador pode dizer. Quando o aluno estava se dando mal na escola; meu filho, você precisa estudar, não estude, não, para ver onde vai parar, lá fora é 19/20 por vaga. Quer dizer: coloca-se na cabeça do estudante que tem que estudar para passar por cima dos 19. Para ele ter a vaga, porque a mesma não existe para todos. Então, já o cria na cultura da competição. E eu dizia para que estudasse, pois lá fora tinha vinte por vaga. Você tem que estudar, se juntar com os outros 19 para ver se vocês conseguem uma saída coletiva. Essa é a lógica da sociedade pautada na solidariedade, na cultura da cooperação. (Mostra imagem e as comenta).

Mestre de Cerimônias: Rocio, por favor.

Rocio Lombra: Trabalhar sobre sua própria realidade dentro deste vínculo de educação, realidade e desenvolvimento, para criar cidadãos que melhorem sua prática social, no próprio lugar e onde vive, no sentido de recuperar o que sabem que é melhor.

Ser analfabeto funcional, nessa lógica que dizia Candido, “quando é o momento que possamos, como

“pessoas, discernir e optar pela informação e pela formação necessária que queremos, para poder transformar nossa realidade”. Uma coisa importante também que podemos informar sobre nossa experiência é a questão da educação cidadã vinculada à identidade e ao elemento do poder.

Quem decide? Quem opina? E quem toma decisões?

Que educação queremos? Que educação necessitamos? E também diziam, companheiros do MST! Não fiz uma síntese da imagem, como fez Joaquim. Somente vou apresentar a primeira parte que interessa expor, que é a concepção estratégica na qual baseamos as escolas de governo e cidadania, na qual concebemos essas escolas como espaço de construção e gestão de conhecimento crítico coletivo, com muitos atores. Mas, com esforço sistemático e permanente, de governo e cidadania. É a perspectiva da construção do poder local, da construção da participação cidadã, no aspecto público, no exercício do governo e na construção das políticas públicas.

A origem desse esforço vem justamente do trabalho conjunto com movimentos sociais, embora não fosse só a própria luta. Mas eles também trabalham com os governos locais, com movimentos sociais e com o pacto de um governo local. Precisam, também eles, de uma formação superior, para poder levantar a situação social, a situação pública

O importante também é que vimos a necessidade de que todos estes representantes sociais dos bairros, funcionários públicos e cidadãos tenham conhecimentos, para aprofundar e qualificar os próprios conhecimentos. As universidades, inclusive, outras ONGs fazem uma série de cursos mas que se referem a outros temas, outros aspectos que não estão relacionados com o interesse e a necessidade e exigência diretas de ação local, na vida local dessas pessoas, com conteúdos às vezes que são afetados, que são mais técnicos, mais instrumentais, mais vinculados aos aspectos do mercado ou então onde o dinheiro e o tempo não são suficientes para poder fazer um conhecimento e um saber enorme da realidade local, que não é valorizado e não é sistematizado. Tudo isso nos leva a colocar, formalizar, propor essa iniciativa.

Este é o único “slide” que quero mostrar aqui na plenária. Depois, na oficina vamos trabalhar mais propostas pedagógicas. Esta é a concepção estratégica que nos orienta na formação ou no tipo de formação que nós estamos definindo nessa escola. Em princípio, a idéia da construção do poder local, a construção de poder como capacidade de analisar, conhecer melhor a realidade concreta, a capacidade de poder propor, atuar e transformar essa realidade. Para isso temos três eixos que articulam essa proposta de construção do poder local. Evidentemente os sujeitos e os atores que, no aspecto local, vão da parte do pessoal até as transnacionais que atuam diretamente naquela localidade.

Nós vemos isso na nossa vida cotidiana. Outro eixo mais importante é o território. Ladislau mencionava essa vinculação importante das pessoas com o local onde vivem, o território a partir do lar, do aspecto mais próximo da pessoa até o universo, em uma cosmovisão indígena que articula todos os elementos. As ações que esses sujeitos realizam com outros sujeitos, no seu território e com as outras pessoas deste mesmo território. São esses três eixos de construção de poder que geram também, por sua vez, planos de ação muito importantes.

O social que é preeminente e determinante nesses planos, o sociocultural e econômico que é o plano no qual trabalhamos com o objetivo de melhorar condições materiais de vida e o desenvolvimento territorial sustentável e como idéia chave, tendo o plano sociocultural que está relacionado com a construção das identidades, das capacidades, dos valores, das habilidades dos sujeitos. Como palavra chave, como objetivo estratégico, falamos de identidade e autonomia responsável destes sujeitos e do plano sociopolítico que está relacionado com o objetivo estratégico, com as mudanças de relações sociais, com as relações democráticas, onde colocamos como conceito chave a democracia participativa. E estes

planos exigem de nós três tarefas diferentes, três formações diferentes. Em princípio uma tarefa técnica, uma ação técnica que é importante para poder agir e poder produzir condições materiais de vida, para conseguir uma vida humana digna, ou atividade, ou uma tarefa de formação, e nos encontramos sós nessa tarefa de formação pedagógica, onde a questão do aspecto subjetivo e ético é uma questão fundamental. É uma tarefa organizativa e articuladora, é uma atividade política que gera modelos de convivência.

Há um projeto social, onde o público, a participação, a cidadania, são categorias importantes nessa construção. Uma questão importante, também - o papel de todos nós para articularmos toda essa informação, todo esse conhecimento, todas essas experiências e práticas. Então, há um desafio estratégico em cada um dos eixos, para poder fazer uma vinculação social entre os atores, uma articulação dos territórios e uma integração das nações.

Isto nos leva a concluir quase com esta questão. Com os três tipos de formação que devemos articular na atividade cotidiana, para a construção de uma cidadania ativa e uma governabilidade participativa. A capacitação técnica, a capacitação pedagógica e a formação política para fortalecer todos os atores locais na planificação, na gestão do planejamento e na gestão democrática do desenvolvimento local, sustentável, solidário e incluyente e tudo isso que foi mencionado, coincidentemente.

Finalmente, na escola temos duas intencionalidades estratégicas que é por um lado, formar novas lideranças cidadãs e públicas e uma segunda, que é muito importante, é institucionalizar espaços para formação de cidadania com programas de financiamento público.

Quero somente dizer para vocês que na escola do Distrito Federal, que é a capital da República, como aqui também, que é uma população com mais de oito milhões de habitantes, conseguimos a partir do ano 2000, até hoje, ter montado 70 escolas de diferentes caracteres. Começamos com uma de caráter geral, junto com o governo da cidade, em 2004. Foram criadas 4 escolas regionais, depois 16 outras escolas em cada um dos setores da cidade e, posteriormente, 43 escolas zonais. Agora também inauguramos um segundo nível de escola. No primeiro nível, atualmente, já participaram, ou se diplomaram mais de 2.000 pessoas das cidades e dos conjuntos das cidades. O governo assumiu a ação cidadã como parte da tarefa ou seja, de alguma maneira, conseguimos colocar essa escola como programa de governo e, inclusive neste ano, está se desenvolvendo a escola de segundo nível nas 16 regiões da cidade. Esperamos poder ampliar com exposição mais detalhada desta proposta pedagógica, dos conteúdos curriculares e dos resultados que nós obtivemos. A metodologia, por fim. Convidamos vocês a participarem desta oficina, que para nós é muito importante. Seria um desafio que vocês teriam - ver como vinculamos esta possibilidade dos professores da escola fundamental. Fizemos uma pequena experiência com crianças a partir também de pensar nos direitos infantis. Fizemos em várias escolas, o que é uma experiência muito importante que gostaria de compartilhar. Obrigado.

Mestre de Cerimônias: Bom, essas são notícias. Não tem como pensar em discussão da gestão democrática e pedagogias participativas, num mundo de crises de perspectivas, se não se trabalhar em projetos de vida, projetos locais, desenvolvimento com igualdade social e projeto político-pedagógico. Essas três dimensões estão estreitamente articuladas e requerem que estejamos pensando no assunto. Tem uma pergunta na mesa, e eu abri as perguntas mais pontuais, porque estamos com tempo curto. Vamos fazer uma rodada com seis perguntas. Tudo isso vai desaguar nas oficinas, que serão um caldeirão de fermentação de discussão. Teremos uma oportunidade enorme. Temos uma pergunta, já colocada, para a representante do MST.

Valério: O que quero falar para vocês não é uma pergunta que vou fazer a mesa. É uma reflexão, e também não é bem reflexão. Fico nervoso, porque quando falo sobre educação, fico um pouco emocionado.

Professora Juçara, a senhora falou uma coisa que eu já venho lutando desde novembro do ano passado, sobre a questão de Conferência da Educação. Estive aqui em novembro do ano passado para participar da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador preocupado com isso, sendo eu presidente de Conselho Escolar em Natal. Elaborei um documento chamado "Carta Brasil" que é um abaixo assinado, solicitando ao Ministro Fernando Haddad. Vou ler para vocês: Excelentíssimo Senhor, Vossa Senhoria Ministro da Educação. Nós, brasileiros preocupados com a nossa educação, pedimos que sejam realizadas conferências sobre educação, nos municípios, Estados e União. Realizada por gestores, funcionários e usuários, acreditamos que assim, com uma grande discussão, poderemos ter uma educação de qualidade, a qual todos nós buscamos. Só com uma discussão ampla é que podemos demonstrar nossas adversidades e almejar a tão sonhada educação de qualidade. Por tudo isso é que não somente pedimos que tais conferências sejam realizadas. Já está tramitando no Ministério. Peço a vocês que me ajudem a realizar essas conferências. Muito obrigado.

Adelino: A minha colocação aqui não é pergunta. É simplesmente reflexão. Será que não estamos vivendo uma falsa democracia? Será que muitos conselhos não são uma farsa autoritária, onde não se constrói a democracia? Em sala de aula, em gestão escolar, em gestão do sistema escolar? Em um conteúdo programático, tem que ter uma perspectiva democrática. As relações interpessoais dentro da escola têm que ter essa conotação. Tenho a impressão que muitos conselhos são o apêndice de uma apendicite, que tem que ser extraído, e que não tem nada de democrático porque não representa as categorias que lá estão. Muitas vezes são criticados justamente porque não são representativos de suas categorias. Gostei muito, Sr. Hugo. Acho que o MST nos dá uma demonstração do que é uma escola de vida. Onde a escola não é do aluno, nem do professor mas da comunidade, ela é pensada, é sonhada, é construída, com a comunidade, e o Hugo dizia: vamos desmontar essas estruturas ainda arcaicas e ainda autoritárias que temos. Acho que esse é um grande desafio que nós, dirigentes, temos. Começando pela base, e acredito que se não fizermos esse desmonte, começando pela escola, não teremos gerações democráticas, porque as ações que temos hoje são muito isoladas, são muito estanques e não têm muita democracia. Então, vamos construir a democracia.

Maria do Perpetuo Socorro: Achei profundamente instigante a fala da representante do MST. Fiquei curiosa de saber como é essa discussão sobre a participação do Movimento na gestão e no planejamento das escolas? Eu gostaria que você esclarecesse um pouco, como é essa negociação com o sistema, como é essa negociação com as universidades, onde que está dificultando? É o currículo? Porque tivemos ao longo desses dias discutindo sobre a questão da incorporação do problema local e a incorporação dos atores no planejamento e na gestão. E me parece que o cerne da questão é este. Como conseguirmos incorporar? Ela falou na palestra justamente a dificuldade que eles têm de que esses atores participem no planejamento e na gestão da escola do MST. Acho que esse é um ponto que está no cerne de nossa discussão e eu pediria a ela que esclarecesse um pouco mais esse detalhamento, que ela deixou em aberto.

Jorge Pavez: Gostaria de parabenizar a todos pelas brilhantes exposições dos palestrantes. Eu tenho uma pergunta para vocês e uma breve reflexão que eu fazia, que vai um pouco além da questão específica do movimento social dentro do campo da educação.

Os movimentos sociais, em geral, estão surgindo como consequência de certa incapacidade dos partidos políticos tradicionais de recolher determinadas demandas. Dadas as características da realidade atual dessa nova fase do capitalismo que, no momento, chamamos neoliberalismo, que abre caminho para uma nova realidade, para mudanças em matérias culturais, sociais, econômicas, de trabalho, etc, acredito que este sujeito do liberalismo clássico, que nós entendemos como proletariado, se estendeu a muitos outros setores que sofrem o modelo. Atualmente, estão majoritariamente alienados pelo sistema. Por outro lado,

o novo desenvolvimento da modernidade criou novas contradições que não estão somente ao redor do capital e do trabalho, são novas contradições como as do meio ambiente, de gênero, de contradições etárias, étnicas, etc. Toda essa realidade fragmenta as lutas sociais e dificulta a capacidade de evitar a dispersão das demandas e o caráter político de cada uma delas nesses movimentos sociais. A pergunta é a seguinte: Não seria necessário, no meio dessa realidade, que pode ser aceita ou não, a criação de um instrumento político que canalize e dirija todas essas lutas dispersas, que comece a estruturar uma alternativa política e social viável e confiável para nossos povos no mundo? Porque, vamos dizer a verdade, nós chegamos por meio de movimentos sociais ao governo somente em dois países. Temos a experiência do Brasil, com dirigentes sociais que chegam ao poder, por meio da criação de um instrumento social que permitiu chegar à realidade e depois temos o caso do Morales, que cria um instrumento político que finalmente o levou ao poder.

Hélio Henrique: A minha pergunta é no sentido, principalmente, do que o Hugo falou. Mas vai dirigida a toda mesa. Vemos recorrentes, em algumas falas, a questão do neoliberal, que é um projeto não para a educação do Brasil nem do mundo, mas é um projeto de civilização, já é uma forma de enxergar a civilização. E vemos o que na América Latina temos nos movimentos sociais; em alguns governos uma reação muito forte a esse projeto neoliberal muito recentemente. Então, pegando o que o colega falou, com relação aos diversos presidentes latinos e aos movimentos sociais também na América Latina, vemos reação. E sua fala, Hugo, é uma fala muito carregada dessa reação. A minha pergunta vai para toda a mesa e principalmente a você, porque no Brasil vivemos uma situação um pouco diferente da América Latina em relação a algumas especificidades. A língua é uma especificidade, porque falamos o português e a maioria da América Latina fala o espanhol, e uma outra especificidade é a formação da sociedade brasileira. Só que a minha pergunta é: Vemos que no Brasil tanto nos movimentos sociais quanto no governo, o foco de resistência ao projeto neoliberal, é mais enfraquecido. Isso é verdade? E se é verdade que, no Brasil, o projeto neoliberal é mais enfraquecido, por que isso se dá aqui? Como (principalmente você da Argentina e vocês que têm alguma experiência e a colega também da América Latina) vêem essa questão no Brasil? Porque a crítica que se faz é que o Brasil está de costas para a América Latina, e na sala de espera para entrar no capitalismo, aderir liberalmente ao neoliberalismo e usufruir dessa política feita para a elite. Esta é minha pergunta.

Mestre de Cerimônias: Começando por Candido. Seus comentários, Candido. Já estamos finalizando também. Temos pelo menos duas perguntas que foram dirigidas a toda mesa.

Candido: Eu juntaria três. A questão da falsa democracia na escola; essas questões dos movimentos sociais, que eu compartilho a análise e esta última questão. Vejo que estamos descobrindo que o buraco é mais embaixo. E que não basta ter um governo, que veio em um processo, como foi a experiência brasileira. Tem muitos ainda invisíveis nessa sociedade, por mais que os movimentos sociais, por mais que tenhamos construído, temos metade da sociedade que não sabemos quem são. Sabemos que estão fora, mas não sabemos se não estão contando. Nós os religamos como na minha cidade, no Rio, com o tráfico. Porque nos anos 80, estava melhor que agora. Nós degolamos lideranças nessas zonas urbanas e estamos hoje sem interlocutor. Não é a associação, o traficante menos ainda, e o policial que fica entre os dois negociando, entre a cidade e os traficantes e a população. Então, quem paga a conta é a população. Vocês sabem que no Rio de Janeiro temos um índice nas zonas faveladas de mais de 200 jovens mortos para cada 100 mil habitantes; que é mais ou menos três vezes mais do que está se matando na guerra do Iraque. Essa é a sociedade que temos. Acho que mudar isso é extremamente complicado, mas acho que precisamos aprender com esses últimos anos, com o governo Lula em particular, o tanto que temos que voltar a olhar para baixo. É de baixo para cima que se constrói a democracia. O exemplo que o MST nos traz, é muito claro neste campo específico da educação. Como construir movimentos desses, que ainda não têm

movimentos? Como construir atores desses que não têm atores? Como colocar a democracia direta na frente da democracia representativa, como, inclusive, superar politicamente uma agenda que nos diz que o problema está na reforma política meramente, quando o problema está na exclusão política, simplesmente, da maioria dessa população que não consegue participar, não consegue interferir e alterar essa relação de força. Nesse sentido eu queria aproveitar para lembrar a necessidade que temos de criar uma nova onda, porque os impasses aparecem de forma diferente no mosaico que se tornou a América Latina e todos têm alguma coisa interessante e todos têm limites. Eu não estou vendo um modelo que está em curso, o modelo que todos revelam, que as políticas neoliberais não estão dando conta fundamentalmente. E a população começa a reagir. Isso todos revelam. Temos ainda um impasse na Colômbia, mas temos capacidade de criar agenda. Porque não basta ser contra, porque nesse criar agenda vai até, por exemplo, uma coisa que se discutiu aqui, que é a coisa da educação. Temos que voltar a discutir fortemente projeto para essa sociedade. Que Brasil nós precisamos? Que Brasil o mundo precisa? Que Argentina os argentinos precisam e que Argentina nós, brasileiros, precisamos, o que o mundo precisa? Porque nós, hoje, estamos interdependentes. Não temos saída sozinhos nessa história, mas, ao mesmo tempo, temos uma responsabilidade. Criar a agenda. A educação tem um lado central muito importante. Nesse sentido, tenho a sensação de que no Brasil, estamos esgotando uma onda de democratização e podemos, senão mudarmos a natureza do desenvolvimento que temos, acabar com a própria democracia. Quem passou por prisão sabe que democracia, mesmo sendo limitada, é melhor que uma ditadura. Então, estamos num impasse. Sermos corajosos e ousados como fomos, em certos momentos, em colocar bandeiras de luta? Nesse sentido, o que a sociedade brasileira está reivindicando é criar um clima cultural favorável a discutir-se a radicalidade da educação enquanto forma de enfrentar a exclusão. A radicalidade da reforma agrária, a radicalidade da questão urbana, a radicalidade da questão ambiental. Enfim, a radicalidade do nosso modelo de desenvolvimento é fundamental e isso entra em concepções, valores, etc., onde o projeto educacional é fundamental. Pessoalmente, acho que essa oportunidade de uma conferência nacional é um gesto de ousadia, hoje, porque na educação talvez tenhamos mais possibilidades que em outros setores de começar a criar agenda diferente. Uma agenda que vá mais que essa de “que eu quero ver qual é mais corrupto”. Obrigado.

Ester, MST: Bem, pelo tempo vou me ater. Chegaram duas questões mais ligadas ao Movimento. Uma com relação a comunidades que têm resistência de ter escolas na própria comunidade, e outra que diz respeito às negociações. Enfim, dessa relação do Movimento com outras áreas do Poder Público e universidades. Sobre as questões das comunidades que ainda têm resistência, sem entender o processo educação, é enfrentar isso. Estamos em um Movimento em que não podemos ver tudo linearmente, de que todos os lugares estão em um mesmo estágio. O nosso esforço é fazer com que a sociedade se organize e que esta organização permita discutir esses assuntos, inclusive educação, e todos os outros setores. Para que se tenha uma idéia, o Movimento tem doze setores. Todos os setores criados a partir de necessidades. A formação da consciência, sabemos que tem vários estágios também. O indivíduo entra para o Movimento e a primeira coisa que ele quer é terra. Esse processo educativo, formativo, é com o tempo e com a pedagogia do próprio Movimento. É na própria organicidade que a gente aprende, que desenvolve a nossa consciência e em relação a essas dificuldades com as parcerias, temos vários jeitos também. No poder público estadual, municipal, foi feita a base de pressão muitas vezes. Muitas vezes com diálogo, com abertura do Poder público também se consegue avançar nesse processo. Mas, muitas vezes, a nossa forma de pressão é começar. Quando entra em uma terra é construir uma escola e, naquele momento conjuntural, a gente vê quem se disponibiliza a trabalhar naquele primeiro momento. Depois, vão se construindo as condições necessárias. Mas, a nossa pressão é fazer. E isso faz com que a comunidade veja que ela tem que fazer, ela tem sua parte e aí, sim, conjuntamente a isso, desenvolvemos uma ação de busca para que seja de fato garantido aquele direito do cidadão naquele espaço. Muitas das vezes vêm críticas no

sentido de que o Movimento faz o trabalho do Estado. Na verdade, essa é a nossa forma de fazer. A lei existe, para a reforma agrária. Se estivéssemos esperando a terra do lado de fora, com certeza não teríamos milhares de pessoas assentadas hoje. O nosso jeito é entrar para a terra e começar a trabalhar. Isso a gente faz no processo da educação. Entramos para a escola e fazemos a escola e começamos a trabalhar. E vamos avaliar, no processo, o que dá certo e o que não dá. A nossa maior forma de pressão é desenvolver. E assim funciona com as universidades também. Hoje, estamos com parceria com 82 cursos formais a nível nacional. São mais de seis mil sem terra se escolarizando e entrando para universidade também, enquanto Movimento. E em todas essas parcerias nós tivemos muita dificuldade de entrar. Porque tínhamos contato dentro da universidade, pessoas que compartilham dos mesmos ideais, mas sempre falamos que fazemos pactos com pessoas específicas que agarram a causa, mais do que propriamente com a instituição. Então, depois que estamos dentro, criamos o fato e então conseguimos discutir. Mas isso, então, é uma das grandes dificuldades que temos. Outra dificuldade, nada fácil de entender, é que temos uma identidade. Então, na maioria das vezes, com o discurso de universalizar, de que não podemos ter uma turma do Movimento, isso neutraliza o movimento social. Você colocar o movimento fragmentado dentro da universidade. Você não colocou o movimento social para discutir, para esquematizar, para debater. Na verdade, eles querem que entremos enquanto sujeito, indivíduo, mas não enquanto entidade, porque isso não gera debate e não problematiza. Nós queremos, sim, que educação seja para todos e como diz Paulo Freire, que bom que os Sem-Teto fizessem marcha, que todos os “sem” pudessem marchar. Não é porque os Sem-Terra querem, só nós queremos, queremos que todo mundo se envolva nesse movimento de construção desse projeto popular que o Candido apontava e que compartilhamos. E como não vamos poder aprofundar muito por conta do tempo, nós, enquanto Movimento, também participamos da campanha e achamos fundamental a idéia de estar organizando essa Conferência Nacional, porque pensamos que tem que estar vinculada a um projeto maior. E a campanha tem essa vinculação também, que vai além do nacional. Achamos que está na hora de sentarmos e aprofundarmos essas questões, enquanto sujeitos que fazemos essa história.

Professora Juçara: Sobre os conselhos, na verdade a reflexão que temos é isto. Não podemos tratar apenas como mecanismo, como instrumento. Se o conselho não representa uma repartição de poder, ele tem uma funcionalidade para quem não precisa dos conselhos, fazer suas políticas. Temos que fazer a luta pelo fortalecimento dos conselhos, mas conselhos que tenham realmente uma função e uma atribuição, nas suas esferas. Sobre as lutas temáticas, evidente que elas chamam atenção. Agora a luta de quem defende o meio ambiente porque é fruto de uma corporação internacional que estraga, corrói o meio ambiente, é muito diferente da luta daqueles que entendem, por exemplo, que a água é um patrimônio, e que é um patrimônio que está sendo já atingido e vai representar um problema para toda a humanidade. Acho que se tem muita razão de chamar atenção sobre isso. As lutas temáticas, étnicas, por exemplo, são diferentes para uma negra brasileira latino-americana do que para a Condoleezza Rice e ou para um ídolo do futebol brasileiro. O que se tem atrás disso mesmo é um conceito de cidadania, de projeto nacional. São importantes os espaços temáticos, mas eles podem, de fato, ser alienantes, porque é diferente a luta das mulheres. Sobre a América Latina, talvez sejamos um continente que tenha mais compasso das suas lutas, da superação das ditaduras, mas tem soluções sociais diferentes. O movimento social brasileiro não pode agir como age o movimento social na Venezuela, porque não é útil ao processo de pressão no Brasil. Temos algumas diferenças de métodos que devem ser fundamentais. E nesse sentido ficamos muito preocupados no Brasil. Por exemplo, ontem tivemos a experiência de estar mesmo nas esferas do Poder. Fomos ao Palácio do Presidente Lula, ao Congresso Nacional. O movimento tende a romper aquela lógica de que tudo se concentra naquele pedaço. Há uma lógica que se instituiu, por uma idéia de governabilidade, que realmente concentra muito poder em poucos metros quadrados. O papel do movimento é desconcentrar esse poder, com a sua participação direta. Sobre a nossa audiência com o presidente Lula, acho que não

podemos ser tão corporativos. Fomos dizer que estamos juntos na luta pelo financiamento da educação. Pressionamos, fomos ao Congresso, fizemos uma organização de rua, mas também se precisar da nossa colaboração até para intensificar uma luta interna no governo, faremos esse papel. Achamos que quem deve gerir a política educacional, é realmente quem coloca a educação como política pública prioritária. Se tivermos que fazer essa pressão que atinja em todas as esferas o governo, onde as políticas internas são geridas pelos instrumentos da política econômica, nosso papel é fazer o governo brigar internamente, porque ganha a sociedade com essa briga interna na nossa opinião. Por último, quero dizer para o Valério que a sua intervenção emocionada sobre a Conferência mostra que realmente estamos pensando em um lugar para nos reunirmos e cada um ouvir a sua voz. Estamos pensando em, de fato, nos ouvir e fazer com que aqueles que têm parcelas maiores nos ouçam. Esse é o objetivo maior da Conferência. Acho que os expositores todos já falaram e deve, sim, ser a resposta deste Seminário. Obrigada pelo espaço.

Hugo Yask: Na verdade, Juçara, Candido e a colega do MST deram contribuições e reflexões que, eu acho, tentam mostrar um tema que gera uma interrogação. O papel dos governos que existem hoje na América Latina, que margem de manobra existe se nós a entendermos somente, como a Juçara falou, como alguém que está sentado em uma cadeira presidencial, ou com um grupo de pessoas de quem gostamos e a quem delegamos mandatos. Acho que, hoje, Arlindo falou brilhantemente que as sociedades são uma relação de forças entre disputas de interesses. Nós escolhemos um governo, na Argentina, vocês escolhem governos no Brasil, mas acima desses governos existem outros que vão governar também, como a Organização Mundial do Comércio, o FMI, o Banco Mundial, as alianças militares do grupo do G-7, que não foram escolhidos. E esses governos governam acima dos governos dos nossos países. E o único que pode disputar poderes reais é a organização da sociedade, a organização popular, a força popular organizada. Da mesma forma como a única coisa que dá poder aos movimentos dos professores é a força social dos trabalhadores, de forma organizada, é a força social dos trabalhadores na educação de forma organizada. Construir uma relação de forças que torne possível que aquele que nós votamos tome a decisão de fazer alguma coisa, possa avançar na conquista de maiores direitos. Mas é a base social organizada que vai definir até onde nós podemos chegar ou até onde nós não vamos chegar na tentativa de mudanças.

Mestre de Cerimônias: Vamos ao almoço e voltemos rápido para começarmos os trabalhos da tarde.

PAINEL

Pedagogias Participativas e Qualidade Social da Educação.

27 de Abril de 2006 (quarta-feira)

EXPOSIÇÕES DA TARDE

Mestre de Cerimônias: Gostaria de convidar todos os participantes a tomar assento nos seus lugares. Chamo para coordenar a mesa o oficial de projetos do UNICEF, Silvio Kaloustian.

Silvio Kaloustian: Obrigado, Arlindo, toda equipe do MEC por esta oportunidade de termos agendado esse tema crítico na área educacional hoje no Brasil. Participei da abertura, não pude comparecer nos dois dias anteriores, mas hoje estou aqui para coordenar essa mesa. É um prazer, mais uma vez. O assunto de nossa mesa é um dos mais importantes - Pedagogias participativas e qualidade social da educação. Vou convidar os palestrantes. Primeiro lugar, Moacir Gadotti, diretor geral do Instituto Paulo Freire. Vou convidar Beatriz Gonzáles Soto, da organização Viva la Ciudadania, da Colombia, Eli Jowen, secretário geral adjunto da Internacional da Educação. Bem, a orientação para nossa mesa é fazermos as três exposições e, ao final, abriremos para uma rodada de perguntas e comentários.

Moacir Gadotti, Diretor Geral do Instituto Paulo Freire: Boa tarde a todos e a todas. Quero, antes de mais nada, agradecer o convite, Lêda, Horácio, que está aqui também, e ao MEC pela oportunidade de estar com vocês aqui, conversando esta tarde, nesse encontro. Vou dizer que eu esperava há muito anos isso. Sou professor há 45 anos e para chegar aqui ao Plano Piloto, em Brasília, demorou muito. Demorou cinquenta anos de educação popular, que é nossa tradição histórica. Estamos aqui reunidos, debatendo pedagogias participativas, que está associada a educação, gestão democrática, porque por trás de nós há uma história e não estamos aqui por acaso. É a primeira vez que um governo leva realmente a sério esta questão. Não estou dizendo que não tenha nunca sido discutido, e com certeza com a forma e com a qualidade dessa audiência que está aqui, da participação de todos, com inúmeras prefeituras que certamente poderiam estar aqui na mesa, a maioria dos que estão aqui no auditório poderiam estar aqui na mesa, contando suas experiências que podem ser até mais ricas, que as nossas. Estamos deste lado da mesa. Acho que foi uma história que nos levou até aqui. E honramos essa história. Dizer também da alegria de estar aqui com o Silvio. Desde a prefeitura da Erundina, em São Paulo, que a gente trabalhou junto no Fórum Mundial de Educação e temos uma história longa de luta e de companheirismo, por causa da democratização e da gestão democrática da educação, da desmercantilização da educação, desse processo que culmina, que avança e que continuará daqui para frente também. Estar aqui com a Beatriz também é uma alegria enorme. A gente tem trabalhado muito na Universidade Popular de Desenvolvimento Sociais, junto com o Boaventura Souza Santos, e também a Beatriz como secretária executiva do Fórum Mundial de Educação. Tem uma grande trajetória de lutas apesar de ser jovem. Na democratização e na América Latina. É um prazer estar aqui com você, Beatriz, e diga-se o mesmo dos meus companheiros do Fórum Mundial de Educação. Eu situo um pouco as pessoas e a alegria de estar aqui nesta tarde, aqui nessa mesa, e com vocês, porque acho que temos que reconhecer sempre na história o que foi, porque não estamos aqui por acaso, porque há uma história que nos precedeu. Todos esses temas que estão sendo debatidos, foram debatidos lá antes. Primeiro, eu diria nas prefeituras populares democráticas, que trabalharam com a noção de democracia, de gestão democrática. Falavam com os conselhos, pedagogias participativas, com a pesquisa participante, com orçamento participativo e outras iniciativas que empoderaram a população para se tornar soberana diante do Estado. E eu começaria por aí,

porque a pedagogia participativa está dentro de uma noção de Estado, está dentro de uma concepção de Estado, onde se procura uma esfera pública de decisão não estatal, que empurre o Estado a avançar nas suas políticas sociais, nas suas políticas públicas, políticas educacionais, aquilo que o Ademar chamava de cidadã. O que quer dizer a democracia na visão do nosso amigo Boaventura. O que é democracia de alta intensidade? É aquela em que soberano e povo, a distância entre o soberano e o povo vai diminuindo. Democracia de baixa intensidade é quando o povo não enxerga o soberano, está tão longe. Então, a pedagogia participativa tenta aproximar o soberano, até que o soberano seja o próprio povo e desaparece o Estado na visão em que Marx coloca nas suas obras. A visão marxista, para nós, é um parâmetro de lucidez da democracia, no sentido em que o povo tem que ser o soberano. Temos que educar o povo como soberano, educar o soberano como povo. Acho que deveríamos destacar uma nova lógica de poder ligada a essa nova concepção de Estado, em que o poder vira serviço, não tem nada a ver com a questão de Estado, não tem nada a ver com o poder discricionário, de uma relação de mando e subordinação. Na relação de uma pedagogia dialógica, freiriana, participativa, emancipatória não há lugar para pessoas arrogantes. Engraçado que no último livro do Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia, que eu li agora entrando neste auditório, se vocês pegarem o último parágrafo do livro do Paulo Freire, ele fala exatamente do intelectual arrogante, coisa que ele escreveu, parece que deixou uma mensagem para nós.

O homem e a mulher de direita podem ser arrogantes pela natureza de sua própria postura. Dentro da esquerda não se tolera, segundo Paulo Freire, uma visão arrogante porque o arrogante de esquerda é um arrogante por deformação.

Eu insisto nisso porque não dá para impor a democracia, não dá para impor a participação. É algo que se pode testemunhar, trabalhar, dar o exemplo e você vai construindo, é uma conquista, como a autonomia que não pode ser tutelada. Não se tem o curso de democracia, em cinco lições, para entrar um autoritário na segunda e sair na sexta um democrata.

Portanto, existe uma outra lógica das relações de poder que precisamos colocar.

Existe uma nova cultura política que é tão difícil de aprender. Naquilo que chamo de nova esquerda, o que é ser de esquerda, hoje? É ser democrata radicalmente, ser defensor dos direitos humanos, defensor do meio ambiente, da equidade de gênero, aliás, tinha mais uma mulher, aqui, a Jane, mas não veio, mesmo assim nós estaríamos em maioria. Você pode ver que sempre faz diferença. Os homens parece que sempre têm um diferencial a mais, que tem mais homem do que mulher nos debates.

É engraçado, acho que nós temos que cuidar muito da equidade de gênero. Ser de esquerda hoje, é ficar atento à equidade de gênero, à diversidade cultural e étnica, sexual e aprender com os desiguais.

Essa nova cultura política é estarmos atentos a coisas a que nós não estávamos atentos antes. A questão de gênero, por exemplo. Nós fazemos muitas disputas, sem escuta. Acho que a escuta deve vir antes. Essa nova cultura política realça a escuta. Como se pode fazer democracia não escutando o outro, o divergente? Nós polemizamos muito. Confundimos politizar com polemizar.

Então, essa nova cultura política estaria dentro desse novo quadro da redemocratização e das construções das pedagogias alternativas, participativas, da gestão democrática.

Há também uma nova cultura escolar. Acho que devemos insistir nela, que se chama instituto da educação cidadã. Educação para e pela cidadania.

Isso remete às experiências que já tivemos no passado. Cito, por exemplo, a experiência de Porto Alegre, dentre outras, que trata de desprivatizar o Estado.

Quando nós insistimos na democratização, trata-se de desprivatizar o Estado, apropriado por interesses privados, seja de partidos, seja de empresas. Confrontar com políticas democráticas esse sistema que exclusivamente a decisão da população.

Vou dividir a minha fala em três momentos. No primeiro momento vou falar das escolas democráticas; segundo, a qualidade social; terceiro, vou me referir ao meu texto.

O que é uma escola democrática? Primeiro, que não há escola democrática sem lideranças democráticas. Portanto, a formação de gestores é importante. Porém, os gestores não são somente os diretores, são as merendeiras, os funcionários, os alunos, os pais. Paulo Freire, quando começou a gestão democrática que era a primeira prioridade entre três, começou por formar as merendeiras, depois os vigias, depois os professores. Quando chegou nos diretores foi uma dificuldade. Imaginemos nós, ingênuos Paulo Freire era sempre muito honesto, tranquilo: Vamos propor aos nossos diretores lá do Anhembi, 2500 diretores, vamos fazer eleição democrática para a direção da escola. Algumas foram indicadas. Mas a maioria tinha passado num concurso público, eram vitalícias no cargo. Foi a primeira vez que Paulo Freire foi vaiado, porque propôs a eleição democrática. E nós não conseguimos fazer a eleição para diretores, em São Paulo, no município. Porque há uma tradição de concurso que acho bom também (podemos discutir isso). Prefiro o sistema misto, porque o concurso mede a competência e a eleição mede a liderança. Um diretor tem que ter as duas coisas. Nenhuma forma é perfeita, evidentemente. Depois do debate podemos discutir isso. O importante é que não há escola democrática sem liderança democrática.

A forma da construção das lideranças democráticas é que envolva a população. No meu texto eu destaquei, por exemplo, o que nós fizemos com os CEUS (Centros Educacionais Unificados), em São Paulo, na gestão da Marta, que foi a escolha de gestores democráticos. A população participando dessa escolha. Só que foi o último mês do ano antes da virada do novo governo e isso não foi implantado. Houve todo um processo de construção de conselhos gestores para os CEUS. Nesse sentido é uma proposta de autogestão que vai além da participação. Foi feito um concurso no primeiro ano, em 2004, e não acompanhei depois, 2005 nem 2006, o que vem acontecendo nos CEUS. Mas é uma proposta concreta que foi discutida durante 2 anos com a população e que finalmente foram escolhidos os primeiros gestores. Não sei se houve mudanças profundas.

A noção de escola democrática para mim alarga o conceito de escola. Além de ser um espaço de aprendizagem também é um espaço de organização social. Isso é muito importante. A escola ainda não descobriu a sua potencialidade para mobilização. A escola precisa formar o cidadão, mas não apenas para ele entrar no sistema, mas para mudar. Para isso, ela não só precisa ensinar, mas aprender a ser democrática, juntamente com a população. A escola não vai mudar o mundo, mas pode ser um ponto de partida para a transformação social. Vou dar um exemplo. No Tennessee, uma das regiões mais pobres dos Estados Unidos, na década de 30, o educador popular, que trabalhava em uma fábrica, Mays Horton cria a Egypt Schools, com alunos negros nessas escolas, e começa a discutir o direito dos negros, o direito dos trabalhadores negros. A partir daí, foi um centro importante para a discussão da questão dos direitos civis nos Estados Unidos. Aquela escola foi um ponto de partida para uma transformação, para a conquista dos direitos civis, especialmente dos negros. O Mays Horton se encontrou com Paulo Freire e escreveram um livro, que está traduzido para o português. Os dois, já falecidos, dão um exemplo de que a escola pode aproveitar um potencial transformador no campo da democracia, que não está sendo usado pela escola cumpridora de ordens, a escola que só obedece, não inventa, não transforma. Nós, como gestores, devemos confiar na capacidade da escola, realmente, de se autogovernar quebrando as resistências que existem. Há um livro da CNTE sobre a Síndrome de Burnout, que depois de uma longa pesquisa com mais de 50 professores mostra que há muita resistência dos professores. E quando a gente quer fazer um conselho

de escola dizem: “Ah, já tentei e não deu certo! Não adianta, já desisti, já tentei de tudo”.

Nós fizemos uma experiência em uma escola em Osasco. Propusemos para a diretora construirmos o conselho de escola. Disse que ninguém queria participar. Mas porque a população vai participar? Eu disse, nós vamos fazer uma mobilização, chamar os pais, eles vão participar. Apareceram mais de 250 pais para disputar 5 vagas no conselho de escola. Há uma potencialidade da escola que não está sendo usada por descrença também, chamada pela CNTE de síndrome da desistência.

O segundo ponto que gostaria de abordar é qualidade social, pois o tema está aqui, posto para nós. Inclusive vamos debater mais, um pouco depois.

Por que falar em qualidade social. Primeiro que nossos alunos da escola pública, são evidentemente alunos de classe operária, pais desempregados. Se pensarmos que o resultado vem apenas de professor e aluno, desconhecendo as condições, a gestão democrática tem custo. Tem que ser feito investimento. Qualidade é um conceito político, não é um conceito ligado apenas à aprendizagem, é um conceito político, social, que implica em condições reais de a população participar. Se a criança tem vergonha de vir descalça para a escola, então vamos colocar uma sandália nela para ela se sentir bem na escola. Tem de ter uniforme, transporte, saúde, esse conjunto de condições dá qualidade social para ela. Não é só o resultado professor e aluno, claro que isso conta muito, a formação do professor faz a diferença, mas nós, como gestores, temos que conversar com os pais, com a população e ver o que falta. Foi o que foi feito em São Paulo. A maioria de nós éramos contra a utilização de uniforme, os pais foram a favor, então atendemos aos pais. Daí, ouvimos críticas, pelo fato de darmos vestuário, transporte, enquanto tínhamos que cuidar da formação dos professores. Deve-se fazer as duas coisas! Porque a nossa população é pobre, não dá para lidar como se a população fosse de classe média. Não podemos ignorar que nossa situação é desigual. Precisamos de políticas de equidade, políticas de ação afirmativa antes de começar com as políticas de igualdade. Nós, da esquerda, sempre trabalhamos com políticas de igualdade achando que esse é o problema. Mas deve-se trabalhar com as duas. Devemos lutar pelas duas. Igualdade e equidade, porque tratar desiguais igualmente é uma injustiça. Nesse sentido, essas ações afirmativas são absolutamente necessárias, nem que sejam transitórias, mas enquanto nós estivermos em uma época de desigualdade devemos reafirmar o direito dos mais necessitados sobre os menos necessitados. Temos que começar exatamente criando condições concretas para termos qualidade social e educação. Qualidade global, integral, não podendo restringir-se a apenas um aspecto.

Com relação à aprendizagem é muito simples, todas as teorias insistem que é o sujeito que aprende, por sua própria ação, por sua própria atividade. Eu sou um aluno que viajei em 74, por conta dos anos que tive de sair do Brasil. Eu insistia muito nisso, é o sujeito que aprende, não é o coletivo. O coletivo pode ser um grande motor da aprendizagem, mas é um sujeito que aprende por sua própria ação. A atividade, a participação está na natureza mesma do ato de aprender. A atividade faz parte do ato de aprender, faz parte do aprendente. O sujeito só sabe, realmente, aquilo que construiu autonomamente, essa tese é fantástica, porque aquilo que impuseram que o sujeito saiba, será rejeitado. Piaget era um biólogo. Hoje, todas as ciências neurolinguísticas, a biologia em particular, nos mostra como o cérebro aprende de dentro para fora. Se não há o desejo de aprender e ação consciente e interna eu não aprendo e não sei nada que é apresentado.

A noção de autopoiese é muito forte, do Humberto Maturana, nessa visão que também é piagetiana.

As pedagogias participativas têm a ver, também, com o específico do ensino-aprendizagem, porque alguns dizem que pedagogia participativa serve para formar o cidadão, formação social e política. Não! A participação tem uma finalidade epistêmica, que tem relação com a capacidade cognitiva das pessoas.

Não é só ligada à questão democrática, da gestão democrática, da formação do cidadão. Está ligada, mesmo, ao ato de ensinar e aprender. Sem a participação efetiva não há aprendizagem.

Eu realço muito isso, pois a maioria diz que a democracia é ótima, e é preciso formar o cidadão. Na hora de ensinar tem que empurrar, exigir, ser autoritário. Quantos ainda defendem isso; “Na minha sala ninguém pia, todo mundo tem que aprender na minha sala. Eu sou rígido!”. Como se o sucesso na aprendizagem dependesse do uso de formas autoritárias de ensinar.

Vou encerrar, rapidamente. No meu texto eu separei três coisinhas. Vi que foi colocado em um caderno, mas eu trouxe o texto que mandei.

Eu insisto, inicialmente, na história das idéias pedagógicas, o conceito de gestão democrática não está tão explícito. Mas o conceito de autonomia está desde a antiguidade. Citei um pouco de John Locke, que defendeu o autogoverno. As pedagogias de Makarenko, com a questão da auto-organização dos alunos. Vocês sabiam que Piaget publicou um livro chamado, a Autonomia dos Alunos, dos aprendentes escolares. (Não foi traduzido para o português) Para mostrar que tinha essa preocupação com a questão da autonomia, sem citar o inglês Alexander Neill, e tantas tradições da pedagogia. Estudei com Michael Fullan que defendia a pedagogia institucional que era uma pedagogia altamente autogestionária. Ele foi nosso professor e dizia que quem assinasse a lista de presença uma vez no ano, passa de ano (... risos). Ele acreditava radicalmente no sujeito. Bastava assinar uma vez a presença. Pensava que se não conseguisse seduzir os alunos, não adiantaria nada eu ensinar.

A pedagogia institucional defende a autogestão, é o sujeito quem decide se quer ou não aprender.

Eu trabalhei um pouco com Paulo Freire na questão do sistema aberto e fechado. Isso nós usamos um pouco na sua gestão, quando ele foi secretário e eu fui chefe de gabinete. Trabalhamos juntos. Lá na Av. Paulista, a dois degraus abaixo da gente. Ele trabalhava com planejamento, com Paul Singer, mas ele era mais importante. O Paulo Freire chegava em nossos secretários: você, do Planejamento, Singer, você é das finanças. Vocês são das secretarias-meio. Saúde, educação é fim. Todos os secretários de Finanças deviam dizer são secretarias-meio. Fim é saúde e educação. Secretário de Educação deve ser muito firme nessa coisa. Paulo era muito firme, defendia muito a educação.

Sistema aberto tem diretrizes claras. Uma gestão democrática radical, tem comunicação direta. A Secretaria deve se comunicar diretamente ao gabinete da escola. Às vezes, sobretudo em sistemas burocráticos como São Paulo, quando chega a coisa na escola, chega completamente mudada. Tínhamos até uma idéia de criar uma televisão direta, para falar com as escolas, todos os dias. Para deixar até que a escola pudesse inovar, incentivar a inovação. A terceira característica seria a autonomia da escola para elaborar seu projeto político-pedagógico, que chamamos de projeto Eco-Político-Pedagógico. Porque tem também uma dimensão ambiental, socioambiental ao lado de outras dimensões do projeto pedagógico e depois tem que fazer uma avaliação. O círculo se fecha. Decisões claras do Gabinete, comunicação direta com a escola, a escola com seu projeto político-pedagógico, e a avaliação feita tanto pelo Gabinete quanto pela escola quanto pela comunidade. Nesse sentido, fica claro que essa pedagogia aplicada ao sistema de ensino encontra seus obstáculos. Quais são? Primeiro, a nossa pouca convivência democrática. Segundo, a mentalidade que atribuí aos técnicos, e somente a eles, a capacidade de governar e que o povo é incapaz de exercê-lo. Terceiro, a própria estrutura do nosso sistema educacional, que é vertical. Quarto, o autoritarismo que impregnou o nosso ethos educacional. Há um autoritarismo enrustido em nossos hábitos, como dizia Bourdier. E quinto, o tipo de liderança que dominou, e ainda domina, em algumas partes, a nossa atividade política no campo da educação. Mas há, também, possibilidades enormes de como trabalhar isso. Porque eu estou preocupado menos com os princípios,

menos do que com festivais, do que em realizar coisas concretamente a partir do meu cotidiano, minha sala de aula, na minha escola, na minha universidade. Como fazer isso? Com informação, evidentemente. Não há democracia sem informação. Se eu estou desinformado não posso participar. Portanto, dentre os elementos facilitadores, uma comunicação eficiente. A adesão voluntária. Essa coisa de obrigar a ser democrata é muito ruim. Já vi diretores de escola chamando para o meio-dia, um calor desgraçado, aquele pátio descoberto, duzentos alunos... Agora vamos discutir o projeto da escola. Ai de quem piar, quero ouvir as moscas, diz a diretora, aí todas as crianças disseram... zzzzzz... O que é isso? Tem que haver um ambiente, um clima. Tem que haver negociação, diálogo, condições concretas. Não dá para impor a democracia. Portanto a decisão voluntária, suporte institucional e financeiro, controle, acompanhamento e avaliação. Uma certa atmosfera, uma certa mística. O MST usa muito isso, às vezes até exageradamente, em torno do tema. Credibilidade. Imagina se vem um autoritário e diz para a gente vamos fazer gestão democrática? Ele tem que ter no mínimo credibilidade. Se todo mundo a acha uma pessoa extremamente autoritária, não vai conseguir fazer nenhuma pedagogia participativa. Um referencial teórico (isso na universidade, eu gostaria de insistir nisso) nós temos pouca experiência democrática, referencial teórico ainda pequeno. Por isso um congresso como este, tão importante, eu vi um monte de papel, minha pasta está até pesada. São importantes essas experiências que estão aí. Essas oficinas são mais importantes até do que as nossas grandes falas porque mostram experiências concretas. Há mais possibilidade de debater no "tête a tête" as dificuldades.

Eu destaquei duas experiências, a de Paulo Freire, com a Luiza Erundina, e depois com a Marta.

Para terminar. Insistir mais na necessidade educadora, educação cidadã que, já insisti bastante nisso, e alguns de vocês devem conhecer. Sou apaixonado por elas. Eu acredito na democracia. Por isso eu ainda continuo, depois de tantos anos, vindo aqui. A maioria não tinha nem nascido quando eu tinha começado a discutir esse tema.

Acho que nós não devemos só formar o cidadão. Devemos formar o cidadão que quer mudar o mundo. O que é perverso nesse sistema, nessa lógica desumanizadora do capitalismo que é, por essência, autoritária, que prega o individualismo, que produz um modelo econômico cujas conseqüências estão aí aos nossos olhos. Em qualquer ponto de ônibus, no final da tarde. Basta ir à periferia, não é aqui no Plano Piloto, evidente, ver o estrago que esse capitalismo está fazendo. Portanto, devemos trabalhar com essas populações, despertá-las para a sua capacidade de mudar o mundo, serem cidadãos desse mundo, sonhando com essa utopia das cidades justas, cidades equânimes, produtivas, saudáveis, sustentáveis, que é um modelo que vem sendo construído e está sendo construído num ritmo mais lento do que esperávamos desde muitos anos na América Latina. Se hoje existe um Fórum Social Mundial, um fórum mundial da educação, que estão dando alguma esperança na luta contra a desmercantilização da educação, é porque nós tivemos por trás disso uma grande história.

Eu daria um exemplo, vou terminar com dois minutos de um vídeo mostrando o seguinte: perguntamos a uma criança, em uma avaliação do orçamento participativo que, para mim, é uma nova forma de organizar a gestão democrática. Às vezes, os conselhos, os grêmios não funcionam porque são muito burocráticos. Mas nós temos que reinventar o OP Criança, inspirado em outras experiências como a de Recife, Barra Mansa, que nós vimos. A de Goiânia, a de Porto Alegre, onde nós aprendemos muito. Perguntamos para uma criança o porquê da importância da participação.

VÍDEO

Repórter: O que mudou na vida de vocês, mudou alguma coisa?

Criança: Na minha mudou. Porque a gente tem mais autonomia de fazer as coisas, fica mais à vontade.

De todos os projetos que participei me fizeram uma pessoa bem mais crítica, consigo ver uma coisa que eu não aceito, que não gosto e eu não guardo isso para mim, quero que as pessoas saibam que eu não estou de acordo com aquilo. Porque muitas vezes as pessoas se calam diante de uma coisa que ela não é a favor, por medo de se expor, por medo de levar um não na cara. Isso vai ser daquele jeito mesmo, pronto e acabou! Temos que aprender a dizer não, eu não gosto e você mostra os seus argumentos, aí você vai poder influenciar a vida de muitas pessoas, porque as pessoas vão te ver como espelho. Não é sempre que há projetos como esse, principalmente na periferia. Todos nós viemos da periferia, é muito difícil. Agente tem que se agarrar. Isso é pouco, mas podemos levar isso para muitas outras pessoas. Isso incentiva porque cada vez mais você quer aprender, quero ver novos horizontes, novos educadores que me ensinem coisas diferentes para poder passar para muitos outros jovens que, com certeza, haverá muitos resultados positivos. Se você tem vergonha de falar de uma coisa, no OP Criança você pode soltar. É a OP Criança, não é a OP Adulto, OP Jovem, é OP Criança. Não devemos ter medo de falar, como eu estou falando agora. Eu tinha muita vergonha em falar para muitas pessoas. Eu tinha medo. Meu tio me chamou para ir no Fórum Mundial, iriam várias crianças, e uma só seria escolhida para representar todas as crianças do mundo inteiro. Eu falei, não tio, eu tenho vergonha. Então ele falou, não, agora você vai mostrar que você não tem mais medo, eu falei tudo bem, eu vou, cheguei lá e só tinha adolescentes, apenas eu de criança. Disseram que os adolescentes representariam o mundo inteiro. Tudo bem, não falei nada dentro da sala. Fomos lá para a palestra. Disseram que quem achava que só deveriam falar os adolescentes deveria subir lá, aí vi outras crianças em outra sala, falei com eles, tudo bem. Fizemos cartazes, eu subi no palco, perdi a vergonha, perdi o medo, e falei. Nós crianças somos o quê? Vocês adolescentes podem ser alguma coisa, e nós crianças? Somos lixo, somos nada? Somos um pedaço de papel que vocês jogam no chão, pisam e jogam no lixo? Nós crianças também temos sentimentos. Temos que mostrar que temos capacidade de fazer as coisas. Muitas pessoas falam que eu me "acho". Me "acho" porque eu tenho capacidade de fazer as coisas. Eu sei que tenho capacidade.

Obrigado.

Silvio Kaloustian: Obrigado Gadotti, aos participantes que chegaram agora, nosso auditório está cheio. É um prazer estar aqui nessa plenária com um tema tão importante como este.

Dois pequenos destaques da fala do Gadotti.

Em primeiro lugar, essa questão de equidade e diversidade, como esses temas estão presentes na questão educacional.

Hoje nós todos sabemos que, por trás desses indicadores educacionais tem a questão da cor, a questão da raça, local de moradia, crianças com necessidades educacionais especiais, ou seja, todo cuidado que a educação brasileira tem dedicado dentro da demanda da igualdade para enxergar mais detalhes; a população infanto-juvenil, mais vulnerável, dentro desse contingente de vulnerabilidade.

Um segundo comentário que o Gadotti fez, um exercício de lembrança ao voltar a uma experiência de trabalho nossa, na gestão da Luiza Erundina. Falou do Paulo Freire que sempre nos cobrava que a educação, sim, que era a área fim. Agora, o Paulo Freire não conseguiu agüentar a burocracia também. Acabou saindo da Prefeitura depois de menos de um ano.

Gadotti: Três quartos do mandato. Pois dizia que já tinha implantado suas idéias.

Silvio Kaloustian: Vou convidar agora o Elie Jouen, Secretário Geral Adjunto da Internacional da Educação, que vai nos trazer essa perspectiva internacional. Todo esse campo de mobilização em favor da melhoria da qualidade da educação. Elie.

Elie Jouen: Eu fui convidado para fazer essa apresentação sobre a perspectiva global. Principalmente sobre os desafios da educação no mundo, e é claro que o que está acontecendo em todos os Países e vai acontecer em Brasília e no Brasil nos futuros anos. Nos últimos 20 anos nós vimos uma grande demanda de reforma da educação, em todas as partes do mundo. Nos últimos 20 anos as iniciativas foram tomadas para reformas da educação. Considerando este fato eu tenho aqui quatro perguntas. Por que uma demanda tão forte de reforma emergiu? Por que os governos, as associações, setores de negócios, expressaram esta demanda tão forte de reforma?

A segunda pergunta, no contexto dessa grande demanda de reforma: em que questões particulares tais demandas foram expressadas? Em que problema concreto essa demanda foi expressada? A minha terceira pergunta é: como essas demandas de reforma foram negociadas, e se foram de fato negociadas, e como essa demanda de reforma foi também implementada? E quatro: qual é nossa avaliação a respeito desse processo? De uma forte demanda de reforma que agora está em andamento há 20 anos?

A primeira pergunta, então. Por que a demanda foi expressada? Em primeiro lugar, por razões ideológicas. Nós não podemos esquecer que nós estamos vivendo num contexto muito forte de neoliberalismo e que estas ideologias, sem dúvida, estão tentando mudar a educação. Em segundo lugar, esta demanda foi expressada por razões de eficiência. As nossas sociedades estão mudando e nós temos a obrigação de preparar a juventude de acordo com a sociedade em mudança e eu vou dizer isso mais tarde. Mas não podemos continuar a ensinar como ensinávamos há 20 anos atrás, porque o mundo é diferente hoje. E a terceira razão para essa forte demanda de reforma é a pressão das forças privadas que influenciam o conteúdo da educação e, além disso, investem financeiramente neste setor. Quarta razão, as finanças sempre foram questões difíceis nessa questão da educação. É difícil em todo setor profissional. E o que percebemos nas últimas décadas é o esforço para melhorar a produtividade dos setores profissionais, e sem dúvida a educação não é um setor diferente. O ministro da Fazenda e os ministérios da Fazenda e os governos em termos gerais estão tentando se sair melhor com menos dinheiro. É o que chamamos de produtividade. O setor educacional não escapa a essa pressão. Outra razão dessa forte demanda de reforma é a tendência favorecendo a descentralização. No Brasil, vocês têm políticas descentralizadas de educação, que não é o caso em todos os Países. Mas a tendência está clara, que a gestão da educação está descentralizada e isso implica, portanto, numa reforma, numa distribuição de tarefas e responsabilidades.

Outra área de reforma e talvez o Brasil ainda não tenha chegado lá, e vai acontecer. Chegará esse momento, que é a pressão para abrir sistemas educacionais nacionais, principalmente de ensino superior para investimentos estrangeiros possíveis e esse é o grande debate que temos hoje em dia no nível da Organização Mundial do Comércio. Significa o seguinte: que o setor privado, os investidores estão considerando a possibilidade de investir para ganhar lucros no setor de ensino superior. E outra razão para a reforma. hoje em dia nós temos cada vez mais estudos internacionais no âmbito de desempenho de sistemas educacionais nacionais. Talvez vocês não tenham percebido, mas essas organizações, como OCDE, para cooperação econômica, que desde o começo foi uma organização para países industrializados, para poder coordenar as políticas econômicas e sociais, estas organizações que estão baseadas em Paris (no meu caso). Estas organizações estão fazendo pesquisas e estudos não somente nos países industrializados, da OCDE, mas em Países como a África do Sul, Brasil, Chile, Singapura e outros. Isto significa que fazem parte do clube, com vantagens e desvantagens, é claro. O que está acontecendo hoje em dia? Há um mecanismo para medir o desempenho do sistema de educação no Brasil, comparando com o desempenho de outros Países. Significa que, quando esses estudos são publicados, não é agradável para os governos verem que, em termos de desempenho matemático no Brasil, estamos abaixo, no final da lista.

Então, quando o governo vê um estudo como esse, uma demonstração, uma declaração, não fica feliz.

Então, é uma oportunidade para o governo modificar e fazer reforma na educação. Talvez existam outros exemplos, mas foi para dar uma pincelada a respeito das razões diferentes pelas quais há essa interferência na Organização. Espero que os exemplos se apliquem ao Brasil. Tenho certeza que alguns não, mas alguns sim. Estou aqui simplesmente para dar para vocês uma visão mundial. Agora serei mais específico. Concretamente, sobre a pressão para reforma na educação. Fiz uma seleção de seis exemplos. O que nós percebemos hoje em todos os processos de reforma no mundo todo é sempre dar mais consideração a atividades científicas em vez de atividades culturais, humanistas, nos âmbitos escolares.

É uma tendência e é claro que tem conseqüências. O segundo ponto, o que nós percebemos é que há uma tendência geral para transferir o custo de educação do nível do Estado para o âmbito municipal e regional. Obviamente que países são mais avançados que outros, mas a tendência está ali. O Estado está fazendo menos. Até mesmo em alguns Países, como por exemplo o Brasil, há uma tendência de ter uma estratégia diferente. No nível mundial a estratégia está muito clara.

Terceiro ponto, está claro hoje que, de acordo com a ideologia do Banco Mundial, temos governos, e também setor privado, que estão ancorando competição entre escolas individuais e o setor privado e público. Então, já que é uma competição, nós podemos perder ou ganhar.

Beatriz Gonzalez: Percebemos que há uma tendência geral para transferir o custo da educação do nível do Estado para o âmbito municipal e regional. Alguns Países, são mais avançados que outros, mas a tendência está ali. O Estado está fazendo menos em alguns Países, por exemplo, o Brasil. Há uma tendência de ter uma estratégia diferente, mas, no nível mundial, a estratégia está muito clara. Hoje, de acordo com a ideologia do Banco Mundial, temos governo e setor privado, que está ancorado, na competição entre escolas individuais e o setor privado e público. Estão incentivando a competição entre escolas individuais e entre o setor privado e público. Já que é uma competição, podemos perder ou ganhar. Nas competições sempre temos ganhadores e perdedores e eu sei que nesse processo competitivo o setor público em alguns Países específicos será perdedor, em outros vencedor. Estamos vivendo agora um sistema de competição e a educação se transformou em um desafio de competição. É claro que para aqueles que promovem este tipo de estratégia tem por trás, na cabeça, essa idéia de demonstrar que no setor privado dá mais rendimento que o público. Não sei se é o caso do Brasil, mas há um incentivo à prática da avaliação nas escolas ou até mesmo no âmbito individual. Por exemplo, nos Estados Unidos, hoje em dia, se uma escola não está com um bom desempenho, ou não é boa o suficiente, depois de alguns anos as autoridades vão e fecham a escola como se fecha uma empresa. Essa nova realidade faz parte dos nossos novos desafios. Outro ponto que o Brasil está enfrentando é uma forte demanda para educação. Esse movimento que favorece melhor acesso à educação e essa campanha do mundo pela educação, essa estratégia de dar acesso à educação, mais crianças, mais escolas, significa que precisamos de mais professores? E qual é a estratégia de alguns governos hoje em dia? É recrutar professores não profissionais ou recrutar professor com contrato de duração limitada, sem treinamento real? Significa que a qualidade está caindo e, neste contexto, é importante se tivéssemos um desafio, que fosse melhorar a qualidade da educação e, especificamente, a qualidade da educação pública. Se, na opinião pública, a idéia existe, que a educação pública não está obtendo um bom desempenho, ficaremos confrontados com um futuro difícil. Porque não esqueçam que estamos em um sistema de competição e é um desafio para nós, é um desafio para todos, incluindo o sindicato dos professores, que estão promovendo a educação pública. Já dei vários exemplos de reformas que foram implantadas ou que serão implantadas e o problema é saber se essa reforma é negociada, se ela é implantada. Claro que a situação difere de um País para outro, mas está claro que em alguns não há dialogo algum.

Significa que o governo decide e pronto. E impõe a reforma porque tem medo do debate com a opinião pública, com o sindicato dos professores. Às vezes a opinião pública é fraca, e também o sindicato dos

professores, e não há uma confrontação. Felizmente, em outros Países, é claro que o diálogo existe e temos um excelente exemplo de diálogo entre as autoridades educacionais e também outras organizações, como o Sindicato dos Professores. Depois vou dar um exemplo sobre isso. O problema que está nos confrontando é que os parceiros não têm visão forte a respeito da reforma. Temos, por exemplo, organizações que, de acordo com a cor política, nem sempre é bom concordar com o governo. Às vezes, estar em oposição ao governo, é o que eu chamo de sim, e não dizer sim, e dizer não. Então, para entrar num diálogo, para discutir as oportunidades de reformas educacionais, para fazer emendas às propostas do governo, é necessário trabalhar esta questão. É necessário ter especialistas. Não podemos apenas dizer não e sim a uma reforma. É necessário argumentar contra propostas, emendas. É o que estamos tentando fazer no contexto, digamos, de um processo de reforma forte que estamos fazendo com o “Educacion International”. É ajudar os nossos membros que estejam melhor preparados para esse diálogo social. Eu gostaria de falar, para vocês, minhas observações. As melhores reformas são aquelas que são entendidas por parceiros diferentes, não apenas por sindicatos mas também associações de pais e mestres. Também a opinião pública, em termos gerais. Acho que o pior é quando uma reforma, uma mudança não é entendida. É claro que o diálogo social é a ferramenta para movimentar a idéia dos indivíduos, das organizações. É por essa razão que eu falo a respeito do diálogo social. O diálogo social é muito importante, é necessário para trazer diferentes parceiros do setor educacional. É verdade também que reformas são complexas. Então, mais diálogo é necessário. Quanto mais complexo for a reforma mais diálogo será necessário. Alguns colegas aqui podem compartilhar essa mesma opinião, mas às vezes os sindicatos dos professores são vistos como se fossem forças conservadoras que se recusam a mudanças. No nosso caso não é verdade. Somos favorecidos com as reformas, porque acreditamos que sem as reformas públicas a educação pública não se transformará. Por essa razão somos favoráveis às reformas, mas reformas de acordo com nossos valores e princípios e baseados nos mandatos que formulamos como membros da organização. Apenas um exemplo de reforma bem-sucedida. A reforma que aconteceu na Suécia. Uma nova idéia de propagação baseada na tecnocracia. É a idéia de um pensador neoliberal. Vincular os salários dos professores ao desempenho das crianças essa é a idéia. Agora, posso dar para vocês um bom exemplo de como transformar essa solicitação. Há alguns anos atrás, uma proposta como essa foi feita ao governo da Suécia e ao sindicato. É claro que o sindicato era contra e não faz sentido para aqueles que conhecem a educação, vincular o salário do professor com o desempenho das crianças, não faz sentido algum. Mas, depois de um longo processo de negociação, no final das contas, conseguiram chegar a um acordo com o governo, nas seguintes bases. Os professores iam continuar recebendo os salários e as escolas receberiam um crédito de 5% do orçamento total da escola e com essa quantidade de dinheiro, 5% no âmbito da escola, haveria uma redistribuição financeira para aqueles que tivessem papel ativo na organização da escola. Por exemplo, para aqueles que tivessem organizado atividades para crianças, atividades extra-escolares ou professores que tentassem passar por treinamentos. Ou seja, algumas condições. Os sindicatos estiveram envolvidos. Foi decidido também que o Sindicato estaria envolvido nesta distribuição dos créditos. Apenas para mostrar para vocês que, quando uma proposta de reforma é feita, é sempre possível estabelecer uma negociação, um diálogo social e modificar, colocar emendas, nestas propostas de reforma. É claro, sem dúvida nenhuma, é importante que aqueles que fazem parte do processo de administração, ou sejam os políticos, o Sindicato dos Professores e outros, aceitem discutir para chegar a um consenso. Qual é a avaliação do nosso processo educacional? Uma vez mais, gostaria de repetir que é importante incentivar nossos membros quando necessário num processo de reforma educacional. Não simplesmente porque amamos as reformas ou não, simplesmente, porque queremos fazer com que a vida dos professores fique mais difícil. Não é esta a razão. É porque em uma sociedade em mudança é importante que a educação reconsidere a sua forma de ensinar e de elaborar programas, currículos, etc.

Levamos também em consideração que uma reforma importante foi feita nos últimos vinte anos. Não

produzimos carros hoje em dia como aqueles que eram produzidos há vinte anos. O sistema bancário não se organiza hoje como costumava ser há vinte anos. Mudaram as tecnologias. Mudou a organização dos setores profissionais. Então, o sistema educacional é um grande ponto de interrogação. Vamos falar sobre as reformas do setor educacional. Por exemplo, sabemos, que estamos lidando com crianças e não é fácil. E não com bens materiais. Sempre temos que tomar cuidado para implantar reformas porque a vida de uma criança está envolvida. Temos que levar isso em consideração. Mas esse processo de reforma educacional é necessário como mencionei. Porque é uma ferramenta para melhorar a visibilidade, também da educação pública, para melhorar a eficiência da educação pública. Acho que ganhamos em credibilidade se somos capazes de cumprir com essa tarefa, se estamos preparados. Sei que com os nossos membros, na América Latina, no Brasil, estamos trabalhando nesse sentido. Queria simplesmente compartilhar com vocês alguns pensamentos, algumas reflexões sobre esses desafios que estamos enfrentando como organização de educação.

Silvio Kaloustian: Destacaria alguns temas que a colega levantou, na educação, no multiculturalismo. Sobretudo, ela falou da educação formal e da educação informal que é um tema importante para nós que discutimos a qualidade educacional. A minha incumbência é ordenar a mesa e organizar o debate. A nossa flexibilidade vai se tornando menor a cada minuto que se passa. Temos vinte minutos. Vou sugerir o seguinte procedimento. Objetividade e clareza. Negociamos isso e vamos às intervenções.

Adauto da Silva: Boa tarde. O problema da educação, hoje, é financeiro ou cultural? Se nós dobrarmos o salário do professor, fizermos investimentos com recursos financeiros, resolvemos o problema da educação? Ou é um problema cultural? Porque muitas vezes nós professores, queremos cobrar do aluno aquilo de que não damos exemplo. Com relação a horário, chegar em sala de aula, atender celular na sala de aula. Algumas coisas que eu analiso que podem ser culturais. O problema maior da educação hoje é financeiro ou é cultural?

Luciene Medeiros: Prazer em encontrar o professor Gadotti depois de tanto tempo. O que vou fazer não é uma pergunta. Eu fui instigada pelo apelo do OP Criança e tive a oportunidade de participar de um governo popular democrático em Belém por oito anos e fui Secretária Municipal de Educação no último mandato de quatro anos. Aprendemos muito com as crianças lá. Também concordo com o orçamento participativo. Avançamos para uma experiência que chamamos Congresso da Cidade, onde reuníamos todos os segmentos da sociedade.

As crianças, no orçamento participativo, quando os pais as levavam às plenárias, reivindicaram o direito de ter um Congresso de Crianças e foi muito interessante porque quando fizemos as primeiras reuniões com elas, elas diziam o seguinte: não queremos um congresso chato como esses de vocês grandes. Não queremos essa mesa com esse bando de gente grande falando que não para mais. Queremos falar e vocês que vão nos escutar. E mais: queremos um congresso alegre, com muita cor, muita música, muita comida gostosa e muitas crianças para fazer amizade.

E construímos com elas e realizamos quatro congressos de crianças com uma média de participação de seis a oito mil crianças. Temos o que aprender com elas. O resultado dessa experiência foi que elas entrevistaram na política, em todos os setores, da educação, da saúde, do transporte, enfim, elas pensaram a cidade dos sonhos, para o futuro. Obrigada.

Helio, presidente da UNCME: A pergunta vai um pouco direcionada ao Gadotti, mas a mesa pode resolver. Uma coisa que eu fico preocupado é recorrente. Eu fiz essa fala pela manhã e vou voltar a fazer. O esgotamento do projeto neoliberal, na América Latina, tanto movimentos sociais como governos, têm tido uma resistência grande a esse projeto neoliberal, um projeto que se apresenta esgotado e não tem

dado respostas ao modelo de sociedade que a sociedade quer e não que meia dúzia de empresários desejam. Eu gostaria, Gadotti, que você falasse um pouco nessa perspectiva do esgotamento da política neoliberal e de um novo modelo de escola que estamos debatendo aqui há quatro dias. Como que um conceito que você tem, um texto importante que é da eco-pedagogia, como que esse conceito de eco-pedagogia pode se inserir nesse projeto de uma escola que queremos, uma nova escola que a gente deseja construir.

Adelino Ferrante: Minha pergunta é bem direta. Mas, antes quero fazer uma consideração. Acho que é um luxo ter Moacir Gadotti aqui. Lamentamos profundamente que não tenha sido uma palestra dele aqui. Mesmo assim é um prazer muito grande. Moacir, quais seriam os três nós principais na construção de uma gestão democrática?

Genuíno Bordignon: Eu lamento, mas é para o Gadotti de novo. A sua fala, que é sempre um encanto, ressuscitou duas questões bem diretas. A primeira, a que eu chamo democracia decretada, as normas estaduais, municipais sobre conselhos, disciplinando tudo, quantos membros, quem vota, quem não vota, a questão de autonomia da escola. E a segunda, você que mostrou esse vídeo tão fantástico do menino que dizia, com lágrimas nos olhos, eu sou da paz, esse menino pode votar num conselho escolar? Toda as leis impedem o aluno de votar, a não ser com 16 anos ou 14 anos ou outra idade.

Maria Aparecida Arruda: Boa tarde. Quero cumprimentar a mesa, e toda ela, pela brilhante exposição e também parabenizar os promotores deste evento, que trouxe neste Seminário, os olhares diferentes, de todos os lados. Talvez, Gadotti, já deixando a arrogância, já se começa a dialogar com quem faz a escola, com os pares, que ele já tem costume de dialogar, que já tem uma interlocução e também chamando para esse debate outras entidades diversas, de composições diversas, sem medo de ouvir o que essas entidades têm para colocar. Ouvimos o CTERA, a Internacional de Educação. Penso que esse é um grande aprendizado. No momento de abrir esse diálogo com os diferentes, eu queria perguntar para o Eli Jowen, a discussão da Internacional de Educação, da descriminalização sindical, da fuga de cérebros, da discriminação de imigrantes, dos professores imigrantes, principalmente dos Países mais pobres, depois dessa demanda e que ele falasse um pouco mais. Ele apontou um dos seus eixos, o segundo ou o terceiro, de expressar essa demanda para melhor negociar. Então, trabalhar um pouco isso para sairmos com mais clareza sobre isso. E Gadotti, já nos encontramos várias vezes mas é sempre bom ouvi-lo, nesse exercício da democracia.

Silvio Kaloustian: Eu também tenho uma pergunta aos meus colegas da mesa.

Rosangela: Boa tarde, é um prazer estar aqui. Como estamos aprendendo e através dessa troca, enriquecemos. Foi colocado pela mesa, entre os palestrantes, uma questão muito importante que é a questão dos contratos temporários.

Acredito que nós, no papel de sindicalistas, e também de gestores, acho que devemos estar neste momento, abraçar essa bandeira contra terceirização, contra esses contratos temporários, porque eles vêm de uma sociedade selvagem, desigual, que estamos sempre falando. Acho que devemos ter coerência nesse discurso na nossa prática. Levantamos essas questões, e estão aí muitos jovens desempregados. Essa função, que o Moacir Gadotti colocou com bastante competência, de ver esses trabalhadores, esses atores, não somente os professores, mas os funcionários da escola, como educadores. Isso é muito importante, acho que tem que estar em nosso dia-a-dia, construindo isso e fazendo essa diferença para enriquecer, para que realmente a educação seja uma educação viva, alegre e dinâmica, o prazer e não o desprazer, angústias e preocupações.

Edson Evangelista: Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, de estar aprendendo mais e mais

com todos. Acho que todos que vieram, tanto nós como os palestrantes, todos são importantes e merecedores do nosso aplauso.

A outra questão, e eu gostaria de ver com o Gadotti. Ele nos traz a visão de uma escola que se pudermos unir e participar, tornamos essa escola alegre e envolvente. Gostaria de saber como nós poderíamos fazer nessa estrutura que estamos vivendo hoje, que cada vez mais os governantes estão construindo formas de fazer com que essa participação se afaste cada vez mais. Temos os conselhos. É muito difícil, fazer com que haja participação dos pais. Muitas vezes encontramos dificuldades muito grandes de constituir, nesses conselhos, a participação dos professores. Às vezes chamávamos assim: o professor pego a laço, para fazer parte dos conselhos escolares. Gostaria de saber como nós podemos mudar essa forma, diante das políticas que cada vez mais são traçadas nos Estados forçando a participação dessa comunidade. Isso é um fato verídico que a gente constata diariamente nas escolas.

Uma outra questão que eu gostaria de perguntar ao Eli, existe alguma possibilidade de Países como o Brasil, da América Latina, empreender uma política educacional sem estar atrelada às idéias das grandes potências?

Caetano Neto: Boa tarde a todos. Gostaria de perguntar ao Eli se a experiência que ele já vivenciou, dos países que possam estar declarados de grande eficiência educacional. Se, nesses Países, há um forte controle de natalidade e planejamento familiar e se isso tem verdadeiramente influência na eficiência e na capacidade de gerenciamento do processo educacional na localidade.

Maria Marlene: O que fazer? O Ceará vive uma gestão democrática desde 1995. Infelizmente percebemos, no nosso dia-a-dia, que embora o aluno votando (o aluno a partir de 13 anos tem direito ao voto) para escolher o seu diretor, percebemos que não temos uma gestão democrática. Temos uma ditadura às vezes disfarçada dentro de uma gestão democrática. Temos os conselhos escolares que não atuam. Na verdade não exercem seu papel e quando a gente vai analisar os conselhos escolares, quem está na presidência? 95% são professores e uma pequena minoria são os pais que assumem a presidência ou os alunos. O que fazer para que aperfeiçoemos e possamos transformar a escola numa gestão democrática, que ela realmente seja da comunidade e voltada para o interesse do trabalhador que está na escola pública?

Silvio Kaloustian: Eu vou fazer a última intervenção. Gadotti, eu gostaria de ouvir você. Nós enquanto UNICEF, nessa busca de construir parcerias, temos ouvido sobre essa questão de produtividade, salário adicional de professor vinculado a performance de aluno, e nós, enquanto UNICEF, estamos nos armando pedagogicamente para fazer frente a essas idéias. De desrespeito ao profissional da educação. Eu lhe pergunto: essa discussão não se inicia com uma remuneração digna do trabalhador da educação e a partir daí podemos conversar sobre co-responsabilização, performance, avaliação. Gostaria de ouvir de você, Gadotti, como entrar melhor preparado nessa discussão.

Beatriz Gonzalez: Este Seminário significa semente, como a Jandira falou. Eu agradeço muito pelo convite que foi feito pelo Arlindo, pelo Ministério da Educação, para participar com uma experiência modesta que nós estamos desenvolvendo, basicamente na cidade do México. Neste momento estamos estendendo para outros dois estados da República, as Chiapas, que muitos conhecem. Dos estados mais pobres do País, onde há população indígena, guerreira, com diferentes perspectivas, onde existe problema de desigualdade e pobreza, muito acentuados. Eu também quero agradecer duplamente porque temos um vínculo muito forte com o Brasil desde 89, do qual conhecemos a experiência do Instituto Cajamar, justamente uma experiência importante de formação junto com os movimentos sociais aqui no Brasil.

Estamos felizes de compartilhar, novamente, aqui com vocês a nossa experiência. Como se pode ver é uma

escola. Vamos perguntar. Por qual escola nos vemos, de governo e cidadania? Por que e de onde vem essa necessidade, essa situação? Creio que vários dos expositores, colocaram a importância da educação cidadã. Falaram da grande importância de uma construção cidadã, e da necessidade de uma educação cidadã, na construção de um sujeito autônomo, que possa conhecer, analisar e trabalhar, sobre sua própria realidade, este vínculo de educação e de sociedade e desenvolvimento para criar cidadãos que melhorem a sua prática social, no próprio lugar onde vive. Quem sabe se não é melhor ser analfabeto do que ser analfabeto funcional, nessa lógica? Uma coisa importante também, que está relacionada com a nossa experiência, é a questão da educação cidadã vinculada à identidade, vinculada também ao elemento poder. Quem decide, quem opina, quem toma decisões etc.?

Moacir Gadotti: Depois desse convite amigável eu tenho que ser telegráfico com meus comentários. Sobre se o problema é financeiro ou cultural, eu diria que os dois, e é financeiro também no sentido de que muitos recursos são mal utilizados na educação. Existem três esferas de governo e elas não trabalham em regime de colaboração. Normalmente, como está na Constituição de 88. Eu sou por um sistema único e descentralizado de educação e defendo um pouco a idéia do Cristóvão, por uma espécie de federalização da educação, no sentido de que todas as três esferas trabalhem de uma forma unitária, inclusive no Ensino Básico. E é também uma questão cultural. Evidentemente que temos uma longa história de desacreditar na educação e desacreditar porque muitos acham que para ganhar dinheiro vá ser jogador de futebol, não precisa ter escola. Vejam os jogadores que ganham tanto, aparecem modelos culturalmente colocados na sociedade, que não precisam de escola para isso.

Pesquisa feita pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República mostrou que a população não precisa mais ser consultada sobre o valor da educação. Todo mundo, hoje, no Brasil, tem plena consciência de que sem educação não se consegue avançar na sociedade. Então, culturalmente estamos vencendo esse grande desafio.

Parabéns a Luciene, minha aluna. Eu tenho alunas importantes, secretárias de Educação, ex aluna da PUC de São Paulo, fez mestrado com a gente. Parabéns pelo congresso das crianças, a sua exposição nos convenceu a todos. Perguntaram sobre o modelo neoliberal. Só esse assunto levava a tarde inteira. A eco-pedagogia. A pedagogia da terra está inspirada numa visão da cidadania planetária, uma participação planetária. Tenho trabalhado muito com os textos do Antônio Negri e recomendo o livro "Como mudar o Mundo sem tomar o Poder". Agora não esperem as respostas. Quando chega na última página ele termina o livro "Como mudar o Mundo sem tomar o Poder", você não sabe. Mas é muito bom o livro. Porque eu acho que é a construção criativa neoliberal que começa na sociedade. Nos incitaram com três nós, nós da construção da democracia. Primeiro, a inexperiência, temos quinhentos anos de autoritarismo, então está no sangue isso, então não temos experiência, então quanto mais democracia tivermos mais democratas nós seremos ao experimentar a democracia.

Eu respondi um pouco no meu texto também à questão das mentalidades. Nós temos uma mentalidade que vem não somente da experiência de quinhentos anos, é uma mentalidade de certa invisibilidade do outro. Não somos democratas porque não enxergamos o outro. Passamos do lado, às vezes anos e anos e não sabemos quem é. Então temos que mexer com nossas entranhas para sermos democratas. Na família, às vezes não enxergamos nossos filhos, não enxergamos os nossos pais, os nossos vizinhos, tornamos visíveis muitas coisas em nossa vida por atos que viemos fazendo sem essa percepção da vida mesmo. Porque a democracia, como a Beatriz colocou aqui, é um modo de vida, um modo de vida sustentável. Temos que mexer um pouco com nossa cultura, aquilo que se chama sociologia dos ausentes. Tem muito ausente na nossa história. Então, acho que precisamos de percepção da diversidade hoje. É muito importante estarmos atentos a isso.

E na educação, acho que não adianta introduzir uma reforma dos ciclos, da produção continuada, se os pais, se os alunos, continuam com uma mentalidade do currículo antigo. Não adianta insistir num projeto democrático se os pais não tiverem a percepção que a democracia é importante. Isso responde um pouco à idéia de que os conselhos de escola não funcionam. Também nós fizemos uma lei em São Paulo de gestão democrática. 50% funcionou, outros 50% não, mas isso na época do Paulo Freire. Mas apostamos nos 50% que funcionaram.

Eu acho que temos que apostar sempre nos conselhos embora haja formas novas, por exemplo o OP Criança tem uma fórmula nova de participação. A Ângela que está aqui vai falar sobre isso na oficina. Poderá desenvolver um pouco mais essa idéia de inventarmos formas novas de participação. Se as formas burocráticas, estamentais, legais, não funcionam, inventemos coisas de que a população participe, que os alunos possam participar. Inventando formas novas de participar, utilizando a mídia, utilizando o hip hop, utilizando aquilo que os jovens sabem fazer. A pergunta está relacionada um pouco àquilo que o Genuíno referiu. Ele me provoca muito com idéias. Esse menino pode votar ou não, pode votar realmente? Nas assembleias legislativas há uma resistência a essa questão que me irrita profundamente, me irrita que um advogado defenda que é tudo ilegal o que se faz em um conselho de escola porque tem lá um menor de 16 anos que nega a possibilidade de ele participar. Em São Paulo, quando instituímos o OP Criança, houve um médico da nossa cidade, um médico psiquiatra que teve a ousadia de publicar no jornal dizendo que criança não tem maturidade para votar. Amar uma criança é sobretudo respeitar a expressão dela. Que ela tem direito de expressar-se sobre tudo que diz respeito a ela. Acho que é um pouco um debate provincialesco, autoritário, legalista, que nega o direito de uma criança expressar-se em um conselho de escola. Inclusive, em Minas, Walfredo, que hoje é ministro do Turismo, trabalhou, como secretário de Educação pela legalização do conselho de escola, deliberativo, em Minas Gerais. Todos os atos foram anulados porque eles não são atos legais, porque há menores de 16 anos decidindo o destino de recursos públicos. Essa foi a grande sacada da Assembleia Legislativa de Minas, negando o direito de a criança participar. Acho um absurdo porque que mal pode fazer uma criança de dez anos, que vai lá diz que quer uma cantina, quero uma quadra, quero uma piscina na minha escola, que mal pode fazer uma criança? Parece que tem gente que tem medo. Acho que temos que rechaçar profundamente esse argumento legalista que impede de a criança participar de um conselho de escola. Isso me irrita e acho que a sua questão foi uma provocação realmente. Não é possível que estejamos no início de um novo milênio. Com essa mentalidade retrógrada ainda, com idéias, que já eram defendidas no começo do século XX sobre o direito da criança. Há mais de cem anos que essa questão já foi superada nas idéias pedagógicas mas, na prática, ainda tem gente discutindo se criança pode votar, se criança pode participar ou não. A Rosângela nos provoca com a questão do trabalho terceirizado dos professores. Acho que a resposta que o Eli deu muito bem, faz parte de uma estratégia mundial hoje de mercantilização da educação, de transformar, como quer a Organização do Comércio. Não há valor a ser disputado no mercado, a posição dele foi muito feliz e colocou como estratégia mesmo, transnacional. Aí o professor não vai ser mais necessário. Escrevi inclusive, para o FECODE (Federação Colombiana de Educadores), uma análise de fomentos do Banco Mundial que mostra claramente quais são as ameaças, hoje, à docência na América Latina. Mostrei dez pontos destacando claramente que a maior ameaça é a desprofissionalização que nós temos. A maior ameaça por trás disto é a mercantilização, que ele colocou sobretudo no ensino superior, e a transnacionalização da educação. Temos que lutar contra isso e reivindicar, porque o capitalismo neoliberal só quer medir os aspectos puramente ligados à competição entre as pessoas. O mercado quer gente egoísta e quer formar gente egoísta. Esquece totalmente os aspectos solidários e os aspectos humanistas. Entro na última pergunta do Silvio com relação aos prêmios e castigos, aos salários por produtividade. O Elie colocou muito bem a idéia de pagar por mérito. Essa é uma estratégia neoliberal. Por isso, sou contra esse negócio de prêmios. Primeiro que você premia uma pessoa e você descontenta todos

os outros. Segundo, isto inclusive, individualmente, é ruim para a educação. A educação é um bem social, um bem coletivo, então tem que se valorizar o coletivo. Sou contra ficar avaliando os professores com notas e assim tentar premiar. Essa relação prêmio/castigo, acho que até tem méritos. Mas, ultimamente, tem aparecido tanto prêmio, como se isso resolvesse o problema da educação. É prêmio para qualquer coisa. Os bancos, principalmente, porque eles têm uma identidade bancária de jogar prêmios. Convenhamos que isso não vai resolver o problema da educação. Está dentro de uma política neoliberal que tenta valorizar a competitividade e o "ranking". Tenho que classificar as pessoas, tenho que me classificar dentro de uma certa ordem. Classificar minha escola, classificar meus professores. Embora eu tolere, eu vejo que não é a estratégia correta. Começa a haver competitividade dentro da escola, "você está ganhando mais 10% porque você atende mais exigências do MEC, ou as exigências do currículo, ou você é simpático para o diretor, etc".

Então, vai se criar um clima de competitividade. Isso para mim cheira um pouco a uma visão neoliberal, que me preocupa. Desculpem-me se muitos aqui defendem os prêmios, mas tomem cuidado com aqueles que promovem os prêmios, e pagam por produtividade.

Há múltiplas formas de premiar quem trabalha mesmo. Mesmo no exemplo que se falou da Suécia. Os sindicatos interferiram. Mudou a política de reforma, de individualista por coletiva, da escola. Eu achei isso um ganho. Por exemplo, no Instituto a gente não escreve para ganhar prêmio, por quê? Tomamos a decisão de não participar, de não participar desse tipo de política. Pode ser que amanhã alguém queira dar um prêmio, mas acho que não é a forma melhor. Quanto mais a democracia avançar, historicamente, lentamente (para nós ainda é muito lento o nosso processo) tem que avançar na base, indo, caminhando com todos juntos.

Encerro com Che Guevara, nosso grande educador latino-americano. Eu li os seis volumes que ele escreveu. Na época era de graça, na época dos anos 60 a gente recebia de graça os volumes. A editora Progresso, de Moscou, mandava tudo para a gente de graça. Bons tempos aqueles, dos stalinismos, que mandavam tudo para a gente.

Eu recebi em espanhol seis volumes. Encantei-me com uma entrevista que ele deu, e perguntaram a ele: como deve andar uma patrulha? E ele tinha tudo para falar bem das patrulhas. Então, o Che respondeu: "uma patrulha deve caminhar segundo o passo do mais lento, porque se todos tentarem caminhar pelo passo do mais lento, todos vão começar a caminhar juntos. O importante não é eu chegar lá na frente sozinho; o importante é nós todos chegarmos na frente, juntos". Obrigado.

Silvio Kaloustian: Obrigado, vou passar o comando do evento ao Arlindo daqui a pouco. Gostaria de agradecer em nome das Agências das Nações Unidas, UNICEF, PNUD. Parabenizar professor Horácio, Arlindo, e toda a equipe do MEC que, mais uma vez, nos abre essa oportunidade de vir aqui debater questões importantes para a educação brasileira. Agradecer a meus colegas da mesa. Foi um prazer tê-los aqui.

E agora passamos ao Arlindo que passará as orientações para a próxima etapa do Seminário.

Arlindo Queiroz: Muito obrigado, Silvio. Uma salva de palmas para Silvio. Eu gostaria inclusive de pactuar com vocês...

Silvio Kaloustian: Arlindo, só esqueci um aviso importante. Desculpe te interromper. Tem uma outra reunião dos Conselhos Estaduais de Educação após a oficina. O Arlindo vai orientar, na sala dos computadores, sala 07. Todos os representantes dos conselhos estaduais de educação. Uma reunião rápida.

Arlindo Queiroz: Primeiro, pactuar com vocês, para amanhã. Nós temos ainda um painel e depois, com

um encerramento para as conclusões, a entrega dos certificados, que já estão sendo rodados. Serão entregues amanhã, impressos, assinados pelo ministro da Educação.

A idéia é que a gente faça uma compactação amanhã, de tal sorte que encerre tudo ao meio-dia, meio-dia e meia. Se possível, até uma hora. Mas, que a gente encerre todo o primeiro expediente.

Para isso vou pedir a colaboração de todos. Que cheguem cedo, no horário, para começarmos no horário.

Em segundo lugar, quero parabenizar pela ampla participação hoje, no horário da tarde. Tem que examinar e descobrir o que foi isso, não sei se foi o tema, os palestrantes, as oficinas.

Amanhã, o horário está previsto para as 8 horas da manhã.

A oficina é o espaço de troca. Aqui está colocado troca recíproca. É o lugar em que a gente vai ampliar conversas, intercâmbios entre os participantes. E é também um momento de aprofundamento temático e de levantamento de proposições. O Seminário não é deliberativo, mas terá um documento propositivo, com diversas sugestões para os campos temáticos.

As proposições são livres, e em todas as dimensões. Ao coordenador caberá garimpar na oficina, e ao relator registrar essas sugestões.

Nós propomos um roteiro. Fica a sugestão de cada oficina fazer a devida adequação. Qual o roteiro? Primeira parte, uma entrevista simultânea, as duplas conversando em cima de um roteiro, que está aqui neste papel que vocês receberam. Que experiências você já vivenciou sobre este tema? Uma reflexão sobre o êxito dessa experiência, qual foi o papel? Que elementos contribuíram? Qual foi essa contribuição? E que lição se tirou?

E, em seguida, nós teremos duas a três experiências que serão relatadas sinteticamente. O moderador abre a discussão do grupo até que se fecha a oficina com as contribuições que surgirão, emergirão desse processo.

A oficina não terá tradução simultânea, mas poderemos disponibilizar um tradutor. O espanhol é mais ou menos comum, e dá para a gente trocar bem, devagar e com paciência.

INTERVALO E FIM DOS TRABALHOS

Saudação do Ministro de Estado da Educação.

28 de Abril de 2006 (sexta-feira)

Mestre de Cerimônias: Nós estamos aguardando o senhor ministro da Educação. Vem fazer uma saudação aos participantes do Seminário Internacional Gestão Democrática e Pedagogias Participativas. Estamos só aguardando a sua chegada. Após sua saudação daremos início à última mesa do nosso Seminário. Todos os painelistas já estão presentes.

Como disse, vamos compactar o dia de hoje para terminar ainda no primeiro expediente.

Estamos tabulando também o resultado da avaliação e daquele material temático que a gente recolheu, e pretendemos ainda hoje, se possível, apresentar, qual a percepção que a gente sai daqui em relação àqueles aspectos que foram avaliados.

Anunciamos a chegada do ministro da Educação, Fernando Haddad. Uma salva de palmas para o nosso ministro.

Convidamos para compor a mesa o nosso ministro de Estado da Educação, o secretário de Educação Básica, Francisco das Chagas; presidente da CNTE, Juçara Dutra; professora Alaídess Mendieta, presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais; representante do CONSED, secretário de Estado de Rondônia, a vice-presidente da UNDIME; Paulo Santos, da UNCME.

Vamos agora ouvir uma saudação do nosso ministro da Educação. Estão participando do Seminário, que aprofunda tematicamente a questão da gestão democrática da educação e pedagogias participativas, 380 participantes, representativos. São presidentes ou representantes de conselhos estaduais de todo o Brasil, de conselhos municipais de educação de todo o Brasil, das secretarias municipais de educação, das secretarias estaduais, dos sindicatos, promotores públicos, representantes dos conselhos escolares, ONGs, organismos internacionais. Tivemos a participação de dez Países, que trouxeram suas contribuições da ótica da gestão de políticas nacionais, quer seja através de governos, quer seja através de organizações não governamentais.

Teremos agora a saudação do excelentíssimo senhor ministro de Estado, Fernando Haddad.

Fernando Haddad – Ministro da Educação: Muito bom dia a todos vocês. É um prazer poder participar desta solenidade, dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos. Eu vou me valer de uma nominata feita rapidamente. Desculpem-me se esquecer de saudar alguém. Eu gostaria de saudar a Márcia Ângela, presidente da ANPED, Fernando Rodal, da Confederação dos Educadores Americanos, Ana Vitar, da OI, da Argentina, Alaídess Alves Mendieta, presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais, Paulo Eduardo dos Santos, presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação, Juçara Maria Dutra, presidente do CNTE, Justina Iva, vice-presidente da UNDIME, Denise Carreira, presidente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Reginaldo Lustosa, secretário de Estado e da Educação de Rondônia. Vejo ali o deputado Carlos Abicalil, que sempre prestigia as nossas atividades; sua presença é constante e freqüente no Ministério da Educação, muito obrigado, deputado.

Vocês têm, imagino, tentado acompanhar os esforços do Ministério da Educação, pelo que diz respeito à Educação Básica, sobretudo Educação Básica no nosso País. Não é o único eixo de atuação do Ministério até porque seria um contra-senso a opção exclusiva pela Educação Básica, com desafios na área da Educação Continuada, na área da Educação Superior, e na área da Educação Profissional.

Esses foram os quatro eixos estabelecidos de comum acordo pelo Ministério da Educação, com o próprio Presidente da República. E nós sabemos a importância que tem apoiá-los, no seu conjunto, porque o grau de complementaridade desses níveis educacionais, dessas modalidades, dessas etapas educacionais é o segredo do sucesso na educação. Imaginem vocês no Ensino Médio, sem a Educação Profissional, o que estamos assistindo, alunos desmotivados, dificuldade de estruturação de currículos do Ensino Médio.

A Educação Básica sem o apoio das universidades públicas, no que diz respeito à formação inicial e continuada dos professores, também dá no que assistimos. Falta de professores para o ensino médio, para quinta e oitava séries, falta de compromisso da universidade pública, não por falta de vontade, mas por falta de recursos financeiros e humanos, para estabelecer os nexos e as pontes para qualificação da Educação Básica. Dificuldade de interiorizar Educação Superior pública. Enfim, à série de problemas que também assistimos.

No que diz respeito à Educação Básica, ela mesma, quer dizer, o apoio e a prioridade que deve ser dada ao ensino obrigatório não pode descomprometer o poder público com a Educação Infantil e o Ensino Médio que são etapas que compõem a Educação Básica junto com o Ensino Fundamental, e não curiosamente, obviamente, reforçam o Ensino Fundamental. Então, é o rompimento dessa visão fragmentada da educação.

Hoje, todos os estudos, até da economia da educação, demonstram estatisticamente que o desempenho escolar durante o ensino obrigatório depende da Educação Infantil. Quer dizer, o INEP fez um estudo recente, apresentei em um Seminário internacional da GV, mostrando que o aluno que tem acesso à pré-escola, tem em média quase dois anos a mais de escolaridade do que o aluno que não teve.

Tudo isso parece óbvio, mas as ações públicas não deram conta desta obviedade. Elas, na verdade, enfrentaram essa obviedade, confrontaram essa obviedade.

E hoje nós estamos com esse grande desafio de reestruturar todo o sistema, sem negar os avanços que efetivamente houveram no campo do acesso ao ensino fundamental, a matrícula que há mais de dez anos, no início da década de 90, superou 90% na taxa de atendimento das crianças de 07 e 14 anos. Mas isso é muito pouco perto do que o País precisa fazer.

Nós, nesse último ano de trabalho que temos pela frente, nosso terceiro ano de trabalho à frente do Ministério, por ocasião da posse do ministro Tarso Genro, mas o último ano de mandato do presidente Lula, nós estamos investindo fortemente em dois elementos centrais da nossa política, no que diz respeito à Educação Básica - de um lado a questão da gestão democrática, e de outro lado a questão da formação de professores.

Ontem, eu passei o dia em um Seminário que discutia alfabetização e letramento. Estamos com o Pró-letramento, que acho que é de conhecimento de todos vocês, que mobiliza dez universidades, alguns milhares de formadores e está capacitando praticamente 100 mil professores da primeira à quarta série, a cada semestre. E isso da primeira à quarta série, sem aquela visão de dar apoio só para primeiro ou para segunda série do Ensino Fundamental, mas tomando o bloco das séries iniciais e capacitando professores por semestre.

Com o material de uma riqueza a toda prova, material confeccionado pelo que tem de melhor nas universidades públicas que, a partir da rede de formação que a Secretaria de Educação Básica constituiu, vão se aproximando da educação básica, construindo aquela ponte que foi de certa forma desconstruída ao longo dos anos, até pelo despreço à educação superior pública que o País viveu. Hoje não, hoje nós resgatamos a auto-estima da universidade pública, com a contratação de professores, com o aumento de custeio. Só para vocês terem uma idéia, em quatro anos, contratamos nove mil docentes nas universidades públicas federais, contra quatro mil dos oito anos anteriores. Quer dizer, quatro vezes mais a média de contratação por ano. Dois mil desses novos professores são professores que vão atuar nos novos quarenta e dois campus universitários no interior do País, levando a universidade pública para o interior do País, ou seja, aproximando do professor da Educação Básica.

A maioria desses campus contam com cursos de licenciatura, a grande maioria, quase a totalidade deles. Ou seja, para permitir, ao professor em serviço, ter a oportunidade de completar a sua formação ou de enfrentar um ciclo de formação continuada, de atualização permanente.

Nada disso é fácil. Vocês sabem a dificuldade de mexer com a educação. É muita insistência. Os frutos demoram a ser colhidos. É um trabalho. Às vezes eu paro para pensar e falo: meu Deus do céu, como é difícil colher os frutos. Mas nosso papel é plantar, plantar e plantar, insistentemente, até convencer o País que esse é o único caminho. Hoje nós somos alguns milhões de educadores no País, mas nós vamos ser uma nação digna desse nome, quando todos se sentirem educadores, todos, pais, mães, avós.

Todos se sentindo, de alguma forma, pertencendo a um grande empreendimento educacional, porque educação começa em casa, começa com a leitura de uma história para a criança dormir. Começa com a expansão desse universo lingüístico da criança, o carinho que se dá à criança em casa, as condições

emocionais para ela poder obter um aprendizado adequado. Todo mundo sabe, quando uma criança tem problema em casa, tem dificuldade para aprender em sala de aula.

Então, é longo, é lento, é difícil, em face das dificuldades de renda que a criança tem. Então, a importância de um programa como o Bolsa Família que dá condições mínimas para a mãe de família pobre poder comprar uma muda de roupa, poder comprar um caderno, um lápis de cor. Tudo isso tem tanta importância que, muitas vezes, as elites não percebem, mas tudo isso é muito importante. O livro didático que chega no Ensino Médio, a merenda que chega agora na creche. Coisas básicas que estão sendo feitas agora.

E a gestão democrática se insere dentro desse amplo contexto de grande esforço, mobilização que todos os sistemas estão fazendo, de apoio aos conselhos municipais, aos conselhos escolares, aos gestores por meio da Escola de Gestores, e para o apoio aos dirigentes municipais, pelo PRADIME. Ou seja, um leque de ações da Secretaria de Educação Básica .

A educação básica tem um desafio tão grande, (a gente esquece o nome de tudo o que se faz ali) só para eu decorar os quatro programas de formação, Pró-Infantil, Pró-Formação, Pró-Licenciatura e Pró-Letramento. Para entender, porque não basta decorar o nome rápido, e agora o Pró-Funcionário, alguém está me lembrando aqui. Decorar o nome é fácil, mas entender a lógica, a construção, o número de técnicos que se debruçam sobre os vários modelos à disposição, percebem o que efetivamente iria impactar mais.

O próprio conceito do Pró-Funcionário é uma coisa muito recente. Nós não tínhamos o hábito de pensar na merendeira e outros. Todo mundo que é envolvido na educação, que não fosse o professor, e na importância desses profissionais da educação para o ambiente escolar, para forjar um ambiente saudável dentro da escola.

E muitas vezes a ação do Ministério é uma ação mais exemplar, porque não há recursos para tudo. Mas essa ação exemplar repercute nas redes, muda as mentalidades, sensibiliza prefeitos, governadores, dirigentes, diretores, e a cultura vai mudando. A pressa é muito grande. Nós, agora, estamos com o projeto da Universidade Aberta do Brasil que, do meu ponto de vista, vai ser uma revolução neste País, porque pelas contas preliminares que nós fizemos, se nós instalarmos pouco menos de mil pólos de apoio presencial, nós vamos poder fazer com que cada professor, dos dois milhões e tanto de professores que nós temos no País, cada um deles tem a chance de passar sob um ciclo de educação continuada a cada cinco anos, no máximo.

Imaginem vocês se nós tivéssemos uma rede capilarizada por todo o País, Amazônia, no Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, a rede capilarizada, são 213 cursos já cadastrados de Universidades Federais. São 37 universidades federais, e 10 CEFETS que se estão propondo para oferecer cursos para esses pólos municipais. O número de pólos já passa de 400 propostas. Agora, na primeira seleção, mais de 400 propostas, vocês imaginem se nós pudéssemos construir essa rede e então fazermos o casamento, aquele "até a morte nos separe" entre a Educação Superior e a Educação Básica. Esse casamento que nunca foi celebrado, e que pode ser celebrado com vantagens, não só para a Educação Básica, mas para a Educação Superior, que precisa aumentar o seu grau de porosidade, para ouvir o que está acontecendo no chão da escola, porque muitas vezes o pesquisador não está ciente do que está acontecendo no chão da escola.

Essa experiência que vocês podem levar para os departamentos das Universidades, se sensibilizarem com os problemas que vocês enfrentam na sala de aula, na escola, vai fazer mudar a qualidade da nossa pesquisa na Universidade. Então é uma via de mão dupla que está tentando se estabelecer. Não há uma posição imperial da Universidade, vamos ensinar vocês a ensinar. Não, vamos ensinar a quem se dispõe a ensinar, a aprender um pouco do que acontece ali, as dificuldades que são vividas e mudar a cultura das Universidades, aumentar essa interlocução para as pesquisas sobre pedagogia, sobre antropologia, sobre psicologia, sobre neurociência, para que tudo isso sofra o impacto das nossas realidades, que são muito

diversas. Se nós tomarmos o Rio Grande do Sul, o Acre, ou o Piauí, o País é muito diverso, e não dá para ter uma ciência da educação sem o conhecimento dos problemas concretos que se passam e são muito diferentes de lugar para lugar.

Para realizar um grande empreendimento junto com vocês, e não adianta a imprensa, não adianta cobrar, se é prioridade, se não. Para o Ministério da Educação falar e priorizar a educação, o problema não é dessa ordem, o problema é de natureza social, não é só governamental.

Os governantes são o reflexo do que pensa a população. Quem elege os governantes é a população. Em grande medida o Congresso Nacional, Senado, Câmara, o Executivo, nos três níveis, prefeito, governador e presidente da República, são expressão do pensamento médio. Nossa tarefa é a sensibilização de toda a população, de um grande empreendimento, que não é de governo, é um empreendimento muito mais de organização social. Nos Países onde a educação funciona, tudo partiu da sociedade. Não parte do governo, parte da sociedade, é como democracia. Não houve democracia no mundo por desejo de rei. Já se viu rei democrata? Rei é absolutista. A democracia se constitui a partir de pressão sobre o monarca. Primeiro, criando o Parlamento forte, depois criando a figura do Primeiro Ministro. O presidencialismo surgiu há pouco mais de 200 anos no mundo, eleição direta, sufrágio universal.

Isso é uma construção social, não é uma construção estatal, vem de baixo, e como democracia, que tem um vínculo direto com a educação, nós estamos discutindo isso aqui hoje. Democracia e educação estão imbricadas na modernidade de uma maneira indissociável. O grande John Dewey, escreveu um clássico sobre educação, que sensibilizou o nosso maior educador, que era o Anísio Teixeira.

Então, essas relações estão estabelecidas. O desafio nosso, assim como estamos discutindo democracia e educação na escola, é fazer a sociedade discutir democracia e educação, porque efetivamente não há democracia sem educação. Você pode ter sufrágio universal sem educação, mas democracia sem educação isso não existe, porque na hora em que o cidadão toma consciência dos seus direitos e vai depositar seu voto, se ele não estiver formado e informado, vai votar mal.

A educação é elemento constitutivo, que dá substância ao ato formal, que é o ato de votar.

Parabéns ao Chagas, eu sou grato ao Chagas, por tudo o que ele vem fazendo no Ministério da Educação, o nível de mobilização que nós conquistamos, muito elevado hoje, o número de oficinas. E tudo isso funciona assim mesmo, e o pessoal critica: "ah, o educador gosta de fazer Seminário". Gostamos mesmo, gostamos de fazer Seminário, gostamos de nos reunir, porque é assim que se constrói um sistema coerente de educação. É assim que se colhem os frutos na área de educação.

Conte conosco, agradeço a todos vocês por todo o empenho que fazem, por todo o entusiasmo, que mantém essa chama acesa. A mudança na educação, que está acontecendo e vai vir com cada vez mais força, só depende do nosso entusiasmo. Muito obrigado a todos vocês.

PAINEL

Gestão Democrática nas Escolas.

EXPOSIÇÕES DAMANHÃ

Mestre de Cerimônias: Agradecemos ao Ministro de Estado da Educação. Pedimos que todos permaneçam nos seus lugares enquanto a mesa se desfaz e convidamos a professora Justina Iva para coordenar o painel Gestão Democrática da Educação na Escola.

Professora Justina Iva: Bom dia a todos e a todas. Vamos dar início ao nosso painel, cujo tema é Gestão Democrática das Escolas. Nós vamos tentar cumprir rigorosamente o tempo destinado para cada painelistas, uma vez que estamos iniciando os nossos trabalhos com uma hora de atraso, e a intenção explicitada ontem pela coordenação do Seminário é de que possamos terminar os nossos trabalhos por volta das 12 horas.

Vamos convidar os painelistas, os expositores, professora Regina Vinhaes, professora da UNB, professor Lauro Wittmam, professor na Universidade de Santa Catarina, professora Márcia Ângela, professora presidente da ANPED, o senhor Fernando Rodal, da Confederação dos Educadores Americanos, e a senhora Ana Vitar da OEI, da Argentina.

Vamos dar início aos trabalhos. Os expositores têm 20 minutos para apresentar o seu trabalho, e vamos começar aqui, seguindo a ordem anunciada, pela professora Regina Vinhais Gracindo, professora da UNB.

Professora Regina Vinhais Gracindo: Muito bom dia a todos e a todas, é um prazer estar aqui nesta mesa, discutindo a gestão democrática da educação, e recebendo também, como uma carioca brasileira que sou, recebendo todos nesta cidade que eu optei por viver.

Nessa mesa eu resolvi fazer um recorte da gestão democrática a partir de três considerações. A primeira delas é a democratização da Educação Básica. O que vem a ser isso? Quer dizer, a temática em si e a democratização da Educação Básica. E tentando inserir a democratização da educação dentro desse conceito mais amplo de democratização.

E a partir daí nós vamos ter três momentos de reflexão. A primeira delas é democratizar a educação básica, o que vem a ser isso. A segunda delas é a educação básica no Brasil; qual o seu retrato? E terceiro, as possibilidades de mudanças. Por onde começar. São esses três momentos de reflexão que proponho que façamos neste momento.

Democratizar a Educação Básica, o que vem a ser isso?

Bom, nós costumamos falar em democratização da educação como uma bandeira de movimentos sociais há muitos anos. Quer dizer, democratizar a educação surge no cenário brasileiro há muitos anos. Ressurge em meados da década de 80 quando nós redemocratizamos o Estado brasileiro. Após uma ditadura de muitos anos, o Estado brasileiro se redemocratiza. E os setores sociais trazem também para si a idéia de democratização do seu próprio setor. Nós, da educação, trazemos também essa idéia de democratização da educação.

Como bandeira de movimentos sociais, é evidente essa luta pela democratização da educação, e quase sempre como ampliação do atendimento educacional. O que se verifica é que, efetivamente, esse atendimento do Estado (e aí estou chamando União, estados e municípios) ainda é um atendimento tímido. Tímido por quê? Porque ele é focalizado e restritivo. O acesso, como estou falando nesse

momento, é focalizado. Como o ministro disse, nós atingimos há bem dez anos mais de 90% de acesso das crianças de 07 a 14 anos na escola, ou seja, estamos democratizando sim, restritivamente, crianças de 07 a 14 anos.

Há uma focalização no Ensino Fundamental e uma restrição dentro desse mesmo ensino fundamental para crianças apenas de 07 a 14 anos. Com isso nós temos a falta de políticas considerando a educação de jovens e adultos, a educação de crianças de 0 a 05 anos (Agora, já que nós temos a partir desse momento a inclusão das crianças de 06 no ensino fundamental) e o Ensino Médio.

Imaginamos que com o FUNDEB, e mais tarde vou tratar desse assunto, ressurgja a idéia da Educação Básica como um todo, porque é através de um financiamento que a gente pode viabilizar efetivamente políticas contundentes, tanto para Educação Infantil quanto para o Ensino Médio.

O segundo ponto dentro da democratização da Educação Básica vem a ser isso: eu gostaria de dizer que democratizar a Educação Básica não pode, e todos nós sabemos isso, somos educadores, não pode se restringir ao acesso. Garantir que todos estejam na escola é um primeiro passo para garantia da permanência, do sucesso, e de tudo mais. O acesso é a primeira busca, políticas contundentes para que nós tenhamos todas as crianças da Educação Infantil na escola, todas as crianças e jovens no Ensino Fundamental e jovens no Ensino Médio, são políticas fundamentais. Mas elas não bastam, elas são um primeiro patamar para se conseguir as outras etapas do que eu chamo democratização da educação. Quais são elas? Nós discutimos isso sempre. É a manutenção dessa criança, desse jovem na escola, que a gente chama de permanência, e não basta estar na escola, é importante que ela esteja na escola aprendendo, portanto, com sucesso. Então são três, pelo menos, patamares de entendimento da democratização da educação.

E esquecemos isso, nas nossas discussões, de um quarto patamar. Estou me referindo ao primeiro patamar o acesso, o segundo patamar, a permanência, o terceiro patamar, o sucesso, que só vem com a qualidade da educação. Quer dizer a qualidade garante o sucesso, a falta de qualidade não garante o sucesso, garante a expulsão da criança como já vimos aqui em outras falas e isso não garante sucesso. É a qualidade da educação que garante o sucesso.

Mas esquecemos o quarto patamar que é, para democratizar plenamente a educação básica, nós temos que garantir um espaço para o exercício democrático. Nós não temos que preparar os nossos alunos para a sociedade, a escola é a sociedade. Portanto, ele precisa ter, e nós todos, professores, estudantes, funcionários, pais e comunidade precisamos ter na própria escola, no interior da escola, espaços de gestão democrática, espaços democráticos, onde a gestão surge como um instrumento muito eficiente e muito eficaz para a construção das parcerias, da participação, do comprometimento.

Então, essa primeira parte são os quatro patamares que eu acabei de me referir, o acesso, a permanência, o sucesso que é o reflexo da qualidade, e gostaria de ressaltar, aliás, essa questão, quer dizer, escola de qualidade não é aquela escola que expulsa o aluno, que tem professores que são exigentes, que fazem com que tenhamos um índice de reprovação altíssimo. Não é isso. Também não é escola de qualidade aquela que não se importa com a aprendizagem do aluno, que todos passam independentemente do nível de aprendizagem.

Escola de qualidade, que garante o sucesso, é aquela que se empenha para que todos efetivamente caminhem, e tenham sucesso na aprendizagem.

Quando chego no espaço para o exercício democrático, chego no toque desta mesa, quer dizer, na especificidade dessa mesa, que é a gestão democrática. Todos os segmentos que compõem o processo educativo participam, nesse momento, na definição dos rumos que a escola deve imprimir à educação e da

maneira de implementar essas decisões, em um processo contínuo de avaliação de suas ações. Esse é um movimento de um processo democrático na escola.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos de uma gestão democrática? Estudos têm mostrado (e eu tive um orientando na Universidade de Brasília, orientando de mestrado, Adilson, que fez um belo trabalho de mestrado, tentando identificar na literatura, que foi um dos capítulos da dissertação dele) o que a literatura entende como aspecto constitutivo da gestão. Ele identifica na literatura quatro aspectos que são comuns nas vozes dos reivindicadores, nos movimentos, que são fundamentalmente a participação, a autonomia, a transparência e a pluralidade, ou seja, participação como eixo básico, indispensável para que uma gestão democrática funcione.

O segundo eixo, autonomia (e nós discutimos ontem na nossa oficina a questão da autonomia) é a busca, a construção de uma autonomia na escola. Uma autonomia que tem duas facetas, ela é autonomia institucional e ela é também uma autonomia dos sujeitos sociais que participam desse projeto. Não é apenas a autonomia da escola dentro do sistema, mas uma autonomia desses sujeitos, para que eles se construam autonomamente, de forma emancipada.

A terceira é uma transparência, que é uma condição básica de uma gestão democrática. Como trabalhar em uma escola sem deixar transparecer para a sociedade o que fazemos nela, o que alcançamos, o que não alcançamos. A transparência é fundamental.

E a quarta, a última é a pluralidade. O que vem a ser a pluralidade? É a garantia do espaço da diferença e da diversidade na escola. Mas não como um mero respeito a essas diferenças, no sentido apático de respeito, mas de respeito ativo, de garantia, de construção de espaços para que essas diferenças surjam e, a partir do surgimento das diferenças, a escola pode construir caminhos para que todos se emancipem como cidadãos brasileiros.

A democratização da educação precisa ser entendida como uma postura que, assumida pelos dirigentes educacionais e pelos diversos sujeitos que participam do processo educativo, vem inaugurar o sentido democrático da prática da educação. Eu vejo a importância de uma gestão democrática na construção de uma sociedade efetivamente justa, democrática e tudo mais.

O segundo ponto que eu traria para reflexão (vou passar rapidamente para que a gente chegue ao terceiro) a educação básica no Brasil. Qual o seu retrato? Nós temos um retrato, o IBGE. Vocês sabem que faz o seu CENSO a cada dez anos. O último CENSO que nós temos do IBGE é de 2002, e foi um estudo bastante interessante da questão educacional.

Existem dados de 2004, bastante atualizados, do INEP, com relação a algumas questões que eu coloco. Mas, num panorama amplo, o IBGE nos traz algumas informações. Por exemplo, sobre os analfabetos nesse ano, são 14 milhões e 600. A taxa de analfabetismo na área rural era quase três vezes maior do que na área urbana. Taxa de escolarização de criança de 07 a 14 anos, 97%. Mas restritivo e focalizado. Apenas um terço da população brasileira estuda a essa altura; 36,5% das crianças de 0 a 06 anos freqüentavam creches ou pré-escolas. No Nordeste 72% das crianças de 04 a 06 anos estavam na escola. Sendo que dessas crianças de 04 a 06 anos de idade, 26,8% dos 20% mais pobres estudavam, e 52,4% dos 25% mais ricos. Observem-se diferenças evidentes de classe retratadas na escola. E assim por diante. Eu não gostaria de falar de todos, mas está disponibilizado para quem se interessar.

O que nós vemos com esse dado, e tantos outros que as estatísticas educacionais nos mostram, é que há efetivamente uma reprodução das diferenças sociais na escolarização brasileira. E essa repetição, esse reflexo da exclusão social mais ampla, se reflete na exclusão escolar. Ela é um reflexo evidente nos dados que temos.

Gostaria de chegar, então, no terceiro ponto, que eu acho que é aquele, o vir a ser, o possível, o desejável, quer dizer, esse quadro, um quadro negativo da educação brasileira a par de uma série de ações que evidentemente hoje mesmo o ministro sinalizou. Ações extremamente importantes que o Ministério da Educação hoje em dia anda fazendo, principalmente na costura das políticas educacionais. Perguntamos: por onde a gente começa a mudança desse quadro, da realidade educacional brasileira? E como que a gestão se insere nisso aí? Eu diria que nós precisamos construir uma educação de qualidade, nunca esquecendo que educação de qualidade não é uma concessão do Estado, ela é um direito da cidadania, e sendo direito, nós todos da sociedade precisamos nos mobilizar para garantir esse direito, não só o acesso, mas uma educação de qualidade com gestão democrática.

Quais são as duas principais frentes que eu vejo? Uma, são políticas de financiamento e a segunda, política de gestão democrática. Porque as políticas de financiamento? Porque certamente essas primeiras darão as condições concretas sob as quais se sustentarão as demais políticas. A segunda, que são as políticas de gestão democrática, elas delimitam o caminho pelo qual o processo de democratização da educação poderá ser alcançado.

Com relação às políticas de financiamento, acho que vale a pena a gente lembrar, a primeira é o FUNDEB. Acho que é uma política extremamente positiva para oferecer condições mínimas para que, efetivamente, a educação básica seja entendida como base da educação. Não é uma troca de palavras. Efetivamente, é clarificar que ao chamarem os legisladores, ao chamar a Educação Básica de básica, eles quiseram dizer que para a construção da cidadania brasileira, o básico é o conjunto da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Médio. Isso é o básico, por isso que se chama Educação Básica.

E o FUNDEB, certamente com a ampliação do seu funcionamento, poderá trazer condições mínimas para que a gente alcance essa interlocução e essa relação fundamental.

A equação, nós precisamos conseguir uma equação que seja consequência de um projeto político-pedagógico a ser implementado pela União, Estados, Distrito Federal, municípios e escola. O que estou querendo dizer com isso? Eu estou querendo dizer com isso que o financiamento precisa estar amalgamado, relacionado a essas demandas. Veja o que normalmente costuma acontecer é que a área econômica dos governos estabelece o quanto de educação, o quanto de dinheiro. Claro que nós temos uma verba já estabelecida, de manutenção. Nós temos uma vinculação. Mas é muito mais a área econômica interferindo, do que a área pedagógica dizendo o quanto precisa.

Quer dizer, o financiamento tem que ser consequência da equação. Quanto precisamos para fazer uma educação de qualidade? Uma educação básica ou uma superior e é esse financiamento que precisamos.

O Plano Nacional de Educação já mostrou. Vejo, no governo passado, o Plano Nacional de Educação, não o plano nacional da sociedade civil, mas o plano nacional do Estado, que era do Fernando Henrique Cardoso. Mesmo eles perceberam que 4% do PIB era absolutamente insuficiente. Por isso propuseram, na organização do Plano Nacional de Educação, 7%, que não atinge os 10% que a sociedade brasileira mostra que é o mínimo necessário para concepção de uma educação de qualidade. Mas, nem mesmo os 7% nós conseguimos alcançar. Porque houve o veto presidencial do Fernando Henrique Cardoso, e nós nem mesmo 7% conseguimos.

Os movimentos sociais mostram, desejam e demonstram que 10% é razoável para que se consiga educação de qualidade.

Nós não temos hoje a opção de querermos e não querermos gestão democrática. Nós estamos caminhando, procurando rumos para fazer essa gestão democrática o melhor possível, e o mais

democrática possível. Por quê? Porque a própria Constituição estabelece que a gestão nas escolas públicas é uma gestão democrática.

E nós precisamos garantir esses espaços de participação. Entre esses espaços de participação eu gosto sempre de trazer à baila, a idéia do Fórum Nacional de Educação, que foi abortada na nossa LDB, quando chegou ao Senado. O Fórum Nacional de Educação é efetivamente uma bandeira que ainda deve continuar nas nossas lutas, que é a possibilidade de a sociedade brasileira interferir nas políticas públicas de educação.

A revisão na composição e atribuições do Conselho Nacional de Educação é também e ainda continua uma meta, para que ele seja efetivamente um órgão de Estado, não um órgão de governo apenas.

O fortalecimento dos conselhos estaduais, conselhos municipais de educação, bem como os conselhos escolares - Esses são espaços que nós temos que conquistar como espaços de decisão, de deliberação coletiva. Não apenas como espaços consultivos, mas como espaços deliberativos das políticas públicas educacionais.

A escolha democrática de dirigentes - A gente está cansado de saber que só conselho não funciona. Só eleição de dirigentes não funciona, mas elas certamente são instrumentos importantes para isso.

E a consolidação da autonomia das escolas é uma possibilidade importante para que efetivamente a gente consiga a educação que queremos. Sabemos que sozinha, ela não resolverá os problemas estruturais do Brasil. Mas sabemos também que sem ela esses problemas estruturais não serão resolvidos. Precisamos, nesse sentido, construir uma sociedade mais justa através desse projeto educacional, em que a educação passe a ser um dos alicerces da cidadania. Ela precisa ser necessariamente democrática e de qualidade para todos. Muito obrigada.

Professora Justina Iva: Queremos agradecer à professora Regina pela belíssima contribuição, e fazer um combinado com vocês. Evitar aquele comentário após a fala, para ganharmos tempo. No final faz-se uma síntese.

A próxima intervenção é do professor Lauro Wittmam, professor da FURB, de Santa Catarina.

Lauro Wittmam: Prezadas colegas, parceiras e companheiras e prezados colegas, parceiros e companheiros, no desejo, no compromisso e na luta histórica da construção da gestão democrática nas escolas.

Em março de 1954, no milênio passado, um jovem universitário entrava na sala de aula para a sua primeira mediação pedagógica, cheio de insegurança, mas carregado de esperança e de aposta no futuro.

Hoje, jovem há muito mais tempo do que naquela época, esse hoje já não tão jovem universitário tem a alegria e a responsabilidade de participar deste Seminário Internacional, como expressão e impulso da construção histórica da gestão democrática que é a gestão naquele espaço social que é o mais decisivo para a construção do futuro justo e humanitário, que é onde se forjam as pessoas. Onde se formam as pessoas oferecendo condições efetivas para a Educação Básica.

Portanto, gestão democrática nas escolas é apenas uma mediação para que aconteça o substantivo da gestão, da democratização da educação, o substantivo da democratização da educação não é a gestão democrática. É a garantia do respeito e da realização do direito subjetivo de cada cidadão ao bem público da educação. Portanto, a universalização de uma educação de qualidade é o substantivo da democratização da educação e a gestão democrática é uma mediação para que se construa isso.

E a democratização da educação no sentido de educação de qualidade social, só é possível, vinculada ao processo amplo de democratização da sociedade e de construção da emancipação humana.

Por isso, como cada um fala do seu mirante, eu vou tentar explicitar os fundantes e perspectivas da gestão democrática nas escolas. Fundantes e perspectivas só fazem sentido dentro do contexto e construção da emancipação humana. Portanto, vamos pensar gestão democrática a partir do interior do contexto socio-econômico político-ideológico-cultural, no qual nós estamos vivendo e pensando o que é gente que se forma.

O conceito e o sujeito são a primeira parte do trabalho que eu vou apresentar, onde eu vou trabalhar o desafio radical do contexto e o desvio amplo social. E a segunda parte revisitando a partir daí a função inicial da escola.

Estamos vivendo em tempos de rupturas, em estado de mudança. O futuro já chegou, o novo já está posto, e chega de massagear defunto. É preciso acompanhar o parto do novo. Eu sei que muitos pensam que o pessimista é um otimista bem informado, mas eu sou um otimista inveterado, e acho que não pode ser educador quem não é otimista, porque a educação é uma prática na fronteira do amanhã. E não podemos ser meros carregadores do passado ou engordadores do presente. A função da educação é participar da construção do futuro que já chegou, e por isso vamos pensar um pouco na gestão da escola no contexto.

Vejam a mudança do trabalho, a progressiva implosão do mercado de trabalho, e a construção de um mundo do trabalho diferente. Sob a lógica do capital é precarização, é processo de exclusão, de marginalização, mas sob a lógica do futuro, a construção do tempo livre, a construção da condição humana em outro patamar.

E o conhecimento que nós temos hoje, com condições espetaculares e exponenciais e melhoria de qualidade de vida que acaba sendo, na lógica do capital, um torniquete esmagador da condição humana. Neste contexto nós estamos radicalmente desafiados porque faz parte deste contexto a educação. A educação é o processo histórico de formação, de construção da existência humana.

Cada um de nós é o resultado de todas as relações das quais participou, estabeleceu. Cada um de nós foi produzido historicamente. É o artefato humano. Nós não nascemos gente, nós nos produzimos historicamente como gente. Vejam: ninguém sabe como vai falar, como vai sorrir, em que vai acreditar, como vai amar, como vai comer uma criança que nasce hoje, a não ser se nós soubermos onde ela está se produzindo como gente.

Pensem só quantas macaquices a gente faz, quantos carinhos para que a criança aprenda a sorrir, a se alegrar. Ela não nasce preparada para isso, determinada para isso, como um gato nasce para miar, ou um cachorro para latir. Se ela não tiver o contexto social e as relações, ela não aprende a falar, não aprende nem a se alegrar. Portanto, gente é artefato, é produto histórico, e a educação é esse processo de produção das pessoas.

Como houve uma complexificação progressiva da cultura, como houve uma complexificação da existência material humana, objetiva, foi preciso construir, criar uma intervenção educativa, uma instituição social para garantir a educação básica. Isso é que é a escola. Só que esta instituição e essa produção nossa, dentro brejo, está suja. Por mais que você tome banho, se escove com escovão de aço, no brejo tudo é sujo. Portanto, como o nosso contexto é um contexto injusto, desigual, desumano, e sob a lógica devastadora do capital, profundamente acima da existência humana, nós vivemos em um mundo de contradição e ambigüidade.

A contradição e ambigüidade, de um lado nos leva à lógica do capital. Mas não é única. O próprio capital, na sua evolução, está dando, como nós vimos o professor Emir Sader falar, mostrando sintomas de esgotamento, dadas as crises que está produzindo. Ninguém me convence que os oceanos crescentes de marginalidade, de miséria, não vão engolir as poucas ilhas minguantes da fantasia, se nós não partirmos

para uma nova organização social, e para isso é que a educação tem um papel indispensável e insubstituível nas nossas escolas. Embora evidente, como Regina já apontou, não é a educação que vai fazer a mudança, mas sem ela nenhuma mudança é possível. Portanto, nesse momento histórico de contradições nós temos perspectiva social e antropológica contraditória. Veja, a dominante é a do mercado, a lógica é a do mercado, a escola tem que celebrar festa para formar mercadorias para serem compradas e vendidas no mercado de trabalho. E isso é a lógica do mercado. Não formar gente, formar recursos para o senhor nosso deus, capital. Recurso é uma vassoura que se usa para varrer a casa, é um carro que se usa para andar mais depressa, é um telefone que se usa para se comunicar à distância, é um computador. Isso é que é recurso; gente não é recurso.

Quando você tem essa perspectiva no mercado você tem Ministérios de Educação, secretarias de escolas preocupadas com reforma, porque a coisa está feita, então é preciso “despiorar” um pouco. Despiorar quer dizer reformar, e o que quer dizer reformar? Por uma mesma forma de um jeito menos estúpido, mas não muda a fórmula, fica a mesma fórmula. Agora, nós educadores, estamos em uma luta que tem que deixar de ser ingênua, tem que ser objetiva e enraizada nesse concreto doido que nós estamos vivendo. E a nossa perspectiva não é a do mercado. Educador que merece o salário que come, pensa na perspectiva da emancipação única, pensa na perspectiva do forjamento de gente, de construção de autonomia, de liberdade.

Quem pensa em autonomia e liberdade não pode pensar em reforma, tem que pensar em transforma, transforma, muda a forma, a forma do capital, a forma de uma estrutura assentada às regras da exploração, dominação e opressão. Exploração econômica para a acumulação do senhor nosso deus, capital. Dominação política para garantir a exploração econômica, e opressão ideológica para que todo mundo ache que tem que ser assim, que Deus quer, assim seja.

E a outra visão, que é oposta a essa, visa à transformação. Transformação quer dizer mudança de estrutura, mudança de regras, de relações na sociedade. As regras de exploração devem ser substituídas pela regra da colaboração econômica. As regras de dominação política pela co-responsabilidade política, e as regras de opressão ideológica, pela regra de solidariedade de ideologia.

Claro que na visão do mercado a gestão da escola pode ser gerencial, porque eu tenho que domesticar o bichinho, eu tenho que integrá-lo, adaptá-lo à sociedade, então eu é que sei, eu que desmonto o cara para ser aquilo que o capital quer. Agora, se for na perspectiva da transformação, o estudante é sujeito e autor da sua história, e eu sou o mediador desse processo histórico de sua construção, e isso só pode acontecer com gestão democrática, isto é, com compartilhamento, com processo autogestionário de coordenação do processo.

Portanto, nós temos concepções antagônicas e opostas. Tem gente que pensa que conhecimento é saber historicamente acumulado pela humanidade, que tem que ser passado para as crianças. Transmissão de conhecimento é uma estupidez ao cubo. Não acontece isso, não existe transmissão de conhecimento. A desgraça da educação é que nós, por mais que arroteamos outra coisa, comemos a mesma farofa. A gente diz que faz mediação, mas tem uma prática de transmissão. Aí as crianças não aprendem. E o que acontece, como um menino me disse há poucos dias: professor Lauro, quando eu faço prova eu respondo ligeiro, eu chuto, porque se eu penso, eu erro.

Vejam, tem jeito de entender conhecimento oposto, contraditório, como tem jeito conseqüentemente de pensar a educação de contraditória. Então, não tem jeito de pensar diferente a sociedade, como tem jeito de pensar a própria pessoa humana. Vejam, há concepções antagônicas, e a concepção do mercado se opõe à concepção de emancipação. Por exemplo, quem pensa como o mercado, pensa o conhecimento

como informação, como produto. Aquele monte de tralha que está no livro didático que tem que ser passado.

Quem pensa conhecimento como processo, como construção, pensa na ampliação do conhecimento da criança, na interlocução do conhecimento, e a educação da informação é domesticadora, adaptadora, enquanto que do processo é emancipadora. A sociedade é de exclusão e marginalidade enquanto que na emancipadora é de inclusão universal, e de convivência, e a pessoa na visão do mercado é recurso e na visão da construção é sujeito. Portanto, nós temos concepções diferentes.

As pessoas são presenças ausentes no mundo, nós estamos no mundo, mas podemos nos distanciar dele e transformá-lo. Portanto, nós não somos adaptados socialmente, nós nos inscrevemos socialmente. Para tanto, é preciso desenvolver duas coisas fundamentais. Primeiro, a inscrição crítica na cultura, nos apropriando da herança cultural, porque é evidente que você reinventa a roda toda vez. E, segundo, é preciso construir as condições subjetivas para intervir originalmente, para ser sujeito autor, senhor, protagonista da construção da história e do futuro.

Cada um de nós tem isso. Isso é um processo antropológico, cada um de nós se inscreve criticamente na sociedade, se apropriando da herança cultural, e cada um de nós vai desenvolvendo essas aptidões. Esse processo que é antropológico e individual é social também.

Fernando Rodal, Confederação dos Educadores Americanos: Antes de tudo manifesto a grande alegria que tenho de participar desta mesa e agradecer o convite que foi feito à Confederação de Educadores Americanos para participar deste evento. Lembro do que nós chamamos os últimos vinte anos de ofensa neoliberal da educação. Eles se caracterizaram basicamente, na década de oitenta, pelo que nós chamamos um grande esforço pela inclusão. Tudo começou com aquela idéia de que havia muitas crianças fora da escola, muito fracasso escolar. Isso já não seria sustentável ao longo do tempo nem mesmo em uma economia capitalista.

Chegamos então à década de noventa e surge, com muita clareza, o outro conceito, o conceito de qualidade como aqui foi colocado, associado não somente à qualidade social, mas também a uma qualidade de mercado onde nós nos encontramos e é bom lembrar isso. Onde tínhamos absurdos como, por exemplo, a medida da quantidade de metros quadrados, pela necessidade de alunos sem, por exemplo, considerar nem mesmo um conceito, o contexto, nem mesmo o lugar, a comunidade na qual estava sendo desenvolvida a tarefa escolar e, como exemplo dessas grandes barbaridades, nós vimos desaparecerem escolas rurais. Porque é muito mais interessante e econômico transferir todos os alunos para uma escola, para um centro urbano. Neste caso prometiam, é claro, transporte econômico, que nunca foi cumprido, nunca foi feito e que definitivamente acabaram fragmentando ainda mais e impedindo que a escola, como motor de desenvolvimento social, pudesse no próprio local, e aqui também no campo, desenvolver uma atividade central e fundamental. Temos que reconhecer que nessas duas décadas, anos oitenta e anos noventa, tivemos alguns avanços, é claro. Nem tudo foi composto de sombras, tivemos avanços e, dentro desses avanços, nós podemos reconhecer um grande esforço, não suficiente mas importante, na área da alfabetização. Na América Latina, nessas duas décadas, a taxa diminuiu quase nove pontos, o que não quer dizer um incremento tão grande, porque o que acontece de analfabetismo funcional, que ultrapassa cem milhões de pessoas na América Latina, não seja, junto com os ainda quarenta milhões de analfabetos totais, dados mais ou menos aproximados, uma grande ferida aberta na América Latina. Outro esforço que a reforma desses últimos vinte anos fez foi dar destaque à educação pré-escolar. Esse também é um elemento positivo mas, que não teve menos problemas. Por exemplo, nós detectamos na América Latina uma grande colocação da questão pré-escolar mas, ao mesmo tempo, dificuldades na formação para os respectivos docentes. Percebemos também uma grave

dificuldade na educação para adultos. Lembrem-se que, em alguns Países, não foram criadas novas vagas para professores nas escolas. O que foi feito foi transferir, para a educação pré-escolar, aqueles professores que cumpriam, em alguns casos, a função de educação para adultos. Como já dizia um ex-diretor da educação no meu País, de forma muito brutal, entre educar um velho que vai morrer e um jovem que está nascendo, eu prefiro educar um jovem. Obviamente, isso é de uma crueldade, brutalidade, mas ele falava desse jeito e dessa forma, era feito o gerenciamento neoliberal desses últimos vinte anos. Nesta dinâmica também é gerado o fenômeno forte onde a competência individual dos trabalhadores se torna o elemento central desses últimos vinte anos, no sistema educacional da América Latina. A busca por certificados, a busca por pequenas qualificações para uma melhoria de salário. A discussão muito intensa que existiu em toda América Latina, sobre como ensinar, principalmente na educação secundária ou educação média, por meio de áreas e por meio de matérias, e eu posso falar isso com propriedade. Chegamos a fragmentar o tecido docente a tal ponto que a comunidade escolar, principalmente no ensino médio, sofreu uma grande crise e diríamos que a partir dos anos noventa até o ano 2000 nós tivemos cinco anos de grande crise e de um enorme debate que ainda não foi solucionado. Como devemos e como vamos educar? Por que estamos mostrando todo esse panorama? A partir do ano 2000 em diante, na América Latina, alguns movimentos sociais através do que poderíamos chamar de ascensão ao governo de setores populares, temos hoje um grande desafio, de como fazer para que um docente, para que um aluno ou um professor, que foi educado em uma lógica de competência, de individualidade, assuma uma gestão democrática que necessariamente deve ser coletiva, como colocava o Emir Sader. Eu aceito algum tipo de “ranking” que possa existir porque é uma forma de ordenação, o que foi colocado também pelo professor. Mas essa não é a essência e muito menos o motor para solucionar a qualidade social da educação. Precisamos recuperar o espírito de que a educação, subjetivamente, internamente, é um elemento de premiação pela capacidade transformadora, e não somente pelo fato de ir adquirindo, no “ranking”, um maior número de pontos ou de qualificações. Temos que recuperar a mística de voltar a educar, temos que recuperar os elementos subjetivos de transformação para que haja o que chamamos de emoção, para poder sentir, já não de forma ingênua, mas sim sentir que nós podemos construir uma gestão mais democrática.

E este não é um problema de menor importância. Aquele que se acostuma a estar permanentemente em duas lógicas que são muito claras, ou seja, individualismo e não tendo responsabilidade, ou seja, falando claramente, falar que sempre podemos ser oposição a tudo sem assumir a co-responsabilidade da proposta, e aqui há uma questão que é central também para o movimento social. Fazer propostas não significa aderir ao governo ou ao partido vigente, mas sim significa ser co-responsável pelo ato educativo, porque não é nada transformador, simplesmente ter uma atitude de oposição permanente sem assumir a responsabilidade que implica o ato educacional. Aqui existe uma necessidade de busca de equilíbrio, e eu acredito que hoje, na América Latina, os movimentos sociais estão passando por essa etapa, como eu. Educado em uma lógica neoliberal, individual, antioletiva, como eu, educado para ser oposição a essa lógica, que é a outra vertente hoje, eu não devo deixar de ser crítico, eu não devo deixar de ser opositor, quando eu vejo que alguma coisa não está funcionando bem. Mas, ao mesmo tempo, eu devo ser responsável pelo ato educacional, porque existe um limite muito tênue entre a responsabilidade é minha ou é do outro, entre o professor que não trabalha bem, entre a escola que não funciona, entre o diretor que não trabalha direito, e a escola que não funciona direito. É o governo que não tem bons planos de educação, ou é a escola que não funciona direito e tudo isso pode ser correto, pode ser verdade, mas não é a única verdade. Cada um tem uma parcela de responsabilidade, no âmbito coletivo, enorme, e às vezes em um discurso aparentemente justificador de questões que têm que ser resolvidas. Uma gestão democrática tem como eixo central o comprometimento, o participar na transformação, ou de ser ator direto daquilo que está acontecendo na escola, na comunidade, no bairro, na sociedade e no País inteiro. Porque uma

gestão democrática de uma escola não pode ser entendida se não tem um olhar para a sociedade. Se essa gestão democrática não é somente participativa, mas, como falávamos hoje, comprometida. Eu posso participar em muitas instâncias (e estamos cheios de exemplos de participação que eu chamo, com muito respeito, de participação simulada). Quando a participação não tem o comprometimento é uma simulação, seja por parte do governo, seja por parte de cada ator individual ou coletivo. Portanto, e para fechar a minha idéia, nós precisamos construir elementos de transformação mas que tenham características de permanência, que é outro elemento essencial no momento de produzir mudanças, que sejam realmente mudanças profundas. Eu, nesses vinte e cinco anos, vi uma quantidade imensa de modas diferentes no sistema educacional. A única que continua e a única que é mantida, e eu posso garantir com total propriedade no sentido de demonstrá-lo, é a capacidade crítica de análise comprometida que fazemos sobre todas essas questões que são propostas como novidades, reformas etc. Ou seja, acho que chegou o momento, como foi falado ontem na Comissão. A escola pública da América Latina conseguiu avanços extraordinários, mais em alguns Países do que em outros. Por exemplo, entendeu-se com caráter de permanência que o Estado deve garantir a gratuidade, ainda que, em alguns casos, isso seja questionável. Que deve garantir o caráter laico. Essas questões quando têm um caráter prolongado ao longo do tempo têm um fruto que é também permanente, não somente no sistema educacional. Portanto, nós temos que buscar mecanismos que sejam cotidianos, sustentáveis e que permitam no âmbito legal e institucional e também no âmbito da subjetividade, que é um âmbito fundamental para a transformação, não único, claro. Desse equilíbrio dos elementos subjetivos de transformação e os elementos objetivos constitucionais, nós temos que encontrar este equilíbrio para conseguir fazer com que estes elementos de permanência, não de grandes resultados, mas de resultados permanentes vão permitir, digamos, depois de uma década, duas décadas, que o sistema educacional consiga eliminar o analfabetismo do sistema. Garantir o acesso, mas também a permanência no sistema educativo, não tem uma visão corporativa. Pertence e faz parte da sociedade e da comunidade e dessa forma nós vamos poder então afirmar que esses elementos de permanência nos permitem ser transformadores da sociedade e do lugar, da comunidade em que vivemos. Por isso a reflexão é esta. Acabo de terminar os meus vinte minutos e, como eu sou disciplinado, porque o meu tempo vale como o de todo mundo, eu gostaria de agradecer a atenção. Espero que possamos nos reencontrar e que possamos dizer que encontramos novos elementos de permanência, mas não da permanência antiga, mas da nova permanência. É este futuro que nós sonhamos, com realidade mas também com um pouco de sonho, para poder caminhar. Obrigado.

Ana Vitar, OEI da Argentina: Bom dia. Em nome da Organização dos Estados Ibero-americanos e em meu nome próprio, quero agradecer aos colegas, da SEB, do Ministério da Educação, pelo convite para compartilhar com vocês algumas das nossas preocupações ao redor da questão da democratização da gestão escolar. É um objetivo que todos nós compartilhamos, mas que todos nós consideramos que tem uma problemática. Gostaria de escutar a professora Márcia quando fez um chamado. Abandonar a idéia mágica da gestão escolar. Diz que não é um ato de vontade individual. Gostei muito de ouvir isso porque os argentinos normalmente colocam os problemas, tensões, complexidades. Eu disse que ia aproveitar, aqui, a fala de uma companheira e irmã brasileira, de abandonar as idéias mágicas para dizer o mesmo que o professor Lauro.

Eu também sou otimista com a possibilidade de democratizar os sistemas educacionais e as escolas. Creio também que o contexto brasileiro tem muito para ensinar, com respeito aos movimentos sociais e aos processos de democratização, mas creio também que sou uma otimista que gosta de observar os problemas. Porque observar os problemas é olhar para onde estão os limites, as fronteiras e qual é o caminho para chegar a ultrapassá-las. Tendo dito isso e pensando que existe pelo menos três questões que definem a gestão escolar democrática, as quais foram faladas no início, hoje pela manhã, pela professora

Regina. A gestão democrática implica numa questão de participação, de deliberação, de tomada de decisões ampliadas, mas também a gestão democrática implica numa questão de igualdade e a gestão democrática implica também numa questão de pluralidade de atendimento e valorização da diversidade, da diferença, já que a igualdade não implica homogeneidade ou universalismo, que nega o aspecto plural. Mas eu também acho que vou tomar essa discussão que foi citada ontem na oficina sobre gestão escolar democrática. Creio que haveria que pensar que todos estes princípios vão concretizar-se, vão permitir avançar para uma maior democratização, na medida em que possamos articular ou contribuir para a articulação de processos, lógicas, decisões, práticas, discursos, que às vezes são muito diferentes e que estão circulando na vida da escola. Levando em consideração esses princípios, este chamado da Márcia, de não pensar na gestão como uma idéia mágica.

Eu vou colocar um conjunto de questões que creio que são, em alguns casos, tensões, em outros lugares constatações empíricas, que podem nos ajudar a formular, continuar repensando sobre a questão da escola democrática. Uma primeira questão que eu chamaria da ambigüidade da política, já que quando falamos de gestão democrática, estamos pensando sempre, apesar de que podemos fazer alusões a questões econômicas sociais ou culturais. Vou fazer referências a aspectos políticos da gestão democrática. A gestão democrática não passa só pelo conselho de escola, não é só no conselho de escola que se faz política, há política também nos pátios das escolas, no recreio dos alunos, mas nem tudo que circula fora do conselho escolar, ou dentro do conselho escolar, é político e contribui para a democracia. Vamos pensar que o que vai contribuir para a democracia é a possibilidade de um processo coletivo, sobretudo um processo que tente atualizar uma massa igualitária, ou seja, tente avançar para uma maior igualdade. Creio que isto é fundamental nas escolas. Uma constatação empírica é que há escolas que não têm conselhos escolares, que são de pessoal único, que pratica um processo democrático. Conheci uma professora do sertão da Bahia, que se chama Ninfa Freire. É uma pessoa que se dedicava a atividades comerciais e vivia em uma fazenda no sertão da Bahia e abandonou sua loja, o seu comércio e criou uma escola na fazenda. Uma escola, primeiro na sala da própria casa, depois ela lutou contra as autoridades municipais, as organizações sociais e criou uma escola. E esta é uma gestão escolar democrática, é um progresso com relação ao aspecto democrático mas também há outros processos de politização na escola que não passam pelo conselho escolar. Há uma rede de capacitação que envolve as ONGs, as universidades de que ainda a escola participa. Muitos desses processos são processos que contribuem para a democracia porque se trabalha com conteúdos democráticos e porque há formatos e formas de participação que são democráticas. Mas há muito desses processos que não permitem contribuir para uma maior democratização.

Mesmo com relação à responsabilidade social das empresas, por exemplo, é um outro processo de construção da escola. Há projetos que são levados a partir dessa lógica e nem sempre contribuem para uma maior democratização. Às vezes há um sentido da filantropia. Mas as escolas também participam nesses circuitos supranacionais do conselho da escola - as redes de escola do Mercosul, as redes virtuais da internet. Creio que todas essas migrações dos processos políticos das escolas têm que ser articuladas a vários circuitos nesse arquipélago. Circuito dos conselhos de escola, circuito do grupo de professores, rede de escolas que atravessam o estado e Países. Creio que todas essas lógicas, que são diferentes, devem ser articuladas. Na oficina de ontem, insistimos muito nessa necessidade de articulação. Outra questão que apareceu ontem, surgiu na oficina, está relacionada à própria construção do sentido de gestão escolar. Se nós aceitamos que o conceito de gestão escolar é uma noção estrelar, uma palavra emblema, símbolo que convoca para um futuro comprometedor de maior justiça, maior democracia etc.

O que nós temos que pensar é que como noção, como palavra, como significante social, não é uma noção surgida do nada. Não há o momento zero da questão da gestão escolar. No Brasil a idéia da autonomia e da

participação escolar tem já uma data muito antiga. Mas é certo que a idéia de autonomia e participação nas escolas tem, como aderente, grupos que ideologicamente não pensam da mesma maneira. Pode-se pensar que autonomia escolar implique em um processo de reabsorção do Estado dentro da própria sociedade, mas a partir de um projeto conservador. Mas a autonomia escolar implica numa maior democratização, no sentido da criação da participação social nos assuntos da escola. Nossa luta é uma luta de estabelecer, de dar sentido às palavras, como dizia mestre Bourdieu. Estamos numa guerra de trincheiras, ou seja, a luta pelo significado da noção de gestão escolar é uma luta que deve envolver a todos e da qual nós temos que participar ativamente, para que a noção se fixe e se articule com um sentido democrático. Eu creio que isto implique em outros processos de articulação sobre os quais devemos participar, já que não há uma única forma para fixar o sentido de gestão escolar democrática.

Creio que outra questão importante está relacionada com o que poderemos chamar de as distintas formas da gestão escolar democrática ou as distintas formas da política democrática, porque a palavra política tem duas raízes. Um lado polis, que implica em criar uma escola democrática, uma escola de iguais e também implica nessa construção, como destacaram muitos colegas que falaram antes de mim. É uma construção coletiva e conflitiva, porque não há uma forma única de aplicação dos princípios gerais. Nós participamos acompanhando e assessorando alguns municípios, na implementação de políticas educacionais inclusivas, mas junto com a escola estava o imaginário da inclusão dos alunos com deficiência na escola regular. Mas, no momento de designar uma sala, a escola, e distribuir as matrículas na rede municipal, os critérios eram absolutamente díspares. Então, não só temos que construir o acordo dos princípios gerais, mas também uma gestão democrática implica em um problema prático de definição de critérios que estão relacionados com a vida cotidiana dos alunos e dos professores. Para chegar à conclusão, eu creio que outra questão importante a destacar, com respeito à questão democrática, é retomar a velha discussão sobre se a democracia é um assunto de procedimentos ou um tema de substância.

Eu creio que aqui é importante destacar que a distinção está muito clara. Nem sempre as decisões que a maioria toma são as decisões mais razoáveis, mas também podemos objetar que as decisões de um conselho escolar, da maioria, e é ampla a participação, podem também ser tomadas decisões que não tenham democracia. Continuando com o exemplo da educação inclusiva, no qual se adota uma decisão baseada em um paradigma de biólogo, que atribui à anatomia de um determinado sujeito, o destino da sua trajetória escolar. Por mais que a decisão esteja avaliada por todo o conselho escolar, nós não podemos dizer que é uma decisão altamente democrática, ou seja, que isto implica em voltar a articular essas duas tensões. E, finalmente, o eixo da unidade da diversidade nos coloca outro conjunto de tensões que eu creio que é necessário voltar a colocar e articular.

Nós dizíamos, no início, que a pluralidade é uma das características da gestão democrática e creio que a reivindicação quanto à diferença de diversidades culturais, étnicas, de gênero, de sujeitos portadores de deficiências, que foram tradicionalmente excluídos do sistema educacional, é uma questão que a gestão democrática não somente deve acolher como também valorizar.

A tensão da diversidade cultural, uma infinidade de tensões, eu convido vocês a levarem em consideração. Se me permitem tomar como exemplo uma escola indígena de Santa Catarina, uma experiência que eu conheci por meio de um projeto que nós tínhamos, uma experiência muito interessante porque não somente oferece a oportunidade de chegar a educação básica para um grupo de alunos de procedência indígena, mas que também a própria modalidade arquitetônica da escola respeita as pautas culturais da comunidade ou dos grupos originais radicados nessa região e com currículo intercultural, educação de plurilínguas, plurilingüística etc. Eu quero ler o testemunho de um aluno indígena dessa escola. Diz: nosso pai não queria mandar-nos à escola, porque dizia que nos transformaríamos em brancos, falaríamos

somente portugueses. Hoje nossa escola é uma escola de indígenas. Pergunto: trata-se de educação intercultural ou de simples relativismo? Eu creio que a superação do universalismo homogeneizante que nega e soterra a diversidade cultural é uma coisa contra a qual temos que lutar. Vou usar uma frase de um paraguaio que vive atualmente no México que diz: “cuidado com o reverso da mudança, porque pode nos levar a um apartheid de sinal progressista”, de caráter progressista. Se a interculturalidade é um dever, podemos prescindir de certos marcos de universalidade? Como podemos fazer para combinar igualdade com diversidade? Sem que uma aniquile a outra. Porque o culturalismo, o localismo ao extremo, não vai levar a um modelo de sistema educacional e a uma escola que singularize e falem de aspectos que a singularizem em detrimento dos aspectos e características que possam igualar com o conjunto de escolas de um Estado, um País, uma região, que nós estamos tentando construir que é a região da América do Sul.

Eu creio que voltar a articular uma unidade que seja complexa, que valorize, acolha a diversidade, mas que não esqueça que todos somos iguais e que o público, o dever da escola pública, é ajudar-nos a igualar e a nos sentir iguais. Todos, apesar das diferenças e, juntos, valorizando as diferenças que nos separam. Mas o público consiste naquilo que é comum. Construir uma escola de iguais, construir uma escola democrática que implica não somente em valorizar as diferenças, mas valorizar aquilo que nos une, e aquilo que possamos ter construído em comum.

Eu quero tomar as palavras que ontem, na oficina, foram pronunciadas por uma colega de uma escola no Maranhão. Ela disse com clareza: você não vai implementar a gestão democrática escolar, você vai construir a gestão democrática escolar. Eu creio que o ministro Haddad, hoje pela manhã, disse a mesma coisa: a gestão democrática é a construção de demos. A monarquia deixou de ser monarquia, passou a ser república quando os conjuntos dos povos lutaram. Creio que, nesse sentido, nós temos que continuar lutando, porque a gestão escolar democrática é uma luta coletiva que jamais vai cessar. Muito obrigada!

Mestre de Cerimônias: Obrigado a Ana Vittar. Gente, há uma orientação de que nós acolhamos três perguntas apenas de todos vocês. Porque há o desejo de encerrar os trabalhos, de fato, até o meio dia. O que parece que já está comprometido e há ainda um intervalo para o café e após termos a apresentação dos relatórios. Então antes do café três pessoas farão as indagações e são elas a Maria Luiza, secretária de Recife, o Almir e o João.

João: Eu acho esse momento essencial. Todo mundo, logicamente, tem suas perguntas. Acho que o evento fica prejudicado, mas tudo bem. Eu gostaria de levantar uma questão que acho fundamental. São duas frentes na conquista de uma educação de qualidade. A política de financiamento e a política de gestão democrática, todas elas fundamentais. Outra questão colocada, pelo ministro, é que o problema é de natureza social e que deve partir da sociedade. Quero destacar um ponto que é o compromisso daqueles que fazem a educação e aí eu trago essa questão porque muitas vezes o sindicato faz um discurso de direitos e esquece de fazer um discurso de deveres.

Pensar em uma escola democrática é pensar no compromisso dos seus atores. Possivelmente os professores e, logicamente, os diretores. A gente percebe que muitos professores simplesmente faltam. Como se vai construir uma escola democrática se o cara não vai dar aula e depois o cara que não foi dar aula dá um jeitinho brasileiro e esse jeito é um jeito político. Sabemos que esse jeito funciona e que funciona muito bem. Será que não está na hora de a gente pensar em trazer o ponto para os profissionais na entrada da escola.

Almir: Bom dia. Sou o professor Almir, município de Indaial, em Santa Catarina, membro da executiva nacional da UNDIME. Primeiramente, parabenizar a mesa. Acho que o Seminário teve momentos altos e baixos na discussão. Mas não poderia encerrar de forma melhor, nessa mesa de debate e aí,

particularmente, a começar pela coordenação da mesa, nossa querida Justina que é secretária de Natal. Quero parabenizar também o MEC pelo encontro de ontem. Tivemos a possibilidade de participar de um debate sobre alfabetização e me surpreendeu a participação do ministro que participou do início ao fim no debate e em momentos até brincávamos lá no debate, que ele está se alfabetizando em alfabetizar, tanto que ele questionava, perguntava, o interesse dele de saber e isso demonstra uma evolução bastante grande.

Hoje aqui, nesta mesa, uma mesa que me trouxe algumas indagações e algumas preocupações. Particularmente a fala do professor Lauro, não por ser baírrista. Tocaram-me algumas questões que o professor argumenta. Olho para a nossa realidade, do estado de Santa Catarina, e vejo que muitas ações estão sendo feitas e outras desfeitas. Penso com relação ao debate sobre a eleição de diretores, que é um debate velho. Um debate, porém, que tem que estar iniciando a cada momento, porque ele não é bem visto em muitas situações e tem municípios que, inclusive, estão abolindo o processo de eleição de diretores, o que me preocupa. Municípios nossos, catarinenses, que têm uma tradição de pioneiros na eleição de diretores e hoje estão falando em abolir o processo de eleição, o que me deixa bastante preocupado. Da mesma forma com relação aos conselhos municipais de educação (e aqui tem um time bastante grande) e me preocupa também porque muitos municípios, estou fazendo um papel que posso até ser ovacionado, pois estou dirigente municipal da educação e estou fazendo uma certa denúncia, porque nós temos muitos municípios, particularmente de Santa Catarina, onde se o secretário ou secretária não é o próprio presidente do conselho, é alguém indicado ou alguém da própria secretaria, o que me causa estranheza. Mas, isso se dá muitas vezes por falta de entendimento das pessoas que fazem a lei, do Legislativo. Essa semana vivemos momentos muito interessantes, inclusive o de não poder estar inserido na Casa que dizem que é do povo. Tentaram impedir nossa entrada no Senado, no Congresso e isso é muito interessante, interessante até para vermos e fazermos uma avaliação de toda essa situação. Muitas vezes o processo eleitoral do Conselho Municipal da Educação e da escolha do presidente não acontece por falta de entendimento do Legislativo. Particularmente no município de Indaial nós fizemos o processo eleitoral do Conselho Municipal e do presidente por uma vontade exclusiva do Executivo, porque o Legislativo não aprovou a lei que fazia a escolha dos conselheiros de forma eleitoral e democrática. Por vontade legislativa continuava sendo indicações. Ainda falta aqui a questão da formação dos profissionais. Muitas vezes, essas discussões caem por terra quando vemos o verdadeiro mercantilismo do ensino superior. Vendas de diplomas. Não vou fazer uma crítica ao ensino a distância porque tem muitos cursos a distância que são de melhor qualidade do que o presencial. Mas está se expandindo de forma alarmante. Aqui, puxo a orelha do Ministério da Educação que muitas vezes aprova sem conhecer de fato o que acontece. Temos verdadeiras fábricas de diplomas. Tivemos um caso de inscrição de um professor que fez um curso de licenciatura em matemática em um ano e achei muito estranho. Liguei para a instituição. Por uma questão de ética não vou citar qual. Mas é uma instituição considerada no Brasil. É um absurdo. Gostaria que fizessem alguns comentários a respeito disso, principalmente dessa questão da deformação do profissional da educação, com essa venda de diplomas. Muito obrigado e desculpas por eu me exceder.

Malu: Eu quis e fui muito motivada a me inscrever, pois acho que esta mesa de hoje está de parabéns pelo que ela trouxe de ânimo e de energia. Foi um encerramento muito bom. A fala do ministro me emocionou muito porque todos nós que participamos nesses últimos trinta anos na luta pela educação pública gratuita, de qualidade, nós sabemos que tudo aquilo que ele falou foi muito concreto na construção da proposta da LDB, dos movimentos sociais. Gostaria de partilhar um dos momentos mais grandiosos, que foi uma plenária que aconteceu aqui em Brasília, no Ginásio de Esportes, juntando todas as entidades que trabalham com educação e que tinha UNE, UBES, ANDES, CNTE (que está aqui hoje). Muitas delas estão aqui hoje. Mesmo que a ANDES não esteja eu me sinto muito ANDES porque eu era coordenadora do grupo de trabalho de política educacional que estava coordenando aquela plenária, onde se votou, com milhares de pessoas.

Não se votou a proposta de LDB que a gente conseguiu que fosse encaminhada pelo deputado Octavio Elisio. No Congresso foi aclamada. Conseguimos que todos os movimentos sociais consensuassem uma proposta. E no momento seguinte temos o exemplo do que é a dificuldade de conviver com a democracia no governo Fernando Henrique Cardoso, uma pessoa que era brilhante, inteligente. Quando se acha que é o dono da verdade e, na construção democrática, acha que pode mais do que todos os movimentos sociais. Aí você faz as mudanças que foram feitas pelo senador Darcy Ribeiro, com respeito a toda a história dele, pois não estou aqui desrespeitando o nome dele. Mas, no momento seguinte, a gente saber que o próprio capítulo de educação foi a gente que ganhou, e quem ia com a gente em todos os gabinetes dos deputados e enfrentava os lobistas do ensino privado contra aquilo que a gente estava brigando e a gente ganhou.

O Plano Nacional, com 1.000.000 de assinaturas, a gente fez através das Conferências Nacionais de Educação e depois também as pessoas que se achavam os donos da verdade mudaram naquilo que a gente sabe que é o que impede que a educação esteja melhor hoje! Porque, se fosse cumprido aquilo que 1.000.000 de assinaturas fez, a gente estava muito adiante. Inscrevi-me sobretudo para parabenizar os colegas do Ministério que fizeram parte dessa história e, talvez, por isso, como o Horácio, Arlindo e Chagas, a gente se encontrava sempre. Fazem parte dessa história. Eles conseguem abrir um Seminário como este e dar essa oportunidade de retomarmos forças para ir ver como é que tiramos o ovo da serpente neoliberal que tentaram colocar no Plano Nacional, na LDB. Conseguimos fazer essa avaliação. Acho que temos que continuar críticos e co-responsáveis porque estamos diante de um governo que está construindo isso. Nós, como movimento social, sendo críticos e co-responsáveis espero que possamos fazer algo diferente. Não estou fazendo perguntas. Estou só expressando, uma opinião. Como disse, não era pergunta, era só para partilhar aqui.

Fazer democracia dá um trabalho danado, mas é muito mais gratificante. Nós fizemos a eleição em 217 escolas com crianças de onze anos votando com voto universal em Recife. O peso da criança de onze anos era igual ao da professora. Houve só um advogado que entrou na Justiça tentando contestar o direito. Ninguém levou em conta. É uma lei aprovada na Câmara e eu garanto para vocês que deu um trabalho danado, porque tivemos que botar guarda municipal e tudo. Mas é muito melhor do que as 59 creches que eu tenho que ficar driblando e correndo das indicações políticas para os coordenadores. Não tenha dúvida que a democracia dá trabalho, mas é muito melhor.

Mestre de Cerimônias: Agradeço as intervenções e vou disponibilizar o microfone para os painelistas que queiram fazer uso da palavra. Três minutos para cada um.

Lauro Wittmann: Eu, nas últimas décadas da minha vida, vivi três momentos sérios. O momento em que precisávamos colocar cunhas no sistema, de tão fechado que era. Depois, do momento que dizíamos que precisávamos aproveitar as brechas do sistema e agora eu ouço dizer que temos que ocupar os espaços.

Há um processo histórico em andamento, como resultado da luta de quem faz o “pão nosso de cada dia” da educação. Para o Almir não interessam os estudantes, muito menos a sociedade brasileira, ao povo e aos educadores que se ponha água na formação do educador, nós todos estamos lutando por uma educação mais aprofundada, mais densa para dar conta de uma educação melhor. Eu, pessoalmente, sou radicalmente contra mestrado profissionalizante e aguçamento das licenciaturas, porque professor não é apertador de parafuso. Também a eleição, o problema da luta pela participação efetiva da comunidade e a indicação dos diretores, essa luta concreta que existe, é fundamental que a gente trabalhe. Conselho, só tem uma coisa Almir, eu acho que o fato de o dirigente municipal ser presidente do conselho não é necessariamente um mal. Pode haver gente eleita que não seja tão democrática como um dirigente, principalmente porque o conselho municipal não é o Legislativo do município que se opõe ao Executivo. Ele é co-gestor da educação e para o João eu gostaria de dizer o seguinte: os sindicatos felizmente estão

alcançando muito na luta por uma educação de qualidade social e pela democratização da sociedade e não estão só defendendo os direitos, mas o que também é justo e é preciso fazer. Gostaria também de lembrar que o problema da falta dos professores é uma coisa que temos que olhar de frente. Gente, assim como o Jeca Tatu era preguiçoso e não era preguiçoso, ele tinha verminose, um professor que falta e parece incomodado é um doente, um desgraçado de um verme que comeu por dentro a alegria de educar e um doente merece mais nossa atenção e respeito do que quem está com todo pique.

Márcia Ângela: Eu não gostaria de encaminhar as questões a partir das colocações aqui feitas, mas tentar juntar as colocações feitas na minha palavra de despedida e na minha palavra de despedida eu volto a falar da gestão democrática como uma possibilidade histórica de construção histórica e volto a dizer que ela não é como chamamos, de gestão compartilhada ou uma gestão partilhada ou uma gestão participativa ou uma gestão colegiada. Parece que quando falamos de gestão democrática estamos falando como sinônimo de tudo isso. Precisamos ler nas entrelinhas e compreender o que diferencia mesmo a gestão democrática dessas outras práticas. O termo cunhado de gestão democrática, ele está assentado, ele tem vínculos fortemente diferenciados das demais outras gestões ditas, o que eu quero e gostaria muito de deixar aqui é que todos nós nos alertemos para essas palavras que aparentemente são semelhantes, mas têm como base coisas muito diferentes. Por exemplo, a questão da não “desresponsabilização” do Estado com a questão educacional. Muitas vezes vemos questões que, ditas, são democráticas e que há uma transferência da responsabilidade do Estado para a comunidade. Essa não é a gestão democrática que estou falando, que estamos falando. A questão dos colegiados não terem caráter deliberativos, mas meramente consultivos, muitas vezes manipulados, essa não é a gestão democrática que nós estamos pensando, lutando e construindo.

A gestão democrática está vinculada, na sua essência, à qualidade social da educação, não é a qualidade mercadológica, não é a qualidade produtivista, um recado que eu gostaria de deixar aqui nessa minha despedida e agradecendo muito a possibilidade de poder conversar com vocês, é um alerta. Vamos conceituar, como ontem já saiu na nossa oficina, vamos tentar nas nossas discussões, nos sistemas de ensino, nas escolas, tentar amarrar esse conceito de gestão democrática para que a partir da assunção desse conceito a gente possa efetivamente agir na realidade garantindo o compromisso com esses vínculos, que são vínculos societários. Muito obrigada.

Regina Vinhaes: Essas questões que foram trazidas aqui são instigantes de diversos Seminários, se fôssemos pegar cada ponto. Mas eu gostaria de fazer uma referência a uma primeira pessoa, o professor João, onde ele faz uma provocação quando conclui sua fala dizendo se não seria o momento de incluir o ponto nas escolas. Eu diria assim: que o fato de incluir ou tomar algumas medidas constrangedoras nesse nível não vai significar a melhoria das relações dentro das escolas, ou mesmo que o trabalho seja mais produtivo no sentido da aprendizagem. Acho que todas as vezes que tomamos medidas que cerceiam, medidas que são coercitivas, e que é para fazer porque alguém manda, então isso fica muito complicado quando estamos tratando dos processos educativos. É preciso, de fato, um grande esforço coletivo da escola para que essa situação também se modifique a partir de políticas que estão fora da escola, mais gerais. Mas, não me parece que este seja o caminho mais adequado para fazê-lo.

O que é preciso fazer é debater questões mais específicas nas escolas e essa me parece que é algo recorrente, a ausência do professor. Participamos de processos de discussão com os conselhos escolares, em treze estados da federação. Essa é uma das tônicas nos debates e também escutamos muitas escolas com propostas pedagógicas de minimizarem e às vezes até eliminarem esse problema, considerando principalmente a figura desse docente e a responsabilidade que é pertinente ao ato pedagógico. Eu diria que, nesse sentido, mais vale de fato uma boa discussão, um conselho escolar atuante e que poderia ter a

possibilidade de minimizar essa questão.

Em relação também ao Sindicato, me parece que o Sindicato dos professores tem cumprido o seu papel no Brasil, no sentido de ser uma instância que está reivindicando direitos, uma instância que muitas vezes está colocando questões que contrariam os gestores em todos os níveis e é preciso ter esse espaço de construção. Além do que o sindicato no Brasil tem tido um papel importante na formação. A maioria dos sindicatos dos estados que eu conheço tem uma preocupação com a formação continuada trazendo temas nesse debate. É preciso fortalecer cada vez mais os sindicatos como um espaço em que se pode pensar em determinadas perspectivas, em uma política de melhoria da formação, do trabalho, do salário, de professores de todos os níveis do Brasil.

Em relação ao Almir, estar junto das questões, e ele situa no estado de Santa Catarina, também isso se reflete em muitos outros estados, e que demonstram um pouco do que eu gostaria de trazer na minha fala. Muitas vezes a retórica encobre o conflito, a retórica passa a idéia de que as coisas são fáceis, mas os dados da realidade revelam a contradição desses processos. Há grandes problemas e faz parte desse jogo, do jogo político, essa tensão que existe em relação à escolha de dirigentes, em relação a indicações políticas, há tensões com relação a quem está na Secretaria, porque muitas vezes a gente tem pessoas que são de combate dentro das redes de ensino e, muitas vezes, quando assumem qualquer direção de Secretaria elas mudam de posição. Quantas e quantas vezes tem-se um discurso democrático e, na prática, age-se de forma totalmente contrária. É por isso que eu estava chamando a atenção, vamos deixar de romantizar um pouco essa questão da gestão democrática. Isso aí é um campo de luta.

Em relação à formação dos profissionais de educação, essa também é uma luta histórica. O fato de que ocorre eventualmente venda de diplomas e, se a gente for analisar, isso faz parte de todo um contexto que se enfrenta no País. Até hoje não conseguimos atingir um nível nacional de formação dos profissionais de educação. Ainda estamos longe disso. Coloca-se como uma luta, pensar na formação dos profissionais de educação, na formação dos docentes, na formação aliada às condições de trabalho e às condições salariais. Não nos iludamos de que tratar separadamente a formação inicial, e a formação continuada, vai resolver problemas sérios e históricos que temos neste País. Acho que a proposta agora se situa nisso. É uma grande oportunidade. Somente agora nós temos a aprovação das diretrizes curriculares do curso de pedagogia.

Nós temos o que interessa fundamentalmente à formação dos professores. Somente agora, temos, por iniciativa do próprio governo, políticas numa legislação voltada para os funcionários da escola que eram seres invisíveis na maioria das escolas no Brasil. Então, também é uma oportunidade para que possamos dar um passo adiante neste País, no sentido de expressar, na prática, essa coisa que está na nossa retórica, da qualidade social para todos. Acho que é uma questão importante. Finalmente, eu gostaria de fazer uma ressalva a Malu, a experiência de quem estava na luta de um lado e que agora está na Secretaria de Educação do município de Recife e que vê o resultado de não ter ocorrido tantos avanços. Não tivemos a possibilidade histórica de garantir muitas das nossas demandas, tanto na LDB quanto no Plano Nacional da Educação. Isso constitui vários obstáculos para que, de fato, os gestores tenham possibilidade de contribuir com políticas substantivas que possam ir ao encontro das necessidades da população. Acho que isso é uma demonstração de que a luta está posta em todos os lugares e é a única via que nós podemos encontrar para poder fazer uma educação democrática, com uma gestão democrática no Brasil. Agradeço a acolhida aqui neste plenário.

Fernando Rodal: Só um minuto. Para que o coordenador fique tranquilo, só reflexão a respeito de um só ponto. Quando meu companheiro coloca que não chegou o momento de dizer aos professores que cumpram com sua própria tarefa, que marquem o ponto, eu não posso dizer estar contra isso, mas eu

quero lembrar a vocês que durante toda a década de noventa culpava-se aos docentes por todo o mau funcionamento do sistema educacional e nunca se fez uma observação integral, integradora, sobre a verdadeira raiz dos problemas.

Estamos de acordo que o docente foi uma parte desse problema, mas ele não é o único. Por isso, falávamos ontem sobre gerar o compromisso para motivar o docente, para que o professor sinta emoção de educar novamente, mas não nos esqueçamos que nós assistimos uma América Latina com salário de miséria, com multiemprego em todos os setores, de professores que tinham vários empregos e que muitas vezes assumiam uma carga horária enorme. Todos sabíamos que era impossível permitir uma educação de qualidade nessas condições com quarenta, cinquenta, sessenta horas semanais e essa não é uma justificativa para não cumprir com a responsabilidade de cada um. Convenhamos, porém, que o problema tem causas múltiplas. Somente observamos isso do ponto de vista político.

Nós não vamos conseguir uma solução. Não foi conseguido isso na década de noventa, por mais sanções que se aplicassem. Vai ser resolvido esse problema na medida em que consigamos recuperar a emoção por educar, e também com respeito à profissionalização do trabalho do professor. Isso, nada mais, muito obrigado. Eu creio que deveremos estar todos aqui, desse lado, porque acreditamos que a democracia se constrói se nós nos convertermos em um coletivo e a proposta de gestão democrática da escola é para todos e todas. Aplauso e palmas para todos vocês e para todos que estamos cotidianamente trabalhando neste processo de construir e reconstruir, permanentemente, não somente nossa realidade, mas também o sistema educacional para conseguir uma emancipação. Os aplausos são para vocês e para todos que estão aqui, porque somente assim, nos convertendo em coletivo, nós podemos transformar a escola. Quero dizer que sinto a tristeza por partir, mas muito alegre porque há muito mais amigos e amigas, que acreditamos no sonho de que outro mundo é possível, que outra educação também é possível. Muito obrigado.

Justina Iva de Araújo: Antes de encerrar, quero um minuto só para fazer um comentário. Quero retomar aqui uma fala do professor Lauro com relação ao otimismo que é um fundante da gestão democrática. Mais do que isso é da educação (ele dizia e acredito como ele e peço que todos pensem nisso, não dá para se pensar em um educador pessimista). Se não permanentemente, e até circunstancialmente sim, mas a educação, a função do educador está intimamente vinculada a um otimismo, a um acreditar, a uma esperança porque não temos o direito de estar em uma sala de aula diuturnamente com trinta, vinte e cinco crianças, quarenta crianças, transferindo para elas um pessimismo, desesperança e falta de fé. Obrigada.

INTERVALO

Socialização das Oficinas Temáticas, Encaminhamentos de Sugestões e Solenidade de Encerramento.

Arlindo Queiroz: Por favor, venham para a mesa, os sete relatores, Ana Cláudia, Lauro Wittmann, Lêda, Flávio, Lenira, Clodoaldo, Aida. Enquanto os relatores não chegam e não são definidos vamos continuar. A idéia é que se levantem apenas sugestões relativas ao tema tratado na oficina e aí teremos três minutos para cada um. Vamos começando pelo primeiro relator da oficina, o Lauro.

Lauro Wittmann: Como eu me conheço eu preparei um texto escrito. Primeiro houve um relato de três experiências, uma experiência em nível de escola que é a escola de Alma, Maranhão, onde a gestão é exercida pelo conjunto de todos que fazem a escola, que constituem o coletivo dirigente que é coordenado por uma equipe eleita de onze membros, docentes, alunos, funcionários, pais e mães e um representante da comunidade. A escola tem ampla articulação com a comunidade mantendo parceria com diferentes associações, grupos, como conselhos comunitários de bairro, unidades de saúde, ONGs, grupos de jovens, grupo de idosos, Fórum Qualidade de Vida, grupos religiosos e grupos musicais, como de dança, capoeira, violeiros e repentistas.

A segunda experiência foi em nível de município, o Orçamento Participativo Criança no município de São Paulo, na gestão de 2001 a 2004. Foi promovido pela coordenadoria do Orçamento Participativo Secretaria Municipal da Educação, com a coordenação do Instituto Paulo Freire, o Orçamento Participativo Criança em um trabalho processual, e não episódico, com a participação de mais de dez mil crianças das 550 escolas da rede pública municipal do ensino e com a realização de 448 assembléias. A dinâmica contava com o grupo motor, adultos para dar condições para que as crianças pudessem agir, com 2600 participantes, cinco pólos com treze turmas e quarenta membros em cada uma. E o grupo Faísca com 20 a 25 crianças em cada escola, eleitas com o objetivo de mobilizarem e envolverem os colegas. O processo ocorreu a partir de reuniões em turma, depois série, depois por ciclo, depois interciclos e assim até chegar a delegados eleitos progressivamente para a assembléia da cidade.

A terceira experiência foi a nível nacional, que é a assembléia técnico-docente do Uruguai. Na assembléia técnico-docente participam docentes delegados do primário, do secundário e do técnico profissional, eleitos na proporção aproximada de um para cada cem professores. Este movimento tem como objetivo afirmar a autonomia com relação ao governo de turno, garantindo a permanência do trabalho para não evaporar com o "gobierno" de turno. Toda mudança de política pública deve passar por essa assembléia. Essa discussão nacional é um grande avanço em um País altamente centralizado, na definição de políticas, resgatando um processo participativo interrompido na ditadura e procurando aprofundá-lo. No momento se busca transformar a assembléia de órgão consultivo em deliberativo. Depois disso, passamos para testemunhos, propostas e sugestões.

Nos três relatos aparece com clareza a importância da idéia de democracia na sociedade como um todo, e na escola em particular. Aparece também a necessidade de uma política pública que garanta continuidade. As três experiências mostraram a voz de diversos atores da realidade social, revelaram a construção de práticas que dão voz a quem de direito - o conjunto dos agentes da escola constituído no coletivo dirigente. Segundo, na comunidade local com as crianças na definição de prioridades e alocação de recursos públicos e terceiro, as vozes do corpo nacional dos professores com a experiência nacional, portanto do Uruguai, do município de São Paulo e da escola de Alma, no Maranhão.

Após a apresentação dessas experiências tiveram oportunidade de falar e apresentar experiências

participantes de todas as regiões brasileiras e de treze unidades federadas e do Uruguai. Com base nessas experiências o coletivo da oficina 1 apresenta as seguintes considerações: a organização e participação no Seminário foi de enorme importância para aprender e subsidiar políticas e práticas de gestão democrática. A articulação maior entre as instâncias públicas da administração no regime de colaboração é fundamental. A realização de trabalho participativo, com trabalho coletivo do conselho escolar, com o núcleo gestor centrado no pedagógico, preocupação com a integração de todos, o estímulo à participação da comunidade, fortalecimento das instâncias de participação dos educandos, empoderamento da participação estudantil, criando e mantendo, condições de efetivamente participarem, construindo instrumentos de falar. É possível mobilizar e construir a participação das crianças, pais, docentes e comunidade local, encontrar formas de dar visibilidade às experiências de avanços na gestão democrática da escola. E aí uma sugestão reforçada, haver políticas públicas para a ampliação das experiências, para que não sejam pontuais e isso a gente acha que as instâncias responsáveis pela administração pública de governo e o CNTE podiam pontuar essas políticas e sua concretização; importância dos conselhos escolares e elaboração dos regimentos próprios de acordo com a identidade da escola exercendo e construindo a autonomia da escola.

As instâncias locais e regionais da educação, como as secretarias municipais, promoverem o intercâmbio dos conselhos, inclusão da disciplina de gestão da educação na formação do professor, enfatizando os conceitos básicos de gestão democrática, respondendo às necessidades de discutir os conceitos. Por exemplo, não existe gestão democrática só porque há eleição de diretor; não existe autonomia quando apartado o dependente do governo, mas quando funda a continuidade para além de mandatos governamentais. A gestão democrática deve ser redimensionada e recriada todo dia. Necessidade do registro do processo, como atas de assembleias periódicas, incluindo assembleia anual ou semestral de prestação de contas. Para a gestão democrática não há modelos, o inusitado e o criativo são inerentes a ela. Importa garantir a possibilidade do diferente contra a homogeneidade. A construção histórica da gestão democrática nas escolas recomeça todos os dias e em cada escola. E, como conclusão da interlocução coletiva da oficina 1 vale ressaltar: primeiro, democracia e autonomia não são outorgadas ou conquistadas nem implementadas, são construídas na prática, na co-relação de forças que expressam interesses diferentes e no enfrentamento e emperramentos e constrangimentos; segundo, este Seminário despertou uma sólida esperança e convicção da necessidade de ampliar a gestão democrática para a construção de uma educação de qualidade. Esta conclusão foi afirmada, inclusive, pelos participantes que testemunharam experiências de gestão democrática, admiradas por todos os participantes; última, apoio irrestrito para realização da Conferência Nacional de Educação.

Mestre de Cerimônias: Muito bem. Estes aplausos são aplausos para a oficina que apresenta sua contribuição no Seminário. Passar, agora, para a professora Lêda, relatora do segundo grupo.

Lêda Gomes: Nos nossos trabalhos não houve muito tempo para debate, pelo que li nas avaliações nos diversos painéis. Só houve tempo para exposição, já estava tarde e o grupo resolveu sair sem o debate. Então, resolvemos fazer o encaminhamento de sugestões a partir das experiências apresentadas. Foram apresentadas três experiências: uma nacional, e duas, internacionais. A nacional foi da APÔITCHÁ que é uma organização não-governamental que trabalha com políticas públicas para crianças e adolescentes. Uma outra, internacional, foi a experiência de um Sindicato que abordou a questão do desenvolvimento local de Honduras. Foi apresentada pela professora Rosário Ádila, da COPEV e é também uma organização não-governamental do México que trabalha com a questão escola de governo e cidadania.

Os encaminhamentos de sugestões: as três experiências mostram a contribuição das organizações não-governamentais para o fortalecimento da educação escolar. As experiências articuladas com a escola

construíram espaço socioeducativo, complementação à educação escolar e promoção do desenvolvimento local. Houve uma articulação entre diferentes lugares de aprendizagens facilitando a melhoria dos indicadores educacionais em todas as experiências relatadas. Acreditamos que é possível aproveitar articulações dessa natureza para promover, progressivamente, a educação integral, envolvendo dança, música, artes plásticas, saúde e a questão da escola em tempo integral. A APÔITCHÁ trabalhou bastante esse ponto. Acho que não adianta fazer já uma escola integral se não há condições de a escola a estar promovendo. Às vezes pode até estar duplicando o sofrimento. Então, é de ser estudada essa questão para ver se a escola tem realmente as condições básicas para promover essa escola integral.

Recomendamos em face das experiências relatadas que haja uma maior articulação, integração e planejamento conjunto entre as iniciativas de educação e as iniciativas socioeducacionais promovidas pela sociedade civil e que os conselhos, de um modo geral, conselhos escolares, conselhos de educação, incluam nas suas pautas a discussão dessa temática. É basicamente isso.

Simone Medeiros: A oficina três apresentou três experiências: a experiência Banco de Palmas, que todos vimos aqui ontem, no município de Fortaleza; a experiência da Rede Juventudes em três estados, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco e a experiência da alfabetização do Mova, Petrobrás. Nós fizemos alguns debates. Os três trouxeram vídeos das experiências. Assistimos e fizemos o debate e do debate tiramos cinco considerações e recomendações para a formulação de políticas públicas. Primeiro, a possibilidade de socialização das experiências que estão sendo vivenciadas pela sociedade civil, levando à inclusão social e que não estão sendo divulgadas pela sociedade midiática. O governo dispõe de canais de divulgação com TV, rádio, jornais, revistas, internet, que podem socializar essas experiências que estão sendo vividas no Brasil. Segunda consideração: a integração das experiências dos movimentos sociais com os sistemas de ensino. Terceira: ampliação das metas por conta da terceira experiência, que é a experiência do Mova, da Petrobrás. Ampliação das metas dos programas de alfabetização e de escolarização nos sistemas regulares para os brasileiros que ainda não tiveram acesso à escola. Quarta recomendação: ações significativas que incluem jovens brasileiros na escola formal e curso de iniciação profissional, atividades culturais e escola formal para que não continuem expostos à violência e outros males. Quinta consideração: intensificação das políticas de formação inicial e continuada dos trabalhadores em educação. Foram essas as cinco recomendações da oficina.

Mestre de Cerimônias: Vamos à seguinte com a oficina de número 4, de planejamento participativo.

Clodoaldo José de Souza: A oficina número 4 teve a participação de 32 representantes dos diversos segmentos. Ela adotou, como metodologia inicial, uma apresentação de cada membro que estava inscrito na oficina. Cada um disse seu nome, de onde veio e o seu interesse. Nessa oficina foram apresentadas duas experiências; a experiência de um projeto de Santa Catarina, "Minha Escola, Meu Lugar", desenvolvida pelo Estado, que tem como foco o lugar. É o espaço vivido e o horizonte cotidiano que tem sentido de identidade e é o lugar de cada um. Esse é o foco principal do projeto e ele adotou, na sua implementação, três linhas básicas pedagógicas que são a formação continuada, a adequação do currículo e o calendário escolar. É uma experiência nova, faz implementação, mas esse pessoal, que está trabalhando, tem muita esperança que venha ser um sucesso nos anos seguintes. Quem estiver interessado nessa experiência pode se comunicar com o juarez@sede.sc.gov.br.

A segunda experiência apresentada é realizada no estado de Pernambuco, na região semi-árida, Bahia e Paraíba. Tem uma proposta educacional de configuração de mecanismo voltado para a prevenção e retirada das crianças e adolescentes do trabalho infantil no esforço de, após essa identificação, reintegrar esses jovens, essas crianças, esses adolescentes no sistema escolar. Essa experiência tem tido muitas dificuldades, grandes desafios no sentido de que primeiro é preciso identificar as crianças e os

adolescentes em situação de risco, conquistar a confiança das crianças e adolescentes, fazer um diagnóstico social local e isso está se fazendo através de um censo localizado nos municípios, com a participação da Prefeitura, dos professores, da sociedade civil. Depois, requalificar a escola e a educação na região frente à realidade de trabalho infantil que predomina naquela região e depois devolver para as escolas as crianças e adolescentes que estão em situação de risco e, inclusive, em trabalhos inadequados. Contatos sobre essa experiência é: educar.tereza@troeninet.com.br.

Uma terceira experiência, que era do fundo municipal e não foi apresentada, a pessoa não apareceu. Como recomendação do grupo que estava envolvido no trabalho o seguinte: que nos próximos Seminários o trabalho tivesse início com oficina, em torno de dois dias, identificando resultados e dentro desses resultados, os problemas, as questões e as inquietações de cada um. Que cada entidade referisse a problemas que a sociedade está vivendo e, no dia seguinte, fossem convidados os especialistas para aprofundar as questões identificadas, com fundamento teórico, político, estratégico, pedagógico. Depois, redimensionar a programação do Seminário para que os espaços de transmissão tenham outros focos de conteúdo, dando mais espaço para que sejam apresentadas as propostas dos Estados e municípios. Por fim, vale ressaltar que houve grande interesse no tema e que foi muito prejudicado pela limitação de tempo.

Realmente foi difícil. Tínhamos umas questões muito interessantes que necessitavam ser aprofundadas, o que não foi possível, e finalmente a gente gostaria de enfatizar a importância ética da iniciativa do MEC, a qualidade das conferências e o desejo de que isto que foi iniciado agora seja continuado em outros Seminários temáticos. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Obrigado, Clodoaldo. Vamos para a próxima oficina, a oficina 5.

Ana Cláudia: A oficina 5 é sobre movimentos sociais e educação. Em nossa oficina tivemos a ajuda do Hélio, que é matemático e é só para ter uma idéia da riqueza de pessoas que tinham experiências, que estavam ali. Tínhamos quinze estados e três Países representados em nosso grupo e foi uma pena não ter tido mais tempo para podermos explorar isso. O moderador foi o professor Hugo. Fiquei como relatora. As experiências apresentadas em nosso grupo foram a Viva la Cidadania; Natal Voluntário e as escolas itinerantes do MST.

Apresentamos propostas para a mudança da nossa realidade, o que achamos que poderia melhorar e o que achamos que poderia incrementar e modificar. Surgiram 10 questões. Temos que agradecer ao grupo que foi até tarde para podermos escrever e colocar no papel tudo que queríamos contribuir, reconhecendo e socializando as experiências formativas dos movimentos sociais que pudessem contribuir para o sistema de ensino. 1. Estabelecer redes solidárias, nacionais e internacionais, entre os diversos movimentos sociais que atuam no âmbito da educação. 2. Fortalecer a mobilização social em torno do direito à educação, por meio de audiências públicas, conferências etc. 3. Fortalecer a relação entre os movimentos sociais e o movimento dos educadores. 4. Garantir escola pública gratuita de qualidade social, que atenda à diversidade étnica, cultural, de gênero e outras mais, a todos os brasileiros com a participação da sociedade civil na sua gestão. 5. Promover processos de formação sociopolítica na comunidade educativa envolvendo pais, alunos, comunidade. 6. Promover articulação com os meios de comunicação para divulgar programas, projetos e ações que tenham como objetivo estimular a gestão democrática na escola a fim de contribuir para a construção de uma cultura de participação e contrapor as participações discriminatórias que pretendem criminalizar as ações dos movimentos sociais. 7. Criar promotorias de justiça específicas para a educação em todos os entes federados. 8. Promover o fortalecimento e uma maior articulação entre os movimentos sociais. A comunidade educativa tem compromisso por parte do governo de apoiar essas iniciativas. 9. Democratizar a tomada de decisões e definição de políticas públicas

no setor de educação, incorporando as propostas dos diferentes atores sociais. 10. Criar de uma lei nacional que estabeleça as diretrizes para a implementação do processo gestão democrática nos sistemas de ensino para o fortalecimento da cidadania. Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco de estímulo da escola na mão também, tudo que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir este País democraticamente. As fotos foram todas contribuições dos trabalhos que foram apresentados no nosso grupo.

Mestre de Cerimônias: Obrigado e parabéns. Uma homenagem especial ao nosso célebre, amado, querido, nosso guru, ao Paulo Freire, muito bem homenageado. A próxima oficina é a oficina 6.

Aida: Oficina de movimentos sociais da educação. Nós éramos 22 participantes, fizemos uma rodada de apresentação com as questões muito parecidas com a que o Clodoaldo apresentou mas a gente estava muito imprensado com o tempo. Nós começamos a oficina às 18:10h e as propostas terminaram 19:15h e a gente ficou muito sofrido e muito aflito. Precisamos de ajuda de um voluntário para completar o registro e vou pedir para que se faltar alguma coisa que complete.

Por contingência de tempo, a oficina saiu meio prejudicada, as experiências que estavam lá e que haviam sido preparadas com muito zelo e muita competência, com vídeo, slides etc., estavam reduzidas a um tempo mínimo e cada uma delas teve que escolher uma parte, o que deu uma pena enorme. Mas não ia dar tempo, pois eram duas experiências nacionais, de atuação de âmbito nacional. Com essa amplitude, e uma local extremamente interessante da Prefeitura de Cuiabá, que Antônio Marcos apresentou. Tive muita pena dele porque era da essência do Seminário, gestão democrática e pedagogia participativa. Então, se cada uma dessas experiências fosse ser explorada, como mereciam, teria que ter pelo menos meia hora para apresentação de cada uma delas.

Foi apresentada a Universidade popular comunitária que respondeu à demanda de educação de jovens e adultos, a maioria do meio rural, mas que não conseguiram se adaptar à escola formal. Então, há um movimento e uma convocação - criar uma escola que responda às necessidades específicas daquele grupo. O pessoal começou atendendo a partir dos quatorze, quinze anos em diante, mas depois descobriu que havia uma imensa adaptação de interesses entre os jovens e os muito jovens e os adultos e aí eles reconfiguraram isso e passaram a atender a partir dos vinte e cinco anos. É uma pedagogia interessantíssima. Isso foi apresentado. Lamentavelmente, foi tudo muito rápido. Mas tem um destaque que é a gestão democrática, onde não há hierarquia na gestão, é feita por rodízio, há um conselho gestor e todos os setores estão representados. Há uma divisão de tarefas e responsabilidades também. Achei interessante, que o poder, a matéria do aprendizado que é uma coisa que não discutimos nunca, então o poder, tinha conselhos, tinha diversos setores organizados. A passagem para aprender o exercício do poder não era uma gestão democrática dada, mas era como campo de aprendizagem. Foi isso que entendi. Achei incrível. Essa pedagogia inclui aprendizagem do poder. Ela não só se estrutura como gestão democrática mas ela se inclui como campo de aprendizado.

A grande dificuldade é que mudando a gestão, mudando o prefeito, mudou o apoio e a experiência está às voltas com grandes desafios de auto-sustentação. Mas ela se apóia no enraizamento social que já se fez.

A segunda experiência que é a experiência apresentada por Kátia e Marcelo, "Faça Parte", que é se preocupar muito com a cultura do voluntariado, mas um voluntariado conseqüente e que tenha a seleção de seus focos. Isso no espaço de participação, com o olhar sobre o desenvolvimento local e potencializando a atuação da escola. É o que eles chamam de voluntariado educativo e realmente o que apresentaram convenceu. Mantém um eixo, se apóia numa pedagogia da vivência da solidariedade, nas

relações internas da escola (os alunos de uma série que ajudam outros de outra série, uns da oitava que ensinam uns da primeira à quarta, dança etc.) quer dizer, descobrindo qual é o propósito, na verdade, de saberes e tornando isso vias e canais da solidariedade. Um exercício de aproximação e de contribuição na educação do outro. Enfim, o aluno está sendo educador também, e o outro lado é essa convocação da comunidade em direção à escola. Os pais, os líderes, até os avós que trazem para a escola a lembrança da comunidade, a memória, que ensinam brincadeiras etc. Fortalecendo o vínculo escola e comunidade. Toda essa ação tem uma enorme sinergia; é quase como uma extensão do projeto político-pedagógico da escola. Eles se atêm a essa vontade pedagógica da própria escola. É isso. O exercício da solidarização na escola tem reflexo sobre os vínculos dos alunos com a comunidade, sobre o próprio rendimento escolar. Tem um selo de qualidade que é uma espécie de prêmio que é dado à escola solidária. Tinha, por acaso, no grupo, uma escola que já tinha sido premiada. Foi muito interessante e outra que reclamava muito a presença dela. Quer dizer, há uma solicitação maior de incentivos e de olhares diferentes sobre a escola e quem trabalha no campo está pedindo: nós queremos mais apoio, mais ou menos isso. Por último, veio a “Campanha Nacional pelo Direito à Educação” que é essa campanha que já conhecemos e que se constitui em uma rede de pressão política. Hoje contam com mais de duzentos grupos que atuam em políticas públicas educacionais. Nasceu em 99 com a avaliação de que a legislação da educação tinha avançado, mas ao nível da concretização ainda tinha muito o que caminhar. Acentuam-se algumas prioridades nas lutas pela qualidade dos processos educativos, pela gestão democrática, controle, pela expansão dos recursos etc. A campanha, na verdade, está em confronto de luta pela justiça na educação, pela defesa e ocupação dos espaços, pelos direitos à educação, pela mobilização de aliados e cúmplices dessas lutas. Tem na pauta atual (o que foi muito marcante, foi uma adesão total na oficina) uma pressão de todos os modos para a realização da Conferência Nacional de Educação e a oficina acrescentou, não só pela Conferência Nacional, pela Conferência Estadual da Educação, pela Conferência Municipal da Educação e ficou acertado que isso era uma recomendação forte. Precisamos ampliar esse espaço de luta do direito à educação. Outro tema na pauta é a mobilização para o aprimoramento e aprovação para o FUNDEB e aí acrescentamos que também se preste atenção na luta pelo tratamento igualitário da educação de jovens e adultos no FUNDEB e a construção de uma agenda única para unir e somar forças na disputa pelo projeto de sociedade. Depois tivemos inúmeras questões.

Não deu tempo de discutir e explorar o que queríamos e o que as experiências ofereciam e a gente insiste em falar aqui que qualquer Seminário que se queira fazer agora que inclua oficina, que a gente comece pelas oficinas e aí a prática tenha de fato a porta de entrada.

Mestre de Cerimônias: Muito obrigado, vamos ouvir agora a última oficina que é a oficina 7, vamos ouvir o Flávio.

Flávio: Primeiramente, bom dia a todos e todas. Fui relator da oficina 7 cujo tema era democracia participativa e a importância dos conselhos de educação. O moderador era o professor Bordignon, da Universidade de Brasília. Não vou me alongar muito nos pontos. Foi uma apresentação muito homogênea, garantida pela participação de representantes dos conselhos estaduais e dos conselhos municipais. Gostaria de destacar também a participação de um representante de conselho escolar que trouxe uma contribuição boa para a discussão que foi feita.

Tivemos a apresentação e três experiências. A primeira foi do Fórum dos Conselhos Estaduais, da professora Zânia Maria. Ela fez uma abordagem histórica de criação do Conselho Estadual da Bahia que foi um dos primeiros a serem implantados. Tivemos a experiência do professor Darci, da UNCME, da cidade de Não Me Toque, no Rio Grande do Sul, em que ele pontua a principal questão, a colocação dos fóruns permanentes como o verdadeiro canal de articulação da comunidade participante dos conselhos. Tivemos

a experiência do Conselho Nacional de Educação, com a professora Clélia Brandão, que frisou muito mais a questão legal dos conselhos. E fomos para as experiências de todos na qual tínhamos um total de 27 participantes. Cada um colocou as suas principais experiências. Ficou mais evidente que essas experiências seriam as experiências de todos. Entra a questão da representatividade, a questão da legalidade, a questão da autonomia. Sendo assim, tivemos quatro pontos que foram encaminhados, os pontos mais enfáticos na discussão em torno da busca de uma verdadeira participação nos conselhos na questão da gestão democrática. Foram colocados os quatro principais pontos definidos pela oficina.

O primeiro ponto, a melhor articulação entre os conselhos estaduais e conselhos municipais, que eles tivessem uma maior participação conjunta. Isso seria uma das vias de conseguir-se os fóruns permanentes. O segundo ponto, uma maior autonomia dos conselhos, que ele não se prenda muito ao “braço de governo”, mas que esteja para servir à comunidade. Que seja um papel não só de governo, mas de Estado, para servir à comunidade. Teria autonomia normativa, autonomia consultiva e autonomia deliberativa. O terceiro ponto colocado é o de fortalecer a representatividade como voz da sociedade e aí é a questão da autonomia. O último ponto colocado na oficina foi que antes de ter decisões normativas, ouvir a comunidade por meio de audiências públicas. São esses quatro pontos que os participantes da oficina enxergaram como uma verdadeira via para conseguir-se uma gestão democrática e uma maior representatividade dos conselhos.

Arlindo Queiroz: Primeira constatação: que a gestão democrática e as pedagogias participativas que, aparentemente, parece não ter conteúdo, depois deste Seminário a gente percebe que dimensão tem, que densidade tem. Faltou tempo. Essa é a grande conclusão, considerando o universo temático que a gente tem para tratar, trabalhar e para processar. Então, acho que este Seminário mostra a discussão da relação democrática e da pedagogia participativa. Ela não pode ser vista estritamente a partir de um ato, de uma relação descontextualizada. É preciso que ela seja observada no contexto, para só assim adquirir significado. Não se entende uma relação singular se não se entender o contexto onde a relação está acontecendo. Não é pelo fato de você dar um abraço cordial que você está transmitindo um ato de uma boa convivência, de uma relação democrática. Não é o fato de só pronunciar, de só abrir audiência, é preciso que se entenda o contexto em que isso está se dando.

Não basta o Conselho estar instalado, não basta a conferência estar instalada, não basta a eleição de diretores da escola. Tudo isso ganha significado dependendo de uma análise contextual. Quem é quem, quem está em qual posição, jogando em qual lugar, como está essa correlação de forças, em que direção estamos caminhando e de onde estamos partindo. Caso contrário, tem-se uma visão resumida e reduzida da relação democrática e acho que o Seminário (Seminário, vem de semente, nascimento) traz essa discussão, mostrando a emergência desse conceito de democracia participativa como elemento novo associado à qualidade social da educação e à igualdade social, mostrando que essa relação é social, econômica e política, que envolve a dimensão da cultura, que envolve a dimensão da ciência, e desenvolve a dimensão da tecnologia. Que não se pode pensar só na dimensão do planejamento, nem da formulação das políticas, mas na execução das políticas e da avaliação. Então, o Seminário traz uma contribuição enorme ao Brasil. Todos que estão aqui ocupam posições estratégicas na educação brasileira. Está aqui a nata, o pensamento brasileiro representado nos conselhos escolares, nos conselhos municipais, no sindicato dos trabalhadores da educação, nas secretarias estaduais, no CONSED, no CNTE. Diversos atores, todas as entidades, tudo foi gravado, tudo foi filmado, inclusive as contribuições da mesa, tudo será transformado em um livro e será entregue a todos vocês como uma contribuição ao processo, à caminhada, ao aprofundamento desse tema.

Espero que a gente possa transformar também o conteúdo sistematizado em material didático, com

produção de vídeos, com produção de textos, que facilite a discussão temática. É uma matéria prima que além de, em si, produzir sua contribuição, também poderá produzir outros resultados. Com esta mesa que, além de sintetizar também o resultado dessas experiências que provam que é possível e que estamos fazendo, não mostra só que a gente precisa fazer, mas mostra também que isso é possível e está acontecendo. Só precisa a gente aprofundar e pisar no acelerador e apressar e avançar. O Seminário mostra também que já temos um legado nacional e internacional. Acho que conseguimos aqui, nesse mosaico de apresentações. Observou-se também que isso caminha dentro de governos; não só brasileiro. E caminha na sociedade civil de um modo geral. Com isso eu agradeço a todos vocês através da voz da apresentação dos relatores de oficina e peço para desfazer a mesa para que possamos chamar as autoridades para fazer o nosso encerramento.

Relatora do grupo 7: Só para acrescentar, da oficina número 7, nós acrescentamos a criação dos conselhos municipais. Há muitos municípios que não têm conselhos municipais. Vou acrescentar isso, a criação, a reestruturação dos conselhos estaduais que tem sua forma ainda muito arcaica em muitos Estados, como o nosso estado do Acre. A desburocratização dos conselhos, nós colocamos isso, como exemplo que a gente deu na oficina, só que não registrado. Burocratização muito grande dos projetos que até impedem a autonomia das escolas.

Arlindo Queiroz: Vou desfazer a mesa, pedindo uma salva de palmas para os relatores. Convido o professor Horácio Reis, diretor do Departamento de Articulação que representa o secretário de Educação Básica. A professora Lêda, que coordenou o Seminário tem que estar aqui neste momento. Foi tanto trabalho. O professor Paulo Santos, da UNCME. A professora Justina, representando a UNDIME. A professora Alaídes, do Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação. Se alguém se candidata para representar o CONSED, está convidado. Quero registrar também a cooperação espanhola. Tínhamos marcado com a Embaixada para o horário da tarde. Ocorreu que eles têm uma rigorosidade na agenda e, quando nós antecipamos, criou-se um conflito da agenda. Eles mandaram deixar um abraço e congratulações. Representando os palestrantes internacionais e entidades, o Eleno da CNTE. Vamos colocar a professora Beatriz Gonzalez, secretária executiva do Fórum Mundial da Educação, representando a Colômbia, a América Latina. Há uma sugestão de convidar um presidente de Conselho Escolar que esteja aqui, São Sebastião do Passé. O presidente da ANPED também é importante para essa discussão. Nós colocamos, no começo, teses para a reflexão para, no final, computar, ver como sai nossa percepção coletiva sobre aqueles pensamentos, aquelas teses. Queria chamar o Júnior para apresentar qual foi o resultado da tabulação dos formulários que recebemos. Por favor.

Júnior: Boa tarde a todos e a todas. Neste momento eu sei que todos já estão bastante cansados, mas para mim, pessoalmente, também não é um grande momento, o momento de acabar um Seminário tão rico como este. Já dá saudades. Eu vou falar um pouco e tentar ser o mais breve possível com relação às teses levantadas no Seminário. Vocês preencheram este formulário. Fizemos uma tabulação e temos algumas teses. Vou pedir para a professora Ane passar.

A primeira tese seria uma participação. Faz diferença? Tínhamos as seguintes proposições de tese: no sistema de ensino, na escola, na sala de aula, na comunidade escolar. A questão era se a avaliação da proposta de tese seria totalmente verdadeira, parcialmente verdadeira, ou se falsa. Vimos na análise de todos os formulários que foram entregues, temos 89% no sistema de ensino, 89% na escola, 88% na sala de aula e 92% na comunidade escolar e local. Acho que dá para a gente estar afirmando essa tese, que uma educação participativa realmente faz a diferença.

Com relação à segunda tese, seria: a qualidade social da educação só é possível com o exercício da

cidadania, ou seja, com a prática da democracia participativa e aí as proposições de tese seriam com aprendizagem de ser e de escolher um bom governo, que aqui ficou com 64%. Com respeito à valorização da diversidade, 88%; com a prática da justiça social, 86%, e efetivação dos direitos sociais, 89%. Podemos dizer que a questão da qualidade social da educação, segundo a avaliação do pessoal, está até mais relacionado com respeito à valorização, justiça social, direitos sociais, até mesmo do que aprendizagem, de ser, de escolher um bom governo e lógico que 64% é um número representativo também.

Com relação à terceira tese, indicadores denunciam a grave desigualdade social no mundo, e aí teríamos três proposições de tese para estar tirando deste Seminário. Há uma relação direta entre redução da desigualdade social e melhoria da qualidade de vida para todos e ficamos com 72%. O pessoal dizendo que essa afirmativa, essa proposição seria totalmente correta. Há uma relação direta entre a melhoria da qualidade de vida e qualidade social da educação; 68% das pessoas acharam isso totalmente verdadeiro; 27% acharam parcialmente verdadeiro. Há uma relação direta entre qualidade social da educação e promoção da igualdade social e neste caso 71% julgaram totalmente verdadeiro e 20% parcialmente verdadeiro. Então, também temos essas três proposições de tese com uma aceitação bastante interessante. Com relação à última e quarta tese aí teríamos só uma tese e a avaliação se totalmente verdadeira, parcialmente verdadeira ou falsa, que seria todas as dimensões das políticas públicas, ou seja, planejamento, execução, avaliação, regulação, formação humana, currículo, todas devem estar norteadas pela concepção de democracia participativa, condição indispensável para o efetivo estado democrático de direito e aí a gente tem 92% das pessoas que nos informaram dizendo totalmente verdadeiro. Acho que essa, até mais do que as demais, está explicitada neste Seminário, que é a questão da democracia participativa, é bastante relevante. Podemos concluir com isso. Queria aproveitar a oportunidade (não poderia deixar de falar) para agradecer aos companheiros do conselho escolar que estiveram aqui presentes. Quase que os “seqüestramos” e ficamos realizando troca de experiências, relatos até mais de 22:00h. Todos firmes aqui conosco. Muito obrigado a todos.

Arlindo Queiroz: A síntese do pensamento coletivo é muito interessante porque havia duas perguntas: totalmente verdadeiro e parcialmente verdadeiro. Se somarmos parcialmente verdadeiro, com totalmente verdadeiro sempre deu 100% ou 99,9%. Então, saímos com a consciência coletiva de que realmente essas dimensões conceituais têm uma implicação muito grande, uma relação muito estreita. Também fizemos uma avaliação do Seminário e aplicamos um formulário simples. Gostaria que o Júnior voltasse, para dizer qual foi a opinião do grupo sobre o Seminário.

Júnior: Vamos, então, para a avaliação geral do evento. Na avaliação geral nós temos também alguns textos com respostas descritivas, que não podemos ainda tabular em função de tempo. Vamos trabalhar só essas seis questões que puderam ser tabuladas, que eram pontuadas, colocando com um valor mínimo e com um valor máximo, incluindo também “sem opinião”. A primeira questão era “relevância das temáticas para o seu trabalho”, para suas funções atuais. 71% das pessoas deram nota máxima para isso. Então, estamos considerando que foi relevante. Costumamos fazer também uma soma entre quatro e cinco que dariam 96% para tirar uma avaliação entre o bom e o não bom, então a gente está avaliando aqui com relação à relevância das temáticas. Foi muito boa a relevância, segundo as respostas. A segunda seria “utilidade, para você, das informações que adquiriu” (e isso para a gente é muito importante) e aí 6% deram nota 3.0, 41% nota 4.0 e 52% nota 5.0. Temos 93% das pessoas considerando satisfatória a questão da utilidade das informações que adquiriu. Com relação à “concentração da temática naquilo que você precisava aprofundar especificamente” (e aqui vale ressaltar que em um Seminário Internacional desse porte, decidir quais foram as temáticas foi um trabalho doloroso com certeza, queria passar que adoramos fazer o Seminário, queríamos passar meses aqui discutindo muitas coisas) Temos 20% dando nota 3.0, 53% nota 4.0, e 23% nota 5.0 e se somarmos os dois temos 76%. Consideramos uma boa resposta, tendo

em vista até essa questão de definição dos temas. O “grau de importância das oficinas temáticas”: 23% responderam 3.0, 58% responderam 4.0 e 19% responderam 5.0 dizendo que o conteúdo correspondeu ao objetivo. Somando os dois, temos noção de que teremos que dar olhada nessa questão porque a gente pode melhorar com certeza, em todas, mas essa em especial, está aí “a importância das oficinas temáticas” 1% nota 1.0, 3% nota 2.0, 9% nota 3.0, 28% nota 4.0 e 49% nota 5.0, sendo que nessa tivemos “sem opinião” um número até representativo, a importância das oficinas temáticas. Gosto sempre de aproveitar a plenária para fazer uma enquête rápida: se acham significativo ter oficinas em Seminários desse tipo. Estaremos registrando isso para tentar melhorar nas próximas. Obrigado.

Arlindo Queiroz: Entre bom e ótimo, acho que ficamos mais ou menos nessa posição. Vocês não imaginam o trabalho para organizar. Acho que foi quase um milagre, dizem que milagre é coisa da religião e não da ciência, mas foi quase um milagre, por conta da estrutura, do desafio de organizar um Seminário Internacional, de ter representatividade. Por conta do tempo, da dificuldade da máquina pública. Mas, é um trabalho coletivo. Essa Coordenação se uniu à Coordenação de Articulação e Fortalecimento Institucional e foi esse esforço, que fez com que, juntos, com as energias dos parceiros que estão aqui na mesa. Não dá para fazer nada sozinho. A gente só faz em comunhão, já dizia Paulo Freire. Esta a lição que a gente tem. Seria impossível, impraticável, se assumíssemos essa tarefa sozinhos. Assumimos em comunhão e foi possível criar este fórum temático, que muita gente não dá valor mas que é da maior importância, para a nossa história, a história da educação, a história da sociedade brasileira e a história da humanidade, a questão da afirmação da nossa democracia.

Eu vou agradecer aqui, antes de passar à representante da Colômbia, que falará em nome dos representantes internacionais. Gostaria de reconhecer e agradecer agora o esforço e o trabalho, sábado, domingo, feriado até 22:00h, 23:00h da equipe que trabalhou na organização deste Seminário. Gostaria que a equipe ficasse de pé, todo o pessoal que ajudou a estruturar e organizar, o pessoal que está nos bastidores. Isso aqui não existia quando chegamos aqui, não tinha cadeira, tudo foi fruto de trabalho árduo, difícil e das empresas que contratamos. Gostaria de agradecer ao nosso secretário de Educação Básica, Francisco das Chagas, que não negou apoio, ao nosso diretor de Departamento, ao nosso Ministro da Educação, ao nosso Presidente que apóia e abre essa perspectiva. Não sei se em outro governo trabalharíamos com essas teses, com esses temas, desta forma. Trazendo a Internacional dos Trabalhadores da Educação, trazendo a CNTE, trazendo o Emir Sader, trazendo todas as rosas, a gente faria um espaço desse. Claro que quando a gente elege um governo há suas marcas ideológicas, espaço de reivindicação da própria sociedade, pela caminhada, pela abertura. Quero agradecer a todos eles e a todas as organizações internacionais. O governo da Espanha que assumiu essa cooperação. Nós já nos reunimos com o representante da Espanha e já tiramos algumas pautas para prolongar essa cooperação, inclusive intercâmbio, em todos os âmbitos, nas escolas, nos conselhos de escola, conselhos municipais nesse campo da gestão. Eles estão muito entusiasmados, sentiram uma resposta muito firme do Brasil, disseram que em nossa resposta estávamos transmitindo uma energia muito positiva e que estão contagiadíssimos com esse ímpeto, com essa vontade, com essa garra brasileira. Todos passaram isso e eles estão impressionados com essa disposição do Brasil. É porque não olharam ainda porque se tivessem olhado já teriam percebido. Beatriz Gonzalez poderia nos trazer uma saudação em nome dos participantes de outros Países.

Beatriz Gonzalez: Creio que deveríamos estar todos aqui e todos aí em baixo, porque acreditamos que a democracia se constrói em conjunto e a proposta de gestão democrática da escola é para todos e todas. Os aplausos e as palmas são para todos vocês, aqueles que todos os dias estamos trabalhando juntos neste processo de construir e reconstruir permanentemente não somente a nossa realidade, mas a do sistema educativo, para alcançar uma emancipação. As palmas são para vocês e a todos que estão aqui por que somente assim, sendo um conjunto, podemos transformar a escola.

Arlindo Queiroz: Uma nova educação está em marcha na América Latina, no mundo todo também, vou passar a palavra a alguém da mesa que queira falar.

Aida: Eu gostaria de cumprimentar a todos e todas. Boa tarde. Quero cumprimentar o Francisco das Chagas e o Arlindo, e em nome dessas duas pessoas eu quero cumprimentar a todos os coordenadores, todos os técnicos, todos os funcionários do Ministério da Educação, inclusive o pessoal que está lá fora, inclusive até lá nos sanitários, nos toaletes, pessoal que está ali, todo o pessoal do Ministério da Educação, toda essa equipe mobilizada para fazer acontecer este belíssimo Seminário. Quero ressaltar aqui a questão do regime de colaboração, com muitas mãos, com muitos, ou com todos os brasileiros, a gente constrói a Nação que tanto desejamos. Foi falado aqui em uma das mesas que a gente não deve fazer sermão para os convertidos, mas eu entendo que a gente precisa renovar a nossa esperança, a nossa fé a cada momento. Essas oportunidades, Arlindo e Horácio, que vocês conseguiram propiciar junto com a gente, com os parceiros, essas instituições e entidades aqui representadas. Com toda essa trabalhadeira, com tudo isso a que o Arlindo já se referiu, esses cinco dias de reflexão e renovação da nossa fé. Gostaria de agradecer esta oportunidade, dizer em nome do Fórum dos Conselhos, dizer que me sinto gratificada por ter me deslocado tantas vezes nesses dois meses que tivemos para organizar e participar deste momento que com certeza ficará na história, principalmente depois de termos publicado tudo que fizemos aqui. Não tem como esquecer, não tem como apagar da nossa memória e das pessoas que aqui estiveram e também daqueles que poderão ter acesso a todos esses documentos. Muito obrigada. Bom retorno a todos e que a gente possa voltar a se encontrar em momentos como este.

Arlindo Queiroz: Muito obrigado aos Conselhos estaduais de educação do Brasil.

Simone Medeiros: Eu quero me associar às palavras da minha companheira Aída em agradecimento a toda a equipe do MEC, do que pensou ao que executou, a todos vocês, e reafirmar aqui um depoimento que tenho afirmado por onde passo, eu que estou há seis anos na condição de dirigente municipal da educação. Nós nunca tivemos, como neste governo, tanto apoio à Educação Básica neste País, por todos os programas que estão sendo executados na perspectiva de formar professores, de garantir uma gestão democrática, de capacitar conselhos, sejam Conselhos Municipais da Educação ou sejam Conselhos Escolares. Isso me parece, não sou tão menina, tenho uma longa estrada percorrida, inédito na história da educação neste País. Por isso nós temos muito a agradecer a Arlindo, eu sei o quanto é difícil organizar um evento desse, mas há um princípio que todos nós conhecemos, aprendemos isso há alguns anos atrás, a cada um segundo suas necessidades e de cada um segundo suas possibilidades. Se foi pedido isso a vocês, é porque vocês tinham possibilidade de fazer. Com certeza nada acontece por acaso e como não é por acaso que vocês estão nas funções que estão hoje, garantindo o avanço da educação de qualidade social neste País. Eu queria fazer uma homenagem e pedir que essa pessoa fique de pé, porque é uma oportunidade de homenagear alguém que está fazendo muito pela educação no nosso Estado, particularmente na cidade de Natal. Embora não seja um educador com formação, que é o doutor Raimundo Silvio. Está lá no fundo, o promotor de Justiça da Educação. Tomara Deus que vocês todos tenham o privilégio que Natal tem de ter um promotor da educação como este, que é um parceiro, um companheiro e graças a ele o município de Natal hoje tem a pasta da educação como gestora plena de seus recursos financeiros. Nada é pedido a ninguém. Planeja e executa, compra e paga e isso nos deu asas. Nós éramos extremamente limitados, enquanto isso não ocorreu. Isso é o cumprimento do artigo 69 da LDB, no seu parágrafo 5º, que não vem sendo obedecido, quer por Estados, quer por municípios e nós só ganharemos asas para garantir uma educação de qualidade quando todos nós pudermos fazer a gestão plena dos recursos da educação e não ficarmos dependendo de repasse e do bom humor do secretário de Finanças. Muito obrigada.

Flávio: Vou repetir, vou ser redundante, mas vou ser bastante curto. Mas não poderia deixar, em nome de 1.650 Conselhos Municipais de Educação aqui representados pelas coordenações da UNCME, de parabenizar o trabalho deste Ministério, desta Secretaria de Educação Básica, em nome do nosso companheiro e amigo Arlindo Queiroz. Quero desejar a todos um abraço da sua equipe que não mediu esforços para que esse momento fosse possível e esse momento é um momento que tem que ser destacado, marca um momento histórico onde as diferentes entidades estão reunidas, ainda que sejam convertidos, para discutir instrumentos para que possamos aperfeiçoar a prática democrática. Aqui ficou comprovado que adotar a gestão democrática, estabelecer diálogos, estabelecer relações é fundamental para que consolidemos uma prática democrática em cada cantinho da educação, seja na escola, nas secretarias, seja nos conselhos de educação e seja no governo. Este Seminário ficou marcado por esta iniciativa de afirmar o compromisso nacional pela gestão democrática. Nós não estamos colocando em cheque a gestão democrática. Muito pelo contrário. Estamos aqui querendo reafirmar o compromisso que nós tivemos em 88 com um País democrático e esse momento foi histórico e nós, dos Conselhos Municipais de Educação, não poderíamos deixar de registrar a nossa satisfação, a nossa alegria de ter participado na coordenação, colaborando da maneira possível, mas presente nas nossas discussões, presente aqui com toda nossa diretoria. Ficamos dois dias aqui até às 23:00h discutindo estratégias de mobilização, de articulação, em cada um dos municípios, cada um dos estados, para que a gente possa de fato consolidar os conselhos municipais de educação. Obrigado e parabéns.

Representante do Movimento Sindical: Nós, do movimento sindical, queremos agradecer a oportunidade de estar aqui discutindo, debatendo este tema tão importante para todos nós. Queremos parabenizar a equipe coordenadora deste evento, pela sua realização, pela sua organização e dizer que, nesta luta, para garantir a vida digna para todos e todas, esta semana foi muito importante para recarregar nossas baterias, energizar o nosso corpo para voltarmos para o nosso local de atuação e continuarmos firmes na luta para fazer um novo Brasil, que nós precisamos e desejamos. Muito obrigado.

Márcia Ângela: Quero agradecer ao Horácio, ao Arlindo. Nós todos sabemos o sacrifício que é fazer um evento de uma qualidade e de uma abrangência como este. Queremos saudar a todos e dizer o seguinte: que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, que eu represento hoje aqui, é uma associação que congrega 76 programas de pós graduação de educação do País e tem 22 grupos de trabalho e agrega todas as temáticas educacionais e são pessoas que participam diretamente da universidade, universidade pública que tem compromisso com a Educação Básica. Eu quero deixar esta mensagem: historicamente a universidade pública sempre foi uma das trincheiras de luta pela educação pública neste País e neste momento a gente reconhece o trabalho da Secretaria da Educação Básica. Nós acompanhamos e sabemos que eles estão agindo de forma democrática em função de formulação de políticas públicas estruturadoras e isto é o que o Brasil precisa. Parabéns a vocês.

Arlindo Queiroz: Muito obrigado. Com a palavra o representante dos conselhos escolares.

Representante dos Conselheiros: Eu gostaria de falar em nome de todos os conselheiros presentes neste evento. Sabemos da importância de termos um conselheiro aqui, porque sabemos que muitas vezes essas ações que discutimos aqui estão sendo enfrentadas lá na escola. Estamos querendo fazer exatamente uma ordem contrária a que está posta aí. Gostaria de agradecer em nome das pessoas que organizaram este movimento de conselho escolar através da equipe de Júnior, de Ane e de toda a equipe do MEC e dizer para vocês que se existe uma esperança de que isso é possível, nós temos demonstrado junto na escola, através dos conselhos escolares que têm buscado na prática converter essa ordem perversa que está aí. Eu só tenho a agradecer e acho que esta minha fala é a fala de todos os conselheiros que estão neste momento sendo cada vez mais incentivados e reanimados para estar nessa luta de uma democracia que

possa realmente incluir a todos. Nosso muito obrigado.

Arlindo Queiroz: Nós trouxemos uma mensagem para vocês, mas antes disso vamos ouvir em nome do nosso secretário de Educação Básica, a saudação do professor Horácio Reis.

Horácio Reis: Preparei três páginas aqui. Primeiro eu quero agradecer as intervenções que foram feitas em relação ao evento, e também considerando a fala do ministro reafirmando uma linguagem positiva e mobilizadora para todos nós. Quero limitar essa minha intervenção em apenas dois momentos. O primeiro, reforçando os agradecimentos, e um segundo, expressando para vocês um sentimento que eu espero que seja um sentimento de todos nós. Quero agradecer a todos os órgãos governamentais, não-governamentais que participaram, representantes da sociedade civil que participaram deste Seminário, embaixadas, ministérios, órgãos estatais, federações, organização internacional de trabalhadores em educação, enfim, toda essa composição ilustrou muito bem este Seminário. Quero agradecer aos secretários estaduais da educação, dirigentes municipais de educação que por intermédio do CONSED, da UNDIME têm mantido uma relação muito próxima e de contribuição com este processo de transformação que a gente está desenvolvendo. Quero agradecer à CNTE que discute política conosco, principalmente a Secretaria da Educação Básica e que está aqui representada por dezenas de dirigentes sindicais do nosso País, professores e funcionários, colocando um viés importante e também um eixo modulador que a gente precisa reforçar nessa relação entre o poder público e as entidades da sociedade civil. Eu também quero agradecer aos estudantes aqui representados pela UBES, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, também reforçar aqui o agradecimento à Promotora de Justiça aqui muito bem representada e citada pela Justina. Aos conselheiros estaduais, municipais e também os conselheiros que atuam no espaço estratégico da escola, os conselheiros escolares. Não poderia deixar de agradecer aos palestrantes que talvez não sejam os melhores, não sejam os mais qualificados mas, certamente, têm algo inigualável que faz parte de suas vidas que é exatamente o compromisso com a construção do cidadão ético. Esse é um perfil que todos os palestrantes que estiveram aqui demonstraram durante todo o decorrer de suas vidas. É por isso que a gente se orgulha de tê-los aqui conosco, participando deste Seminário. Nós nos orgulhamos de contar com a contribuição de companheiros e companheiras, como o Lauro, a Márcia, a Regina, o Jamil, João, enfim são especialistas que têm nos ajudado muito nessa caminhada. Quero agradecer a toda a equipe coordenada pelo professor Arlindo que, no nosso Departamento, tem resgatado esse debate na perspectiva concreta do que foi colocado aqui, pelo Lauro, da transformação. Este compromisso existe e esse trabalho é de todos. Desde aqueles que formulam, aqueles que coordenam, como também aqueles que oferecem as condições suficientes necessárias para que um evento desse seja realizado. Os nossos agradecimentos a toda essa equipe. Quero dizer para vocês que é mais uma etapa e eu estou começando um pouco já a segunda parte, que é o meu sentimento. É uma etapa que a gente está cumprindo, é mais um passo que está sendo dado, apesar de todas as dificuldades de ordem técnica, administrativa, de ordem burocrática, de ordem política que nos impediram de realizar nossa conferência nacional da educação. É consenso que se trata de um prejuízo político nessa caminhada, na construção da gestão democrática, mas dentro da secretaria da Educação Básica a gente procurou minimizar um pouco essas dificuldades, aprofundando questões importantes durante todos os debates e encontros estaduais e regionais que nós realizamos em todo o País. Gostaria de encerrar, dizendo para vocês o seguinte: que o sentimento que eu tenho agora é um sentimento que foi explicitado aqui pelo vídeo apresentado pelo professor Gadotti, quando aquela criança expressou aquele sentimento. Acho que o Seminário se encerra mas nós saímos daqui com a certeza de que nós somos capazes e com a certeza de que é possível uma educação democrática, uma educação com qualidade social. Muito obrigado, bom retorno e bom desdobramento deste Seminário para todos vocês.

Arlindo Queiroz: Uma mensagem que o Ministério da Educação preparou para vocês.

(MENSAGEM)

Arlindo Queiroz: Tudo foi feito com muito amor, todo cuidado, com todo carinho, todo amor que temos por vocês e sem esse sentimento nós não chegaríamos e não faríamos o que conseguimos fazer. Por isso eu costumo encerrar dizendo que essa relação de amor, existem palavras e poetas que a expressam bem. Gostaria de deixar com vocês a palavra do nosso nordestino Vital Farias, “se por acaso algum dia um beija-flor invadir a porta da sua casa, lhe der um beijo e partir, fomos nós morrendo de saudades de vocês”.

FIM